



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ERICK CRUZ PADILHA DE OLIVEIRA

**GUERRAS CULTURAIS POR UMA “EDUCAÇÃO” PARA “A FAMÍLIA”: O
“MESP” E O “MMFDH” COMO FLUXOS ESTRATÉGICOS DO PROCESSO DE
NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL**

FORTALEZA

2025

ERICK CRUZ PADILHA DE OLIVEIRA

GUERRAS CULTURAIS POR UMA “EDUCAÇÃO” PARA A “FAMÍLIA”: O “MESP” E
O “MMFDH” COMO FLUXOS ESTRATÉGICOS DO PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO
DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Tese apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Orientadora: Andréa Borges Leão.

Coorientadora: Camila Holanda Marinho.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O46g Oliveira, Erick Cruz Padilha de.
Guerras culturais por uma “educação” para a “família”: o “MESP” e o “MMFDH” como fluxos estratégicos do processo de normalização da extrema-direita no Brasil / Erick Cruz Padilha de Oliveira. – 2025.
355 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Andréa Borges Leão.
Coorientação: Profa. Dra. Camila Holanda Marinho .
1. Normalização da extrema-direita. 2. Guerras culturais. 3. Bolsonarismo. 4. Escola Sem Partido. 5. Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. I. Título.

CDD 301

ERICK CRUZ PADILHA DE OLIVEIRA

GUERRAS CULTURAIS POR UMA “EDUCAÇÃO” PARA A “FAMÍLIA”: O “MESP” E
O “MMFDH” COMO FLUXOS ESTRATÉGICOS DO PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO
DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Tese apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Aprovada em 28/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Borges Leão (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Camila Holanda Marinho (Coorientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Fabio Gentile
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. David Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Tatiana Savoia Landini
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

À Erica, ao “Burdi” e ao “Iron”, amigo idoso e leal que me fez companhia durante grande parte do processo de produção desta tese.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), instituição da qual fui bolsista durante parte do curso de doutorado.

À Profa. Andrea Borges Leão, pelo seu valoroso trabalho de orientação desta pesquisa.

À Profa. Camila Holanda Marinho, pelos esforços empreendidos na coorientação desta tese.

Aos professores participantes da banca examinadora, pelo tempo dedicado e por suas colaborações e sugestões.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, que, de diferentes formas, influenciaram a produção deste trabalho acadêmico, especialmente Leonardo Damasceno e Fábio Macedo, com os quais tive momentos tão ricos de discussão sobre teoria sociológica e epistemologia das ciências sociais.

Uma das características de todo discurso social é circular no interior dos grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração. O discurso se difunde, dá voltas, estica-se, fica à deriva, transforma-se a ponto de perder seus dados de origem. Assim é com o discurso político, que pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante, em seu desafio de elaborar um sistema de pensamento, e que depois se manifesta em diferentes situações de comunicação, atravessa diferentes comunidades de opinião edulcorando-se, insinua-se nos comentários, volta às vezes ao seu ponto de origem e reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente (Charaudeau, 2018, p. 42).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral investigar como guerras culturais que mobilizam, de forma relacionada, representações sociais sobre “família” e “educação” têm sido usadas como estratégia para um processo de normalização da extrema-direita no Brasil. Analisam-se duas iniciativas que construíram essas relações em forma de militância: o Movimento Escola Sem Partido (MESP) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A revisão bibliográfica empreendida, assim como os dados coletados, diz respeito a um período que vai da criação do MESP (2004) ao ano em que o MMFDH realizou o Fórum Nacional de Combate à Violência Institucional (2021). A investigação foi realizada a partir de dados publicados na *internet* por atores neoconservadores, documentos produzidos pelo MESP e pelo MMFDH, participação como ouvinte em evento organizado pelo MMFDH e um conjunto de reportagens publicadas em jornais. O exame dos dados coletados se deu sobretudo por meio de análise de discurso baseada em referências teórico-metodológicas como polarização ideológica, imaginário, interdiscursividade, representações sociais e discurso político. Conclui-se que uma militância por conteúdos defendidos pelo MESP subsistiu até mesmo dentro do governo Bolsonaro após o julgamento do Supremo Tribunal Federal ocorrido em 2020 que tornou inconstitucionais projetos de lei ligados ao movimento. Assim como militância digital e casos de censura em escolas persistiram. Além de permanências, o olhar sobre o MESP e depois sobre o MMFDH também ajudou a perceber mudanças, entre elas, o apoio mais claro de outros tipos de agentes (como médicos, advogados e professores universitários), discursos que passaram a enfatizar outras estratégias de controle sobre a educação (como domínio sobre cursos de licenciatura e sobre ocupação em gestão das escolas) e um diálogo mais nítido com uma visão neopentecostal de mundo. A pesquisa ajuda a entender como um anticomunismo presente no crescimento conjunto de grupos de direita no Brasil se direcionou para um processo de normalização da extrema-direita que ameaça bases da jovem democracia brasileira, como Estado de Direito, direitos de minorias, Separação de Poderes e laicidade do Estado. Grande parte da força desta militância está em uma dinâmica de descarte das formas e de reaproveitamento de conteúdos. Um projeto facilitado pelo crescimento do acesso à *internet* e organizado para que, a partir de tensões no campo da cultura, seja possível realizar uma corrosão da democracia por dentro dela própria.

Palavras-chave: normalização da extrema-direita; guerras culturais; bolsonarismo; Escola Sem Partido; Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to investigate how cultural wars that mobilize, in a related way, social representations about “family” and “education” have been used as a strategy for a process of normalization of the extreme right in Brazil. Two initiatives that built these relationships in the form of militancy are analyzed: the Movimento Escola Sem Partido (MESP) and the Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). The bibliographic review undertaken, as well as the data collected, covers a period that goes from the creation of the MESP (2004) to the year in which the MMFDH held the National Forum to Combat Institutional Violence (2021). The investigation was carried out based on data published on the internet by neoconservative actors, documents produced by the MESP and the MMFDH, participation as a listener in an event organized by the MMFDH, and a set of reports published in newspapers. The analysis of the collected data was carried out mainly through discourse analysis based on theoretical and methodological references such as ideological polarization, imaginary, interdiscursivity, social representations, and political discourse. It is concluded that militancy for content defended by MESP persisted even within the Bolsonaro government after the Supreme Court ruling in 2020 that declared bills linked to the movement unconstitutional. Likewise, digital militancy and cases of censorship in schools persisted. In addition to permanence, looking at MESP and then at MMFDH also helped to perceive changes, among them, clearer support from other types of agents (such as doctors, lawyers, and university professors), discourses that began to emphasize other strategies of control over education (such as control over undergraduate courses and occupation in school management), and a clearer dialogue with a neo-Pentecostal worldview. The research helps us understand how an anti-communism present in the joint growth of right-wing groups in Brazil has led to a process of normalization of the extreme right that threatens the foundations of Brazil's young democracy, such as the rule of law, minority rights, separation of powers, and the secular nature of the state. Much of the strength of this militancy lies in a dynamic of discarding forms and reusing content. A project facilitated by the growth of internet access and organized so that, based on tensions in the cultural field, it is possible to corrode democracy from within.

Keywords: normalization of the extreme right; culture wars; Bolsonarism; School Without a Party; Ministry of Women, Family and Human Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exemplo de cartaz do "fique em casa" que se tornou muito comum durante a pandemia do Covid-19.....	26
Figura 2 - Primeiras vacinas aprovadas contra Covid-19 circulando no planeta	27
Figura 3 - Supremo Tribunal Federal dá autonomia aos Estados diante do governo federal para decidir condutas com relação à pandemia do Covid – 19 em cada localidade.....	30
Figura 4 - Reportagem destacando que Bolsonaro chamou Covid – 19 de “gripezinha”.....	39
Figura 5 - “Manifestantes” na Câmara Federal pedindo intervenção militar.....	43
Figura 6 - Bolsonaro compara pessoas negras a animais em ano de campanha para presidência.	46
Figura 7 - Imagem de divulgação do Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes.	70
Figura 8 - Jair Bolsonaro tomando posse como presidente.....	72
Figura 9 - Internauta relaciona Escola Sem Partido com post de Damares.....	82
Figura 10 - Manifestação em Brasília, centro do território brasileiro, em junho de 2013.	132
Figura 11 - Manifestação em Porto Alegre/RS, região sul do território brasileiro, em junho de 2013.....	133
Figura 12 - Manifestação em Fortaleza/CE, região nordeste do território brasileiro, em junho de 2013.	133
Figura 13 - Professores e estudantes também se uniram em iniciativas contra o Escola Sem Partido.....	154
Figura 14 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugere que o Supremo Tribunal Federal é quem destrói a Constituição Federal.....	174
Figura 15 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugere que o Supremo Tribunal Federal é arbitrário ao interpretar a Constituição Federal.	177
Figura 16 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugerindo que o Brasil se encontra sob uma ditadura do Supremo Tribunal Federal.....	179
Figura 17 - O <i>think tank</i> Instituto Mises Brasil critica controle do Ministério da Educação e Cultura sobre o funcionamento da educação no Brasil.....	183
Figura 18 - O <i>think tank</i> Instituto Liberal critica doutrinação na educação escolar no Brasil.	184
Figura 19 - O <i>think tank</i> Instituto Liberal propõe “Escola Sem Estado”.....	187

Figura 20 - Internauta acusa evento anunciado pela ministra Damares Alves de significar “o Escola sem Partido entrando pela transversal”.	201
Figura 21 - Capítulo 1 do anexo 1 do Decreto presidencial nº 9.673, de 2019.	220
Figura 22 - Organograma Oficial do MMFDH.	221
Figura 23 - Organograma presente no Plano de Integridade do MMFDH, contendo a inclusão da FUNAI.	223
Figura 24 - Primeira Parte da Estrutura Organizacional do MMFDH.	225
Figura 25 - Segunda Parte da Estrutura Organizacional do MMFDH.	227
Figura 26 - Mapa Estratégico dos Direitos Humanos segundo o MMFDH.	248
Figura 27 - Efetividade na educação e na inclusão segundo o MMFDH.	249
Figura 28 - Certificado de Participação no Fórum Nacional sobre Violência Institucional.	254
Figura 29 - Editora cristã comenta livro de Inez Augusto Borges sobre educação cristã.	264
Figura 30 - reportagem sobre a contratação de uma defensora de princípios bíblicos na educação para atuar no MEC.	265
Figura 31 - convite de palestra de Inez Augusto Borges sobre educação a ser realizada em uma igreja evangélica.	267
Figura 32 - Deputada Campagnolo pede que enviem a ela denúncias contra professores.	272
Figura 33 – Deputada Campagnolo é autorizada por juíza a coletar denúncias contra professores.	274
Figura 34 - reportagem sobre Alexandre Magno defendendo o castigo físico como meio eficiente de educar.	281
Figura 35 - Deputada Tonietto anuncia “live” a ser realizada em parceria com o fundador do Movimento Escola Sem Partido.	292
Figura 36 – Tonietto em uma sessão solene na Câmara Federal de Deputados contra “Cristofobia”.	293
Figura 37 - Psiquiatra Akemi Shiba falando sobre “epidemia de transgêneros” no grupo “Mães pelo Escola sem Partido”.	301
Figura 38 - Palestra de médica e deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul contra “epidemia de transgêneros”.	302
Figura 39 - Divulgação do II Fórum de Ideologia de Gênero da Sociedade de Medicina de Campinas.	308
Figura 40 - o médico pediatra José Martins Filho entrevistado por Ana Campagnolo em 2018.	309

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	GUERRAS CULTURAIS E NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA: IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA, DELIMITAÇÃO E PRIMEIROS DADOS DA TESE	19
2.1	Da metateoria aos primeiros passos na construção da tese	21
2.2	Atentando para a necessidade de fazer recuos históricos	40
2.3	O passado mesclado com o presente: bolsonarismo como pacote ideológico.....	50
2.4	Disputas simbólicas e deslocamentos de sentido: guerras culturais contra a construção democrática	55
2.5	Fluxos da normalização: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Movimento Escola Sem Partido	69
3	UMA VIA ABERTA PARA NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL: O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO DE 2004 A 2013. ...	96
3.1	Relação entre crescimento das direitas e pressões sobre a educação	98
3.2	Nascimento e desenvolvimento do Movimento Escola Sem Partido.....	112
3.3	Influências externas no discurso do movimento brasileiro.....	116
3.4	O MESP em solo fértil: junho de 2013 e seus primeiros desdobramentos.....	124
4	O MESP DEPOIS DE 2013: ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES COM A FAMÍLIA BOLSONARO E EXPANSÃO	136
4.1	O nascimento dos Projetos de Lei do MESP: considerações iniciais	136
4.2	Para além da Câmara Federal: o MESP e sua estratégia de mobilização de casas legislativas locais	148
4.3	Meados de 2020: o MESP se choca com o STF	160
4.4	O MESP é inconstitucional segundo o STF: mas, quem se importa com o STF	167
5	A EXTREMA-DIREITA SE TORNA SITUAÇÃO: O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO BOLSONARO.....	195
5.1	Transversalidade entre MESP e MMFDH? Avançando a partir de problematizações colocadas no primeiro capítulo	199
5.2	O neopentecostalismo e o lugar político de Damares Alves	219

6	ANÁLISE DO FÓRUM NACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OCORRIDO NO ANO DE 2021	252
6.1	Texto de apresentação não assinado e prefácio do Secretário Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente	257
6.2	Palestras sobre “Violência Institucional no Ambiente Escolar”	262
6.2.1	<i>Palestra 1: “Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes”</i>	262
6.2.2	<i>Palestra 2: “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”</i>	271
6.2.3	<i>Palestra 3: “A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos”</i>	279
6.2.4	<i>Palestra 4: “Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes”</i>	285
6.3	Palestras Sobre “Violência Institucional na Saúde de Crianças e Adolescentes”	290
6.3.1	<i>Palestra 5: “A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero”</i>	290
6.3.2	<i>Palestra 6: “Panorama geral das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental”</i>	299
6.3.3	<i>Palestra 7: “Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes”</i>	306
6.4	A “Área da Educação” e a “Área da Saúde” em forma de “Oficinas”	312
6.4.1	<i>Oficina da “Área da Educação”</i>	313
6.4.2	<i>Oficina da “Área da Saúde”</i>	319
7	CONCLUSÃO	323
	REFERÊNCIAS	332

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a democracia pode ser vista como um complexo arranjo no mundo Ocidental repleto de desafios. A sua efetividade implica na construção permanente de aprofundamentos, não se limitando à existência de parlamentos ou eleições. Isso nos convida a tentar vê-la não como substância dada, mas, como algo processual que, em meio a avanços e retrocessos, tende a expressar-se, em diferentes pontos da História, como o resultado de uma construção democrática (Dagnino, 2004a). Entre suas grandes adversárias está uma que, de tempos em tempos, ressurgue com mais intensidade e com características próprias associadas a diferentes contextos: a extrema-direita. Relacionada com desgastes políticos decorrentes da crise econômica mundial de 2008, a quarta onda deste espectro no mundo ocidental (Mudde, 2022) se expande sem demonstrar tão claramente o desejo de romper com a via democrática, isso se entendermos essa expressão simplesmente como sinônimo de vontade da maioria.

O crescimento do acesso à *internet* no presente século tem sido aproveitado por uma extrema-direita que tem procurado apoio popular para ser normalizada investindo em batalhas que vão se dando por dentro da cultura. Ela deseja ser entendida não só como parte, mas como o cumprimento da vontade popular. Todavia, bases fundamentais da democracia estão sendo ameaçadas por este fenômeno, como laicidade do Estado, Estado de Direito, Separação de Poderes e Direito de minorias. O cenário de crises materiais abriu uma temporada de crises de sentido, trazendo a grupos reacionários (Bobbio, 2022) possibilidades para emplacar outras interpretações sobre formas ideais de organizar a sociedade. Assim, por exemplo, visões negativas sobre aprofundamento democrático desembocam na necessidade de combater influências comunistas sobre instituições sociais, a laicidade do Estado vai sendo ressignificada como afronta à liberdade religiosa de maiorias, e os direitos de minorias vão sendo reinterpretados como estratégias perniciosas de enfraquecimento das tradições através das quais inimigos do povo estariam tentando subjugar a autonomia das nações.

Partindo do entendimento de que este processo de normalização da extrema-direita é algo que tem se espalhado por diferentes países do mundo (Mudde, 2022), nesta tese se aborda o bolsonarismo como parte disso, uma expressão desse fenômeno, ocorrendo com características próprias no Brasil que precisam ser melhor entendidas. Apesar de em alguns momentos tentar representar-se como algo novo, ele dialoga com elementos mal resolvidos do passado nacional, tanto com maniqueísmos de um mundo limitado a uma perspectiva polarizada da Guerra Fria, como com resquícios da ditadura civil-militar e de uma abertura democrática tutelada por militares e pouco desenvolvida em forma de discussões com a população (Lynch;

Cassimiro, 2022). Ele se apoia em elementos que parecem retomados de outrora, como um forte nacionalismo e um desejo de estabelecer censura no sistema de ensino (Nagib, 2018). Mas, os mescla com outros que, apesar de não serem jovens, têm se demonstrado bem mais fortes na atualidade, como o crescimento da vertente cristã neopentecostal (Mariano, 2014), fenômeno amplamente capilarizado na cultura brasileira atualmente.

Assim, nesta tese se pesquisa justamente a relação entre guerras culturais (Rocha, 2022; Hunter; Zanon, 2022; Melo; Vaz, 2021b) e a normalização da extrema-direita no Brasil. Estas operam popularizando discursos que ajudam a consolidar imaginários e a naturalizar visões de mundo tendenciosamente antidemocráticas, fazendo isso, muitas vezes, de modo velado e contraditório. Para tornar esta tarefa exequível nos limites de uma tese de doutorado, foi realizado um recorte temático dentro deste universo. Isto também ajudou a constituir o objetivo geral da pesquisa que é investigar como guerras culturais que mobilizam, de forma relacionada, representações sociais sobre “família” e sobre “educação” têm sido estrategicamente usadas para um processo de normalização da extrema-direita no Brasil.

Nesse sentido, são examinadas ações que envolvem duas iniciativas organizadas e, como veremos, relacionadas com a militância da extrema-direita no país. A primeira se originou anteriormente à chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República no Brasil em 2018: o Movimento Escola Sem Partido (MESP), o qual surgiu no ano de 2004 e durou oficialmente até o ano de 2020, quando um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) abriu o precedente para que todos os projetos de lei que defendessem o conteúdo proposto por este movimento pudessem ser julgados como inconstitucionais. A segunda foi criada após o bolsonarismo sair do lugar político de oposição para o de situação no Brasil (o que se deu logo após as eleições de 2018 validarem Jair Bolsonaro como presidente da República): o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Por conta disto, ainda que em alguns momentos da tese sejam realizadas reflexões embasadas em recuos históricos que fazem breves menções à Guerra Fria, à ditadura civil-militar e ao processo de abertura democrática (Schurster; Silva, 2021), por exemplo, o recorte temporal dela, de fato, vai do surgimento do MESP em sua primeira fase no ano de 2004 ao ano de 2021, quando o MMFDH realizou o Fórum Nacional Contra à Violência Institucional (Brasil, 2021). Como objetivos específicos, analisa-se em que medida a trajetória do MESP, dividida em diferentes fases ao longo dos anos, com base estratégias de ação que ele passou a priorizar em diferentes contextos, pode ajudar a entender o próprio processo de normalização da extrema-direita no país. Além disso, busca-se por meio desta pesquisa compreender o papel exercido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dentro de guerras culturais bolsonaristas que relacionam “família” e

“educação”, procura-se entender a relação entre a formação deste Ministério e um crescimento do neopentecostalismo como fator de normalização da extrema-direita no Brasil recente e em que medida esses elementos apontam para continuidades e/ou inovações do MMFDH com relação ao MESP no que diz respeito às guerras culturais que mobilizam “família” e “educação” a favor da ascensão da extrema-direita.

A escolha do locus central da pesquisa, como sendo este conjunto formado por um movimento conservador (Pleyers, 2019; Froio, 2017; Agrikoliansky; Collovald, 2014) e por um ministério bolsonarista, deu-se em abril do ano de 2021, quando em plena pandemia de COVID-19, ao procurar na *internet* alguma notícia que demonstrasse iniciativas do governo Bolsonaro para um investimento maciço em vacinação, o autor desta tese encontrou páginas ligadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos convidando os brasileiros a participar de um Fórum Nacional Contra Violência Institucional. Tal evento seria justificável, segundo seus realizadores, por uma suposta necessidade prioritária naquele momento de se proteger jovens e crianças de violências de instituições, como a doutrinação ideológica. Entre os comentários de pessoas abaixo da postagem de divulgação, chamou a atenção do pesquisador desta tese um que dizia que aquilo era uma forma de o movimento Escola Sem Partido entrar pela transversal. Coincidentemente ou não, o evento que estava sendo propagandeado com este tipo de lógica discursiva estava sendo organizado meses depois do julgamento do STF que havia inviabilizado os PLs do MESP.

Além dos esforços dedicados à revisão bibliográfica sobre elementos que ajudam a entender melhor o complexo contexto de tensionamentos e mudanças no cenário político e cultural no Brasil em anos recentes, a metodologia desta pesquisa é empreendida, sobretudo, por meio da coleta de dados digitais. Isto implicou em um debruçamento sobre *sites* e redes sociais de atores ligados ao neoconservadorismo brasileiro (Lacerda, 2019) e sobre notícias publicadas por jornais que se relacionam com o crescimento da extrema-direita no país. Também se utiliza como fonte para esta tese documentos produzidos e publicizados pelo MESP e pelo MMFDH, dos tipos: projeto de lei, organograma e parecer jurídico. A investigação também contou com a participação do pesquisador como ouvinte no Fórum Nacional Contra a Violência Institucional supracitado e realizado pelo MMFDH. Esta participação no evento se deu após inscrição formal, o que rendeu, além do certificado ao autor desta tese, o envio, por parte do próprio MMFDH, de um material estruturado sobre o fórum contendo seus objetivos, as transcrições das palestras, informações sobre os palestrantes, debates orientados e encaminhamentos realizados em oficinas. Visando um melhor aproveitamento do *corpus* da pesquisa para chegar ao objetivo geral, os dados coletados foram examinados mediante a

técnica de análise de discurso. Foram utilizados para isso autores como Amossy (2020), Charaudeau (2018; 2017) Van Dijk (2016), Fairclough (2001), e pontos de referência como interdiscursividade, discurso político, imaginário social e polarização ideológica.

Tendo sido esta introdução colocada aqui como o primeiro ponto enumerado desta tese, utilizaremos estas linhas finais da mesma para explicar como o trabalho escrito resultante da investigação foi estruturado. Embora no segundo capítulo já se exponham os primeiros dados coletados da *internet*, as reflexões empreendidas nele se ancoram, sobretudo, em um longo esforço de revisão bibliográfica. Iniciando-se com uma breve reflexão metateórica, ele em suma procura demonstrar, com transparência e honestidade intelectual, como o pesquisador foi construindo o objeto de pesquisa. Isso se deu quando ele passou a tentar visualizar um problema social como um problema sociológico (Mills, 2009) no contexto do ano de 2021 no Brasil, em que ele experimentava impactos da quarentena que ocorria em decorrência do Covid-19 misturados a uma discussão polarizada sobre ser ou não ser a favor de vacina. A vontade de tomar vacina, voltar a sair de casa e ajudar a reconstruir uma sensação coletiva de normalidade parecia-lhe contrastar claramente com o comportamento de um presidente da República que lhe soava extremamente irresponsável e ineficiente diante dos desafios que se impunham, mas que, curiosamente, mantinha uma base fiel de apoiadores naquele cenário de terra arrasada. A partir de um ponto problematizado no presente, camadas que o envolvem vão sendo acessadas no decorrer da reflexão, implicando na percepção de que recuos históricos eram necessários para que o bolsonarismo pudesse ser entendido como uma espécie de pacote ideológico que mescla elementos do passado com elementos do presente e, embora ele possa ser percebido como parte de um processo de normalização da extrema-direita que tem ocorrido no Ocidente, ele aponta para a existência de características particulares deste fenômeno no Brasil atual que precisam ser melhor compreendidas. A partir daí, é colocada em foco a relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita no Brasil como elemento que tem se desenvolvido na contramão do processo de construção democrática. O MESP e o MMFDH passam a ser abordados como fluxos da normalização da extrema-direita no Brasil e eleitos como lócus da pesquisa, ao mesmo tempo em que o recorte temático no universo das guerras culturais voltado para representações sociais de “família” e de “educação” é justificado quando se apresenta a propaganda sobre o evento que o autor encontrou naquela época de abril de 2021 e que indicava a realização de um Fórum por parte do MMFDH que utilizava enunciações discursivas do movimento conservador supracitado, o qual, poucos meses antes, havia tido seus projetos de lei inviabilizados por um julgamento do STF que considerava a proposta inconstitucional. Apresenta-se a hipótese de que objetivos confiados ao MMFDH por Bolsonaro a serem

alcançados em guerras culturais podem até possuir afinidades com os do MESP, mas o MMFDH possui um conjunto mais amplo e sua atuação foi mais prática e em certo sentido até mais eficaz para ajudar a normalizar a extrema-direita no Brasil.

No terceiro capítulo se inicia uma análise de forma mais profunda e direta sobre o Movimento Escola Sem Partido. O que é realizado a partir de um recorte temporal sobre parte de sua trajetória, focando em suas origens em 2004 até o ano de 2013, quando ocorrem as famosas manifestações de junho de 2013 no Brasil, evento considerado um marco no cenário de transformações políticas neste país (Alonso, 2023). Ele se inicia com uma reflexão sobre como o crescimento das direitas no mundo ocidental tem implicado em uma pressão sobre o funcionamento da educação, o que indica a concepção das instituições educacionais como lugares estratégicos para disputas culturais e para formação de visões de mundo políticas. Em meio ao trabalho de revisão bibliográfica realizado, explica-se a escolha de abordar o MESP como um movimento social conservador de direita (Froio, 2017; Agrikoliansky; Collovald, 2014, p. Pleyers, 2019), bem como a necessidade de se entender que, com base em suas estratégias de ação, ele pode e deve ser entendido como um fenômeno a ser dividido em diferentes fases (Moura, 2018). Dirigem-se a partir daí os primeiros passos para compreendermos essas dinâmicas como parte das guerras culturais, o que exige um olhar que busque diferenciar nelas o que é forma e o que é conteúdo. Procurando as bases que ajudaram a compor o discurso do MESP desde sua origem, o capítulo aponta influências externas do movimento e uma produção de Olavo de Carvalho sobre os temas antes da existência do MESP. Isso ajuda a entender que desde seu início fatores indicam que o potencial mobilizador do movimento residia muito mais no seu poder de adaptação do que de criatividade. A pesquisa ajuda a compreender como esse poder de adaptação foi estrategicamente importante após as manifestações de junho de 2013, quando um crescimento de grupos diferentes de direita que iam se posicionando de modo divergente como antipetistas (Gentile, 2020) passou a ganhar força, movimento que também abriu um campo de possibilidades para o crescimento da extrema-direita. O uso de dados coletados a partir de reportagens de jornais ajuda a entender como essas relações passaram a ser alimentadas e como o MESP soube se inserir nesta luta para ajudar a impulsionar essas mudanças ao mesmo tempo em que ele aproveitava para crescer neste contexto.

O quarto capítulo avança na investigação sobre o MESP, colocando foco na continuidade de sua trajetória com o pano de fundo das mudanças e tensionamentos que se seguiram às manifestações de junho de 2013. Ele se inicia destacando a aproximação do MESP com a família Bolsonaro para que o movimento pusesse em prática a sua nova estratégia a partir

do ano de 2014: a elaboração de projetos de lei forçando debates pela sua institucionalização em várias casas legislativas do Brasil. Partindo de revisão bibliográfica sobre esta nova fase que o MESP passa a ter a partir de 2014, assim como de notícias de jornais e de informações relacionadas a documentos produzidos pelo próprio movimento conservador, a pesquisa se desenrola demonstrando como a militância a favor dele se expandiu por várias casas legislativas estaduais e municipais do Brasil após a utilização de recursos para dar a entender que a sua proposta já era constitucional e, por isso, não deveria esperar discussões em esfera federal. Em determinado momento do capítulo, a partir de notícias de jornais, são analisados fatos ocorridos no estado do Ceará no ano de 2018 (mesmo ano em que Bolsonaro concorria às eleições presidenciais) que ajudam a ilustrar esta tensão. Na sequência, destacam-se discussões acerca do tratamento que o MESP recebeu do governo Bolsonaro após suas eleições, bem como a decisão do STF de 2020 que abriu o precedente jurídico para que PLs que defendessem seu conteúdo já fossem classificados, de antemão, como inconstitucionais. O capítulo segue trazendo uma reflexão (embasada em dados como ações estratégicas do governo, casos de censura em escolas públicas e postagens de institutos e de figuras públicas neoconservadoras) acerca do que essa decisão do STF sobre o conteúdo do MESP significou de fato para os seus apoiadores: se a percepção de uma necessidade de rever os conteúdos a serem defendidos como referência para a educação ou se a percepção de que o contexto exigia o investimento em novas formas de impulsionar o mesmo tipo de conteúdo.

O quinto capítulo começa a focar o olhar da investigação para o segundo elemento constituinte do conjunto referente ao lócus da pesquisa. Uma iniciativa ligada à militância e valores de extrema-direita que nasceu apenas depois que Jair Bolsonaro se tornou presidente: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ele utiliza como fonte documentos produzidos pelo governo Bolsonaro sobre o ministério e também de autoria do próprio MMFDH. Retoma-se a postagem de divulgação do Fórum de Combate à Violência Institucional inicialmente apresentada e problematizada no primeiro capítulo e, a partir dela, são desenvolvidas análises que visam levar a um avanço da compreensão sobre nível de existência de transversalidade entre objetos de militância defendidos pelo MMFDH e pelo MESP (destacando que este último, naquela altura do anúncio do fórum em questão, já tinha há meses sido julgado pelo STF como defensor de um conteúdo inconstitucional). Fazendo um levantamento de notícias de jornais daquela época, a pesquisa se dirige, portanto, para o exame de fatos desde o início da formação do ministério que podem indicar, de forma prática, compromissos do MMFDH com a defesa de um modelo de educação defendido pelo MESP. Por meio de revisão bibliográfica, reflete-se como o próprio nome longo do Ministério em

questão aponta para uma tentativa de conciliar várias forças antipetistas que já vinham crescendo em anos anteriores em um movimento de ascensão das direitas por dentro do qual valores de extrema-direita vinham sendo normalizados como parte da democracia. A sequência do capítulo é empreendida no sentido de se analisar, com relação ao contexto em que se vivia em 2018 no Brasil, qual o tipo de capital político de Damares Alves. Para isso, examinam-se documentos que expressam a estrutura organizacional do ministério, analisam-se fatos da época da nomeação dela para o cargo de ministra e realiza-se uma revisão bibliográfica que relaciona capital religioso a capital político. Este capítulo ajuda a entender a força do neopentecostalismo no Brasil como um grande fator de contribuição para a normalização da extrema-direita na atualidade, destacando ainda como isso tem se relacionado com a defesa de um tipo de representação social sobre “família” associado a um tipo de representação social sobre “educação”.

O sexto e último capítulo é o mais longo da tese e se dedica, exclusivamente, à análise do Fórum Nacional Contra Violência Institucional promovido pelo MMFDH no ano de 2021, evento do qual o pesquisador desta tese participou como ouvinte. Nele se examina qual parte do ministério foi responsável pelo evento em questão e como ele se encaixava em uma estratégia ampla de militância ligada à realização de vários outros encontros nacionais promovidos por secretarias que compunham o MMFDH. Além disso, analisou-se como o MMFDH procurou justificar a realização daquela atividade nacional, como eles procuraram organizá-lo estruturalmente, quem eram os palestrantes convidados, quais os temas e conteúdos das palestras e como elas foram apresentadas. Também se examina em que medida os elementos analisados apontam para a mobilização de representações sociais sobre “família” e “educação” de modo associado que, indicando continuidades ou inovações com relação a enunciações discursivas anteriormente defendidas pelo MESP, convergem com o movimento conservador no sentido de contribuir com o processo de normalização da extrema-direita no Brasil recente. Ao final da tese somos levados a refletir não só sobre o que a pesquisa nos ajudou a entender sobre o MESP, sobre o MMFDH e sobre como eles mobilizaram uma militância em torno de representações sociais sobre “família” e sobre “educação”. Mas, também, sobre como isso pode fornecer uma parcela de contribuição para o entendimento de como a extrema-direita tem agido e de quais são os desafios para um avanço no processo de construção democrática no Brasil atual.

2 GUERRAS CULTURAIS E NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA: IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA, DELIMITAÇÃO E PRIMEIROS DADOS DA TESE

Sociólogos e sociólogas têm o péssimo hábito de pensar na mudança social como sendo algo linear, uma tendência laica que é amplamente progressista, enraizada nos hábitos esclarecidos da modernidade, educação, expansão econômica e interesses sociais compartilhados da humanidade. Dessa perspectiva, os movimentos conservadores aparecem como desvios, refletindo anomia e isolamento, insensatez, atraso social e “muros à empatia”. Mas a sociedade moderna nunca funcionou dessa maneira. O progresso não é um desdobramento da laicidade; ele é desencadeado por mobilizações progressistas, por vanguardas cuja visão está à frente de seu tempo, cujas ações podem ser comparadas a provocativos e destabilizadores experimentos de ruptura, e cujas vitórias, mesmo quando são pequenas e silenciosas, mas especialmente quando são grandes e barulhentas, são vistas como profundamente ameaçadoras para interesses instituídos, ideológicos e materiais, não só na base, mas nas classes médias e mesmo no topo da sociedade. Os movimentos progressistas sempre produzem os reacionários: movimentos de desmantelamento cultural, social e político que buscam desestruturar a amplificação do cosmopolitismo e da inclusão social (Alexander, 2023, p. 335).

Considera-se nesta tese o contexto de tensão política que passou a ser vivenciado recentemente no Brasil, de forma mais clara, a partir das manifestações de junho de 2013 (Alonso; 2023; Avritzer, 2017; 2016) e das reviravoltas que ajudaram a trazer as condições para o desenvolvimento do bolsonarismo. Este último, em parte, deve ser entendido aqui como um fenômeno reacionário, o qual se desdobrou como reação a avanços democráticos que começaram a se tornar mais claros no Brasil na primeira década do século XXI (Lynch; Cassimiro, 2022). Mas, também, enquanto parte de uma quarta onda de crescimento da extrema-direita que tem se expandido pelo Ocidente, a qual é caracterizada por um movimento de normalização deste segmento no debate público e na própria estrutura de funcionamento das democracias em diferentes países do mundo. Portanto, o bolsonarismo é abordado nesta tese como a expressão localizada, e com características peculiares, deste processo transnacional no Brasil (Mudde, 2022).

Entende-se, nesta tese, que o desenvolvimento do fenômeno da normalização da extrema-direita no Brasil tem contado com um estratégico fortalecimento das guerras culturais (Almeida, 2021; Melo; Vaz, 2021a), as quais acabam sendo impulsionadas e fortalecidas pelo acesso às novas mídias. Isso tem tornado possível um certo paradoxo: um maior ganho de apoio popular para pautas que podem, contraditoriamente, significar ameaça à efetividade da nossa experiência democrática.

Considera-se, ao mesmo tempo, que este fenômeno do Brasil recente encontrou condições históricas que facilitaram sua disseminação no presente. Entre elas, merece destaque

uma dupla e problemática herança que afeta a qualidade da nossa democracia: a de tensões internas e mal resolvidas da época em que se iniciou uma abertura democrática tutelada pelos militares (Schurster; Silva, 2021) e a do hoje já enraizado resultado do investimento feito por grupos neoconservadores estadunidenses a partir da década de 1980, sob o governo de Ronald Reagan, para influenciar a cultura de países da América Latina, como o Brasil, no cenário ocidental polarizado da Guerra Fria (Rocha, 2023; Lacerda, 2019).

No decorrer das páginas que se seguem, apresenta-se o resultado de um esforço no sentido de se compreender como alguns fatores que se relacionam com uma visão reacionária de Brasil que acopla passado e presente ajudaram a pavimentar o caminho que tornou possível a uma extrema-direita ganhar apoio popular e desencadear um processo de normalização de discussões sobre suas pautas e princípios em âmbito social e político nesse país. Foram sendo fortalecidos imaginários e representações sociais que lhe favoreceram estrategicamente. Buscou-se entender como ela procurou também se representar neste processo de guerras culturais, procurando colocar-se não apenas como uma parte da democracia, mas até mesmo como uma espécie de essência desta que precisaria ser resgatada neste momento histórico para, supostamente, pôr mais uma vez o Brasil em ordem.

Em meio a esta complexidade, é que compreendo que se faz necessário desenvolver aqui, por meio deste ato a longo prazo de escrita, um exercício de transparência que possibilite deixar claro desde o começo qual o problema que justificou e motivou a investigação realizada. Neste sentido, é preciso informar desde já que esta tese tem como objetivo geral investigar a relação entre guerras culturais e a normalização da extrema-direita no Brasil recente. Este espectro político em nossa história recente tem se revelado na ascensão do bolsonarismo enquanto fenômeno de diretrizes antidemocráticas, mas que tem contraditoriamente angariado para si capital eleitoral. Construindo isso a partir de estratégias de obtenção de apoio das massas aqui abordadas como guerras culturais, a extrema-direita tem conseguido suporte para expandir-se por dentro do regime democrático brasileiro. Dito isto de modo geral, faz-se necessário clarificar em qual camada desta amplitude das relações entre guerras culturais e normalização da extrema-direita brasileira. Neste sentido, foi realizado um recorte temático dentro do universo das guerras culturais bolsonaristas para tornar a tarefa mencionada exequível. Esta tese foca, de forma prioritária, embora não isolada, em disputas de sentido que envolvem, sobretudo, representações da extrema-direita que visam relacionar uma determinada ideia de “educação” a uma determinada ideia de “família”. Buscando tornar esta tarefa mais viável e consistente empiricamente, pesquisa-se nesta tese como o Movimento Escola Sem

Partido¹ e o Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos² foram utilizados como estratégias políticas que visavam impactar a cultura e naturalizar, dentro de um debate público nacional que envolvia representações sociais acerca da relação entre educação e família, uma perspectiva ideológica que, embora tenha chegado se apresentando como parte da democracia, representa na verdade um risco ao próprio processo contínuo de construção democrática neste país, cujo marco legal é a Constituição Federal de 1988.

A continuidade deste primeiro capítulo da tese procura explicar como cheguei ao problema de tese, a partir de quais referências bibliográficas parto para organizá-la teoricamente, quais objetivos foram definidos e qual conjunto de procedimentos metodológicos utilizei para viabilizar a pesquisa.

2.1 Da metateoria aos primeiros passos na construção da tese

Esta é uma pesquisa que se iniciou quando o autor se encontrava em seu país, Brasil, no contexto da quarentena do Covid- 19, em abril de 2021. Isso acontecia ao mesmo tempo em que um governo de extrema-direita, encabeçado pela figura de Jair Messias Bolsonaro ocupou a presidência do Brasil após ganhar eleições no ano de 2018, ou seja, inserido em um processo de quarta onda de extrema-direita no Ocidente (cf. Cas Mudde, 2022), mas também tendo seu caminho a nível nacional facilitado por elementos ligados a um passado autoritário, em que uma ditadura civil-militar que ocorria durante a Guerra Fria tutelou um processo de abertura democrática ao mesmo tempo em que o governo estadunidense financiava uma expansão do neopentecostalismo neste território nacional (Lacerda, 2019). Um movimento social neoconservador que nasceu no início do presente século e um ministério criado durante o governo de Jair Bolsonaro são focos privilegiados da análise aqui empreendida sobre as guerras culturais de normalização da extrema-direita. Através desta pesquisa se busca entender como

¹ Tendo sido criado no começo do século, em meados de 2003 e 2004, o Escola sem Partido foi uma iniciativa de grupos conservadores no Brasil que visava combater o que considerava doutrinação ideológica de professores nas escolas brasileiras (ver Oliveira; Oliveira, 2021; Capaverde; Lessa; Lopes, 2019). Ele se desenvolveu de diferentes formas ao longo do tempo, podendo ser dividido em diferentes fases (ver Moura, 2018), chegando a se espalhar em formato de projetos de lei no Brasil a partir do ano de 2014 que se tornaram polêmicos por apresentar conteúdo que se chocava com a Constituição Federal, o que levou o STF a inviabilizar os projetos de lei do mesmo após julgamento que decidiu que eles eram inconstitucionais no ano de 2020 (ver Amorim; Oliveira, 2020). Nessa tese, como ficará mais claro adiante, o Escola Sem Partido é abordado como um movimento social conservador (ver Pleyers, 2019; Agrikoliansky; Collovald, 2014).

² Criado a partir de uma fusão entre diferentes ministérios no início do governo de Jair Bolsonaro no ano de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi responsável por oito secretarias do governo, o que acabava justificando a sua possibilidade de se lançar a favor do bolsonarismo através de iniciativas que correspondiam a uma grande amplitude temática (ver Rodrigues; Falcão, 2021; Brasil, 2019d, Lacerda, 2019).

representações sociais que associam um determinado conceito de “educação” a um determinado entendimento sobre “família” contribuíram para este processo. Desde os aspectos metateóricos, pensar como organizar isto em uma investigação de tese impõe desafios gigantes que são inerentes ao compromisso do pesquisador.

Desse modo, pode-se afirmar que um dos grandes desafios de se fazer análise social é o de se tentar abordar um fenômeno, delimitando-o enquanto objeto de pesquisa, sem deixar de considerar, em uma medida relevante, relações que este objeto possui com elementos de uma complexidade na qual ele está inserido. Este meio onde ele se encontra funciona como um conjunto que, recombina-se a partir de movimentos no seu interior, vai sendo produzido por uma diversidade de elementos. Alguns destes elementos podem em alguns momentos parecer estar situados fora do conjunto que influencia em alguma medida o objeto de pesquisa do investigador. Mas em outros, podem ser encontrados constituindo, de modo dinâmico, a complexidade do próprio objeto de pesquisa, haja vista que “o real é relacional” (Bourdieu, 1989, p. 31).

De início, isso pode lembrar ao pesquisador a responsabilidade de não poder perder de vista que tanto a origem daquilo que ele investiga enquanto objeto em um contexto situado, como o seu desenvolvimento dentro de uma temporalidade, dão-se em meio a relações entre elementos que funcionam como as variáveis que possibilitam as recombinações, as remodelações, as reconfigurações. O movimento simultâneo de variáveis em diferentes medidas de relevância permite reajustes em diferentes direções e ênfases, constituindo assim, em um determinado momento, um arranjo no tempo e no espaço que funciona como uma espécie de configuração (Lenoir, 2004). Tudo isso deve ser levado em conta quando se quer entender um objeto a ser investigado em um determinado contexto.

Consideradas essas premissas, o pesquisador precisa começar a procurar um ponto inicial de referência para não se perder em meio a algo que pode soar como um conjunto de movimentos caóticos. Senão estes podem, inicialmente, parecer incapazes de indicar para ele a existência de direções que possam ser entendidas e organizadas em uma pesquisa de um modo lógico e racional. Como um fenômeno social não emerge e nem se desenvolve de forma isolada, mas envolto em relações que ocorrem no interior de uma complexidade maior chamada de sociedade, o pesquisador pode tentar buscar como referência inicial, dentro desse conjunto aparentemente caótico de movimentos, um caminho de ampliação do seu olhar através da problematização científica da sua própria existência e da sua própria possibilidade de exercer poder de agência. Assim, procurar situar a própria posição que se está ocupando dentro de algum ponto específico de dinâmicas e tensões sociais, pode ser um ponto de partida para se

começar a perceber, de forma mais visceral, dentro da história viva, tanto mudanças como permanências na sociedade em que se pesquisa ao mesmo tempo em que dela se é parte.

Nesse sentido, vale refletir bem acerca do que significa levar em conta a noção de que existem variáveis que, em um contexto específico, atuam configurando a realidade de uma sociedade com maior ou menor influência dentro do conjunto que elas formam. Ou seja, faz-se necessário ressaltar a percepção de que a formação do tecido social não significa a constituição de um simples processo de acomodação. Eis aí uma complexidade que aponta, na verdade, para uma noção de combinação de fatores que, em um determinado momento, somam-se dando forma a uma sociedade que jamais se encontra totalmente parada e nem absolutamente harmoniosa. Aquilo que se procura enxergar como objeto em uma pesquisa não fica parado para que o investigador possa decifrá-lo, pois tanto “indivíduo” como “sociedade” não são exatamente objetos, mas “processos”, os quais de fato “se diferenciam, mas são indissociáveis” (Elias, 2001, p.45)

Deduz-se daí que aquilo que chamamos de social está em um movimento constante. Ele é formado por diferentes fluxos e, ainda que alguns destes possam se desenvolver de modo quase que imperceptível no dia a dia para pessoas que formam a sociedade, vale destacar que parte deles não só está em movimento, como também em choque. Sendo assim, procurar visualizar a noção de configuração social a partir de uma perspectiva de equilíbrio flutuante de tensões pode ajudar o investigador a permanecer tendo como referência o caráter dinâmico das relações sociais que mantêm a sociedade constituída a partir de movimentos, ainda que em momentos alguns fluxos não pareçam tão claros até para o próprio pesquisador que também está inserido no tecido social que analisa (Chartier, 2001). Para o pesquisador, desenvolver esta tarefa pode ser algo confuso e árduo, já que “o sujeito que produz o conhecimento está simultaneamente atrelado ao objeto que ele está tentando decompor”³ (Chartier, 2009, p. 17, tradução nossa).

Ao tentar entender melhor um fenômeno social a partir da contribuição de um agente em um determinado contexto concretamente situado, o pesquisador também é desafiado a não perder de vista que, ainda que um processo de ação possa se manifestar no presente recente como produção de algo novo, um agente pode ter emergido dentro uma relação de continuidade com um passado cuja combinação de variáveis foi exatamente o que rendeu no presente os meios que tornaram possível a ação (Giddens, 2018, p. 79). Nesse ínterim, um dos desafios do pesquisador em sociologia é o de tentar construir sua pesquisa encontrando uma

³ No original: “*el sujeto que produce el conocimiento está atrapado, al mismo tiempo, en el objeto que intenta desentrañar*” (Chartier, 2009, p. 17).

medida válida para não cair na tentação de procurar captar de modo isolado no presente recente aquilo que ele toma por relevante. Essa precaução pode ajudá-lo a evitar situar aquilo ele procura conceber como objeto apenas enquanto descontinuidade, reduzindo-o à expressão de novidade. A busca dessa medida se torna um processo mais tenso quando ele percebe que, da mesma forma, convém não correr o risco de reduzir o olhar sobre o que ele procura captar como objeto classificando-o mecanicamente *a priori* como simples efeito colateral e supostamente previsível de algo que o antecedeu. Isso levaria o investigador a cair em uma outra armadilha, dentro da qual ele só veria, aquilo que procura tratar como seu objeto, sob uma ótica limitada à captação da perspectiva de continuidade (Archer, 2004).

Para a construção da presente tese que se constitui como resultado de uma pesquisa sobre o bolsonarismo, é fundamental, portanto, a consideração de que, fenômenos sociais não podem ser reduzidos de forma determinista a simples efeitos causais de algo maior ou mais antigo do que eles. Todavia, para se evitar também outro tipo de reducionismo nesta pesquisa, considera-se igualmente fundamental que, ainda que possam apontar de forma mais evidente para uma noção de mudança, fenômenos associados a um presente recente e aqui abordados, como se tornará mais claro adiante, não nasceram do nada. Eles surgiram, em alguma medida, a partir de e por conta de algo que já estava posto como resultado de choques entre elementos de um passado mal resolvido na história do nosso próprio país.

No que tange a considerações metateóricas que convém ser expostas no início desta tese, vale destacar que este pesquisador⁴, que como já dito acima, está ciente de que o real é relacional, também sabe se tratar de um grande desafio sociológico o de muitas vezes ter que pensar, em uma perspectiva de problemas sociais, problemas que, inicialmente, podem parecer particulares (Mills, 2009). Quando aquele que constrói a problematização tenta com o tempo analisar possibilidades dele próprio se comportar como um agente de transformação para intervir nos problemas (os quais no começo podem parecer apenas dele próprio enquanto indivíduo) ele pode melhor perceber a necessidade de ter que tentar também visualizar de forma mais abrangente quais agentes interferem naquela tensão social, reduzindo ou potencializando o seu poder de agência. Nesse processo, a ideia de agência em um cenário de tensão vai passando por uma ampliação de olhar relacional na reflexão do pesquisador. Ela vai sendo cada

⁴ Visando oferecer algum nível maior de transparência sobre formação e ocupação do pesquisador mencionado, informa-se aqui que autor desta tese de doutorado em Sociologia é licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará (2005), bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Instituto Superior de Teologia Aplicada (2017), especialista em Ensino de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2010), mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (2019) e professor da rede de educação básica do Estado do Ceará desde o ano de 2010.

vez mais problematizada com relação a possibilidades diante de aspectos estruturais e culturais que se fazem presentes no tempo e no espaço em que o próprio pesquisador está em algum ponto situado (Archer, 2004).

Tais considerações metateóricas apontam assim para um caminho difícil, porém, sociológico, e que pode levar o pesquisador com mais honestidade e rigor científico a pensar (considerando suas limitações e as de toda e qualquer pesquisa de tese) sobre mudanças e permanências da própria sociedade onde ele se encontra, a qual ele problematiza e a qual ele se propõe analisar cientificamente. Toda essa complexidade pode ser desafiadora não só na hora de se construir um problema de tese, mas também no momento de se explicar como se chegou a ele.

Na continuidade deste capítulo inspirado no formato de uma cena inaugural (Barreira, 2017), além de explicar como cheguei a formular o problema de tese (que não é algo distante do que foi vivido e sentido pelo cidadão que busca aqui se colocar como pesquisador da ciência social com o rigor científico que a tarefa exige), torno clara também a escolha das referências teóricas e metodológicas da pesquisa. Nesta sequência, a qual explica como se deu o processo de construção da problematização da tese, foi feito um esforço de levar em consideração relações bastante complexas, o que ajuda no desafio de tornar o máximo possível a apresentação do objeto da tese como um recorte de algo maior, procurando evitar apresentá-lo como algo mutilado de complexidades nas quais ele se envolve e dentro das quais ele se constitui como parte.

Em consonância com as reflexões metateóricas explicitadas em páginas anteriores que me foram fundamentais pontos de referência para esta pesquisa, vale ressaltar que foi a partir de um caos social sentido por mim e por grande parte dos brasileiros em um contexto situado, bem como da minha tentativa um certo dia de encontrar algum tipo de alívio dentro dele enquanto cidadão, que acabei me percebendo cada vez mais como pesquisador e chegando à elaboração de um problema de tese. Para explicar como isso ocorreu, é importante começar a situar o ambiente e o momento onde, de certa forma, ao tentar encontrar respostas, vi-me elaborando mais perguntas que foram me levando a uma espécie de percepção crescente de que existia algum ponto onde elas poderiam ser relacionadas como parte de um mesmo e complexo problema de tese. Como se deu essa construção é o que será apresentado daqui para a frente neste primeiro capítulo.

No mês de abril do ano de 2021, o autor desta tese se encontrava em casa procurando seguir à linha restrições impostas por uma quarentena que visava atenuar problemas de saúde pública. Isso ocorria por conta de uma crise sanitária de dimensões globais (a qual no

Brasil acabava se entrelaçando com outros tipos de crises, como veremos em seguida), o que gerou a recomendação que se tornou popular do “fique em casa” (Kupfer, 2021).

Figura 1 - Exemplo de cartaz do "fique em casa" que se tornou muito comum durante a pandemia do Covid-19.



Fonte: Prefeitura de Niterói (2020).

Um isolamento social forçado pelo caos generalizado na saúde pública e privada causado pelo que ficou conhecido globalmente como pandemia da COVID-19, vírus que vinha fazendo milhares de vítimas mortais. Este surgiu em outras partes do planeta ainda no ano de 2019, chegando oficialmente na América do Sul, e, portanto, no Brasil, no ano seguinte, levando também a milhares de vítimas mortais no território nacional a partir de então. Dada a gravidade a nível transnacional, laboratórios de várias partes do planeta correram contra o tempo para tentar desenvolver uma vacina contra este mal. Cientistas situados em diferentes países foram começando a desenvolver as primeiras doses em épocas aproximadas, por volta de dezembro

de 2020, e passaram a negociar lotes com governos de diferentes partes do mundo que demonstrassem interesses nelas, ainda que isso dependesse de importação.

Figura 2 - Primeiras vacinas aprovadas contra Covid-19 circulando no planeta

AS 8 VACINAS JÁ APROVADAS PARA USO		
 vacina/ país/ tipo	 aprovada para uso emergencial ou limitado	 aprovada para uso definitivo
 Sputnik V Rússia carregada por outro vírus	Rússia, Argentina	—
 Sinopharm-Pequim China vírus inativado	uso limitado na China	Emirados Árabes, Bahrein
 Moderna EUA RNA mensageiro	EUA	—
 CanSino China carregada por outro vírus	uso limitado na China (só militares)	—
 Vector Rússia proteína	Rússia	—
 Sinopharm-Wuhan China vírus inativado	Emirados Árabes e China (uso limitado)	—
 Coronavac/Butantan China/ Brasil vírus inativado	uso limitado na China	—
 Pfizer-BioNTech EUA/ Alemanha* RNA mensageiro	EUA, Japão, Reino Unido, Chile, Costa Rica, Equador, Kuwait, México, Panamá, Israel, Cingapura, Bahrein, Canadá, Austrália, Colômbia, Arábia Saudita, Argentina e União Europeia	Suíça

Fonte: Freire (2020).

Em 2021, ainda no mês de janeiro, começaram a ocorrer no Brasil as primeiras e escassas vacinações contra o COVID-19, o que trazia a muitos brasileiros a sensação de que a oportunidade de se vacinar começava a se aproximar de todos nós. Todavia, a iniciativa não era obra do governo federal, pois se deu a partir de iniciativas experimentais locais financiadas pela própria administração pública do estado de São Paulo (Machado; Feitosa Junior; Paulo;

Rodrigues, 2021). Sendo assim, em nosso país, não havia vacina para todos nem mesmo dentro deste ente federativo. Apenas grupos prioritários, como idosos e pessoas com comorbidades, passaram a ter acesso paulatinamente ao longo dos meses.

Na época eu visualizava aquele começo do ano de 2021 se desenhando como um forte momento de esperança e de valorização da ciência no nosso país. Uma expectativa de que os resultados poderiam ser melhores do que os de 2020, quando 194.949 mortes de pessoas foram registradas em decorrência do Covid no Brasil, muito embora essa esperança ao final daquele ano viesse a se tornar uma grande frustração, já que no final de 2021, acabaram sendo registradas no país mais de 400.000 mortes em decorrência do coronavírus (Rosa; Tadeu, 2022). O final daquele ano de 2021 viria a confirmar no Brasil o que muitas pessoas já pensavam, assim como eu, em 2020: a relação entre vacinação e COVID-19 era questão de vida ou de morte.

Enquanto isso, voltando ao começo do ano de 2021, uma pressão social era jogada para cima de Jair Bolsonaro, o presidente do Brasil que à época estava exercendo seu primeiro mandato (2019 – 2022) sem que soubéssemos ainda se ele seria emendado com um segundo. Fosse em espaços da mídia televisiva ou em canais da *internet*, não era difícil encontrar o recorrente questionamento relativo ao porquê de Jair não demonstrar maior interesse e empenho de comprar mais vacinas e as tornar cada vez mais disponíveis para a população. Entretanto, isso era algo que Bolsonaro não indicava grande preocupação em fazer. Essa posição por parte de um chefe de Estado em um contexto pandêmico era algo que eu não conseguia entender e para mim precisava ser revertida o mais rapidamente possível. Com o tempo, eu e outras pessoas que pensavam da mesma forma veríamos que isso seria muito mais complicado do que imaginávamos, até porque, por mais absurda que pudesse parecer a posição que Jair Bolsonaro se colocava nessa tensão, ele sabia que não estava nela sozinho. Ele parecia saber que um certo capital político com muitos brasileiros, uma certa credibilidade em suas ações permanecia com ele enquanto presidente eleito e, independente de posições negacionistas e anticientíficas que ele viesse a revelar e que eu interpretasse como absurdas, ele continuaria sendo associado por muitas pessoas com esperança na construção de um país melhor, ainda que esse sentimento pudesse soar como falta de conexão com uma realidade que para mim era óbvia (Rocha, 2022).

Ocorre que vidas permaneciam em risco e pessoas continuavam morrendo em um ambiente onde por vezes a diferença entre existir e não mais existir parecia ir se reduzindo em nosso país a discussões sobre estatísticas de pesquisas e, pasmem, sobre a confiabilidade ou não delas. Isso porque ao mesmo tempo se desenvolvia um movimento de apoiadores do governo que defendiam a não utilização de vacinas e demonstravam tendências de criticar quem

confiasse na ciência, apontando isso como uma espécie de perspectiva inimiga e ameaçadora da fé que eles tinham e que eles acreditavam que deveria naquele momento de tensão social ser um valor mais propagado no Brasil (Corazza; Tostes, 2021).

Fui percebendo que o tema da vacina ultrapassava assim, claramente, o campo das discussões sanitárias e passou a representar posicionamento político em pleno século XXI, onde a super desenvolvida tecnologia da informação acabava sendo contraditoriamente usada para fazer circular esses posicionamentos. Muita gente percebia que havia no Brasil recente uma tendência de polarização política que levava a disputas de significado sobre pontos da nossa política que se embasavam muito mais na pobreza de visões apaixonadas do que em compromissos racionais com o bem comum. Mas, naquele cenário pandêmico eu me perguntava se as pessoas imaginavam que a disposição para a suspensão do bom senso chegaria tão longe.

Em meio a uma pandemia mundial, questões que outrora poderiam ser entendidas como basilares, como medidas para controle da saúde pública e a importância da ciência, pareciam também estar se tornando objetos a serem engolidos por narrativas politizadas que iam normalizando o negacionismo científico. O que para mim soava absurdo já não era mais visto por muita gente no Brasil como tal. Em abril de 2021 eu comecei a pensar em duas enormes questões, a primeira era como chegamos a essa situação neste país e a segunda era como isso poderia ser mudado. Mas, provavelmente precisaríamos de muitas e muitas teses para tentar dar conta desses dois pontos.

Enquanto os impasses acerca da compra de mais vacinas não se resolviam, eu me assustava com a devastação de vidas causada pela COVID-19 e me perguntava o que mais aqueles apoiadores mais radicais do governo do presidente Jair Bolsonaro, associados à uma estranha prática de negar sistematicamente a realidade (Hur; Sabucedo; Alzate, 2021), estariam dispostos a se convencer de que não estão vendo para continuar construindo narrativas de apoio ao governo. Como consequência daquele ambiente que para mim gerava grande ansiedade e que parecia estar longe do fim mesmo com as notícias se espalhando pelo mundo do surgimento da vacina, em abril de 2021, a quarentena seguia rígida em vários locais do Brasil. Ainda que a contragosto do presidente da república que fazia questão de atizar seus apoiadores publicando vídeos em suas redes sociais para mostrar que não a cumpria.

Importa destacar aqui que o Supremo Tribunal Federal, órgão do judiciário frequentemente acusado pelo bolsonarismo de tomar medidas antidemocráticas por não acatar silenciosamente decisões do até então presidente da república, havia decidido ainda em 2020 que caberia aos governos estaduais, a partir da análise mais específica da realidade de cada ente

federativo administrado, definir regras de segurança a ser aplicadas para cada localidade e fiscalizá-las. Isso tirou a possibilidade de o governo federal definir sozinho as normas a serem aplicadas em todo o território nacional (Amorim; Tajra, 2020).

Figura 3 - Supremo Tribunal Federal dá autonomia aos Estados diante do governo federal para decidir condutas com relação à pandemia do Covid – 19 em cada localidade



Fonte: Pinheiro (2020).

Lembro que ainda em 2020 eu comecei a me perguntar se a revolta dos bolsonaristas sobre essa decisão do STF expressava um entendimento de que decisões só seriam realmente democráticas para eles se fossem realizadas de forma monocrática pelo presidente que havia ganhado as eleições. Se sim, havia um problema muito sério sobre o entendimento do funcionamento da democracia aí e que, caso se popularizasse a colocaria cada vez mais em risco. A partir de abril de 2021 esse meu questionamento foi ficando mais recorrente e influenciou muito os caminhos da produção desta tese, o que ficará mais claro para o leitor durante a leitura deste capítulo.

Dentro daquela conjuntura eu me perguntava: como um governo que tinha conquistado suporte popular para permanecer negacionista poderia mudar de postura? Talvez a pergunta necessária deveria ser anterior a essa, assim: como um governo em pleno século XXI consegue apoio para uma questão como o negacionismo científico ao ponto de isso implicar em risco de vida para a população que ele governa? Talvez a luta para fazer o governo sentir pressão para mudar sua postura e comprar mais vacinas passasse por conseguir convencer as pessoas que o apoiavam de que ele estava errado. Mas, como fazer isso em uma época onde a parte das pessoas que acreditavam nos perigos da pandemia entendiam que precisavam se manter em casa para não fazer o vírus circular? Eu me sentia em uma situação kafkiana. Como começar esse diálogo tentando convencer pessoas que não se demonstram dispostas a entender o que para mim parecia ser absolutamente óbvio, ou seja, o fato de que em uma pandemia as pessoas precisavam se vacinar? Como fazer isso em uma época onde o maior acesso à *internet* contribuiu para que estas pessoas se afastassem ainda mais de um jornalismo crítico, por exemplo, e passassem a consumir conteúdo de canais e plataformas dispostas a oferecer sentidos de realidade à parte e tão marcadas pelo reforço à identidade entre os presentes (Rocha, 2021)? Uma outra pergunta de reflexões amplas que me passei a fazer e que também precisaria de muitas teses para dar conta minimamente da resposta: quais questões, fossem religiosas, políticas ou simplesmente ideológicas estavam envolvidas no processo de formação das mentalidades daqueles que praticavam o negacionismo científico naquele momento e interferiam para que um diálogo que poderia ser muito simples (sobre necessidade de se tomar vacina em uma pandemia global) se tornasse algo tão difícil e complexo?

Com cerca de quatro décadas já vividas, eu percebia que estávamos em uma era de grande expansão da *internet*, mas isso acabava sendo pouco aproveitado do ponto de vista democrático. Ela era muito mais estrategicamente usada pelos grupos de apoio ao governo para consolidar suas visões de mundo. Ainda que estas interpretações do real pudessem ser ofertadas com base em mentiras e falácias, fato era que elas alcançavam as pessoas e causavam impactos

sobre elas que iam muito além de influenciá-las em períodos eleitorais. Por isso, o que soava óbvio para mim não parecia óbvio para pessoas que apoiavam Bolsonaro. Sem contar que essa relação de confiança e apoio diante do que aquele governo dizia, muito provavelmente, não tinha sido construída de imediato, deveria ter sido um trabalho de anos cuja magnitude do potencial destrutivo na sociedade brasileira pode ter passado imperceptível para muita gente como eu. Fui refletindo que não havia percebido bem os processos que levaram à construção daquele universo de impossibilidade de diálogos sobre elementos óbvios para mim que me chocavam. Pensar isso tudo naquela situação pandêmica de abril de 2021 me gerava medo de morrer e ao mesmo tempo a sensação de ter sido construído ao meu redor uma espécie de manicômio a céu aberto, pois a realidade era relativizada com uma força enorme. Certamente, aqueles que se sentiam como eu não estavam diante de um cenário fácil de decodificar, muito menos de remediar (Lynch; Cassimiro, 2022; Rocha, 2023).

Naquele abril de 2021 no Brasil se vivia na pandemia em um ambiente intoxicado por um nível absurdo de polarização política. Esta teria sido iniciada e intensificada em algum outro ponto recente ou não de nossa história. O bolsonarismo, às vezes, aparentava trazer algo novo com ele, algo iniciado a partir das manifestações de protesto de junho de 2013 que levaram muitas pessoas às ruas no ano em que antecedeu a Copa do Mundo que seria sediada no Brasil. Mas, por vezes, ele parecia também se associar a formas e expressões de um tipo de cultura política que parecia contar com a força de um imaginário de representações positivas de um passado autoritário arraigado no presente, oriundas do período da já acabada época em que o Brasil foi governado por uma ditadura civil-militar.

Fato é que, com a popularidade do bolsonarismo naquele abril de 2021 impactando uma sociedade que tinha voltado a se definir como democrática desde a Constituição de 1988, duas formas de se pensar como sair dos problemas eram bastante antagônicas e apontavam para uma sociedade brasileira que a mim parecia muitas vezes estar partida ao meio. Nela, algumas pessoas, ao tentar se colocar com ímpeto à direita acabavam se posicionando fora de qualquer compromisso social mínimo com condições de garantia da existência de uma democracia (Bobbio, 2022). Enquanto discursos de ódio circulavam e se normalizavam, mais pessoas iam sendo atraídas para se pronunciar fora das fronteiras da cidadania. Isso comumente implicava também em apontar como sendo negativamente de esquerda tudo que não estivesse bem próximo das formas radicais à direita de interpretação da realidade (Silva, 2021).

Assim, uma suposta direita orgulhosa de portar discursos extremos parecia querer nomear seus adversários políticos como inimigos da nação, carregando uma parte aparentemente crescente da sociedade nessa sua onda e forçando uma outra parte a tomar

posições claras e conscientemente antagônicas a ela. As redes sociais iam sendo usadas como espécies de trincheiras virtuais, a partir das quais uma pessoa atacava a outra, mas tinha a sensação de que não fez nada demais pelo fato de os golpes desferidos não terem ocorrido em uma discussão entre corpos presentes no mesmo espaço físico.

Uma operação em busca de legitimidade de posicionamento de uma suposta direita mais pura na democracia vinha obtendo um crescente êxito notório e perturbador na sociedade brasileira. Era como se as pessoas agora deversem soltar a voz e dizer o que pensavam sem freios em nome do direito à liberdade de expressão, em nome de um suposto caminho correto de aprofundamento da participação política do cidadão comum no regime democrático. Elas iam sendo atraídas para a extrema direita acreditando terem sido convidadas a fortalecer a democracia, só que fragilizando a democracia. O bolsonarismo parecia crescer como uma bola de neve criada nesse embalo, enquanto essa suposta pura direita brasileira sem freios ia se demonstrando despreocupada em sair de qualquer ideia imaginada um dia por alguém da existência de um arco democrático, pois dava a impressão de que ao tentar se impor ela se revelava cada vez mais como uma direita extrema, uma ala política de princípios e objetivos reacionários (Bobbio, 2022) que queria ganhar cada vez mais apoio popular e chacoalhar o campo democrático.

Um detalhe relevante é que essa suposta pura direita brasileira parecia ter se apropriado em anos recentes de armas para batalhas por apoio político que não eram pura histeria e nem estratégias pontuais, recursos que seus adversários nem pareciam ter entendido o quanto eram eficazmente danosos, capazes de reativar minas colocadas no passado e de enraizar problemas comprometendo a democracia brasileiro a longo prazo. Era difícil entender minimamente a complexidade que estava por trás daquele cenário de polarização política em que um grupo parecia ter aprendido a se alimentar da propagação do ódio, desenvolvendo cada vez mais estratégias assertivas para fazer esse sentimento ganhar força e gerar apoio de grupos, com os quais, há anos ele ensaiava aproximação (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018).

Todavia, eu não sabia ao certo por onde começar a pensar sobre isso tudo naquele abril de 2021. Pandemia, quarentena, negacionismo, maior acesso à *internet*, crise econômica, crescimento de popularidade da extrema direita...como esses fatores impactavam na nossa sociedade e criavam uma atmosfera de “democracia sob risco”, todos esses pontos também começaram a ser pensados por mim como elementos que caracterizavam uma conjuntura angustiante não só no Brasil. Isso porque eu percebia que em diferentes medidas eles também existiam, combinavam-se e se expressavam naquele momento no mundo ocidental, para além das fronteiras do nosso país. Isso implicava pensar que, embora pudssemos ter especificidades

relativas à nossa realidade nacional, grande parte do planeta problematizava sobre essas questões naquele momento (Mudde, 2022; Fotheringham, 2021; Herrera-Peco; Jiménez-Gómez; Romero Magdalena; Deudero; García-Puente; Benítez de Gracia; Ruiz Nuñez, 2021).

Nesse sentido, muitas vezes, eu me pegava questionando em que medida o que se experimentava de crise política nesse país ocidental possuía relevantes características do ponto de vista particular. Mas, também, em que medida o que vivíamos com relação a isso não significava pouco mais do que apenas uma expressão de um cenário de esvaziamento da democracia que havia chegado ao Brasil vindo de fora, a partir da articulação de figuras políticas internacionais que expandiam sua influência sobre o planeta, como o até então presidente dos Estados Unidos que se encontrava em pleno exercício de seu primeiro mandato (2017 – 2021) e era mundialmente conhecido como um radical de direita, Donald Trump, aliado de Bolsonaro (Byrne, 2019)⁵. Em abril de 2021 Bolsonaro se encontrava sem filiação partidária e desenvolvia o segundo ano do seu primeiro mandato (com possibilidade de tentar reeleição ao final do quarto ano). O cargo havia sido conquistado mediante eleições em 2018 quando Jair concorreu pelo Partido Liberal (PL). Menos de dois anos depois de Bolsonaro ter sido eleito presidente do Brasil, naquele mês de abril de 2021, havia no território nacional uma espécie de entrecruzamento de crises, uma de caráter econômico, outra sanitária e uma terceira de aspecto político. Embora fosse possível reconhecer problemas sérios ocorrendo de forma simultânea em diferentes esferas da sociedade, para mim, também ficava difícil não ver que elas se relacionavam em alguma medida e, nesse sentido, pareciam às vezes formar uma grande e única crise afundando o país e desmobilizando possibilidades de resistência.

Nesse amontoado de fontes de mal estar, não dava para saber ao certo a partir de que ponto começavam a ser sentidas as dores nem a partir de onde elas poderiam passar a ser resolvidas. Desemprego e inflação assolavam grande parte da população brasileira. Desorganizada, a esfera econômica era impactada pelos obstáculos para vida social voltar ao normal por conta da quarentena. Todavia, a quarentena era uma forma de tentar fazer com que a crise sanitária fosse amenizada, já que, para que a pandemia que matava milhares de brasileiros não se espalhasse ainda mais rapidamente e fosse de fato controlada, cada pessoa precisava evitar se expor até que ocorresse ampla vacinação para a vida social ir voltando ao normal. O problema era que, para essa ampla vacinação no país se desenvolver estávamos

⁵ Este presidente estadunidense, na época em seu primeiro mandato, representava-se publicamente como um aliado de Bolsonaro, sendo os dois símbolos do crescimento de popularidade de uma direita intolerante, caracterizada, entre outras coisas, por colocar minorias como alvo dos seus discursos de ódio, não obstante terem, em suas bases de apoio, igrejas cristãs que, em tese, diziam pregar o amor (Lacerda, 2019).

dependendo de iniciativa no campo democrático, mas até o presidente da república se comportava publicamente como um negociacionista e mantinha um amplo apoio popular. Ficava difícil reverter isso como mobilização política, até porque, naquele contexto, a quarentena forçava as pessoas a ficarem em casa. Era difícil sequer se desenvolver um debate político decente em um ambiente contaminado de ódio normalizado e reverberado pelas redes sociais. (Rocha, 2023; Alonso, 2023; Rocha, 2023). E eu seguia me perguntando: como chegamos a isso?

Enquanto eu pensava sobre essas questões angustiado em casa uma outra percepção me deixou ainda mais inquieto. Acabei descobrindo que funcionários públicos como eu, professor efetivo da rede estadual básica de educação do Ceará, iam sendo destacados em discursos que circulavam pela *internet* como os grandes vilões da crise econômica que estaria sendo imposta à população por meio da quarentena. A visão negativa sobre servidores públicos se baseava em uma lógica discursiva que se propagava afirmando que, ao contrário da parte da população que não tinha remuneração garantida, pessoas concursadas como eu podiam ficar em casa mais despreocupadas com a crise econômica. Em tese, dentro dessa lógica discursiva negativa sobre funcionalismo público, pessoas como eu faziam isso não por medo de morrer ou por consciência social para não fazer o vírus circular, mas para boicotar o governo do presidente Bolsonaro e ganhar dinheiro sem ter que comparecer ao trabalho (Sperb; Canofre; Brigatti, 2020). Então, eu fazia parte de uma elite beneficiada por uma conspiração chamada “quarentena”?

Comecei a perceber que quanto mais eu vasculhava a *internet* naquela quarentena mais poderia encontrar discursos estranhos para mim sendo semeados e, aos poucos, normalizados. Eu queria organizar as coisas na minha cabeça, tentar encontrar foco que me ajudasse a ir entendendo aquele turbilhão de mudanças. Em meio a essas mudanças crescia a popularidade de discursos neoliberais que defendiam que deveria haver menor atuação por parte do Estado para resolver este tipo de problema. A popularidade dessas narrativas implicava em pessoas se tornarem menos controladas pelo Estado se tornando mais independentes dele, as quais teriam que naturalizar a ideia de se lançarem numa visão de mundo embasada em empreendedorismo, vencendo na vida de forma despreocupada com direitos e vínculos trabalhistas, fazendo seu próprio horário e trabalhando de forma autônoma (Laval, 2020; Dardot; Laval, 2016).

A popularização daquela visão romantizada de mundo do trabalhador autônomo era uma perspectiva ideológica que tendia a isentar muito de responsabilidades pessoas que estavam à frente do Estado naquele momento, como o próprio presidente Jair Bolsonaro. Ela

levava os brasileiros a pensar o trabalho não como um direito social e também a se sentirem como únicas responsáveis pela miséria ou pela bonança que poderiam vivenciar na nossa sociedade. Além disso, era uma visão que servia de base para fazer pressão política para desregulamentar a economia. Ela buscava justificativa para isentar cada vez mais megaempresários de taxaço de impostos. Ademais, contribuía para que pessoas pobres se sentissem identificadas com os comerciantes muito ricos. Isso porque elas iam passando a se ver do dia para a noite igualmente como empreendedores, com a diferença apenas de que elas, em tese, ainda viriam a desenvolver na prática, quase que de forma natural, grande parte do suposto potencial que elas tinham para empreender, o que também as deixaria ricas dentro em questão de tempo. Mas, quando veio a pandemia e com ela a quarentena, autônomos que sonharam em ficar ricos por não terem mais patrões foram forçados a sentir a fragilidade em que eles se encontravam dentro da sociedade. Em tese isso trouxe as condições para que os produtores do discurso da suposta facilidade para empreendedores ficarem ricos fossem vistos como farsantes. Mas, eles demonstraram-se habilidosos para canalizar também a frustração dos autônomos que nestes discursos acreditaram. Angústias diante de problemas sociais vivenciados podem ser sentidos por diferentes pessoas. Mas, para estas mesmas pessoas não há forma única e nem automática de interpretar a causalidade dos males que são sentidos. Cada vez ia ficando mais claro para mim que havia grande necessidade das construções de mudanças na esfera da política serem melhor decifradas a partir da análise de guerras culturais. Diferentes interpretações sobre causas de problemas sociais podem levar a diferentes disposições de ação sobre como resolvê-los. Nesse ínterim, importante destacar que os significados são disputados no campo da cultura e essas disputas têm ganhado cada vez mais campos de batalha e de produção de sentidos na presente era de crescimento de acesso e de popularidade das redes sociais. Nesse processo, o que é verdade ou não pode virar um detalhe a ser relativizado se o objetivo maior daquele que visa emplacar significados for conseguir granjear guerreiros dispostos a lutar por bandeiras que se encontram levantadas em seu campo de batalha.

Refletir sobre isso me fez perceber o potencial sinistro de militância da *internet*, pois às vezes esta me parecia ter virado uma malha complexa, dentro da qual algumas pessoas pareciam estar continuamente presas à produção de significados de outras, as quais poderiam sempre investir em discursos irresponsáveis justamente porque a produção incessante de novas discursos as livrariam de um dia ser responsabilizadas pelos anteriores. Nessa lógica discursiva, funcionários públicos, mesmo professores da rede de educação básica como eu que não podiam

se aglomerar com 40 adolescentes em uma sala de aula no contexto pandêmico⁶, eram enquadrados como uma espécie de casta social que sugava o país e precarizava a vida da maior parte da população. Fui percebendo cada vez mais que havia um toque de populismo no bolsonarismo, além de uma certa ideia “messiânica” por parte de apoiadores de Jair Messias Bolsonaro de que ele precisava de uma base fiel e ativa do povo para poder salvar o país das supostas castas que, como “a minha” de professores de escola pública, o exploravam (Rocha, 2023; Cassimiro; Lynch, 2022)⁷.

Não vivíamos uma época em que debates democráticos abertos se proliferavam e se expandiam pelas redes, aprofundando nossa democracia. Ao invés disso, mais parecia que grupos estavam dispostos a se adiantar de modo organizado para produzir uma forma tendenciosamente padronizada de como outras pessoas deveriam interpretar os problemas que elas viviam. Paradoxalmente, parecia-me que esse processo estava em vigor justamente para evitar que as próprias pessoas provocadas conseguissem por elas próprias se habituar a pensar sobre os problemas que elas viviam, evitando-se assim que estas pudessem chegar às suas próprias conclusões. Questionar-me sobre as origens disso me fez começar a despertar para o fato de que alguns recuos precisavam ser feitos no tempo para eu poder entender melhor de dentro do furacão o que estava acontecendo naquele abril de 2021.

Nesse mundo onde até o ato de tomar vacina contra uma doença gravíssima era ensinado a ser interpretado como uma posição política, toda essa conjuntura de pré-disposição para influenciar pessoas parecia estar relacionada com uma espécie de série de batalhas por ideias no presente que ao mesmo tempo se relacionava com uma grande guerra ao longo dos anos por significados dentro da nossa cultura. Esta, mesmo não sendo tão claramente declarada aos adversários para evitar que eles se colocassem igualmente organizados e preparados para reagir, de certa forma, em seu conjunto, fazia constantemente pouco caso da verdade e vinha ajudando a intensificar o enfraquecimento da capacidade de reflexão e de diálogo da sociedade

⁶ Importante destacar que, grosso modo, ainda que tenham deixado de ir às escolas depois que as aulas presenciais foram suspensas para evitar maior proliferação do vírus no Brasil a partir do ano de 2020, os professores não deixaram de trabalhar durante a pandemia do Covid-19 no Brasil. Pelo contrário, mantiveram-se em atividade desde o ano em que a pandemia chegou no território nacional. A grande maioria, além de utilizar seus próprios computadores e sua própria *internet*, teve que aprender a dar as aulas à distância usando recursos da *internet* sozinha, já que os docentes não receberam treinamento para isso e as aulas não podiam parar (Oliveira; Pereira Júnior, 2021).

⁷ Aquilo que outrora me soava de forma resoluta como simples caos desinformativo⁷ foi me levando com o tempo à suspeita de se tratar de algo organizado, planejado, pensado por alguém, por algum grupo. Parecia que aquelas forças que iam cada vez mais tentando se representar no campo político brasileiro como uma pura e legítima direita, as quais acusavam seus adversários de organizar conspirações, eram elas próprias as especialistas em destilar o tipo de veneno falaciosamente ideológico e manipulador que denunciavam que existia no Brasil. Se o caos criava um ambiente mais lucrativo para alguns, provavelmente alguns tentariam de tudo para que esse ambiente não fosse compreendido para não correr o risco de ser superado.

brasileira. Tudo isso se combinava para influir na qualidade da nossa democracia, ou melhor dito, no declínio dela. O que mais me assustava não era o que políticos e formadores de opinião bolsonaristas poderiam dizer de absurdo, mas o fato de aquilo que eu claramente entendia como absurdo ser aceito prontamente como algo normal por grande parte da população do país onde eu vivia, ainda que isso significasse para estas pessoas perda de direitos e uma estranha disposição voluntária de se colocar em uma posição mais débil na sociedade, tanto no que diz respeito à fragilidade econômica como à sanitária. As pessoas pareciam ter suspenso suas capacidades de pensar por conta própria em nome de se sentirem parte de um grupo que estaria reagindo eficazmente aos problemas que elas compartilhavam com uma radicalidade supostamente necessária.

Assim, ia ficando claro para mim que a crise política passava por um processo que eu ainda achava pouco discutido e pouco compreendido. Ele dizia respeito a uma espécie de normalização de elementos que eu considerava absurdos. Nesse ínterim, eu me perguntava: como a jovem democracia brasileira, cujo marco temporal é a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, pôde na prática regredir tanto? Conseguir trazer para uma pesquisa todos os fatores combinados que poderiam trazer essa resposta sempre me pareceu, obviamente, uma tarefa impossível pela amplitude que a pergunta levava, tanto a nível temático quanto temporal. Mas gerou-se em mim uma vontade de encontrar algum fio de meada que ajudasse a relacionar diferentes pontos e assim contribuir com a partir de um recorte sobre esse problema tão grande, tão sério e tão presente. Eu não estava preocupado só com a sociedade onde eu estava vivendo, mas também com os rumos que ela viria a percorrer andando nesse tipo de direção e os lugares onde poderíamos com o tempo ser levados, já que estamos dentro dela.

Com a sensação de que não avançaríamos na vacinação, a insegurança existencial, própria de uma modernidade instável e cheia de riscos (Giddens, 2002), parecia estar se multiplicando e conseguindo se espalhar no país onde, contraditoriamente, junto com as notícias diárias na imprensa que caracterizavam a factualidade dos estragos causados pelo COVID-19, expandia-se o negacionismo. Eu sentia como se quisessem que nós brasileiros nos acostumassemos com a distância das doses de vacina e ao mesmo tempo com o aumento das doses de caos. Como se quisessem que passássemos a ver questões muito relevantes como algo que não precisava de alarde. Sentia como se faltasse vacina e remédio não só para o vírus responsável pela pandemia, mas para vários tipos de problemas daquela grande crise ampliada vivida no Brasil, configurada a partir de conexões entre as crises econômica, política e sanitária.

Nesse sentido, o ano de 2021 havia entrado nas vidas dos brasileiros, mas seu começo, ao invés de ir se consolidando como esperançoso, teimava em se cristalizar como

sombrio, apontando para a continuidade daquele pesadelo de mortes de não vacinados da Covid-19 que ocorreu em 2020. A desorganização da produção e circulação de mercadorias na permanência da necessária quarentena dava força à inflação que se intensificava e assolava o preço até dos alimentos mais básicos (Mendonça, 2021). Como se a soma destes fatores não representasse sofrimento suficiente para o povo brasileiro, o cenário político era confuso e tenso. Assim, era difícil isolar os problemas e tentar enxergar qual tipo de crise era a pior, já que em alguma medida elas pareciam estar interligadas e se fortalecendo mutuamente. Fui pensando com mais frequência que um aparente ponto em comum entre elas era o fato de que em vários momentos nenhuma estava recebendo a devida atenção que merecia por parte do governo federal, a começar pela própria COVID-19, que dentro do cenário pandêmico havia sido classificada pelo próprio presidente da república como apenas uma gripe muito leve (Moraes; Silva, 2021):

Figura 4 - Reportagem destacando que Bolsonaro chamou Covid – 19 de “gripezinha”.



Fonte: UOL (2021).

Havia algo ali muito difícil de entender, pois me parecia que quem queria normalizar absurdos em uma sociedade democrática sempre se encontrava pelo menos um passo à frente de pessoas que, assim como eu, pensavam de forma diferente e queriam outros rumos para a nossa sociedade. Era como se essas pessoas que sempre estavam um passo à frente tivessem aprendido a tirar vantagem em um tipo de disputa no campo das ideias que elas estavam levando muito a sério e que sabiam que alcançava as pessoas. Já seus adversários me pareciam esperançosos de que a pura materialidade dos fatos levaria as pessoas a desenvolverem consciência da realidade de forma quase que mecânica. Cada vez menos naquela conjuntura eu achava que isso fazia sentido. Quem ainda apostava em algo parecido com esse tipo de perspectiva naquele momento de disputa de sentido via *internet* foi me parecendo cada vez mais perdido diante do que estávamos vivendo. Como havíamos chegado a isso?

2.2 Atentando para a necessidade de fazer recuos históricos

A obrigatoriedade de se cumprir a quarentena, em casa, trabalhava a favor de uma desmobilização nas ruas. Isso contribuía para condicionar mais ainda os brasileiros a sentirem a intensificação de um problema de raízes antigas na nossa jovem democracia: uma passividade na esfera política e a uma sensação histórica de distância do povo com relação a possibilidades de exercer influência sobre este campo para além do período eleitoral (Moisés, 1989). Mas, enquanto alguns permaneciam em suas residências, outros desafiavam a *lockdown*. Obviamente que nem todos faziam isso por influência ideológica do negacionismo propagado por páginas de extrema direita⁸. A militância virtual exitosamente colocada por algum grupo formador de opinião para circular em formato de discursos poderia significar para algumas pessoas apenas uma espécie de oportunidade de dar ouvidos a grupos que ofereciam desabafos sobre a situação ruim, além de um meio de tentar “se informar”. Nesse processo, o mundo virtual se transformava em um tipo moderno de torre de Babel. Mas ao invés de se constatar claramente a existência de várias línguas, esta torre ia sendo ocupada por pessoas que falavam,

⁸ Sabe-se que nem todos que assim agiram foi por posicionamento ideológico e influência dos discursos da extrema-direita em redes sociais que diminuía a gravidade do coronavírus. Na diversidade da realidade social brasileira, alguns não cumpriram devidamente a quarentena por negacionismo, outros por tentar descobrir brechas para seguir trabalhando de forma autônoma e pagar suas contas, pois a fome e a inflação eram reais, outros por conta do exercício de atividades com vínculos que não permitiam o distanciamento, como motoristas, caixas de supermercado, empregadas domésticas etc.

praticamente, apenas dois idiomas. Um deles dava a impressão de ser sempre tendencioso a responsabilizar o governo Bolsonaro por omissão (Rocha, 2023).

Foi assim que comecei a pensar que, olhando com mais acuidade e sistematicidade para o bolsonarismo, talvez eu conseguisse encontrar algum ponto que ligasse a história recente da jovem democracia brasileira ao presente e passasse a compreender melhor estruturas e mecanismos que podiam ser acionados para operar lógicas nas cabeças das pessoas. Algo que já impactava o país na atualidade independente do meu nível de entendimento dele.

Como pesquisador, é interessante refletir sobre elementos tendenciosos da minha forma de pensar incorporados tanto por minha formação como por meus círculos de sociabilidade durante a vida. Nesse sentido, preciso considerar que eu nasci em 1981, ainda no final da ditadura civil-militar no Brasil. Na formação da Constituinte em 1985, era uma criança de cerca de quatro anos. Quando a Constituição Federal foi promulgada em 1988, tinha sete. Já estava vivo enquanto a última ditadura experienciada nesse país agonizava e procurava tutelar o processo que iria dissolvê-la, mas eu não tinha ainda entendimento suficiente para ter memórias realmente significativas do que aquele período representou. As ideias que fui formando sobre ela vieram depois, pelos livros e pelas aulas que encontrei na escola e na Universidade.

Em minha cabeça, a ideia de existência de uma extrema direita estava demasiadamente associada ao uso claro da força e da repressão contra o povo. Para mim seriam os cacetetes e a tortura os elementos paradigmáticos que interessavam para explicar como a extrema direita sujeitava a democracia, sistema político que sempre associei à vontade do povo, para o povo e pelo povo. Todavia, no presente, o retorno da extrema-direita por meio do bolsonarismo no Brasil me desafiava a observar com mais ênfase outro tipo de poder dela: sua capacidade de, contraditoriamente, criar estratégias para granjear apoio em meio à população e enfraquecer muito a democracia por esse caminho. Mas, eu precisava amadurecer melhor essa ideia que me parecia demasiado paradoxal e encontrar uma forma mais plausível e atual de definir um problema que eu ainda estava começando a tatear. Mas, nada ali parecia fácil⁹.

⁹ No ano de 2021, a dureza do presente constrangia e forçava olhares sobre os perigos da pandemia, levando, a nível global, a um aumento dos registros de pessoas que procuravam ajuda psicológica para lidar com medo de morrer, com o temor de parentes virem a falecer e com a angústia da persistência do isolamento social que se arrastava desde 2020 (Schmidt; Crepaldi; Bolze; Neiva-Silva; Demenech, 2020). Nesse período de tão reduzidas expectativas com relação ao significado de existir, no território brasileiro, sobreviver ao COVID-19 conseguindo ao mesmo tempo pagar as contas, já se constituía de forma suficiente na ordem do dia para muitos. Uma luta pelo básico que ia se estabelecendo por tempo indeterminado para quem estava situado naquele contexto e não possuía o olhar privilegiado de quem sobreviveu à pandemia e pode hoje, com o distanciamento do tempo, ler esse texto e pensar sobre aquele período. Não dava para saber ao certo quando a vida social voltaria ao normal ou como seria o novo normal após a pandemia. Um planejamento de porvir para além daquela conjuntura poderia soar utópico, improvável demais para muita gente. Era nesse fundo de pouco ambiente para reflexão e de necessidade

Naquela atmosfera de desgaste emocional, também era difícil tentar saber se em um futuro próximo aquele presidente da república que parecia um símbolo da polarização e da falta de diálogo que o Brasil vivia daria continuidade à sua gestão com um segundo mandato. A verdade é que, nem sequer se sabia se, caso a ele interessasse permanecer no poder, isso seria buscado pelos seus apoiadores através de processos democráticos legais já previstos na Constituição Federal (Lynch; Cassimiro, 2022). A gestão de Bolsonaro se desenvolvia de forma controversa, já que demonstrava disposição para negar a gravidade de problemas urgentes e a responsabilidade dele próprio sobre eles, ainda que se tratasse de caso de vida ou morte para muita gente, como com relação à supracitada pandemia. Para isso, Jair, o Messias da extrema-direita, apoiou-se em uma notória capacidade de manter uma base de apoio fixa durante aquele ano de 2021 (Canário, 2021). Ao mesmo tempo, ele convivia com a desconfiança dos opositores de que em algum momento o exercício do seu governo no Brasil poderia descambar para um autoritarismo de extrema direita sem disfarces. Se isso viesse a se consumir futuramente, a partir daí poderia ser enterrada de vez a jovem democracia representativa formal brasileira. Mas, se a democracia jamais fosse claramente desvalorizada dessa forma, que parcela da população perceberia a sua desfiguração contínua e estaria disposta a lutar para juntar seus pedaços?

Importante destacar aqui desde já que o próprio Bolsonaro a mim parecia fragilizar a democracia sem se confiar tanto em uma futura intervenção militar e em atender de fato aos gritos das pessoas mais exaltadas da extrema-direita que começaram a reaparecer com mais frequência desde alguns anos antes pedindo isso nas ruas (Correa; Pedersoli, Mazzi, 2014). Tais manifestações a favor de um retorno da ditadura que começaram a ficar mais comuns no ano das eleições presidenciais de 2014 se expandiram aos poucos ao ponto de em 2016 quarenta pessoas fazendo este tipo de reivindicação serem detidas após invadirem a Câmara de deputados em Brasília conforme reportagem de onze de novembro daquele ano publicada pelo G1:

de seguir a impulsos diários para sobreviver que o bolsonarismo se enraizava. Parecia que o caos lhe trazia algo de produtivo.

Figura 5 - “Manifestantes” na Câmara Federal pedindo intervenção militar.



Fonte: G1 (2016).

Anos depois, o bolsonarismo parecia estar em um ponto que situado entre uma teatral ameaça de ruptura democrática para agradar a setores mais radicais entre seus apoiadores e um processo de avanço de mecanismos antidemocráticos que iam normalizando a expansão da extrema-direita. Essa segunda via estratégica era justamente a que mantinha uma certa fachada de respeito ao regime democrático. Isso era o que me parecia minar possibilidades de resistência ao bolsonarismo, justamente por dificultar a clareza de percepção do tamanho da

crise política que nos acometia no país. Enquanto eu via um caos instalado, o bolsonarismo fazia parecer que todo o jogo democrático funcionava normalmente e ganhava com isso. Tratava-se de uma gestão que havia chegado ao poder em um cenário de disputa política extremamente polarizada já em 2018, exalando forte fidelidade de seus eleitores e simultaneamente imensa desconfiança e receio por parte de seus adversários.

Desse modo, com ou sem clara ruptura declarada ao regime, para não simpatizantes como eu, o governo Bolsonaro soava como uma ameaça para a manutenção da própria ordem democrática, da garantia da continuidade do jogo político que deve caracterizar um sistema nesses moldes (Bobbio, 2022).

Paradoxalmente, também era necessário para a oposição reconhecer e assumir que havia um certo nível de normalidade democrática ali. Isso porque, de fato, a extrema-direita bolsonarista havia ganhado o pleito em 2018 por meio de voto nas urnas, muito embora as condições em que aquelas eleições haviam ocorrido, com fatos polêmicos como a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva¹⁰ em cima da disputa e sua impossibilidade de concorrer ao cargo (estamos falando do nome do representante mais popular do maior partido de esquerda do Brasil), colocasse em dúvidas desde o início da campanha que as instituições democráticas estavam funcionando normalmente naquele ambiente em que se passariam as eleições (Soares, 2021)¹¹.

Capitão reformado do exército, Jair era um entusiasta defensor do período da ditadura civil-militar no Brasil (Lynch; Cassimiro, 2022). Ele próprio parecia personificar a união da extrema-direita do passado com a do presente. Inclusive, era publicamente apoiado por generais idosos, com histórico de atuação naquele período de exceção da história nacional que, vale salientar, havia ocorrido com inserção em um contexto mais amplo e transnacional de Guerra Fria e polarização ideológica constituída pelos conflitos entre o capitalismo dos Estados

¹⁰ Luís Inácio Lula da Silva foi preso no dia 07 de abril do ano de 2018, meses antes da disputa à presidência da República, à qual foi impedido de participar, o que acabou facilitando o caminho para Jair Bolsonaro se tornar presidente. Após passar mais de 24 horas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos localizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo, o petista se entregou à polícia federal para cumprir sua pena de 12 anos e 1 mês pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Todavia, Lula ficou apenas 580 dias na prisão e suas condenações foram anuladas após o Supremo Tribunal Federal entender que os seus direitos não foram respeitados durante o processo que o levaria a cumprir pena (ver Schereiber, 2022).

¹¹ Grosso modo, na prática, ressalvas e desconfianças à parte, parecia em um certo nível de relevância estar funcionando a democracia quando Bolsonaro foi eleito, assim como ela parecia continuar funcionando durante seu mandato presidencial. Caso não se conseguisse desenvolver em grande parte da população o desejo de se realizar grandes discussões sobre a qualidade da democracia em ambos os casos, a extrema-direita que Bolsonaro representava poderia tranquilamente dizer que a democracia seguia seu fluxo normal e que o bolsonarismo tinha plena legitimidade democrática. Desde que conseguisse cada vez mais apoio popular para avançar com suas ideias e práticas, o bolsonarismo poderia seguir normalizando a extrema-direita na medida em que passasse a representar cada vez mais no imaginário da população algo como um simples e legítimo fragmento da composição da própria democracia no Brasil que agora se encontrava no poder para cumprir a vontade do povo.

Unidos da América e o socialismo da União Soviética (Lacerda, 2019). Como se isso não bastasse, o Messias da extrema-direita colecionava condutas que deixavam margem para brasileiros refletirem em que medida sua gestão se espelharia de fato naquela época da ditadura civil-militar da segunda metade do século passado e até que ponto o processo que se iniciou nos anos 1980 de abertura democrática no Brasil, além de permanecer largamente inacabado, encontrava-se sob risco (Schurster; Silva, 2021). Afirmções de Jair contra grupos que possuem representação minoritária em parlamentos pelo Brasil e que já vinham sofrendo com uma onda reacionária de dimensão transnacional, como mulheres e homossexuais (Marafon; Sousa, 2018; Junqueira, 2018), tanto durante sua campanha como também depois dele assumir o posto, ajudavam a endossar a desconfiança de que os direitos destes grupos tenderiam a ser cada vez mais gravemente atacados no governo de Jair. A título de exemplificação, vale lembrar como pessoas negras apareciam por vezes nas falas de Jair Bolsonaro, o que foi documentado em jornais da época:

Figura 6 - Bolsonaro compara pessoas negras a animais em ano de campanha para presidência.



Fonte: Kertzman (2022).

Discursos como os de tom racista proferidos por Jair Bolsonaro pareciam ser endossadas por uma parcela significativa da população brasileira que o ajudou a se eleger e ainda o considerava não apenas um homem, mas um mito (Lynch; Cassimiro, 2022). No meio dos eleitores de Jair, a popularização deste adjetivo que visava qualificá-lo como pessoa que se expressaria frequentemente de forma memorável e histórica não pode ser entendida como um detalhe em sua trajetória de ascensão. O fato aponta para a construção de um determinado populismo para com relação a alguém que foi conseguindo se consolidar no imaginário de seus apoiadores como parte do povo mais simples que supostamente lutava contra uma elite de valores corrompidos, alguém teoricamente capaz de expressar aquilo que muitas pessoas queriam mais não tinham liberdade para dizer (Mudde; Amadeo; Paula, 2021). Quer gostem ou não seus opositores como eu, fato é que Jair representava pessoas e forças neste país. Mas quais

pessoas e forças nestes país que se dizia democrático esses tipos de discursos de Jair representavam?

Quando eu via brasileiros chamando alguém que me soava tão limitado e excludente como Bolsonaro de “mito”, eu costumava me perguntar qual a parte da história do meu país que eu, professor de História, precisava consultar melhor para entender o meu presente. Bolsonaro havia ganhado eleições para presidente da república no ano de 2018 concorrendo pela primeira vez na sua vida a um cargo do Poder Executivo. Logo ele que havia sido antes por quase 30 anos um deputado federal sem grande expressão (Lynch; Cassimiro, 2022; Lacerda, 2019). Sua ampla popularidade para ter capital político ao ponto de ser de fato um presidenciável com chances reais só havia crescido em anos mais próximos a aquele pleito de 2018 que lhe consagrou à frente da nação. Estes anos foram também de uma espécie de processo conturbado de endireitamento político do Brasil. Neles, vertentes que compunham o espectro da direita brasileira organizaram-se por meio de interesses em que convergiam e do desejo de crescimento conjunto no cenário da política nacional em meio a manifestações de rua que começaram a se tornar comuns a partir de 2013 e foram seguidas de uma crescente instabilidade política e econômica que se abateu sobre o país (Alonso, 2023; Avritzer, 2016). Tal convergência de interesses supramencionada agregava grupos que representavam muitos tons do lado destro. Estes iam de direitas liberais na economia mais moderadas, passando por religiosos entre outros e chegando inclusive a defensores de um golpe de Estado. Somados, configuram o que pode ser compreendido como uma direita plural (Gentile, 2020)¹².

Neste processo, essa militância das direitas também procurava associar a esquerda no imaginário popular a muita coisa de ruim que estava acontecendo e que, em tese, precisava ser combatida no Brasil, como números altos de criminalidade e queda no poder de compra da população (Lacerda, 2019). É importante destacar esse ponto: a polarização que foi sendo construída por grupos de direita a partir de 2013, a qual abalou uma certa hegemonia política que o Partido dos Trabalhadores (PT) exercia ocupando a presidência da república desde 2003, não passou a existir como obra do acaso e nem como simples efeito natural de desgaste do petismo. Ela se fez intensa enquanto resultado de ação política articulada, executada nas ruas e nas redes sociais por grupos bem organizados de direita que souberam utilizar o crescimento

¹² Esta soube, em meio às fissuras pressionadas do recente contexto histórico brasileiro, aproveitar o crescimento do acesso aos *smartphones* e à *internet* para angariar apoio para um universo de pautas em sua militância conjunta (Rocha, 2021). Por meio de ação política contínua e organizada em protestos presenciais e nas redes, ao mesmo tempo em que um conjunto de políticos das direitas fortalecia seus laços, eles cada vez mais iam sendo fortalecidos com o apoio que passou a se manifestar mais clara e presencialmente em eventos que iam lotando as ruas do país (Alonso, 2023).

do acesso à *internet* no país para impactar a sociedade oferecendo formas de interpretar os problemas sociais e caminhos que supostamente ajudariam a resolvê-los (Rocha, 2021). Para além de momentos pontuais de oportunismo político pré-eleições como geralmente se percebia desde o fim da ditadura civil-militar na década de 1980, o que se passou a ver em anos recentes no Brasil pós-2013, foi que essa atividade política das direitas foi se tornando contínua.

O bloco político das direitas¹³ agarrou-se às ferramentas da *internet* na medida em que esta foi se tornando mais acessível no país e foram oferecendo e tentando consolidar novas interpretações sobre temas relacionados a assuntos variados, como educação, religião, política, economia etc. Fosse para repassar as ideias aos seus amigos e familiares, para vociferar nas ruas ou em redes sociais, cada vez mais pessoas foram se sentindo convidadas pelas direitas a participar de uma reviravolta na política nacional (Rocha, 2021).

É possível que o crescimento meteórico de apoio popular da direita plural que viria a levar em 2018 Bolsonaro à presidência só tenha surpreendido pessoas do campo político da esquerda pelo fato de estas, alguns anos antes em que um processo complexo se desenvolvia, não terem compreendido devidamente a seriedade e a potencialidade do que estava acontecendo. Nesse sentido, era como se a esquerda tivesse demorado a perceber que as manifestações de 2013 não se tratavam de um evento pontual que ficaria esquecido no tempo. Talvez não se imaginasse que depois delas grupos que se apresentavam como sendo de direita já não lutariam apenas para eleger um candidato em período de eleição. Tornou-se comum a mobilização para embates culturais e as tentativas de estabelecer e consolidar socialmente valores e interpretações sobre os problemas sociais. O movimento amplo das direitas construía referências para popularizar um comportamento político que consideraria de esquerda tudo que eles apontassem como negativo.

Cada vez mais, portanto, a partir de abril de 2021, eu via necessidade de melhor pensar sobre ligações e continuidades de consolidações ideológicas entre o momento em que eu me encontrava e junho de 2013. Eu percebia se fortalecendo na minha cabeça a ideia de que o bolsonarismo precisava em alguma medida ser mais encarado como um subproduto de algo que havia começado a se manifestar de forma mais clara em 2013. Uma espécie de resultante

¹³ Em busca de criar para si um ambiente estruturado por valores que servissem de base para colher comportamentos que desejavam por parte da população, esta direita plural empenhou-se em fazer circular suas ideias, desenvolvendo batalhas nesse campo enquanto tentavam naturalizar discussões de temas e formas de abordagem. Ao mesmo tempo, as direitas davam às pessoas comuns a sensação de que elas eram poderosas e necessárias para mudar a sociedade em um momento em que a imaginação política pode ter se perdido em um formato de democracia dos anos do PT. Neles, a ideia de inclusão social se baseava em maior acesso ao consumo material de bens e a educação política não foi tratada com muita atenção, o que pode ter ajudado a reduzir a sensação de participação política por parte da população a momentos de eleição (Santos; Avritzer, 2002).

que açoitava a qualidade da democracia no Brasil fragilizando mais ainda a capacidade dos brasileiros de analisarem a nossa realidade social em plena pandemia. Sentia que era preciso seguir rastros para entender o caos como resultado de algum projeto colocado em curso e que ascendeu em um ritmo bem mais intenso com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Desse modo, a mim foi parecendo que o foco da militância das direitas depois das manifestações de junho de 2013 passou a ser fortalecer a ideia de redirecionar o país por meio do estabelecimento de estradas que levassem a um outro e supostamente necessário modelo de nação, o qual deveria se distanciar de tudo que remetia ao Partido dos Trabalhadores (PT). Isso precisaria da contribuição ativa e constante de pessoas que supostamente teriam acordado para a necessidade de reconduzir o Brasil ao caminho da moral e dos bons costumes, os chamados “cidadãos de bem” (Lima & Lima, 2020, p. 404). Aquilo que foi sendo, aos poucos, fabricado pela aglomeração das direitas resultando no bolsonarismo não era algo feito para ser simplesmente entendido como um movimento que atuava de cima para baixo. Aquele movimento queria dar a entender que estava derrubando paredes apodrecidas e tentando reerguer um país de baixo para cima, como algo que vinha do povo, que tinha a legitimidade do povo, que era a esperança do povo. As direitas convocavam a população para protestos depois de junho de 2013 e elas queriam fazer aquilo soar popular. Embora essa aglomeração parecesse disposta a trilhar um caminho bem mais na direção de se colocar como um projeto populista, no sentido de construir uma transferência cega de confiança e de apoio das massas para um líder que supostamente entenderia e representaria em suas ações a vontade da população e por isso poderia em tese simbolizar o cumprimento da própria democracia (Mudde; Amadeo; Paula, 2021; Lynch; Cassimiro, 2022). Bolsonaro parece ter sido, dessa forma, uma peça escolhida para ocupar um lugar que já estava sendo construído e que ajudaria as direitas a capitalizar para si, contra o PT, força eleitoreira, sem muita preocupação se esse poder tenderia a relativizar o valor da nossa democracia alimentando tendências de extrema direita.

Este caminho parecia não querer levar simplesmente à construção de um novo país. Ele apontava também para uma perspectiva reacionária de reencontro do brasileiro com rotas supostamente corretas de estruturação da nação que teriam ficado para trás em algum ponto do passado e que agora precisariam ser resgatados e voltar a ser utilizados como referência. Nesse sentido, vale ressaltar que, para Bobbio (2022), está na composição das bases ideológicas de qualquer perspectiva de extrema direita o seu caráter reacionário. Isso porque a extrema direita visualiza como ideal a ser alcançado, segundo o teórico italiano, um retorno a uma época onde supostamente a sociedade seria melhor e mais segura. Um período de sua história que teria ocorrido antes dela ter sido supostamente corrompida por valores falsos que teriam se

expandido sob o simulacro de que representariam avanços democráticos. Para este autor, é justamente por isso que a extrema direita é, em essência, antidemocrática, pois tende a ver a própria democracia como parte dos obstáculos a serem derrubados para que sua visão reacionária possa se concretizar. Justamente por isso ele situa esta perspectiva ideológica de direita como extrema, pois no seu entendimento ela está fora de um arco democrático cujas pontas estariam sendo ocupados pela direita e pela esquerda, as quais, embora representassem perspectivas opostas, estariam dispostas a lutar pelos seus ideais respeitando regras do jogo democrático¹⁴.

Assim, essa onda tendenciosa de extrema-direita tentava configurar uma sociedade na qual obstáculos e opositores pudessem ser retirados do caminho. Ainda que toda essa força política fosse construída sobre o preço de ódio e desinformação crescentes para favorecer os grupos a quem interessava espalhar a falsa sensação de se estar colocando ordem no país segundo a vontade popular.

2.3 O passado mesclado com o presente: bolsonarismo como pacote ideológico

Ao começar a refletir de forma mais constante e duradoura em pontos aparentemente pequenos que foram me parecendo ajudar a configurar o caos onde eu me sentia inserido, fui começando a pensar que eles soavam maiores e amplamente recombinaíveis quando pensados de modo conjunto. Ficava mais claro para mim que, se existia uma atmosfera caótica, talvez fosse muito mais pela soma de ações elaboradas e executadas do que por uma espécie de multiplicidade constituída por forças do acaso. Mesmo após a eleição da qual Jair se sagrou presidente do Brasil em 2018, o bolsonarismo demonstrava uma enorme disposição de continuar investindo em guerras movidas no campo da cultura na era das redes sociais para continuar colhendo frutos no campo político. Era uma postura ideológica incessantemente belicista na direção da produção e reprodução de significados para servir de parâmetro para a ação. Como se estratégico fosse se buscar a produção de interpretações de vários assuntos ao mesmo tempo e, colocando-os para circular, fazer deles armas ideológicas bombardeando a partir de muitos lados a capacidade reflexiva e racional das pessoas. Uma forma velada de estar

¹⁴ Interessante perceber que, no Brasil recente, os pesquisadores Lynch e Cassimiro (2022) abordam o bolsonarismo a partir de um entendimento bastante harmonioso com a forma com que Bobbio (2022) entende o que representa a extrema direita. Os autores brasileiros situam o bolsonarismo não como uma via legítima da democracia nacional, mas essencialmente como uma ameaça a ela que carrega consigo o desejo de fazer o Brasil retornar a um suposto período em que a sociedade brasileira viveria melhor. Esse período de idealizado pelos bolsonaristas teria ocorrido justamente durante os anos da ditadura civil-militar, época que sempre é representada como algo positivo até mesmo em falas saudosistas do próprio Jair Messias Bolsonaro.

se investindo em uma espécie de educação política, embora educação política aqui fosse algo que se desse muito mais no sentido de se produzir e ampliar grupos de militância praticamente manipulados para servir, haja vista que as referências para a ação não necessariamente precisavam estar ancoradas em conexão com a realidade, como no caso da discussão em abril de 2021 se era importante ou não se vacinar no contexto de uma pandemia que já tinha feito milhões de mortos no país.

O crescimento da popularidade das direitas após junho de 2013 que acabou se direcionando em anos seguintes para uma ascensão de uma forma de extrema-direita através do bolsonarismo teria muito mais a ver com organização e coordenação do que com fatalidade nessa perspectiva. Ou seja, se considerarmos que havia disposição para suspender em um nível absurdo na era das redes sociais a ética e o compromisso com verdade por parte de uma militância das direitas que queria crescer praticamente qualquer custo anos antes de Bolsonaro chegar à presidência, enquanto estratégia para a criação de um ambiente que representasse um ganho de força político, o caos que eu vi se formar como generalizado lá no ano de 2021 poderia ter sido bem mais planejado do que pôde me parecer inicialmente¹⁵.

Em tese, essa época de crescimento de intensificação de militância das direitas políticas antipetistas que se inicia mais claramente após junho de 2013, por sua vez, encontrava apoio em antigos espaços de atuação de diferentes forças relacionadas com construção e propagação de valores sociais de interesse de mercado e de grupos conservadores, como, por exemplo, igrejas cristãs fundamentalistas e *think tanks*¹⁶ (Oliveira; Oliveira, 2021; Rocha, 2021). Isso turbinou a movimentação estratégica das direitas em direções de flerte com a extrema-direita. Setores dentro desta, como grupos olavistas¹⁷, os quais bebiam muito do que era produzido pela extrema-direita estadunidense, passaram a interpretar o momento que se vivia no Brasil como sendo o de acirramento de uma espécie de grande guerra cultural em diferentes camadas que já estaria em curso (Calil, 2021).

¹⁵ Obviamente os bolsonaristas não devem ser responsabilizados por criar a COVID-19 no Brasil, mas o jeito de lidar com ela, assim como com os demais problemas que se mesclaram com a pandemia, de certa forma, parecia ser apenas a intensificação de uma forma de ter consigo apoio popular a qualquer custo e que não havia sido criada apenas após Bolsonaro chegar à presidência.

¹⁶ Os *think tanks* podem ser entendidos como instituições sustentadas a partir de doações de pessoas físicas e jurídicas que surgiram nos Estados Unidos durante o século XX, as quais tinham o objetivo de desenvolver pesquisas sobre resolução de problemas sociais fora do controle de grupos políticos. Todavia, este tipo de organização sofrerá uma grande mudança a partir dos anos de 1970, passando estas a serem utilizadas para a propagação de ideias de cunho neoconservador e neoliberal agindo muitas vezes como uma vasta rede de influência e de interferência política em diferentes países ocidentais (ver Rocha, 2015).

¹⁷ O termo faz referência a Olavo de Carvalho, um autodeclarado filósofo sem formação universitária que foi muito ativo em redes sociais disseminando teorias da conspiração, o qual alcançou o auge de sua fama no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (ver Calil, 2021).

É preciso olhar com acuidade para as manifestações de 2013 (Alonso, 2023). Um orgulho em esbanjar pautas de extrema direita em público junto a multidões coniventes, vale ressaltar, não se via no Brasil de forma tão clara justamente desde o fim da ditadura civil-militar. Ao passar a conviver com isso de forma mais frequente, o país parece ter voltado a respirar desses ares com mais naturalidade¹⁸. A mobilização política e ampla das direitas através de guerras culturais parecia ter o poder de fazer com que a política saísse do âmbito eleitoral e entrasse nas conversas do dia, levando as pessoas a se sentirem mais envolvidas com um suposto projeto coletivo de mudança.

Alcançando paulatinamente mais sucesso com a popularidade do conteúdo de sua militância, os vários grupos que constituíam uma direita plural (Gentile, 2020) e se tornaram ativos nas redes sociais pareciam cada vez menos se importar se a força política que adquiriam poderia levar o povo a ser capitaneado por tendências de extrema direita. Em abril de 2021 percebi que isso era um importante ponto de referência para mim, pois essa expansão das direitas dentro do jogo democrático parecia a longo prazo fragilizar duramente a democracia e acabar contribuindo, na prática, para um processo de normalização da extrema-direita (Mudde, 2022). Foi naquele abril de 2021 que senti, portanto, que precisava dar mais atenção ao fato de que essa grande aglomeração de várias direitas carregava, em sua busca de ascensão com base em apoio popular, uma tendência de normalizar pautas e posturas da extrema-direita no país.

Foi nesse sentido que, assim como com a presidência do país sendo entregue a Bolsonaro nas eleições de 2018, aquele abril de 2021 pareceu-me também conectado com as grandes mobilizações que levaram as pessoas às ruas em junho de 2013. Uma das formas em que esta expansão da direita plural podia ser mais facilmente evidenciada no território brasileiro, inclusive, era na percepção do fortalecimento de várias bancadas para representá-las no Congresso, como a dos interesses dos empresários da agropecuária, dos religiosos cristãos, dos defensores de um Estado menos interventor na economia, e de parlamentares que militavam a favor de facilitação de liberação de armas e com pautas que exigiam penas mais severas contra criminosos (Lacerda, 2019). Dessa forma, por mais que se constatasse que faltava a Bolsonaro um trato com as palavras e que, em algumas vezes em que ele se pronunciava, pessoas como eu pudessem sentir vontade de questionar até mesmo sua capacidade cognitiva, eu via que

¹⁸ Importante se destacar nesse sentido que, conforme Bourdieu e Passeron (2014), embora as relações sociais sejam construídas contextualmente e possam ser mudadas, existem valores, hábitos e comportamentos que podem ir se consolidando ao se reproduzirem de forma tão presente como características culturais que podem, ao longo do tempo, passar a parecer naturais para as pessoas inseridas naquela sociedade, configurando um processo de naturalização, onde aquilo que mesmo sendo construído socialmente vai passando a ser percebido e vivenciado por pessoas envolvidas naquelas relações como se fosse algo natural.

aquele chefe de Estado de extrema-direita não poderia ser entendido como um simples acidente de percurso na história da democracia recente do Brasil. Antes de organizadores de um espetáculo de gosto duvidoso terem chamado Jair Messias para receber o microfone e a faixa presidencial no ano de 2018, parece ter sido cuidadosamente armado, desde 2013, todo um palco de estruturas pesadas que sobrecarregavam um piso democrático. Dentro dessa complexidade, um jogo constante de guerra ideológica foi desenvolvendo um papel que passava longe de ser secundário, ajudando a criar um ambiente de negação da realidade e de dificuldade de diálogo racional dentro da fragilizada democracia brasileira, construindo as condições para se chegar a um Brasil em que alguém como Bolsonaro poderia não apenas se tornar presidente, mas ser chamado de mito.

Todo este processo cultural que foi preparando uma configuração onde um assumido saudosista do governo da ditadura civil-militar de 1964 como Bolsonaro poderia se tornar presidente do país foi conduzido sobre trilhos de uma polarização política que levou a direita plural a choques com o PT, o maior partido de esquerda do Brasil. Vale ressaltar que, embora o PT tenha suas origens ligadas às lutas pela abertura democrática ao final da ditadura civil-militar no Brasil (Moisés, 1989), sua permanência como uma forte via política neste país, depois de tantas décadas, tem ligação com o desenvolvimento de uma trajetória permeada por metamorfoses que têm sido objetos de muitas pesquisas ao longo dos anos. Para citar algumas de grande relevância, pode-se afirmar que, contribuem para este debate, autores como Vieira (2012). Ela defende que a pluralidade não foi uma característica que o PT desenvolveu apenas muitos anos depois de sua fundação, já que o partido nasceu tentando acomodar um grupo amplo de pessoas e de perspectivas, mas que estas tinham em comum o interesse de se chegar ao fim da ditadura civil-militar. Desde suas origens, o PT foi formado, portanto, a partir da união entre sindicalistas (como Luiz Inácio Lula da Silva), pessoas que lutavam contra a ditadura em organizações clandestinas (alguns após retorno de exílio em outros países), antigos membros do MDB (o partido que foi permitido existir no sistema de bipartidarismo da ditadura civil-militar) e militantes de movimentos sociais e de grupos progressistas da Igreja Católica ¹⁹. Por sua vez, Reis (2007) defende que o PT teria operado mudanças consideráveis nas suas

¹⁹ Esta pesquisadora salienta que, apesar do PT se colocar em suas origens como uma via radical de ruptura com o capital, a partir dos anos 1990, quando se consolidava como o maior partido de esquerda da América Latina, já iniciou a primeira grande relativização seus posicionamentos, adequando-se a uma tendência global de enfraquecimento dos ideais anticapitalistas que se espalhou no Ocidente após a dissolução da União Soviética. Segundo a autora, isso foi fazendo com que o partido passasse a ser constantemente criticado por grupos que antes o defendiam, sob a acusação de não ter um programa político com propostas concretas e convicções para colocar em marcha, levando inclusive setores mais radicais que ansiavam por caminhos de ruptura com o grande capital a considerar o PT como um partido traidor das esquerdas.

formas de fazer campanha política, alianças e de governar, o que se pôde perceber mais claramente a partir do primeiro mandato de Lula (2003 – 2007) como presidente da república²⁰. Já Singer (2010), também contribui para este debate de forma notória ao defender que o PT deve ser entendido como um partido que, quando se analisam suas adaptações e mudanças ao longo de sua trajetória, pode-se concluir que elas apontam para a existência de duas almas contraditórias que foram funcionando dentro dele simultaneamente com relação aos interesses do capital. Uma delas seria de maior tensão e outra mais conciliatória. A alma mais radical seria a ligada à sua origem. Esta contribuiria para colocá-lo em permanente desconfiança por parte setores do grande capital. Já a outra alma seria de cunho nacional-popular, levando o partido a tentar se comportar de modo mais conciliatório com os interesses capitalistas, ao mesmo tempo em que lhe garantiria, dentro de uma sociedade que não tem ideais de esquerda bem amadurecidas, um maior apoio por parte de setores populares²¹.

No espaço de poucos anos recentemente nos quais pôde se ver neste país “uma crescente interferência do Judiciário em assuntos políticos e nas escolhas inerentes aos outros poderes, impactando no funcionamento do governo, na legitimidade das instituições e na democracia” (Matias-Pereira, 2021, p. 29287), pode-se afirmar que o PT sofreu bem mais do que ações de militância que contribuíram para deteriorar sua imagem na opinião pública, mas também consequências mais práticas disto. Ele viu sua presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff, sofrer *impeachment* em 2016 e seu ex-presidente e Luiz Inácio Lula da Silva, nome mais conhecido do partido tanto a nível nacional como internacional, ser preso a partir de uma sentença que viria a ser anulada depois por erro processual²².

Vale lembrar que na época em que Bolsonaro se tornou presidente do Brasil, a ascensão de grupos de direita em um local levantando suspeitas de que não só as esquerdas estavam em um momento frágil, mas a própria democracia estava sob risco, não era um fenômeno que ocorria apenas em nosso país (Pleyers, 2019). Naquela conjuntura nebulosa em que a guerra no campo das ideias no Brasil se intensificava, o ódio foi se tornando um combustível cada vez mais comum nos embates políticos, sendo usado na comunicação pela *internet* cada vez mais acessível para se ativar no imaginário dos brasileiros a redução do

²⁰ Segundo este pesquisador, isso foi fazendo com que o partido passasse a ser constantemente criticado por grupos que antes o defendiam, sob a acusação de não ter um programa político com propostas concretas e convicções para colocar em marcha, levando inclusive setores mais radicais de esquerda que ansiavam por caminhos de ruptura com o grande capital a considerar o PT como um partido traidor das esquerdas.

²¹ Obviamente que observações e autores aqui citados não esgotam tão ampla discussão, mas podem servir como ponto de partida para interessados em se aprofundar na temática.

²² Todavia, esta anulação da pena de Lula não ocorreu em tempo hábil para que ele pudesse disputar contra Bolsonaro a eleição presidencial de 2018. E foi exatamente nela que o ex-capitão reformado do exército se tornou o Chefe de Estado da nação eleito por maioria de votos.

horizonte de expectativas políticas a um cenário de polarização. Ali, a mim uma reflexão começou a se apresentar como um paradoxo: se de certa forma poderia parecer que o Brasil estava sendo passivamente tragado por uma onda internacional de direita, simultaneamente podia se ter a sensação de que forças históricas do seu próprio lado destro vinham cada vez mais voltando a dar as cartas internamente. Ávidas para que o país fosse envolvido por essas águas, tais correntezas pareciam voluntariamente puxar o país no sentido para aquela vaga que avançava rompendo fronteiras nacionais.

Naquele conturbado contexto transnacional de fragilização das democracias liberais, as crescentes forças de direita no Brasil pareciam dispostas a consolidar aspectos de extrema direita nessa trajetória de ascensão. Fosse a radicalização de discursos de uma visão fundamentalista cristã que vinha sendo bem enraizada nacionalmente ou fortalecendo a ideia de necessidade de um revisionismo histórico que conduzia a uma glorificação da ditadura civil-militar, o crescimento e a popularidade de grupos internacionais de extrema-direita também parecia turbinar movimentações políticas deste espectro nacional no Brasil. Provavelmente esse fortalecimento tenha sido recíproco já que pelo menos, depois de Bolsonaro ter sido eleito presidente no Brasil em 2019, sua aproximação e disposição de alinhamento com o então presidente estadunidense Donald Trump (2017 – 2021) rapidamente se tornou mais clara (Philips, 2019).

Nesse ínterim, em meio ao mal estar vivido em abril de 2021, o nacional, o transnacional, o presente e o passado pareciam em alguma medida se unir formando um furacão que a tudo tentava engolir e dificultava a visão do futuro de muitos brasileiros. Inclusive a do autor desta tese que, à época, como foi anunciado no início deste capítulo, assim como muita gente que estava em isolamento social em casa e não conseguia decidir se acompanhar notícias pela *internet* seria algo bom ou ruim naquele momento para a saúde mental, não era capaz de ver muito mais do que a si mesmo fragilizado e com poder de ação tão limitado dentro daquela tormenta.

2.4 Disputas simbólicas e deslocamentos de sentido: guerras culturais contra a construção democrática

A extrema-direita nacional operava no presente militando muitas vezes a favor de um revisionismo histórico que parecia ter o objetivo de levar cada vez mais brasileiros a reconhecer um suposto papel positivo que a ditadura civil-militar brasileira havia realizado no Brasil (Schurster; Silva, 2021). O bolsonarismo parecia querer que as pessoas que o viam em

sua época fazendo a reencarnação da extrema-direita se sentissem em um ambiente semelhante a aquele transnacional polarizado do pós guerras onde se desenvolveu a ditadura nacional. Isso me fez refletir sobre como a perspectiva reacionária que tomava formas tinha ligação com fantasmas de uma polarização do período da Guerra Fria (Lacerda, 2019). Era como se o louvor à memória dos generais do pau de arara fosse uma forma de fazer as pessoas se sentirem existencialmente em uma janela aberta no tempo, tendo que decidir de forma maniqueísta se era mais seguro estar levando o Brasil para um comunismo de tipo soviético (ou venezuelano ou chinês) ou a um direcionamento capitalista estadunidense (Rocha, 2023).

Aquele trabalho de militância poderia criar mais desejo de identificação por parte de pessoas que quisessem passar a se ver como cidadãos de bem, patriotas, cristãos e se demonstrar dispostas a caçar e a eliminar qualquer indício de comunismo (Lacerda, 2019). Talvez isso ajudasse a explicar porque muitos discursos que primeiramente me pareciam vir soltos às vezes também davam a impressão de ser partes complementares de pacotes. Em pleno século XXI era possível perceber, por exemplo, resquícios ideológicos de uma ideia de que a ciência desenvolvida nas universidades estava contaminada por um suposto racionalismo comunista capaz de produzir cadeias de doutrinação que chegariam até os adolescentes em suas escolas e ajudaria a construir gerações que, dispostas a se chocar com os valores das famílias cristãs brasileiras e de suas igrejas, ameaçava a continuidade da existência destas duas instituições (Nagib, 2018).

Uma atmosfera neoconservadora ia envolvendo o país na medida em que muitas práticas discursivas pareciam convergir no reforço à defesa de um alinhamento institucional e ideológico a valores capitalistas que congregassem elementos neoliberais e conservadores. Um dos grandes modelos para esse direcionamento neoconservador no Brasil da atualidade era justamente os Estados Unidos da década de 1980. Em suas pesquisas sobre o neoconservadorismo, Lacerda (2019) destaca o aspecto ideológico do fenômeno ao defini-lo como um movimento duplo e enfatizando que, apesar de ser político, ele é antes, e sobretudo, intelectual. Ele teria se evidenciado como político por volta de 1980, quando uma coalizão estadunidense elegeu Ronald Reagan presidente dos Estados Unidos. Mas, já existia como movimento intelectual, cerca de 30 anos antes, desde que começaram a se tornar comuns trabalhos publicados por acadêmicos liberais anticomunistas ocidentais com ênfase em economia. E foi apenas por volta de 1970, nos EUA que conservadores que acreditavam que o *welfare state* poderia ajudar a tratar melhor os problemas da sociedade começaram a criticar a ideia de aprofundamento democrático à medida em que o Estado estadunidense passou a desenvolver cada vez mais programas que incluíam reivindicações de grupos associados a um

pensamento político de esquerda (como direitos de mulheres, de homossexuais e de pessoas negras). Quando os grupos conservadores estadunidenses passaram a defender que o Estado deveria intervir menos na sociedade porque seus programas supostamente tendiam a ameaçar a conservação da ordem social, eles foram se aproximando de grupos que pregavam receituários neoliberais para a economia, os quais já defendiam a necessidade de menos Estado, alegando que as intervenções econômicas dele diminuía o poder e a liberdade do mercado e que isso faria dele, o Estado, o maior responsável por inflação e desemprego na sociedade. Para a autora essa é a forma e o lugar onde nasceu o neoconservadorismo como doutrina consolidada, antes de serem iniciados processos que fariam com que ele fosse exportado para ser enraizado em culturas de países da América Latina por meio de investimentos do governo estadunidense durante a Guerra Fria²³.

Isso me ajudou a pensar sobre os limites de se tentar explicar o bolsonarismo apenas a partir de elementos que emergiram na conjuntura de 2013. Muitas pessoas que se levantaram contra os 10 anos de PT à frente da presidência nacional naquele ano, não necessariamente queriam algo novo, mas, em grande medida, poderiam estar querendo que o país fosse recolocado sobre trilhos do passado que estariam, supostamente, levando a direções corretas. Tudo isso também fazia com que eu me questionasse sobre a força e a qualidade dos valores da nossa própria democracia, o quanto isso talvez não fosse valorizado devidamente por grande parte do povo brasileiro.

Eu me perguntava também, naquele abril de 2021, se tentar visualizar melhor no presente esses elementos que apontavam para algo que poderia ter ficado mal resolvido no passado de transição da ditadura civil-militar para o nascimento e a consolidação de nossa jovem democracia não poderia ajudar a entender a ascensão recente da extrema-direita em forma de bolsonarismo. Será que a maior parte da população brasileira entendeu e condenou de modo suficiente os *modus operandi* da ditadura militar, o que ela retirou das pessoas por tantos? Será que os brasileiros olham hoje de modo devido para o seu passado e o enfrentam com informação e transparência necessárias para poder valorizar uma democracia e desejar que ela

²³ O neoconservadorismo como movimento político nasceu historicamente, portanto, com a união destes dois grupos ideológicos nos Estados Unidos. Materializou-se politicamente com a coalizão entre o Partido Republicano e a Direita Cristã, este último podendo ser definido como um grupo formado por evangélicos e católicos carismáticos que se organizaram politicamente de forma crescente e foram fundamentais na eleição de Ronald Reagan. No contexto da Guerra Fria no Ocidente, o qual em grande medida coincide com o contexto de ditaduras na América Latina, o governo de Reagan fez grandes investimentos para que grupos neoconservadores se espalhassem em países latino americanos, enraizando suas influências em campos sociais estratégicos, como midiático, religioso e político. De acordo com Lacerda (2019), isso explica em grande medida a aproximação entre pautas defendidas por grupos bolsonaristas em anos recentes no Congresso Nacional e os grandes temas que norteiam historicamente o neoconservadorismo estadunidense, como defesa da família patriarcal, do neoliberalismo, do punitivismo, do militarismo e do Estado de Israel.

seja permanentemente aprofundada e aperfeiçoada, evitando que ela seja simplesmente confundida com permissões periódicas de ida às urnas? Comecei a me perguntar sobre isso com mais intensidade porque a mim, naquela conjuntura pandêmica e de ganho de força do negacionismo científico, parecia que nem sempre a militância que encaminhava o Brasil para uma configuração de extrema-direita estava utilizando elementos novos para ganhar apoio popular. A utilização de elementos antigos como ferramenta que aquecia o bolsonarismo fazendo a população duvidar da realidade ficava mais clara quando lembrávamos a forma como ele forçava revisionismos sobre a ditadura civil-militar, haja vista que

após a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2019, assistiu-se à ascensão de um discurso de questionamento em relação aos trabalhos até então realizados em matéria de memória, verdade, reparação e justiça no âmbito do Estado. Percebe-se uma recusa no reconhecimento da responsabilidade estatal e dos próprios eventos relacionados à ditadura como violações aos direitos humanos, bem como a ascensão de ações e discursos em comemoração à atuação de militares no período (Avelar de Almeida, 2022, p. 13).

Nesse sentido, por vezes eu tinha a impressão de que parte dos elementos utilizados pelo bolsonarismo para magnetizar apoio popular já estavam enraizados na cultura brasileira, ainda que adormecidos, e o discurso da extrema-direita muitas vezes operava como um ímã que apenas precisava se aproximar para poder atrair o metal. O bolsonarismo sabia se fortalecer utilizando a configuração atual do grande desenvolvimento e maior acesso às tecnologias da informação para no presente disputar significados acerca de pontos de tensão na história da nossa democracia que não impactariam apenas na forma como olhamos para o passado, pois

[n]o tempo presente, os *media* – e sobretudo as novas tecnologias da informação – possuem amplo alcance e potencialidade de manifestar e ressignificar diferentes memórias e, por conseguinte, ocupam parcelas cada vez mais significativas da percepção social e política do mundo. Na medida em que memórias não existem abstratamente, mas necessitam de formas públicas de expressão e articulação, artefatos culturais como a internet são, no tempo presente, importantes meios para sua concretização e materialização (Avelar de Almeida, 2022, p. 18).

Assim, o bolsonarismo ia tentando ganhar força construindo-se a partir de bandeiras do presente que não apenas iam se conectando entre si, mas também se conectavam com uma ideia reacionária da existência de um passado glorioso do nosso país e conectado ao governo estadunidense que precisava ser retomado (Lynch; Cassimiro, 2022). Ele ia reforçando no imaginário da população uma ideia de que cada pauta, por mais caótica e pontual que pudesse parecer, precisava de apoio, pois era parte de um projeto de reordenamento social e econômico da nação. Eu sabia que não poderia, em uma pesquisa de tese, dar conta de todos os combos ideológico-discursivos e nem de todas as guerras culturais bolsonaristas do presente que

envolviam elementos de continuidade e de inovação. Mas, foi se consolidando em minha cabeça a ideia de que focar em alguns recortes dessa totalidade poderiam ajudar a entender melhor esse fenômeno e que aquele caos me convidava a me lançar sobre uma parte daquilo que o constituía.

Lynch e Cassimiro (2022) ajudam a perceber espécies de molas mestras nas conexões entre passado e futuro feitas pela militância bolsonarista. Eles demonstram, por exemplo, que a ideia de privatização foi ganhando força associada com a esperança de modernização do Brasil e que essa construção justificaria a militância em torno da luta para se reduzir a intervenção do Estado na economia. Este tipo de discurso se harmoniza com a acusação de que o Estado foi historicamente ocupado durante anos por forças comunistas, as quais foram levando não só à perda do potencial econômico do país com corrupção e intervenções desastrosas, mas também à destruição dos valores cristãos e da família que estariam nas bases que teriam formado a nação no passado e no projeto que Deus teria hoje para o seu futuro²⁴. Ao mesmo tempo em que esse tipo de pacote discursivo convida a pensar sobre quem as famílias desprotegidas e em perigo teriam ao seu lado para retomar este projeto de nação e concretizar os planos de Deus, ele prega que o Estado brasileiro já estaria corrompido por comunistas e interesses internacionais dominados por ideias de defensores da globalização disfarçadas de direitos humanos e que ameaçariam a existência do cristianismo na nossa sociedade. Assim, como nos Estados Unidos pensado por grupos reacionários, a continuação desse discurso operando em nosso país procura levar a crer que a nação brasileira só poderia encontrar sua saída dentro da força de sua própria história em uma perspectiva de continuidade de tendências nacionalistas e reacionárias. Para isso, ela poderia contar com os cristãos, os pais de família e os cidadãos de bem. Mas, também, em algum momento, ela precisaria dos militares, os quais, com a ajuda das forças auxiliares de segurança, como os policiais que lutam contra o crime no país, poderiam de forma justificada usar a força para fazer justiça e devolver o poder político ao povo. Justamente para se chegar um dia a este ponto o bolsonarismo precisaria de um crescente apoio popular, do envolvimento e da união da população diante de cada uma das batalhas que seriam disputadas no seio de uma cultura brasileira corrompida (Rocha, 2023).

Vale ressaltar que, para Bobbio (2022), a extrema direita possui, como uma espécie de essência que a diferencia de outras vertentes políticas, um caráter reacionário²⁵. O autor

²⁴ Por mais que essas práticas discursivas possam ser camufladas como uma visão de defesa nacionalista sobre o Brasil, elas também foram e permanecem em larga medida sendo aplicadas por nacionalistas estadunidenses que estão no outro lado do continente americano (Lacerda, 2019).

²⁵ Segundo este autor, ela é constituída a partir da supervalorização da ideia de que existiu um suposto passado glorioso que precisaria ser resgatado, não importando em grande medida o custo para a democracia dos processos que poderiam levar seus apoiadores de volta a este lugar praticamente perfeito, tão vivo e real como referência para a ação política em suas cabeças.

defende que é necessário classificar com nitidez a extrema direita como algo situado fora do campo da democracia liberal desenvolvida na história do Ocidente, estrutura de funcionamento político que para ele pode ser paradigmaticamente comparada com um arco no qual as duas pontas representariam a direita e a esquerda e a curvatura o centro, podendo as demais correntes e variáveis que na prática política se sujeitam ao jogo democrático ser localizadas em diferentes pontos situados entre o centro e as extremidades deste arco. Já as nuances que não seriam condizentes com o jogo democrático deveriam ser entendidas como elementos que o ameaçam, a partir de fora do arco.

Diante dos problemas que afligiam o Brasil em abril de 2021 e me desafiavam a entendê-lo, fui me habituando a ir analisando o alcance e os limites deste tipo de reflexão como referência. Ao pensar a concretude situada da realidade brasileira na experiência de Jair Bolsonaro disputando a presidência do país no ano de 2018, é interessante perceber que

[n]ão só a chapa Bolsonaro – Mourão, este um general da reserva conhecido por declarações antirrepublicanas, mostravam-se fora do “arco constitucional” da Nova República, como ainda abertamente elogiavam a Ditadura Civil-Militar e prometiam um governo formado por militares. Os principais e mais graves momentos do regime autoritário eram negados – supressão das liberdades, sequestros, torturas – ou mesmo considerados “necessários”, em virtude do momento de “guerra” que o país passava (Schurster; Silva, 2021).

Vale lembrar que este projeto político que se desenvolveu em grande medida “fora do arco” não simplesmente tomou o governo de assalto, ele chegou ao poder por maioria de votos, sendo alçado à presidência pela maioria dos votos diretos válidos da população brasileira. Ao apoiar a extrema-direita, ela estava, contraditoriamente, exercendo seu direito democrático ao sufrágio. Em seu processo de normalização na atualidade, a extrema-direita foi conquistando espaços de poder à medida por meio de estratégias para conquistar a confiança da população.

Embora o modelo do arco seja uma tentativa filosófica utilizada por Bobbio (2022) de pensar de forma geral e abstrata realidades que de forma concreta se apresentam como múltiplas e dinâmicas em parlamentos de todo o planeta, ela ajuda a tornar mais claro o que é essencial para o autor: demonstrar que a democracia tem limites e que para além de suas extremidades existem ideologias e práticas que, por mais que possam vir a ser apresentadas como simples parte dos debates do campo político e defendidas como simples exercício da liberdade de expressão, não podem se encaixar no jogo democrático. Isso porque a concretização dos objetivos que correspondem a ideologias e práticas dependeria da destruição paulatina da própria democracia, ao invés do aperfeiçoamento e do aprofundamento da mesma. Schurster e Silva (2021) contribuem para pensar sobre estas questões de forma situada na

realidade brasileira recente. Adjetivando o viés ideológico de Jair Bolsonaro como ultradireita e alegando como insuficiente e inadequado se dizer que no interior da democracia brasileira contemporânea o que ocorre é uma luta entre esquerda e direita, os autores chamam a atenção para uma crescente normalização que vinha ocorrendo no Congresso Nacional brasileiro antes mesmo do patriarca da família Bolsonaro chegar à presidência do país. Dessa forma, afirmaram que

o que Bolsonaro tem demonstrado desde sua longa trajetória como integrante do quadro político do Congresso Nacional é que a ultradireita está integrada e normalizada dentro da arena política. As políticas da ultradireita não estão restritas a partidos políticos, muito pelo contrário, o superam e os negam, representando de fato um problema para a manutenção do sistema como ele se encontra. Por isso, a indefinição de limites torna a análise mais difícil, turva, porque a tendência comum é a separação diáde entre direita e esquerda como se fosse suficiente para explicar os contornos políticos que se apresentam. Contudo, esses grupos que compõe (sic) o apoio ao atual governo do Brasil, foram por anos, décadas externalizados da política como se não existissem dentro do play. E foi justamente sua negação como ator que os transformou em atores relevantes potencializados por crises profundas de representação e autoridade legítima. (Schurster; Silva, 2021, p. 181).

Em abril de 2021, foi se consolidando em mim a percepção de que a expansão da extrema-direita no presente, pelo menos até aquele momento, era menos dependente da força dos militares e muito mais embasada em um processo de mobilização de uma grande conjunto de batalhas por significados no campo da cultura, através do qual o bolsonarismo buscava consentimento e apoio popular para ação política. Ele remetia em partes a uma herança autoritária de um outro período e aparecia no século XXI como um ponto tenso da história da jovem democracia nascida por volta de 1988, nos desafiando a olhar para ela, em certa medida, em uma perspectiva de trajetória. Nesse sentido, não havia nada de simples e nem de pontual nele. Ele ajudava a mostrar como a extrema-direita permanecia viva no país, manifestando-se como novidade apesar dos acenos ao passado, e vendendo sua imagem como parte legítima da própria democracia. Em uma era de desenvolvimento tecnológico marcado pela expansão da comunicação, as batalhas por significado que ele movia no campo da cultura, não eram simples características do nosso tempo, elas lhes eram recursos fundamentais.

Fui amadurecendo assim a ideia de que pesquisar sobre essas relações complexas contribuiria para entender a capacidade do bolsonarismo de se manter levado a sério por muita gente em sua gestão sobre um país que, sob meu olhar, estava desmoronando. Um desejo de produzir não só um retrato da extrema-direita que crescia no Brasil, mas uma reflexão sobre estratégias que ela usava para angariar apoio popular passíveis conectando-se com um imaginário de polarizações que em grande medida subsistiam como resquícios do contexto que associava Guerra Fria e ditadura civil-militar. Entendi que, refletir sobre essas questões poderia

ajudar a mim e a pessoas interessadas a identificar falhas, fragilidades, pontos a serem reforçados no nosso processo de construção democrática que precisa permanecer sendo realizado e não pode ser simplesmente entendido como consolidado após a promulgação da Constituição de 1988.

Nesse ínterim, vale ressaltar que, para Codato (2005), é preciso um olhar crítico sobre o processo de abertura democrática que ocorreu ao final da ditadura civil-militar nos anos 1980, reconhecendo-se não só que os militares que o tutelaram foram motivados a permiti-lo por conta de desgastes do próprio regime autoritário, o qual já vinha sendo alongado por cerca de duas décadas após o golpe de 1964 e foi se tornando cada vez mais impopular. Tais militares não seriam exatamente motivados por um desejo de pleno reestabelecimento da democracia e muito menos estariam preocupados em ajudar a construir um novo regime no Brasil cuja dinâmica política não pudesse mais ser afetada por uma herança de autoritarismo que se procurou normalizar como necessária em nossa sociedade por tantos anos. Por isso, para o autor supracitado, faz-se necessário evitar a “tentação da teleologia, presente em alguns estudos que pretendem identificar na transição política uma trajetória em direção a um ponto que, de *qualquer forma*, seria a realização plena da democracia liberal” (Codato, 2005, p. 92).

Nesse sentido, o que se formalizou foi uma democracia liberal do ponto de vista procedimental e Constitucional no Brasil sem que ocorresse na sociedade brasileira de forma devidamente profunda um amplo e contínuo debate diante do desafio naquele momento histórico que estava posto²⁶. Livres e ocupando espaços de poder no Brasil, permaneceram, por exemplo, generais que classificavam a esquerda como “terrorista”, os quais eram, “[a]o mesmo tempo, influenciados pelo neoconservadorismo estadunidense dos anos 1980” (Prestes, 2021, p. 80), fator que os levava a ver em pautas defendidas pela esquerda brasileira formas de se expressar o “marxismo cultural”, teoria da conspiração que defendia que, depois de terem fracassado em suas tentativas de se estabelecer em países ocidentais no século XX, as esquerdas precisariam ainda ser combatidas no último reduto onde elas ainda tinham poder para tentar se expandir, a esfera cultural (Rocha, 2023). Portanto, interessante para pensarmos os caminhos do bolsonarismo no Brasil recente atentarmos para o fato de que, desde o fim da ditadura, subsistiu a ideia propagada por seus defensores de que a esfera da cultura permanecia como um campo que necessitava de combates para eliminação da esquerda no país, o lugar onde ela ainda

²⁶ Caso isso tivesse sido feito e de forma continuada, teria ajudado a viabilizar as melhores formas de resolução de graves erros do nosso passado (como anistiar militares que praticaram tortura, por exemplo), ao invés de tentar se colocar em marcha com o decorrer do tempo o simples silenciamento e esquecimento destes erros. Isso teria criado uma possibilidade de se realizar uma tentativa real de acerto de contas sobre o qual poderia se construir um projeto democrático.

era muito forte após os anos de chumbo, e o lugar dentro da sociedade onde o inimigo precisava ser destruído.

Contribuindo com esse debate, Schurster e Silva (2021) concordam que trouxe forte sequelas para a democracia em que vivemos hoje o fato de o processo da transição democrática ter sido tutelado pelos militares. Quando os autores supracitados argumentam que essa tutela fez com que os anos posteriores à essa abertura não tenham servido para se conseguir encarar e enfrentar devidamente o passado do país, eles não apenas se referem ao fato de os militares envolvidos de forma mais direta com crimes ocorridos nos anos de chumbo deixarem, por meio de anistia, de ser responsabilizados pelos seus atos, como prisões arbitrárias, tortura e “desaparecimento” de opositores. Mas, também porque a sociedade brasileira foi perdendo a oportunidade de tornar possível discutir de modo eficaz e frutífero sua própria história, tentando entender melhor o que significaria ao fim da ditadura o desafio de construir a democracia e os motivos pelos quais uma construção democrática deveria ser permanentemente valorizada e aperfeiçoada²⁷. Tais reflexões apontam para a necessidade de se pensar como o processo de construção democrática continua mal resolvido e ainda há tanto por ser feito. Isso já era denunciado, também, por Evelina Dagnino no início do presente século, quando, mais de uma década após a promulgação da CF de 1988, ela alertava para a importância do “reconhecimento da disputa simbólica como constitutiva de toda disputa política” (Dagnino 2004a, p. 140), haja vista que uma “disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados” na qual “os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais” (Dagnino, 2004b, p. 97).

Em se tratando da relação entre representações sociais em disputa e a utilização de imaginários como parâmetro para o comportamento humano em sociedade, vale destacar como referência teórico - metodológica nesta tese a perspectiva de Charaudeau (2017). O autor parte do princípio de que aquilo que tomamos por realidade não é algo que se dá em um processo caracterizado por uma relação simples e direta entre o olho que vê e o objeto que se tem diante de si, mas é antes algo formatado processualmente no entendimento por um caminho que sofre a interferência do uso da linguagem. Para se chegar à construção de imaginários coletivos, seria

²⁷ Para estes pesquisadores supracitados, o bolsonarismo como expressão de uma espécie de reascensão destas forças autoritárias no Brasil recente foi favorecido por uma narrativa de senso comum que ajudou a alojar no imaginário da população brasileira uma ideia errônea de que o processo de abertura democrática se desenvolveu na forma de uma conciliação simples, lacrando um pacote de processos históricos que fizeram dali para a frente parte de um passado que não deveria mais ser visitado. Mas a ideia colocada no imaginário da população de que ocorreu um pacto simples entre militares e oposição, seria uma perspectiva que não abarca devidamente o cenário de pressões e exigências que ainda eram fortes e constantes durante a tutela que os militares exerceram no processo.

necessário mobilizar representações sociais que ofereceriam formas de consolidar uma interpretação de fatos como real por meio do uso da linguagem, mais especificamente, através da produção e circulação de discursos. Daí a importância de se analisar práticas discursivas, pois elas são materialmente como a linguagem se expressa no sentido de formar e procurar consolidar as representações sociais. Estas, ao serem carregadas discursivamente, ajudam a fazer com que indivíduos tenham norte para seus comportamentos e se sintam parte de uma coletividade que compartilha “valores comuns”, o que viria a lhes oferecer, além de “uma razão para agir, motivos e finalidades que lhes permitissem possuir julgamentos sobre a legitimidade de suas ações” (Charaudeau, 2017, p. 575). Dentro dessa teia de relações, as quais envolvem representações sociais conduzidas por discursos que alimentam os imaginários, é que aquilo que não é entendido como normal para a democracia, por exemplo, pode passar a ser normalizado²⁸.

Foi assim que a noção de guerras culturais²⁹ foi se tornando fulcral para eu tentar entender como tantos elementos que me pareciam desvalorizar e até mesmo ameaçar o aperfeiçoamento de uma construção democrática vinham sendo normalizados, recente e contraditoriamente, dentro da própria democracia no Brasil. Tornando-se mais comum em jornais e eventos de preparação para eleições políticas entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 nos EUA, segundo Melo e Vaz (2021a, p. 8), “a aparição do conceito de ‘guerras culturais’ reconhece a crescente força da moral na política, subtraindo o espaço do que antes, nas sociedades modernas, era central, a saber, as lutas por redistribuição da riqueza produzida no país”. Para estes autores, as guerras culturais, portanto, podem dizer respeito a muitas discussões levadas em um sentido de suposto reestabelecimento da moralidade de um país, deslocando a centralidade da discussão política sobre assuntos econômicos e a deixando mais associada a valores de caráter reacionário. E embora esse conceito possa envolver muitos temas diferentes, ele se caracteriza principalmente por dois fatores. Primeiramente o fato de se tratar de mobilizações que se dão como reação a algo que se procura interpretar como uma mudança que supostamente irá trazer benefício para uma minoria em detrimento da vontade de uma

²⁸ Estes elementos nos ajudam a atentar para a necessidade, em se falando de democracia como algo permanentemente em construção, de se continuar disputando significados no presente. Isso se torna mais claro diante das guerras culturais que foram mobilizadas em anos recentes por forças bolsonaristas, recursos que ajudaram a extrema-direita a se popularizar. Isso, por sua vez, justifica ainda mais a necessidade de se pesquisar sobre este fenômeno das estratégias usadas pelo bolsonarismo para ganhar apoio popular para projetos antidemocráticos, colocando-o em evidência ao invés de dar a ele um status de elemento secundário, irrelevante ou externo ao pragmatismo político, como se fosse possível separar o crescimento da força da extrema-direita no cenário político brasileiro de seu contraditório processo de normalização no funcionamento prático da nossa atual democracia.

²⁹ Conforme Melo e Vaz (2021a).

maioria. Em segundo lugar, essas mudanças tendem a ser enxergadas a partir de um olhar de moralidade que tende a se confundir com uma base de princípios religiosos tradicionais de uma maioria, as quais de certa forma ajudam a mobilizar pessoas porque já possuem uma forte penetração na política e na cultura de um lugar.

Nesse sentido, assim como Lacerda (2019), os autores supracitados no parágrafo anterior concordam em afirmar que a experiência estadunidense iniciada nos anos 1980 guarda proximidades com o Brasil recente, pois em ambos houve uma disputa pelo sentido da nação em que se procurou diferenciar positivamente o que seria o cidadão ideal e ligado à história do país em detrimento de outras identidades consideradas minoritárias e que estariam por sua vez desviando os rumos da nação. Uma visão de mundo combativa em ambos os casos e que evidencia um choque com uma perspectiva de aprofundamento democrático no sentido de garantia e ampliação de direitos de grupos com menor representação social. Tais minorias seriam beneficiadas por grupos políticos com objetivos eleitoreiros que colocariam sob risco a suposta essência da nação, o conjunto de valores forjados historicamente que supostamente trariam a todos que os seus filhos comprometidos força e identidade³⁰.

Ainda sobre proximidades com escritos de Lacerda (2019), vale ressaltar que Melo e Vaz (2021a) destacam também que aquele que viria a ser tantos anos depois o maior ideólogo bolsonarista, Olavo de Carvalho, foi influenciado por discussões de caráter conservador polarizadas no contexto ainda fortemente marcado pela Guerra Fria, mais precisamente por Pat Buchanan, autor estadunidense que no início dos anos 1990 dizia que os Estados Unidos estavam inseridos em uma grande guerra cultural que representava uma guerra pela alma de toda uma nação, um confronto tão relevante e definidor do futuro como a própria Guerra Fria havia sido. Ao defender que “a disputa sobre representações do passado pode ser entendida hoje a todos os países” (Melo; Vaz, 2021a, p. 9), os autores deixam claro que no conceito de guerras culturais em cada país, dois elementos precisam ser levados em destaque no que diz respeito ao uso dessas palavras que formam o termo. O primeiro é que “cultura” não se restringe ao que é produzido no campo da arte, embora polêmicas ligadas a ela também possam se tornar mais um objeto desse conflito. Todavia, “cultura” é usada a partir de uma visão que a antropologia estadunidense tem sobre o conceito, o que aponta para uma disputa em torno de um “conjunto

³⁰ Para Melo e Vaz (2021a), esse tipo de grande discurso da necessidade de se mover guerras culturais contra as minorias foi se constituindo, portanto, em uma eficaz e contínua estratégia de direitas que foi se espalhando em vários países, já que de uma só vez se descobria um meio de convencer trabalhadores pobres a ficar contra minorias sociais e de se reduzir a centralidade da discussão em torno de questões de distribuição de riqueza em detrimento de um maior foco sobre questões de cunho moral que expressavam perspectivas reacionárias, como afirmação do nacionalismo, defesa de uma escalada da religião cristã sobre o Estado laico e de uma ideia singular de família embasada e limitada por uma visão heteropatriarcal.

relativamente estável e unificado de crenças e valores” (Melo; Vaz, 2021a p. 10). O segundo é que “guerra” é algo usado no sentido de “guerra civil” nos Estados Unidos e de “doutrina de segurança nacional” na ditadura civil-militar brasileira: a guerra é sobretudo contra um inimigo interno que, em tese, enfraquece, divide e ataca de dentro do próprio país buscando estabelecer suas ideias como hegemonia. Vale ainda ressaltar que analiticamente se prefere chamar de “guerras” ao invés de guerra no singular não apenas porque elas tratam de uma multiplicidade de temas, mas porque de certa forma elas nunca acabariam totalmente como em uma espécie de revolução que lhes traria um final. Elas não necessariamente possuem uma batalha última nem quando chocam com uma Constituição já que podem se manter acesas no âmbito da cultura como ideal a ser alcançado em um dia em que o grupo tiver força para mudar a legislação que rege o tema. Guardar chamas acesas no campo da cultura pode ser algo usado não apenas para manutenção de uma referência entre grupos que resistem à lei, mas também como motivação para que temas que movem as guerras culturais permaneçam se espalhando, ganhando força e tomando novas formas em outros contextos.

Nesse sentido, para fins de referência para esta pesquisa que visa entender processos dinâmicos na atualidade que expressam como as guerras culturais são utilizadas como estratégias de avanço e normalização da extrema-direita, vale destacar que

[t]odas as ideologias de extrema direita são construídas a partir de uma estrita oposição *nós versus eles*, mas tanto o *nós* quanto o *eles* podem variar ao longo do tempo. À medida que os grupos passam a considerar diferentes *outros* como ameaças, eles não mudam somente o sentido do *eles*, mas também do *nós*. Essa situação se verifica não só entre grupos diferentes, mas até mesmo entre os mesmos grupos (Mudde, 2022, p. 59).

Assim, temos sido desafiados a entender como “[hoje, a extrema direita está intimamente conectada à elite política tradicional, e em um número crescente de países, ela está se tornando a própria elite política” (Mudde, 2022, p. 18). O crescimento da extrema-direita no século XXI tem se dado em diferentes países, apontando para a existência de um fenômeno comum em diferentes configurações nacionais, criando condições para que essa expansão se torne objeto de diferentes debates. Todavia, vale ressaltar que a complexidade da temática da extrema direita e sua volatilidade em diferentes cenários no tempo e no espaço nunca deixaram fáceis a sua observação e as tentativas de classificá-la desde que esses estudos foram se desenvolvendo ao longo dos anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial. Assim, vale ressaltar que

[n]ão há consenso acadêmico a respeito dos termos corretos para o movimento mais amplo e para seus vários subgrupos. Além disso, a nomenclatura dominante tem

mudado ao longo do pós-guerra. Nas primeiras décadas, os movimentos eram descritos principalmente como neofascistas, o que mudou para direita extremista nos anos 1980, direita radical nos anos 1990, alguma forma de populismo de direita na virada do século, bem como extrema direita mais recentemente. Esse desenvolvimento reflete mudanças tanto no movimento em si quanto na comunidade acadêmica que o estuda (Mudde, 2022, p. 20).

De acordo com o pesquisador especialista em extrema direita supracitado, Cas Mudde (2022), cuja teoria é usada como umas das referências centrais para a produção desta tese, o Ocidente se encontra desde o começo do século XXI em uma quarta onda de extrema-direita (Mudde, 2022, p. 19). Esta é caracterizada por “normalização e consolidação” deste espectro político, iniciando-se em alguns países do ocidente enquanto espécie de reação a acontecimentos que foram levando-a a alcançar capital político eleitoral, como “ataques terroristas em setembro de 2001” e “a recessão econômica de 2008” (Mudde, 2022, p. 34). Para o autor, embora o fenômeno possa ser percebido nos crescimentos de grupos de extrema-direita na Europa, ele é generalizado no Ocidente, espalhando-se, guardadas suas características mais particulares em cada país, por outros continentes, o que se evidencia na ascensão “de Jair Bolsonaro, no Brasil, e de Donald Trump nos Estados Unidos” (Mudde, 2022, p. 36 - 37).

Para se entender o que o autor supracitado nomeia como normalização da extrema-direita enquanto fenômeno que marca a quarta onda desse espectro político no pós-guerra, a qual estaria se espalhando em países com realidades diferentes no mundo ocidental, faz-se necessário aclarar distinções que ele realiza acerca de duas formas de entendimento sobre democracia e acerca de dois modos diferentes de existência da extrema direita. Segundo ele, há uma forma de se entender democracia como algo que para existir necessita apenas de um sistema político que represente uma ideia de soberania popular através de um governo que em suas decisões e práticas expresse a vontade da maioria. Todavia, essa forma de compreensão simplista é justamente a que pode permitir que ideias antidemocráticas avancem paradoxalmente dentro de uma estrutura criada para o exercício democrático. Por isso o autor destaca o valor da democracia liberal, distinguindo-a como um outro formato mais refinado sobre o que é e o que deve ser um sistema democrático. Ele defende que esta segunda forma destacada, caso fortalecida, tem poder para se chocar frontalmente com a extrema direita por conta de três pilares sobre os quais ela se apoia e fazem com que ela se diferencie de uma visão mais simplista de democracia. A saber: a garantia do direito de minorias, a separação entre Poderes e a existência de um Estado de direito.

Nesse sentido, Mudde (2022) alerta que a extrema direita pode ser entendida como a parte daqueles que, apesar de também se apresentarem como direita, diante da democracia, é antissistêmica. Contudo, para o autor, é importante ainda destacar que essa perspectiva

antagônica ao sistema pode se dar de duas formas, o que faz com que a extrema direita possa ser dividida em dois grandes grupos: a direita ultrarradical e a direita radical. A direita ultrarradical é aquela que é antissistêmica porque é abertamente contra a democracia em sentido geral, pois não confia em soberania popular. Esta possui uma tendência de defender uma violência clara e armada para derrubar o sistema democrático e não tem, como ser populista, na forma como Mudde (2022) entende o conceito (tirando o foco da ideia de carisma de um líder e colocando o foco em uma carga ideológica que prega a existência de uma luta entre uma elite corrupta contra um povo imaculado, o qual projeta seu desejo de representação na figura de um líder a ser apoiado). A direita ultrarradical seria, portanto, clara e abertamente incompatível com qualquer ideia ou nível básico de democracia. Por sua vez, o caráter antissistêmico da direita radical se expressa em outro formato, o que a permite proliferar-se enquanto extrema direita sem propor claramente uma ruptura com a democracia, procurando representar-se como parte dela. O grande problema desse subgrupo é com a democracia liberal, pois ela rejeita e se choca com os três pilares da mesma. Como ela se coloca em sentido geral como “pró-democracia”, seus ataques à democracia liberal geralmente se dão a partir de práticas reformistas sobre a estrutura. Como ela pode ganhar força em um formato simplista de democracia para se expandir, ela pode ser populista dentro da forma como o autor entende o conceito, pois isso pode ajudá-la a ganhar apoio popular para a destruição dos direitos de minorias, da Separação entre Poderes e do Estado de Direito. Para o autor, é justamente esse formato de extrema-direita que tem avançado no Ocidente nesta quarta onda, através de um processo de normalização.

Embora Mudde (2022) não utilize o conceito de guerras culturais (Rocha, 2023; Hunter; Zanon, 2022; Melo; Vaz, 2021a; Melo; Vaz, 2021b; Rocha, 2023), em nossa análise durante a escolha de referenciais para a tese, a aproximação de sua teoria sobre a normalização da extrema e a teoria das guerras culturais demonstra-se não apenas viável, mas promissora. Sobretudo porque, além de classificar as dinâmicas políticas estadunidense e brasileira como

parte do fenômeno, o próprio autor aponta para alguns elementos³¹ que nos fortalecem a percepção do diálogo³² entre estas duas perspectivas teóricas.

2.5 Fluxos da normalização: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Movimento Escola Sem Partido

Esta seção trata do desafio de chegar a uma delimitação de um objeto de tese procurando seguir fluxos do processo de normalização da extrema-direita que parecem transbordar flexivelmente por tempos e espaços. É interessante começarmos aqui recordando que, para setores propriamente da extrema da direita ou outros de direita que de forma oportunista estavam dispostos a crescer junto à onda que ela trazia empurrando o que estivesse à sua frente, isto implicava uma necessidade de se investir em disputas de significado como estratégias de mobilização da opinião pública e contínuo ganho de apoio popular (Rocha, 2023; Melo; Vaz, 2021a). As guerras culturais pareciam envolver com facilidade a sociedade justamente por não terem um único ponto de partida para levar as pessoas a pensarem sobre suas vidas, mas diferentes portas de entrada.

Comecei a entender que era seguindo algum ponto destes caminhos que eu queria começar a pensar uma pesquisa. Assim ocorreu naquela conjuntura em meio ao avanço do COVID-19, em abril de 2021, quando certo dia passei a navegar pelas redes em busca de ações

³¹ Entre eles, está o uso do que ele defende como sendo o seu conceito próprio de “populismo” (Mudde, 2022, p. 23), o qual não tem como centro de análise uma ideia de carisma do líder, mas uma carga ideológica que vai se consolidando como polarização entre dois grupos que não se misturariam. Estes seriam, portanto, necessariamente heterogêneos e antagônicos. Isso se daria a partir do acirramento de uma divisão entre “nós versus eles” que não expressa compromisso com princípios fundamentais da democracia liberal. No acirramento dessa visão polarizada de mundo, cuja figura do líder em si não seria o foco a ser analisado e sim a disputa de significados que modela a polarização que torna possível a fidelidade a um líder, um bloco representaria a ideia de povo legítimo e sem máculas que precisaria retomar o poder das mãos de outro bloco, o qual representaria uma elite disposta a semear todas as formas de corrupção possíveis dos valores sociais para se manter no topo.

³² Um outro elemento que aparece na teoria do autor e o aproxima da teoria sobre guerras culturais é sua preocupação em ressaltar que na visão de mundo promovida nesta quarta onda da extrema-direita alguns temas se conectam por meio de uma ideia de moralidade. Isso faz com que em algumas vezes eles sejam entendidos como complementares. Isso ofereceria a potenciais consumidores de ideias de extrema direita, como públicos conservadores, uma sensação de que a militância em torno de várias pautas morais envolvidas pode levar a construção de um mundo melhor e mais seguro. Segundo Mudde (2022, p. 48-49), fazendo com que mais pessoas se agreguem elegendo como inimigo comum um suposto marxismo cultural, por exemplo, as extremas direitas em vários locais do planeta têm conseguido emplacar a ideia de que é preciso combater nas escolas uma suposta doutrinação por parte de professores e replantar nelas mais disciplina e valores tradicionais ligados à família para que a juventude se afaste da criminalidade. Importante ressaltar que isso pode fortalecer a partir deste viés não apenas um vínculo entre educação e segurança pública, mas a ideia de que o crescimento da criminalidade não guarda relações com problemas socioeconômicos. O que por sua vez pode ainda trazer para perto destas extremas direitas grupos cada vez mais interessados em espalhar dentro das sociedades a ideia de que as dificuldades econômicas devem ser pensadas pelas pessoas como problemas de responsabilidade estritamente individual.

do governo federal brasileiro que indicassem algum interesse aparente por parte dele de se demonstrar realizando ações para mudar a situação em que nos encontrávamos no Brasil. Entre idas e vindas em diferentes páginas e notícias que pulavam na tela a partir de toques que eu dava nos botões do *mouse*, uma me chamou mais a atenção. Percebi que várias redes sociais virtuais oficiais ligadas à gestão de Jair Bolsonaro anunciavam que seria realizado um suposto grande evento. Fui vendo que essa notícia também estava sendo compartilhada por apoiadores do governo que iam usando seus perfis para tentar ajudar a fazer com que algo de interesse do bolsonarismo se propagasse mais rapidamente por todo o país. Tratava-se de um Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes.

Figura 7 - Imagem de divulgação do Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes.



Fonte: Brasil (2021a).

Comecei a pensar em que medida um evento com esse tipo de nome poderia soar como algo contraditório para o próprio governo. O bolsonarismo estava preocupado em diagnosticar e combater violências das instituições? Mas, quais instituições? Que tipo de violência? Já preocupado com o fenômeno da normalização e as disputas culturais, confesso que isso foi me deixando bem interessado, pois já via que aquele tipo de estratégia dos bolsonaristas não era algo distante daquilo que produzia sua credibilidade e fazia seu apoio popular sobreviver mesmo com comportamentos negacionistas diante de uma pandemia do Covid-19 amplamente comentada no planeta. Algumas perguntas me vieram à mente, como: por que um governo que demonstrava sinais de que exaltava a memória do período ditatorial,

iria realizar, naquele contexto caótico de várias crises, um grande evento de combate justamente à Violência Institucional? Como ocorreria este evento naquela conjuntura de isolamento social? Quem dentro do governo Bolsonaro seria responsável por organizá-lo? O que exatamente aquele governo conhecido por se posicionar em eventos públicos a favor do estabelecimento de uma memória positiva da ditadura civil-militar (Rocha, 2023) estaria chamando de “Violência Institucional” e sugerindo que era algo que precisava ser combatido? O que isso tenderia a trazer de possibilidade de novidade sobre as representações sociais e imaginários (Charaudeau, 2017) que costumavam ser associadas ao governo e em que medida isso dialogaria com reforço de questões ligadas a uma perspectiva antidemocrática e de normalização da extrema-direita bolsonarista? Comecei a pensar se não valeria à pena um esforço para mergulhar empiricamente em um evento bolsonarista como aquele. A partir de dentro daquele tipo de universo eu poderia tentar entender a atuação e a complexidade desta extrema-direita brasileira na atualidade, como ela se organizava e procurava se comunicar com as pessoas. Fui criando mais interesse. Vi que a organização de palestras e transmissão para os ouvintes desse evento seria reforçada por meio de plataformas digitais ³³.

Anos de militância pelas redes atuando como oposição à esquerda pareciam ter dado muita experiência ao bolsonarismo que tinha passado à posição de situação depois da eleição de Jair Messias. Braços da gestão pareciam bem dispostos a usar estrategicamente a *internet* de um jeito em que, com muito controle para evitar críticas ao governo, as redes sociais permanecessem servindo como recursos eficazes para conectar mais pessoas levando adiante valores, ideias e visões de mundo. Nesse ínterim, eu me perguntava: onde queriam chegar de fato os organizadores daquele tal fórum? Uma coisa era certa: como já afirmado aqui anteriormente, a militância crescente e sem muita preocupação ética das direitas brasileiras a partir de 2013 parecia ter criado com o tempo um caminho fértil para a extrema-direita poder ampliar seus alcances. Isso foi moldando o ambiente onde o bolsonarismo inflamado pôde se

³³ Ocorre que o isolamento social estava sendo usado como justificava para a decisão por parte do governo Bolsonaro de que eventos como fóruns que tratavam de temas de interesse público acontecessem de forma não presencial. Contudo, exercitando um pouco o senso crítico, não podemos deixar de destacar que, o que poderia soar mais democrático pelo fato de se alcançar maior número de pessoas, ao mesmo tempo e paradoxalmente escondia o fato de forças do governo poderem organizar o fórum em um formato menos democrático. Isso porque apenas às pessoas ligadas à organização do evento seria permitido falar nas redes de transmissão. Dessa forma, a possibilidade de debates que dessem origem a confrontação de diferentes visões de mundo sobre um tema polêmico como “violência institucional” seria drasticamente reduzida. Ou seja, substituir um evento ligado a debates e construções coletivas por um evento à distância representaria a possibilidade de se alcançar maior número de pessoas presentes virtualmente de forma passiva, mas em detrimento do menor número de pessoas que participaria de forma ativa e seriam reduzidas a meros espectadores. Talvez o melhor formato para quem não quer conversar sobre, mas fazer suas ideias serem ouvidas e chegarem longe.

acomodar para direcionar o seu barco aproveitando os ventos que sopravam a seu favor, antes e também depois de Jair receber a faixa de chefe da nação.

Figura 8 - Jair Bolsonaro tomando posse como presidente.



Fonte: El País (2019).

Passei então a refletir se, em anos anteriores, quando a extrema-direita bolsonarista não se fazia tão popular no cenário nacional e nem se apresentava de forma tão desavergonhada desde o fim da ditadura, parte do próprio conteúdo dos discursos daquilo que estava sendo anunciado pelos organizadores do fórum não seria um obstáculo para que sua organização se desse com financiamento do governo e com o apoio de pessoas de confiança de um presidente da república. Coloquei-me essa pergunta quando comecei a perceber que elementos prometidos para aquele Fórum Nacional sinalizavam, a partir de dentro do funcionamento do governo federal, mudanças recentes pelas quais o país passava e um crescimento do poder de decisão de grupos defensores de pautas neoconservadoras na esfera pública nacional.

O que ocorre é que aquele evento claramente não estava sendo bancado financeiramente por uma Organização Não Governamental (ONG) sugerida por uma direita liberal e moderada. Tampouco por qualquer instituição ligada à iniciativa privada³⁴. Pude perceber que o Fórum estava sendo produzido cuidadosamente por um Ministério do Governo Federal que concentrava muitas responsabilidades e por isso tinha um nome longo. Ele se chamava Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mais uma vez algo vinha à tona fortalecendo a constatação de que o bolsonarismo procurava representar um conjunto amplo de questões ideológicas que poderiam à primeira vista serem entendidos como pontos dispersos, mas que ele se esforçava para explorar seus frutos colocando-as em diálogo.

Pesquisando para tentar aliviar as minhas angústias naquele abril de 2021, entendi que aquele nome amplo apontava para o funcionamento de um complexo arranjo ministerial inovador até então no país, o qual só passou a existir como peça na estrutura administrativa do governo federal brasileiro a partir de 2019, primeiro ano da gestão de Jair Messias Bolsonaro (Lacerda, 2019). Tratava-se de um espaço burocrático pensado e criado para agir dentro da rede administrativa, congregando responsabilidades de três ministérios dentro dele. Era uma aglutinação que em um primeiro momento me pareceu demasiadamente difusa para ser harmonizada em ações conjuntas. Uma grande concentração de poder que poderia ser, em tese, bem explorada por forças que haviam se organizado para eleger Bolsonaro.

O nome do ministério já me incitava a possibilidades amplas de questionamentos a serem feitos. A começar por representações sociais sobre “família” e “educação” que são geralmente objetos caros dentro de discursos conservadores, o que me levava a me perguntar

³⁴ Não se tratava de um congresso ou um ciclo de palestras alternativo que seria executado com recursos de pessoas que se apresentavam como *outsiders* com relação ao campo político. O evento seria executado com financiamento estatal. *Think tanks* habituados a pregar redução do Estado deveriam estar comemorando o fato de haver direitas tão claramente radicais militando pelos seus valores com dinheiro público.

como estes elementos poderiam ser tecidos em uma disputa de significados que passasse a costurar junto uma proposta de “direitos humanos”, já que este último representava um termo amplamente criticado em discursos bolsonaristas (Lacerda, 2019; Rocha, 2023). A “mulher” no singular seria pensada com relação a um conceito também singular de “família” dentro do bolsonarismo? Por que não seria mais interessante chamar aquilo simplesmente de ministério “das mulheres”? Como seriam construídos discursos sobre “direitos humanos” condizentes com uma perspectiva bolsonarista de defensores da ditadura civil-militar e como essa perspectiva poderia dialogar com a perspectiva de “mulher” que poderia estar se relacionando com algum tipo de visão singular de “família” de acordo com valores bolsonaristas? Com relação ao evento anunciado, como esses elementos que nomeavam o ministério poderiam, em uma perspectiva bolsonarista, estar sendo afetados por “violência institucional”? Tudo aquilo foi me parecendo muito curioso. A mim parecia que eu não entenderia muita coisa sobre o país em que eu estava vivendo se eu não tentasse entender mais a fundo aspectos ideológicos do bolsonarismo que apontassem para algumas tentativas de construção de lógicas discursivas que ele tentava emplacar. Essa era uma questão que cada vez mais me intrigava, pois, estas lógicas discursivas circulando pareciam criar um amontoado de conteúdos que iam sendo normalizados, abrindo caminho para que fossem colocadas as condições de recepção e de disposição para construção de um Brasil de extrema direita.

Lembrei que entre as promessas de campanha de Bolsonaro em 2018 que agradavam sua base neoliberal antipetista (o grupo de defensores da ideia de que um Estado eficiente é uma instituição que precisa dar prioridade a corte de gastos) dentro daquela, tendenciosa aos extremos, direita plural antipetista, estava reduzir o número de ministérios que seu governo herdaria de gestões anteriores, embora ao longo de seu mandato o tema tenha se tornado um dos pontos claros de contradição daquela gestão (Andrade; Martins, 2022). Todavia, desde a forma ampla como havia sido nomeado aquele ministério responsável pelo fórum anunciado, naquele caso especificamente, podia-se pensar que pelo menos ele já não apontava exatamente para uma redução desde seu início, mas talvez para uma espécie de manutenção de uma variedade relativa à união das várias direitas que acabaram por apoiar de forma mais claramente em 2018 a ascensão de Bolsonaro nas eleições que o levaram à presidência vencendo o candidato do Partido dos Trabalhadores. Talvez fosse algum nível desse amontoado de grupos de direita que estivessem tentando contemplar com o arranjo ministerial de nome longo. Talvez a soma destes fatores fosse o que levou a se configurar, portanto, aquela espécie de ministério 3 em 1 dentro da gestão de Jair Bolsonaro. Havia uma batalha de ideias em curso exercendo um papel importante no Brasil e a extrema-direita me parecia estar bem

mais ciente disso e bem mais disposta a intensificar guerras culturais já iniciadas em anos recentes do que seus opositores políticos ³⁵.

Segundo Lacerda (2019), em meio ao processo recente de aglutinação das direitas no país que impulsionou o crescimento deste espectro político era possível detectar que aquilo que se desenhava no Brasil, de forma resumida, era a aproximação entre dois grandes grupos:

- a) neoliberais, focados em uma desregulamentação da economia e maior abertura para o mercado no país por meio de um Estado que interviesse menos;
- b) novos conservadores, focados em popularizar e legislar a favor de pautas morais que ajudassem a regular comportamentos ligados sobretudo a questões sexuais e reprodutivas, o que implicaria em mais responsabilidade confiada ao papel da família em detrimento de normas definidas e ações executadas por agentes do Estado.

Desse modo, ambos grupos dessa aliança supracitada estavam interessados de algum modo em reduzir o Estado a partir da forma crítica como eles o viam. Na prática, essa união estaria se expressando no campo político através de tentativas de conduzir representantes destes grupos a ocupar cada vez mais espaços dentro da estrutura do próprio Estado. Este seria o caminho para acelerar mudanças na sociedade. Isso se daria por meio de políticas efetivamente concretas, mas também investindo-se em uma espécie de formação ideológica permanente que fornecesse meios de se tentar propagar e naturalizar valores que contemplassem aos dois grandes grupos em questão. Seria necessário fazer parecer que estes valores, diferentemente dos defendidos por seus opositores políticos, não eram objeto de construção social, não tinham caráter arbitrário e que os estabelecer, portanto, não dependia de escolhas das pessoas, apenas da vontade de realizar algo que era “naturalmente” certo e que contribuiria para uma lógica que reordenaria o país atualmente desviado da “natureza” de sua potência por valores de esquerda.

³⁵ Neste sentido vale trazer de volta aqui o entendimento de que, no cenário maturado de expansão de um antipetismo que congregava diferentes forças de direita (Gentile, 2020), distintas prioridades dos grupos de oposição ao PT simbolizavam a adoção de tendências e ramificações diversas, mas longe de serem exatamente contrárias. Uma parte destas direitas poderia militar mais diretamente em torno de pautas da religiosidade cristã, outra mais em torno de reformas econômicas neoliberais, outra em torno de pautas ligadas à segurança pública etc., mas estes grupos não tinham dificuldade em dialogar e somar forças contra o petismo, ainda que para isso tivessem que aderir a uma forma de marketing político ligado ao pânico e a uma suposta necessidade de combater um comunismo imaginado ocorrendo no Brasil do século XXI. Isso justificaria em um primeiro momento pensar esta união das direitas que alçaram à presidência o ex-deputado de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em termos de um grande e poderoso bloco. Assim, fiquei pensando em que medida aquele ministério de nome amplo apontava para esta lógica e se encaixava nela: qual seria a relação entre esta indicação teórica da pluralidade da direita recente no Brasil que acabou em 2018 levando um saudosista da ditadura civil-militar no Brasil à presidência e o ministério em questão de nome amplo que organizava o evento?

Nesse sentido a autora supracitada alertava, quando escrevia sua tese ainda em 2018 (que no ano de 2019 seria publicada como livro) sobre o desejo de Bolsonaro de criar estrategicamente um ministério que aglutinaria, além daquele que era responsável pelos Direitos Humanos e o da Família, um terceiro (que no caso acabou sendo decidido posteriormente que seria o da Mulher). Essa composição interministerial, seria “uma das expressões mais contundentes de uma ideologia neoconservadora³⁶” (Lacerda, 2019, p. 192).

Fui percebendo, portanto, o quanto começar a refletir sobre o MMFDH naquele contexto caótico de abril de 2021 estava me levando a pensar relações complexas que poderiam me ajudar a entender a configuração nebulosa do país onde eu estava inserido e a levantar questões pertinentes sobre o presente e o futuro da nossa jovem democracia brasileira. Assim, sentindo-me instigado a tentar ir além e a seguir sondando páginas da *internet* com mais atenção, vi e lembrei que a chefia do ministério em questão havia sido confiada a uma pastora de igreja evangélica chamada Damares Alves³⁷. Recordei ainda que este nome começou a se tornar mais comum na mídia alguns dias depois da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Foi justamente dentro dos dias que antecederiam o início do seu governo em 2019, aqueles que geralmente ocorrem depois de eleições e criam o tipo de ambiente de especulação em que toda a imprensa começa a ventilar quais pessoas serão nomeadas para ministérios.

Lembrei ainda que, pelo menos nos meios onde eu mais andava à época, espaços relacionados com minha atuação como professor da educação básica e estudante de pós graduação, escola e universidade públicas, os quais passavam longe de serem os mais frequentados por bolsonaristas declarados, Damares acabou se tornando comentada naquela janela de tempo entre o finalzinho de 2018 e o início de 2019 com um certo estranhamento e até mesmo em alguma medida como objeto de chacotas. Naquela época, ela, pastora evangélica ligada a um movimento de igrejas neopentecostais que crescia no Brasil há décadas (Mariano, 2014), havia ficado bastante conhecida por conta de um vídeo antigo que havia sido viralizado em redes sociais pouco depois da eleição de Jair. Nele, ela falava para um público em um de auditório expressando uma espécie de testemunho cristão que ela queria fazer crer como algo

³⁶ Já foi explicitado em páginas anteriores desta tese que o conceito de neoconservadorismo, grosso modo, relaciona-se com a união entre grupos defensores de pautas neoliberais e grupos defensores de pautas conservadoras (Lacerda, 2019). Também já foi explicitado que o processo de normalização da extrema-direita tem contado com o apoio de diversos grupos que se apresentam como fazendo parte de nuances diferentes do espectro político da direita (Mudde, 2022).

³⁷ A advogada e pedagoga de formação, Damares Regina Alves, atualmente é senadora no Brasil pelo partido Republicanos, tendo recebido em sua primeira disputa eleitoral 714. 562 votos. Apesar de ser paranaense, ela disputou a vaga ao Senado como representante do Distrito Federal. Ela se tornou nacionalmente conhecida após ter atuado como ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro iniciado no ano de 2020 (ver Amaral, Hirabahasi, Hanon, 2022).

verídico e sério. Ela dizia que um dia, quando criança, estava triste em cima de uma goiabeira pensando que sua vida não tinha valor. E de repente, Jesus Cristo teria aparecido para ela. Ele, o Cristo histórico, referência central das religiões que se dizem cristãs, teria chegado a subir também no pé de goiaba para consolá-la (Xavier, 2018).

Por mais que aquela história parecesse estranha à grande parte da mídia por não ser, do ponto de vista racional, uma credencial comumente bem reconhecida para alguém ocupar um ministério do governo federal, lembrei que ela foi a principal referência que à época se popularizou sobre Damares. Logo me veio à mente que talvez fosse preciso tentar entender melhor quem era Damares, o que ela representava para pessoas que não frequentavam os espaços físicos ou virtuais com os quais eu me identificava. Qual espaço Damares ocupava no bolsonarismo? Qual papel o seu ministério tinha a exercer dentro daquelas guerras culturais onde a extrema-direita brasileira se nutria e seguia tomando corpo após a eleição de Bolsonaro?

Pensei que, ou aquele vídeo do relato da goiabeira não deveria ser entendido como algo central em detrimento de outras formas de se procurar entender quem era aquela pastora ou ele precisava ser interpretado de outra forma para que se tentasse entender o que aquele tipo de relato poderia significar para pessoas que eu não entendia. Comecei a pensar como ele poderia de certa forma até credibilizar, naquele contexto de bolsonarismo, alguém para um cargo relevante. Damares relatava uma suposta experiência particular dela própria bastante incomum, mas que também poderia ser interpretada por muitos neste país neopentecostalizado como uma das poucas pessoas no mundo escolhidas por Cristo para receber uma visita. Isso acabava em uma perspectiva religiosa podendo lhe trazer, dada a configuração do Brasil recente, um tipo considerável de capital político. Talvez, Damares ocupando a chefia daquele ministério já fosse um símbolo vivo e pujante das guerras culturais no Brasil, algo próprio da relação entre este fenômeno no nosso país e o processo de normalização da extrema-direita³⁸.

Pensei na estrutura que havia por trás dela, através da qual ela emergia, no poder dessa estrutura de fazer ideias circularem com a crescente capilaridade da religião evangélica na sociedade brasileira em anos recentes, um poder para cristalizar ideologicamente apoio e fidelidade à extrema-direita que surgia e se impunha com a vitória de Bolsonaro. A relação entre a normalização da extrema-direita em curso no Brasil com guerras culturais ainda era ao

³⁸ Como já explicitado anteriormente, o atual processo de normalização da extrema-direita ocorre em diferentes países e continentes, embora os elementos utilizados como militância possam sofrer variações de acordo com tensões que dizem respeito à configuração mais específica de cada sociedade (Mudde, 2022). É basilar, portanto, entender que, embora a normalização da extrema-direita seja um fenômeno transnacional, nesse momento discursos contra imigrantes não têm apresentado no Brasil o mesmo peso de mobilização política que pode ser encontrado em países europeus, assim como o neopentecostalismo não deve servir, neste momento como forte referência analítica para entender o crescimento da extrema-direita na Europa.

meu ver algo pouco compreendido, o que ajudava o bolsonarismo a também ser pouco compreendido por parte de quem queria defender a democracia. Embora essa relação me parecesse apontar para um conjunto muito amplo de atores e estratégias, entendi que eleger alguns dos pontos que a constituíam como objeto de uma pesquisa de tese poderia gerar uma contribuição válida.

Não se pode desconsiderar que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que Damares acabou assumindo no governo Bolsonaro estava associado a um segmento místico-religioso em crescente incursão dentro da política nacional. Damares era uma cristã neopentecostal. O neopentecostalismo era uma forma relativamente nova de se viver a religião evangélica que foi chegando ao Brasil contado com o apoio do governo estadunidense nos anos 1980 (Oliveira; Oliveira, 2021; Lacerda, 2019). Essa forma de ser evangélico tinha surgido nos Estados Unidos no final dos anos 1970, em plena Guerra Fria³⁹, conflito posterior à Segunda Guerra Mundial e caracterizado por polarização ideológica, tensão geopolítica e conflitos armados em diversos locais do mundo.

Através da ação política e financiadora de grupos organizados neoconservadores estadunidenses que cresciam no campo político de seu país durante a Guerra Fria o neopentecostalismo⁴⁰ passou a ser sistematicamente exportado para nações na América Latina no decorrer da década de 1980. Foi quando ele começou a entrar e a fincar raízes ganhando força também no Brasil (Oliveira, Oliveira, 2021; Lacerda, 2019; Mariano, 2014). Este fator passa longe de ser um detalhe, haja vista que, embora a trajetória da religião cristã seja permeada pela crença em um dualismo marcado por lutas entre os reinos espirituais dos céus e das trevas, houve uma imensa intensificação deste maniqueísmo místico dentro da doutrina do neopentecostalismo, ao mesmo tempo em que ele ajudava a sacralizar no imaginário tendências ideológicas neoliberais e neoconservadoras⁴¹.

³⁹ A Guerra Fria representava no imaginário de um Ocidente em pleno pós-guerras um mundo dividido em zonas de influência socialista, sob a responsabilidade da União Soviética, e zonas de influência capitalista, projeto antagonico encabeçado pelos Estados Unidos (Hobsbawn, 1995).

⁴⁰ Qualquer reflexão sobre o apreço ou não de neopentecostais por decisões democráticas precisa levar em conta o dualismo de caráter espiritual entre as forças de Deus e as forças demoníacas na qual ele se baseia, haja vista que para os adeptos deste formato de religiosidade, toda luta material é também espiritual e estas batalhas humanas que remetem a disputas da eternidade só terminarão em definitivo aqui quando Jesus retornar para fazer justiça na Terra e, ainda que nem todas as pessoas estejam conscientes desse dualismo e da necessidade de tomarem posição, os seres humanos “participam ativamente de uma ou de outra frente de batalha” (Mariano, 2014, p. 113).

⁴¹ Caracterizado por forte misticismo e emocionalismo em seus cultos, elemento comum ao pentecostalismo, ao mesmo tempo ele inova ao defender a ideia de que os cristãos devem prosperar materialmente nesta Terra (Teologia da Prosperidade) e o entendimento de que cabe aos cristãos ocupar espaços de poder na sociedade para ajudar a configurar o mundo na medida do possível conforme a vontade de Deus. Curioso que a entrada desse elemento de caráter propagador de ideias conservadoras e anticomunistas no Brasil tenha se dado justamente em uma configuração na qual nosso país já começava a adentrar em um processo de abertura

Naquele abril de 2021 em que eu vasculhava a *internet*, perceber a presença daquela pastora em um superministério no governo do político saudosista da ditadura, Jair Bolsonaro, parecia deixar ainda mais múltipla de significados a relação entre passado e presente no bolsonarismo, entre continuidades históricas e novas variáveis emergentes configurando a política nacional pós-2013. Foi justamente no *twitter* oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela pastora evangélica Damares Alves, que foi publicado, por meio de um vídeo de divulgação, um convite para o tal Fórum Nacional Contra a Violência Institucional a ser realizado via internet nos dias 27 e 28 daquele abril de 2021. Divulgava-se que ele seria aberto ao público em geral e contaria com a utilização de canais oficiais do Ministério para transmissão, como *facebook* e *youtube*, que propiciariam maior alcance ao mesmo.

Desejando entender melhor aquilo que havia encontrado, abri mais uma janela no meu computador e fui procurar outras informações em redes sociais sobre a pastora. Logo descobri que a ministra Damares Alves, retuitou aquele *post* do seu ministério em seu *twitter* particular, com um detalhe importante. Foi acrescentado logo acima do *post* retuitado o seguinte comentário:

É hora de o Brasil inteiro discutir o futuro de nossas crianças. É hora de lutar pelo fim da doutrinação ideológica e da sexualização precoce. É hora de focar na melhoria do ensino e no respeito aos direitos humanos. Não dá mais para adiar esse debate, bora? (twitter oficial de Damares Alves, publicação do dia 15 de abril de 2021, grifos nossos).

Observe que o discurso de Damares demonstra sinais de que o bolsonarismo parecia estar disposto a começar a se posicionar publicamente de modo mais claro a favor de alguma forma de direitos humanos, a qual, ainda segundo o texto transcrito, estaria entrelaçada a uma necessidade inadiável de proteger de crianças do funcionamento do sistema educacional. Como se percebe, naquele cenário de caos de abril de 2021, não havia no evento anunciado, nem mesmo no perfil da própria ministra, qualquer menção feita à pandemia ou a assuntos relacionados com a crise econômica ou sanitária que assolavam o Brasil. Mas, a essa hora, minha atenção já nem se voltava mais para o que minhas angústias tinham me levado inicialmente a tentar encontrar quando sentei diante do computador. Algo que eu já começava a organizar na minha cabeça como sendo uma espécie de relação entre guerras culturais e o

democrática, desenvolvendo-se aqui um caminho que, por parte das forças progressistas, visava nos anos 1980 enterrar uma ditadura civil-militar que agonizava enquanto os generais tentavam tutelar o processo de transição (Codato, 2005).

processo de normalização da extrema-direita era o que mais me interessava em forma de problematização⁴².

Assim, o negacionismo científico já me interessava mais do que propriamente a expansão do vírus, pois eu começava a ver mais claramente relação entre os dois fenômenos. Do mesmo modo, o que eu interpretava como falta de reação proporcional da população ao tratamento indiferente que o governo lhe dava já me interessava mais do que o próprio sofrimento dela, pois eu começava a visualizar mais nitidamente relação entre as duas coisas. O sucesso do bolsonarismo apontava para existência de ações estrategicamente exitosas de uma extrema-direita em reascensão que tinha aprendido, em um momento complicado de hiper comunicação e expansão digital no Brasil, a se comunicar com as massas. Eu via nela o agente amplo a ter parte de suas ações, dentro dos limites da minha pesquisa⁴³, investigadas na tese. O estranhamento que um certo efeito de manada no comportamento das pessoas me causava me soava como sintoma das guerras culturais mobilizadas pelo agente que normalizava os ataques à democracia ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, falava em nome dela e jamais colocava de forma clara e definitiva uma ruptura completa com a mesma.

Batalhas no campo das ideias estavam associadas à capacidade da extrema-direita voltar à cena política no Brasil em uma época de crescimento das direitas. As pessoas comuns estavam sendo convidadas a participar mais da política, lutando supostamente por algo coletivo, necessário e histórico, algo que necessitava de patriotismo e engajamento. Muitas ações de militância da extrema-direita dentro de um grande processo de guerras culturais ocorriam ao mesmo tempo. Eu procurava um recorte que me ajudasse a tentar entender a produção de costuras criadas para guiar politicamente o desejo das pessoas por mudança.

Comecei a me interessar mais pelo evento do MMFDH. E com relação ao fragmento da fala de Damares supracitado acerca do Fórum Nacional contra Violência Institucional, percebi que ela não havia mencionado com clareza no convite qual ou quais instituições do Estado estariam praticando tal violência e seriam objeto de discussão. O que ela pôs em

⁴² Interessante perceber como isso aponta para uma característica da popularidade de grupos de extrema-direita no Ocidente em anos recentes conforme Cas Mudde (2022), pesquisador que defende que o sucesso deste espectro político em grande medida está associado à sua capacidade de estabelecer as agendas a serem discutidas, silenciando sobre o que não quer que seja pauta de discussões. A estratégica seleção que divide as pautas entre as que devem ser silenciadas e as que devem ganhar a mídia se dá com um uso bem articulado das redes sociais e tem permitido à extrema-direita sair de uma posição simplesmente reativa, forçando seus adversários políticos a darem atenção aos conteúdos que ela deseja que aqueçam os debates públicos em cada momento.

⁴³ Fui afinando a percepção de que isso tudo apontava para questões muito grandes e que não dava para um pesquisador só dar conta de todo o universo das guerras culturais que estava em curso a serviço da normalização da extrema-direita no Brasil. Todavia, cada vez mais fui amadurecendo também a ideia de que, caso eu conseguisse encontrar pontos importantes que ajudassem a extrair recortes desta totalidade, eu poderia trazer uma grande contribuição para entender caminhos e descaminhos que têm afligido a democracia brasileira.

destaque foram pontos que faziam referência a assuntos bem diversos, como “doutrinação ideológica”, “sexualização precoce”, “ensino”, “respeito aos direitos humanos”. Como professor de educação básica que sou, naquela conjuntura da quarentena onde as escolas brasileiras não estavam tendo aulas presenciais e a manutenção do ensino público às crianças e aos jovens se dava precariamente na dependência de aulas à distância (as quais, por sua vez dependiam de acesso a equipamentos e *internet*), chamou minha atenção na fala de Damares a ênfase que ela deu a assuntos relacionados com o ensino. Justamente naquele momento em que, dentro de casa na pandemia, eu enxergava como sendo de crises que se somavam assolando o país, Damares dizia que havia um debate inadiável que seria tratado no fórum. Tratava-se de violência praticada por instituições e isso estaria, portanto, relacionando-se com temas ligados à educação. Mas, qual era realmente o debate que para Damares se constituía em uma emergência naquele contexto? O que ela queria dizer com “doutrinação ideológica”? Como isso se ligava às ideias mencionadas por ela de “sexualização precoce” e de “melhoria do ensino”? Como para ela essas questões se relacionavam com a “violência institucional” que era o tema do fórum? Qual instituição praticava violência e precisava ser combatida de forma urgente? Eu queria entender com mais nitidez para qual ponto e quais ligações entre pontos do universo das guerras culturais movidas pela extrema-direita aquilo estava apontando.

Para tentar entender com mais clareza do que o fórum mencionado tratava, experimentei ler vários comentários que foram realizados como forma de reação a esta publicação da ministra. Percebi que a imensa maioria deles eram de apoio. Sem entender de fato se para as pessoas que comentavam apoiando o evento o foco do mesmo estava claro dentro de uma lógica que fazia sentido para elas ou se elas não se importavam em encontrar clareza e simplesmente estavam interessadas em manifestar apoio quase que incondicionalmente nas redes sociais a mais uma iniciativa organizada por um dos braços do bolsonarismo, ver muita gente elogiando o fórum anunciado e falando da importância dele me acendeu mais uma vez o alerta sobre o possível poder de comunicação de Damares Alves dentro daquela estrutura. Isso me fez pensar mais ainda sobre o papel que o seu ministério poderia estar exercendo como peça importante nas guerras culturais de normalização da extrema-direita no Brasil.

Todavia, foi um comentário negativo que encontrei em meio aos elogios que acabou me chamando mais a atenção em particular. Isso ocorreu devido a uma associação que percebi que ele construía em formato de denúncia. Para que se torne possível justificar isto, peço atenção para a imagem abaixo, a qual traz o post da divulgação do evento e a reação em forma de comentário que me refiro:

Figura 9 - Internauta relaciona Escola Sem Partido com post de Damares.



Fonte: *twitter* oficial da até então ministra Damares Alves.

Como é possível notar, o comentário exposto acima associa o evento organizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a um suposto desejo de alguém fazer com que, de forma sorrateira, o fórum fosse aproveitado como meio de ser realizada uma militância acerca de temas relacionados com outro elemento. O “Escola sem Partido” (ESP) pode ser entendido como um projeto controverso de cunho neoconservador que havia ganhado força e popularidade nos anos desse crescimento recente das direitas, tendo como objetivo estabelecer novas regras para o funcionamento de toda a educação básica, sendo, todavia,

frequentemente acusado de tentar recriar um ambiente que levasse à censura nas escolas brasileiras, como havia ocorrido durante a ditadura civil militar no Brasil ⁴⁴.

O conteúdo produzido pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) viria a se tornar um Programa a ser defendido pelos seus apoiadores, forças de direita no complexo e até então recente crescimento da aliança brasileira entre neoliberais e conservadores. Para estes, o Programa do MESP representava algo que deveria ser transformado em um dos elementos basilares da educação brasileira. O movimento que data do início do presente século desenvolveu-se tendo como foco combater e denunciar o que considerava abusos da liberdade de ensinar, algo que supostamente seria praticado por professores em escolas brasileiras. Dentro deste discurso, alunos dentro das salas de aula seriam vítimas diretas de professores doutrinadores (Penna, 2016), mas esse suposto fenômeno da doutrinação ideológica também estaria ameaçando valores da sociedade como um todo por, segundo os defensores do movimento, induzir os estudantes a discordar de valores que estes aprendiam dos seus próprios pais em suas casas (Nagib, 2018). Será que isso para Damares justificaria categorizar o MESP como um tema a ser debatido pelo Ministério da Família? O comentário de denúncia feito pela internauta fazia sentido?

Chamava-me a atenção o fato de Damares divulgar o evento em sua rede pessoal tocando em assuntos ligados ao tema da educação, como “doutrinação ideológica”. Então, questionei-me: a violência institucional em foco para Damares seria uma violência que a escola estaria cometendo para com os alunos? Se fosse isso, o comentário crítico seria ainda mais coerente, pois apontava para uma conexão entre o evento organizado pelo super ministério de responsabilidade de Damares e um projeto neoconservador voltado para a educação conhecido como Escola Sem Partido.

Todavia, vale salientar que aquela associação seria uma denúncia muito séria, pois a acusação naquele abril de 2021 de que o Escola Sem Partido estaria sendo conduzido pela transversal no evento se dava pelo fato de que há meses esta iniciativa de grupos de direita voltada para a educação havia sido barrada pelo Supremo Tribunal Federal sob acusação de inconstitucionalidade do conteúdo proposto (Amorim, 2020). Então eu vi se desenhando em minha cabeça uma situação digna de destaque para se pensar a complexidade da rede de tramas e conflitos que constituíam um ponto paradigmático para refletir sobre os desafios recentes da

⁴⁴ Os debates sobre o que o Programa representa sempre foram complexos, e a existência do engodo se torna mais clara principalmente se considerarmos como defensores do conteúdo procuraram representá-lo nessa batalha por popularidade e apoio entrando em choque com a Constituição Federal (Oliveira, 2019), como será exposto doravante nesta tese.

democracia brasileira no processo de normalização da extrema-direita: o autor do comentário relacionava o objetivo do fórum anunciado por Damares a uma tentativa desta pastora evangélica de usar um ministério situado de dentro do próprio governo federal para manter acesa a chama de uma militância sobre um conteúdo que já havia sido em definitivo julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, comecei a me perguntar com mais acuidade também sobre o grau de importância do conteúdo do Escola Sem Partido nas guerras culturais em prol da normalização da extrema-direita no Brasil. Por que ele receberia aquele sopro de vida de forma camuflada em um evento do Ministério de Damares mesmo depois dele já ter sido considerado inconstitucional? O STF e suas decisões tinham algum valor para os bolsonaristas? Eles realmente estariam dispostos a tentar burlar decisões do STF e a seguir militando em torno de pautas de um movimento já declarado inconstitucional a partir de dentro de órgãos do próprio governo federal? Ora...se uma decisão do órgão máximo do Poder Legislativo brasileiro que julgava um projeto para regulamentar a educação nacional classificando-o como inconstitucional não era respeitada por um ministério de confiança que operava a serviço do chefe do Poder Executivo nacional, o que estava acontecendo? Configurava-se de fato o bolsonarismo como uma extrema-direita nos moldes de Bobbio (2022) que chama esse tipo de nicho político de extremo justamente pela sua necessidade e disposição para fazer valer seus objetivos destruindo a convivência entre poderes distribuídos como base do funcionamento da própria democracia? Isso apontava para o bolsonarismo como parasitismo político nos moldes de Lynch e Cassimiro (2022), no sentido em que este estaria passando a ocupar um lugar na democracia como parasita, ou seja, destruindo-a por dentro enquanto crescia se alimentando dela? Seria o inconstitucional MESP enquanto objeto de tentativa de naturalização por parte do MMFDH um caminho, nos moldes de Mudde (2022) de normalização da extrema-direita através da ameaça ao Estado de Direito, à Separação entre Poderes e aos Direitos de Minorias?

STF...Escola Sem Partido...Damares...continuidade de militância em torno de pauta inconstitucional...divulgação de evento com debate supostamente inadiável...super ministério criado por um presidente que exaltava a memória da ditadura civil-militar e que havia se destacado em meio a um movimento crescente de direitos no Brasil... esses assuntos se relacionavam. Para onde o governo Bolsonaro estava tentando conduzir o país e a partir de quais estratégias ele estava tentando convencer as pessoas a apoiar seu projeto? A gravidade e a complexidade disso, para além das crises intercruzadas que eu via mais claramente quando sentei diante do computador naquele abril de 2021, chamou-me a atenção.

O Escola Sem Partido era um movimento (MESP) que tinha se tornado popular no país naquele cenário de expansão das direitas contra o PT e que se chocava com preceitos constitucionais (Oliveira, 2019). Defendido pelo próprio Bolsonaro já desde muito antes deste se tornar presidente da república (Penna, 2026). O movimento havia, a partir de 2014, elaborado projetos de lei com conteúdo polêmico (Oliveira, 2019). Alegando que era necessário defender crianças e adolescentes brasileiros de um sistema educacional dominado e corrompido ideologicamente por partidos de esquerda, o que supostamente faria com que os jovens se chocassem com a educação que recebiam de seus pais em seus lares, os defensores do MESP queriam mudanças no funcionamento da educação que exigiriam alterações na Constituição de 1988. Estas estabeleceriam, por exemplo, censura a conteúdos de livros didáticos e o que podia ser expressado em sala de aula por professores. A ideia é que tudo que ocorresse na escola fosse antes aprovado em forma de permissão pelas famílias dos alunos, para que os valores de casa não corressem o risco de ser atacados por valores definidos pelo Estado (Nagib, 2018). Como as próprias famílias que os políticos defensores do MESP dizem defender não elaboram projetos de lei, ao fim e ao cabo, políticos das direitas que se diziam anticomunistas e que se apresentavam como representantes do conservadorismo é que estabeleceriam, com base nos interesses dos grupos que financiam suas campanhas, as diretrizes para o funcionamento das escolas.

Gostaria de chamar aqui a atenção do leitor para este ponto na composição deste primeiro capítulo. Isso porque, ao contrário de outros momentos atrás em que deixei claro que tive a sensação de estar sem direção para tentar responder a perguntas que eu vinha colocando na medida em que navegava pela *internet* e ia vendo tanta coisa sobre o apoio a Bolsonaro aparentemente difusa ao mesmo tempo naquele abril de 2021, ao invés de me sentir mais atordoado em meio a várias arestas que iam surgindo, fui sentindo como se a complexidade não era mais um lugar onde eu me perdia, mas onde eu começava a ir encontrando conexões. Como se não mais flutuasse sem rumo e começasse a sentir que pisava às vezes em solos mais consistentes, eu ia descobrindo pontos de referência que pareciam ter ligação nas guerras culturais que contribuíram no processo em andamento de normalização do bolsonarismo.

Haviam elementos que faziam lembrar do projeto Escola Sem Partido (ESP) no anúncio do evento que seria realizado pelo ministério de Damascos, isso é fato. Isso trazia para mim algo que parecia ser muito interessante dentro do meu interesse de tentar entender esse processo recente de normalização da extrema-direita no Brasil porque o próprio ESP me soava em parte como um objeto de ligação entre a época de Bolsonaro e o período da ditadura civil-militar. Ele servia como uma espécie de pista entre o que havia de velho e de novo no

bolsonarismo, entre o que poderia representar um elemento emergente do século XXI ainda incompreendido, porém ligado e apontando para uma espécie de continuidade de uma história mal resolvida de ruptura com um passado antidemocrático.

Verdade seja dita, a existência de um conteúdo proposto pelo MESP que se chocava com a Carta Magna já antes da iniciativa ser definitivamente barrada através do julgamento de inconstitucionalidade realizado pelo STF em 2020 fez com que ele fosse muitas vezes denunciado por seus opositores como um projeto que não apenas lembrava aquele modelo educacional estabelecido durante a ditadura civil-militar brasileira na segunda metade do século XX, mas como um projeto que visava propositadamente recuperar as bases autoritárias que durante os anos de chumbo estruturaram o funcionamento da educação nacional fortalecendo a visão de mundo de quem estava no poder e via nele uma ferramenta para ajudar a silenciar seus opositores (Araújo ; Pinheiro; De Sousa, 2018)⁴⁵.

Portanto, não é exagero afirmar que é grave a denúncia feita em forma de comentário do *post* de Damares que dizia que no tal Fórum contra Violência Institucional o Escola Sem Partido estava entrando pela transversal. A transversalidade fazendo referência a um modo dissimulado, mascarado de agir, sem respeitar o caminho que deveria ser percorrido dentro do Estado de Direito para se emplacar um projeto de lei. E era claro que o Escola Sem Partido não poderia mais ser estabelecido mediante uma trajetória comum para aprovação de seu conteúdo, já que ao julgá-lo inconstitucional o STF havia inviabilizado seus projetos de lei. Decisão que, caso o comentário em tom de denúncia estivesse correto, o bolsonarismo estaria tentando driblá-la estrategicamente, utilizando o Ministério de Damara Alves para seguir fazendo, de um conjunto de pautas defendidas pelo MESP, um objeto de militância.

A tensão política que se desenvolveu após fortes manifestações políticas em 2013, as quais possibilitaram o crescimento das direitas e o oportunismo do bolsonarismo (Alonso, 2023; Rocha, 2021) parecia ter dividido o Brasil entre dois grupos, os quais viam o país ao seu redor de formas distintas, inclusive na hora definir o que era prioridade para se resolver. Refletia-se uma disputa entre visões de mundo polarizadas produzidas e reproduzidas em alguma medida através de embates culturais. Isso me estimulava a observar mais atentamente

⁴⁵ Nesse sentido, vale ressaltar que o modelo de educação do período ditatorial utilizou um aparato abusivo de força do Estado de exceção por cerca de duas décadas da segunda metade do século XX. Repleto de censura aos professores, buscou controlar a informação que poderia chegar aos estudantes a partir do filtro dos interesses de um governo que não havia chegado ao poder através da democracia e não estava disposto a fazer das escolas e das universidades lugares que ajudassem a construir debates com liberdade de pensamento sobre os rumos do país. Isso deu-se tanto por meio de repressão a docentes e estudantes como também mediante intervenção direta sobre os currículos escolares. Tais práticas nos anos de chumbo se evidenciaram tanto na violência física e psicológica sofrida por mestres e corpo estudantil quanto na obrigatoriedade de disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) (Motta, 2014; Lourenço, 2010).

construções políticas que se desenrolam através de dinâmicas culturais que se relacionam com embates pelo poder, pois “conceber a esfera da cultura como um lugar de poder significa dizer que a produção e a reprodução da sociedade passam necessariamente por sua produção” (Ortiz, 2004, p. 126).

Vale destacar que a “política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (Bourdieu, 2011, p. 203). Os embates políticos para ganho de apoio popular, em um mundo crescentemente marcado por hiper comunicação possibilitada por uma *internet* que é acessível (Han, 2022) sem muita regulação do ponto de vista legislativo, parecem ter se tornado ainda mais relevantes como objetos de investigação. Isso porque aquilo com o que cada indivíduo pode vir a se identificar dentro de uma sociedade, repleta de tantos significados em disputa, cada vez menos pode ser entendido como algo tão previsível. Isso abre possibilidades muito fluidas, para quem deseja militar pela *internet*, de interpretação e de divulgação daquilo que se passa no país. Nesse ínterim, há um grande potencial em utilizar guerras culturais. Em um mundo de construção ideológica polarizada como o Brasil do bolsonarismo, a extrema-direita parece ter melhor despertando para o fato de que “[u]ma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada” (Hall, 2022, p. 16).

O maior acesso à *internet* no Brasil, justamente dentro de um contexto de crises, abriu possibilidades de militância cujo êxito dependeria da capacidade de se construir e se naturalizar discursos que foram e vêm sendo ampla e exaustivamente mobilizados (Charaudeau, 2020; 2018; 2017). Assim, ia se tornando óbvio para mim que conteúdos veiculados na *internet* representavam algo central para a pesquisa que eu precisava realizar. Sobre a relevância da coleta de dados digitais para pesquisas nas ciências sociais, é importante ressaltar que “[a] difusão praticamente viral dos computadores pessoais, dos *smartphones*, *laptops* e *tablets* parece extrapolar, até certo ponto, algumas das conhecidas barreiras de estratificação social, de classe, de gênero ou de idade” e, em consequência disto, “não é difícil perceber que uma boa parte dos processos sociais passam a depender, em algum momento, do funcionamento dessas máquinas” (Nascimento, 2016, p. 218). Nas sociedades contemporâneas se torna cada vez mais difícil se fazer uma separação entre o mundo virtual e o mundo físico, haja vista que “passamos a viver em um contínuo *on-offline*, no qual – conectados em rede por meio de plataformas – consumimos, mas também criamos e compartilhamos conteúdos” (Miskolci, 2016, p. 275).

Desse modo, ressaltemos que “[o] crescente aprofundamento da presença das mídias digitais na vida cotidiana brasileira tem, cada vez mais, suscitado debates que

atravessam os mais variados campos de conhecimento” (Facioli; Padilha, 2019, p. 234). É preciso, portanto, admitir que, de forma crescente, também no Brasil o conteúdo das redes sociais tem se tornado referência para a organização da sociedade nas mais variadas esferas e “tais transformações sociais impactaram o modo como fazemos ciência, reverberando, também, na disciplina da sociologia” (Nascimento, 2016, p. 218). Assim, as “Ciências Sociais” têm sido “testemunhas da construção da cultura, na qual estamos imersos pela tecnologia”, ao passo que somos impactados através dos “valores produzidos e reproduzidos socialmente, por ela” (Ferraz, 2019, p. 51).

Embora o amplo acesso à *internet* e às formas de interação presentes nesta em contextos de disputa de sentido se coloquem como algo desafiador para pesquisadores no âmbito das Ciências Sociais, vale salientar que

[u]ma das particularidades das pesquisas qualitativas envolvidas com as mídias digitais é que tratamos de tecnologias que se apresentam como promotoras de socialidade que estruturam o público em rede. Do ponto de vista da entrada em campo há ganhos notáveis para a abordagem uma vez que na web é possível encontrar o público com o qual se quer estar (Facioli, Padilha, 2019, p. 241).

Entretanto, isso também nos desafia a refletir sobre o uso da linguagem e em grande medida da “estrutura dos sistemas simbólicos” que são utilizados como dispositivos de construção de “correspondência entre estruturas sociais (em termos mais precisos, as estruturas de poder) e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2015, p. 33). Importante destacar, então, que a “ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados” (Charaudeau, 2018, p. 39). Por isso, além da categoria “discurso político” mencionada acima, utilizada pelo pesquisador especialista em análise de discurso Patrick Charaudeau, são igualmente referências relevantes para esta pesquisa em contexto de crise da democracia as suas noções de “representações sociais” e de “imaginários” (Charaudeau, 2017, p. 576). Estas ferramentas analíticas podem ajudar a visualizar, dentro de focos das recentes guerras culturais ligadas ao bolsonarismo, como discursos produzidos e veiculados pela *internet* constroem e/ou resgatam representações coletivas ligadas a retóricas mobilizadoras (Alonso, 2014). Estas, por sua vez podem, contraditoriamente, ser usadas na consolidação de valores antidemocráticos.

Nas lutas simbólicas, de forma declarada ou não dentro dos movimentos sociais que têm se desenvolvido no Brasil, sejam estes de motivação progressista ou conservadora (Alonso, 2017), a depender da estratégia escolhida pelos agentes após analisarem a estrutura de possibilidades de ação no momento em que pensam como falar com o público para angariar apoio, discursos também podem ser criados e/ou acionados a partir de outros já existentes. Essas derivações que ajudam a criar ideias de complementaridade no jogo das disputas ideológicas

podem aparecer de forma mais clara como “intertextualidade” (quando essa relação não é mascarada por quem profere o discurso) mas, também como “interdiscursividade”, que é quando é largamente ocultado o quanto um discurso foi constituído por outros, podendo essas conexões interdiscursivas serem analisadas e detectadas a partir de um exame cuidadoso do conteúdo do texto e da busca de relações entre ele e seu contexto de produção e circulação dentro das tensões sociais (Fairclough, 2001, p. 114-115). Por conta disso, estas categorias de Norman Fairclough tornaram-se importantes referências para análises de discurso nesta pesquisa. Elas podem ajudar a entender melhor, nesse cenário de disputas pela democracia, como elementos retóricos de tendência antidemocrática (ainda que este tipo de conteúdo possa se apresentar de forma velada em alguma circunstância) são produzidos e veiculados, contribuindo para o recente processo de normalização da extrema-direita no Brasil.

Nesse sentido, dentro desta pesquisa, também são referências metodológicas válidas para se pensar veiculação de discursos utilizados nas guerras culturais de normalização da extrema-direita no Brasil algumas ferramentas analíticas propostas por Ruth Amossy (2020), como “ethos”⁴⁶ e “cena de enunciação” (Amossy, 2016, p. 138). Haja vista que “toda organização societal está assentada nos ‘sentidos’, nas ‘definições’ e nas ‘ações’ que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de ‘interação simbólica’ do dia a dia” (Haguet, 2013, p. 62-63), a importância destas categorias de análise de discurso está no potencial delas de ajudar a compreender como atores, com certo nível de consagração em outros campos sociais, podem desenvolver meios de impactar o campo da política contribuindo, ao mesmo tempo, para o processo de normalização da extrema-direita.

Embora o que acontecesse no território brasileiro pudesse ser situado como parte de uma quarta onda no Ocidente (Mudde, 2022), entendi que a relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita no Brasil poderia ser melhor compreendida em suas características processuais locais. Entendi, também, que isso me desafiava a encontrar um caminho para melhor definir o objetivo geral da pesquisa de doutorado que eu viria a empreender e, ao mesmo tempo, apresentava-se para mim como a justificava dela. Faltava, portanto, avançar na delimitação. Eu considerava importante tentar encontrar um recorte que me possibilitasse seguir um rastro de ações do bolsonarismo, algo que apontasse para suas

⁴⁶ O qual a autora divide em “ethos prévio” e “ethos discursivo” (Amossy, 2020, p. 89). O primeiro está associado a um conjunto de expectativas teoricamente previsíveis sobre o comportamento de alguém que vai proferir um discurso, seja por algum conhecimento prévio que se tem sobre a pessoa que vai falar ou pelo cargo que ela ocupa, por exemplo. Já o segundo está relacionado com o poder de criação de sentidos que pode ser apresentado em um discurso, sua potencialidade para interligar representações de forma não esperada, gerando novos olhares para o assunto trazido na cena de enunciação e/ou para a pessoa que apresenta o discurso.

estratégias de normalização por meio de guerras culturais mobilizadas no interior da própria dinâmica social brasileira. Interessava-me percorrer caminhos que me ajudassem a entender como um viés antidemocrático se estabelecia como ideologia contraditoriamente capaz de convencer pessoas dentro de um regime político feito para ser democrático, o qual, em tese, estava assegurado por uma Constituição. Nesse sentido, fui me colocando de forma mais específica as seguintes questões que me ajudariam a definir caminhos: de que modo a militância em torno do MESP contribuiu para o processo de normalização da extrema-direita no século XXI no Brasil enquanto peça usada nas guerras culturais bolsonaristas? Quais eram de fato as relações entre Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Escola Sem Partido? Em que medida representações sociais sobre família e educação foram relacionadas e mobilizadas tanto pelo MESP como pelo MMFDH e podem indicar algum tipo de relação de proximidade ou de continuidade entre eles? De que forma o uso do MMFDH dentro das guerras culturais indica mudanças no bolsonarismo em um momento onde ele deixa de ser oposição e se torna situação no país?

Parto do princípio de que, em um ambiente de disputas de visões de mundo, o esforço de um grupo para tentar construir e ampliar identificação política passa pelas tentativas deste grupo de tornar hegemônicas algumas representações que ele procura fazer circular socialmente e consolidar. Isto implica para minha pesquisa ter que procurar abordar relações de poder que se articulam entre a política e a cultura. Nesse âmbito, é preciso refletir inclusive sobre a “eficácia discursiva, material ou política” de formas de militância que se apoiam “no imaginário” ou “em construções fantasiosas” (Hall, 2021, p. 109). Isso porque se entende que instrumentos usados nas guerras culturais, como práticas discursivas, por exemplo, não nascem de forma completamente aleatória ou descontextualizada, mas tomando posição em um cenário contencioso e a partir de algo que já estava posto e pode ajudar militâncias a serem favorecidas por trabalharem em grande medida em cima de pontos de ressonância que facilitem identificação, oferecendo às pessoas formas que possam soar mais familiares para o entendimento e a resolução de problemas coletivos (Hall, 2003).

Assim, um exame das estratégias discursivas relacionadas com a normalização da extrema-direita bolsonarista, enquanto recurso que visa auxiliar na luta por hegemonia, deve se preocupar em tentar entender o que é proferido pela linguagem situada e veiculada em tensões próprias de contextos particulares no Brasil. Esse é o palco no qual acontecem as disputas de significados para tomada de posição em um vasto e contínuo processo de guerras culturais. Nesse ínterim, interessa a esta pesquisa contribuir para o entendimento do bolsonarismo como agente numa articulação entre política e cultura, enquanto produtor de significados que visam

levar mais pessoas a se identificar com um projeto de normalização da extrema-direita no Brasil. Ciente de que uma tese de doutorado não pode dar conta de um tema tão amplo, haja vista que ele penetra diferentes âmbitos sociais utilizando diversas estratégias, um dos desafios que se impõe de partida para o pesquisador é o de delimitar tentando não mutilar, procurando assim definir um recorte relevante que em algum nível expresse um caráter temático, espacial e temporal, haja vista que

[é] precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior e formação de práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2021, p. 109).

Esta tese tem como objetivo geral investigar a relação no Brasil entre guerras culturais (Rocha, 2023; Melo; Vaz, 2021a) e normalização da extrema-direita (Mudde, 2022). Ou seja, procura-se entender como estratégias planejadas e executadas como guerras culturais para angariamento de apoio popular no Brasil têm contribuído para reascender a popularidade da extrema-direita na forma de bolsonarismo e para, contraditoriamente, normalizá-la dentro da própria democracia no Brasil em anos recentes. Embora considerado aqui como parte da quarta onda de extrema-direita que tem ocorrendo no Ocidente, o bolsonarismo é entendido nesta investigação como fenômeno local dentro dessa totalidade, o qual expressa particularidades da experiência brasileira.

A pesquisa volta-se, portanto, para a compreensão de processos que contribuíram para este efeito de normalização dentro de uma experiência ocorrida no Brasil. Ela tem como norte uma perspectiva de análise de militância por apoio político que não se limita à percepção de resultados da política eleitoral. A extrema-direita nacional é entendida nela como um movimento organizado e ciente de que seu sucesso depende de um processo de naturalização das suas diretrizes por parte da população, o que por sua vez estimula uma militância constante em busca de abrirem-se condições para ganhos políticos imediatos, mas também de médio e de longo prazos⁴⁷. Ela é voltada para entender ações estratégicas, em formato de guerras culturais que relacionam representações sociais sobre “família” e “educação”, movidas por atores que têm ajudado a normalizar a extrema-direita para além de momentos específicos em que brasileiros vão às urnas, fazendo da militância um trabalho praticamente do cotidiano. Ou seja,

⁴⁷ Nesse sentido, são pontos de referência centrais para esta pesquisa o fenômeno da organização das direitas no Brasil pós-2013 que tornou possível a emergência do bolsonarismo e a grande produção e reprodução de significados dentro da nossa cultura em um período de maior intensificação da comunicação proporcionada pelo acesso à *internet* e aos *smartphones* proporcionando um estado permanente de militância política muito além de períodos de eleitorais.

de modo geral, o agente investigado nesta tese é a extrema-direita brasileira enquanto produtora de guerras culturais que procuram ressignificar relações entre família e educação.

Assim é que convém tornar explícito que, haja vista a amplitude da temática e considerando-se o peso da carga ideológica que o bolsonarismo investe como seu suporte (Rocha, 2023; Lynch; Cassimiro, 2022 Lacerda, 2019), a pesquisa faz um recorte para possibilitar que a análise de estratégias de normalização da extrema-direita no Brasil por meio das guerras culturais se dê sobre duas experiências concretas de agenciamento bolsonarista, as quais mobilizam de forma relacional os temas da “família” e da “educação”. Uma iniciada antes do bolsonarismo chegar à presidência da República: o Movimento Escola Sem Partido (MESP). A outra, desenvolvida depois que Jair Bolsonaro chegou à presidência (e que, como já demonstrado neste capítulo até aqui, aponta para algum nível de aproximação com a primeira): o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) sob a gestão da pastora evangélica Damares Alves. Nesse sentido, as duas experiências concretas mencionadas como destaque indicam também os temas de referência centrais para a constituição e a ordem dos capítulos desta tese.

Portanto, utilizando os objetivos específicos da tese como pontos de referência para o percurso investigativo, os capítulos que doravante são desenvolvidos procuram elucidar as seguintes questões:

- a) a relação entre o Movimento Escola Sem Partido no século XXI no Brasil e a ascensão da extrema-direita bolsonarista em anos recentes no país (para isso, busca-se realizar um estudo da trajetória do movimento a partir de bibliografia especializada, utilização de documentos e de dados oriundos de militância digital ligada ao próprio movimento, além de dados de fonte jornalística. Um capítulo inicial sobre o tema trata do mesmo com foco maior sobre suas origens na primeira década deste século até o ano das manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013, as quais até os dias de hoje são objeto de debate acerca de em que medida representam um marco histórico na ascensão das direitas reacionárias no Brasil. O segundo capítulo sobre o MESP foca em investigar seus percursos na normalização da extrema-direita no Brasil depois das manifestações de junho de 2013, contemplando-se também nesta parte da tese a pesquisa sobre uma espécie de ativismo desenvolvido por grupos ligados ao bolsonarismo com o intuito de manter viva uma militância em torno de valores do Escola Sem Partido ainda que entrando em choque com posicionamento do Supremo Tribunal Federal. O limite temporal da análise sobre ações

relacionadas com o MESP é o ano de 2021, um ano após o julgamento do STF que tornou inconstitucionais os seus projetos de lei. Os capítulos que tratam do MESP são desenvolvidos a partir da hipótese de que o movimento teve um caráter oportunista no decorrer dos anos de sua militância (e deixou um legado após seu término), tendo se moldado para ser usado como peça das guerras culturais movidas pelo bolsonarismo para alavancar o crescimento da extrema-direita no país ao mesmo tempo em que também usou esse crescimento da extrema-direita para se promover);

- b) o papel exercido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dentro das guerras culturais bolsonaristas que relacionam “família” e “educação”, passando pela relação entre neopentecostalismo e o lugar político de Damare Alves (ambas temáticas já são desenvolvidas a partir do quarto capítulo da tese. É relevante salientar que o quinto e último capítulo é inteiramente voltado para a análise de um evento realizado no ano de 2021 pelo MMFDH, o Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes. O limite temporal para análise sobre ações deste ministério na tese é o ano de 2021. Para a composição destes últimos capítulos, utilizam-se fontes bibliográficas e documentais, dados divulgados pela imprensa e dados produzidos pelo governo e pelo próprio ministério em questão. Parte-se da hipótese de que parte dos objetivos confiados ao MMFDH por Bolsonaro a serem alcançados em guerras culturais podem até possuir afinidades com os do MESP, mas o MMFDH possui um conjunto mais amplo e sua atuação foi mais prática e em certo sentido até mais eficaz para ajudar a normalizar a extrema-direita no Brasil).

A investigação fornece luzes para se pensar em que medida o sucesso do fenômeno de ascensão do bolsonarismo em anos recentes, tensionando e desafiando a democracia brasileira, ao invés de representar algo surpreendente ou um ponto fora da curva da nossa história, pode indicar a existência de uma cultura política de extrema direita relativamente desenvolvida no Brasil desde um passado recente. Podendo também nos ajudar a entender que esse tipo de fenômeno que tem ameaçado recentemente a democracia brasileira por meio da mobilização de guerras culturais estratégicas em momentos recentes de mudanças configuracionais na nossa sociedade pode também se expressar futuramente e de forma mais

constante. Entendimento que também pode ser útil a quem deseja pensar meios de fazer contraponto a este fenômeno e fortalecer a democracia nacional.

Portanto, os resultados desta produção podem ir além de ajudar pessoas a entenderem mais sobre Movimento Escola Sem Partido, sobre Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e sobre o bolsonarismo de forma geral. Considerando que na própria época da reabertura democrática já foi dito que “é mais adequado falar de mudanças institucionais e de mudanças na cultura política operando, simultaneamente, em um processo de mútua influência e de mútuo estímulo à inovação” (Moisés, 1989), esta pesquisa pode vir a deixar mais claros os desafios para amadurecer meios de aperfeiçoar a democracia brasileira de forma constante e eficaz, tornando-a mutuamente mais próxima das pessoas. Necessário se buscar qualificar este debate questionando, para além da importância de vivermos em um regime político democrático, a própria qualidade da democracia nesse regime. Caminho que pode ajudar a desenvolver uma cultura democrática, entendendo-a como algo que está além da garantia do funcionamento burocrático das nossas instituições e que pode ajudar a fomentar um nível de participação do povo que vá muito além de chamá-lo para ajudar em campanhas políticas em períodos eleitorais e que possa deixá-lo sentir-se menos distante da democracia (Santos; Avritzer, 2002). Por isso, pode-se afirmar que

o problema tem de ser posto em termos de uma estratégia adequada à construção da democracia. Quando essa estratégia falta – como parece ser o caso do Brasil – as consequências para o processo de consolidação democrática são imensas: aumenta a capacidade de resistência dos setores que não querem avançar em direção à democracia, ampliam-se as incertezas dos que ainda não estão inteiramente convencidos das virtudes do jogo democrático ou confunde-se o horizonte daqueles que, definindo-se como democratas, têm imensamente ampliado o cenário de dilemas que passam a ter de enfrentar (Moisés, 1989, p. 51).

Entender melhor os processos que têm levado a uma normalização da extrema-direita e enxergar este momento como uma oportunidade de melhor entender fragilidades da democracia brasileira em construção talvez possa nos ajudar a tornar mais possível que esse mesmo povo brasileiro, o qual por vezes parece ter sede de sentir-se interferindo na política local com mais do que sua ação de ir às urnas, passe a ser menos receptivo a estratégias utilizadas pela extrema-direita para aquisição de apoio popular. Vale lembrar que este espectro reacionário, o qual voltou a se fazer popular em anos recentes, agonizava no final dos anos 1980 sem deixar de tutelar a abertura democrática. Naquela época ele já colocava em risco até os avanços da construção democrática que iam sendo postos em curso há cerca de 40 anos, quando a ditadura civil-militar brasileira perdia força, enquanto a C.F. promulgada em 1988 ia sendo produzida em meio às lutas sociais que se espalharam pelo país. Tentar entender como guerras

culturais no presente têm ajudado à normalização do bolsonarismo no Brasil significa procurar entender novas configurações de uma luta que por sua vez não é tão nova e se confunde com a própria história da democracia que começamos a construir sob os escombros do projeto autoritário e manipulador de uma extrema-direita que, mesmo se enfraquecendo a quatro décadas, permaneceu viva esperando as condições para se reimpôr com crescente apoio popular.

3 UMA VIA ABERTA PARA NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL: O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO DE 2004 A 2013

As famílias são lesadas quando a autoridade moral dos pais é solapada por professores que se julgam no direito de dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Instigados por esses professores, muitos jovens passam a questionar e rejeitar o direcionamento estabelecido por seus pais no campo da religião, da moral e dos costumes, ensejando o surgimento de graves conflitos no seio das famílias (Nagib. 2018, p. 2).

A citação acima faz parte de um texto produzido no ano de 2018 por um advogado que fundou um movimento conservador chamado Escola Sem Partido no ano de 2004 (MESP). Este texto foi publicado como um parecer jurídico em defesa da Constitucionalidade do conteúdo defendido por este Movimento que propôs, menos de vinte anos depois da promulgação da Constituição Federal do Brasil que abriu as bases para reconstruir a democracia em um país que havia vivido anos de ditadura, a volta da censura aos professores sob a justificativa de proteger as famílias brasileiras de um ensino que seria marcadamente doutrinador de cunho marxista. O detalhe é que, se a justificativa para a censura pode parecer com a que era usada para censurar a educação nos anos de chumbo que atravessaram o país nas décadas de 1960 a 1980, o meio para o retorno ao cerceamento nas instituições de ensino é mais sutilmente sofisticado. Não há nesse tipo de texto clara esperança manifestada em uma intervenção militar nem um desejo expresso, de modo transparente, de estabelecer algum tipo de Estado de exceção.

Em tese, a democracia nesse caso pode permanecer em funcionamento, embora debilitada. Um projeto de lei aprovado por um parlamento dentro dela e sancionado por um chefe do Executivo escolhido pela maioria do povo faria este serviço. Algumas palavras chave garantiriam o apoio popular a este tipo de iniciativa: a família, a religião, a moral, a defesa dos filhos, a autoridade dos pais e a educação que forma os jovens que serão os adultos da nossa sociedade. Cada coisa sendo mobilizada em torno do suposto reestabelecimento de uma ordem compreendida como algo que, se alcançar o apoio da maioria da população, já possuiria a garantia de que expressa legitimidade democrática, ainda que na prática se ignore, por exemplo, elementos basilares das democracias liberais, como a laicidade do Estado. Isso revela como o conceito de democracia aqui subtendido é limitado e limitador diante de complexidades e diversidades que constituem as sociedades modernas. A extrema direita não apenas quer chegar chutando a sua porta, ela quer ir batendo cada vez mais forte nela e, pedindo o seu convite, ir entrando para ameaçar dando as cartas do lado de dentro da casa. Todavia, ela permite que sigam chamando essa situação de democracia, até porque nomeá-la assim ajuda a normalizar

os elementos que restringem e impossibilitam uma construção democrática mais profunda, tornando mais difícil problematizá-los, discutir meios de resistir a eles e combatê-los.

Em um Estado Democrático de Direito, o conjunto de normas jurídicas e regras que o regem pode se tornar objeto de disputa de grupos que procuram consolidar seus valores na sociedade através de estratégias que por sua vez podem, contraditoriamente, fragilizar o arranjo democrático e acabar colocando em risco pilares da democracia liberal, como os direitos de minorias, a separação entre Poderes da República e o próprio Estado de Direito (Mudde, 2022). Esse paradoxo acerca das disputas sobre a democracia que podem deixá-la em risco tem ocorrido com frequência no Ocidente a partir do crescimento da extrema-direita por meio da normalização de suas pautas no debate público, levando a “questões [que] “não dizem respeito somente a especialistas, pois estão inseridas em um debate societal mais amplo que problematiza as relações entre direitas radicais e democracias representativas (Froio, 2017, p. 390, tradução nossa)⁴⁸.

Também no Brasil, esta vertente tem encontrado lugares para ocupar e crescer, aproximando-se de outros grupos de direita. Esse fenômeno fortalece também junto à população práticas e ideologias que outrora, antes do processo de normalização, eram mais claramente entendidas como estando situadas fora do campo democrático e mais comumente associadas a defensores de um Estado de exceção (Bobbio, 2022; Lynch; Cassimiro, 2022). Como explicado desde o primeiro capítulo, esse é um ponto teórico de referência central nessa tese. O Brasil viveu em anos recentes um cenário de ascensão de vários grupos de direita configurando uma direita ativa, militante e plural, aglutinada em torno de um antipetismo (cf. Gentile, 2020)⁴⁹.

Se as guerras culturais trouxeram a oportunidade de colocar na esfera pública uma variedade de pontos de militância das direitas que ajudavam a desqualificar a representação política da esquerda no Brasil, elas também exigiam que essa variedade não se perdesse em um mosaico de pautas e de identidades que as fizessem soar como elementos completamente dissociados para a população que as direitas buscavam alcançar. Em outras palavras, a avalanche de pontos de militância dos grupos antipetistas poderia ter mais êxito se fosse minimamente organizada em iniciativas que carregassem discursos que, apesar de ideologicamente amplos, conseguissem conectar, na direção de caminhos práticos de

⁴⁸ No original: “*questions ne s’adressent pas seulement aux spécialistes mais s’inscrivent dans um débat societal plus large qui interroge les relations entre droites radicales et démocraties représentatives* (Froio, 2017, p. 390).

⁴⁹ É basilar para essa tese o entendimento de que, para se evitar que clivagens se intensificassem ao invés de união, a pluralidade que representava o conjunto das direitas exigia, de certa forma, a construção e divulgação de discursos organizados sobre pontos gerais de aproximação entre elas que, além de levá-las a se unir e a se fortalecer, também servissem funcionalmente para um amplo e crescente angariamento de apoio popular para o projeto antipetista.

posicionamento diante de antagonismos em cenários criados de polarização, valores em comum e se, além disso, estas iniciativas fossem capazes de se comunicar com uma espécie de língua do povo para se espalhar pelo Brasil. Em meio a estes desafios supracitados que diziam respeito à possibilidade de a militância das direitas obter sucesso junto ao povo, a extrema-direita bolsonarista encontrou lugares potencialmente férteis para crescer no cenário político.

Este capítulo foca em entender como foi possível ao Movimento Escola Sem Partido (MESP) formar-se e se desenvolver nos seus primeiros 10 anos de existência como um objeto de militância promissor para o avanço de grupos de direita no Brasil que não viriam a demonstrar muita preocupação se neste processo a extrema-direita voltaria a crescer no país e a ameaçar a jovem democracia brasileira. Neste sentido, ainda que por vezes se faça necessário, ao pesquisador, realizar breves incursões em formas de avanços e recuos na temporalidade, este capítulo se concentra em oferecer entendimento sobre um recorte da trajetória do MESP que vai desde o seu surgimento em 2004 até o momento em que no Brasil explodiram as manifestações de junho de 2013, consideradas um marco na história política recente do país (Alonso, 2023, Avritzer, 2016). Para se alcançar o objetivo do capítulo, utiliza-se nele ampla bibliografia relacionada com crescimento recente das direitas no Brasil, análise documental realizada a partir do conteúdo produzido pelo MESP, análise de discurso a partir de dados coletados de notícias de jornais e de publicações em páginas pessoais de atores das direitas envolvidos com as guerras culturais no território tupiniquim. Iniciemos a partir do tópico seguinte com uma reflexão sobre como a educação, esfera social para a qual eclode o Movimento Escola Sem Partido no Brasil, tem se tornado em anos recentes um campo valoroso de disputas de sentido nas democracias ocidentais em crise.

3.1 Relação entre crescimento das direitas e pressões sobre a educação

Sendo o MESP em sua essência uma iniciativa voltada para o campo da educação (embora, como veremos adiante, não a ela limitada), em um primeiro momento é interessante refletirmos sobre como esta esfera da sociedade tem se intensificado enquanto objeto de disputa no cenário de guerras culturais e avanço das direitas no Ocidente.

Respeitadas variáveis e elementos constitutivos próprios que configuram o fenômeno no Brasil (assim como existem configurações diversas do fenômeno em outras localidades formadas a partir de outros elementos e/ou de elementos comuns que na hora de se somarem pesam em diferentes medidas), vale lembrar que o processo de normalização da extrema-direita enquanto agente situado no interior da democracia e devastador da mesma, é

segundo Mudde (2022), característico de uma quarta e atual onda desta vertente política extremista no mundo ocidental. Países ocidentais, tanto nas Américas como na Europa, têm passado por transformações sociopolíticas e econômicas consideráveis, o que tem contribuído para criar cenários de instabilidade que influenciam na construção das condições propícias para este fenômeno. Crises econômicas têm desgastado o crédito das democracias liberais, abrindo também possibilidades para interpretações antissistêmicas se popularizarem, como por exemplo, as de cunho populista, as quais atribuem culpa a elites burocráticas que, em tese, detém o poder político se distanciando do povo e por isso deveriam, de acordo com esta lógica discursiva, ser combatidas ferozmente no rumo da construção de uma forma de fazer política que se legitime ao representar a soberania popular (Mudde, 2021)⁵⁰

Um momento de crises nas democracias tem sido também o de oportunidade para alguns atores tornarem suas ideias mais populares. Tudo isso paulatinamente foi desembocado em uma grande ameaça aos sistemas democráticos, ensejando condições de instabilidades onde se abrem também possibilidades de reascensão de grupos de extrema direita no planeta. Para que as oportunidades sejam exploradas, estes grupos ficam na dependência de encontrar modos fáceis de se comunicar com a população, inflamando-as com mais ódio e necessidade de participação direta mais imediata. Eles têm utilizando comumente as redes sociais (Rocha, 2021) para desenvolver meios eficazes de canalizar formas de mal estar e de ressentimento (Brown, 2019).

Como o Brasil não é uma ilha isolada de comunicação das redes e de outras formas de interação com outras partes do Ocidente, de modo geral, o que tem ocorrido aqui possui relações com um fenômeno transnacional. Importante salientar que, nem aqui, e nem lá fora, esse “endireitamento” se desenvolve somente a partir do campo das instituições propriamente políticas, como câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais e Congresso Nacional. Ele não surge como algum tipo de resultado brusco representando um salto de mudanças de direcionamento ocorrendo puramente dentro de instituições ligadas a parlamentos e nem somente a partir de decretos de chefes de diferentes instâncias do Poder Executivo. Em um cenário de crises e incertezas, ele expressa alterações em uma sociedade cada vez mais atravessada pelo poder de comunicação proporcionado pelo desenvolvimento da *internet*, mudanças que apontam para o desenvolvimento de uma militância que faz articulações entre

⁵⁰ Assim, na hora de se desenvolver e popularizar meios de interpretar os problemas e propor soluções para as crises, vêm se consolidando junto ao povo com discursos fáceis tanto setores que priorizam pautas neoconservadoras como grupos que pregam prioritariamente a necessidade de avanço de políticas neoliberais (Lacerda, 2019).

cultura e política. Ele alcança os procedimentos formais da democracia liberal e pode inclusive colocar suas bases sob risco, mas se desenrola a partir de guerras culturais que acabam ajudando a transformar diversas esferas da sociedade em arenas de disputas acerca das formas de se interpretar os problemas do mundo e de se propor os meios de resolvê-los. Vale salientar que é por conta deste tipo de complexidade que há quem diga, inclusive, que o estudo da extrema direita se desenvolve “dentro de um domínio de pesquisa que se situa no cruzamento entre a ciência política e a sociologia política” (Froio, 2017, p. 377, tradução nossa)⁵¹.

Quando se percebe que conflito e comunicação criam oportunidades políticas, estes dois elementos vão se tornando pilares da militância a serem explorados: o grupo politicamente ativo e eficaz tende a ser aquele que vai sendo permanentemente mobilizado, alimentado pelo desejo de levantar bandeiras diversas que formam juntas um lado de uma tensão que é constantemente veiculada. As guerras culturais impulsionam a criação de identidades e forçam tomada de posição (Rocha, 2023). Elas podem se constituir de inúmeros temas, estes podem ser novos ou velhos que vão sendo retomados. O desafio para quem encabeça a militância é conseguir manter a constância e fazer com que diferentes objetos de reivindicação não se percam de forma fragmentada no imaginário social para não acabarem aparecendo como pontos desconectados de uma totalidade. As bandeiras podem ser várias, mas o todo deve avançar. Mais forte será o poder de um grupo composto de subgrupos agregados na medida em que os apoiadores do conjunto, ainda que em determinados momentos priorizem algumas bandeiras deste conjunto maior, as vejam e se vejam como parte de um todo. Assim, pode-se afirmar que

[a] multiplicidade de temas morais em disputa se dispõe no tempo como incessante repetição. As guerras culturais podem ter, a cada dia, uma questão moral diferente como objeto. Mas a variedade é superficial, pois os protagonistas tendem a ser os mesmos. **Com o passar dos anos, os temas que valem uma disputa moral se avolumam e se entrelaçam, ampliando a consistência interna** de cada lado. Ser contra o uso de máscaras pode levar a ser contra o aborto, contra as ações afirmativas, contra o casamento gay, contra a intervenção do Estado na economia e a favor de valorizar o papel da ditadura militar na história brasileira. **O ponto de entrada parece não importar; a tendência é a conexão entre temas**, pois os indivíduos cada vez mais restringem sua atenção a argumentos das mesmas fontes radicalizadas. **A repetição aparentemente interminável das guerras culturais reforça a polarização**, o que suscita a repetição (Melo; Vaz, 2021, p. 14, destaques nossos).

As guerras culturais de hoje têm se dado em um cenário no qual é cada vez menos necessária a mediação de mídias mais tradicionais, como rádio e televisão. Isso porque a popularização das redes sociais permite o investimento em se fazer chegar diariamente interpretações dos problemas sociais aos telefones celulares que as pessoas carregam consigo o

⁵¹ No original: “dans un domaine de recherche qui se situe au croisement de la science politique et de la sociologie politique” (Froio, 2017, p. 377).

dia inteiro, um meio de se buscar uma espécie de comunicação bem mais direta. Essa forma de se angariar apoio popular que tem ajudado a inflamar as guerras culturais tem se tornado cada vez mais constante no Ocidente com a ampliação do acesso à *internet* ⁵².

Quando vemos pessoas se manifestando em defesa de pautas de extrema-direita nas ruas do Brasil, é provável que não se trate do começo de uma organização de ideias que podem ser ameaçadoras para a democracia, mas apenas a primeira vez que estamos percebendo esse fluxo ocorrendo de forma presencial. A extrema-direita tem se demonstrado tão ciente do potencial da busca de apoio por meios virtuais que usa esse conhecimento tanto para militar de forma constante e silenciosa como para alimentar a rede a todo momento com teorias conspiratórias que tratam de supostos adversários políticos da população (ver Rocha, 2023; Lynch, Cassimiro, 2022; Brown, 2019; Lacerda, 2019)⁵³.

A educação tem sido um dos campos fortemente alvejados e impactados por esforços que contribuem para normalização da extrema-direita que tem se dado em meio à crescente popularidade dos grupos de direita nas crises atuais no Ocidente. Em meio às batalhas por significados que visam influenciar culturalmente a sociedade para alcance de apoio popular, a luta pelo domínio desta esfera é bastante estratégica. Por meio da educação um grupo social pode tentar, de forma mais explícita ou implícita, ensinar valores que sirvam de referência para orientação e funcionamento da sociedade de um modo que favoreça a este grupo. Através da educação pode-se ensinar crianças e jovens a serem mais ou menos nacionalistas, mais ou menos adaptados e informados sobre a convivência em uma sociedade multicultural e diversa, com uma mentalidade mais voltada para o individualismo ou para perspectivas coletivas de responsabilização social. A depender do tipo de educação majoritariamente entendida como a ideal em um contexto situado historicamente no tempo e no espaço, pode-se ajudar a formar subjetividades mais propensas a enxergar possibilidades mais amplas democraticamente sobre

⁵² É preciso considerar que, no século XXI, ruas sem manifestações presenciais e sem panfletos sendo distribuídos nas calçadas já não servem tanto como termômetro de atuação militante. No momento em que este texto está sendo lido, ainda que a leitura ocorra em um lugar situado em um bairro aparentemente calmo e silencioso, sem que tenhamos qualquer suspeita, centenas de pessoas deste bairro podem estar se conectando pela *internet* com pessoas de outros bairros, municípios e estados para organizar formas de conspirar logo mais contra os valores democráticos que em tese servem para orientar o funcionamento de todo um país. Aí é também onde mora um forte desafio a ser assumido por quem hoje ainda quiser entender disputas dentro de um sistema democrático. Um grande volume de informações pode criar tanto uma situação de constante alerta como também outros sentidos para ação coletiva, ainda que informações amplamente compartilhadas não tenham compromisso com verdades factuais (Han, 2022).

⁵³ Sob esta perspectiva de militância, a população, por sua vez, precisaria manter-se unida e informada através de mídias não controladas pela esquerda, as quais seriam supostamente alternativas e supostamente mais comprometidas com os interesses do povo, crença que contribui para que pessoas que querem se sentir parte do grupo se fechem em uma espécie de bolha comunicacional que pode visar mais fortalecer a identificação a qualquer custo do que informar de forma ética seus receptores (ver Rocha, 2023; Lynch; Cassimiro, 2022; Rocha, 2021).

o papel do Estado ou, por exemplo, relativizar-se cada vez mais importância de um Estado laico. Pode-se também construir e alimentar um formato educacional que priorize a formação de uma sociedade embasada em um modelo único de família hetero-patriarcal cristão ou em vários modelos de família. Enfim, disputas por apoio popular a diretrizes para o funcionamento prático da educação tendem a refletir a luta por valores legitimados sobre os quais uma sociedade tende a ser produzida e reproduzida. Não custa lembrar que, mais do que apenas um conjunto de indivíduos, uma sociedade é formada por algum nível de “homogeneidade suficiente entre seus membros” e a “educação perpetua e fortalece essa homogeneidade gravando previamente na alma da criança as semelhanças essenciais” que estão estabelecidas como as “exigidas pela vida coletiva” (Durkheim, 2014, p. 53).

A educação, portanto, tem sido objeto de acaloradas discussões relacionadas a pressões sobre mudanças em sistemas de ensino⁵⁴. Em anos recentes no Brasil, elas têm forçado uma adaptação do campo educacional para que este possa melhor servir a projetos políticos que congreguem interesses de grupos ligados ao avanço das direitas, como os neoliberais e os neoconservadores. Sendo empurrada nesse caminho, tanto a educação pode passar a ser utilizada para ajudar a fomentar uma visão de mundo embasada em valores neoconservadores e/ou reacionários como ela pode se configurar como uma fonte rentável de lucros para o setor privado conforme anseios neoliberais. É preciso destacar ainda que, de certo modo, batalhas nessas direções de interesses de grupos de direita têm escancarado oportunidades para a extrema direita ampliar seu apoio popular. Esta tem tentado fazer de tensões e disputas da educação um campo para melhor pavimentar o seu caminho de normalização e de reascensão no Brasil.

Vale ressaltar que, embora parte considerável de pressões de grupos de direita por mudanças no campo educacional possam ser mapeadas historicamente como algo de origens que remontam às últimas décadas do século XX (Laval, 2019), inclusive quando se trata de tensões no Brasil (Freitas, 2018), elas têm voltado a ganhar força, colocando-se recentemente com maior poder de alterar rumos da sociedade depois da grande crise financeira mundial de 2008 e de seus impactos materiais sentidos pela população.

Discussões sobre a educação estão, portanto, relacionadas, em um sentido amplo, com ameaças à democracia. Estas têm se intensificado no Brasil com os esforços estabelecidos por parte de uma extrema-direita que tem buscado formas de angariar apoio popular e parceria

⁵⁴ O campo da educação tem sido visto como um lugar estratégico para grupos de extrema-direita por lidar institucionalmente com a formação de pessoas das mais diferentes idades. Isso faz com que ele seja visado como um campo de disputas dentro da sociedade em diferentes países, o que tem levado professores e sistemas de ensino a serem acusados de praticar doutrinação ideológica e corromper valores de família (ver BROWN, 2020; Lacerda, 2019; Cooper, 2019).

com setores da direita plural antipetista, outrora mais aparentemente preocupados em se apresentar como atores ligados a uma abertura democrática brasileira juridicamente consolidada com a promulgação Constituição Federal de 1988. Estes grupos de direita, ávidos por expansão de poder, não têm em anos recentes apresentado muito desejo de se diferenciar da extrema-direita e nem de condenar os caminhos dela. Eles têm na verdade se demonstrando mais preocupados em somar forças com a extrema-direita, auxiliando nas engrenagens que trabalham contra adversários representados nas guerras culturais.

Pessoas têm sido influenciadas a discutir educação no Brasil usando como parâmetro uma ideia de que ela tem sido territorializada por uma suposta conspiração de esquerda. Religiosos fundamentalistas, neoliberais, bancada da bala, defensores de revisionismos históricos etc. têm acusado opositores em comum de tentar enganar o povo instalando um marxismo cultural (Rocha, 2023)⁵⁵, algo que, dentro desta lógica discursiva, estaria levando à desintegração do tecido social. Nesse tipo de discurso, a forma ideal de combater esses supostos desvios educacionais realizados pela esquerda deveria se dar não só por uma defesa mais contundente de um modelo econômico capitalista, mas por meio de todo um conjunto de batalhas para recuperar e proteger os valores da sociedade em perigo. Um enorme projeto com feições antissistêmicas que necessariamente exigiria alterações no funcionamento da educação ocidental. O marxismo cultural tem sido denunciado nas guerras culturais do território brasileiro como uma espécie de problema mal resolvido do período da Guerra Fria, quando ideólogos ligados à União Soviética, após não encontrarem espaço para fazer uma revolução comunista no Brasil dominado pelos militares nacionalistas que tinham parceria com os Estados Unidos, teriam aberto mão da luta armada e se refugiado nas universidades, locais a partir dos quais teriam passado a desenvolver estratégias para disseminar ideias de esquerda, como formações doutrinadoras nos cursos de licenciatura, aproveitando-se da obrigatoriedade do ensino escolar no território brasileiro (Nagib, 2018).

Devemos ressaltar ainda que o debate sobre educação pública também vem sendo impactado pelo fato de a recessão econômica e o desemprego terem levado, a partir de 2008, grande parte do mundo ocidental a realizar discussões sobre necessidade de cortes no serviço público. Este é um tema que abre possibilidades para correntes ideológicas que pregam necessidade de redução da chamada máquina do Estado, o que, como já discutido nesta tese, é

⁵⁵ Este suposto tipo de socialismo denunciado pelas direitas, é acusado de, ao revelar-se ineficaz do ponto de vista da administração econômica, passar a procurar se popularizar disseminando na cultura a existência de falsas opressões e falsas formas de resolver problemas sociais.

objeto de entroncamento de valores neoconservadores e neoliberais⁵⁶. Nesse ínterim, grupos de direita viram oportunidade de terem mais peso sobre a opinião pública, o que poderia levá-los a ocupar o palco da política com mais força e poder de decisão sobre os rumos da sociedade. Todavia, a eficácia da busca de apoio popular por meio de uma articulação entre cultura e política no cenário de crises dependeria da elaboração e efetivação de estratégias (fossem estas racionais ou irracionais) que ajudassem a engajar mais pessoas, convencendo-as cada vez mais de que, para que elas pudessem ser melhor representadas, determinadas visões de mundo sobre organização política, papel do Estado e ordem social precisavam ser substituídas (Tool, 2016; Brown, 2019; Rocha, 2021).

Nesse sentido, as direitas já não estavam mais tão longe de se direcionarem de forma mais clara ainda no sentido de uma perspectiva de militância antissistêmica com relação a princípios da democracia liberal⁵⁷. Assim, ia configurando-se um cenário de tensão polarizada propício para a própria extrema-direita encontrar espaço para relativizar a democracia e normalizar suas pautas que poderiam ir passando a ser vistas como algo não mais externo e estranho ao debate democrático (cf. Mudde, 2022). Esse clima político visceralmente combativo e de antagonismo exagerado no qual a extrema-direita se move de forma eficaz é bem característico das guerras culturais, haja vista que aqueles que as organizam procuram angariar engajamento político formando identidades que se encaixem em uma lógica proposta pelo grupo, ainda que se analisada com calma, a suposta lógica possa parecer na verdade pouco racional e muito mais reativa do ponto de vista emocional (Hunter; Zanon, 2022; Melo; Vaz, 2021a; Melo; Vaz, 2021b).

No bojo destas discussões, vale lembrar que identidades de grupos dentro das sociedades são formadas não somente a partir daquilo que pode ser incluído como positivo internamente entre os identificados. O processo de identificação das pessoas que compõem os grupos sociais se desenvolve com a definição do que é interno em oposição ao que é externo, a

⁵⁶ Aos neoconservadores interessa, por exemplo, que instituições como família heteronormativa e igreja cristã passem a se responsabilizar por questões ligadas a cuidados sociais que supostamente não deveriam mais caber ao Estado. Aos neoliberais interessa, por exemplo, uma maior desregulamentação da economia que leve a uma legislação estatal mais permissiva para grandes empresas atuarem cada vez mais sem restrições estatais, além de possibilidades de privatizar setores que acreditam não ser dever do Estado e que em tese deixariam de onerar a população com impostos.

⁵⁷ Princípios como os que são atacados pelas duas partes da extrema direita, não só pela direita ultraradical que visa romper em absoluto com a ideia de democracia, mas também pela direita radical que em se diz a favor de uma ideia de democracia enquanto meio de se garantir a soberania popular mediante a representação da vontade da maioria do povo, mas sem compromissos com direitos de minorias, Estado de Direito e separação de poderes, todos atacados nesta quarta onda de extrema-direita no ocidente muitas vezes através de moldes populistas condensadores de lógicas discursivas de resgate da política por parte do povo e contra uma elite usurpadora (cf. Mudde; Amadeo; Paula, 2021).

partir de diferenciações que identificam quem e o que devem ser incluídos e quem e o que devem ser excluídos (Hall, 2014). As estratégias para se forçar um entendimento acerca daquilo que deve ser compreendido como alarmantemente negativo para formação e fortalecimento de identidade coletiva, de acordo com os interesses de uma extrema-direita que, como se sabe, deseja angariar apoio político mas não tem compromisso com princípios do sistema democrático, contribuem para formar um grupo que se comporte de forma engajada em um ambiente de polarização social com reflexos na política (Rocha; Nascimento; Oliveira; Maia, 2022).

Intensificadas, as guerras culturais constroem populações inflamadas e uma sociedade profundamente cindida. Espaços estratégicos de disputa de sentido e de formação de pessoas, como o campo educacional se tornam lugares visados pela extrema direita que podem interessar outros grupos que não necessariamente se viam anteriormente se orientando por pautas antidemocráticas e/ou inconstitucionais. Religiosos conservadores podem ver a escola como um espaço potencialmente de reforço daquilo que é ensinado em seus templos. Empresários podem ver a escola como um espaço potencialmente de reforço para a formação de subjetividades neoliberais, onde se fabriquem mentalidades menos preocupadas com direitos trabalhistas e mais preocupadas em se sentirem livres por trabalharem sem fortes vínculos jurídicos com as empresas e pagando poucos impostos.

Vale ressaltar que esses tipos de adaptações do sistema escolar necessitariam de justificativas plausíveis para que fossem efetuadas mudanças de fato. Senão plausíveis do ponto de vista racional, ao menos capazes de mobilizar a população ao seu favor. A lógica é simples: se a maioria de pessoas quiser, é justificável a mudança, pois para se garantir que não se perdeu em práticas autoritárias, a democracia na mentalidade da direita radical só precisa representar (ou parecer representar) o governo onde se garante a vontade da maioria, ainda que a maioria simplesmente seja ensinada a concordar com tudo que um líder dentro de um regime populista e antidemocrático falar. Como isso é, na visão da direita radical (cf. Mudde; Amadeo; Paula, 2021), o que garante legitimidade à democracia, acaba sendo também o que transforma a disputa política em um jogo desprovido de qualquer ética voltado quase que exclusivamente para se garantir mais pessoas se expressando de forma enérgica em uma base de apoio, ainda que já a própria militância em torno de um projeto e sua futura implementação possam apontar para inconstitucionalidade, representando na prática ameaça aos direitos de minorias, à manutenção da separação entre os Poderes da república e ao Estado de Direito (Mudde, 2022).

No Brasil essa lógica discursiva deste setor da extrema-direita que defende um formato de democracia com base em apoio popular ainda que à revelia de direitos e princípios

constitucionais se expressou em anos recentes em muitos momentos de forma mais clara. Como na ocasião em que Jair Bolsonaro falou na Paraíba em 2017: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias” (ISTOÉ, 2018)⁵⁸. Assim, a militância empreendida para busca por apoio popular em um cenário como este não necessariamente está comprometida com a perpetuação de interpretações dos problemas sociais que possuam correspondência razoável diante da realidade. As disputas dentro do campo da educação não estão isentas deste tipo de problema ligado à normalização da extrema-direita dentro do debate público⁵⁹.

A explosão do uso e do grande compartilhamento em redes sociais de *fake news* como recurso de militância política vista nos últimos anos, inclusive no Brasil, ajuda a ilustrar isso que estamos falando (Lynch; Cassimiro, 2022). Assim, vale ressaltar que o crescimento da comunicação pela ampliação de acesso à *internet* não necessariamente contribui para ajudar as sociedades a se questionarem de modo profundo acerca de que tipo de concepção limitada sobre desenvolvimento social pode existir quando direitos de alguns grupos sociais vão sendo cada vez mais contestados e deixando de ser garantidos (Flores, 2009). Muita informação circulando não se relaciona de forma direta com muito conhecimento válido para o desenvolvimento social (Han, 2022). Na verdade, isso pode continuar sendo cada vez mais usado como recurso de interesse particular e opressor em batalhas acerca de estabelecimento de significados no campo da cultura que impactem no fortalecimento de alguns grupos no campo político. Uma sociedade que concebe essa condição como normal deve ser desafiada a imaginar a qualidade de uma democracia onde todos os

⁵⁸ A lógica da legitimidade democrática pautada de forma exclusiva na vontade da maioria é também o que faz com que a extrema-direita precise a todo custo desacreditar a contagem dos votos por meio de urnas eletrônicas no país, o que leva também a um entendimento de que se Bolsonaro perdeu as eleições à presidência do ano de 2022, foi uma fraude, pois ele, tem convicção de que tem com ele a maioria dos brasileiros. Ele, assim como seus apoiadores, supostamente sabe que ele é a representação da vontade popular e por isso, em tese, seria capaz de personificar a soberania do próprio povo. Portanto, se Lula ganhou as eleições presidenciais dele, só pode ter sido fraude e o governo do PT é ilegítimo. Seguindo essa lógica, lutar contra o governo do PT seria lutar pelo reestabelecimento não apenas do governo de Bolsonaro, mas da soberania do próprio povo, ou seja, da garantia da própria existência da democracia (Alcântara, 2022).

⁵⁹ Quando o principal objetivo para a consolidação do grupo é alcançar adesão política, não necessariamente se joga um jogo em que se prioriza o esclarecimento, mas sim a busca por convencimento daquilo que é ofertado internamente para servir de referência para o grupo. O que parece importar mais nesse jogo é como as pessoas a quem as mensagens são endereçadas se comportarão a partir da aceitação de ideias que elas passarem a acreditar e não que as pessoas que recebem as mensagens recebam nelas ideias que representem uma lógica racional que tenha como princípio a busca de uma verdade que possa favorecer a convivência e a resolução de problemas em uma sociedade plural. Ou seja, em grande medida, não só no Brasil, as guerras culturais são feitas de batalhas que visam fortalecer o grupo comprometendo cada vez mais pessoas com as interpretações de mundo produzidas por um coletivo em cenário de conflito e em busca de apoio, o que é diferente de dizer que este coletivo possua o compromisso de mobilizar as pessoas mediante a conscientização de verdades (Melo; Vaz, 2021a).

grupos em disputa relativizariam por completo sua preocupação com a verdade no debate público e cada grupo se concentraria em absoluto em se tornar o melhor contador de histórias possível em puras disputas de narrativa, ainda que as histórias contadas não tivessem qualquer conexão com a vida real. Um esvaziamento do debate na política que representaria de certa forma a sua própria morte e perda de sentido, como pesquisadores apontaram como uma tendência bem presente no bolsonarismo (Lynch; Cassimiro, 2022; Rocha, 2023).

Na prática, de acordo com o que podemos observar no Brasil, esse efeito polarizador pode trazer impactos sociais e políticos, como a intensificação da clivagem entre grupos que defendem ideias com enfoque em direitos de minorias sociais de um lado, e grupos que defendem ideias de desenvolvimento social distanciados de uma referência humanista com relação ao outro, enquanto parte de um grupo diferente. Ao tentarmos refletir sobre a educação em meio a esses conflitos ideológicos, vale lembrar que, de forma geral, a militância recente das direitas em ascensão no Ocidente tem contribuído para fazer com que a ideia de desenvolvimento social seja associada a um aspecto prioritariamente financeiro (Rocha, 2021). Na lógica que as direitas nas recentes guerras culturais têm tentado popularizar, isso se justificaria como necessidade de cortes de despesas do Estado através da substituição dessa instituição da sociedade por outras, como a família e a igreja (Lacerda, 2019). Ou seja, uma substituição no que diz respeito a responsabilidades entendidas comumente como sendo de alçada estatal e que têm justificado a própria existência do Estado nas sociedades modernas (Bobbio, 2022). São essas pressões em anos recentes ligadas ao crescimento da extrema-direita no Brasil que têm gerado discussões acerca dos parâmetros educacionais ideais para a sociedade brasileira.

Nas recentes guerras culturais no Brasil, viu-se o crescimento de grupos que têm conseguido não só expandir suas vozes no espaço social, mas alcançar lugares de poder se estabelecendo não apenas nessas estruturas de funcionamento da sociedade, mas também no imaginário social, como supostos representantes de um legítimo viés político de direita atuando em pontos estratégicos de deliberação nas democracias. Todavia, percebe-se a nível de Ocidente que, contraditoriamente, como consequência da popularidade das direitas em um avanço no qual a extrema-direita encontra lugar, muitas vezes discussões sobre uma ideia de cidadania embasada em uma noção de garantia de direitos têm sido relegadas (Laval, 2020) e até marginalizadas (Mudde, 2019). Esse fenômeno transnacional tem influenciando em anos recentes no Brasil o debate sobre o que deve ou não servir de base para nortear o funcionamento das instituições de ensino e se constituir como parâmetro para a educação de crianças e jovens nas escolas (Laval, 2019; Oliveira; Oliveira, 2021).

É na dinâmica das guerras culturais que as identidades de grupos vão se formando em processos que vão consolidando suas coesões internas e, simultaneamente, fortalecendo aversão aos indivíduos entendidos como os de fora, aqueles que não são identificados como parte do endogrupo (cf. Van Dijk, 2016, 2015). A ampliação do acesso à *internet* em anos recentes tem criado condições facilitadoras para a reprodução de discursos que intensificam este fenômeno⁶⁰, o qual pode ocorrer tanto de forma mais clara, através de práticas discursivas de ódio, como também por meios estrategicamente velados e, de certa forma, mais criativos e possivelmente mais eficazes para atrair apoio.

Fato é que a extrema-direita tem encontrado espaço no debate público para atuar nesse processo contencioso, muitas vezes, em parceria com outros grupos de direita teoricamente mais moderados e comumente inseridos em uma representação mental como atores localizáveis no arco democrático (Bobbio, 2022). Isso tem inclusive gerado pressões que veem sendo sentidas no campo da educação, pois a ampliação da ação da extrema-direita tem ajudado a propagar e a tornar cada vez mais naturalizada na sociedade a ideia de se abrir mão de se pensar práticas políticas associadas a uma visão de valorização da diversidade social e potencialmente mais aptas a fornecer outros significados e pontos de referência para a ideia de desenvolvimento social.

Importante destacar que esse movimento mais recente no mundo ocidental de expansão de grupos que se dizem de direita e muitas vezes abraçam acriticamente perspectivas e formas de militância da “extrema” com relação a tensões no campo da educação tem sido em grande medida marcado por uma disputa sobre o que significa o Estado e pelo controle dele (Lacerda, 2019). Vale lembrar que esta instituição, no desenvolvimento do processo de civilização no Ocidente, concentrou o monopólio da violência. O que significa dizer que, qualquer disputa pelo controle do Estado se relaciona com a busca por alcançar o controle da instituição que, do ponto de vista da legitimidade jurídica, configurou-se como a detentora do monopólio da violência. Em diálogo com a teoria do sociólogo Norbert Elias, Abram de Swaan (2014; 2003) alerta para o fato de que, se por um lado o monopólio da violência por parte do Estado trouxe condições para o processo civilizador na modernidade, é preciso considerar também que em contrapartida ele trouxe um desafio ligado a um problema paradoxal para as sociedades modernas: a regulação social promovida pelo Estado

⁶⁰ Nesse sentido, vale destacar que, para Swaan, é preciso que estejamos atentos ao papeis exercidos pelo Estado analisando tendências, pois os regimes que chegaram ao ponto de realizar extermínio em massa agiram sob controle e organização estatais. A separação entre as pessoas do regime e as do público-alvo nunca se deu do dia para a noite, mas de modo processual. Extermínios em massa geralmente são precedidos por um período onde um público-alvo passa por uma gradual etapa de desidentificação, na qual ele vai sendo delimitado, repertoriado, acusado de manipulação e de estar ligado a conspirações secretas, odiado e aos poucos, desumanizado (Swaan, 2014; 2003).

depende da forma como o regime ao qual ele representa tende a interpretar, legitimar e efetuar processos tanto de identificação como de desidentificação social. Isso significa dizer que, “para o Estado, converter as massas populares em ‘amigas’ ou em ‘inimigas’ requer o exercício de toda sua capacidade de violência simbólica” (Swaan, 2014, p. 32, tradução nossa)⁶¹. De acordo com análises do que ocorreu em diferentes experiências históricas, é preciso admitir que a máquina estatal representou em grande medida uma instituição fundamental para o desenvolvimento não só de processos que podem ser qualificados como antidemocráticos, mas também como decivilizadores (Swaan, 2003).

Nesse sentido, vale salientar que estamos inseridos em um cenário mundial no qual se percebe o crescimento de grupos, movimentos e candidatos políticos que, instigando militância contra os inimigos que elencam de forma incisiva ou mais velada, demonstram-se dispostos a disputar o controle do Estado procurando modelá-lo para que em suas intervenções cada vez mais ele possa funcionar de modo a representar seus interesses, independente da qualidade daquilo que se usa como base ideológica para referenciar a compreensão da realidade social. Isso pode significar interesse em se ganhar posições no âmbito da cultura para se alcançar mais espaço em direção ao campo político, adentrando-se em instituições do campo democrático e usando-as, paradoxalmente, de forma a limitar, reduzir e ameaçar a democracia⁶².

Assim, tensões que têm pressionado o campo da educação e que remetem a uma crise que possui dimensão global, também têm atingido o Brasil e se acomodado de acordo com problemas constitutivos de sua própria realidade nacional (Brandão, 2021; Miguel, 2018; Freitas, 2018). Este é um país constituído por população diversa e que, tendo sido configurado a partir de desigualdades estruturais que foram sendo enraizadas desde sua formação social (Ianni, 2011, p. 39), antes de ser atingido e influenciado por uma quarta onda global de extrema-direita (cf. Mudde, 2019), já possuía suas próprias características históricas de dificuldades e de desafios para o estabelecimento de democracia, cidadania e representatividade (Dagnino, 2004a)⁶³.

⁶¹ No original: “pour l’État, convertir les masses populaires en ‘amis’ ou en ‘ennemis’ requiert l’exercice de toute sa capacité de violence symbolique” (Swaan, 2014, p. 32).

⁶² No Brasil, esse tipo de expansão que visa ir da guerra ideológica travada em âmbito cultural do cotidiano das pessoas comuns até o campo da política praticada pelos candidatos que são eleitos pode ser percebido em eventos públicos pontuais, na constatação da elaboração sistemática de projetos de lei e da execução de políticas, como também mediante observação de outras práticas sociais, como discursos veiculados e reproduzidos com frequência pela *internet*.

⁶³ Neste sentido, vale ressaltar ainda que, embora as sociedades modernas sejam constituídas por níveis de complexidade maiores do que os que formavam sociedades antigas, o que as faz apresentar maiores diferenciações entre seus membros, os indivíduos que as constituem também são constituídos dentro delas. Ou seja, mesmo portando suas diferenças, estes também apresentam um *habitus* social, segundo Elias (1994, p. 151). Os processos históricos e sociais diferenciados que acabam constituindo os Estados nacionais e

Nesse ínterim, a quem interessa defender um formato de educação conservador, de pouco questionamento social e poucas discussões ligadas a ideia de construção de cidadania? Ao falar de Brasil, estamos tratando de um país que foi colônia portuguesa por mais de trezentos anos, que alcançou um processo de independência com pouca participação popular e concentrado nas mãos de elites que contribuíram para mantê-lo em uma posição subalterna no circuito do capital (Fernandes, 2020). Uma nação que foi forjada através de quase quatro séculos de trabalho de pessoas negras escravizadas e de organização social patriarcal. Estas delegavam papéis de relevância social exclusivamente para homens brancos e ricos ao passo que aqueles e aquelas que não se encaixavam nesses perfis estavam obstinados a posições subalternas e ao silêncio pregado como sagrado por um modelo de cristianismo trazido como recurso disciplinador a favor do colonizador europeu cujo peso se fazia historicamente presente até mesmo nos espaços de decisões políticas (Schwarcz, 2019; Souza, 2017). Um Brasil cuja independência foi feita a partir de conchavos políticos que ao mesmo tempo suprimiram violentamente revoltas populares e cuja República foi proclamada através de um golpe de militares, grupo social que se faria presente de forma autoritária no século XX em duas outras ditaduras, a do governo Vargas e a ditadura civil-militar ocorrida durante a Guerra Fria, cuja duração de aproximadamente duas décadas seria interrompida por um processo de abertura democrática tutelada, constricto, limitado por essas mesmas forças autoritárias (Schurster; Silva, 2021).

No Brasil, portanto, herdamos de nossa história a naturalização de várias formas de desigualdade que foram sendo jogadas para debaixo do tapete enquanto elites brigavam pelo poder. Ou seja,

[o] fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (Schwarcz, 2019, p. 126).

É a sociedade desse país que hoje ainda precisaria aprender a lutar para deixar claro que a democracia não tem só a ver com o poder de colocar votos nas urnas a cada quatro anos, mas com uma constante busca por garantias e ampliação de direitos, contra desigualdades e a favor de diversidades. Essa sociedade que deveria melhor aprender a relacionar essas questões com um compromisso de luta contra pobreza, racismo, homofobia, machismo e por educação,

particularidades das suas respectivas sociedades possuem relação com diferenças no modo como se forma a estrutura social de personalidade das pessoas (ver Elias, 1994, p. 181).

saúde, Estado laico etc. A continuidade de um projeto de construção democrática (Dagnino, 2004a) neste país continua com o desafio de buscar meios de se fazer das próprias mazelas sofridas pelo próprio povo os pontos de referência para o aperfeiçoamento de um sistema político que represente o poder deste próprio povo e condições cada vez mais dignas de vida para ele. Para isso, muito útil pode ser uma educação voltada para o desafio de se formar cidadãos nas instituições de ensino que sejam cientes da sua história, da realidade do lugar onde cresceram e cientes de que é necessário se buscar transformar realidades coletivamente⁶⁴.

Contudo, tudo isto acaba dependendo de a sociedade brasileira conseguir diagnosticar melhor os seus problemas estruturais para que esse entendimento coletivo se concretize e possa ser canalizado como vontade e pressão políticas, debate que não tem como não passar pela discussão sobre para o que deve servir a educação. Haja vista que vontade e pressão políticas se relacionam com apoio popular, é preciso estar atento para o fato de que até para se conseguir isso é necessário disputar de forma não só teórica, mas também voltada para a prática, significados de conceitos que deveriam ser básicos e ao mesmo tempo permanentemente contextualizados, como o de democracia e o de cidadania. Se há um espaço com grande potencial nas sociedades democráticas tanto para se fazer isso como para que nos desviemos disso, é o campo da educação. Isso tem contribuído para torná-la no atual contexto uma relevante arena de batalhas com grande engajamento da extrema direita.

A partir destas considerações iniciais sobre polarização política, estratégias para busca de identificação dentro das guerras culturais no Brasil e pressão sobre o campo da educação, o tópico seguinte começa a trazer uma reflexão mais direta e específica sobre como o Movimento Escola Sem Partido contribuiu para a expansão e a normalização da extrema-direita no debate público brasileiro em meio ao avanço das direitas antipetistas.

3.2 Nascimento e desenvolvimento do Movimento Escola Sem Partido

A revisão bibliográfica, empreendida nesta pesquisa, sobre avanços de grupos de direita no Ocidente e impactos desse fenômeno em diferentes áreas (incluindo a educação) nos levou a classificar o Escola Sem Partido (ESP) a partir de uma perspectiva analítica que

⁶⁴ Todavia, se esse país possui de forma muito presente mazelas sociais que permanecem em grande medida ligando-o negativamente ao seu passado, vale ressaltar que, para alterar esse quadro, não existe solução mágica ou que possa simplesmente esperar pelo desenvolvimento de algum suposto curso natural de conscientização da população. Pelo contrário, o que a experiência histórica mostra é que não existe curso natural de conscientização para a democracia e aqueles que querem se comprometer com esse modelo político ainda precisam lutar contra os que não se importam ou não desejam que se concretize um aprofundamento democrático amplo e cada vez mais embasado na garantia de direitos sociais.

consideramos mais frutífera para a visualização da amplitude do seu potencial de mobilização social. Por isso, nesta tese se parte do entendimento de que, mais do que um Programa educacional que grupos que se apresentavam como sendo de direita no Brasil planejaram estabelecer por meio de projetos de lei a partir do ano de 2014, o ESP pode ser mais precisamente compreendido se olharmos para ele enfatizando-o como um movimento organizado que se iniciou 10 anos antes (Costa, 2020, Gonçalves, 2020, Paiva, 2020, Oliveira, 2019).

De início, é importante dizer que visualizar as coisas dessa forma não é uma perspectiva estranha aos estudos que têm pretendido entender melhor a quarta onda de extrema-direita no mundo ocidental. Baseando-se em um amplo e histórico conjunto de pesquisas que permitiu um grande conhecimento acumulado sobre o tema, estes destacam que existe muita agência na escolha dos caminhos estratégicos percorridos pelos grupos à direita que avançam ameaçando a democracia em meio à normalização de pautas de extrema direita no debate público. Isso tem justificado a necessidade de se colocar um foco maior sobre a agência dos grupos para se tentar entender e explicar os processos que têm permitido uma reascensão da extrema-direita no Ocidente (Mudde, 2022; 2021; 2021b; Froio, 2017).

Vale ressaltar que essa percepção implica uma mudança de olhar diante de uma perspectiva anterior que procurava explicar o crescimento de popularidade da extrema direita como consequência do que em tese nascia a partir de supostas demandas reais da própria população que vivia em meio a democracias liberais falhas. Longe de tentar defender a ideia de que as democracias liberais não possuem falhas e ciente de que o aperfeiçoamento das mesmas precisa de um constante processo de construção democrática (cf. Dagnino, 2004a), o foco na agência de atores que ajudam a promover a extrema direita tem se demonstrado promissor para estudiosos das democracias no Ocidente. Um ajuste que nasce da percepção de que, para entender como a extrema-direita no mundo tem alcançado êxito nas disputas por apoio político, o pesquisador aproximar-se do povo acreditando que a partir dele entenderia, objetivamente, suas necessidades materiais reais, era algo que se demonstrava bastante insuficiente, pois, resultados de governos de extrema-direita apontam para uma fragilização da democracia, indicando muito mais um processo de produção de significados incutidos na população do que o compromisso de elaborar e de conduzir a política conforme a vontade do povo, depois de ouvi-lo⁶⁵. Fato é que muitas das interpretações dos problemas sociais e das formas de resolvê-

⁶⁵ Apesar da ideia de tentar entender o crescimento da extrema direita apenas pelas possíveis lacunas relacionadas a falhas da democracia liberal soar bastante humanista, passou-se a considerá-la simplória e ineficiente à medida em que foi se percebendo que o êxito da militância da extrema-direita se baseava em estratégias de propagação

los popularizados pela própria extrema-direita não podem ser entendidas como algo nascido do povo. Isso porque, em grande medida, elas se distanciam de uma perspectiva objetiva de necessidades materiais da população, baseando-se frequentemente em *fake news* e teorias conspiratórias. Estas, mesmo não tendo correspondência direta com o mundo real, têm se demonstrado capazes de produzir efeito de manada (Rocha, 2023). Daí a virada de pesquisadores para se buscar entender o crescimento dos grupos de direita a partir das próprias ações destes, incluindo-se aí relações estabelecidas com “movimentos sociais de direita”⁶⁶ (Froio, 2017, p. 376, tradução nossa).

Nesse sentido, é apropriado definir o Escola Sem Partido como um exemplo de “movimento social conservador”⁶⁷ do mundo contemporâneo, de acordo com uma literatura que tem produzido pesquisas empíricas nesse sentido e feito uma revisão mundo afora procurando atualizar teorias sobre movimentos sociais diante de transformações recentes ligadas à expansão de grupos de militância à direita que têm sido sentidas no Ocidente em âmbito social e político. Nesta tese, esse tipo de classificação contribui analiticamente até para entender propriamente o Movimento Escola Sem Partido (MESP), pois além de ajudar a compreender como ele se desenvolveu de modo relacional dentro de um movimento mais amplo de crescimento recente da extrema-direita no Brasil, também ajuda a diferenciá-lo de elementos importantes que a ele se relacionam, como o próprio bolsonarismo enquanto fenômeno político e o MMFDH, enquanto órgão que existiu dentro da estrutura de funcionamento do governo Bolsonaro e é o foco dos dois últimos capítulos desta tese.

Nossa investigação nos levou ao entendimento de que o início do Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil deu-se no ano de 2004 no estado de São Paulo, mas seu percurso deve ser dividido em diferentes fases (Moura, 2018). Estas podem ser classificadas de acordo com as estratégias de ação que o movimento usou e deu mais ênfase, dentro do seu repertório de ação, em cada época da sua trajetória. Ele, supostamente, chegou ao seu fim no ano de 2020, a partir do momento em que seu fundador, Miguel Nagib, divulgou que encerraria

de lógicas discursivas aparentemente simples em seu conteúdo, mas complexas em seus efeitos em um contexto de desenvolvimento das tecnologias de informação. O que indica retóricas que não visavam necessariamente dizer o que as pessoas já desejavam ouvir, mas, muitas vezes imprimir nas pessoas desejos de realização. Em outras palavras, o sucesso da militância da extrema-direita em grande medida se apoiava nas formas, produzidas pelos grupos que a compõem, de criar, organizar e disseminar interpretações dos problemas sociais que a partir dela passam a ser oferecidos para a população em um cenário de instabilidade e grande poder de comunicação marcado pelo crescimento ao acesso a redes sociais no Ocidente em anos recentes.

⁶⁶ Conforme tradução direta a partir do original: “*mouvements sociaux de droite*” (Froio, 2017, p. 376).

⁶⁷ Ver por exemplo a utilização de termos que vêm se tornando comuns na produção sociológica internacional sobre teoria de movimentos sociais como “*mouvements sociaux conservateurs*” (cf. Agrikoliansky; Collovald, 2014, p. 9) e “*movimientos conservadores*” (cf. Pleyers, 2019, p. 117).

todos os canais de comunicação do MESP com o público que estavam sob seu controle. Essa atitude de Nagib, antigo procurador do Estado de São Paulo e, como será explicado adiante, criador não só do movimento, mas também da narrativa de experiência própria que, em tese, justificaria a criação dele, teria ocorrido como uma espécie de reação ao fato de ter sido aberto no ano de 2020 o precedente jurídico para que todos os PLs em defesa deste movimento fossem considerados impossíveis de serem aprovados em casas legislativas. Isso se deu após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter julgado inconstitucional um projeto de lei do Estado de Alagoas (Alagoas, 2016). Este PL, apesar de estrategicamente não utilizar no conteúdo do seu texto o nome “Escola sem Partido” em um contexto em que este era cada vez mais acusado pelos seus opositores de ser inconstitucional, apresentava conteúdo similar a PLs que começaram a ser produzidos pelo MESP em comunicação com políticos do avanço das direitas a partir do ano de 2014.

Se considerarmos que em sua origem o MESP tinha um caráter de alerta aos pais de estudantes em idade escolar e que ele nasceu pelo menos 10 anos antes da estratégia da criação de projetos de lei que surgiria como objetivo claro apenas no ano de 2014, somos levados a nos perguntar em que medida a impossibilidade dessa estratégia dos PLs vingar depois do julgamento do STF representou de fato o fim do movimento. Defensores do MESP não permaneceriam procurando apoiar o crescimento de suas ideias na sociedade e a apostar em outras formas delas serem defendidas se popularizarem? Eles não poderiam aproveitar inclusive a gestão do governo Bolsonaro para isso? Mas...isso não significaria em alguma medida permanecer, embora sutilmente, fazendo uma afronta à Constituição a despeito da decisão do STF? Essas questões passam por uma reflexão mais ampla que diz respeito a pensar em que medida o conteúdo presente nos PLs do Escola Sem Partido e a militância em torno dele teria sido relevante para uma espécie de normalização da extrema direita no cenário recente de antipetismo e de avanço das direitas no Brasil. Após estas provocações iniciais, convido o leitor a percorrer por novos caminhos e resultados que esta pesquisa nos levou. Para tornar isso possível, foi necessário um exame mais profundo sobre a origem e a trajetória do MESP e sua relação com o pano de fundo de tensões sociais e políticas onde o movimento se desenvolveu.

Através de tentativas de síntese sobre a origem do ESP e esforços para se encontrar, a partir da literatura produzida por seus defensores, uma espécie de espinha dorsal nele que pudesse servir de base para lhe dar uma definição precisa, convencionou-se dizer que os defensores do movimento justificavam sua existência alegando necessidade de criar mecanismos para combater abusos de caráter sistêmico que estariam enraizados no funcionamento da educação brasileira (cf. Nagib, 2018). Os agentes desses transtornos, de

acordo com a lógica discursiva produzida e propagada pelo ESP, seriam professores das escolas do Brasil. Estes passaram a ser acusados de atuar como peças fundamentais da reprodução de uma doutrinação ideológica sobre seus alunos. Antes de teoricamente se tornarem reprodutores deste suposto mal, diferentemente da maioria das pessoas do país, os docentes a teriam sofrido duplamente, tanto em diferentes momentos em que foram alunos em suas escolas quanto à época de suas licenciaturas, quando ocorreram seus momentos de formação acadêmica. De acordo com este discurso ideológico defendido pelo movimento, a perpetuação das ações doutrinadoras por parte dos professores precisaria ser combatida porque estaria cada vez mais minando os princípios da família, colocando a formação dos estudantes em risco e corrompendo de forma ininterrupta a sociedade brasileira com valores segregacionistas do tecido social, incitando pais contra filhos, mulheres contra homens, pessoas negras contra pessoas brancas, trabalhadores contra empresários etc. Embora para o MESP, a doutrinação que ocorreria a partir das ações não fiscalizadas dos docentes fosse tendenciosa a realizar um grande caos na sociedade brasileira, ela teria como referência dois eixos deformadores principais: comunismo e questões de gênero e sexualidade (Nagib, 2018; Penna, 2016; Ratier, 2016).

Desse modo, cabe destacar que, sendo verdade o que anunciava ou não, o movimento que chamamos de Escola Sem Partido, muito antes de vir a apresentar um projeto de lei para representá-lo 10 anos depois de sua origem, foi trazendo visibilidade na cena pública nacional para um suposto mal referente não só a escolas mas a todo o sistema educacional brasileiro, já que como o próprio site do movimento ainda atualmente possível de ser acessado expressa, eles queriam combater um grau de contaminação que alegavam existir em diferentes níveis que iam do básico ao superior⁶⁸. Estratégico e procurando mobilizar a partir de pontos com forte potencial a ser explorado por uma militância conservadora, ele fez isso inicialmente se utilizando de referências que dialogavam com facilidade com valores propagados por igrejas cristãs, segmento religioso mais poderoso no Brasil, como defesa da família, do que deve ser ensinado nas escolas, da inocência das crianças e do futuro da nação.

Todavia, alguns elementos presentes no discurso precisam ser melhor problematizados desde já para que seja possível entendê-los melhor em uma perspectiva de guerras culturais, tensões que serviram para o crescimento e a normalização da extrema-direita no debate público no Brasil. Atentar para isso nos levou a um exercício de pesquisa que contribuiu para percebermos mais claramente como o desenvolvimento de valores de extrema direita no Brasil, mesmo tendo características próprias, pode ser entendido como parte de um

⁶⁸ Site oficial do Escola Sem Partido. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

todo, pois está relacionado com tendências de tensionamento da democracia liberal desenvolvidas em outras partes do mundo.

3.3 Influências externas no discurso do movimento brasileiro

Importante observar como o tipo de raciocínio problematizador, na forma como é proposto no discurso do MESP, passa longe de ser uma discussão estruturada em uma lógica de conflitos originalmente brasileira. A pesquisa bibliográfica e documental que realizamos nos leva a concluir que, apesar de o MESP acusar um sistema que funciona a nível nacional de reproduzir doutrinação a partir de uma suposta expansão de comunistas no campo da educação que teria ocorrido por volta da década de 1980 (Nagib, 2018), a análise deste discurso sugere bastante falta de originalidade na narrativa que tenta dar conta de uma dinâmica que supostamente teria ocorrida no nosso país e teria sido o ponto problemático de partida para a criação do movimento conservador. Colocando nossa reflexão em diálogo com reflexões apresentadas no levantamento bibliográfico sobre o tema que fizemos, concluímos que isso pôde ser evidenciado e pode ser apresentado a partir de três pontos que organizamos e colocaremos em destaque a partir de agora.

Em primeiro lugar, o que o MESP aponta como um problema vivido de modo geral no sistema educacional brasileiro se encaixa em grande parte da teoria produzida e propagada por conservadores estadunidenses desde a década de 1990, relativa à temática das guerras culturais. Esta narrativa alardeada nos Estados Unidos ainda antes do século XXI defendia a ideia de que, tendo os comunistas falhado em vários países do mundo nos quais eles chegaram ao poder no século XX no que diz respeito à tentativas deles de se consolidarem no poder por meio de uma economia planificada (discurso neoconservador que funciona como uma forma de denunciar o socialismo como uma visão de economia equivocada e artificial e, ao mesmo tempo, ressaltar uma visão de mundo capitalista associando-a à ideia de eficácia e naturalidade), as pessoas de esquerda teriam passado a tentar voltar a ganhar apoio popular deixando um pouco mais de lado discussões ligadas mais diretamente à estatização e distribuição da economia para começar a focar em outras formas de se fazerem presentes e relevantes social e institucionalmente. O novo objetivo seria impactar valores culturais, o que teriam conseguido caso tivessem sucesso confundindo as pessoas dentro da sociedade com outras discussões que também eram direcionadas sob a referência da ideia de busca de igualdade (Melo; Vaz, 2021b). Os comunistas teriam, portanto, se estabelecido de modo dominante em universidades e imprensa, por exemplo (Rocha, 2023).

Importante destacar que, na narrativa que se popularizou entre os defensores de guerras culturais nos Estados Unidos desde os anos 1990, essa teria sido a origem da popularização de movimentos embasados em conflitos ideológicos entre homens e mulheres, entre homossexuais e heterossexuais, entre religiosos e não religiosos, entre pessoas negras e brancas etc. Lutas associadas ao feminismo, combate a homofobia e ao racismo, por exemplo, não seriam mais do que tentativas de comunistas de manter a sociedade sob tensão diante da impossibilidade de conseguirem fazer as pessoas continuarem acreditando que igualdade econômica por meio da estatização da economia era algo possível. Essa narrativa contribuiu para levar pessoas a relacionar, na perspectiva de uma direita militante norte-americana, o comunismo e os novos movimentos sociais, classificando ambos eixos de discussão sobre desigualdades como fábulas criadas por manipuladores que desejavam dividir a sociedade e trabalhar colhendo resultados a partir do ressentimento de pessoas comuns que seriam levadas a se identificar com representantes políticos que defendessem discursos de esquerda (Hunter; Zanon, 2022; Brown, 2016;). Fica clara aqui a semelhança com a narrativa que o MESP começaria a apresentar em tom de denúncia, usando-a como filtro para pensar a educação no Brasil no começo nos anos 2000.

Vale ressaltar que a narrativa que ganha fôlego nos Estados Unidos da relação entre comunistas e outros movimentos de impacto na cultura foi dando seus primeiros passos para se popularizar no Brasil através do esforço do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, ainda na década de 1990 (Melo; Vaz, 2021b). Isso ocorreu bem antes dele alcançar o auge da sua fama no Brasil em 2018, quando ficou conhecido por ser supostamente o mentor intelectual do bolsonarismo, também chamado de “guru de Bolsonaro”, título que ele rechaçou antes de morrer (Noblat, 2022). O autoproclamado filósofo que se tornou tão conhecido no Brasil durante o governo Bolsonaro, mais de uma década antes disso participou por muitos anos de eventos organizados por *think tanks*, aproveitando para impulsionar as suas ideias no âmbito dos grupos de direita⁶⁹.

⁶⁹ Importante destacar que *think tanks* são organizações mantidas por doações de pessoas físicas e jurídicas que surgiram nos EUA no século XX e, embora as primeiras tivessem o objetivo de desenvolver parceria com acadêmicos para tentar realizar e divulgar pesquisas ligadas a políticas públicas com um viés científico e com a menor quantidade possível de interferência de grupos de influência política, por volta da década de 1970 nos EUA e na Inglaterra houve uma proliferação deste tipo de instituições com caráter bem menos científico e bem mais de ativismo político. Estas últimas foram criadas de fato para a propagação de ideias neoliberais e neoconservadoras. Este fenômeno que, apesar de ter uma natureza ideológica, tinha como objetivo impactar de forma prática decisões ligadas à política e à economia, conseguiu, através de um planejamento organizado por parte de empresas que financiavam estas ideias, acabar se espalhando pelo mundo ocidental, atuando fortemente em países grandes da América Latina, como Brasil, México e Argentina. Do ponto de vista político, pode-se afirmar que se trata de uma parte até certo ponto silenciosa das direitas que atua nos bastidores, mas muito ativa e eficaz no planejamento e na disseminação de ideologias voltadas para mobilização política (ver Rocha, 2015).

Apesar de ter se tornado mais conhecido a nível nacional só após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a verdade é que a figura de Olavo de Carvalho⁷⁰ não é nada nova para grupos de direita que desde a década de 1980 vinham se organizando no Brasil com o apoio de *think tanks* internacionais e que possuíam o intuito de disseminar um ideário neoliberal. Já bem antes de começar a existir uma maior acessibilidade à *internet* no Brasil, esta rede transnacional organizou vários eventos presenciais conhecidos como Fóruns da Liberdade. Estes possuíam programações que desde o início do presente século contavam com Olavo de Carvalho entre suas atrações. Sendo assim,

é importante destacar que, para muitos analistas e comentadores da atual conjuntura, o nome de Olavo de Carvalho – como sendo uma grande influência intelectual para uma certa fração da direita brasileira, que no caso, inclui importantes quadros do governo e o próprio presidente da república com seus filhos – representasse algo que surgiu do nada, inesperado e desconectado do pensamento e ação da maior parte da direita brasileira. É como se a figura do escritor tivesse sido construída recentemente, principalmente pela influência que exerce sobre a família Bolsonaro. Entretanto, é importante esclarecer que o nome de Olavo de Carvalho já aparecia como uma das atrações de destaque nas edições de 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005 do Fórum da Liberdade, ou seja, antes mesmo do credenciamento de Bolsonaro a possível liderança ou “mito” (Casimiro, 2020, p. 101).

Olavo, que já vinha capitalizando para si um público ideologicamente fiel nesses Fóruns da Liberdade mais claramente desde o início do presente século, ampliou seus seguidores significativamente após 2016, quando suas teorias de revisionismo histórico com visão positiva da ditadura civil-militar brasileira e de necessidade de combate ideológico permanente contra a esquerda passaram a ser veiculadas por outra organização de direita ligada a este crescimento organizado dessas redes transnacionais no país, o Brasil Paralelo (Casimiro, 2020). Olavo não havia chegado de paraquedas para ganhar prestígio nestes eventos, ele de fato foi construindo, quando a *internet* era uma terra bem menos acessada, uma capacidade de se demonstrar útil para uma direita articulada transnacionalmente que desejava se organizar politicamente no Brasil disseminando suas ideias para a população.

⁷⁰ Sem diploma universitário, Olavo de Carvalho se autoproclamava filósofo e durante o mandato de Jair Bolsonaro como presidente ficou conhecido como uma espécie de guru do bolsonarismo. Todavia, ele começou a ganhar projeção escrevendo para grandes jornais no Brasil ainda na década de 1990, como Folha de São Paulo e O Globo. A sua maior popularidade se iniciou junto com o crescimento das redes sociais a partir do presente século, ao mesmo tempo em que se tornou figura frequente em congressos organizados por grupos neoliberais no território brasileiro que desejavam propagar um pensamento anticomunista. Pela *internet*, Olavo de Carvalho vendia cursos online, ajudando a construir uma espécie de orgulho de um suposto pensamento autêntico de direita a ser resgatado por jovens no Brasil, o qual, grosso modo, baseava-se em quatro pontos: uma ideia de decadência social que se misturava com uma perspectiva apocalíptica do mundo, a necessidade de fortalecer a nação contra elites cosmopolitas entendidas como globalistas, a necessidade de distinguir a todo momento aqueles que são seus amigos daqueles que contribuem para a sua destruição e o entendimento de que mudanças políticas reais só podem acontecer caso sejam precedidas por lutas no campo da cultura (ver Rocha, 2023; Suzuki, 2023; Lynch, Cassimiro, 2022).

Importante ressaltar que já em 1998, mais de meia década antes de surgir o Movimento Escola Sem Partido, o autoproclamado filósofo supramencionado publicou um texto em seu blog cuja análise desta fonte como discurso ajuda a revelar de modo eficaz como ele estava adiantado tanto no formato da militância via *internet* nesta discussão quanto em apresentar um conteúdo crítico do Ministério da Educação do Brasil. Observa-se que ele já agrega duas bases de doutrinação em tom de denúncia (questões de gênero e sexualidade e o anticomunismo), as quais viriam a ser os pilares do MESP anos depois, quando escreve que

[a]s novas diretrizes para a educação primária, emanadas do MEC em elegantes volumezinhos coloridos sob o imponente rótulo *Parâmetros Curriculares Nacionais*, sugerem que, em matéria de instrução sexual, os professores devem assumir uma atitude de neutralidade moral verdadeiramente weberiana. Sem dizer uma palavra contra ou a favor, devem descrever diante da classe, com sublime indiferença científica, “as orientações sexuais existentes”, para que as criancinhas, livres de pressões autoritárias, “façam suas próprias opções”. Não sei o que é aí mais comovente: o respeito devoto pela liberdade dos infantes ou o rigor da isenção científica que inspira as diretrizes do ministério. Pergunto-me, apenas, quais e quantas seriam as orientações sexuais que viriam a merecer inclusão no currículo – um ponto de magna importância pedagógica sobre o qual o MEC nada nos informa. À luz da neutralidade axiológica e do rigor científico, porém, não haveria a menor justificativa para reduzi-las às três mais vulgares (hetero, homo e bi), excluindo as variedades minoritárias como o sadomasoquismo, a pedofilia, a coprofilia e a bestialidade (termo pejorativo que busca cobrir de preconceituosa infâmia a prática do amor com vacas, jumentas e outras dignas criaturas do reino animal). A exclusão dessas práticas, além de ser cientificamente indefensável, resultaria numa autoritária limitação do leque de opções que a educação deve oferecer aos pimpolhos, que afinal são, porca miséria!, (sic) o futuro da Pátria. (Carvalho, 1998, blog pessoal)⁷¹.

Como se percebe, o autor faz esse tipo de crítica a iniciativas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1998, ou seja, seis anos antes de existir MESP. Vale ressaltar que nesta época o MEC ainda nem era administrado pelo PT, já que o presidente da república era Fernando Henrique Cardoso⁷² (PSDB). Olavo anunciou ali um problema sistêmico no formato de educação nacional que ultrapassa uma querela com um partido específico, denunciando que os documentos que a orientam apontavam para uma relativização absoluta de qualquer tipo de prática sexual como parâmetro curricular para jovens e crianças. Como se não bastasse essa ameaça a seres humanos que ainda não tinham idade suficiente para responder pelos seus próprios atos, ele ainda vincula a formação perniciosa que estes na sua visão acabam recebendo partir de iniciativas do Estado com a debilidade da formação da nação brasileira, ao

⁷¹ Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/neutralidade-e-ortodoxia/>. Acesso em: 24 out. 2023.

⁷² O ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1930 -) é sociólogo e cientista político. Foi perseguido durante a ditadura militar e teve papel ativo na redemocratização do país. Antes de ser eleito para governar a nação, foi ministro da Fazenda e se tornou conhecido pela criação do Plano Real, o qual deu origem à moeda utilizada no Brasil até hoje. Foi chefe de Estado no Brasil de 1995 a 2002, em um governo fortemente marcado por privatizações e reformas conectadas com um contexto de expansão do neoliberalismo (ver FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2010; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2010).

lembrar que estes alunos de 1998 representam a perspectiva de futuro do país. O texto traz uma ideia de que, dentro desta temática de sexualidade, uma nação está sendo ameaçada por falta de responsabilidade de um Estado que é dominado por pessoas de uma moral relativista, as quais estariam empurrando goela abaixo diretrizes para o funcionamento das escolas que implicaria em uma formação corrompida de menores de idade.

Todavia, em trecho seguinte, Olavo denuncia que a irresponsabilidade do Estado brasileiro intensificando os problemas sistêmicos da educação só assume uma postura relativista diante das questões sexuais a serem apresentadas para os alunos, ao passo que o tema do marxismo é ensinado como perspectiva única e universal de entendimento das ciências sociais. Tudo vai se dando, segundo sua denúncia, sem espaço para questionamentos, o que no seu entender fecha o par de bases da deformação educacional no país, já que, para ele,

(...) em contraste com a neutralidade e frieza que devem imperar na escolha dos objetos de desejo, o MEC não julga que idêntica objetividade científica deva prevalecer em outros domínios do conhecimento, como por exemplo a História e as ciências sociais. Aqui, não apenas é desnecessário examinar com imparcialidade as várias escolas, estilos e teorias explicativas, mas, bem ao contrário, a escolha pode ser dada por pressuposta sem que seja preciso sequer informar às crianças que houve alguma escolha. A interpretação marxista da História deve ser ensinada não como uma teoria entre outras, mas como a única teoria possível, a ortodoxia suprema jamais contestada (Carvalho, 1998, blog pessoal)⁷³.

Portanto, percebe-se que Olavo, antes de vir a ser um apoiador do Escola sem Partido no Brasil, foi um precursor deste. Até por isso mesmo ele permaneceu sendo uma grande referência na trajetória do movimento que só viria a nascer em 2004.

Vale lembrar que, de início, o MESP se concentrou na crítica de doutrinação sistêmica de cunho anticomunista e só posteriormente, por volta do ano de 2010, seus defensores vieram mais claramente a inserir como algo central na pauta do movimento as questões de gênero e sexualidade. Isto ele fez de modo oportunista movido em grande medida pelo fortalecimento de uma cruzada transnacional antigênero (Marafon; Sousa, 2018). Esta informação já nos direciona para o segundo ponto de destaque sobre a falta de originalidade no conteúdo deste movimento. Isso porque, com relação à discussão que ele começa a levantar para caracterizar problemas que ele diz existir no Brasil a partir de 2004, pode-se perceber que elementos que ele mobiliza dizem muito respeito a toda uma discussão que começou a ser movida pelo Vaticano. Foi neste lugar de grande referência para os católicos de todo o planeta, diante de discussões ligadas a pautas progressistas acerca da relação entre gênero e sexualidade, que se criou o termo “ideologia de gênero”, uma designação não científica, mas ideológica e

⁷³ Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/neutralidade-e-ortodoxia/>. Acesso em: 24 out. 2023.

passível de servir para mobilizações em vários campos sociais (Junqueira, 2018, p. 487). Este termo, através inicialmente de ações da própria Igreja Católica, propagou-se por vários continentes e pode ser definido da seguinte forma:

“teoria/ideologia de gênero” é um sintagma inventado, definido e abrigado em uma retórica elaborada pelo Vaticano e por setores ultraconservadores religiosos sob sua influência (Case, 2011). Nesses termos, existe enquanto objeto discursivo polêmico (Carnac, 2014), configurado de modo a operar como dispositivo retórico (Garbagnoli, 2016a) e persuasivo. Um artefato discursivo que, enquanto significante vazio (Laclau, 2011), pode atuar como um ponto nodal (Laclau & Mouffe, 2010) capaz de atrair e aglutinar diversos interesses e demandas, articular atores dispersos e, entre inúmeros significados ou cadeias de significados, incorporar e ajustar diferentes sentidos, estabelecendo, mesmo que provisoriamente, uma significação que proporciona uma identidade comum aos envolvidos e uma aparente coerência ao vozerio cacofônico. Trata-se, ainda, de um dispositivo político-discursivo cujo acionamento, em diversos cenários, está implicado na reorganização do campo discursivo reacionário e no redesenho de estratégias de mobilização e intervenção na arena pública. Desse modo, a invenção desse sintagma insere-se no âmago de um projeto ultraconservador que comportou engendrar uma retórica dotada de gramática, semântica e elementos lexicais próprios, ideologicamente bem estruturada (Junqueira, 2018, p. 487).

Ocorreu que o alto comando da Igreja Católica interpretou que suas bases estariam ameaçadas após a Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida em Beijing no ano de 1995 propor substituir o termo “mulher” pelo de “gênero” para se construir perspectivas mais amplas (e não simplesmente atreladas a caráter biológico e expectativas sociais embasadas em padrões culturais) para criação de políticas e mobilização de recursos governamentais no mundo que pudessem alcançar diferentes tipos de mulheres. Isso fez com que documentos emitidos pela Igreja Católica aos seus fiéis no mundo passassem a partir daquele ano a divulgar uma enxurrada ideológica complexa que ia desde comparar o feminismo com ideias de totalitarismo, como o nazismo e o comunismo, a ensinar as pessoas a desconfiarem de discussões que eram apresentadas como direitos humanos porque manipuladores de esquerda estariam tentando perverter a natureza humana e ameaçar a família enquanto projeto de Deus, vendendo ideias confusas sobre a alcinha de direitos inalienáveis a qualquer pessoa (Miskolci, Campana, 2017).

Com o tempo, essa iniciativa do combate antigênero da Igreja Católica no Vaticano se propagou para outros continentes, concentrando grande parte de sua força na América Latina, o que a levou a ganhar o apoio de outros agentes na causa. Isso ocorreu na medida em que ela própria estendeu seus mecanismos de militância, prevenção e luta contra o que passou a chamar de ideologia de gênero. Por isso é importante destacarmos que

[s]e, como menciona Vaggione, o relativismo moral tem sido uma obsessão da Igreja Católica, não é de se estranhar que a luta contra a “ideologia de gênero” se torne um eixo prioritário de ação política. Ação que não se limita a documentos ou declarações da Igreja, mas também de diversas organizações não governamentais denominadas de “pró-vida” e que se caracterizam por terem um acentuado perfil religioso conservador.

A partir de diversas ações políticas (como lobby legislativo ou denúncias a funcionários públicos), jurídicas (como a apresentação de ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade) e midiáticas (através de manifestações públicas, programas de rádio e televisão ou congressos “acadêmicos”) instalam nas discussões públicas os “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”. Essas organizações se apresentam como seculares e democráticas, genuínas representantes da sociedade civil, e, portanto, interlocutoras legítimas na hora de estabelecer negociações com os poderes do Estado. (Miskolci, Campana, 2017, p. 729).

Neste sentido, vale salientar que a tentativa de se fazer uma leitura de tendências políticas precisa se dar a partir de diferentes perspectivas para captar fluxos ocorrendo simultaneamente. Se a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil no ano de 2002 simboliza um momento de consolidação de forças políticas de esquerda no país no início do século, em contrapartida um fluxo emergente reacionário iniciado em fins da década de 1990 na Europa Católica atravessava o Atlântico e chegava à América Latina também no início do século, o qual foi sendo recepcionado em um país onde se encontravam muitos católicos e muitos evangélicos que foram se sentindo identificados com a causa. Diferentes movimentos conservadores vão sendo organizados a partir dessa emergência, na medida em que seus criadores vão sentindo que estão começando a ser pavimentadas as vias a serem percorridas para ganhar público.

Nessa onda conservadora, o Escola Sem Partido tem a vantagem de se voltar para a Educação como sendo seu nicho mais específico, campo de disputa extremamente visado para disseminação de questões ideológicas sob a mira e o apelo de diferentes setores da sociedade supostamente preocupados com a formação das crianças. Por isso, deve-se ter em consideração que

[n]ão por acaso, o campo da Educação está entre os que recebem atenção prioritária desses movimentos, e parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a propaganda *gender* e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana. Assim, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não ideológica” (Junqueira, 2018, p. 453).

Fechando o objetivo desta sessão no presente capítulo, em terceiro lugar, é possível entender que a falta de originalidade do MESP também se revela no próprio fato dele ter trazido

essas discussões para dentro do campo da educação no território brasileiro argumentando a existência de um suposto problema sistêmico sendo reproduzido nas escolas. Este movimento de cunho nacional, em grande medida, em um estado de coisas que abriu um espaço oportuno, repetiu de forma adaptada para o Brasil, justificativas e iniciativas semelhantes ao que já havia aparecido nos Estados Unidos. Parte disso já podia ser visto, por exemplo,

na iniciativa norte-americana denominada *No Indoctrination*, que surgiu da indignação de Luann Wright, fundadora do site *noindoctrination*, ao perceber um viés crítico nos textos e nas atitudes de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como “tendenciosos” sobre racismo dos brancos contra os negros (...). O *noindoctrination* age da mesma forma que outra organização também norte-americana, a Campus Watch, que publica informes e incentiva estudantes universitários a denunciarem professores que possam ter posições ideológicas anti-israelenses ou que simplesmente sejam simpáticos à causa palestina (Espinosa; Queiroz, 2017, p. 50)

Uma outra iniciativa estadunidense que pode ter servido de inspiração para o MESP chama-se *Creation Studies Institute* (CSI), organização cristã que combate a influência das ideias evolucionistas de Charles Darwin nas instituições de ensino daquele país (Queiroz; Oliveira, 2018). Portanto, acusar professor de doutrinação e estimular alunos e pais a fiscalizarem influências de esquerda sobre este campo parecem ter sido ideias muito mais exportadas e adaptadas pelo MESP do que o resultado de uma reação espontânea de pais de alunos no Brasil, como em geral aparece no discurso do movimento.

Afirmar que existiu falta de originalidade do MESP quando este apontou supostos problemas de cunho nacional de modo algum significa dizer que ele apareceu portando um discurso que não tinha potencial para ganhar adesão da opinião pública diante de variações de cenários políticos e da capacidade deste movimento de se projetar dentro de oportunidades que ele visualizava no contexto brasileiro. Pelo contrário, nossa investigação nos leva a concluir que ficou mais claro, a partir do desenvolvimento de uma direita plural que vai se organizando melhor no país na segunda década do presente século, que o discurso do MESP carregava consigo um poder representativo amplo a ser explorado. Ele poderia ajudar a fazer recuar tentativas de enfrentamento de desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira, como a de gênero (Batista; Gemelgo; Gonçalves; Nolasco; Rego, 2019, p. 15). Na prática política cotidiana, a popularidade de seu discurso foi fortalecida por uma influência religiosa estruturada em elementos de uma visão de mundo fundamentalista que, para a realidade das salas de aula, tenderia a trazer grandes problemas caso se consolidasse estabelecendo diretrizes educacionais (Fernandes; Ferreira, 2021, p. 13). Não bastasse a possível utilidade para interesses conservadores, o movimento poderia contribuir ainda “para a naturalização das diferenças

sociais”, servindo aos interesses de “grandes corporações nacionais e multinacionais” pelo fato dele se embasar em uma perspectiva de educação tecnicista que teria “como função garantir que o ensino opere para manter e reproduzir as condições sociais de produção, condicionando a mão de obra” (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019, p. 219). Não fosse suficiente a aproximação pela proposta que leva à censura dos professores e de materiais didáticos, reacionários simpatizantes do período da ditadura civil-militar no Brasil também se sentiram atraídos pela iniciativa porque perceberam que discursos militares poderiam ter, em larga medida,

(...) expressão no movimento Escola Sem Partido como uma reação aos movimentos de memória da ditadura que ganharam força nos últimos anos, materializado no trabalho das numerosas comissões da verdade instituídas pelo país. Esses espaços de discussão e investigação, que reúnem uma diversidade de setores da sociedade, colocaram em perigo a “anistia para os dois lados”, que permitiu aos militares não responderem pelos crimes cometidos durante a ditadura iniciada em 1964. Portanto, ao buscar tolher a livre circulação de informações e o debate em sala de aula, os defensores da mordaza nas escolas estão buscando preservar a normalidade construída depois do final da ditadura, defendendo um falso consenso do qual a maior parte da sociedade não participou, apontando para a necessidade de manter os antagonismos e a exploração na sociedade (Silva, 2019, p. 172).

Assim, o Escola Sem Partido, na verdade, tomava partidos desde sua origem. Antenado com discussões transnacionais que iam demonstrando grande potencial de mobilização política em diferentes lugares do mundo, o MESP não tinha nada verdadeiramente de neutro desde quando surgiu. A amplitude do movimento no que diz respeito à sua capacidade de atrair diferentes nichos de militância à direita o ajudou a crescer de modo oportunista na sombra do avanço de forças antipetistas e a se tornar objeto de discussão de vários pesquisadores que foram se concentrando em diferentes enfoques sobre o mesmo tema. Trata-se de um movimento complexo que eclodiu há cerca de duas décadas e foi se capilarizando em um cenário político conturbado da história recente do Brasil. Nele, assistimos à reascensão da popularidade da extrema-direita junto a uma normalização de suas pautas dentro do debate público nacional.

3.4 O MESP em solo fértil: junho de 2013 e seus primeiros desdobramentos

Em seu início, o movimento procurou se popularizar apresentando uma espécie de acontecimento matriz que o havia gerado como reação. Algo como uma história fundadora que ia sendo utilizada por seus apoiadores como justificativa para a criação do Escola Sem Partido.

A sua origem foi atribuída à iniciativa de um procurador paulista chamado Miguel Nagib⁷⁴, depois deste ter, de acordo com o seu entendimento, vivido um problema de família no ano de 2004 que supostamente envolveria necessidade de responsabilização de atores ligados à educação que sua filha recebia na escola.

Todavia, vale destacar desde já que isso é algo que merece ser problematizado e analisado com calma, a partir de uma visão abrangente, pois diante de um movimento sempre somos desafiados a entender como ele se insere e se desenvolve nas tensões sociais enquanto parte de um confronto político (cf. Tilly, 2010). Ainda que um movimento como este possa, no campo das aparências e representações políticas, apresentar-se como independente e autônomo, ele pode ter encontrado meios de ampliar-se estabelecendo relações com a política institucional surfando sobre ondas que já estavam fluindo com força (Alonso, 2014). Estarmos atentos a isso pode nos permitir enxergar melhor tanto sua inserção nas guerras culturais no Brasil, como o cenário que favoreceu a reascensão da popularidade da extrema-direita no debate político nacional e contribuiu para a normalização de suas pautas. Assim, o esforço empreendido nesta tese para se desenvolver este tipo de abordagem relacional, conduziu-nos a um maior entendimento acerca de como o movimento se expandiu ao longo dos anos muitas vezes reagindo a mudanças de conjuntura no país com as quais ele se deparou. Isso, como veremos adiante, ajuda a entender não só certa capilaridade que o próprio MESP alcançou, mas também um maior nível de complexidade acerca de tensões que em anos recentes vieram afetando nossa democracia.

A história oficial do MESP já amplamente narrada por pesquisadores do tema diz que ele nasceu, após Nagib, como um pai católico, ter se revoltado com um fato a partir do qual interpretou como ameaçadora a postura de um professor da escola da sua filha. O docente teria sugerido para os estudantes uma reflexão na qual eles comparassem o altruísmo da figura histórica do catolicismo, São Francisco de Assis, com o altruísmo do revolucionário socialista Ernesto Che Guevara. Para o fundador do MESP, isto teria representado uma tentativa de doutrinação política de esquerda em plena sala de aula movida pelo professor de sua filha, o

⁷⁴ O advogado brasileiro Miguel Urbano Nagib fundou o Movimento Escola Sem Partido oficialmente no ano de 2004, alegando preocupação com doutrinação ideológica que crianças e adolescentes, sem conhecimento de seus pais, estariam sofrendo nas escolas de forma sistemática. Passando por adaptações em seu discurso e ganhando mais corpo dessa forma, o movimento cresceu ao longo dos anos favorecido por um ambiente político de crescimento do antipetismo que começou a se tornar mais claro com as Jornadas de Junho de 2013, ganhando inclusive uma militância direta da própria família Bolsonaro que procurou ajudar a expandi-lo pelo Brasil antes de Jair se eleger presidente no ano de 2018. Todavia, Nagib informou que se afastaria do movimento após decisão do Supremo Tribunal Federal de 2020 que abriu o precedente jurídico para que todos os projetos de lei carregando o conteúdo do Escola Sem Partido passassem a ser considerados inconstitucionais (ver Barricelli, 2024; Waltenberg; Silva, 2019).

qual estaria entrando em choque direto com valores da família da estudante (Penna, 2016)⁷⁵. Nagib teria então passado a defender que este acontecimento, além de ser um exemplo de tentativa de doutrinação ideológica por parte do professor, não deveria ser entendido e tratado como um fato isolado. Isso porque ele estaria, na verdade, apontando para um problema sistêmico enraizado na educação brasileira que precisava ser denunciado e fiscalizado pela própria sociedade civil, configurando-se como um abuso da educação oferecida e regida pelo Estado brasileiro que, por sua vez, estava ameaçando a integridade das famílias.

A partir de então, ao longo do tempo, outros pais de estudantes foram sendo convocados por Nagib para se fazerem mais presentes nas escolas de seus filhos e para divulgarem essas ideias. Assim, durante cerca de 10 anos o MESP atuou no sentido de popularizar seus argumentos utilizando meios, sobretudo a *internet* (que não era ainda um recurso de comunicação tão acessível no Brasil em meados de 2004) para realizar sua militância em forma de esclarecimento para os pais sobre a necessidade de fiscalização do trabalho dos professores diante da alegação de que havia uma omissão do Estado acerca do tema. Entretanto, ao longo desta década esta militância se deu sem que os envolvidos demonstrassem de modo claro e intenso, uma pretensão de se organizar sistematicamente para transformar aquelas ideias em algum tipo de projeto de lei a ser estabelecido por assembleias e câmaras em todo o país (Penna, 2016; Ratier, 2016).

Não só pela complexidade de mudanças políticas no cenário brasileiro onde se deu a trajetória do MESP, mas por conta também das diferentes e complementares formas de atuação que ele foi lançando mão para buscar alcançar seus objetivos de modo mais eficiente desde o seu surgimento em 2004 até o ano em que Bolsonaro viria a ser eleito presidente do Brasil (2018), é importante o esforço de visualizar o movimento dividindo-o em três fases (cf. Moura, 2018). A primeira delas corresponde ao ano de seu início até meados de 2007, onde,

⁷⁵ É válido destacar que já está aqui neste relato de origem do MESP o embrião e a abertura para se desenvolver futuras conexões com um argumento religioso. Perceba que não se trata apenas de uma história de doutrinação política pela qual a filha de Nagib teria passado, isso de certa forma se confunde com um relato de profanação: no relato que afirmam ter gerado a discussão inicial que daria origem ao MESP o comportamento de uma pessoa que foi considerada santa para a Igreja Católica (São Francisco de Assis) foi comparado com o a postura de um guerrilheiro comunista ateu que se tornou conhecido no mundo dentro do contexto polarizado da Guerra Fria (Ernesto Che Guevara). Se é possível dizer que já há uma referência anticomunista desde a história da fundação do movimento, ao mesmo tempo pode-se afirmar que nela o comunismo não aparece como ameaça tão direta ao capitalismo enquanto sistema político e econômico, mas a valores cristãos da família de Miguel Nagib. Ela é que passa a ser usada através dessa narrativa como representativa de todas as famílias cristãs brasileiras que poderiam sem perceber estar sendo atacadas quando as crianças e jovens que delas fazem parte iam às escolas. Essa reflexão sobre como o MESP desde sua origem tem o potencial de se associar com uma militância de extrema-direita que procura mobilizar pessoas e ganhar apoio mexendo com os imaginários sociais (cf. Charaudeau, 2017) ao mesclar política, educação, anticomunismo e religiosidade cristã é ampla, mas faz parte dos elementos que, na medida do possível, considerando limites de uma tese, procura-se abordar aqui de forma articulada.

com alcance muito limitado, ele procurou popularizar suas ideias, sobretudo pela internet (esta, vale ressaltar, ainda de precário acesso no país), sobre a existência de doutrinação efetuada por professores em escolas e a necessidade de pais fiscalizarem isso. Um segundo momento, o qual corresponde à primeira ampliação relevante dos tentáculos do MESP, pode ser detectado em 2007. Naquele ano os defensores do Escola Sem Partido se relacionaram de forma mais próxima com um grande *think tank*, o Instituto Millenium, para impulsionar suas pautas no país. Uma articulação que foi exitosa porque o movimento conseguiu assim fazer com que discussões de seu interesse (que continuaram também sendo feitas pela *internet*, haja vista que uma estratégia de ação não necessariamente substitui a outra, mas pode conviver com ela ampliando o alcance do movimento) comesçassem a conquistar algum espaço na grande imprensa⁷⁶. A terceira fase se iniciou com a elaboração dos projetos de lei a partir de 2014, período em que, como já foi mencionado anteriormente, tem relação com a conjuntura onde começa a ficar mais clara a ascensão da nova direita brasileira, marcada por uma aliança entre neoconservadores e neoliberais (cf. Lacerda, 2019).

A divisão supramencionada, portanto, parte de uma pesquisa publicizada há cerca de sete anos (Moura, 2018). Mesmo sendo valorosa se a analisarmos com base no critério que ela utiliza já explicitado acima ao dividir o Escola Sem Partido em fases, a mesma esbarra em uma limitação para os dias de hoje que é a de, obviamente, só poder dar conta do que se propõe a fazer até o ano de sua publicação, 2018. Este é, por sinal, o mesmo ano em que Jair Bolsonaro foi eleito para presidência da república. Justamente o chefe da família de políticos que teve papel fundamental para que o MESP passasse a expandir em grande medida sua popularidade pelo país a partir de 2014, quando foi parida a estratégia da elaboração e apresentação dos seus primeiros projetos de lei. Como veremos mais adiante com detalhes, a estratégia do movimento de tentar avançar a partir de projetos de lei só seria neutralizada no ano de 2020 pelo STF, após decisão de que a proposta apresentava um conteúdo inconstitucional. Ainda assim, vale lembrar que inviabilizar a estratégia dos PLs não necessariamente significa para o avanço da extrema-direita o abandono de princípios e pautas defendidos por apoiadores do MESP depois do ano de 2020. Mas, vamos por partes, há uma longa estrada a ser percorrida neste texto até lá. Caminho que inclusive se faz necessário como meio para se perceber como o MESP se expandiu se relacionando de forma funcional com o avanço das direitas no Brasil, ajudando a uni-las e a se comunicar com a população brasileira, contribuindo funcionalmente para preparar

⁷⁶ Como, por exemplo, o questionamento da qualidade dos conteúdos de livros didáticos que eram disponibilizados pelo governo gratuitamente em escolas públicas (sobretudo no que dizia respeito à influência de visões de mundo de esquerda sobre os exemplares de ciências humanas).

um campo fértil para naturalização e fortalecimento de perspectivas de extrema direita nos debates públicos sobre a política nacional.

Nossa pesquisa nos leva a entender que, refletir sobre o contexto da política nacional em que o MESP eclode em meados de 2004 nos ajuda a melhor percebê-lo em seu caráter reacionário. Isso porque no ano de 2003 se iniciou o primeiro mandato do presidente Lula, eleito em 2002. Ou seja, o MESP se origina exatamente no momento histórico, até então, de maior êxito e popularidade nacional de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), grupo político que é considerado até o presente momento o maior partido de esquerda da América Latina. Em anos posteriores os defensores do ESP foram lhe dando mais popularidade, de forma oportuna, sob a sombra crescente de uma onda conservadora reacionária que surgiu atacando políticas progressistas e de combate à desigualdades que o PT foi tentando emplacar no Brasil, como o Bolsa Família de 2003, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual de 2004, O Plano Nacional dos Direitos Humanos de 2009, a Lei de Cotas de 2012, a PEC das domésticas de 2013, para citar alguns exemplos (Melo; Vaz, 2021).

Em meio à onda reacionária na qual o MESP embarcava tentando se destacar, o país veria o PT se sair bem em muitas de suas lutas, já que o partido avançaria em eleições pelo Brasil em estados e municípios, além de Lula alcançar sua reeleição à presidência nacional em 2006 e além do PT conseguir eleger Dilma Rousseff, a pessoa indicada para substituir Luiz Inácio da Silva na chefia do Executivo nacional no ano de 2010. Esta que seria a primeira mulher a tornar-se presidente na história do Brasil, ainda viria a ser reeleita no ano de 2014. Mas, é preciso dizer que esta reeleição específica de Dilma já se daria em uma mudança de conjuntura, na qual ganhavam cada vez mais força grupos que faziam oposição ao PT. Isso ocorria sob a influência dos tardios efeitos da crise econômica mundial de 2008, os quais começavam a ser mais claramente sentidos no Brasil nessa época, configurando um cenário onde um país ainda crivado de desigualdades se preparava estruturalmente para sediar uma Copa do Mundo de futebol em 2014 e em seguida uma Olimpíada no ano de 2016.

Assim, não é de se estranhar que o primeiro projeto de lei do Escola Sem Partido tenha sido produzido dez anos depois de seu surgimento, ou seja, em 2014. A intensificação de contestações ao Partido dos Trabalhadores em meio a uma crise econômica mundial eclodida em 2008 que era sentida tardiamente no Brasil começou a se iniciar de forma mais clara apenas em junho de 2013 (um ano antes da Copa do Mundo de futebol que aqui viria a ser sediada). Neste período o Brasil recebia pessoas de várias continentes para sediar a Copa das Confederações, competição futebolista internacional que tradicionalmente ocorria um ano antes

do torneio mundial do esporte mais popular do planeta e que também é, historicamente, preferência nacional, fortemente associado pela mídia à identidade nacional.

Nesse ínterim de mistura de crise econômica com fortalecimentos de laços afetivos por conta de um nacionalismo que comumente envolve esse tipo de evento esportivo, sobretudo quando se trata de futebol, explodiram e ganharam força vários protestos em ruas de diferentes cidades pelo país. Muitos deles com a participação de pessoas que os classificavam como manifestações de organização espontânea de cidadãos comuns contra o Estado e contra a tutela de partidos políticos. Dentro daquele mês de junho de 2013, com a popularidade que a *internet* banda larga começava a ter, os movimentos de contestação organizados nas ruas das capitais brasileiras foram crescendo e dando uma face de movimento expansivo de força política misturado com uma onda emergente de nacionalismo que torneios de seleções de futebol no Brasil, com cobertura à base de fortes investimentos da mídia televisiva, podem ajudar a gerar. Vale ressaltar que

[a] distribuição dos jogos pelas capitais foi um vetor de nacionalização. Mas não foi gente espremida numa cidade só. O impacto brotou do acúmulo. Protestos de diferentes movimentos e agendas se encavalavam e sucediam, incitando a percepção do feito extraordinário. A distribuição espacial e a sequência temporal formaram uma bola de neve em disparada (Alonso, 2023, p. 179 – 180).

Um ano antes de ser produzido o primeiro PL em defesa do MESP, no cenário em que as direitas no Brasil se fortaleceram passando a ajudar a ocupar as ruas, simultaneamente ocorriam protestos contra o aumento de passagens de transportes públicos, contra a qualidade dos serviços públicos, pelo direito à diversidade sexual, por mais emprego etc. Em um contexto de representação negativa do termo “político”, no qual este foi sendo cada vez mais associado a partidos e organizações corruptas, um momento onde militantes inseridos nas multidões tentavam fazer as pessoas se orgulharem de dizer que eram apenas cidadãos brasileiros protestando sem possuírem vínculo com grupos interesseiros. Ficou difícil em 2013 tentar distanciar quem estava nas ruas por pautas de esquerda, quem estava nas ruas por pautas de direita e quem claramente se importava de pensar antes de que lado estava a pauta que queria apoiar.

O fato é que existiam muitas pautas ao mesmo tempo sendo defendidas publicamente e muita gente ia para a rua para exercer seu direito de reclamar sem ter que se sentir sozinho, sobretudo nas capitais pelo país. Tudo ia se passando em uma conjuntura onde o governo comandava enormes reformas de infraestrutura feitas às pressas para que o Brasil, atrasado na entrega das obras e pressionado por instituições internacionais como a *Fédération*

Internationale de Football Association (FIFA), não perdesse o direito de sediar os eventos esportivos. Aos brasileiros chegavam informações pela mídia televisiva de que enormes quantias de dinheiro liberadas pelo Estado brasileiro estavam aparecendo e sendo gastas sem muita burocracia. Diante desse tipo de notícia, o problema era que, embora alguns problemas de infraestrutura complicados estivessem sendo rapidamente resolvidos para não se perder o direito de sediar os eventos, como construção de estádios e de vias para chegar aos mesmos, outros problemas históricos ligados ao acesso a direitos sociais como saúde e educação persistiam sendo anunciados como não resolvidos nos noticiários. O brasileiro não queria apenas que os eventos ocorressem aqui, ele esperava que o Brasil se tornasse, também, um lugar melhor para ele viver com as reformas para sediar os eventos.

De acordo com Avritzer (2016), a ocorrência destas manifestações que estouraram em junho de 2013, sendo aparentemente espontâneas e sem uma organização centralizada, indicava, no início, um cenário de ativismo de cunho emotivo intenso e diverso, porém frágil em organização política racional do ponto de vista ideológico. Muitas pessoas naquele clima de nacionalismo ligado ao evento esportivo iam às ruas se dizendo indignadas com relação a diferentes assuntos, mas sem necessariamente estarem discutindo de forma organizada e objetiva quais seriam os problemas prioritários e muito menos quais seriam as melhores formas de resolvê-los. De acordo como o cientista político brasileiro supracitado, isso somado aos efeitos tardios da crise econômica de 2008 acabou contribuindo para que esse ímpeto fosse cooptado por um fenômeno que não se via no Brasil dando as caras com força desde a época da queda da ditadura militar: manifestações direcionadas por organizações políticas que se diziam claramente em defesa de valores de direita. Estas passaram a ocupar as ruas do país e souberam sequestrar disposições a seu favor. Elas organizaram uma continuidade dos protestos mesmo depois de finalizada a Copa das Confederações, articulando as divulgações dos eventos posteriores em páginas da *internet*.

Diferentemente de uma década antes, período aproximado em que o MESP teria surgido, a utilização das novas tecnologias a partir do uso dos telefones móveis como algo tão central em 2013 já tinha condições de se configurar como um fenômeno de relevância no Brasil. Naquela conjuntura isso começava se tornar mais acessível para o povo brasileiro até com um leve atraso, já que circulava a notícia de que em outras partes do mundo esse meio rápido e direto de comunicação de longo alcance da população (e que tirava destas a grande dependência que teriam outrora de se informarem por meio de grandes mídias televisivas) já vinha se tornando mais comum em anos recentes, exercendo um papel central para organização de

manifestações aparentemente mais livres também da tutela de partidos políticos. Pelo menos isso era o que se dizia até com certo tom de otimismo (Castells, 2013).

Como a própria presidente à época viria a expressar dez anos depois, o que ocorreu ali “foi um dos mais destacados episódios de nossa história recente, refletindo e concentrando algumas das principais armadilhas de uma transição democrática ainda inconclusa” (Rousseff, 2023, p. 7). A verdade é que as tentativas de entender o que significaram para o país as manifestações de junho de 2013 geraram já a partir daquele ano um debate que tem permanecido aberto em grande medida tantos anos depois, já que

[o] mês acabou; a disputa pelo seu sentido, não. A produção acadêmica, ao seu costume, esquartejou o assunto em nichos. Uns se concentraram nos atores, analisando movimentos particulares. Teve quem preferisse olhar agendas, sobretudo os transportes e o “direito à cidade”. Houve quem se fixasse no uso das novas mídias ou no modo pelo qual as tradicionais retrataram o protesto. Outros relacionaram o protesto à dinâmica capitalista. As análises circunscritas ao processo político se concentraram na resposta estatal repressiva e nos efeitos pós junho. Mas as teses servidas a quente, ainda em junho, seguiram o principal do menu: expectativas crescentes, crise de representação, inovação, sequestro (Alonso, 2023, p. 12).

Para fins desta pesquisa, em meio ao grande debate ainda em aberto, o mais importante para entender como a trajetória do Escola Sem Partido se desenvolve em diálogo com esse pano de fundo de mudanças é entender que “no Brasil, as manifestações cidadãos de 2013 abriram um novo ciclo de protestos para os cidadãos progressistas (sobre os quais muitas pesquisas focaram), mas também para os atores conservadores” (Pleyers, 2019, p. 120, tradução nossa)⁷⁷. Nesse ínterim, 2013 deve ser entendido não como um marco pontualmente ilhado no tempo. Mas, deve ser enfatizado, também, como um marco no retorno da presença constante de grupos de direita organizados nas ruas, o que não ficou restrito à Copa das Confederações ocorrida naquele ano.

Depois que a competição internacional acabou, as manifestações no decorrer dos meses seguintes foram consolidando alguns aspectos que no início apareceram de forma ainda tímida, porém como possibilidade embrionária (o que era relevante de se tentar observar pois no ano seguinte, no qual viriam a aparecer os primeiros projetos de lei do Escola Sem Partido, haveria eleição presidencial além de Copa do Mundo no Brasil). Uma espécie de continuidade das mesmas ainda em 2013 foi se revelando mais claramente dominada por grupos de oposição ao PT, os quais foram hábeis em pegar aquela multiplicidade de pautas e tentar uni-las no sentido de uma resolução em comum para as mesmas que seria carregada de antipetismo. Elas

⁷⁷ No original: “En Brasil, las manifestaciones ciudadanas de 2013 abrieron un nuevo ciclo de protestas para los ciudadanos progresistas (sobre los cuales se enfocaron muchas investigaciones), pero también para los actores conservadores” (Pleyers, 2019, p. 120).

não acabaram, portanto, junto com a Copa das Confederações, embora foram se tornando mais escassas. Durante o evento, elas deixaram marcas e acabaram atingindo grande visibilidade naquele mês junino, já que ocorreram em diferentes lugares do país. É como se tivesse deslizado para o campo das manifestações políticas um sentimento simultâneo de patriotismo comum a diferentes partes do espaço brasileiro, algo que foi historicamente construído pela mídia televisiva e do rádio ao longo dos anos como experiência a ser compartilhada em eventos de futebol. Mas, é como se esse sentimento historicamente compartilhado tivesse naquela conjuntura de junho de 2013, inflamado-se mais por conta de um maior compartilhamento de informações pelo acesso crescente à *internet*, somado ao fato de o evento estar ocorrendo no nosso próprio país dessa vez. Três imagens apresentadas abaixo retratando-as em pontos tão distantes do Brasil ajudam a pensar sobre a força de mobilização que as mesmas alcançaram :

Figura 10 - Manifestação em Brasília, centro do território brasileiro, em junho de 2013.



Fonte: (Vick; Simonetti; Froner, 2023).

Figura 11 - Manifestação em Porto Alegre/RS, região sul do território brasileiro, em junho de 2013.



Fonte: UOL Notícias (2013).

Figura 12 - Manifestação em Fortaleza/CE, região nordeste do território brasileiro, em junho de 2013.



Fonte: Wasserman (2013).

Vale ressaltar que, ainda naquele junho, iniciaram-se “lutas internas e brigas nas próprias manifestações entre grupos de esquerda” que representavam o começo de “um processo de embate político nas ruas que posteriormente exporia as clivagens ideológicas do

país” que “nunca mais se apagariam” e na verdade “se aprofundariam em um processo sem retorno” (Safatle, 2023, p. 104). Foi nesta conjuntura em que a indignação do povo, o qual se via sendo preterido diante dos gastos estruturais e emergenciais para os eventos esportivos internacionais, foi sendo canalizada para uma crítica ao Estado e aos partidos políticos. Nessa dinâmica, o pior de todos os partidos dentro da lógica narrativa das direitas que foram tomando a frente das manifestações deveria ser entendido como aquele que chefiava o governo federal há uma década, desde o ano de 2003, quando Lula assumiu a presidência para o seu primeiro mandato. No fluxo das tensões, o jogo virava. O MESP que havia surgido de modo reacionário como um movimento pequeno em um ente federativo quando o PT estava em um grande momento de popularidade no Brasil. Dez anos após seu surgimento ele via o PT ser ferozmente contestado no território brasileiro e aproveitava aquele momento para fazer crescer sua própria popularidade no país.

Portanto, não por coincidência, foi no contexto de 2014, ano da Copa do Mundo e das eleições presidenciais, que as pautas do Escola Sem Partido foram organizadas em formato de projeto de lei para começar a serem apresentadas em casas legislativas de todo o Brasil. Há um “detalhe” muito importante aqui: isso ocorreria em âmbito municipal, estadual e federal. Existia ali, em uma caminhada crescente, um processo de formação de uma opinião pública sensível a uma oposição ao PT. Esta ia sendo moldada cada vez mais de forma organizada em grande medida por grupos de direita que costumavam se representar como apartidários e sem futuras pretensões eleitoreiras⁷⁸. Desse modo, estes grupos poderiam dar a parecer ter créditos para não serem confundidos com partidos políticos e assim serem capazes de juntar o povo “espontaneamente” nas ruas contra o PT.

Aquela conjuntura de ascensão da direita plural foi também uma época onde grupos políticos de representação de pautas conservadoras no Brasil foram gradativamente se aproximando de políticos neoliberais. Nesse sentido, é válido registrar que, ideias de influência neoliberal foram se tornando mais populares e ajudando a preparar um caminho para gerar um processo desdemocratizante (cf. Dardot; Laval, 2016) ao induzirem a sociedade a acreditar que enfraquecer o Estado é o ideal a se fazer. Popularização da ideia de que é necessário contestar intensivamente o papel do Estado procura levar a crer que qualquer sinal de ação deste que se apresente como motivada por princípios como equidade, correção de desigualdades estruturais, justiça e proteção sociais, sejam entendidos como ações comunistas, devendo ser combatidas. Nesta linha de pensamento, tais práticas classificadas como autoritárias, além de produzirem

⁷⁸ Como o “Movimento Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre” (MBL), para citar alguns exemplos.

privilégios e divisões da sociedade, trabalhariam para o insucesso e a desagregação da mesma, sendo assim uma ameaça para a liberdade dos indivíduos (Friedman, 2020; Hayek, 2010)⁷⁹. Ou seja, o neoliberalismo contesta valores sociais comumente associados ao papel do Estado e, ao fazer isso, induz também à desconfiança constante sobre diretrizes ensinadas às pessoas nas instituições educacionais, já que estes espaços funcionam sob a tutela de regulamentação jurídico-estatal.

Desse modo, pode-se dizer que, de fato, o repertório de ações do MESP foi consideravelmente ampliado a favor de sua visibilidade quando, a partir de 2014, no ano posterior às movimentações de junho de 2013 que sacudiram o país e trouxeram corpo ao antipetismo, à guerra cultural e à aglutinação das direitas, foram criados os primeiros projetos de lei, do MESP (Penna, 2016)⁸⁰. Esta iniciativa merece um destaque para quem deseja entender a trajetória do MESP, pois ela marca uma expansão considerável do movimento ao mesmo tempo em que ela só se torna possível mediante um estreitamento de relações do movimento com a família Bolsonaro, fenômeno que trará fortes tensões e consideráveis desdobramentos para a normalização da extrema-direita no debate público nacional, assunto que será abordado no capítulo seguinte desta tese.

⁷⁹ Embora nas obras destes economistas neoliberais já seja possível encontrar a ideia de que ideologias políticas que reforçam o poder de intervenção do Estado, sobretudo na economia, tendem a instituir formas de totalitarismo sobre a sociedade, essa ideia ao longo do tempo vem se desenvolvendo e se expressando de forma mais radical, ao ponto de ser possível encontrar dentro até mesmo do Brasil, conforme reportagem publicada no site da UOL em 22 de setembro de 2020, um projeto de lei (feito com base em legislação ucraniana) que equipara o ato de expressar-se em defesa de ideias comunistas ao ato de fazer apologia a ideias nazistas. Assim, a iniciativa visa criminalizar e, portanto, proibir manifestações que possam ser entendidas como apologia de um ideário comunista (UOL, 2020).

⁸⁰ Sendo gestado na esteira de influências transnacionais do final do último século que caminhavam na contramão de um possível aprofundamento democrático no Ocidente, o MESP surgiu de fato em um contexto onde começavam a se organizar, de modo reacionário, as primeiras articulações nesse sentido logo após a chegada do PT à presidência da república brasileira. O movimento foi crescendo de forma relativamente tímida no decorrer de toda uma década seguinte ao seu surgimento em 2004 no Brasil. Influenciado por Olavo de Carvalho e movimentos que militavam por uma educação conservadora nos Estados Unidos da América e impulsionado por uma onda conservadora cristã transnacional que eclodiu dentro da igreja católica e que começava a chegar ao Brasil convergindo com sua narrativa fundadora anticomunista de impossibilidade de comparar em qualquer sentido um santo católico com um mártir comunista, além de ações de protesto pontuais em escolas e de textos produzidos por seus apoiadores na *internet* em um momento em que a rede mundial de computadores nem sequer era tão acessível no país, o MESP foi buscando mais visibilidade e uma maior rede de apoio procurando se aproximar de *think tanks* que o deixariam mais associado a grandes grupos de direita nacionais e internacionais. O MESP militava durante esses anos e, ajudando a criar uma face brasileira para problemas trazidos a partir de outras iniciativas realizadas por movimentos de outros locais do mundo, auxiliando também no trabalho de se tentar encaixar, no imaginário social, a educação como um campo relevante de disputa da sociedade, procurando inseri-la como elemento basilar de uma guerra cultural polarizada das direitas contra a esquerda que viria a ser intensificada, dentro da qual, também, a extrema-direita encontraria espaço para normalizar sua visão de mundo no debate público nacional. Mas, até as manifestações de junho de 2013, o MESP não havia encontrado espaço e força suficientes para se promover ao ponto de conseguir se inserir como proposta defendida por políticos dos mais variados locais do país.

4 O MESP DEPOIS DE 2013: ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES COM A FAMÍLIA BOLSONARO E EXPANSÃO

Os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo hetero-patriarcal cristão (Brown, 2019, p. 140).

Este capítulo dialoga com questões ligadas ao campo do Direito na medida em que problematiza a relativização da Constituição Federal em um conteúdo mobilizado por um grupo em ascensão em um cenário de confronto político. No caso, discutem-se aqui questões que estão relacionadas com a ilegalidade do que foi proposto em projetos de lei que defendiam o estabelecimento daquilo que começou a ser germinado no ano de 2004 por um movimento conservador e no ano de 2014 passou a ser chamado de Programa Escola Sem Partido (Oliveira; Oliveira, 2021). Vale ressaltar que, justamente em 2018, ano em que as discussões sobre o MESP mais viriam a avançar nas casas legislativas nacionais, Jair Bolsonaro, um apoiador assumido do MESP, viria a ser eleito presidente da república.

Dando continuidade ao conteúdo do capítulo anterior, importante destacar aqui que a iniciativa que marca a segunda fase do MESP a partir do ano de 2014 já nasce muito ligada à família de Jair Bolsonaro (Penna, 2016) e, de certa forma, a um bolsonarismo ainda muito incipiente. Ao longo dos anos, o MESP se alimentou de forma oportunista do bolsonarismo que vinha pegando corpo no Brasil. Ao mesmo tempo que também lhe nutriu nessa relação. Isso trouxe mais popularidade a ambos.

O presente capítulo visa abordar o desenvolvimento do Movimento Escola Sem Partido após a criação dos seus primeiros projetos de lei no ano de 2014. Ele analisa como o que se inicia a partir deste momento traz desdobramentos que revelam tensões importantes. Elas ultrapassam a educação como campo de disputa e contribuem para o fenômeno da normalização de pautas de extrema direita no debate público nacional. Para alcançar este objetivo, utilizamos em ampla bibliografia, análise documental e análise de discurso baseada em dados coletados a partir de conteúdos publicados por militantes ligados ao avanço das direitas brasileiras pós-2013 e de notícias publicadas em jornais.

4.1 O nascimento dos Projetos de Lei do MESP: considerações iniciais

Não se pode tratar como detalhe para o MESP o fato de Jair Bolsonaro chegar à presidência da república nas eleições de 2018. Isso marca, também, o momento onde o MESP

deixa de ser um movimento de oposição ao governo federal (que deixa de ser um governo do PT) e passa a se tornar um movimento desejado pelo grupo que estaria se consolidando a nível federal com respaldo da maioria dos eleitores brasileiros a partir de 2018. Também não se pode tratar como um detalhe o poder que Jair Bolsonaro (figura cercada de conhecidos no parlamento nacional, já que foi sete vezes seguidas eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro desde o ano de 1991) adquiriria ao chegar à presidência da república a partir de 2018.

Todavia, para além do apoio e da popularidade que Jair foi aos poucos capitaneando para si dentro do movimento antipetista de ascensão das direitas que se iniciaria de forma mais evidente a partir de 2013, é importante ressaltar a relação de ganhos simbióticos entre Jair Bolsonaro e o MESP, destacando quem estava por trás dos primeiros projetos de lei do movimento criados em 2014. Primeiro, devemos atentar para o fato de que, durante sua trajetória de quase três décadas completas como parlamentar da Câmara, Jair foi lançando seus filhos na vida pública, movimento que o ajudou a ir se estruturando e se representando como patriarca de uma família de políticos oriunda do Estado do Rio de Janeiro que foram pouco a pouco passando a se tornar conhecidos em âmbito nacional na sombra do pai. Para se ter uma ideia do capital político que a família Bolsonaro foi alcançando ao longo dos anos, basta lembrar que, durante os anos em que Jair passou seu mandato como presidente da república (2019 – 2022), um dos seus filhos atuou como vereador na cidade do Rio de Janeiro (Carlos), outro atuou como deputado federal eleito pelo estado de São Paulo (Eduardo) e outro como senador eleito pelo estado do Rio de Janeiro (Flávio).

Quatro anos antes de Jair Bolsonaro chegar à presidência do Brasil, ainda na conjuntura de 2014, ano que é um marco para o MESP devido ao seu alcance atingido no Brasil e ano cujas eleições acirradas à presidência da república servem para caracterizar o crescimento da normalização de valores de grande apreço para a extrema direita no debate político nacional, foi justamente a família Bolsonaro que encomendou ao fundador do MESP, Miguel Nagib, pautas do movimento organizadas pela primeira vez em formato de projeto de lei. O empenho do clã Bolsonaro com relação ao MESP caracteriza de forma direta os filhos do patriarca como corresponsáveis pela inauguração dos PLs do ESP como estratégia de ação do movimento que viria a se espalhar ganhando apoiadores no território nacional. Foram eles que apresentaram quase que simultaneamente na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro e na Câmara de vereadores da cidade do Rio de Janeiro adaptações de um mesmo PL que, sob encomenda destes, foi produzido por Miguel Nagib. Assim, a criação de um Programa para o MESP em formato de PLs,

tem uma forte ligação com o Rio de Janeiro, uma vez que foi um deputado estadual fluminense que teve a iniciativa de criá-lo. O deputado estadual Flávio Bolsonaro pediu ao coordenador do movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, que formulasse um projeto com base nas suas propostas. O Projeto de Lei nº 2974/2014 – que propõe a criação, no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, do programa Escola sem Partido – foi apresentado por Bolsonaro à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj) no dia 15 de maio do ano de 2014. O vereador do município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, apresentou o mesmo projeto, com poucas adaptações, no dia 3 de junho de 2014 (PL 867/2014). O estado e o município do Rio de Janeiro, portanto, foram os primeiros a conhecer projetos de lei propondo a criação do programa Escola sem Partido, e por iniciativa da família Bolsonaro. Mas esses foram apenas os primeiros (Penna, 2016, p. 43 – 44).

É importante se pensar como o advento dos PLs do MESP que, sem dúvida, implicaram em uma ampliação do MESP, pode ter impactado a forma como pessoas o viam. Estamos falando aqui da estratégia de um movimento de passar a elaborar PLs, os quais, ao serem debatidos em espaços do Poder Legislativo no país e, ao virarem objeto de campanha de políticos que queriam se eleger, passaram a servir, sobretudo, para trazer junto à população mais seriedade, normalidade e divulgação às pautas e princípios que o discurso do movimento poderia carregar na sua interdiscursividade. E dentro desse potencial de fluidez, o MESP ia contribuindo para naturalizar discussões que lembravam a censura que professores haviam sofrido durante a ditadura civil-militar no Brasil. Normalizavam-se, também, debates que minimizavam não só a concepção de Estado laico, mas apontavam para a redução do papel do Estado de Direito para regulamentar serviços para a população e estimulavam, além de apreço pela iniciativa privada, maior poder para valores que estavam associados a uma concepção de família cristã, o que implicava em condenar materiais didáticos que apontassem para a garantia de direitos de minorias, fossem estes grupos de minoria religiosa, de gênero ou étnicos.

Dessa forma, ele agradava cada vez mais a grupos que disseminavam o moralismo religioso porque visava diminuir a importância de valores constitucionais e abrir espaço para uma maior propagação de valores ensinados em igrejas cristãs sobre a educação com a atuação destes próprios grupos que as controlam, o que por sua vez também agradava à ambição de defensores de valores neoliberais que viam aí nesse tensionamento uma maior oportunidade para o setor privado ter influência sobre a educação que ficava até então, na concepção destes, excessivamente dominada pelo Estado. Contraditoriamente, para ambos os grupos citados no exemplo acima, o que poderia parecer no discurso do MESP uma redução do Estado, na verdade, implicava em uma confusão existente dentro do discurso de sua militância, pois o projeto não poderia se concretizar com menos Estado, mas com um outro formato de Estado suficientemente interventor ao ponto de colocar em risco direitos de minorias e a Constituição Federal. Não havia por trás do projeto uma visão de mundo política de tendência anarquista

sobre o papel do Estado, e sim uma concepção de Estado baseada em uma visão de mundo de extrema direita.

Assim, o MESP também ia se fazendo grande, pois sua militância aquecida com a estratégia da produção e reprodução de projetos de lei, abarcava e interligava discursos grandes dentro daquilo que ele oportunamente poderia apresentar como sendo seu próprio discurso em meio a ambiguidades que apareciam na interdiscursividade que ele transportava. Vale lembrar que, a democracia como simples governo da maioria, a não garantia de direitos de minorias e a contestação ao Estado de Direito são pontos centrais de enfraquecimento da democracia liberal no século XXI no Ocidente, e são em essência os elementos que caracterizam a direita radical, a parte da extrema direita que tem conseguido adentrar nos debates públicos e normalizar suas pautas popularizando-as como parte da democracia ao invés de serem entendidos como ameaça a ela (Mudde, 2022).

Embora a estratégia dos PLs naquele contexto instável do Brasil em 2014 tenha dado enorme intensidade e margem de alcance à militância do movimento, ele pode ter passado a ser reduzido à sua estratégia até então mais atualizada nas cabeças de algumas pessoas. Para tentar colocar isso de forma mais clara, é importante ressaltar que já existia Escola Sem Partido enquanto movimento antes da estratégia dos PLs. Como já explicitado aqui anteriormente, o próprio MESP não traz nenhum conteúdo muito original consigo, o seu poder e eficiência estão muito mais ligados ao fato dele agregar e interligar pautas anteriores a ele e que vinham de fora do país. Ele ajudou assim a propagar pânicos que podiam ser atraentes para diferentes grupos em ascensão no movimento maior de direitas organizadas no Brasil pós-2013, onde a extrema-direita aproveitava para ser normalizada. Ou seja, o que importa focar, nesse sentido, é na relação entre a configuração que se desenhava no Brasil de avanço das direitas despreocupadas com tendências de normalização de pautas de extrema-direita e o que o Escola Sem Partido tinha para oferecer dentro deste fluxo com as pautas que ele próprio carregava em sua militância antes mesmo dos PLs, embora tenham sido intensificadas e só passassem a apresentar maior poder funcional depois dos PLs. Mas, é preciso destacar que, se a estratégia dos PLs por algum motivo deixasse de existir, isso não significaria que o movimento inteiro deixaria de existir. E se o próprio movimento, como algo maior do que a estratégia dos PLs, deixasse de existir, isso não significaria que pautas que ele carregava e interligava ajudando a propagar no imaginário social dos brasileiros deixassem de ser objeto de militância no avanço da extrema-direita bolsonarista como veremos no decorrer desta tese. Todavia, vamos por partes, apresentando o percurso da tese e suas conclusões de forma mais condizente com o próprio percurso da pesquisa que a gerou.

Chegamos aqui a um paradoxo que precisa ser melhor explicitado. Tudo começa com uma estratégia usada por um movimento para servir de instrumento de ampliação do seu alcance. Mas, ao trazer tanta visibilidade para o grupo, a ferramenta pode acabar servindo para que o entendimento sobre o que é o movimento possa passar a ser reduzido, ao ser confundido com ela. Algo pior ainda poderia apontar para maior nível de cegueira acerca das guerras culturais no Brasil: passar a interpretar que o possível encerramento do movimento representa o fim de militância em torno das pautas que ele carregava em seus PLs. Isso seria deixar de se perguntar se haveriam outras possibilidades de continuidade. De forma inicial, pode-se dizer que seria como se essa nova estratégia de ação, na qual apareceram de forma mais clara os laços do movimento com a política institucional, ao mesmo tempo em que fazia com que o ESP se tornasse de conhecimento de mais pessoas, poderia ser confundida com o próprio movimento. É provável que, paradoxalmente, uma ampliação estratégica relevante nas formas de ação do movimento contribuiu para se criar uma visão reducionista acerca da amplitude almejada por seus apoiadores.

De certo modo, o que ocorre a partir da criação dos PLs é que, ao invés do ESP ser apresentado apenas como uma iniciativa de setores da sociedade civil que apontava elementos negativos da educação e buscava conscientizar os pais de alunos de uma suposta necessidade de estarem mais presentes nas escolas de seus filhos, o próprio movimento passou a ser exposto por seus apoiadores cada vez mais como um “Programa” em defesa das famílias e defendido por um número cada vez maior de parlamentares no território nacional que visavam implementá-lo nas escolas brasileiras mediante a aprovação de Projeto de Lei (PL). Daí em diante é como se dos conflitos referentes a um movimento de uma década que representavam uma dinâmica mais ampla ligada às guerras culturais fossem sendo retirados os holofotes e concomitantemente o que interessasse para quem quisesse entender o MESP era onde aqueles PLs poderiam levar a educação brasileira caso fossem aprovados.

Os apoiadores da iniciativa pareciam estar mais cientes de que só o efeito da militância em si já trazia muito capital político contra as esquerdas naquele contexto posterior às manifestações de junho de 2013 porque tensionava o tecido social e levava a discussões que contribuíam para favorecer o antipetismo e tornar mais conhecidos e apoiados princípios defendidos pelas direitas em ascensão que se uniam contra o PT. Uma grande aliança dentro de uma guerra cultural em movimento visava propagar uma ideia de necessidade de anticomunismo que acabava se desdobrando, ao mesmo tempo, em uma defesa da centralidade da família e uma defesa da iniciativa privada, ambas em detrimento do Estado. Para além disso, acender o debate em torno do MESP enquanto projeto de lei a ser aprovado também ajudava a

exaltar e a naturalizar no imaginário social valores que contribuíam para a extrema-direita se representar gradativamente como uma alternativa aparentemente normal e válida dentro da democracia, como sendo apenas um grupo compromissado com um modelo de reordenamento e reconstrução do país que o “cidadão de bem” poderia escolher fortalecer e apostar.

Seria um pouco evasivo e superficial se dizer simplesmente que esse tipo de discurso do MESP tinha foco em alterar o campo da educação. Além de ajudar a fortalecer a ideia de que o modelo de reconstrução do país defendido no avanço das direitas antipetistas contaria com a educação, existiam vários outros elementos de referência que eram discursivamente mobilizados quando se tratava de MESP e eram voltados para pensar um modelo de Estado que precisaria se relacionar de forma diferente com a sociedade que seria governada bem mais à direita. Seria preciso um governo que compreendesse que o Estado deveria reconhecer que servidores públicos precisavam ser mais fiscalizados, combater a influência do comunismo no seu funcionamento (se possível punindo os responsáveis ainda que isso não fosse claramente chamado de censura), confiar maior poder à família enquanto instituição que cuida dos jovens e à religião enquanto instituição que ajudaria a moralizar a sociedade (Nagib, 2018). Fato é que o MESP se apresentou com força naquela conjuntura de 2014 e seus PLs foram sendo adaptados para melhor servir e representar direitas em ascensão em busca de votos (Oliveira, 2019). Ao mirar no MESP para produção de um primeiro PL que se tornaria matriz para outros em 2014, a família Bolsonaro não estava dando um tiro no escuro, ela parecia saber o que estava fazendo e estar disposta a explorar o potencial que via na ideia. O MESP seria uma carta na manga para a militância antipetista “endireitar” o Brasil, o que para a família Bolsonaro passava por vitaminar a militância das direitas a partir da tendência de popularização de pautas e de princípios de um posicionamento político de extrema direita.

Portanto, muitos elementos que casam valores neoconservadores, neoliberais e, mais claramente, de apreço da extrema direita, tiveram sua parcela de impulsionamento no território brasileiro com a ajuda da militância em torno do MESP. Em um país que teve uma abertura democrática inacabada e em grande medida tutelada pelas próprias forças responsáveis pela ditadura, em uma sociedade que assistiu ao retorno das eleições presidenciais com voto direto a partir de 1990 mas, em grande medida permaneceu com dificuldade de tentar entender de forma mais profunda o que era democracia devido à própria experiência democrática pouco aprofundada de baixa participação social que passou a vivenciar, a militância em torno do MESP, naquele contexto de reascensão oportunista da extrema-direita, parecia o equivalente a lançar palitos de fósforos acesos em vários pontos onde já havia sido derramada gasolina no Brasil.

Ao contrário dos antipetistas que apostaram que os PLs do MESP já seriam propulsores de uma guerra cultural que poderia favorecê-los, os grupos de oposição focaram em denunciar o perigo que os PLs representavam caso fossem aprovados, mas sem se demonstrarem tão cientes de que só a militância em torno deles já era algo muito positivo para as direitas em ascensão que buscavam maior apoio popular e capital político eleitoral. Já se vivenciava uma nova era, a do super compartilhamento nas redes sociais fazendo algo aparecer constantemente para, de certa forma, definir a pauta a ser discutida por cada vez mais pessoas.

A política não se constrói só com formação de alianças para maioria em parlamentos e presença de chefes do Executivo para aprovação ou reprovação de projetos de lei. Fosse assim a tendência era não vermos nunca mudanças de configuração e de direcionamento dos políticos e das políticas. Assim como em outros campos da sociedade, existem fluxos tendenciosos a reproduzir o que está posto. Mas, em tensões próprias das dinâmicas do campo também podem ser encontrados momentos de oportunidade de mudança, o que vai depender muito também da capacidade daqueles que querem alterações saberem encontrar estratégias eficazes para consumir isto. No caso do campo político, a reprodução das tendências pode ser em alguns momentos de crise da democracia fortemente tensionada por grupos que oferecem imaginação política para mudança e buscam os meios, em cada época, mais eficazes de ganhar visibilidade e suporte popular. Até porque, para se formar alianças que levarão a maiorias para aprovação de projetos de lei, é necessário que a política seja alimentada por disputas que se dão fora de parlamentos, o que pode ser em alguma medida mais esquecido por grupos que se encontram confiantes na forma como jogam o jogo do político por estarem no poder, de modo formal, há mais tempo (Safatle, 2023).

A pesquisa aqui empreendida sobre a militância do MESP com a criação dos PLs a partir de 2014 nos leva a deduzir que os adversários das direitas em ascensão não estavam como elas tão cientes como seus opositores de que se encontravam em meio a uma guerra cultural, onde o que se ganha e o que se perde não pode ser medido só pelo que é ratificado pelas vias do Direito, já que muitos ganhos podem se dar muito antes de aprovação de PLs em casas legislativas. Nesse sentido, os grupos que, como o PT, eram adversários das direitas em ascensão em 2014 se apresentavam mais mergulhados em uma perspectiva burocrática de política procedimental dentro de uma ideia de funcionamento normal e estável do Estado de Direito e excessivamente confiantes no poder deliberativo, para os rumos da sociedade, dos debates que ocorrem em espaços legislativos da democracia representativa, sem captar o quanto as direitas, em parceria com a extrema-direita, estavam dispostas a tensionar a democracia liberal, movendo batalhas por apoio popular no campo da cultura.

Despreocupadas se a aliança com a extrema direita poderia tornar as diferenças pouco distinguíveis entre os setores que compunham os grupos antipetistas, as direitas em ascensão tentavam vender-se para o povo como as porta-vozes continuadoras de um espírito popular de desejo de mudança que havia tomado de conta das ruas em 2013. Isso ocorria ao passo que os grupos que procuravam barrar esse projeto antipetista pareciam perdidos entre o receio de deixar o povo mais inflamado e o desejo de conservar por meio de escudos procedimentais burocráticos uma democracia cujo funcionamento já vinha sendo altamente criticado. O problema de uma esquerda que ocupava uma posição de situação e que não sabia ao certo como reagir foi ficando mais claro desde junho de 2013, haja vista que, já naquelas manifestações,

[d]emasiadamente institucionalizados e eleitorais, o PT e seus aliados não captaram com rapidez o terremoto que sacudia o chão da sociedade. Muito menos dispunham de ferramentas com alcance e credibilidade para intervir à queima-roupa, buscando operar aquelas gigantescas mobilizações em favor de uma institucionalidade conservadora (Altman, 2023, p. 90).

Ao invés de enxergarmos isoladamente as escolhas das ações dos grupos antipetistas como exitosas, mais vale considerar que elas parecem ter ganho mais força por terem sido lançadas diante de uma esquerda burocratizada, com pouca comunicação popular e pouco sustentada em alguma forma favorável de educação política da população. Isso fez a esquerda se demonstrar fragilizada no contexto, desorganizada e despreparada para lidar com aquela situação de pessoas inflamadas indo com frequência às ruas e às redes sociais reclamando mudanças, pois

[o] que ocorreu depois de 2013 foi uma lenta e contínua degradação marcada pela atrofia da capacidade de ação e da imaginação política da esquerda brasileira em seus múltiplos partidos, em seus sindicatos e em seus movimentos sociais. Depois de 2013, a esquerda brasileira tornou-se basicamente uma força reativa que responde desesperadamente à capacidade de construir agenda política e pautar mobilização popular da extrema direita (Safatle, 2023, p. 97).

Assim, com relação ao objeto mais específico de interesse deste capítulo, pode-se afirmar que, enquanto as esquerdas concentravam suas energias em não permitir que PLs do MESP avançassem nas casas legislativas, as direitas e a extrema-direita, além de lutarem nas casas legislativas pelos PLs, investiam em militância tentando fazer chegar a mais pessoas a ideia de que elas representavam o povo nessa batalha por princípios de reconstrução de um país que eles tentavam convencer que estava sendo destruído pela esquerda. Vivenciando um *ethos* político bem mais resumido aos espaços burocráticos, enquanto as direitas e a extrema estavam tentando trabalhar explorando um certo sentimento popular de que a democracia estava distante

do povo, as esquerdas se comportavam mais como grupos que resumiam a comunicação mais ampla com a população a períodos eleitorais. Já as direitas e a extrema se moviam favorecidas por estar jogando, no cenário de popularização da *internet* e dos *smartphones*, um jogo que o adversário nem percebia o quanto precisava de atenção para ser jogado fora do período das eleições. Elas buscavam fabricar consensos para terem cada vez mais onde se apoiar. Assim, apresentavam-se bem mais desejosas e eficazes estrategicamente para desenvolver política com apoio popular. Quando a ideia de democracia se resume a governo da maioria, fazer suas ideias chegar à maioria e ir convencendo-a da importância delas, escondendo suas contradições antidemocráticas, pode ser um grande investimento político.

Nesse sentido, após a criação dos PLs, é como se os grupos de oposição ao MESP tivessem captado de forma muito pobre o potencial de articulação entre o cultural e o político que estava sendo explorado. Como se só interessasse a eles entender o que era o movimento a partir do que seria feito procedimentalmente na burocracia estatal, a partir de textos que aparecessem em formato de projeto de lei e de objeto de discussão nas câmaras e assembleias. Vale salientar que, não por acaso, o próprio MESP viria a ser utilizado por muitos candidatos da direita plural em todo o país como promessa de campanha depois de 2014. Fenômeno que posteriormente viria a ser criticado pelo fundador do movimento, Miguel Nagib, o qual reclamava de pouco empenho para a aprovação dos PLs por parte destes mesmos apoiadores depois de eleitos, crítica que foi publicamente dirigida em suas redes sociais até ao próprio presidente Bolsonaro e acabou inclusive veiculada em um notório canal de imprensa de cunho bolsonarista (Santiago, 2019).

Importante lembrar neste momento do texto que, se de fato o foco nos PLs merecia relevância por parte de apoiadores como também de opositores, em contrapartida, aquele foco poderia levar as pessoas com o tempo a resumir o movimento a uma estratégia de ação dele que dependeria de aprovação na Câmara para que o MESP gerasse frutos. Uma redução que mais na frente também poderia levar as pessoas a confundir o possível fracasso dessa estratégia de ação com o fim das ideias defendidas pelo movimento. Isso precisa ser destacado aqui, pois essa conclusão poderia fazer perder de vista também tanto a ligação frutífera com ganhos simbióticos entre movimento e o crescimento da extrema-direita no Brasil por meio da popularização de elementos ligados às guerras culturais bolsonaristas, como também um legado que esta militância em torno do MESP viria a deixar no que tange a ajudar a popularizar dentro da nossa cultura a defesa interligada de elementos de referência que compunham os PLs: a necessidade de reduzir o poder do Estado e de aumentar o das famílias; a defesa da visão de mundo religiosa em detrimento de discussões movidas pelos professores que teriam cunho

doutrinador e ameaçador da formação de crianças e de jovens; a visão de que todo o sistema de ensino, da escola à universidade, contribuíam para uma decadência experimentada pela sociedade que por sua vez estava atrelada a uma ideologia de esquerda cujo processo de estabelecimento remontava ao período da Guerra Fria etc.

É preciso reconhecer realmente o que PLs do MESP que eram constantemente acusados de inconstitucionais poderiam representar caso aprovados. Mesmo ressaltando que se vivia um momento a partir de 2014 onde as direitas e a extrema eram bem mais presentes nas redes e percebiam melhor o potencial que este novo momento de desenvolvimento tecnológico e comunicacional tinha para militância política, o que pode ter sido responsável por uma maior necessidade de articulação entre o cultural o político em troca de uma postura menos burocrática não ter sido percebida por setores de esquerda que já viam o crescimento da extrema-direita no meio das direitas em ascensão. É bom lembrar que o funcionamento do campo político nas democracias liberais se assenta em bases jurídicas que visam trazer orientação legitimada para a regulação da vida social. A ligação entre estas duas esferas se relaciona ainda com uma gama de valores resultantes de conflitos que compuseram e compõem a própria história de construção ou de negação da cidadania de uma nação (Mudde, 2022; Brown, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que a produção dos PLs era um passo ousado e grande que o movimento começava a dar em 2014. Discutia-se a criação de uma lei que poderia trazer o respaldo jurídico para se criminalizar o trabalho do professor sob a alegação de doutrinação ideológica, algo que se chocava com o princípio da liberdade de ensino conquistada na Constituição de 1988 no Brasil (Miranda; Barreto, 2021, p. 16), época em que se tornava insustentável uma ditadura civil-militar que, em níveis diferentes, no decorrer de mais de duas décadas, sufocou a democracia nacional impondo o medo, a violência e a censura. Só em se voltar a discutir sobre a possibilidade de se regulamentar a ação de censurar professores e materiais didáticos nas instituições de ensino, o Escola Sem Partido aproximava presente e passado para todos aqueles que possuíam memórias ou conhecimento dos anos de chumbo que se viveu no país durante mais de duas décadas, a partir de 1964. Isso se tornou mais claro quando a nível federal, para se poder aprovar o PL 7180/2014, de autoria do deputado federal Flavinho (PSB – SP), um missionário católico, foi proposta a alteração de um trecho da LDB que implicaria necessariamente em uma necessidade de alteração da própria Constituição Federal para poder se efetivar. Visando estabelecer legalmente para a família do aluno primazia sobre a sua educação, o referido PL propunha o que na prática significaria subordinar ao bel prazer da família do estudante o conteúdo da educação que poderia ser oferecido pelo Estado e

ainda procurava justificar mecanismos de censura ao professor e ao material didático (Oliveira, 2019).

Por conta destas tensões ligadas à possibilidade de um retorno à censura na educação nacional, o processo de elaboração, divulgação em sites e discussão dos PLs, que deu bem mais visibilidade a valores defendidos por uma extrema-direita estratégica e foi ajudando a normalizá-los no debate público nacional, também acendeu para a oposição um alerta para um iminente choque desta estratégia com a Constituição, já que ela tentava legalizar práticas autoritárias. Embora a militância tratasse questões em choque com a Constituição como normais e isso pudesse mobilizar apoio popular naquele cenário de crise, é fato que havia um obstáculo forte para aprovação dos PLs do MESP a ser explorado pelas esquerdas que vinham se demonstrando fragilizadas nas batalhas culturais das ruas e da *internet*. Ele estava no campo jurídico: era hora de os opositores do MESP ressaltarem a importância da Constituição Federal promulgada no fim da ditadura civil-militar no Brasil como referência para regulamentar as relações humanas, inclusive as decisões políticas, na atual sociedade brasileira.

Em meio ao antipetismo que se expandia à época, a extrema-direita aproveitava para se inflar mais, destacando-se na onda do crescimento dos grupos de direita. Sem muito crivo e aproveitando para também surfar de modo oportunista, o MESP fluía como elemento útil para os vários matizes de oposição às esquerdas, inclusive os do extremo, os quais podem ser entendidos como fora do arco democrático (Bobbio, 2022) e ameaçadores de bases necessárias para o funcionamento de democracias liberais como Estado de Direito, garantia dos direitos de minorias e separação entre os Poderes (Mudde, 2022).

Em meio às convergências de uma direita plural onde se costurou o antipetismo (Gentile, 2020), dentro da qual se destaca a força de alianças entre neoliberais e neoconservadores (Lacerda, 2019), a extrema-direita foi encontrando terreno fértil e carta branca para crescer, desde que ajudasse a fazer as direitas ganharem mais base popular. Neoliberais não queriam que suas ideias fossem associadas a vontades excludentes de ricos empresários (Dardot, Laval, 2016), tampouco neopentecostais queriam que suas ideias fossem interpretadas como expressão de um povo que queria se distanciar do restante da sociedade (Mariano, 2014).

Este também é justamente o pano de fundo do crescimento oportunista do MESP, onde ele conseguia encontrar um ponto no tempo e no espaço para se inserir de forma frutífera,

usando uma onda para avançar ao mesmo tempo em que permitia, no crescimento de sua popularidade, ir se adaptando para ser mais usado nela⁸¹.

Em eleição presidencial ocorrida nos meses finais daquele ano em que os PLs do MESP foram lançados (2014), a candidata Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) foi reeleita em uma disputa muito acirrada⁸². Ela passou a sofrer com a atuação mais forte da oposição ao seu governo no seu segundo mandato com o grande crescimento do número de parlamentares eleitos que estavam dispostos a lhe fazer oposição a partir de 2015 (Bedinelli, 2014). Isso contribuiu decisivamente para a elaboração de um clima de tensões que culminou no controverso *impeachment* desta chefe de Estado do Brasil em 2016, cerca de dois anos depois de sua reeleição (Marreiro, 2017).

É válido lembrar que, entre os opositores da presidente da república que articulariam o seu processo de *impeachment*⁸³ no ano de 2016 estavam, por exemplo, grupos ligados a pautas agropecuárias (que envolvem conflitos ambientais), morais e religiosas e a favor da revogação do estatuto do desarmamento (entre outros temas que se chocavam com posições do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados mais próximos). Esta aglutinação ficou popularmente conhecida na época como bancada BBB: “bala, boi e Bíblia” (Tatemoto, 2019), um poderoso e unido bloco de direita que também em grande medida passou a se posicionar no Congresso em defesa do Programa Escola sem Partido. Em 2018, ano em que um PL representando as pautas do MESP mais avançou no parlamento federal (BRASIL, PL 7180/2014), a tal “bancada BBB” também teve atuação destacada em uma grande mobilização pelos quatro cantos do país para a eleição do então candidato à presidência da república pelo PSL e também apoiador do MESP, Jair Messias Bolsonaro (Lacerda, 2019).

Vários elementos aqui desta direita plural estão interligados e ajudaram a trazer mais visibilidade e crescimento para o MESP. Vale lembrar que as manifestações que foram ocorrendo após junho de 2013 eram constituídas por grupos que muitas vezes priorizavam

⁸¹ Assim, pode-se afirmar que o ano em que o MESP incluiu em seu repertório de forma prioritária a estratégia dos PLs tem relação com a busca de uma melhor inserção por parte de um movimento dentro de uma estrutura de oportunidades políticas que vai se configurando. Uma relação entre agência e estrutura que pôde permitir ao movimento ampliar seu campo de ação para buscar de modo mais eficaz seus objetivos lançando-se como parte de um todo em um cenário de confronto político. Nesse tipo de dinâmica social que combina diferentes arranjos em fluxo, há uma tendência, durante algum tempo, de um movimento ir se fortalecendo em suas redes de apoio ao mesmo tempo em que as fortalece (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009, p. 27).

⁸² O resultado da eleição apontou a vitória de Dilma Rousseff (PT) com 54.501.118 votos (51,64%) contra 51.041.155 (48,36%) do candidato Aécio Neves (PSDB), conforme divulgado em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>.

⁸³ O impedimento levou Dilma Rousseff a ser substituída pelo seu vice Michel Temer, filiado ao MDB, o qual nos últimos dois anos que lhe restaram como chefe de Estado no Brasil desenvolveu e concluiu reformas guiadas por princípios neoliberais, como a Reforma do Ensino Médio e a Reforma Trabalhista.

pautas diferentes deste espectro político (segurança pública, economia, valores religiosos etc.). Contudo, esta pluralidade, no sentido da prática diária, foi deixando de significar cada vez mais clivagens entre as facções para representar a consolidação de um grande grupo unido com forte poder no campo político e que foi se demonstrando capaz de costurar e apresentar os dois lados da face do novo conservadorismo brasileiro enquanto se dizia “liberal na economia e conservador nos costumes” (Dombrowski, 2020, p. 224). Este cenário foi se tornando propício para o crescimento da extrema-direita bolsonarista. Esta foi se sentindo à vontade para cada vez mais a tensionar não só a esquerda no Brasil, mas as próprias bases da democracia liberal: Estado de Direito, separação entre Poderes e direitos de minorias. Notícias de manifestações pedindo intervenção militar, fechamento do STF, censura a professores foram se tornando cada vez mais comuns a partir daí, como se cada vez mais pessoas fossem passando a naturalizar de forma crescente no país uma perigosa espécie de vale-tudo a favor do antipetismo. Era possível perceber que no campo das disputas de voto existia uma continuidade intensificada de uma polarização política que já tinha aparecido nas eleições acirradas de 2014 (Avritzer, 2016; Miguel, 2018). Mas, era mais que isso que estava ocorrendo. A própria Constituição Federal sofreria um processo crescente de relativização de sua importância, como veremos adiante.

4.2 Para além da Câmara Federal: o MESP e sua estratégia de mobilização de casas legislativas locais

Um ponto estratégico muito bem articulado sobre a expansão da militância do MESP em determinado momento das tensões em que ele se envolvia precisa ser destacado: embora o Programa proposto pelo MESP por meio de PLs tenha sido, desde o seu início, constantemente acusado de oferecer um conteúdo inconstitucional por sugerir mudanças em trechos da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que são indissociáveis de princípios explicitados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022), seus defensores estimularam não só a criação de projetos de lei federais, mas também estaduais e municipais.

O avanço das direitas despreocupadas com a nutrição contínua da extrema-direita foi ao longo do tempo investindo com base em um princípio que o MESP defendia e que ficou documentado no parecer em defesa da constitucionalidade do conteúdo deste movimento, escrito em 2018 por um bacharel em Direito, o seu próprio fundador, Miguel Nagib: o de que as esferas públicas locais possuíam autonomia para decidir sobre o estabelecimento do Programa em suas localidades (Nagib, 2018). Como o conteúdo do Programa se chocava com

a LDB e com a CF por promover censura aos docentes e cerceamento da liberdade do saber em sala de aula, pode parecer óbvio que, em tempos normais, tinha tudo para soar como absurdo o entendimento de Nagib de que o MESP poderia ser aos poucos estabelecido dentro de pedaços do Brasil a partir de votações em câmaras de vereadores e em assembleias legislativas estaduais. Aí é onde entra a confusão que Miguel Nagib procurou criar com o conteúdo que publicou. Ao invés de simplesmente apostar em uma declaração de guerra contra a Constituição Federal, o fundador do MESP foi no sentido de passar a defender que o Escola sem Partido era um recurso para se fazer cumprir princípios constitucionais ligados à responsabilidade de pais sobre filhos, à liberdade religiosa e de expressão dos próprios alunos diante dos professores e do Estado. O estratagema foi direcionado em consonância com a ideia de uma extrema direita atual que evita bater de frente com a Constituição para não manifestar ruptura clara com a democracia, e que, ao invés disso, coloca-se como parte e expressão da própria democracia (Mudde, 2022). E como o Programa nesta lógica discursiva de Nagib era absolutamente constitucional e necessário, ele usou o artigo 23 da própria Constituição Federal para defender a implementação do MESP por esferas locais alegando que “compete a todos os entes federados fazer com que a Constituição e as leis do país sejam respeitadas em suas respectivas esferas político-administrativas” (Nagib, 2018, p. 13)⁸⁴.

Assim, PLs do MESP passaram a ser divulgados, a partir desse parecer, como se já fossem constitucionais, e por conta disso, já deveriam começar a ser aprovados em jurisdições locais, sem que fosse necessária uma discussão a nível federal sobre pontos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que por sua vez estavam respaldados em princípios constitucionais que precisariam ser alterados para o conteúdo do MESP poder ser considerado de fato constitucional. Na verdade, essa ação relativiza a importância de ainda se discutir constitucionalidade na proposta e procura dar esse assunto como já resolvido, induzindo pessoas a classificarem o que o MESP propõe como algo já naturalizado, algo já normalizado. Qualquer vereador de qualquer cidade do Brasil poderia, a partir de então, sentir-se autorizado a apresentar um PL para aprovação e estabelecimento do Escola Sem Partido no lugar onde foi eleito procurando justificar sua ação, como o seu dever de fazer cumprir a Constituição. Mas, paradoxalmente, isso na verdade estaria se dando à revelia da Constituição Federal.

⁸⁴ É possível observar, portanto, que o MESP procura dar corpo a pautas de extrema direita, não de uma extrema direita ultraradical que claramente se expressa tirando crédito de Constituições porque não acredita na democracia, mas de uma radical, que normaliza pautas de extrema direita que ameaçam o Estado de Direito, a Separação de Poderes e os direitos de minorias, mas que passam a ser discutidas no debate público como se fossem parte da própria democracia (Mudde, 2022).

Ademais, vale lembrar que se viviam tempos nada calmos em 2018. Ainda que os resultados desses embates locais pudessem ser freados pelo Supremo Tribunal Federal em caso de PLs do MESP aprovados, intensificar esse tipo de militância serviria para fazer o MESP se tornar mais discutido e popular no país, induzindo representantes políticos locais a tentar se promover divulgando toda a carga interdiscursiva que vinha no discurso do MESP. Nesse ínterim, a discussão pela aprovação de projetos em esferas que estavam abaixo da federal foi sendo estimulada. Desconsiderava-se um documento como a LDB para regulamentar a educação nacional na República brasileira. Assim como o grande marco jurídico do fim da ditadura civil-militar de 1988, como a própria Constituição Federal que a LDB ajudava a fazer cumprir e que havia se tornado a Carta Magna da organização da sociedade pós-período autoritário.

Na prática, a suposta necessidade de alteração da LDB expressa no PL basilar do MESP de 2014 (Brasil, PL 7180/2014) simbolizava o período de relativização da própria Constituição que o país vivia e caracterizava a tendência de crescimento da popularidade da extrema-direita, com a normalização das pautas deste espectro político no debate público. A militância em torno do MESP havia encontrado uma rota ideológica que levaria a um entendimento muito prático de relativização dissimulada da Constituição e, com ela, uma via contraditória de busca de apoio popular para a desnutrição da democracia do país.

Por mais agressiva à democracia que essa estratégia pudesse parecer, para se ter uma ideia da dimensão que ela alcançou, tomemos alguns dados de alguns meses antes de ocorrerem as eleições presidenciais de 2018 como referencial: em fins de maio daquele ano, estavam tramitando no território brasileiro com o tema “Escola sem Partido”, ao mesmo tempo, 25 PLs estaduais, 110 municipais, e 13 no Congresso (Matuoka, 2018). Assim, o MESP usou essa onda antidemocrática para crescer ao mesmo tempo em que se maquiava para ser melhor usado por ela. Projetos se proliferavam de ponta a ponta no território tupiniquim acendendo o debate em torno dos valores implícitos e explícitos defendidos em PLs do MESP: a defesa da família relacionada com os valores e perspectivas dos fundamentalistas cristãos em detrimento de valores de um Estado laico, um anticomunismo que estigmatizava pessoas que não coadunavam com valores ligados à normalização da extrema-direita, a censura aos professores e a materiais didáticos, o silenciamento de lutas por direito de minorias etc.

Como se percebe, o avanço dos projetos que defendiam o Programa do MESP se deu em diferentes esferas no âmbito da política, com notório destaque a partir de 2018, ano em que Bolsonaro foi eleito presidente da república. Para refletir como o conturbado processo de ascensão de um apoiador do ESP ao cargo de chefe do Poder Executivo nacional ajudou a

impactar esferas locais da administração pública, pesquisamos nesta tese mais a fundo um caso distante geograficamente das discussões de alteração da Constituição federal envolvendo o MESP que se passavam no Distrito Federal (DF): o avanço das discussões sobre o Programa Escola Sem Partido no nordeste do Brasil, mais especificamente no Estado do Ceará já em fins daquele ano. Após ele ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa Estadual deste ente federativo, uma deputada estadual e líder religiosa conhecida como Dra. Silvana⁸⁵ (a época filiada ao Partido Republicano, PR), a qual estava à frente do projeto no território cearense, decidiu, sob pressão de opositores, arquivá-lo, ação confusa e que poderia soar como uma derrota.

Todavia, esse fato ocorrido no Ceará é emblemático para se pensar como a militância em torno do MESP foi se organizando estrategicamente em diferentes pontos do país: segundo as próprias palavras da deputada cearense supracitada, ela iria arquivar o projeto para que ele viesse a ficar “mais tempo na mídia antes de ser aprovado” fazendo-o “ganhar mais corpo” para 2019 (O Estado, 2018). Naquele ano em que Bolsonaro viria a se tornar presidente do Brasil, o bolsonarismo jogava um jogo que poderia soar confuso demais para a esquerda conseguir decifrar, mas que trazia resultados nas guerras culturais que visavam normalizar a extrema-direita no debate público nacional. É possível perceber que, no *modus operandi* dos apoiadores do MESP, inclusive dos que operavam dentro do campo político eleitos como representantes desse movimento que crescia articulando cultura e política, a relação com a mídia é algo que eles procuravam explorar cuidadosamente ao seu favor, para suas pautas ganharem cada vez mais visibilidade e lhes trazerem suporte popular.

A oposição ao MESP no Ceará, percebendo que a militância em torno dele estava organizada, se organizou gerando uma reação de caráter preventivo. No dia 26 de dezembro daquele polêmico ano de 2018, já com Bolsonaro eleito presidente do Brasil, com a Assembleia Legislativa do Ceará de recesso, o Governo do Estado, chefiado pelo governador que naquela ocasião tinha sido recentemente reeleito, Camilo Santana (PT), manifestou-se. Por meio do Conselho Estadual de Educação, para se evitar que a polêmica que vinha sendo gerada em torno da militância do MESP gerasse constrangimento e pressão política capazes de afetar o

⁸⁵ A política Silvana Oliveira de Sousa (1969 -) é formada em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Ela é casada com um também médico e político cearense, o doutor Jaziel, o qual é, além de pastor evangélico, uma figura ligada ao conservadorismo nacional que desempenhou papel de destaque em Brasília na militância do projeto educacional do *homeschooling* durante os anos em que Jair Bolsonaro foi presidente da República. Doutora Silvana, como a parlamentar é conhecida, iniciou sua carreira política como deputada estadual do Ceará, no ano de 2010, permanecendo como deputada estadual ainda nos dias de hoje, após duas novas eleições para o cargo que lhe garantiram novos mandatos com um eleitorado crescente como representante do Partido Liberal (PL), o que contribuiu para firmá-la como uma das vozes mais conhecidas dentro do conservadorismo em seu estado (ver Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, s.d; Brasil; 2025a).

funcionamento das escolas públicas, foi publicada no Diário Oficial do Estado uma resolução na qual se proibia práticas estimuladas pelo MESP, como registrar com aparelhos celulares vídeos e/ou áudios das aulas. Também se reiterava, como base para a educação no Ceará, princípios constitucionais como “liberdade de aprender e de ensinar”, bem como “pluralismo de ideias” (Diário do Nordeste, 2018). Uma verdadeira tomada de posição que procurava desnutrir a militância do MESP reforçando contra ele os valores da Constituição Federal.

Contudo, a ação relatada acima que expressava o posicionamento do Poder Executivo do governo estadual do Ceará não foi suficiente para desestimular ações dos defensores cearenses em busca da aprovação do ESP. Se ela ajudou a segurar a polêmica dentro das escolas, no plenário o conteúdo voltaria a ser discutido normalmente por seus apoiadores, já que eles o consideravam válido democraticamente e, mais do que isso, necessário. Quando a Casa Legislativa reabriu seus trabalhos no ano seguinte, a deputada Dra. Silvana, a qual havia afirmado em 2018 que preferia arquivá-lo para que em 2019 ele passasse a “tramitar juntinho com o projeto a nível federal” (comentário que aponta para a relação do MESP com ações coordenadas e fortalecidas simultaneamente em diferentes níveis da política do nacional), já em fevereiro de 2019 reapresentou o projeto que passou a tramitar como PL nº 20/19.

Repercussões em jornais locais do impacto da reapresentação do projeto dentro do parlamento cearense à época fornecem informações de como a disputa girava em torno de visões polarizadas de política. Isso exemplifica como embates por aprovações de leis que, pelo conteúdo inconstitucional (que só poderia ter aprovação mediante alterações no texto da Carta Magna na forma de emendas constitucionais), só poderiam estar ocorrendo em nível federal, estavam presentes em casas legislativas locais: o PL foi definido por um deputado estadual do Ceará chamado Acrísio Sena (PT) como uma “aberração pedagógica e educacional” (O Povo, 2019), ao passo que outro deputado estadual cearense chamado Ely Aguiar, do partido “Democracia Cristã” (DC)⁸⁶, por sua vez apoiou a iniciativa afirmando que o debate se justificava porque elementos que deveriam ser entendidos como “opções políticas” estavam verdadeiramente sendo impostos aos estudantes por professores em escolas públicas cearenses (O Estado, 2018b).

Em forma de projeto de lei no ano de 2019, como as tendências indicavam, o ESP não foi apresentado somente em parlamentos estaduais e municipais no território nacional, o

⁸⁶ É possível perceber, portanto, no exemplo ocorrido no estado do Ceará, que o debate em torno da legitimidade do Programa proposto pelo MESP, seguindo uma aparente tendência que se desenvolveu no país, configura-se como uma disputa política que de certa forma envolve, ao mesmo tempo uma tentativa de avanço de atores políticos ligados ao campo religioso fundamentalista cristão e uma tentativa de resistência de atores políticos ligados à esquerda, mais claramente, no caso, os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

que indica que, em algum nível de organização, uma ação de alcance nacional de militância sobre o Programa estava sendo orquestrada. Em nível federal, o projeto 7180/2014 (que tramitava com elementos de 10 outros projetos anexados a ele) havia sido arquivado no final de 2018, mas foi substituído, com poucas alterações, pelo projeto 246/2019 da deputada federal que na época era do mesmo partido do presidente da República Jair Messias Bolsonaro, Bia Kicis⁸⁷ (PSL/DF). Vale ressaltar que, o movimento de uma Câmara Federal com fortes articulações bolsonaristas, viria confiar a esta pessoa posteriormente a chefia da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal no decorrer do mandato de Bolsonaro. Bia Kicis que é também cunhada de Miguel Nagib, o fundador do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Não bastasse esta breve descrição sobre a autora do PL para se imaginar o quanto o tema era caro a ela, chama à atenção o caráter de prioridade deste PL para Bia Kicis também pelo fato dela tê-lo apresentado já no primeiro dia de trabalho da Câmara Federal do Brasil no ano de 2019. Mesmo depois de obter resultados expressivos em 2018, elegendo além do presidente da República, muitos governadores e parlamentares em várias esferas do país, a extrema-direita continuaria dando importância às guerras culturais que a normalizavam no debate público. Nesse sentido, a militância em torno do MESP deveria permanecer viva desde o primeiro dia de funcionamento da Câmara Federal com o Executivo sob a gestão de Jair Bolsonaro.

Se em 2018, como exposto, já era possível contabilizar mais de 140 PLs pulverizados no território nacional, importante evidenciar alguns números que o MESP conseguiria alcançar dois anos depois. Nesse sentido, vale a pena destacar que trabalhos de acompanhamento iam sendo feitos por grupos criados por professores e alunos que começaram a se levantar ao longo dos anos para fazer frente ao ataque que o Escola Sem Partido sinalizava querer promover na educação brasileira.

⁸⁷ A advogada, ativista e política brasileira, Beatriz “Bia” Kicis Torrents de Sordi (1961 -) é atualmente filiada ao Partido Liberal (PL). Nascida no Rio de Janeiro, atuou como Procuradora concursada do Distrito Federal, cargo do qual se aposentou em 2016, passando logo depois a atuar de forma mais dedicada à militância política. No ano de 2018, pelo Distrito Federal, foi eleita deputada federal e chegou a ser a vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. Foi reeleita para o cargo no ano de 2022, confirmando seu capital político após se destacar por sua atuação em pautas conservadoras durante seu primeiro mandato, como Escola Sem Partido e voto impresso (ver Brasil, 2025b; Teles, 2023).

Figura 13 - Professores e estudantes também se uniram em iniciativas contra o Escola Sem Partido.



Fonte: Sampaio (2018).

Em 2020, um levantamento divulgado pela Frente Nacional Escola Sem Mordação (Moura; Silva, 2020) apontou algo que vale a pena destacar. Depois de seis anos da criação dos projetos de lei do Escola Sem Partido (de 2014 a 2020), usando de forma clara ou não o nome do Programa, mas sempre propondo alguma forma de censura no espaço da escola, seja com ênfase na atuação dos professores ou no controle do material didático por exemplo, já haviam sido criados no Brasil 247 PLs.

Um desdém enorme deste movimento à LDB e à Constituição Federal ficam mais evidentes quando constatamos que, destes PLs, apenas 23 foram apresentados a nível federal.

Ou seja, pouquíssimos projetos apresentados representavam preocupação por parte de seus autores de pressionar e aguardar mudanças nos documentos que explicitam os princípios básicos da educação que precisam ser respeitados em todo o território brasileiro. Enquanto estes 23 projetos apresentados em nível federal se tornavam objetos de debates com maior holofote em Brasília, os números revelam que uma ampla rede trabalhou para que as pautas do ESP se espalhassem pelas várias regiões do país. Isso se evidencia quando vemos que 214 dos 247 projetos mapeados pelas pesquisadoras se tornaram objeto de militância ao ser apresentados para regulamentar um suposto funcionamento da educação com autonomia jurídica nos limites de municípios, de estados e do Distrito Federal.

O relatório de 2018 publicado pela Frente Nacional Escola Sem Mordação ajuda a constatar que projetos com foco nas pautas de combate a discussões de gênero cresceram consideravelmente nos últimos anos. Ele acaba por definir o ESP como um “movimento criado por conservadores neoliberais”, o qual consegue “adesão e difusão do seu projeto quando adiciona à sua mobilização os grupos fundamentalistas religiosos”, o que aponta para o fato de que o “medo de perder sua família em um período de crise econômica, é um combustível primário da censura” (Moura; Silva, 2020, p. 20).

Assim, pode-se afirmar que uma análise mais profunda sobre os caminhos do MESP e suas articulações com a extrema-direita pode ser mais rica se levarmos em conta sentidos nas guerras culturais do Brasil recente que se procurou consolidar acerca de temas que buscavam apoio popular como “família” e “religião”. Estes termos podem, em um primeiro olhar, ser abordados como conceitos vinculados à categoria “neoconservadorismo” (cf. Lacerda, 2019), considerando-se ainda que isso se desenrola dentro de um cenário de crise econômica e política onde o neoliberalismo ganha força e procura, em consonância com grupos conservadores, reduzir o poder de intervenção do Estado em diferentes campos sociais e fazer os grupos de direita avançarem sobre o campo da educação, apoiando-se em formas de militância onde se dá carta branca para a política ser guiada pelo ódio (Miguel, 2018).

Portanto, é no seio destas discussões que a extrema-direita se aproveita desse contexto para se expandir no debate público nacional e ameaçar a própria democracia. Ela serve-se eficazmente de temas que não convém ser atribuídos de forma fechada à militância de um único grupo específico dentro do crescimento das direitas, seja “fundamentalista religioso”, “neoconservador” ou “apoiador do MESP”, ou teremos dificuldade de entender as dinâmicas

das guerras culturais no Brasil que articulam o cultural e o político em prol de apoio popular e de formação de um bloco forte para atuar em um contexto onde se estimula polarização⁸⁸.

Comumente, entusiastas do Programa Escola Sem Partido espalhados pelo país, como a supracitada deputada religiosa cearense Dra. Silvana, minimizaram as críticas da oposição com relação aos objetivos dos PLs, defendendo por exemplo que eles tinham um caráter meramente “informativo” (O Estado, 2018). O próprio fundador do movimento, no texto em que desenvolve para circular como parecer da suposta Constitucionalidade do conteúdo do MESP afirma que é “apenas esse o objetivo do Programa Escola sem Partido: informar estudantes e professores sobre direitos e deveres que já existem” (Nagib, 2018, p.3).

Contudo, pelo conteúdo presente em documentos que seus defensores já publicaram, pode-se perceber que o que o movimento defende por vezes parece confuso de tão amplo, apresentando intenções que vão muito além de informar pais e alunos sobre direitos (Oliveira, 2019). Elas acabavam apontando não só para a ideia de que a educação necessita de críticas incisivas como as feitas a um problema sistêmico, mas também de profundas mudanças em seus princípios que redirecionariam suas práticas. Pautas presentes em textos oficiais produzidos em prol do MESP defendem o estabelecimento de ações, como: proibição de atividades políticas de grêmios estudantis (Brasil, PL 246/2019), a criação de uma disciplina de ética e limites da liberdade de ensinar para cursos de licenciatura para regulamentar intervenções nas instituições de ensino superior (Nagib, 2018), a proibição em escolas do uso de termos como “gênero” e de temas que possam ser entendidos como ofensivos tanto à liberdade religiosa como a uma concepção de família configurada a partir de uma definição atribuída pelo Programa ESP aos interesses de pais dos alunos⁸⁹, mas que na verdade vai tirando a legitimidade do Estado de intervir sobre a educação pública e abre caminho para igrejas cristãs e empresas privadas dominarem essa esfera social. Em documentos produzidos pelo movimento defende-se também a influência de tudo isto sobre os projetos políticos pedagógicos das escolas, sobre as “avaliações para o ingresso no ensino superior”, sobre as “provas de concurso para o ingresso na carreira docente” e sobre o funcionamento das “instituições de ensino superior” (Brasil, PL 7180/2014). Ou seja, não eram meramente informativos os objetivos dos PLs do

⁸⁸ Como defende Bobbio (2022), em política os conceitos são fluidos e exigem rigor, mas esse rigor não pode se dar ao ponto de acabar significando um enrijecimento analítico que impossibilite aos conceitos se relacionarem para dar conta das dinâmicas sociais. As dinâmicas de normalização da extrema-direita nacional brasileira por meio da ascensão estratégica do bolsonarismo acabam se tornando mais longe de ser entendidas se procuramos usar como referências caixinhas conceituais muito fechadas e isoladas, ainda que sejamos tentados a confundir essas possíveis simplificações engessadoras com “rigor” científico.

⁸⁹ Mas que, de acordo com o movimento, deve vir a ser desenvolvida com base em novas formas de ver e relacionar elementos e sujeitos relativos à educação como escola, professores, currículo, alunos, pais.

MESP, eles levavam a discussões bastante amplas sobre novas formas de regular a educação e sobre quais princípios deveriam embasar essas supostas inovações, conteúdo muito útil no contexto do avanço das direitas que cresciam articulando cultura e política.

Os elementos acima descritos como pautas presentes em documentos oficiais do MESP que foram sendo posteriormente apensados aos PLs mais antigos representam apenas a exposição não exaustiva de uma parte considerável das orientações para a educação nacional de um movimento que andou se constituindo numa espécie de representante na educação dos valores de uma aglutinação das direitas que foi de forma crescente trilhando caminhos antidemocráticos. Mais de uma década depois daquele movimento que teria começado de forma tímida com pais de alunos em escolas de São Paulo (segundo relatos contados por seu fundador Miguel Nagib), como se pode ver até mesmo através de pautas declaradas pelo movimento como referências para seus embates e busca de conquista da opinião pública, o leque de objetivos foi sendo ampliado para mais eficazmente servir a mais grupos de direita em seus contextos de disputa. Nesse processo, o sentido do MESP foi se tornando mais complexo, o movimento foi procurando abarcar um horizonte de antipetismo que ia se demonstrando cada vez mais extenso. Assim, em meio às guerras culturais que se desenrolavam, o movimento foi turbinando sua capacidade de representar grupos que se dedicavam ao combate de valores democráticos à medida em que até mesmo a Constituição Federal como base do nosso sistema democrático ia sendo relativizada.

Este processo de ampliação e complexificação do MESP supracitado não pode ser distanciado da percepção de que o movimento se desenvolveu ao longo dos anos com articulações dentro de um cenário também muito complexo de mudanças políticas. Nossa pesquisa nos leva a concluir que é preciso reconhecer a capacidade do MESP de, ao longo dos anos, ter encontrado formas de se expandir incorporando e relacionando em seu discurso anseios de setores da direita que congregavam interesses políticos de matizes neoliberais e neoconservadoras, os quais ajudariam a pavimentar o cenário de normalização da extrema-direita. Os grupos dispostos a ajudar o MESP a se popularizar demonstraram-se interessados em utilizar a militância em torno do Programa para turbinar a articulação entre cultura e política, aos quais parecia também interessante vir a utilizar a educação para alcançar seus planos para o país (crescimento do fundamentalismo cristão, de privatização das instituições públicas, de formação de subjetividades mais subservientes a lideranças religiosas e mais aptas a uma organização empregatícia embasada em frágeis vínculos de trabalho neoliberais etc).

Assim, com um olhar cuidadoso, é possível perceber que “formulações políticas criadas e disseminadas pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) articulam-se a um projeto

de sociedade mais amplo, que ultrapassa a pauta educacional” (Paiva, 2020, p. 105). Pode-se dizer que defensores iniciais do MESP como o fundador Miguel Nagib souberam se colocar de forma mais valorosamente funcional naquele contexto de tensões e foram oportunistas. Todavia, não podemos deixar de considerar que também o foram muitos dos políticos que usaram o MESP procurando se associar a ele em campanhas políticas ou em palanques das casas legislativas na busca de apoio popular para o crescimento das direitas. A Constituição foi sendo desvalorizada nesse processo simbiótico, ao passo em que se abriu enorme espaço para ir se valorizando a extrema-direita bolsonarista. Não podemos esquecer que era ela que estava por trás do projeto de elaboração dos primeiros projetos de lei do MESP encomendados pela própria família Bolsonaro, os quais se tornariam matrizes de outros PLs que viriam a ser apresentados em casas legislativas locais em todo o país.

Todavia, ainda que o foco deste capítulo seja o MESP (e por isso sobre ele se concentre nosso aprofundamento) para evitar em nossa análise inflar sua importância com relação ao contexto de avanço das direitas e de normalização da extrema-direita no Brasil, vale ressaltar que este movimento social conservador estava longe de ser a única fonte de debates que ganhava popularidade procurando tensionar o texto da Constituição Federal naquela conjuntura do pós-2013. A investida de setores reacionários no campo político brasileiro (não em formato de rompimento explícito com a democracia representativa, mas forçando o estabelecimento de novas orientações que, embora contestáveis, deveriam ser embasadas em lei⁹⁰) acabou gerando discussões que colocavam pressão sobre o poder e a legitimidade do campo jurídico no que diz respeito à defesa de uma democracia embasada na Constituição.

Desse modo, a credibilidade do campo jurídico nacional e sua capacidade de se colocar como um pilar de garantia da democracia naquela conjuntura de crise e de ascensão das direitas também vinha sendo contestada por pesquisadores, jornalistas e parte da população que via ameaças sobre a Constituição de 1988, e não sabia onde isso poderia parar (Avritzer, Marona, 2017). Esse debate também se intensificou desde a severa decisão de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff por conta de pedaladas fiscais. O fato acendeu desde aquela época uma discussão sobre se afastar uma presidente por esse motivo não se caracterizava como algo abusivo e o Brasil não estaria se encaminhando para um momento tenebroso do ponto de vista democrático onde estaria ocorrendo algo preocupante como uma politização do direito ou uma

⁹⁰ Como já explicitado anteriormente, essa tentativa de normalização, dentro do debate público, de discursos que outrora seriam vistos como ameaça à democracia, é algo bem característico de uma quarta onda de extrema-direita que estava ocorrendo no Ocidente, conforme Mudde (2019), onda dentro do qual a experiência do Brasil com o bolsonarismo, respeitadas suas idiossincrasias assim como as de outras experiências em outros países, pode ser entendida como parte.

judicialização da política. Essa tensão acabou resultando em um processo que viria a receber a confirmação também em julgamento de segunda instância no ano de 2023, que foi injusto mover um impeachment contra a presidente na época e lhe atribuir dolo por conta de pedaladas fiscais (Falcão, 2023).

Tal investida na esfera política após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016 se acentuaria e levaria a esfera do direito a sofrer grande pressão. Sobretudo por ela ter que se posicionar a todo momento diante de uma agenda que implicava em uma série de reformas no país (reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma do Ensino Médio, reforma administrativa etc.), as quais para também ser levadas adiante forçavam discussões sobre alterações na Carta Magna de 1988.

Assim, no cenário em que o MESP se expandia contribuindo para a normalização da extrema-direita no Brasil, a Constituição foi sendo alvejada por disparos que vinham de muitos pontos diferentes. As direitas antipetistas que se revoltariam contra Dilma levando-a ao *impeachment* queriam um outro país para gerir politicamente, ele não se enquadrava na Carta Magna. A construção desse outro país esbarrava em textos constitucionais referendados em 1988. Muita força política era colocada nessa direção, buscando-se a construção de novas pavimentações à direita mediante reformas.

Na prática, as reformas dos caminhos do país que as direitas forçavam precisavam antes ir “reformando” o texto constitucional para abrir legalidade para os caminhos propostos. A CF era tensionada por muitas discussões diferentes e de certo modo simultâneas, não exatamente organizadas em uma fila, o que gerava amplos debates nacionais e muita polêmica. Era nessa conjuntura que o próprio MESP tentava se estabelecer também como mais do que um objeto que inflava militância, como uma pauta produzida por pessoas que, como seu fundador Miguel Nagib, queriam que ele seguisse avançando até uma aprovação no parlamento federal com sanção presidencial. Para fins de nossos objetivos de pesquisa, é necessário levar em consideração que esta configuração tensa, com o avanço do MESP, ajudou a intensificar a polêmica e jogar mais visibilidade na discussão sobre inconstitucionalidade ou não dos textos que compunham seus projetos de lei e que propunham alterações sobre o funcionamento da educação nacional. Havia um enorme poder de militância de princípios que agradavam às direitas e à extrema-direita na interdiscursividade presente no discurso do MESP, mas também havia, para pessoas como Miguel Nagib, mais expectativa acerca da possibilidade de que projetos de lei do MESP fossem aprovados e ganhassem legitimidade para intervir fortemente, de forma mais específica, no campo da regulamentação da educação nacional.

Assim, o conteúdo do ESP, desde que surgiram seus primeiros PLs em 2014, foi se tornando cada vez mais conhecido em todo o país já que o movimento foi aproveitando o crescimento político com apoio popular das direitas em ascensão nacional, as quais exerciam cada vez mais pressão sobre o campo do direito para que este atuasse por meio de decisões que representassem a satisfação de seus interesses internos plurais, ainda que isso implicasse também em crescimento da extrema direita. A discussão sobre inconstitucionalidade do conteúdo dos projetos de lei que apontavam para orientações explicitadas pelo MESP se desenvolvia com este pano de fundo tenebroso. Ao mesmo tempo em que se tornavam mais conhecidos, os projetos de lei do ESP, cada vez mais analisados por mais pessoas, tiveram que lidar de modo crescente com a ameaça de virem a ser definitivamente barrados por se chocarem com valores educacionais explicitados na Constituição Federal Brasileira de 1988. Ou era isso ou o que sobrava era os parlamentares que estavam envolvidos em várias batalhas ao mesmo tempo conseguirem força para alterar a Constituição a favor do MESP, até mesmo competindo atenção com outras pautas que eram apresentadas como reformas mas que percorriam caminhos de aprovação que já traziam amplos desgastes para as direitas em ascensão, como a reforma da previdência, a qual geraria ampla insatisfação popular aumentando para mais o tempo mínimo para homens e mulheres de se aposentarem no país.

Dessa forma, o MESP se estendia aproveitando a estrutura de oportunidade política de expansão de redes que apoiavam o movimento e acabavam de certa forma se confundindo com ele. Entretanto, ao mesmo tempo em que ele denunciava um sistema educacional que supostamente havia sido aparelhado para representar os interesses de grupos de esquerda que eram os adversários políticos das direitas em ascensão, ele também mais se expunha para os seus opositores se tornando alvo de críticas e tendo que disputar espaço com outras pautas das direitas, as quais por sua vez poderiam desgastar o suporte popular alcançado por esses grupos se o investimento nelas fosse muito concentrado em militância e não em manobras rápidas e intensas para aprovação. Como veremos adiante, o choque do MESP com o STF tanto estava se tornando inevitável que acabou ocorrendo e trazendo impactos.

4.3 Meados de 2020: o MESP se choca com o STF

Como escrito anteriormente, mais cedo ou mais tarde, alguma interpretação definitiva sobre o que os PLs do ESP representavam no âmbito do Direito tendia a se confirmar de modo hegemônico, fosse a de aval para continuar crescendo ou a de impossibilidade de serem levados adiante enquanto estratégia inviável do ponto de vista constitucional. Isso tendia

a ocorrer, ainda que um dia essa discussão precisasse chegar até o Supremo Tribunal Federal (STF), o que de fato acabou acontecendo. Embora a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 tivesse gerado expectativa positiva para os apoiadores do MESP, em 2020, segundo ano da gestão do presidente de extrema direita, em meio à crise institucional onde o país se encontrava, a qual se misturava com recessão econômica e crise sanitária em decorrência da pandemia de Covid-19, o STF julgou inconstitucional um PL do MESP. E não foi algum que havia sido apresentado em nível federal, mas justamente um que havia sido aprovado em uma casa legislativa local: uma lei estadual de Alagoas inspirada nos escritos do Escola Sem Partido (Alagoas, 2016). Considerando que o MESP está sendo abordado nesta tese como um movimento social conservador que se expandiu de forma oportunista servindo às direitas e sendo servido por ela em uma conjuntura específica que diz respeito a um cenário amplo de confronto político, é necessário que pensemos de forma mais refinada sobre o que representou, para além de barrar um projeto de lei específico, esta decisão do STF de julgar inconstitucional o supracitado PL do Estado de Alagoas.

O julgamento que decidiu pela inconstitucionalidade se deu no dia 21 de agosto de 2020 por nove votos a um. Embora o STF já tivesse imposto derrotas a leis municipais que tratavam da abordagem de temas ligados a gênero e sexualidade nas escolas, a referida lei de Alagoas intitulada “Escola Livre”, “além de estadual, possui abrangência mais ampla ao citar a possibilidade de ‘doutrinação’ de forma genérica e sem estar limitada a um tema específico”, um resultado que doravante passaria a indicar “o entendimento do tribunal sobre esse tipo de legislação”, conforme reportagem da UOL publicada no mesmo dia (Amorim, Oliveira, 2020).

É possível concluir que a decisão do STF abriria o precedente jurídico para se barrar qualquer projeto de lei com conteúdo similar ao do MESP, ainda que nem se mencionasse o nome do Escola Sem Partido, fosse como movimento ou Programa. Isso porque a lei do Estado de Alagoas apenas possuía conteúdo similar aos projetos de lei que levavam o nome do Escola Sem Partido. Ela não fazia menção literal ao nome do movimento fundado por Miguel Nagib em 2004, nem no título e nem no teor. Considerando que naquele cenário as discussões sobre a constitucionalidade ou não daquilo que o MESP defendia tomavam proporções maiores depois que o movimento foi se tornando cada vez mais conhecido a partir de 2014, provavelmente a decisão de tentar se aprovar uma lei que o representasse sem utilizar o seu nome já era uma forma estratégica de atuação para o movimento nacional tentar alcançar esse pequeno avanço localizado em um dos entes da federação desviando-se temporariamente dessa discussão sobre constitucionalidade.

Todavia, opositores do movimento detectaram que o conteúdo da lei era embasado no que o ESP defendia em projetos de lei que explicitavam seu nome. A discussão sobre esse projeto que tentavam aprovar a nível estadual, ou seja, sem depender de alteração do texto constitucional, foi então parar no STF. O julgamento final do caso em 2020 culminou com o resultado indicando a impossibilidade de aprovação do PL por conta do choque do conteúdo com princípios constitucionais. Como já destacamos anteriormente, isso não permitiria a um ente federativo autonomia para decidir aprovar este tipo de PL, ao contrário do entendimento que o próprio MESP divulgou em sua militância. Esta decisão do STF, portanto, abriu o precedente jurídico para que projetos embasados em pautas do ESP, ainda que nem sequer portassem o nome dele, como foi o caso da referida lei do Estado de Alagoas, passassem a ser previamente barrados por conta de inconstitucionalidade.

Dessa forma, ocorreu um duro golpe sobre uma estratégia de ação importante do repertório do movimento. Mas... é preciso refletir sobre a complexidade disso tudo! Existem diferenças entre afetar uma estratégia de ação de um movimento, acabar com um movimento, acabar com um Programa, levar pessoas a desistirem de uma estratégia de militância de pautas que para elas são caras e levá-las a desistir das próprias pautas e princípios que o grande discurso do MESP foi agregando e procurando distribuir de modo interdiscursivo com sua militância estimulada em todo o país.

O MESP, como explicitamos até aqui, é complexo. Movimento de denúncia que acaba se configurando como Programa para adaptar um discurso em formato de PLs. Ele foi oportunista, mas também foi usado de forma oportunista. Pressionou estruturas da democracia buscando apoio popular e de parlamentares para se fazer ouvido, o que fez tentando relativizar no imaginário social a importância da Constituição Federal, ao mesmo tempo em que divulgava que seu conteúdo, ao invés de atacar a CF, visava cumpri-la. Surgiu e cresceu como oposição ao governo do PT. Tornou-se inviável juridicamente quando já não fazia mais oposição porque na presidência estava um dos seus principais apoiadores, o político de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro. Durante essa trajetória, a qual se deu em um momento muito conturbado e de convulsões sociais do próprio Brasil, o MESP foi se alargando para acomodar e interligar conteúdos que agradavam às direitas e foram ajudando a normalizar a extrema-direita no debate público nacional. Cientes de toda esta complexidade, faz-se necessário refletir sobre o que significou sua inconstitucionalidade a partir de 2020. Todavia, vamos por partes.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que a decisão gerou por parte da oposição ao MESP um certo clima de otimismo. Isso não era algo difícil de ocorrer, haja vista que a decisão do Supremo chegou a ser noticiada na própria mídia como algo que representava o fim do ESP

(Reis, 2020). Vale ressaltar que os adversários da extrema-direita que ascendia na onda das direitas permaneciam, tantos anos depois de 2013, com menos capacidade de comunicação com as massas do que o bolsonarismo, ainda que este tivesse saído da oposição para se tornar situação, o que levava as esquerdas a entender o quanto o acionamento de obstáculos burocráticos de natureza jurídica para frear avanços bolsonaristas seriam preciosos. Baseando-se em fake news ou não, fato é que opositores do PT permaneciam sabendo se comunicar melhor com a população na era das redes sociais (Rocha, 2023). Freios ao bolsonarismo dentro da esfera do Direito tornaram-se motivo de farta comemoração, pois diante da dificuldade de retomar apoio popular com a ascensão das direitas, para a esquerda mais reduzida aos procedimentos burocráticos, o campo do direito foi se tornando um campo de esperanças.

Esse otimismo das esquerdas teria sido fortalecido ainda pelo fato de também ser publicado na mídia que, no *twitter* do MESP, Miguel Nagib declarou um dia depois deste julgamento do STF que chegava ao fim sua participação no movimento e cessava naquele dia a atividade dos canais do ESP que estavam sob sua responsabilidade (UOL, 2020). A notícia poderia soar como se o fundador do movimento estivesse ajudando a encerrar uma luta que ele tanto havia desejado ganhar. Era como se o treinador de um lutador de boxe tivesse jogado a toalha no ringue após um golpe muito forte que seu pupilo levou. Aparentemente, alguma luta estava acabando. Mas, qual delas? A do discurso do MESP voltada especificamente para regulamentar educação nas instituições de ensino ou a de todos os princípios que o MESP ajudava a popularizar carregando na sua interdiscursividade e que eram tão atraentes para setores das direitas? A de todas as pessoas das direitas prioritariamente envolvidas com o MESP? A específica de Nagib à frente dos canais de comunicação do MESP? A da família Bolsonaro? A luta ligada à tentativa de neoconservadores, neoliberais, fundamentalistas cristãos e pessoas de extrema-direita, de influenciar a educação nacional? Desistia-se de influenciar a cultura a partir de valores que vinham sendo propagadas de forma tão expansiva pelo MESP em reverência a uma decisão do Supremo tribunal Federal? São perguntas muito difíceis de responder e que possuem uma abrangência enorme. Pelas palavras de Nagib noticiadas na mídia, chegava ao fim sua participação à frente do MESP e os canais que ele dirigia não mais funcionariam. Mas...seria isso verdade? E caso assim ocorresse, o que isso também significaria?

Sabe-se que cabe a cientistas sociais não olhar para dados coletados como se eles fossem simplesmente autoexplicativos (Fernandes, 1997)⁹¹. Nesse sentido, é importante

⁹¹ É preciso realizar o exercício de tentar vê-los para além das primeiras aparências, o que a todo instante nos impele a ter cuidado ao procurar enxergar os significados das ações de agentes sociais em contextos de disputa.

destacar aqui que aquela não foi a primeira vez que Nagib anunciou esse tipo de decisão da sua parte. Em julho de 2019 (cerca de um ano, portanto, antes de ter ocorrido esse julgamento do STF supramencionado), dizendo-se cansado de esperar por parte dos parlamentares federais o apoio e a urgência que acreditava que os PLs ligados ao MESP mereciam no Congresso, Miguel Nagib já tinha anunciado o fim das atividades do Escola Sem Partido (Basilio, 2019). Todavia, como se pode perceber pelo fato de nos embates de 2020 na conjuntura do julgamento do STF o MESP ainda estar bastante ativo nas redes, o fim que havia sido prometido em 2019 não aconteceu. Podemos dizer que, após aquele primeiro anúncio de fim das atividades ocorrido em julho de 2019 (o qual para situarmos melhor no tempo e no contexto é válido destacar que aconteceu pouco mais de seis meses depois do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro na presidência do país), atividades do movimento chefiado por Nagib “voltaram” a ser divulgadas em seus sites oficiais⁹².

De qualquer forma, o fato é que, ao Nagib repetir esse tipo de anúncio em 2020, precisamos nos perguntar o que isso pôde significar para os rumos do MESP a partir daquele momento onde o STF publicizou sua decisão sobre o conteúdo. Deveríamos interpretar isso como um fim de verdade para o movimento ou uma reação estratégica diante de uma dura alteração na estrutura de oportunidades políticas que o movimento encontrou? Não passou o movimento a se deparar com uma novo e potente obstáculo que poderia neutralizá-lo se ele não procurasse sobreviver a partir de uma remodelagem do seu próprio repertório de ação? Isso precisa ser pensado, haja vista que as pautas defendidas pelo movimento não deixariam de ser relevantes para as direitas que já estavam permaneciam ativas dentro do governo do presidente Bolsonaro.

Embora um obstáculo como um julgamento do STF que decidiu pela inconstitucionalidade do conteúdo proposto pelo movimento não seja um detalhe para o andamento dos PLs, não se pode ignorar o peso da capilaridade que este já havia alcançado no território nacional ao longo desses anos de tensão no país e de estímulo à aprovação de leis em casas legislativas locais. Tampouco se pode ignorar a sua já anteriormente mencionada capacidade ir se abrindo, ampliando inclusive os números de páginas de seus projetos de lei

No exercício sociológico de compreensão muitas vezes o olhar, para chegar mais longe, necessita estar atento a sutilezas.

⁹² Ou, ao invés de se dizer que elas voltaram, talvez faça mais sentido simplesmente interpretar que posteriormente o movimento não se preocupou em deixar transparecer que, na verdade, elas nunca tinham acabado. Embora, por algum possível motivo estratégico, Nagib, naquele contexto de julho de 2019, achou que seria interessante dar a entender publicamente que isso aconteceria.

posteriores (Oliveira, 2019) para representar de modo mais abrangente ideologicamente interesses de um grande bloco de direita em ascensão no país⁹³.

Processos sociais complexos, os quais se desenrolam envolvendo diferentes esferas nas sociedades modernas, podem apontar a existência de motivações que ultrapassam os objetivos de um grupo social específico, configurando um cenário nebuloso para análise. A busca por entendê-los pode levar a uma conclusão de que é possível que eles se desenvolvam dentro de contextos onde interesses de diferentes grupos estejam passando a convergir a partir de afinidades, o que pode contribuir para que eles se fortaleçam mutuamente passando a caminhar juntos (cf. Weber, 2004).

Somos, assim, ainda mais instigados a ressaltar que o ESP precisa ser problematizado como mais do que um Programa educacional proposto por políticos por meio de projetos de lei. Ele representa um “ponto nodal, uma fixação de sentidos dentro de uma formação mais ampla de discursos conservadores sem limites claros” (Salles e Silva, 2018, p. 170) que ganharam força em anos recentes no Brasil. Sendo estes sentidos propagados mediante discursos de grupos que, ligados a diferentes setores da sociedade, em grande medida se alinham e se fortaleceram em conjunto contra adversário(s) em comum, dentro de um processo de confronto político (Tilly, 2008).

Desse modo, neste processo de confronto político, até que ponto as ações de propagadores interessados nestes discursos revelam que eles teriam passado a se sentir dispostos a abrir mão de pautas e princípios defendidos pelo MESP porque teriam chegado à conclusão, em reverência ao entendimento e à decisão da Suprema Corte do país (STF), de que esse conjunto seria realmente inconstitucional e de que essa condição tiraria dele legitimidade enquanto objeto de militância? A redução do poder de intervenção e regulamentação da educação por parte do Estado em detrimento da instituição “família” seria abandonada? A tendência à defesa de princípios religiosos do fundamentalismo cristão como pontos de referência para valores educacionais seria abandonada? A possibilidade de se pensar uma escola capaz de formar pessoas menos críticas para servir ao mercado e em uma perspectiva neoliberal exacerbada ao ponto de ensinar a chamar de “comunismo” qualquer menor sinal de contestação ao mercado seria abolida? O desejo de se educar crianças e jovens fortalecendo perspectivas nacionalistas mais fechadas e críticas de influências culturais globais, a ânsia de se fortalecer uma cultura onde perspectivas ligadas a identidades sexuais e de gênero não binárias venha a

⁹³ Bloco de direita que que possivelmente por apresentar tantos projetos diferentes simultaneamente para mudar o Brasil, não tinha disposição para garantir ao ESP, na prática do cotidiano de embates políticos no Congresso Nacional, a prioridade e a urgência desejadas pelo seu fundador, Miguel Nagib.

ser rechaçada reforçando-se assim papéis tradicionais de homens e de mulheres, tudo isso que já dialogava com o crescimento do MESP no cenário de guerras culturais e normalização da extrema-direita viria a ser repensado e abandonado?

O que é fato é que projetos de lei do Escola Sem Partido (que pode ser entendido categoricamente como um movimento social conservador conforme Agrikoliansky; Collovald, 2014; Pleyers, 2019) tornaram-se inviáveis a partir da decisão do STF que julgou inconstitucional em 2020 o PL supracitado de Alagoas. Mas, também é fato que em uma perspectiva de movimento atuando em um cenário de confronto político (Tilly, 2008)⁹⁴, mais especificamente, em um cenário amplo das guerras culturais (Hunter; Zanon, 2022; (Melo; Vaz, 2021b) e de complexidade institucional⁹⁵ capitaneadas pela extrema-direita que fazia crescer sua popularidade angariando apoio do povo, pode-se dizer que o MESP já havia cumprido um importante papel no avanço das direitas no Brasil pós-2013. Não custa lembrar que “[o] universo social é o lugar de uma luta para saber o que é o mundo social” (Bourdieu, 2004, p. 116). Assim, surgem “pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo [...],” pessoas que fazem isso “manipulando as palavras e, através delas, os princípios da construção

⁹⁴ Ainda que Charles Tilly, autor cujas bases teóricas passaram a ser muito estudadas pelos teóricos contemporâneos dos movimentos sociais conservadores, nunca tenha abandonado a premissa de que “os movimentos sociais não podem ser entendidos sem sua configuração estrutural e suas relações com o ‘processo político’” (Bringel, 2012, p. 49), longe disso se tornar um obstáculo para um rico diálogo que ajudasse a gerar novos ajustes com ganhos teórico-analíticos para sua obra, o próprio “Tilly contribuiu para essa autocrítica. De fato, ele sempre buscou, nas interações e nas relações sociais as chaves de interpretação do que podemos considerar um ‘estruturalismo relacional’” (ibid. p. 50). Todavia, ainda conforme o comentarista supracitado, a teoria de Tilly, no que tange aos movimentos sociais, pode ser aperfeiçoada a partir da incorporação de alguns elementos cada vez mais importantes na atualidade, como uma maior problematização acerca do espaço das lutas. Para Ancelovici e Rousseau (2009), a contribuição resultante do esforço de Charles Tilly para continuamente desenvolver uma teoria que procurou se demonstrar capaz de abordar de forma sempre atual os movimentos sociais permanece inspiradora para pesquisadores do tema. Todavia, estes autores estão de acordo que ela continua precisando ser reajustada mesmo após a morte do Tilly. Apesar das constantes reformulações que o sociólogo norte-americano fez em vida no sentido de absorver da melhor forma possível críticas advindas sobretudo da virada cultural na sociologia, as quais forçaram uma maior abertura da teoria para considerar o peso de aspectos simbólicos em processos contenciosos, para os comentaristas supracitados, é preciso que esta escola de pensamento siga pensando cada vez mais como não se prender a um modelo rígido de caracterização do Estado e da política. O que para os autores pode se dar através do aperfeiçoamento de um modelo que vá se demonstrando mais apto a pensar o Estado como uma instituição menos homogênea, abordando-o como algo constituído por teias de poder que se originam de diferentes partes da sociedade e a elas estão ligadas, mesmo que muitas delas possam se encontrar em contradição dentro do funcionamento estatal.

⁹⁵ De acordo com Ancelovici e Rousseau (2009), na prática, a complexidade institucional que perpassa a sociedade diz respeito a várias instituições que se relacionam com a forma como o poder é distribuído na vida social, como a família, a igreja e o Estado, por exemplo. Estes autores acabam propondo aproximações entre a teoria de Tilly e a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, pois defendem que sentidos e discursos produzidos por atores que perpassam campos diferentes da sociedade carregam a força social resultante de disputas de outros campos para dentro do campo político e acabam reforçando, por meio da política, o poder relacionado com as disputas ocorridas nos campos de onde estes atores se originaram e se consagraram antes de serem alçados ao campo político.

da realidade social” (ibid, p. 121-122). Nesta pesquisa, é possível concluir que a inconstitucionalidade, que não pegou nem mesmo o fundador Miguel Nagib de surpresa, foi entendida como um obstáculo aos projetos de lei, mas não contribuiu em grande medida para que grande parte do que o MESP carregava em sua interdiscursividade deixasse de ser objeto de militância por parte de uma vasta rede das direitas que permaneceu ajudando a normalizar a extrema-direita em detrimento da democracia brasileira, como ressaltaremos adiante.

4.4 O MESP é inconstitucional segundo o STF: mas, quem se importa com o STF?

Por mais que, como já apresentamos anteriormente aqui, o MESP possua um germe de autoritarismo e censura em sua proposta de educação que muito lembram uma influência de um modelo educacional da ditadura civil-militar, vale a pena utilizar as lentes de Cas Mudde (2022) sobre as características da quarta onda de extrema-direita no Ocidente para se pensar sobre como se criaram estratégias sobre o movimento. Não é só uma questão de estabelecer algo autoritário por uma via autoritária, o pano de fundo da quarta onda está ligado à construção por caminhos que parecem democráticos. Trata-se agora de discutir, tensionar, tentar estabelecer o sentido do que é ou não constitucional, consolidar sobre o MESP um entendimento que o faça soar como algo legalmente amparado pela Constituição Federal, representando-o não como uma afronta à democracia, mas como uma espécie de expressão e realização desta.

Quando se analisam com calma fontes produzidas pelo próprio movimento, é possível deduzir que seu fundador, desde o passado, preparou-se para convidar pessoas a avaliar negativamente aqueles que viessem a julgar inconstitucional o MESP. Não é possível dizer com segurança que Miguel Nagib foi pego realmente de surpresa em 2020 e a partir daí ter ficado desorientado com o julgamento do STF. Vale lembrar que, advogado de formação, o homem apontado como criador do MESP já tinha, dois anos antes desta decisão por parte do STF, produzido e publicado no ano de 2018 o seu próprio “parecer sobre a constitucionalidade” (Nagib, 2018) do Escola Sem Partido. Um texto que mescla linguagem do direito com esforço didático para falar com pessoas comuns que continha dezenas de páginas. Por meio dele, no entender de seu autor, seria possível demonstrar a legitimidade jurídica e democrática daquilo que o movimento defende. Na prática, essa iniciativa de Nagib visava usar a suposta constitucionalidade do conteúdo para estimular grupos políticos a buscar aprovações de leis representando o movimento em estados e municípios amortecendo a construção por parte da oposição de futuros entraves jurídicos. No primeiro parágrafo do parecer supracitado ele afirma:

[a]naliso no parecer baixo as principais objeções à constitucionalidade dos anteprojetos de lei do Movimento Escola Sem Partido que vêm sendo apresentados como projetos de lei em diversas assembleias legislativas e câmaras municipais do país. Espero, com isso, poder contribuir para a rápida tramitação e aprovação desses projetos, bem como para a defesa das leis respectivas, cuja constitucionalidade venha a ser questionada perante o Judiciário (Nagib, 2018, p. 1).

O entendimento do STF divulgado em 2020 destoa do entendimento jurídico dos defensores do Escola Sem Partido conforme parecer publicado por Nagib em 2018? Fato! A militância em torno das pautas do MESP cumpriu historicamente uma função importante no crescimento das direitas e normalização da extrema-direita em todo o país no cenário de ascensão do bolsonarismo? Fato! Considerando estas duas premissas, já podemos supor que apoiadores do MESP não estariam dispostos a desistir rapidamente dos princípios que defendiam após interpretação diferente por parte do STF em 2020. Não só pela preparação de Nagib para este momento com a publicação do parecer pela constitucionalidade em 2018 (Nagib, 2018), mas até mesmo pelo tanto que o MESP ao longo dos anos havia se ampliado para abrigar e envolver diferentes temas ligados à guerra cultural movida pelas direitas, seus apoiadores estavam predispostos a concluir que o Escola Sem Partido estava certo e se alguém precisava ser contestado, esse alguém era a maioria dos ministros do STF que estariam se equivocando. Assim, a legitimidade de quem julgaria o MESP inconstitucional é que tenderia a ser questionada, não a do MESP que carregava pautas e princípios de uma visão de mundo que eram caros a seus apoiadores em contexto de ascensão das direitas que abria espaço no Brasil para uma reascensão da extrema-direita em formato de bolsonarismo. Importante perceber que, mesmo a inconstitucionalidade do MESP julgada pelo STF poderia servir para uma militância no processo de normalização da extrema-direita crescer, haja vista que contribuiria para atacar indiretamente a Separação entre os Poderes da democracia com o estímulo à contestação ao órgão de máxima autoridade e poder deliberativo do Poder Judiciário, o STF.

Como já explicitamos até aqui, a extrema-direita ia sendo normalizada em meio a um avanço de direitas no Brasil que diz respeito a uma aliança de um grupo plural (Gentile, 2020). Esta direita plural, simpática ao Movimento Escola Sem Partido e disposta a usá-lo ideologicamente para propagar princípios que fortaleciam e poderiam popularizar perspectivas de mundo que lhes interessava a partir de sua *interdiscursividade*, além de demonstrar diferentes prioridades entre pautas consideradas de direita na atual conjuntura do Brasil (flexibilização de leis trabalhistas, facilitação de compra de armamentos, ampliação de poder para o fundamentalismo religioso neopentecostal, concentração de terras e de poder para o aumento

da margem de lucro do setor do agronegócio etc.), ligava-se pelo antipetismo e por um desejo de conseguir desmantelar, para além do PT, toda uma estrutura burocrática do Estado brasileiro capaz de barrar seus anseios e respaldada na Constituição de 1988. Nesse sentido, para alguns desses grupos que apoiavam o ESP como algo secundário em seus interesses militantes, a utilização de uma frustração quanto à impossibilidade dos PLs do MESP serem aprovados e implementados a partir de agosto de 2020 poderia talvez ter um impacto mais proveitoso e imediato se isso fosse canalizado como combustível contra a legitimidade do Poder Judiciário no Brasil do que a própria aprovação dos PLs.

Dessa forma, os PLs do MESP poderiam virar carta fora do baralho das direitas e da extrema-direita no Brasil, mas não o aproveitamento desse sentimento de que os ministros do STF não eram confiáveis e erravam. E a melhor forma de tentar popularizar essa ideia negativa sobre o STF era desdenhar a suprema corte em redes sociais, jogando a população, que outrora foi eficazmente convidada a odiar o PT, a ver com mais clareza que havia um outro problema na estrutura política brasileira que precisava também ser odiado e superado, pois sem isso, ficava difícil para o governo de Jair Bolsonaro conseguir representar os interesses da maioria da população em detrimento de uma minoria que havia se apossado do Brasil, como ele se propunha dentro do aspecto populista de sua propaganda ideológica (Lynch; Cassimiro, 2022; Castro, 2022).

Uma organização das ideias sob esta lógica discursiva negacionista acerca da legitimidade do STF ajudaria a manter aquecida não as propostas mais específicas do MESP relacionadas à legalização de uma censura a professores e a materiais didáticos (censura que vale lembrar não era claramente assumida e nem adjetivada assim nos PLs do movimento), mas a carga interdiscursiva que era propagada junto com o discurso mais específico do MESP de regulamentação da educação. Para grupos que apoiavam o movimento, isso era o que mais interessava ser justificado e normalizado no conteúdo associado aos PLs do MESP. Nesse sentido, permaneceria existindo, de modo difuso, uma militância em torno do conteúdo nas guerras culturais para que as pautas e princípios amalgamados outrora pela militância em torno do MESP pudessem seguir penetrando na sociedade por meios estratégicos que, diferentemente de um projeto de lei, não poderiam ser facilmente barradas pelo Supremo. Vale lembrar que, para isso, setores das direitas e a própria extrema-direita poderiam aproveitar a estrutura de oportunidades políticas que surgiu com a ascensão do governo Bolsonaro, haja vista que

[a]s “estruturas de oportunidades políticas”, que se tornaram um fator explicativo central na ciência política dos movimentos sociais, não existem na realidade como estruturas dadas e imóveis, mas sim como produto de uma série de ações e interações

realizadas por vários atores sociais. Portanto, é preciso estudar como se produzem estas estruturas de oportunidades políticas, como certos atores contribuem para mantê-las e como outros tentam mudá-las⁹⁶ (Pleyers, 2019, p. 117, tradução nossa).

Antes de avançar, permitam-me organizar entendimentos centrais até aqui sobre o MESP: ligado a um crescimento de forças neoliberais e neoconservadoras que têm se expressado como uma tendência de anos recentes não só no Brasil, mas no mundo ocidental, o Escola Sem Partido, é abordado aqui como um movimento social conservador (cf. Pleyers, 2019) que se iniciou no começo do século. A partir da década passada ele se tornou mais forte (com a criação da estratégia dos PLs pela família Bolsonaro em parceria com seu fundador), mais amplo (com o refinamento do discurso que foi compondo novos PLs em busca de justificar melhor seus objetivos, o que implicou em uma maior carga de interdiscursividade com maior potencial representativo do avanço dos grupos antipetistas do país) e mais capilarizado (com a estratégia de tentar aprovar PLs em diversas casas legislativas locais sob a justificativa de que ele cumpriria a Constituição ao invés de ser inconstitucional, o que o tornou mais conhecido e turbinou sua militância), com pessoas interessadas nele disputando e alcançando cada vez mais espaço dentro do funcionamento do Estado em meio a um cenário tenso de complexidade institucional (cf. Ancelovici e Rousseau, 2009) que além de representar uma aglutinação de uma direita plural que avançava em popularidade, representou uma janela de oportunidade de normalização de uma extrema-direita no país. Quando Bolsonaro chega à presidência em 2018 isso não significa um domínio absoluto de uma extrema-direita no Brasil, apenas o avanço dentro de um domínio relativo de uma complexidade institucional em uma democracia tensionada. Em meio a essa complexidade institucional o ESP foi declarado inconstitucional em 2020.

No esforço de seguir o rastro de vias analíticas da pesquisa que se colocam a partir da fundamentação teórica neste capítulo onde o Movimento Escola Sem Partido é abordado de forma central, deve ser dito neste momento que a complexidade institucional supramencionada nos desafia a procurar entender, enquanto pesquisador de caminhos e agentes que contribuíram para o avanço da normalização da extrema-direita no debate público nacional, outras possibilidades de construção da articulação entre cultura e política que acabaram se tornando viáveis após o julgamento de inconstitucionalidade dos PLs. Em outras palavras, pode-se afirmar que o Estado não é um bloco homogêneo, já que nele atuam forças oriundas de

⁹⁶ No original: “Las ‘estructuras de oportunidades políticas’, que se volvieron un factor explicativo central en la ciencia política de los movimientos sociales, no existen en la realidad como estructuras dadas e inamovibles, sino como el producto de una serie de acciones e interacciones realizadas por varios actores sociales. Por lo tanto, hay que estudiar cómo se producen estas estructuras de oportunidades políticas, cómo ciertos actores contribuyen a mantenerlas y cómo otros intentan cambiarlas” (Pleyers, 2019, p. 117).

diferentes campos sociais que muitas vezes disputam por espaço no campo político (cf. Ancelovici e Rousseau, 2009). Por isso, forças ameaçadoras da democracia podem continuar em alguma medida usando uma carga discursiva muito próxima da que era usada em torno da militância para aprovação de PLs do MESP, ainda que contraditoriamente isso em alguma medida se choque com o STF e seja feito a partir também de grupos abrigados dentro do próprio âmbito estatal no governo de Bolsonaro. Faz-se necessário portanto, ir para além do campo das conjecturas e colocar hipóteses à prova através de dados. É o que passamos a fazer a partir de agora nesta última seção deste capítulo.

Pesquisando sobre o comportamento de apoiadores influentes do MESP entre 2014 a 2020 descobrimos que Olavo de Carvalho, ideólogo influente no bolsonarismo e apoiador assumido do ESP falecido no ano de 2022 por conta de COVID-19, disse algo digno de atenção para este ponto de nossa pesquisa em vídeo publicado no *youtube*⁹⁷ já no ano de 2018. Desaprovando a empolgação daqueles apoiadores que procuravam aproveitar a força que as direitas vinham demonstrando naquele ano eleitoral em que também se buscou de modo intensivo a aprovação de algum PL do ESP na Câmara Federal, o líder da ala olavista do governo divulgou outro entendimento sobre qual deveria ser o comportamento da militância do MESP naquela conjuntura. Para Olavo, naquele momento era precipitada a tentativa de estabelecer na sociedade os valores do Escola Sem Partido implementando-os por meio de uma lei oriunda de decisão no parlamento que levaria o nome do movimento. Seu receio era o de que uma lei, ainda que aprovada por maioria na Câmara federal, não viesse a “pegar” no dia a dia das vidas das pessoas, pois ele achava que sem isso, ainda que com lei do MESP aprovada, não haveria alteração profunda sobre o funcionamento das instituições de ensino.

Em outras palavras, para Olavo de Carvalho, mais do que uma lei no papel, princípios e valores defendidos nos PLs do MESP vigorando na sociedade dependiam verdadeiramente era do envolvimento de pessoas comuns dispostas a exercer vigilância. Na sua avaliação, em 2018 ainda era muito cedo para se esperar essa postura ativa e de engajamento por parte da população. Muito focado na temática das guerras culturais como parâmetro para o êxito de sua própria militância, tema que ele próprio ajudou a importar dos Estados Unidos fazendo adaptações para o Brasil (Melo; Vaz, 2021b), defendia que a empolgação de muitas pessoas que apoiavam os PLs escondia a falta de percepção delas de que, mais do que um PL, o que estava em jogo era uma “guerra cultural”. Para ele, antes de se gastar uma ficha aprovando um PL ainda se precisaria fazer um trabalho de muitos anos para a maior parte da sociedade

⁹⁷ Carvalho, Olavo de. Aviso ao Escola sem Partido. Publicado em Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>. Acesso em: jan. de 2023.

brasileira ser convencida de que o Programa Escola Sem Partido desempenhava um papel necessário nesse tipo de confronto de ideias que viria a reorientar o país rumo a uma transformação.

Interessante para nossa pesquisa essa percepção de Olavo de 2018 sobre o caminho ideal para o MESP, o que para ele deveria se dar se desenrolando das batalhas jurídicas e legislativas de fato para a intensificação de caminhos que garantissem mais comunicação e apoio da população. O que mostra que, em 2018, o pensador bolsonarista via muita relevância na militância do MESP e um papel importante a ser desempenhado pelo movimento em meio à ascensão das direitas, mas a própria aprovação de fato de um PL do MESP ele considerava como algo menos importante do que aquilo que a militância sobre o MESP poderia gerar socialmente. Para o autoproclamado filósofo, as direitas precisavam primeiramente focar em configurar uma situação na qual grande parte da sociedade, além de desejar defender as pautas e princípios do Escola Sem Partido, deveria se envolver com ele ao ponto de se colocar voluntariamente disponível para fiscalizar e combater no cotidiano das escolas a suposta doutrinação de esquerda que estaria tão naturalizada na educação nacional, como defendia a militância do MESP nas partes em que seus PLs falam de forma mais específica sobre regular a educação. Mais do que uma aprovar precocemente um PL do MESP no campo jurídico, seria insistir mais em militância das pautas do próprio MESP o que seus apoiadores precisariam fazer. A grande vitória para as direitas nessa perspectiva de Olavo seria o ganho de apoio popular para suas causas, não a capacidade de aprovar um projeto do MESP, haja vista que isso seria só consequência da mobilização da vontade popular de uma sociedade que estava sendo moldada dentro de um processo de guerra cultural que possuía um tempo de maturação para os frutos a serem colhidos. Fica claro que nesse tipo de perspectiva, se os PLs do MESP são impossibilitados de avançar dois anos depois, como ocorreu após a decisão do STF, o maior problema seria seus apoiadores pararem em absoluto de militar de alguma forma em defesa do conteúdo, já que não era de fato momento para sua aprovação.

Esse posicionamento de Olavo nos permite entrever que, para alguns grupos bolsonaristas, a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2020 seria só um começo de um projeto de consolidação de poder que deveria implicar na realização de um projeto civilizacional sobre a sociedade brasileira. Não era para a aprovação de seus próprios projetos de lei, mas para esse grande projeto civilizacional que deveria servir a militância do Movimento Escola Sem Partido. A temática das guerras culturais não era simples cortina de fumaça, era base para este projeto.

Embora a quarta onda de extrema-direita no Ocidente, cujo bolsonarismo seria um exemplo de acordo com Mudde (2022), tivesse como característica a defesa de suas pautas enquanto algo válido no debate público a partir de dentro do próprio funcionamento democrático, sua força para fazer isso em última instância não era assegurada pelo direito. Ideólogos como Olavo de Carvalho tinham convicção disso. A força da extrema direita para se fazer válida e normalizada no campo do funcionamento da democracia era embasada e buscada cada vez mais em apoio popular. Vale lembrar que, segundo o autor supracitado, essa é uma visão de mundo de uma parte da extrema direita conhecida como direita radical, a qual foca através de sua militância em formar maioria, porque para ela a democracia é assegurada essencialmente através disso. Assim, na prática isso seria suficiente para legitimar qualquer governo que não se demonstrasse disposto a garantir direitos de minorias, a respeitar separação entre Poderes da república e o próprio Estado de Direito.

Para além das informações relacionadas com a ala olavista do bolsonarismo, outros dados que circulam na *internet* também chamam a atenção e nos ajudam a captar posturas de apoiadores do MESP depois da decisão do STF em 2020. É possível constatar que outros setores de base do bolsonarismo saíram expressando considerações que podem nos fornecer pistas para pensar sobre essa conjuntura. Ainda que não mencionem diretamente o MESP, publicações em redes sociais apontam para uma tensão onde conhecidos apoiadores do MESP de diferentes setores da base bolsonarista tentavam articular cultura e política contra um STF que supostamente precisaria sentir a pressão popular para ser dobrado no sentido de disponibilizar-se a dar mais respaldo jurídico a anseios que poderiam propiciar avanço à extrema direita sobre a democracia.

É possível detectar que, em fatias deste espaço ligadas a atores que transitam ao mesmo tempo no campo político e no campo religioso representando uma visão fundamentalista cristã, por exemplo, foi se tornando comum uma contestação bem agressiva acerca da legitimidade do próprio STF para legislar sobre diversos assuntos. Os dados que serão demonstrados doravante evidenciam mais claramente que para estes setores reacionários não haviam pautas desarticuladas, pois elas não eram tratadas como objetos de militância que resolveriam problemas isolados e pontuais. Poderiam parecer caóticas e bagunçadas as ações, mas parecem, quando analisadas sob um olhar mais cuidadoso, caminharem na mesma direção: partes de uma mesma guerra cultural que visava trazer cada vez mais suporte popular para o projeto civilizacional das direitas sobre a sociedade brasileira.

Lembrando aqui angústias relatadas no capítulo que deu início a esta tese, estamos falando de um momento onde crises se apresentavam e se intensificavam de forma intercruzada

dentro do governo Bolsonaro. O avanço da extrema-direita se alimentava da construção de uma configuração caótica que lhe permitia manejar cada ponto de militância como parte constituinte de uma grande guerra cultural que poderia remodelar o país sob os apetites do bolsonarismo (Rocha, 2023), a partir de uma transformação que não se baseasse em pura ação autoritária de políticos criando leis distantes e acima do povo, mas em uma ameaça à democracia que, contraditoriamente, contasse com apoio popular (Mudde, 2022).

Vejamos, por exemplo que no *twitter* do deputado federal e pastor evangélico Marco Feliciano, grande apoiador do Escola Sem Partido, no dia 07 de abril de 2021, dois *posts* dele produzidos que geram manifestações de apoio de seus seguidores chamam a atenção neste sentido. Vamos ao primeiro:

Figura 14 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugere que o Supremo Tribunal Federal é quem destrói a Constituição Federal.



Fonte: *twitter* oficial do deputado federal Pastor Marco Feliciano.

Analisando a data, sete de abril do ano de 2021, para se entender a conjuntura onde o *post* foi feito com o comentário logo abaixo da seguidora do pastor e deputado bolsonarista, percebe-se que a produção da postagem já é posterior à inconstitucionalidade do conteúdo do MESP julgada pelo STF. Ela remete ao contexto pandêmico de Covid-19 no qual o STF não havia se manifestado a favor de relativizar a quarentena para reconhecer o direito às igrejas cristãs de abrirem suas portas para receber fiéis presencialmente. Ou seja, uma tensão estava posta e era usada para alvejar o STF. Incomodava a setores fundamentalistas cristãos que a abertura das igrejas e o funcionamento normal destas dependesse de uma decisão de uma instituição do campo do direito brasileiro, ainda que se tratasse da Suprema Corte do país. Para parlamentares representantes da base religiosa neoconservadora de apoio a Bolsonaro como o pastor Marco Feliciano, ainda que dentro de um contexto de intensa crise viral no planeta que colocava como imperiosa para segurança social no Brasil um forte *lockdown* que levava comércios, escolas e universidades a serem proibidos de oferecer atendimento presencial para se evitar aglomerações, a população supostamente deveria saber por meio de suas redes sociais e apoiar a ideia de que não caberia ao STF proibir os religiosos em todo o país de se reunirem presencialmente.

Este entendimento expressado em tuítes de Feliciano revela uma tentativa de fazer com que brasileiros apoiem uma ideia que ameaça a laicidade do Estado no Brasil, a de que se as instituições religiosas não recebessem um tratamento diferenciado das demais instituições da sociedade por parte do STF naquele contexto, este estaria agindo de forma abusiva, portanto, não constitucional. Ou seja, a liberdade para que, no caso das igrejas cristãs, os próprios religiosos decidissem se abriam durante a pandemia deveria ser ratificada pelo STF, independente de que outros grupos e instâncias da sociedade deveriam obedecer a proibições do Supremo. Importante perceber que essa perspectiva dos fundamentalistas religiosos da base bolsonarista diz muito não sobre o que é a Constituição em um Estado laico, mas sobre o que eles acreditam e querem que a maioria da população acredite que ela deve ser, o que em grande medida revela um avanço do neopentecostalismo no cenário político brasileiro.

Vale lembrar que o discurso do MESP havia se ampliado ao longo dos anos, levando-o a carregar mais claramente uma interdiscursividade com enorme potencial representativo e amalgamador de princípios que favoreciam a diferentes grupos do avanço das direitas no Brasil. Assim, para além do choque aberto com o STF em busca de desqualificá-lo na opinião pública, preceitos contidos nos PLs do MESP estão sendo contemplados nesse post em que Feliciano apresenta uma visão sobre o STF, como prevalência dos valores religiosos

sobre os valores definidos pelo Estado e a ideia de que a liberdade individual está sendo ameaçada por um Estado que precisa ter seus campos de ação e de decisão diminuídos.

Merece destaque a agressividade manifestada por Marco Feliciano com relação a decisões do STF quando o deputado procura dar a entender na imagem publicada que a Constituição brasileira sendo esfacelada por uma máquina trituradora de papel simboliza bem o “STF trabalhando”. O parlamentar pastor, dessa forma, para além de uma denúncia de um caso em si, aproveita-se da conjuntura de revolta do público religioso que ele se dispõe a representar e procura ratificar e universalizar a ideia de que o próprio STF não tem legitimidade para dizer o que pode ser ou não constitucional, haja vista que o STF trabalharia, em sua concepção, esfacelando a Constituição brasileira. Assim como Nagib (2018) procurou virar o jogo discursivo ao seu favor quando defendeu em seu parecer que o MESP já era constitucional e a aprovação de seus projetos cumpririam direitos constitucionais, Feliciano procurava construir a ideia de que o STF que havia barrado o MESP não era o guardião da Constituição na nossa república, mas o algoz dela. Representando o autoritarismo do Estado sobre o indivíduo e a falta de respeito às suas convicções religiosas, o órgão máximo da judiciário dentro da estrutura estatal na prática seria uma instituição ameaçadora da Constituição, o que a deixaria sem crédito para decidir sobre assuntos religiosos usando a Constituição como parâmetro. Esse tipo de tentativa de angariar apoio popular contra o STF poderia servir para desestabilizar o princípio de Separação entre Poderes como base estruturante da democracia brasileira e inflar o poder Executivo no sentido de se criar suporte popular para transformar o sistema Judiciário em um puxadinho dos interesses do governo Bolsonaro.

Outro *post* (e dois comentários de seguidores) realizado pelo pastor e deputado bolsonarista nesta mesma rede social nos ajuda a perceber como o pastor e apoiador do Escola Sem Partido avalia a relação entre constitucionalidade e Supremo Tribunal Federal no Brasil. Percebe-se que sua intenção é usar sua rede social para relativizar a seriedade de decisões do Supremo e realçar no imaginário social a ideia de que as decisões dos ministros que compõem a Casa são completamente subjetivas, arbitrárias e sem respaldo legal de fato:

Figura 15 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugere que o Supremo Tribunal Federal é arbitrário ao interpretar a Constituição Federal.



Fonte: *twitter* oficial do deputado federal Pastor Marco Feliciano.

Ora, se defensores da democracia desde o fim da ditadura civil-militar costumam dizer que a defesa dos princípios da Constituição Federal de 1988 é um parâmetro inquestionável para se buscar garantia de estabilidade social e uma solidez democrática alicerçada nos fundamentos da justiça que devem orientar a sociedade de um país, tentar massacrar incessantemente em redes sociais a imagem da instituição responsável por resguardá-la serviria aos interesses da parte da extrema conhecida como direita radical, a qual defende a existência da democracia como vontade da maioria, ainda que sob condições que não se sustentem em um Estado de Direito (Mudde, 2022). Quando alguém representa a Constituição

conforme o deputado bolsonarista e apoiador do Escola Sem Partido faz na postagem acima, expressando-a como algo que é definido ao bel prazer dos ministros do STF, coloca-se desse modo tanto o STF, enquanto instituição, quanto tudo aquilo que este anunciar como decisão embasada na Constituição como algo pueril e sem valor para o povo brasileiro. Caracterizando bem a quarta onda de extrema-direita no Ocidente, O fato ilustra como se normalizam, contraditoriamente, ataques à democracia em nome da democracia e por dentro do funcionamento democrático.

Dois dias depois, este deputado federal, apoiador do MESP, detentor de um papel de destaque dentro do segmento neopentecostal e grande aliado do presidente Jair Bolsonaro sugeriu que o STF representava uma ditadura, o que poderia ser provado caso algum “colega parlamentar” ousasse desafiar a instituição. Ora, ao publicizar isso em sua rede social com milhares de seguidores e sendo uma referência no campo da política no meio fundamentalista cristão, pode-se afirmar que Feliciano procura instigar no imaginário social a ideia de que, aquele que desafia o STF não apenas está sob risco de uma ditadura, mas já estaria se opondo a uma ditadura. Assim, nesta lógica discursiva, quem se opõe ao STF se opõe ao autoritarismo e está do lado certo da história, do lado da democracia, um lado que se encontra sob risco, ameaçado pela própria instituição constituída por pessoas que não teriam zelo pelas questões constitucionais. O bolsonarismo não é neofascista, ele não defende claramente uma ruptura com a democracia e uma falta de crença em um poder que parta do próprio povo, ele na verdade é sutil, faz parte de um tipo de extrema-direita que encontrou meios de atuar na sociedade corroendo a democracia por dentro dela, como um parasita que dela se alimenta e por isso a debilita sem a ele interessar sua destruição por completo (Lynch; Cassimiro, 2022).

Ao pé da letra, é relevante pensar o que o tipo de mensagem que Feliciano tenta passar por meio deste post significaria. Pessoas da extrema-direita brasileira, saudosistas da ditadura civil-militar, procuravam naturalizar em meio à população a ideia de que a jovem democracia brasileira, cujo marco jurídico seria a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual abriu bases legais para o fim da ditadura civil-militar que oprimiu a sociedade brasileira por mais de duas décadas, funcionaria como uma ditadura respaldada pelo STF contra o povo. Uma caracterização de Feliciano como parte da base fundamentalista cristã de Bolsonaro enquanto parte das direitas que cresceram a partir de 2013 mas não considerando-a ao mesmo tempo como parte da própria extrema-direita fica inviável aqui, pois encontramos um ponto da normalização das ideias de extrema direita onde as coisas se mesclam implodindo a possibilidade de uso de caixas conceituais muito rígidas para nossa análise. O comentário de

um seguidor do pastor abaixo do post reforça a ideia de Feliciano mencionando a possibilidade de pessoas serem presas por se oporem ao STF. Observe, portanto a imagem abaixo:

Figura 16 - Parlamentar ligado ao Escola Sem Partido sugerindo que o Brasil se encontra sob uma ditadura do Supremo Tribunal Federal.



Fonte: *twitter* oficial do deputado federal pastor Marco Feliciano.

Considerando o contexto do bolsonarismo no qual os eventos discursivos se desenrolam, a insistência do pastor e deputado federal supracitado deve ser entendida como mais do que desabafos, uma ação política no cenário de guerras culturais e reascensão da extrema-direita que permanecia procurando, no contato possibilitado pelas redes sociais, apoio popular para avançar. Não obstante a virtualidade na comunicação, é esta mesma condição que lhe traz vantagem para o exercício potente de uma militância por meio de um canal que foi se demonstrado bastante eficaz para realizar uma comunicação rápida com seu público,

permitindo ao religioso em questão por exemplo, assim como a outros militantes, alcançar rapidamente com suas mensagens um grande número de pessoas de ponta a ponta no país.

Considerando o peso de Marco Feliciano dentro do campo neoconservador brasileiro, sua proximidade com o presidente Bolsonaro e seu envolvimento com as chamadas pautas morais (inclusive com a defesa de um modelo de educação pautado pelos valores cristãos e sendo ele em sua trajetória enquanto parlamentar um apoiador assumido do Escola Sem Partido), podemos afirmar que esta sequência de imagens retratando *posts* em ataque ao STF nos ajuda a refletir sobre o grau de despreço que apoiadores do MESP estavam dispostos a expressar depois de 2020 sobre o reconhecimento acerca da legitimidade do STF (enquanto instituição máxima de poder jurídico inserida na estrutura do campo do direito na república brasileira) de declarar algo inconstitucional.

Como se sabe, o segmento fundamentalista cristão representa apenas parte dos apoiadores do MESP que, não obstante o julgamento de inconstitucionalidade do conteúdo presente em seus PLs, demonstrou, em suas manifestações em redes sociais, forte disposição de colaborar com ações dentro dos jogos de poder que fossem capazes de ajudar a dar continuidade na militância de princípios e pautas que foram oportunamente carregadas pelo movimento. O que pôde ser percebido durante esta pesquisa é que, a depender do grupo de base bolsonarista, isso pôde assumir diferentes feições e estratégias.

A continuidade da mobilização dos princípios ligados ao crescimento das direitas, muitos destes presentes nos PLs do MESP, por vezes poderia ser confundido até como uma continuidade de militância de pontos mais específicos acerca da regulamentação da educação brasileira do próprio MESP, ainda que de forma relativamente velada. Ou seja, em algumas manifestações que encontramos nesta pesquisa de alguns setores das direitas nas redes sociais ocorridas depois do julgamento realizado pelo STF⁹⁸ no ano de 2020, por vezes, o que faltava para caracterizar uma continuidade de militância mais específica do próprio MESP parecia ser só a falta mais clara da menção ao nome do movimento. Isso foi o que detectamos, por exemplo, na atuação de grandes *think tanks* nacionais no mundo virtual, os quais, em meio a *posts* que promoveram em defesa de modos de pensar a economia em moldes neoliberais foram encontrando também formas de militar a favor de um modelo de sociedade que, para ser alcançado, necessitaria de mudanças no campo da educação. Em consonância com as pautas expressadas em documentos oficiais do MESP, isto faz com que estes *think tanks* considerem

⁹⁸ Importante lembrar aqui que, como já foi destacado anteriormente, o próprio PL do estado de Alagoas que teve seu conteúdo julgado inconstitucional pelo STF não fazia qualquer menção de forma direta e literal ao Escola Sem Partido (ver Alagoas, 2016).

que a educação tem de fato problemas enraizados, quase que exatamente os descritos pelo MESP, manifestando-se de forma sistêmica na sociedade brasileira.

Em vídeo publicado, por exemplo, na página do *facebook* do Instituto Von Mises Brasil no dia 22 de abril de 2021, Hélio Beltrão Filho, fundador deste *think tank* e o presidente do Observatório que leva o mesmo, em meio ao anúncio de uma série de cursos, deixa claro que o Instituto que em sua página de apresentação se autodefine como uma Organização Não Governamental (ONG) tem de fato o objetivo de “alcançar mais gente, em mais lugares, gente mais diversa, aonde quer que que elas estejam” possibilitando cada vez mais “vender o ideal de liberdade” e causar influência também “nas ciências econômicas e sociais”⁹⁹ (Instituto Mises Brasil, 2021). Antes de avançarmos, uma pausa para definirmos com uma pouco mais de especificidade o Instituto Von Mises Brasil e seu fundador, pois isso ajuda a pensarmos melhor como muitos elementos ligados a tendências das direitas como fenômeno transnacional que afeta o Brasil não são absolutamente caóticos e estavam potencialmente interligados e se preparando para serem maturados já antes do início do século XX e da chamada quarta onda de extrema-direita no Ocidente (Mudde, 2020). Nesse sentido, vale destacar que

[a] entidade de ativismo político do chamado libertarianismo com influência austríaca de Murray Rothbard (Instituto Von Mises Brasil), teve como fundador, o empresário do grupo Ultra, Hélio Beltrão Filho que também está entre os fundadores do Instituto Millenium e é filho de Hélio Beltrão, ex-ministro da ditadura civil-militar (das pastas de Planejamento, de 1967 a 1969, da Desburocratização, de 1973 a 1982) (Casimiro, 2020, p. 92 – 93).

Este *think tank*, cujo nome já faz alusão a um dos maiores economistas neoliberais do planeta e tem como fundador uma pessoa ligada a uma rede de *think tanks* que ajudava a popularizar e veicular ideias de direita no Brasil desde a década de 1980, como já se podia esperar, publica por vezes nesta mesma página textos defendendo visões de educação que são verdadeiras críticas aos sistemas de ensino. É possível perceber que em grande medida estas reproduzem valores de uma retórica mobilizadora presente em projetos de lei do Movimento Escola sem Partido, já que o próprio movimento Escola Sem Partido estava entre os objetos de militância desta rede de *think tanks* que organizava fóruns presenciais e passou a alcançar cada vez mais pessoas com a amplitude do acesso à internet no Brasil.

No dia 24 de janeiro de 2021, por exemplo, a página supracitada publicou um *post* intitulado “Dica aos jovens: sejam ambiciosos e parem de perder tempo com o sistema educacional convencional”. No título, portanto, já aparece a crítica à educação como problema

⁹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/91754571355/posts/10157972309866356/>. Acesso em: 19/11/2023.

sistêmico, algo classificado como sem valor para os jovens, uma espécie de perda de tempo. O texto que qualquer um pode ter acesso ao clicar no *post* critica o fato de a educação no país ser regulada a partir de diretrizes que partem do Estado. Ele apresenta a doutrinação ideológica como fator que estaria na base desta relação e procura deslegitimar a regulamentação estatal sobre o campo do ensino ainda ao dar a entender que essa doutrinação é de cunho marxista. Há toda uma série de elementos, portanto, presentes no discurso do Escola Sem Partido.

Um olhar atencioso sobre a postagem supracitada pode também revelar vestígios de como representações sociais sobre a educação pública presentes no discurso do ESP e que foram inseridos na publicação sem que o movimento seja mencionado têm potencial para representar interesses neoliberais ligados ao mundo do trabalho. Isso nos leva a pensar como aqueles que são interessados na produção de uma sociedade neoliberal parecem cada vez mais ter entendido que este projeto pode ser mais exitoso se os indivíduos que compõem esta sociedade forem expostos a um a um formato estratégico de educação comprometido com o engendramento de subjetividades neoliberais, (Dardot; Laval, 2016). Isso fica mais claro quando atentamos para o fato de que o teor da postagem visa incitar a juventude a perder o interesse não só na escola e pelo ensino superior, mas também por empregos com estabilidade.

Assim, utilizando-se relações entre elementos ligados à educação nacional já presentes em textos produzidos pelo MESP sob um olhar de negatividade, o *post* enxerta como elemento próprio dentro de toda uma construção discursiva não original, a associação do emprego estável como algo ruim para o jovem. Isso é representado como uma verdadeira desorientação dada à juventude, algo pertencente ao universo das doutrinações de um sistema de ensino corrompido pela primazia do domínio do Estado. Ele estimula os jovens a serem mais ambiciosos e não tomarem por base o “sistema de ensino convencional cujo currículo é controlado pelo governo via MEC”, o qual estaria usando o tempo da educação só para doutrinar “com ideias revolucionárias claramente marxistas” e para tentar colocar na cabeça do estudante que a melhor coisa que eles podem desejar é passar em um concurso público ou trabalhar de carteira assinada. Avança afirmando que a “a escola e a faculdade – todo esse sistema de ensino retrógrado – estão formatadas para formar empregados, e não para criar empreendedores”. Este *post* foi publicado com a seguinte imagem:

Figura 17 - O *think tank* Instituto Mises Brasil critica controle do Ministério da Educação e Cultura sobre o funcionamento da educação no Brasil.



Fonte: página do *facebook* do Instituto Mises Brasil.

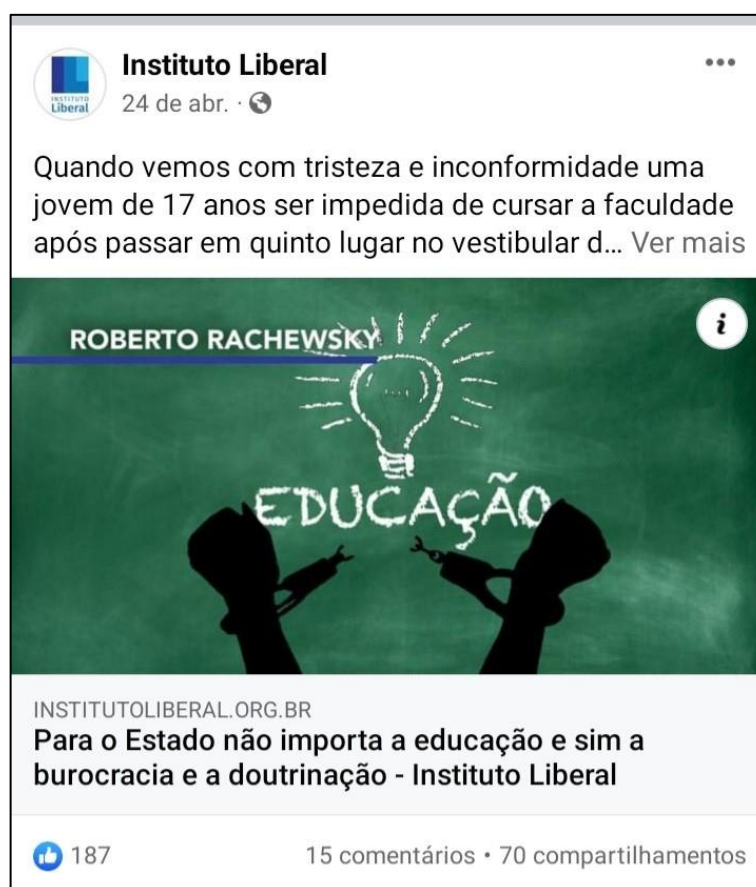
Interessante que, não só novas publicações envolvendo o tema da educação podem ser encontradas na página do Instituto, mas também algumas como esta, são de tempos em tempos republicadas. Como se termos encontrado este mesmo post republicado no dia 03 de agosto de 2021¹⁰⁰ não fosse suficiente para pensarmos sobre isso, dá para se ter uma ideia de quanto o conteúdo é considerado algo caro para os administradores da rede do Instituto, um texto cuidadosamente pensado inclusive para ser repetidamente compartilhado, quando percebemos ao analisar cuidadosamente as publicações da página que, cerca de 50 dias depois ele acabou mais uma vez sendo publicado lá¹⁰¹.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/91754571355/posts/10158178480756356/>. Acesso em: 19/11/2023.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/91754571355/posts/10158178480756356/>. Acesso em: 19/11/2023.

A atuação deste *think tank* postando visões de mundo ligadas à educação que guardam bastante proximidade com conteúdos anteriormente publicizados pelo MESP não é um caso isolado. Em nossa pesquisa também descobrimos que o Instituto Liberal, outro *think tank* nacional, em sua própria página do *facebook*, manifesta em *posts* uma militância voltada para assuntos da educação. Estas, mesmo sem mencionar o Programa proposto pelo movimento, também contém muitas referências a discursos que foram anteriormente propagados de forma clara em PLs do Escola sem Partido. Senão, vejamos:

Figura 18 - O *think tank* Instituto Liberal critica doutrinação na educação escolar no Brasil.



Fonte: página do *facebook* do Instituto Liberal.

No texto desta página de propagação de conteúdo neoliberal que pode ser acessado a partir deste *post* publicado em abril de 2021, já no título se faz menção a léxicos que chamaram a minha atenção enquanto pesquisador desta tese, como Estado, educação e doutrinação. Nele, encontram-se também enunciações claramente relacionadas com construções discursivas presentes na retórica do Movimento Escola Sem Partido, como “temos

certeza de que, para o governo, não importa a educação, o aprendizado, mas sim a burocracia, a doutrinação”.

Na ascensão recente das direitas no Brasil, fenômeno dentro do qual a extrema-direita encontrou espaço para se popularizar, grupos neoliberais de fato viram um potencial de representação de seus interesses muito grande na militância do Movimento Escola Sem Partido. O MESP procurou de fato naturalizar no imaginário social meios de questionamento e de fragilização do sistema educacional regulamentado pelo Estado brasileiro. Isso era algo louvável para que interesses neoliberais, como privatização de instituições de ensino, pudessem encontrar espaço para também se tornar mais facilmente naturalizados pela população e mais possivelmente atendidos juntos com interesses de grupos neoconservadores que apoiavam o MESP. Isso é algo que foi chamando cada vez mais à atenção quando atentamos para os conteúdos compartilhados em formato digital nas páginas de *think tanks* examinadas nesta pesquisa.

No texto que está contido no último *post* mencionado, aproximações entre um discurso mais claramente ligado aos princípios do Escola sem Partido e uma retórica que se apresenta de forma mais nítida como um aprofundamento de uma visão de mundo neoliberal para a educação podem ser percebidas quando se expressa, por exemplo, que a educação “é tão importante na vida que deveria ser proibido que o governo nela interferisse”. Esse raciocínio, que não é nada tão novo para apoiadores do Escola Sem Partido, é completado afirmando-se que a educação “deveria ser exclusivamente privada, como qualquer outra atividade produtiva”.

Ora, a educação sob a ótica deste tipo de ideologia aqui é clara e exclusivamente tratada como mercadoria, dando-se a entender que a ideia de “produção” que o autor do post tem deve ser o grande referencial para ela e que qualquer atividade que não seja gerada pelo setor privado acaba sendo improdutiva. Este é um trecho do texto, portanto, revelador e muito rico para pensar como o MESP foi uma estratégia útil e ampla para diferentes grupos de direita que parecem de certa forma ter encontrado dificuldade em simplesmente ficar de luto quanto o STF enterrou os projetos de lei do movimento de Nagib após julgar seu conteúdo inconstitucional em 2020. Assim, entendemos nesta pesquisa que os PLs se tornaram inviáveis pelo STF, mas, os princípios e as pautas que eles defendiam permaneceram servindo como bases de militância para a construção de um outro projeto de país que poderia contemplar de forma mais eficiente interesses de setores de direita inflados no bolsonarismo.

Na continuidade da análise do último *post*, é possível constatar ainda que, no decorrer do texto, o autor procura dar a entender que existem outros caminhos melhores para

as pessoas pobres e que o Estado acaba utilizando a doutrinação na educação como recurso para nivelar por baixo pobres e ricos dentro da sociedade:

[e] os pobres? Você pode estar se perguntando. (...). Pobres e ricos educados pelo estado (sic) acabam doutrinados e conformados como deseja o partido que detém o poder político. Há uma infinidade de maneiras, que prescindem do governo, pelas quais os pobres podem aprender o que é necessário para se tornarem indivíduos produtivos. (retirado da página do Instituto Liberal. Disponível em: <https://www.facebook.com/203565659785839/posts/2070243613118025/>. Acesso em: 19 de novembro 2023.

Como se percebe pelo conteúdo da citação acima, as guerras culturais não são simplesmente batalhas por pautas morais, no sentido popularmente conhecido como pautas de costumes, desconectadas das lutas relativas à desigualdade econômica. As guerras culturais no Brasil parecem muito mais interessadas em consolidar, naturalizar e reproduzir uma forma de se viver na sociedade estruturada por um conjunto de redes tecidas por diferentes desigualdades. Os ataques a diferentes grupos com representação minoritária parecem muito mais se constituir em estratégias diferentes de uma mesma guerra, que é em si excludente, eficazmente capitaneada pela extrema-direita que aprendeu a falar com o povo em uma linguagem simples e alarmista de tempos de internet que acaba ao mesmo tempo ajudando-a a se construir no imaginário social como restauradora de algum tipo de ordem ligada a uma suposta tradição. Nesse sentido, tanto o Movimento Escola sem Partido, como o próprio presidente da extrema-direita, Jair Bolsonaro, que junto com sua família o fez mais poderoso com a criação dos primeiros PLs a partir de 2014, ampliaram seus capitais políticos ao se colocarem, para diferentes grupos que valorizavam mais um tipo ou outro de desigualdade, como capazes de granjear apoio popular para ajudar a transformar a sociedade brasileira em um mundo organizado no qual várias formas de desigualdade encontrariam o seu espaço para atuar se intensificando e se naturalizando cada vez mais.

Na mesma página do *facebook* do último *think tank* citado, uma postagem realizada um mês depois desta que foi exposta acima, publicada no dia 24 de maio de 2021 para ser mais exato, lembra muito o MESP desde o *card* divulgado na imagem. Saltou aos olhos do pesquisador sua associação com o Escola Sem Partido, ainda que o nome não tenha sido de forma completa. Ele traz a imagem de uma mão escrevendo de giz em um quadro negro a frase “Escola sem Estado”. O título do texto, evidentemente, também chama muito a atenção, principalmente se considerarmos que poucos meses antes deste *post* os projetos de lei do ESP haviam sido barrados após a decisão do STF que declarou inconstitucional a lei do Estado de Alagoas feita com base no conteúdo do Programa. Ao percebermos que ele estampa a mensagem “Escola sem Estado não é um projeto é um desejo”, de imediato constatamos

aproximações com o que Olavo de Carvalho havia falado alguns anos antes quando deu a entender que cabia ao Escola sem Partido primeiro se disseminar na sociedade como ideia para só depois se avançar com projetos de lei para que ele pudesse vir a contar de fato no dia a dia na prática com o apoio da sociedade. O texto expressa que: “Escola sem Estado não é um projeto, é um desejo que deve ser acalentado na mente de todos os que têm autoestima elevada e que não querem entregar seu destino aos que não pensam.” Vamos à imagem da polêmica postagem:

Figura 19 - O *think tank* Instituto Liberal propõe “Escola Sem Estado”.



Fonte: página do *facebook* do Instituto Liberal.

Podem ser percebidas aproximações com sentidos publicizados em outros *posts* de *think tanks* já citados acima no que diz respeito a fusão entre conteúdos que expressam visões de mundo comumente propagadas pelo MESP e ideias mais contundentemente defendidas por setores das direitas. Ideias que, costumeiramente expressam de forma mais clara interesses neoliberais do que é possível se encontrar geralmente em projetos de lei em defesa do Programa proposto pelo MESP, por exemplo. O texto que pode ser acessado quando se clica no *post* diz

que “nenhuma sociedade evoluirá em todo seu potencial se não optar por algo como educação ou escola sem Estado”, sugerindo como referência para a sociedade pensar a educação a ideia de “evolução” na forma o autor do texto pensa. Ele relaciona ainda a escola pública de modo generalizado e determinista com representações ligadas a atraso, fracasso e obstáculo a uma suposta evolução social que ele defende.

Portanto, o cenário político no bolsonarismo posterior ao julgamento do STF que classificou o conteúdo do MESP como inconstitucional acaba se constituindo como um ponto de referência para se evidenciar que as batalhas das guerras culturais ligadas a disputas no campo da educação que forçavam no imaginário social visões de minimização do poder de decisão do Estado de Direito não cessaram. Na verdade, pontos de referência ideológica que eram comuns aos textos de PLs do MESP estavam bastante capilarizados dentro daquele contexto e a militância em torno deles permaneceu ativa, apenas tomando outras feições para se continuar buscando granjear apoio popular. Isso porque nenhuma apreciação do STF viria a fazer apoiadores do MESP esfriarem seus ânimos e passarem a ver o conteúdo do movimento como algo impróprio, pois os objetos de militância permaneceram sendo de interesse de setores neoliberais e neoconservadores, ajudando a cristalizar um fechamento entre as direitas que continuaria tendendo a fortalecer a extrema-direita, contribuindo para, contraditoriamente, ajudar a normalizar toda a ameaça que o bolsonarismo representava para a jovem democracia brasileira como parte do jogo democrático.

Uma análise de notícias de jornais publicadas nessa época do governo Bolsonaro em que a tensão sobre a inconstitucionalidade do MESP foi começando a se apresentar como realidade mais plausível, reforçam os entendimentos desta pesquisa acima expostos. Nesse ínterim, onde diferentes setores da direita permaneciam bem interessados em pautas e princípios outrora defendidos, de forma mais explícita ou implícita, em PLs do MESP, considerando que um assumido defensor do movimento havia chegado na presidência da república desde 2018, precisamos considerar alguns dados sobre a configuração do poder político à disposição do governo Bolsonaro. Como por exemplo, o fato de um pastor evangélico ter se tornado ministro da educação do Brasil desde 2020 (Said, 2020) e depois ter se afastado do governo perdendo o cargo após um escândalo que o levou a ser investigado por, junto com outros grandes pastores conhecidos no cenário evangélico brasileiro e da confiança de Bolsonaro, favorecer com verbas do MEC líderes políticos de cidades que estariam dispostos a pagar aos pastores que tinham influência no governo Bolsonaro. Inclusive, tornou-se muito comentado nesse emaranhado de escândalos o caso de um pastor que teria chegado a divulgar que um quilo de ouro seria o valor

por ele desejado para liberar verbas do Ministério da Educação (Pires; Shalders; Affonso, 2022).

Esse caso supracitado ajuda a evidenciar dois pontos que devem ser destacados: o primeiro é que pastores evangélicos, em esquemas onde alguns apareceram de forma explícita enquanto outros foram aparecendo mediante investigações sobre corrupção, deram muitas cartas no Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro; o segunda é que essa gerência envolveu relações financeiras movimentando valores altos em articulações que foram ocorrendo a nível de país. O envolvimento dos neopentecostais no MEC durante a gestão de Bolsonaro não expressou, como alguns analistas políticos às vezes parecem gostar de separar como interesses bem diferentes, preocupações ligadas apenas a pautas morais, de costumes.

Na sequência da busca de dados que nos ajudassem a encontrar respostas mais seguras, atentamos ainda para o cruzamento de informação importantes: no ano de 2021 uma pessoa historicamente ligada ao MESP e conhecida de setores conservadores no Brasil por sua atuação neste meio, a professora Sandra Ramos, foi contratada para trabalhar na parte de análise de conteúdos curriculares de livros didáticos como coordenadora-geral desta área no MEC (Saldaña, 2021). Vale ressaltar que na época o MEC já era chefiado pelo ministro da educação supracitado, o pastor Milton Ribeiro, o qual viria a se envolver no escândalo de desvio de verbas no ano seguinte e seria afastado do cargo. A contratação de Sandra Ramos ocorreu na mesma semana que Bia Kicis, cunhada de Miguel Nagib e deputada federal autora de projeto de lei do ESP, assumiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal - CCJC (Pompeu, 2021). Vale destacar que a CCJC é o órgão responsável por analisar em primeira mão em âmbito da Câmara quais projetos devem ou não ser entendidos como constitucionais.

Como podemos perceber, o bolsonarismo não se acouou com o julgamento de inconstitucionalidade do MESP, ele se organizou em meio à complexidade institucional do funcionamento da república para melhor disputar, se necessário até mesmo contra o Poder Judiciário, o poder de dizer o que deve ser a educação e o que deve ou não ser considerado constitucional ou ameaçador à Constituição. Portanto, observamos que, se o STF usou sua legitimidade no âmbito do Direito para classificar o conteúdo proposto pelo MESP como inconstitucional, o bolsonarismo respondeu usando a legitimidade que ele conquistou para nomear pessoas para cargos estratégicos de decisão política como meio de se posicionar lutando pelas formas como objetos do campo do direito devem ser apreciados e classificados, sobretudo no que diz respeito a avaliações relacionados à questão da inconstitucionalidade. Este fato nos leva a refletir sobre o campo do Direito não *a priori* como algo que não esteja acima do bem e do mal, mas a partir de uma visão sociológica, entendendo-o como um sistema de classificação,

e ressaltando que “os sistemas de classificação são produtos sociais e, como tais, são desafios de uma luta permanente” (Bourdieu, 2019, p. 89).

É possível, portanto, perceber que movimentações políticas à direita como estas se deram no sentido de se tentar construir oportunidades políticas. O bolsonarismo não atuava como pura verborragia cega e populista, ele buscava alcançar objetivos por meios estratégicos. Ainda que PLs do MESP tenham sido uma estratégia de militância nas guerras culturais do Brasil barrada pelo STF, pautas e princípios organizados e interrelacionados presentes no conteúdo carregado na interdiscursividade dos PLs permaneceu servindo de referência para diferentes setores de direita, tanto para se continuar em busca de apoio popular como para se criar formas de interferir em caminhos políticos e burocráticos para reformulação do país durante o governo Bolsonaro.

Nesse sentido, é importante ressaltarmos aqui o quanto a nomeação de Bia Kicis para estar à frente da CCJC simboliza a busca pela construção de estratégias que representassem anseios das direitas brasileiras e mantivessem em aberto o caminho de normalização da extrema-direita por meio do bolsonarismo. Sua nomeação abria um novo e relevante espaço de tensão e de disputa. Para se ter uma ideia disso, citemos um interessante dado de pesquisa que encontramos: uma das relatorias que como presidente da CCJC Bia Kicis distribuiu em 2021 foi concedida para Chris Tonietto, deputada federal pela PSL-RJ. Perceba como o tema era ousado: a CCJC, presidida por Bia Kicis estava colocando em pauta o *impeachment* de ministros do STF (Aguiar, 2021). Enquanto relatora da pauta, a deputada cristã bolsonarista Chris Tonietto deu parecer favorável à causa do *impeachment* de membros do STF (observem a que ponto de ataque aos ministros do STF o bolsonarismo tentava construir por meio da CCJC presidida por Kicis). Todavia, não obteve os votos necessários no parlamento para o projeto seguir adiante.

Com relação a esta relatoria concedida por Bia Kicis a Chris Tonietto, vale lembrar que, a deputada bolsonarista Tonietto é, junto com Kicis, coautora do PL 246/2019 que propõe uma versão mais arrojada do Escola sem Partido, elaborada a partir de uma bricolagem de vários outros PLs que o antecederam e apresentando propostas mais ousadas sobre o tema. Este PL potente feito a partir da aglutinação de outros que o antecederam, criado para superá-los com objetivos mais ousados, e apresentado só depois que Bolsonaro assumiu a presidência da república, ficou inclusive conhecido popularmente como Escola Sem Partido 2.0 (Paiva, 2020). Estamos falando do mesmo PL em defesa do ESP que, como mencionamos anteriormente, foi apresentado na Câmara Federal no primeiro dia de abertura dos trabalhos desta no ano de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Para finalizar este capítulo com dados sobre desdobramentos das guerras culturais bolsonaristas após o STF ter desnutrido a estratégia dos PLs do MESP em 2020, convido o leitor a verificar algumas notícias de jornais que merecem destaque nesta pesquisa, as quais se relacionam com a temática do Escola Sem Partido e ao mesmo tempo demonstram que as guerras culturais não se limitam à militância virtual, ou mera propagação verbal de ideias, mas em amplo sentido, a formas de militância que visam motivar o comportamento de pessoas para ações políticas que vão também muito além de momentos eleitoreiros, fenômeno que tem contribuído para a normalização da extrema-direita no debate público nacional. Os dados foram coletados de notícias de diferentes jornais do país. Fatos ocorridos já em 2021, no ano seguinte ao julgamento de inconstitucionalidade do conteúdo de PLs do MESP. Tratam-se de acontecimentos que se passaram em algumas escolas situadas em diferentes regiões do Brasil, os quais envolvem padrões comuns de tratamento virulento a professores que de certa forma lembram a repressão e a censura com que a educação era tratada no período da ditadura militar, como veremos doravante.

Ao problematizar sobre desigualdades sociais em uma sala de aula na Bahia, uma professora de uma escola estadual foi intimada a depor na Delegacia de proteção da Criança e do Adolescente. A aula virou caso de polícia quando a professora passou a ser acusada de ter usado “linguagem feminista” e de ter usado seu espaço como professora para ensinar pautas de cunho “esquerdista” (Alcântara, 2021). Em Mato Grosso, uma professora de escola particular foi suspensa do trabalho por três dias após ter criticado o presidente Bolsonaro em sala de aula. Como se isso já não fosse suficiente para caracterização do que estamos falando aqui, vale ressaltar que na mesma semana da suspensão da docente um helicóptero do CIOPAER sobrevoou a instituição durante o intervalo das aulas dos estudantes com um dos militares na aeronave balançando uma bandeira do Brasil como se o contexto se tratasse de uma afirmação da vitória de um suposto patriotismo que estava sendo cuidado por forças militarizadas do Estado contra a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes na escola (Barbosa, 2021). Na cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, um professor de uma escola municipal foi demitido com a intervenção do próprio prefeito após pais o terem acusado de oferecer conteúdo inapropriado para os estudantes pelo fato deste ter apresentado em sala de aula o clipe de uma música do cantor Criolo (chamada “Etérea”, disponível na plataforma do *youtube*), como fonte de inspiração para realização na sala de uma discussão sobre diversidade. Neste caso de Criciúma, não bastasse o engajamento particular do prefeito da cidade para a demissão do professor, o chefe do executivo ainda gravou e publicou um vídeo dele no qual fala que não será permitida “viagem em sala de aula” e ainda conclamou os pais a atuarem mais em

comunicação com a prefeitura, como ocorreu nesse caso, denunciando professores das escolas da cidade que saíssem da linha (Martendal, 2021).

O ano de 2022, último do primeiro mandato do governo Bolsonaro também não passou ileso a casos de influência do Escola Sem Partido no funcionamento de escolas públicas do país. Em junho daquele ano, uma denúncia de um blogueiro bolsonarista motivou a demissão de Osvaldo Neto, um professor de sociologia de uma tradicional escola particular de Goiânia. Acusado de doutrinar crianças estimular ódio à polícia e amor a bandidos pelo influencer de extrema direita que à época já era pré-candidato a deputado, o professor foi desligado da escola que alegou que ele não cumpriu um código de conduta da mesma que “veda manifestações políticas, partidárias ou ideológicas no ambiente escolar” (Braga, 2022). Ou seja, uma direção de escola que acha normal divulgar que acredita de verdade que ela funciona de forma absolutamente neutra no seu dia a dia, sem que o comportamento de qualquer pessoa seja motivado por qualquer tipo de ideologia ou de orientação política. E o que o professor teria feito para ser criticado pelo blogueiro e demitido pela direção da escola? O docente ensinou como resolver uma questão em sala de aula que continha uma tirinha de André Dahmer, um artista famoso por ter conteúdos que já foram utilizados em concursos públicos e até mesmo no ENEM. A questão problematizava a violência policial dentro de um contexto mais amplo de crise da segurança pública em São Paulo. A demissão do professor não foi revertida posteriormente, não obstante aos protestos dos alunos que ocorreram nos intervalos das aulas durante aquela semana da polêmica.

Encerrando os exemplos e aproveitando para evidenciar como a influência dos princípios do ESP sobre o funcionamento da educação escolar não se limitou a instituições privadas ou públicas só de administrações municipais e estaduais, vale ressaltar o que aconteceu no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) nos meses de junho e julho de 2022. Após organizar junto com alunos a confecção de cartazes para protestos contra a decisão do governo Bolsonaro de bloquear 14,5% do orçamento destinado ao funcionamento de universidades e institutos federais, os professores do IFSC passaram a ser sistematicamente linchados em suas redes sociais próprias e expostos em redes sociais de terceiros. Tornaram-se assim vítimas de uma iniciativa que partiu de perfis ligados a políticos bolsonaristas que procuraram lhes imputar a pecha de doutrinadores dos estudantes que também haviam participado das manifestações contra os cortes que afetariam a instituição em que estudavam (Correia, 2022).

Para não deixar nenhuma dúvida, vale salientar que todos esses fatos ocorreram sem aprovação de qualquer lei regulamentando o ESP. Pelo contrário, todos os casos aqui relatados aconteceram após PLs do MESP se tornarem inviáveis depois do julgamento do STF

em 2020. Em salas de aula pelo país, portanto, no decorrer do governo Bolsonaro, fatos ocorridos em escolas de âmbito municipal, estadual, federal e privado em diferentes localidades do Brasil indicavam a disposição dos setores de direita de seguir avançando na construção do mundo que eles achavam melhor, usando os métodos que achassem mais convenientes e eficazes ainda que isso alimentasse a extrema-direita e ameaçasse na prática a democracia brasileira. Tudo isso era levado a cabo independentemente das considerações do Supremo Tribunal Federal acerca do conteúdo do Escola Sem Partido e ainda que, para realizar intervenções embasadas no ESP, fosse necessário desafiar a Constituição Federal que, ao menos no papel permanecia, na mesma época do governo Bolsonaro, garantindo liberdade de aprender e de ensinar e de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, valores que pela lei deveriam seguir garantindo a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas no funcionamento das instituições de ensino.

Nesse sentido, o uso agressivo das redes sociais propiciava as condições para que a pressão com base na opressão orientasse a conduta daqueles que permaneciam usando princípios do MESP como referência mesmo de forma já decididamente inconstitucional. O direito só serviria como régua para a extrema direita quando a ajudasse a expandir os princípios e a fabricar os comportamentos que ela queria fazer crescer de acordo com o seu próprio projeto de sociedade. Contraditoriamente, portanto, procurava-se naturalizar ataques contra a democracia, enquanto Bolsonaro, buscando falar uma linguagem simples para alcançar eficazmente comunicação com o povo, ao fazer comparações entre a sua atuação como presidente e o comportamento esperado dentro de um campo de futebol, seguiu até o último ano do seu mandato repetindo que, diferente dos seus adversários, ele jogava “dentro das quatro linhas da Constituição” (Moliterno; Varella, Reis, 2022).

Nesse sentido, a estratégia da criação dos primários PLs do MESP por iniciativa da família Bolsonaro em parceria com o fundador do movimento Miguel Nagib é um marco importante para a construção de um processo de normalização da extrema-direita nacional no debate público brasileiro. Como o MESP ampliou o seu discurso carregando uma interdiscursividade crescente, o que se refletiu no aumento do número de páginas dos seus PLs que iam sendo elaborados (Oliveira, 2019), ele foi oportunista e ao mesmo tempo oportuno no cenário de guerra cultural das direitas, onde a extrema-direita encontrou espaço para crescer. A confusão feita pelo movimento com relação à constitucionalidade do conteúdo que defendia também ajudou a expandir o processo: ele relativizou a importância da Constituição Federal quando deu a entender que estados e municípios tinham autonomia para decidir sobre algo que dependia de alteração na Constituição ao mesmo tempo em que deu a entender que os estados

e municípios que assim agissem estariam cumprindo a Constituição já que o conteúdo do MESP foi por eles defendido como constitucional, necessário e urgente (Nagib, 2018). Como demonstrado neste capítulo, mesmo considerando que os PLs foram impedidos por parte do STF anos depois de serem aprovados, é preciso reconhecer que eles se constituíram em um forte objeto de militância que ajudou a agregar as direitas brasileiras que avançavam politicamente com o desafio de não se fragmentarem correndo o risco de acentuarem suas diferenças em meio à sua pluralidade. Em diferentes espaços de militância das direitas percebe-se que a defesa de pautas associadas ao movimento seguiu tensionando bases democráticas constitucionais mesmo após os PLs terem sido definitivamente entendidos como inconstitucionais em 2020 pelo STF.

No capítulo seguinte, será analisado como pautas e princípios que outrora foram tão intimamente associados à militância em torno do Movimento Escola Sem Partido acabaram sendo conduzidos mediante uma outra forma estratégica de normalização da extrema-direita que servia ao avanço das direitas em ascensão, a qual, diferentemente do MESP, nasceu não como um movimento de oposição a um governo que estava posto contra as direitas, mas como um recurso a ser desenvolvido como instrumento funcional dentro do próprio governo de Jair Bolsonaro: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A ampliação do olhar do pesquisador e seu redirecionamento com concentração em um outro campo de coleta de dados para esta tese visa melhor captar, em meio ao desenrolar das guerras culturais, uma via de busca de fortalecimento de uma base de apoio popular para o fenômeno das direitas em ascensão que, por sua vez, abria espaço para a extrema-direita bolsonarista se normalizar e tentar se consolidar no cenário político nacional após a chegada de Bolsonaro à presidência em 2018.

5 A EXTREMA-DIREITA SE TORNA SITUAÇÃO: O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO BOLSONARO

Localizar as falas e posicionamentos de Damares Alves à frente do MMFDH no espectro de um campo-religioso conservador não está no todo equivocado, mas é insuficiente, entendemos, para uma análise conjuntural dos referentes históricos que ela mobiliza em seu discurso. Essas associações produzem sentido, mas não dão conta da complexidade do cenário em que Alves emerge como ator político detentor de um capital simbólico que extrapola os limites do que poderia ser chamado de religioso. Como ativista política de causas do campo evangélico, ela levanta pautas que vão muito além do espectro do conservadorismo, agenciando debates que traduzem sua aliança com o projeto neoliberal bolsonarista, aquele através do qual ela chegou ao poder (Rodrigues, Falcão, 2021, p. 58).

Dando sequência aos objetivos da tese, o presente capítulo representa uma continuidade e ao mesmo tempo uma mudança no que até aqui foi produzido. Ainda problematizando disputas de sentido ligadas à uma visão idealizada sobre o tema da educação em meio às guerras culturais, nele se permanece investigando como a extrema-direita foi fazendo disso um meio de intensificar seu processo de normalização dentro da democracia brasileira. Todavia, existem diferenças de direção e de ênfase a partir deste capítulo da tese, pois no centro debate sobre guerras culturais e normalização da extrema-direita, coloca-se agora o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado por Jair Bolsonaro. Para que isso fique claro desde já, convido-os a entender esta mudança a partir de dois outros pontos de referência.

O primeiro ponto de referência, marca uma alteração no foco no que diz respeito à atuação militante dessa extrema-direita que se expressa por meio de guerras culturais. Uma mudança que diz respeito à temporalidade e conjuntura. Neste capítulo da tese, olhar do pesquisador começa a se concentrar de fato no bolsonarismo saindo do lugar da oposição no jogo das disputas políticas e assumindo uma posição situação no país com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

Como a estrutura interna do governo do presidente eleito Jair Bolsonaro foi formada por vários ministérios que estiveram durante quatro anos sob sua autoridade enquanto Chefe de Estado, para pesquisar algo que se adequasse para a composição dos capítulos finais da tese que até aqui já vinha sendo desenvolvida, um recorte temático e espacial no que tange às múltiplas capacidades e possibilidades de agência do governo Bolsonaro precisou ser realizado. Por isso que se pode dizer que, conectado com o primeiro ponto de norteamto supracitado, o segundo diz respeito ao locus de atuação da militância de extrema-direita em ascensão sobre conteúdos relacionados com disputas no âmbito da educação que serviram para normalizar a extrema-direita em formato de guerras culturais. Assim, como resultado de uma ampliação do olhar do

pesquisador sobre guerras culturais que relacionam representações sociais sobre família e educação, ajudando a alavancar a normalização da extrema-direita, é que foram desenvolvidos os dois últimos capítulos, os quais se voltam para entender como se situa neste âmbito um ministério do governo Jair Bolsonaro.

Na prática, poderíamos ser tentados a dizer que o foco que nos dois capítulos anteriores foi colocado de certa forma sobre o Movimento Escola Sem Partido, agora se transfere, nos dois capítulos finais, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Este órgão sendo analisado como uma aglutinação de poderes institucionais criada no governo de Bolsonaro de grande inserção nas guerras culturais sob a justificativa de que grande parte dos problemas sociais a serem discutidos por ele, de acordo com seu “Plano de Integridade”, fariam parte de seu “objetivo finalístico”, pois tudo isso poderia a partir de agora passar a ser entendido como nada mais do que uma “forma de promover os direitos humanos” (Brasil, 2019b, p. 03).

Todavia, precisamos ser mais cuidadosos e específicos nessa caracterização dos últimos capítulos desta tese. Transferir o foco para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não significa um abandono da temática do MESP, como veremos. Em meio às complexas dinâmicas que esta tese trata, essa movimentação do olhar significa muito mais uma ampliação enquanto esforço por parte do pesquisador de buscar entender possibilidades de estratégias de ação do bolsonarismo no que diz respeito às suas construções de associações entre “família” e “educação” nas guerras culturais para normalização da extrema-direita.

Como também ficará mais nítido para o leitor nas páginas seguintes, este pesquisador percebeu, no decorrer da investigação, que ocorreu no fluido avanço da extrema-direita uma grande capacidade de adaptação com relação aos lugares de enunciação que ela foi percebendo que poderia utilizar para defender, divulgar e fazer reverberar suas pautas, assim como em relação às suas formas de enunciar. Como veremos, as pautas pelas quais interessa à extrema-direita lutar em determinados momentos das guerras culturais não são as que soam como específicas de um ministério ou de um movimento social conservador, mas aquelas que possam vir a auxiliar na sua própria ascensão e normalização dentro da democracia brasileira dentro daquele momento. A extrema-direita é estratégica e incrivelmente pragmática. Recursos podem ir ficando pelo caminho, desde que a ajudem a avançar ganhando mais território. Daí sua disposição de utilizar de diferentes lugares de enunciação para propagar sua visão de mundo, naturalizar seus códigos, aperfeiçoar sua comunicação com um eleitorado que cresce enquanto ela ganha cada vez mais legitimidade junto à população e vai tentando tanto

consolidar-se como o grande objeto de desejo da maioria do povo quanto se representar, no imaginário da população, como a realização em si da própria democracia.

Como ficará mais claro adiante, a decisão de trazer o MMFDH para os dois últimos capítulos desta tese se relaciona com a compreensão de que forças sociais envolvidas com fluxos de normalização da extrema-direita que eram comprometidas com a trajetória do MESP (movimento social conservador que em última instância afirmava travar lutas no campo da educação porque se preocupava com a defesa da família) permaneceram (após o julgamento do STF que decidiu pela ilegalidade de seus projetos de lei) em funcionamento de modo organizado e sistemático dentro da própria estrutura estatal presidida nacionalmente por Jair Bolsonaro. Por isso o interesse de investigar, em um momento de grande crescimento da extrema-direita refletido nas urnas, ações deste ministério bolsonarista. Segundo definição presente no 3º parágrafo do anexo I do decreto do presidente Jair Bolsonaro nº 9.673, o qual criou o MMFDH em janeiro de 2019, ele possui uma estrutura à qual “compete”, entre outras obrigações, “planejar, coordenar e **executar a política de comunicação social e publicidade institucional do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República**” (Brasil, 2019c, p. 05, grifos nossos).

Para facilitar a produção da escrita sobre os resultados obtidos, os dois últimos capítulos que se seguirão foram divididos basicamente em três objetivos a ser alcançados. O presente capítulo trata dos dois primeiros, ao passo que o último capítulo foi elaborado para voltar-se de forma específica para o terceiro tópico estruturante. Primeiramente se procura entender como contextualizar de forma mais clara e profunda o MMFDH na complexidade das discussões sobre guerras culturais e normalização da extrema-direita que se relacionam com o bolsonarismo. Em segundo lugar, busca-se investigar a importância da pastora evangélica Damares Alves à frente deste ministério, problematizando o lugar a ser ocupado por ela enquanto expressão da expansão do movimento neopentecostal dentro da política, o que aponta para a caracterização deste fenômeno religioso como uma grande base de legitimação e ascensão do bolsonarismo junto ao povo. Em terceiro lugar, aquilo que será tratado apenas no segundo capítulo que põe como foco o MMFDH, o último desta tese: a análise do evento promovido pelo MMFDH que ficou conhecido como do Fórum Nacional Sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, ocorrido no ano de 2021 e transmitido pelo ministério supracitado a partir de seus canais de divulgação.

Importa destacar desde já que a escolha de deixar a análise do referido fórum como um capítulo à parte nesta tese diz respeito ao entendimento que passei ter do quanto isso poderia ser explorado como fonte de dados para esta pesquisa. Vale salientar que o pesquisador teve

acesso a este evento supracitado ao realizar sua inscrição como ouvinte naquele ano de 2021, o que garantiu além do acesso às palestras e oficinas realizadas, o recebimento por e-mail de forma direta de um livro de cerca de 150 páginas em formato digital produzido e enviado pelo próprio MMFDH. O conteúdo selecionado pelo ministério para ser publicado como livro corresponde à transcrição de palestras, resumos das discussões e deliberações que ocorreram nas oficinas, além de outras informações adicionais, como breves biografias sobre os autores e alcances das formações nas plataformas em que estas foram transmitidas. Como se verá no capítulo final, grande parte do que foi publicado no material que foi enviado ao e-mail dos ouvintes do evento revela não só a disseminação de representações no campo da educação bastante próximas às defendidas pelo na época já julgado inconstitucional conteúdo defendido pelo Movimento Escola Sem Partido, como também a percepção por parte dos envolvidos de que era hora de avançar aproveitando-se do fato de a extrema-direita ter se tornado situação com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Como no caso veiculado pelo próprio ministério em que, ao final de uma oficina que discutia efeitos supostamente nocivos na formação dos estudantes de reflexões feitas na escola sobre padronizações de comportamentos para meninos e meninas, participantes dela teriam dito que

[q]uem se posiciona é vítima de perseguição. **Hoje as instituições devem ser coordenadas com o governo que temos atualmente: um governo pró-família. As famílias precisam** ser informadas dos seus direitos legais, e que possuem direito de **interferir quando o que é ensinado não está de acordo com seus princípios e valores** (Brasil, 2021b, p. 127, grifos nossos).

Com base no que foi exposto até aqui, inclusive com uma prévia exposição de alguns dados, pode-se afirmar que os resultados sobre a relação do MMFDH com as guerras culturais de normalização de extrema-direita, os quais já começam a ser apresentados neste capítulo, foram produzidos a partir de um amplo conjunto de procedimentos metodológicos, como consulta à bibliografia específica, coleta de dados retirados de redes sociais, análise de documentos ligados ao ministério em questão, notícias de jornais e análise do material enviado pelo próprio MMFDH ao pesquisador.

Sobre o presente capítulo, penúltimo desta tese, pode-se dizer que ele se inicia a partir da retomada de problematizações lançadas desde aquele que é o primeiro capítulo de fato presente nesta pesquisa. Isso fica mais claro se lembrarmos que algumas questões nos vieram à mente a partir da problematização do *post* feito por Damares anunciando o Fórum Nacional Contra a Violência Institucional, no qual um internauta comentou que se tratava do “Escola Sem Partido entrando pela transversal”, como: por que a ministra Damares Alves menciona atos de enunciação ligados ao Movimento Escola Sem Partido sem utilizar o nome do mesmo?

Por que tantas pessoas comentaram o *post* em apoio a Damares utilizando termos também ligados ao ESP mas sem fazer menção ao próprio nome do movimento? Como seria possível pensar a educação se relacionando com as temáticas que davam nome àquele ministério considerando também a conjuntura do país e a perspectiva política que aquele órgão chefiado por Damares Alves se propunha a representar dentro do governo Bolsonaro? Em que medida MESP e MMFDH poderiam ser classificados como recursos valiosos dentro de contextos específicos, mas também efêmeros no âmbito das guerras culturais para normalização da extrema-direita? Iniciemos, portanto, voltando nossos esforços para realizar o primeiro dos objetivos do presente capítulo.

5.1 Transversalidade entre MESP e MMFDH? Avançando a partir de problematizações colocadas no primeiro capítulo

Esta seção se desenvolve a partir da retomada de forma mais clara de um ponto de partida central desta pesquisa lançado ainda no primeiro capítulo. Refletimos aqui sobre significados da ideia de uma possível transversalidade entre o MESP e o MMFDH, trazendo esta discussão para o contexto, já debatido até aqui na tese, que aponta para uma relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita no Brasil.

Lembramos então que, ainda com um território brasileiro sob efeitos da quarentena decorrente da pandemia do COVID-19, no *twitter* oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob direção de Damares Alves¹⁰², em de abril de 2021 foi publicado, um vídeo de divulgação fazia um convite para um evento que ocorreria via *internet* nos dias 27 e 28. Aberto ao público em geral, além de várias redes sociais virtuais oficiais ligadas ao governo federal brasileiro, haviam as de particulares interessados que compartilhavam ajudando a tentar fazer com que a notícia chegasse em todo o Brasil. Tratava-se de um Fórum Nacional contra a Violência Institucional.

Como se naquele contexto do anúncio, já não fosse suficiente para justificar a escolha de que tudo fosse transmitido por meio virtual a pandemia causada pelo que se tornou popularmente conhecido como novo coronavírus, a qual violentava o Brasil naquele momento e impedia aglomerações, vale ressaltar que dificilmente um evento presencial poderia ter a pretensão de conseguir reunir tantas pessoas de todo o país. É preciso perceber que a *internet* também pode ter sido estrategicamente selecionada naquele momento por ser entendida como

¹⁰² Doravante, ainda neste tópico, será dada mais atenção à importância de a própria Damares Alves ter sido escolhida para chefiar este cargo de confiança no governo Bolsonaro.

um meio eficaz de conectar mais pessoas e levar adiante valores, ideias, visões de mundo e, pode-se dizer, de governo e de redes de apoio daquilo que estava por vir. A capacidade de articulação dos grupos de direita via canais da internet em rede social para a vitória de Jair Bolsonaro alertava para isso, fenômeno que ocorreu, vale destacar, ainda depois de grande parte da imprensa ocidental ter percebido e noticiado o quanto a comunicação via *internet* havia sido importante nas eleições presidenciais dos Estados Unidos ocorridas em 2016, quando o bilionário Donald Trump se tornou presidente da república pela primeira vez (Brown, 2020).

Em anos anteriores no Brasil, provavelmente, características atreladas aos discursos daquilo que estava sendo anunciado no *post* mencionado seriam um obstáculo para que sua organização se desse com financiamento do governo e com o apoio de pessoas de confiança do presidente da república. Elementos prometidos para aquele Fórum Nacional sinalizavam mudanças pelas quais o país passava e um crescimento do poder de decisão de grupos conservadores na esfera pública nacional. Afinal, aquele evento não estava sendo bancado por uma Organização Não Governamental (ONG) ou qualquer instituição ligada à iniciativa privada como algo alternativo e realizado por *outsiders* que se diziam avessos ao campo político.

Como explicitado no primeiro capítulo desta tese, aproximações do conteúdo que, como se anunciava, seria tratado no Fórum, com o conteúdo do MESP, começaram a se tornar mais explícitas para mim quando, observando o *twitter* particular da ministra Damares Alves no mês de abril, descobrimos que ela retuitou em sua página pessoal o *post* do seu ministério, fazendo acima dele o seguinte comentário:

É hora de o Brasil inteiro discutir o futuro de nossas crianças. é hora de lutar pelo fim da doutrinação ideológica e da sexualização precoce. é hora de focar na melhoria do ensino e no respeito aos direitos humanos. Não dá mais para adiar esse debate, bora? (*twitter* oficial de Damares Alves, publicação do dia 15 de abril de 2021, grifo nosso).

A líder de um ministério com poder tão difuso como o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fez desse modo um comentário sobre o que estava procurando dar a entender que iria ser tratado no que estava sendo anunciado como Fórum Nacional contra Violência Institucional. Sem deixar claro qual ou quais instituições estavam praticando violência e seriam foco de discussão, a ministra de certo modo “jogava” a partir de seu ato de enunciação temas sérios e amplos que me pareciam ter necessidade de ser tratados com cuidado, inclusive e principalmente, se a proposta do Fórum fosse colocá-los em relação. Destaco entre estes: “doutrinação ideológica”, a “sexualização precoce”, o “ensino” e o “respeito aos direitos humanos”.

Aqui retomamos uma imagem central evidenciada do primeiro capítulo para conectá-lo com a proposta de desenvolvimento deste último capítulo. Pedimos mais uma vez atenção para a exposição deste *print* pois ele não só contém um comentário crítico no *post* de Damares como sugere que aquela ação do ministério expressa nas entrelinhas uma conexão estratégica entre ele e o Movimento Escola Sem Partido:

Figura 20 - Internauta acusa evento anunciado pela ministra Damares Alves de significar “o Escola sem Partido entrando pela transversal”.



Fonte: *twitter* particular da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

Como esta imagem, primeiramente colocada no primeiro capítulo da tese, está sendo reexposta, depois de dois capítulos já trabalhados até aqui sobre o tema, não há mais necessidade de definir o que é Escola Sem Partido. Sabendo-se que o comentário foi feito após o STF ter barrado com a alegação de inconstitucionalidade a iniciativa do movimento de tentar por meio de projetos de lei estabelecer uma pauta de censura sob a qual a educação deveria funcionar, pode-se afirmar que o autor do *post* claramente sugere que bandeiras levantadas pelo MESP, por outros meios, permaneciam sendo hasteadas. Isso estava se fazendo por dentro do funcionamento do próprio governo Bolsonaro, o que de certo modo apontava já naquela época para não só para um certo desdém que o bolsonarismo, enquanto via de extrema-direita, tinha diante de uma discussão sobre legitimidade de algo a partir do critério da constitucionalidade. Isso indicava que o próprio *modus operandi* da extrema-direita era o de seguir buscando meios estratégicos de seguir expandindo sua base de apoio popular, ainda que essa expansão dependesse da normalização de pautas que não coubessem em uma democracia liberal e entrassem em choque direto com a Constituição Federal que a rege. Ou seja, na dinâmica expansionista do bolsonarismo, as guerras culturais possuem um papel fundamental.

Nesse sentido, vale lembrar que o próprio Movimento Escola Sem Partido (MESP), ao longo de sua trajetória, soube utilizar-se de estratégias de ação que muitas vezes não expressaram objetivos tão óbvios e tão fáceis de serem identificados por seus opositores. Este lançou mão em várias situações, de formas discursivas que não só podem deixá-lo confuso de ser entendido por seus adversários, como também ajudá-lo a sensibilizar mais pessoas de públicos diferentes e assim granjear mais apoiadores.

No campo da teoria, vale ressaltar que, entre aquele que profere o ato de enunciação e o público que o escuta e é convidado a mover-se a partir da ideia, está o discurso, cujo sucesso e receptividade passam pela capacidade do orador de saber se utilizar de representações coletivas que mobilizem o grupo ao qual ele se dirige (Charaudeau, 2020, p. 37-38). Se o objetivo daquele que fala é alcançar mais grupos para conseguir mais apoio, o sucesso dessa amplitude pode ser buscado por mais de uma estratégia. Pode-se, por exemplo, tentar fazer com que o conteúdo a ser proferido pareça se conectar de forma mais harmoniosa com o que um grupo deseje ouvir em contextos específicos. Mas, também se pode buscar expressar-se de forma mais geral e abrangente para se alcançar mais do que um público específico. Para se alcançar esse segundo jeito de fazer, o que é bem característico do atual momento de expansão e naturalização do uso de redes sociais, muito válido pode ser utilizar-se de representações que se sabe estarem já mais amplamente partilhadas. Assim como ser mais apelativo para uma

relação entre emoções e senso de justiça que possa chamar mais a atenção e atrair potencialmente grupos diferentes, ainda que apelos emocionais que pareçam espontâneos possam estar previamente focados em fazer investimentos em modelos culturais que se acredita capazes de mobilizar a contestação de um alvo eleito antes do ato de enunciação ser executado (Amossy, 2020, p. 58-59; 2016, p. 125). É como se na era do compartilhamento das redes para mobilização política, a eficácia do espetáculo emotivo a ser realizado estivesse ligada a algo paradoxal: a capacidade de melhor se planejar para parecer o mais espontâneo possível.

Como se sabe, nesta tese se analisam, em meio ao cenário de caóticas guerras culturais no Brasil, estratégias que relacionam representações sociais de “família” e de “educação” e são utilizadas no processo de normalização da extrema-direita. Nesse jogo de disputa de sentido sobre o papel da escola e busca de apoio da sociedade, sutilezas que o MESP aprendeu a desenvolver ao longo de sua trajetória constituída por diversas fases precisam ser levadas em conta. É importante dar destaque ao modo como as palavras são usadas por um movimento, fazendo com que retóricas mobilizadoras sejam postas em ação a depender da estrutura de oportunidades e dificuldades com a qual o movimento se depara em cada época e as relações que este estabelece com grupos sociais diferentes (cf. Alonso, 2014). Essa dinâmica de angariamento de apoiadores depende muito também da capacidade de cada movimento de fazer circular um discurso político, sabendo também de forma inteligente melhor reconfigurá-lo. Ou seja, encontrar como melhor reagir diante dos *feedbacks* de diferentes grupos acerca do potencial de representação do discurso, já que ele pode ir sendo moldado a partir da leitura que o movimento que o profere vai fazendo em meio à complexidade dos embates sociais. Assim, é válido ressaltar: um discurso político não deve ser entendido como algo estático e muito menos se modifica apenas a partir de um ponto único de alteração como um centro no qual ele teria se originado. Então, com o objetivo de não perder de vista esse dinamismo social, pode-se dizer que faz muito mais sentido se falar em diferentes lugares de fabricação do discurso. Em outras palavras,

[u]ma das características de todo discurso social é circular no interior dos grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração. O discurso se difunde, dá voltas, estica-se, fica à deriva, transforma-se a ponto de perder seus dados de origem. Assim é com o discurso político, que pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante, em seu desafio de elaborar um sistema de pensamento, e que depois se manifesta em diferentes situações de comunicação, atravessa diferentes comunidades de opinião edulcorando-se, insinua-se nos comentários, volta às vezes ao seu ponto de origem e reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente (Charaudeau, 2018, p. 42).

Como o comentário em reação ao *post* de Damares que destacamos sugere, por mais que as discussões em torno de conteúdos mobilizados pelo ESP tentem passar despercebidas no sentido de não se fazer referência clara e objetiva ao Programa, em alguns momentos alguém que procure examinar com cuidado alguns detalhes pode encontrar ligações no mínimo curiosas e que apontam para a necessidade de uma investigação mais ampla. Destaquemos abaixo, portanto, alguns pontos que nos ajudem a pensar mais sobre isto.

Um primeiro aspecto para se chamar a atenção é que, no vídeo de divulgação publicado no *twitter* oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e republicado pela ministra Damares Alves em seu perfil pessoal em abril de 2021, do segundo 29 ao 58 a ministra Damares, em suas palavras, conclama:

Venham participar! **Será um momento para falarmos sobre doutrinação ideológica, política e partidária nas escolas. A gente vai falar também do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos de acordo com a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.** Todo mundo pode participar, **o fórum é destinado também às famílias, aos pais**, e claro: a aquelas pessoas que lá na ponta trabalham com a defesa das crianças e dos adolescentes (*twitter* oficial de Damares Alves, publicação do dia 15 de abril de 2021, grifo nosso).

O conteúdo enunciado acima manifesta, dentro de uma interdiscursividade¹⁰³, proximidades com um discurso que, por sua vez, foi produzido e divulgado pelo Movimento Escola sem Partido. Isso pode ir sendo evidenciado não apenas pelo que se expressa de forma mais óbvia no fragmento supracitado acima, como as menções aos pais, filhos e formas de doutrinação nas escolas. Pesquisadores mais familiarizados com as estratégias produzidas pelo advogado paulista Miguel Nagib, o criador do MESP, devem saber que algo que este tentou em seus escritos que deram origem a PLs desde 2014 foi apropriar-se de trechos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos¹⁰⁴ mencionada neste vídeo da ministra Damares Alves. Nagib (2018) procurou utilizar partes deste documento como recurso jurídico para trazer mais legitimidade para a sua causa no que diz respeito a direitos de pais educarem seus filhos conforme seus valores religiosos e assim tentar justificar a aprovação de Projetos de Lei em defesa do Movimento Escola sem Partido. A

¹⁰³ Exercícios analíticos podem revelar que discursos são comumente constituídos a partir de outros que o antecederam e com os quais em alguma medida dialogam. Isso pode ocorrer como intertextualidade (quando essas relações são assumidas para aqueles a quem o discurso se destina), mas, também de modo menos perceptível, como interdiscursividade (quando o discurso é proferido, mas nele se oculta o quanto ele foi composto a partir de outros e quais seriam estes outros). Estas conexões interdiscursivas podem ser detectadas a partir de um exame cuidadoso que engloba a análise do conteúdo do texto e da relação deste com o contexto social de disputa onde ele é produzido e levado a circular (Fairclough, 2001, p. 114-115).

¹⁰⁴ O uso comum da vogal “A” na sigla CADH é justificável na consolidação da forma abreviada de se referir ao documento. Isso porque, como a convenção é “Interamericana”, ou seja, “entre países que fazem parte das Américas”, ela pode também ser chamada apenas de “Americana”, desde que se deixe claro que esse termo não pode ser entendido como sinônimo de “estadunidense” e que ele se refere a uma espécie de Tratado com o potencial de consolidar acordos entre países da América do Sul, da América Central e da América do Norte.

Convenção citada, documento produzido no contexto de repressão estatal por parte de ditaduras militares vivenciadas na América Latina, fala que pais ou tutores têm direito de que seus filhos e pessoas sob sua responsabilidade recebam a educação religiosa e moral conforme suas convicções, enquanto processo que não deve ser proibido pelo Estado. Isto seria uma forma de se buscar garantir respeito à pluralidade religiosa e a valorização de uma diversidade de concepções de moralidade em debate, bem como a não imposição de uma religiosidade oficial por parte do Estado. Até aí, percebe-se que não há no documento orientador de cunho transnacional qualquer choque com a Constituição Federal do Estado brasileiro.

Todavia, Nagib, realçando que o Brasil é signatário deste documento força o entendimento da letra da lei para sugerir que o texto da Convenção está exigindo que o Estado eduque os estudantes que chegam nas escolas conforme a religião dos seus pais. Mas, essa interpretação feita pelo fundador do MESP acerca deste documento, que como se percebe, também foi citado por Damares, traz consigo uma série de problemas. Como uma escola poderia, por exemplo, ensinar alunos conforme as vontades dos pais já que em uma sociedade como a brasileira, que é formada por uma diversidade de etnias e vive hoje sob as influências de um mundo globalizado, existem pais que possuem várias convicções religiosas diferentes? Se todos os pais tivessem uma mesma religião para se poder falar de religião em uma perspectiva singular e universal quando alguém se referisse ao termo, como geralmente os apoiadores do MESP fazem, ainda assim essa concepção seria problemática porque entraria em choque com o princípio de laicidade do Estado e o colocaria como instituição subalterna à instituição família (a qual também precisaria existir a partir de um suposto modelo singular e universal). Isso contribuiria não para a garantia de pluralidade religiosa e de diversidade de concepções acerca da moral, mas para uma uniformização não laica e antidemocrática em sua essência. Isso porque só algo na direção de um autoritarismo estatal poderia forçar nas esferas “política” e “jurídica” a institucionalização de uma perspectiva fundamentalista cristã como parâmetro central para o funcionamento das instituições escolares de todo o país (ver Penna, 2016; Nagib, 2018; Oliveira, 2019; Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969).

Vemos aqui uma conexão clara e ampla dentro da dinâmica das guerras culturais. Um exercício investigativo a partir de dados publicados pelo MMFDH e coletados pela *internet* é capaz de nos revelar, portanto, não só a utilização de léxicos comuns às pautas defendidas pelo MESP, mas também que a retórica mobilizadora utilizada pela pastora e advogada Damares utiliza argumentos jurídicos bastante característicos das lutas que compuseram a trajetória deste movimento social conservador, ao qual a própria Damares foi assumidamente ligada antes de ser ministra.

De início, pode-se dizer que há também um segundo elemento que estava apontando mais rapidamente para uma possível “transversalidade” de fato, como foi mencionado no comentário do internauta, entre o Movimento Escola Sem Partido e o evento anunciado pelo Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. Ele diz respeito à programação do referido Fórum. Ou seja, um exame sobre a forma como ele foi programado nos leva a encontrar isto. Ao se analisar o material de divulgação disponibilizado no site do Ministério, o qual no vídeo a própria Damares pedia que pessoas acessassem, percebe-se que o evento foi organizado para ter sete palestrantes. Pesquisando dados sobre os mesmos na *internet* de início vê-se que pelo menos três destes eram pessoas com histórico declarado e com reconhecimento nacional no meio de militância a favor do Movimento Escola sem Partido, figuras já de certa fama no atual campo neoconservador brasileiro: a pessoa que à época exercia um mandato como deputada estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, responsável pela palestra intitulada “ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”; a pessoa que à época coordenadora-Geral de materiais didáticos do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), professora Sandra Lima de Vasconcelos Ramos, responsável pela palestra “Ideologia de Gênero: um Cavalo de Troia”; e a advogada e à época deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Chris Tonietto, a quem foi deixada a incumbência de palestrar sobre “A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero”¹⁰⁵.

É possível encontrar outros elementos que apontaram de modo claro conexões entre o MESP e o funcionamento do MMFDH dentro do governo Bolsonaro desde o início deste. Vale lembrar, por exemplo, que no primeiro ano de mandato presidencial de Bolsonaro (portanto, um ano antes do STF ter julgado o conteúdo do ESP inconstitucional), ao ser questionado por jornalistas sobre a implementação do Escola Sem Partido em seu governo, Jair respondeu que ainda não tinha lei aprovada, mas que o mais importante era o que ocorria na prática: o fato de o ESP em seu governo já estar “em operação” (Costa, 2019). Desse modo, Jair, apoiador público do MESP antes de se tornar Chefe de Estado, já demonstrava ali acreditar que colocar algo como o ESP em ação dependia de organização e de capacidade de execução

¹⁰⁵ Vale a pena ainda salientar que este que foi descrito aqui é apenas um dos Fóruns realizados por este MMFDH em seus quatro anos de governo Bolsonaro envolvendo uma temática de proteção de jovens. Outros eventos foram divulgados, anunciando-se também uma diversidade de palestrantes de diferentes campos sociais neoconservadores (Brasil, 2021). Todavia, nesta tese focaremos em analisar as palestras do Fórum que mencionamos desde o início da pesquisa, conteúdo que se concentrará na última sessão deste capítulo. Considerando a complexidade e a capilaridade das relações entre cultura e política em um cenário de reascensão da popularidade da extrema-direita no Brasil, foi necessário buscar nesta tese delimitações que possibilitassem ao pesquisador debruçar-se de forma profunda e sistemática sobre focos temáticos relacionados com os objetivos expostos desde o primeiro capítulo. Ciente que a eleição dos elementos que funcionam como delimitadores do campo de pesquisa não pode se dar de um modo em que estes pareçam enxertos resultantes de pura arbitrariedade do pesquisador, avançaremos com mais dados para cumprir o objetivo desta sessão.

por parte do seu governo como presidente, o que não necessariamente deveria passar por uma discussão mais profunda sobre regulamentação jurídica.

Nesse sentido, Bolsonaro não apenas ratificava o entendimento de Olavo de Carvalho¹⁰⁶. Ele ia além. Ou seja, após o resultado das eleições de 2018, os defensores do ESP já não representavam mais um grupo de oposição ao governo federal, mas de situação. Assim, a partir do momento em que Bolsonaro se tornou o chefe do Executivo no Brasil o MESP já não se tratava mais de um movimento que se chocava com os interesses do Poder Executivo da república brasileira. Ele precisa passar a partir daí a ser entendido como um movimento que possuía uma proposta que, ainda que não tivesse sido oficialmente legitimada por votação no plenário, interessava a quem estava ocupando a frente do Poder Executivo no novo governo brasileiro. Esse tipo de entendimento ratifica a teoria de Cas Mudde (2022) de que o processo de normalização da extrema-direita passa pela ideia de que a democracia significa pura e simplesmente o governo da vontade da maioria, tornando-se desnecessária diante disso qualquer discussão sobre Separação entre Poderes, existência de um Estado de Direito, e de garantia de direito de minorias.

Assim, o MESP, de acordo com essa declaração de Bolsonaro, já poderia em alguma medida começar a operar no país a partir de cima, sendo beneficiado dentro da estrutura de funcionamento do governo federal. Abriu-se uma nova estrutura de oportunidade política. Não seria mais preciso ficar esperando apenas pela estratégia dos PLs via poder legislativo para que as ideias saíssem do papel e tomassem forma. Uma ação governamental a seu favor dependeria de como pensar em fazer o que o ESP defendia espalhar-se de modo eficaz, tornando-o objeto de militância. Impulsionar um propulsor de pautas caras à extrema-direita, acostumando cada vez mais pessoas com suas bandeiras, tornando-as cada vez mais naturalizadas. Poderia se desenvolver, portanto, meios em parceria com a própria burocracia estatal para que elementos defendidos pelo MESP pudessem começar a avançar.

Aqui fica claro como poderia ser interessante ao bolsonarismo o investir na manutenção de guerras culturais, pois o que se desenhava, nesse caso, por exemplo, era que o caminho de normalização do MESP via governo poderia significar também um potente caminho de normalização da extrema-direita bolsonarista. Por que a militância em torno dos conteúdos do MESP seria usada apenas como instrumento para ganho das eleições do ano de 2018? Ele parecia ser enxergado no bolsonarismo como uma pérola que poderia continuar contribuindo para a popularidade da extrema-direita, a qual já estava chegando ao poder por meio de voto

¹⁰⁶ O de que mais importante de que uma lei aprovada era que os cidadãos comuns comprassem a ideia do Escola Sem Partido fiscalizando o funcionamento das escolas, o que já foi apresentado nesta tese.

popular e, para sua aceitação continuar crescendo, era preciso continuar investindo na articulação entre cultura e política. Isso significaria ir enterrando a esquerda não só na força da política burocrática e formal eleitoreira, mas em terrenos cada vez mais expandidos por meio de batalhas nas terras da cultura, o que possibilitaria continuar ensinando o povo a desejar as mesmas coisas que os políticos de extrema-direita queriam!

Contudo, um questionamento que se impõe como sequência direta a essa reflexão, de acordo com os objetivos desta pesquisa, é: se o MESP em alguma medida estava em vigor dentro do governo Bolsonaro... quem o estaria operando dentro dessa gestão e como? Veremos doravante que o esforço para tentar responder a isso nos levará a um outro fato indicador de aproximação entre o MESP e o MMFDH, algo ocorrido dois anos antes da denúncia do internauta que havia dito em 2021 que o MMFDH tinha a intenção de fazer o “Escola Sem Partido” entrar “pela transversal”.

Tendo o MESP o objetivo de estabelecer novas normas para as instituições educacionais, obviamente o primeiro lugar que pensamos em focar nossa atenção sobre operacionalidade do movimento já estar acontecendo dentro do funcionamento do governo de Jair Bolsonaro em seu primeiro ano foi o Ministério da Educação. Todavia, percebemos que, como nós próprios abordamos o ESP enquanto movimento que procurava se comportar de modo estratégico e que já tinha adquirido grande visibilidade e deixado em alerta forte oposição contra si, ações a serem tomadas de forma tão direta pelo próprio Ministério da Educação poderiam soar muito óbvias.

Devemos levar em conta que o MESP sempre moveu seus debates sobre o tema da educação com um discurso que trazia representações sociais sobre o papel da família, a proteção das crianças e dos jovens, as responsabilidades do Estado etc. Nesse sentido, procurar ações do MEC de modo isolado poderia não se revelar a melhor alternativa para nossa pesquisa. Um aparelhamento direto deste ministério que, por ação do governo federal, o transformasse em agente de militância e implementação de pautas associadas ao ESP através de outras vias poderia ser facilmente detectável pela oposição. Isso poderia resultar em uma estratégia pouco eficaz e facilitar os meios de se desenvolver mecanismos de resistência a essa militância. Considerando o histórico do MESP desde seu surgimento em 2004 podemos dizer que sua capacidade de expansão ao longo dos anos deveu-se, em grande medida à sua habilidade de se relacionar com diferentes atores e grupos que cresciam na cena política nacional da direita plural, o que ele fez se movimentando e se fortalecendo de modo não tão óbvio.

Assim, poderia revelar-se mais interessante como atividade de pesquisa tentar enxergar essa atuação em prol do MESP dentro de um outro ponto de poder importante inserido

na estrutura do governo Bolsonaro. Um âmbito não tão diretamente associado à educação, mas de certo modo responsável por representações sociais já mobilizadas em seu discurso. Um estrato com grande potencial de congregar interesses neoliberais e neoconservadores, inclusive na esfera educacional. Poderia ser um outro ministério, por exemplo, desde que se demonstrasse potencialmente capaz de se articular trabalhando em conjunto com outros ministérios e de desenvolver uma variedade de projetos a partir de diferentes combinações, as quais poderiam dar propulsão, ainda que de forma não tão clara, a bandeiras levantadas pelo MESP, de modo menos direto e mais transversal. Mas...qual seria ele?

A maior segurança para o direcionamento do olhar no sentido do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se deu nesta pesquisa com a intensificação de buscas de dados na *internet* sobre ações do MEC justamente primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. No ano de 2019, foi anunciada uma curiosa parceria interministerial na mesma época em que o presidente Bolsonaro disse que o ESP já estava em operação. Passados os quatro anos do governo de Jair, pode-se hoje constatar que o Ministério da Educação durante o mandato presidencial de Bolsonaro foi bastante instável em termos de gestão, haja vista, por exemplo, o fato deste núcleo de poder ter sido assumido por quatro chefes diferentes que foram se sucedendo. Vale ressaltar que até nisso se encontra aproximações claras com o MESP, haja vista que os dois primeiros ministros foram indicações diretas, anunciadas por grande parte imprensa na época, do ideólogo e estrategista político, influenciador do bolsonarismo e apoiador do Escola Sem Partido, Olavo de Carvalho. O primeiro deles, Ricardo Vélez Rodrigues, seguidor mais comedido do guru da direita, só ficou no cargo por cerca de três meses. O segundo nomeado foi Abraham Weintraub, economista e discípulo radical assumido de Olavo, figura já conhecida em círculos neoconservadores e neoliberais por sua militância antimarxista (Benites, 2019). Este chefiou o MEC a partir de abril de 2019 até junho de 2020. Comparado com o seu antecessor, este não tinha um perfil discreto e apresentava em vários canais da internet (e de forma constante) críticas duras voltadas para a desvalorização de toda o sistema educacional no Brasil, da educação básica à educação superior. Ele expressava de forma beligerante quase que diariamente uma enorme disposição para ajudar a construir e reforçar, com notório desprezo, estereótipos negativos acerca de professores, de redes e de instituições de ensino (Raic; Cardoso; Pereira, 2020). Pois, foi justamente este ministro, Abraham Weintraub, que no ano de 2019 criou um canal direto do governo federal por meio de ligação telefônica para denúncia de abusos sofridos por alunos em suas escolas.

Acontece que essa iniciativa anunciada por Weintraub não seria de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação no governo Bolsonaro. E esse é o ponto

que decisivamente nos leva a perceber que já havia desde 2019 um nível de disposição clara do MMFDH em ajudar a fazer com que pautas defendidas pelo MESP já estivessem “em operação” na medida em que elas fossem “entrando pela transversal”. A justificativa estava na alegação de que o assunto, apesar de envolver o funcionamento das instituições de ensino, era de interesse direto das famílias¹⁰⁷ (o que coaduna perfeitamente com o objetivo desta tese de focar em guerras culturais que servem à normalização da extrema-direita no Brasil estabelecendo relações entre representações sociais de “família” e de “educação”, conforme explicado desde o início). Por isso, as ações se dariam entre o MEC e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A iniciativa era defendida como o começo da construção de um novo momento da relação entre as famílias e as escolas, o qual não poderia esperar passivamente apenas pela boa vontade dos agentes estatais que tinham sua parcela de responsabilidade. Dessa forma, foi dito que estados que não cooperassem com as denúncias que ocorressem no ambiente escolar, estariam deixando de dar a devida atenção para os estudantes e suas famílias e, por conta disso, poderiam ter verbas federais da educação cortadas para suas redes de ensino (cf. Saldaña, 2019).

Vale destacar que, de acordo com um documento publicizado pelo próprio MMFDH, um dos órgãos que estava sob seu controle era justamente a “Secretaria Nacional da Família – SNF”, a qual se subdividia em três departamentos, o de “Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da Família”, o de “Equilíbrio Trabalho-Família” e o de “Desafios Sociais no âmbito Familiar”, tendo este último departamento, o dos “Desafios Sociais”, quatro coordenações sob sua gerência, duas delas voltadas para “Promoção de Ações Educativas para a Família” (Brasil, 2019d, p. 11). A forma como o próprio MMFDH foi elaborado já dava a ele múltiplas possibilidades de conexão com outras áreas do governo, incluindo educação. Uma ampla responsabilização sobre uma ideia de “família” ajudava a deixar margens abertas para isso. O Plano de Integridade publicado pelo MMFDH, ainda em 2019, destacou, por exemplo, que a Secretaria Nacional da Família, sob sua competência,

[a]tua assistindo ao Ministro de Estado nas questões relativas à formação, **fortalecimento e promoção da família**; na formulação de políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à **promoção e defesa da família**; na coordenação e na proposição de ações transversais

¹⁰⁷ Os elementos apontam para grandes referências dentro de uma perspectiva neoconservadora de mundo como já explicitamos ao apresentar em formato de teoria o neoconservadorismo bem como ao apresentar a contextualização do nosso problema de tese. A chegada do governo Bolsonaro ao poder simbolizaria um momento onde o Estado, constantemente criticado pelos neoconservadores por querer substituir responsabilidades da família, passaria a tentar representar uma instituição disposta a servir a essa visão de mundo, dando a primazia da instituição família sobre a instituição estatal (como sugeriam os PLs do MESP canalizando esse tipo de princípio para disputas de sentido no âmbito da educação).

no que se refere à formação, **fortalecimento e promoção da família**; na articulação de ações intersetoriais, interinstitucionais, interfederativas e internacionais para **fortalecimento da família**; na promoção da **inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo**; na gestão de convênios; termos, acordos e **outros instrumentos congêneres relativos à família**; na coordenação e articulação de ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do **Ministério para suporte à formação e desenvolvimento da família** (Brasil, 2019b, p. 10, grifos nossos).

Com relação a pontos que nos ajudam a visualizar como o MMFDH foi constituído de forma potente para ser inserido em guerras culturais de normalização da extrema-direita, além do uso notoriamente exaustivo do vocábulo “família”, percebe-se que a ideia de uma atuação por meio de transversalidade está de fato presente naquilo que se esperava do ministério quando este foi criado. Isso fica mais claro quando vemos que, de acordo com o que está escrito na quarta linha, o MMFDH atua “na coordenação e na proposição de *ações transversais* no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família” (Brasil, 2019b, p. 10, grifo nosso). Importante ressaltar que não encontramos em nenhum dos documentos analisados uma definição do termo “ações transversais” para que pudéssemos entender não só o significado que pessoas ligadas ao bolsonarismo davam ao termo no contexto das ações do ministério, mas também para entendermos qual seria o limite disso, caso existisse.

Aquela parceria realizada entre MEC e MMFDH, anunciada pelo ministro Abraham Weintraub e pela ministra Damares Alves, aproximava de modo mais concreto representações sociais que há anos já estavam presentes no discurso do MESP e que, por meio de militância, tentava-se fazer com que cada vez mais pessoas incorporassem. A valorização da família, em uma concepção institucional que aparecia no singular e merecia ter primazia na educação dos jovens sobre o Estado, estava em choque com as instituições de ensino reguladas por ações e leis estatais consolidadas antes da chegada de Bolsonaro ao poder.

Para a extrema-direita, turbinar uma oposição de interesses entre família e Estado, por meio da educação, era um caminho fértil para fazer com que tendências de direita historicamente mais ligadas a uma perspectiva neoliberal e correntes mais historicamente atreladas a pautas conservadoras no mesmo espectro se fortalecessem junto a ela como um grande bloco. Mas, como já explicitado em capítulos anteriores desta tese, suas ações ao longo do tempo indicam que mudar as leis e, principalmente, fazer com que projetos tendenciosos a se chocar com questões constitucionais avançassem com aprovações em parlamento era um caminho difícil a ser trilhado. Com um governo neoconservador à frente do Estado brasileiro a partir de 2019, a ideia de família como instituição que deve se sobrepor ao Estado no assunto “educação” já poderia começar a ser colocada em operação dentro da estrutura do novo governo. Para que isso fosse verdadeiramente possível, de modo prático, valia muito a pena

desenvolver-se uma parceria com um Ministério da Família ativo e que já fosse se demonstrando disposto a exercer um papel importante diante de causas, ligadas à educação, caras ao avanço da normalização da extrema-direita no Brasil.

Portanto, importa entender que, antes mesmo do MMFDH constituir alianças interministeriais após ser formado, sua criação já ocorreu a partir de uma combinação de ministérios, o que lhe rendeu desde o início um grande potencial de ações sobre temas transversais. Apostar na composição desse agregado como recurso de aprofundamento das guerras culturais foi algo de certa forma inovador por parte do bolsonarismo. Ele acabou por criar uma estrutura que concentrava potência para interferir sobre pontos prioritários a uma visão de mundo de uma extrema-direita que se expandia em uma perspectiva populista em torno de Bolsonaro. Um curioso processo de ascensão que ia aparecendo de forma mais clara naquele momento de alianças e fronteiras turvas que englobavam interesses neoconservadores e neoliberais em nosso país. O MMFDH eclodiu em uma teia de poderes que lhe propiciava grandes possibilidades de conexão e de articulação no universo das guerras culturais.

Desse modo, fica claro aqui que, embora o fato de se trazer o MMFDH neste último capítulo de uma tese que se preocupa com análise de discursos tenha partido de um comentário sobre uma fala de Damares em rede social, o que procuramos encontrar aqui vai muito além da ideia de evidenciar o que por esta senhora foi dito. Não há o intuito de simplesmente atribuir a ela responsabilidades. O que se quer aqui é de certa forma localizá-la como um ponto de referência e de partida para se buscar entender melhor um complexo emaranhado de fluxos de poderes das direitas que desembocavam em normalização da extrema-direita ¹⁰⁸.

Em livro publicado no ano de 2019 com o título “o novo conservadorismo brasileiro”, Lacerda (2019) afirmava que, guardadas as especificidades com respeito a acomodação prática em cada local já mencionadas anteriormente nesta tese sobre o tema que deu nome à sua obra supramencionada, este assemelhar-se-ia de modo geral ao

¹⁰⁸ Vale lembrar que, como expressou Gentile (2020), o crescimento da direita no Brasil em anos recentes revela certa pluralidade na formação histórica deste segmento político. Essa complexidade atual teria sido configurada em grande medida a partir da união de diferentes forças de direita derivadas de tendências conservadoras e liberais. Estes, reunidos, teriam passado a atuar com mais ênfase na conjuntura política nacional contra o que eles iam considerando de esquerda, seus inimigos em comum. Neste cenário que começa a se tornar mais nítido a partir de 2014, ano em que viria a ser reeleita a presidente Dilma Rousseff para mais quatro anos de mandato e ano em que o MESP começou a se tornar nacionalmente mais conhecido ao atuar por meio de projetos de lei, grupos diversos ascenderam de forma conjunta se somando mais claramente na oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), sigla que inserida no campo progressista que vinha conseguindo eleger chefes de Estado no Brasil desde as eleições presidenciais ocorridas no ano de 2002. Distintas prioridades destes grupos de oposição simbolizam a adoção de tendências e ramificações diversas (mas não necessariamente contrárias) pertencentes ao espectro político da direita, o que justifica pensar esta união em termos de um poderoso bloco eivado de pluralidade e com um poder ascendente a partir de 2014, crescendo no sentido de dominar a política e as leis que a regulam como caminho para fazer valer seus interesses em uma diversidade de campo sociais.

neoconservadorismo estadunidense no que diz respeito a uma forte aproximação entre neoliberais e defensores de pautas morais ligadas sobretudo a questões sexuais e reprodutivas. Esta união ia se consolidando no sistema político através de tentativas de ocupar cada vez mais espaços na estrutura do Estado. Essa ocupação de lugares de poder ia se constituindo estrategicamente em um caminho para se acelerar mudanças na sociedade, por via política e legal, capazes de contemplar aos dois grandes grupos. Sendo assim, é possível perceber que neoliberais e neoconservadores, na prática,

têm mais afinidades do que distanciamentos, especialmente quando consideramos suas versões atualizadas, fazendo parte de uma mesma lógica governamental. No governo Bolsonaro, os valores familiares são um ponto de encontro entre essas duas perspectivas ideológicas, pois é a partir delas que se podem justificar as políticas que ao mesmo tempo fazem da família um sujeito de direito e seus membros os únicos responsáveis pela sua sobrevivência (Rodrigues, Falcão, 2021, p. 63).

Vale ressaltar ainda que, em sua tese finalizada ainda no ano de 2018 e que seria publicada como livro no ano seguinte, Lacerda (2019) alertou precocemente sobre o desejo do governo Bolsonaro de criar um ministério que congregaria, além daquele que seria responsável pelos Direitos Humanos e de um outro que se responsabilizaria pela Família, um terceiro ministério¹⁰⁹. Essa composição interministerial, para a autora significava “uma das expressões mais contundentes de uma ideologia neoconservadora” (Lacerda, 2019, p. 192), visão de mundo em ascensão no território nacional na qual discussões relacionadas a mudanças que seriam necessárias na educação ocupavam um papel estrategicamente importante (ibid, p. 41; p. 92).

Portanto, a própria configuração deste ministério que concentrou três pastas em uma já traria a ele o potencial de elaborar diferentes arranjos para realização de eventos e outras ações que, em tese, seriam mais justificáveis como parte do âmbito de suas responsabilidades. Para se ter uma ideia do que foi agregado para constituir-se um órgão único como ministério do governo Bolsonaro a partir do ano de 2019, vale a pena destacar informações divulgadas em seu plano de Integridade, o qual destacava na época de sua publicação que

[o] Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretaria Especiais da Presidência da República: a Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNP) (Brasil, 2019b, p. 05).

¹⁰⁹ No caso, acabou sendo decidido posteriormente que este terceiro seria o Ministério da Mulher.

Refletindo a partir dessa amplitude, podemos pensar que dar tantas responsabilidades a um único núcleo do governo pode significar tanto legitimá-lo para realizar ações em uma das muitas áreas que estão sob seu encargo, mas também garantir que algumas das muitas batalhas políticas desenvolvidas em governos anteriores fiquem estancadas em meio a tantas outras coisas competindo com elas dentro de um mesmo espaço comum de coordenação e execução. Até nisso o bolsonarismo foi estratégico. Tantas responsabilidades nas mãos de um ministério só poderia servir para legitimar o que ele desenvolvesse em meio a uma enorme amplitude como também tudo que ele não desenvolvesse, já que em meio a essa enorme amplitude precisaria mover ações dentro daquilo que em um determinado momento se concentrasse em fazer alegando estar colocando foco em uma prioridade. Entre algumas vias de reflexão possíveis que este fragmento do documento exposto acima pode suscitar, vale salientar que é possível que “indivíduos ou movimentos de origem cristã” quando envolvidos em processos de inserção na política correlacionem “a prática religiosa e a opinião política” em uma intensidade na qual se torna “difícil determinar se eles politizam o doméstico ou se domesticam e despolitizam o político” (Bourdieu, 2017, p. 412). Desse modo, não se pode desconsiderar o cenário de complexidade institucional propícia para algo como o MMFDH, com a legitimidade de um ministério criado por um chefe de Estado recém-eleito por voto popular, vir a se apropriar de discursos comumente associados ao MESP, reverberando-os de forma transversal. A força estratégica desta transversalidade poderia impulsionar ainda mais fluxos de normalização da extrema-direita, tentando conectar, dentro da sociedade, em uma mesma visão de mundo, direcionamentos políticos que pudessem, sorrateiramente, borrar fronteiras entre os campos educacional e religioso de cunho fundamentalista cristão.

Como se pode perceber, estamos nesse momento trazendo de forma mais enfática, para esta pesquisa sobre guerras culturais e normalização da extrema-direita, o subtema das relações entre aspectos religiosos e outras esferas da vida social, haja vista que, no processo de ascensão da direita plural, a força da religião cristã foi ficando mais evidente a partir de 2018 durante as eleições que levaram Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Neste sentido, faz-se importante destacar que, para aprofundar nosso entendimento nessa direção, nos embasamos em duas ferramentas teóricas que foram relevantes para o amadurecimento desta tese. A primeira delas é de Michel de Certeau, a categoria de “mística” (Certeau, 2015, p. 20). De modo mais específico nesta pesquisa, ela ajudou a observar, de forma mais refinada, como é possível que atores sociais ligados ao campo religioso se utilizem de um tipo de comunicação embasado em experiências entendidas como místicas para que mudanças que eles defendem no campo da educação adquiram uma legitimidade institucional no campo político. Já a segunda, é de

Ricardo Mariano, o conceito de “neopentecostalismo” (Mariano, 2014, p. 32). Este auxiliou a entender como um tipo de religiosidade que tem crescido nos meios cristãos pelo Brasil (no catolicismo e no segmento evangélico) tem ajudado a influenciar a seara das decisões da política nacional. Atuando como uma espécie de força social que se reflete dentro do Estado, o fator neopentecostal tem auxiliando o processo de normalização da extrema-direita no Brasil.

É válido recordar que o próprio Movimento Escola Sem Partido (MESP), ao longo de sua trajetória, utilizou estratégias de ação que muitas vezes não expressavam objetivos tão óbvios e tão fáceis de identificar. O que significa dizer que ele lançou mão em vários momentos de formas discursivas que não serviram simplesmente para deixá-lo por vezes confuso de ser entendido. Estes, paradoxalmente, também o ajudaram a sensibilizar mais pessoas e granjear mais apoiadores. Ocorre que o tipo de comunicação utilizado na militância das redes sociais parece muitas vezes ter um caráter não tão claro do ponto de vista racional, o que pode ser estrategicamente valioso em muitos sentidos, pois isso pode, de certa forma, tanto abrir possibilidades de se alcançar diferentes pessoas, como de se ampliar ou desmentir parte do conteúdo “entendido” posteriormente em caso de acusação de proliferação de material eticamente indevido. Por isso, nesse jogo de disputa de sentido sobre o papel da escola e busca de apoio da sociedade, sutilezas precisam ser percebidas. Entre elas o modo como as palavras são usadas e as retóricas mobilizadoras postas em ação (cf. Alonso, 2014).

Embora seja muito comum, por exemplo, estudiosos associarem com certa naturalidade o MESP ao crescimento de um campo neoconservador no Brasil e à defesa de pautas inconstitucionais e limitadoras da liberdade de cátedra (Batista; Orso; Lucena, 2019), a pesquisadora Gonçalves (2020), por exemplo, lembra que o movimento soube se espalhar utilizando redes sociais virtuais e atingindo grande capilaridade no país (inclusive com a adesão de muitos atores do campo político em anos recentes). E isso foi feito ao defender, estrategicamente, a necessidade de uma maior pluralidade de ideias no ambiente educacional ao mesmo tempo em que acusava os professores de serem os principais agentes de uma educação limitadora baseada em doutrinação política e ideológica. Ou seja, grande parte da militância do MESP por vezes não defendeu de forma clara uma censura aos professores em sala de aula, mas uma ampliação do conteúdo proferido por eles em sala de aula para que perspectivas de direita e visões de mundo conservadoras tivessem mais espaço em suas aulas, por exemplo. Nesse sentido, também vale ressaltar que, se os professores eram destacados como o principal ator a ser combatido pelo movimento, não seriam o único alvo dele, haja vista que as pautas do MESP costumavam se voltar para diversos aspectos de supostos problemas

sistêmicos que precisariam ser revistos, como os conteúdos dos livros didáticos e a formação dos docentes, para citar alguns exemplos (cf. Nagib, 2018).

Portanto, é preciso estar atento à possibilidade de que, ao tentar se apropriar do discurso do MESP, o MMFDH poderia tender também a reproduzir estrategicamente essa forma de expressão turva que o movimento por vezes carregava, a qual muitas vezes se negava, a qual muitas vezes o fez se distanciar de possibilidades de associação com um modo truculento e mais facilmente classificável como um produto radical de extrema-direita. Assim como o MESP, o MMFDH, inserido no âmbito das guerras culturais a partir de 2019, poderia, obviamente, proliferar discussões sobre educação camuflando suas perspectivas na transversal. Atuando assim, ainda que não viesse a mencionar clara e frequentemente o Escola Sem Partido, o MMFDH, assim como o próprio movimento conservador em questão, poderia ajudar a impulsionar a normalização da extrema-direita e ainda angariar mais apoio de grupos neoliberais e neoconservadores, os quais, por sua própria configuração, também pareciam ser feitos para consumir esse conteúdo produzido nas recentes guerras culturais. Para que isto seja melhor entendido, importante caracterizar aqui estas forças que configuravam este grande bloco de aversão à esquerda e que ascendiam com a extrema-direita. É preciso refletir que, ao falarmos de neoliberalismo, não estamos falando de nada muito novo atuando dentro da realidade política do Brasil, mas de um elemento que pode ser localizado historicamente desde longa data em nosso país haja vista que

[No] caso brasileiro, a entrada do neoliberalismo se deu na esteira do desmonte do chamado Estado Varguista (...). De fato, a Ditadura parece ter antecipado uma série de formas de saber, de regramentos jurídicos, de inovações institucionais e de dispositivos que seriam coordenados e disseminados nas décadas de 1980 e 1990. Os trabalhos de Hayek e de Mises, por exemplo, já circulavam entre economistas e empresários brasileiros desde os anos 1950 e 1960, com ao menos parte deles vindo a apoiar o golpe de 1964 (Rocha, 2021). A produção do saber neoliberal teve também sua vertente nacional na segunda metade do século XX, contando com teóricos e homens de governo como o engenheiro e economista Eugênio Gudin (ministro da fazenda do governo Café Filho), o jurista e escritor Henrique Orciuoli, o economista e diplomata Roberto Campos (ministro do planejamento do governo Castelo Branco) e o diplomata José Osvaldo Meira Penna (Lynch, 2021). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, igualmente promoveu o ideário pró-mercado em nome do anticomunismo (...). Na metade dos anos 1970, o empresário Henry Maksoud, por meio da revista Visão, divulgou as ideias de Hayek, Mises e Friedman para formadores de opinião (...) (Andrade, 2022, p. 678).

Trazendo para o contexto do Brasil contemporâneo, importante salientar como o neoliberalismo ajuda a configurar, durante a ascensão do bolsonarismo, aquilo que denominamos aqui como neoconservadorismo, já que esta corrente se difere de um simples conservadorismo. O neoconservadorismo, enquanto corrente ideológica endossa a crítica ao

suposto modelo de Estado que é alvo dos neoliberais, com o que poderíamos classificar como sendo um agravante: ao associar o comunismo a questões espirituais opostas ao cristianismo fundamentalista, os grupos neoconservadores em geral enfatizam e fortalecem o apoio popular a um modelo de Estado que contribua para que os valores da família cristã possam ditar as regras comportamentais dos indivíduos. Isso para que eles tenham disposição no sentido de ordenar a vida social a partir de princípios praticamente inquestionáveis. Estes, seriam fruto não de reflexões embasadas na capacidade de raciocínio humano, mas de uma verdade revelada por um deus único criador de tudo e acima de todos os seres vivos. Desse modo, práticas econômicas anticomunistas seriam apenas parte da engrenagem necessária para estruturar essa organização a ser cada vez mais ampliada e colocada como base social. Para o neoconservadorismo, além de questões sobre a importância de se defender um sistema econômico mais condizente com uma suposta ideia de natureza humana e, portanto, mais capacitado em tese para alicerçar a harmonia social, uma visão de mundo anticomunista só é possível de fato se fundamentada em princípios cristãos. Nessa visão de mundo, é considerada central a discussão sobre papéis sociais de homens e de mulheres no que diz respeito inclusive a questões sexuais e reprodutivas. Supostamente visando a harmonia social, essas costuras entre diferentes elementos discursivos contribuem para que a educação escolar seja visualizada como um campo estratégico de formulação e naturalização de valores nesse cenário contencioso (Lacerda, 2019).

Importa destacar, portanto, que o conservadorismo está na origem do neoconservadorismo, mas é um fenômeno distinto deste. O primeiro eclodiu mais claramente no século XIX no Ocidente, mais precisamente na Europa, marcado pela defesa de uma organização social tradicional por parte de pessoas, sobretudo as de famílias de nobres que gozavam de privilégios sociais em Estados governados por monarquias aliadas politicamente à Igreja cristã. Estas se viram ameaçadas por bandeiras políticas e econômicas defendidas pelo liberalismo, como a ideia de limitação dos poderes dos reis, a contestação da influência da religião cristã e dos nobres sobre o Estado. O conservadorismo chocava-se assim com transformações que a visão de mundo liberal representaria na prática, como a luta de pessoas ligadas ao comércio em prol de uma maior liberdade econômica diante do Estado, e tinha com relação a esta instituição uma proposta de mudanças que se concentravam em assuntos de natureza econômica (Almeida, 2018). Assim, pode-se dizer que

[o] conservadorismo surgiu na passagem do século XVIII para o XIX como crítica à Revolução Francesa, seus pressupostos teóricos filosóficos e seus desdobramentos político-institucionais, ou seja, trata-se de uma ideologia que se manifestou

historicamente como consequência direta do sucesso do liberalismo. Conservadorismo e liberalismo são, portanto, duas correntes de pensamento que estão historicamente ligadas, porém, de modo dialético, uma como negação da outra (Dombrowski, 2020, p. 224).

Dessa forma, chamamos a atenção para esta oposição: o conservadorismo nasceu como reação ao liberalismo em forma de negação. Todavia, destacamos que essa relação de adversidade entre conservadores e liberais não serve para entender o que é o neoconservadorismo diante do neoliberalismo, ponto fundamental para entendermos o momento histórico atual, bem como princípios que embasaram a formação e a proliferação do Movimento Escola Sem Partido e o funcionamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro.

Diferentemente do conservadorismo, o neoconservadorismo, assim como o neoliberalismo, só surgiu no século XX. Ele ganhou força no contexto que envolvia o desejo por parte de norte-americanos (que se diziam conservadores) de estabelecer o cristianismo e a família tradicional como pilares do combate a uma suposta desagregação social que ocorria nos Estados Unidos da América (EUA) na segunda metade daquele século. Tal desarmonização da sociedade teria se dado a partir do momento em que a busca da garantia de direitos a ser efetuada pelo Estado de Bem-Estar Social apontava para aprofundamentos democráticos que tendiam a se consolidar em formato de leis, as quais representariam avanços para pautas feministas e de grupos que não se enquadravam em perfis de gênero e sexualidade conforme aprovação da igreja cristã.

O processo de suposta decadência moral supracitado coincidiu com a perda de popularidade que o Estado de Bem-Estar Social já alcançava no Ocidente diante das crises do petróleo que impactaram as economias do bloco capitalista a partir dos anos 1970 e levaram a questionamentos sobre o papel de um modelo de Estado que já tinha contestada sua capacidade de gestão econômica e fiscal diante das suas políticas de ampliação de acesso a serviços públicos (Cooper, 2019). Este é um ponto fulcral para se entender o que seria na práxis o neoconservadorismo: enquanto “movimento político” ele “se materializou em uma coalizão” capaz de representar “um ideário conservador de direita” naquela conjuntura de contestação do Estado de Bem-Estar Social realizada por diferentes grupos deste espectro, sendo que “sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Lacerda, 2019, p. 29). Tanto o MESP como o MMFDH representavam, no âmbito das guerras culturais, pontos com potencial de normalização de uma extrema-direita que se expandia por dentro da democracia brasileira por trás desta capacidade

de representar interesses daquilo que, poderia preferir se identificar, de forma mais assumida, como parte de um neoconservadorismo brasileiro.

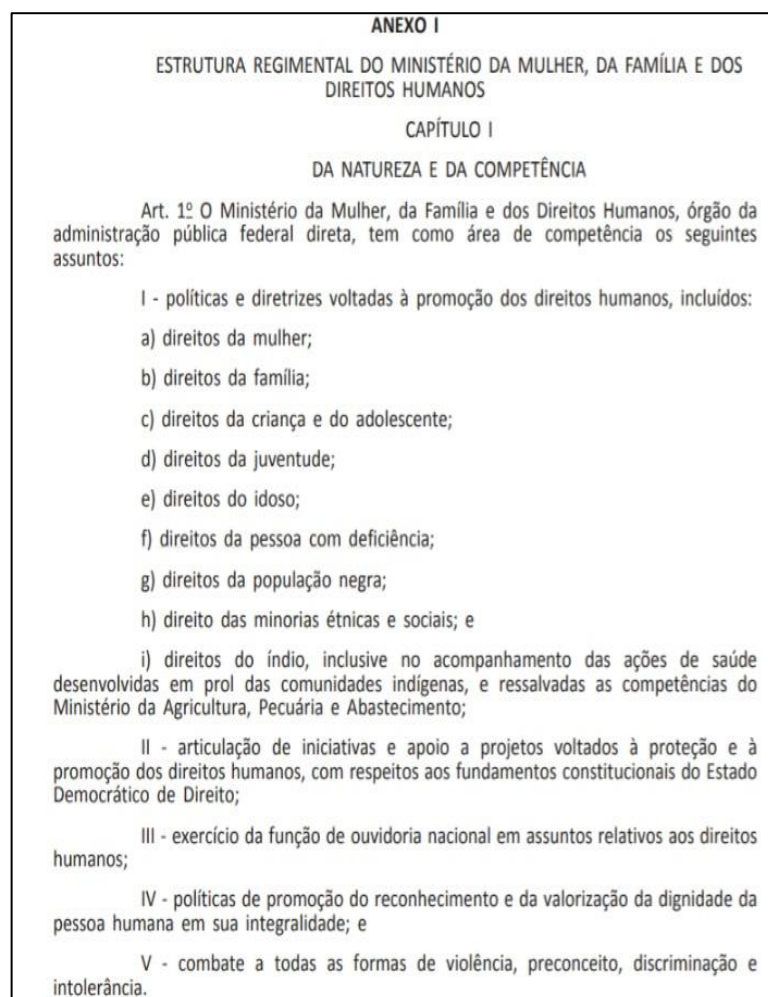
O que é neoconservador e como isso se relaciona com uma perspectiva conservadora que dialoga com o que é neoliberal é, de fato, algo complexo. Todavia, isso nos ajuda a entender que a normalização da extrema-direita no Brasil por meio do bolsonarismo não ocorre como um fenômeno desligado da ascensão das direitas antipetistas depois de junho de 2013. Nesse sentido, analisar o MESP e o MMFDH como estratégias distintas e que nasceram em diferentes épocas nos ajuda a compreender o *modus operandi* de ascensão da extrema-direita brasileira, situando-a no universo da quarta onda de extrema-direita no Ocidente, mas observando particularidades dela. Isso possibilita dar destaque à sua capacidade de elaborar espécies de núcleos ativadores de militância organizados, os quais a ajudam a reverberar suas próprias representações dentro da sociedade, preparando caminho para ampliar sua popularidade. Importa destacar ainda que, ainda que esses núcleos de propagação e ressonância de ideias normalizadoras da extrema-direita possam ficar pelo caminho durante sua ascensão, eles vão deixando legados na construção de uma mentalidade política que não devem ser ignorados. Pois estes contribuem para manter vivo um imaginário neoconservador, como uma espécie de chama acesa de uma contínua base política, a qual, por sua vez, pode ser mais eficazmente acionada pela extrema-direita em outros momentos da história do país, por meio de novos núcleos que por ela podem ser elaborados, os quais não iniciarão trabalhos do nada, mas a partir de pontas deixadas por núcleos anteriores.

Na sessão seguinte aprofundamos esta reflexão procurando entender como a figura de Damares Alves se situa no diálogo entre o campo religioso e o campo político e como a visibilidade que ela adquiriu naquele contexto em que ascendeu à frente do MMFDH ajudava a impulsionar o processo de normalização da extrema-direita no Brasil.

5.2 O neopentecostalismo e o lugar político de Damares Alves

É intrigante pensar sobre a criação, naquele contexto no Brasil do ano de 2019, de um Ministério de nome tão longo, como “da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”. Para se ter uma ideia da amplitude das competências que Jair Bolsonaro confiou ao MMFDH, vale a pena destacar, do decreto do presidente Jair Bolsonaro nº 9.673, de 2019, o conteúdo do primeiro capítulo de seu anexo 1. Nele se estabelece os assuntos da área de competência do MMFDH, como se pode ver abaixo:

Figura 21 - Capítulo 1 do anexo 1 do Decreto presidencial nº 9.673, de 2019.



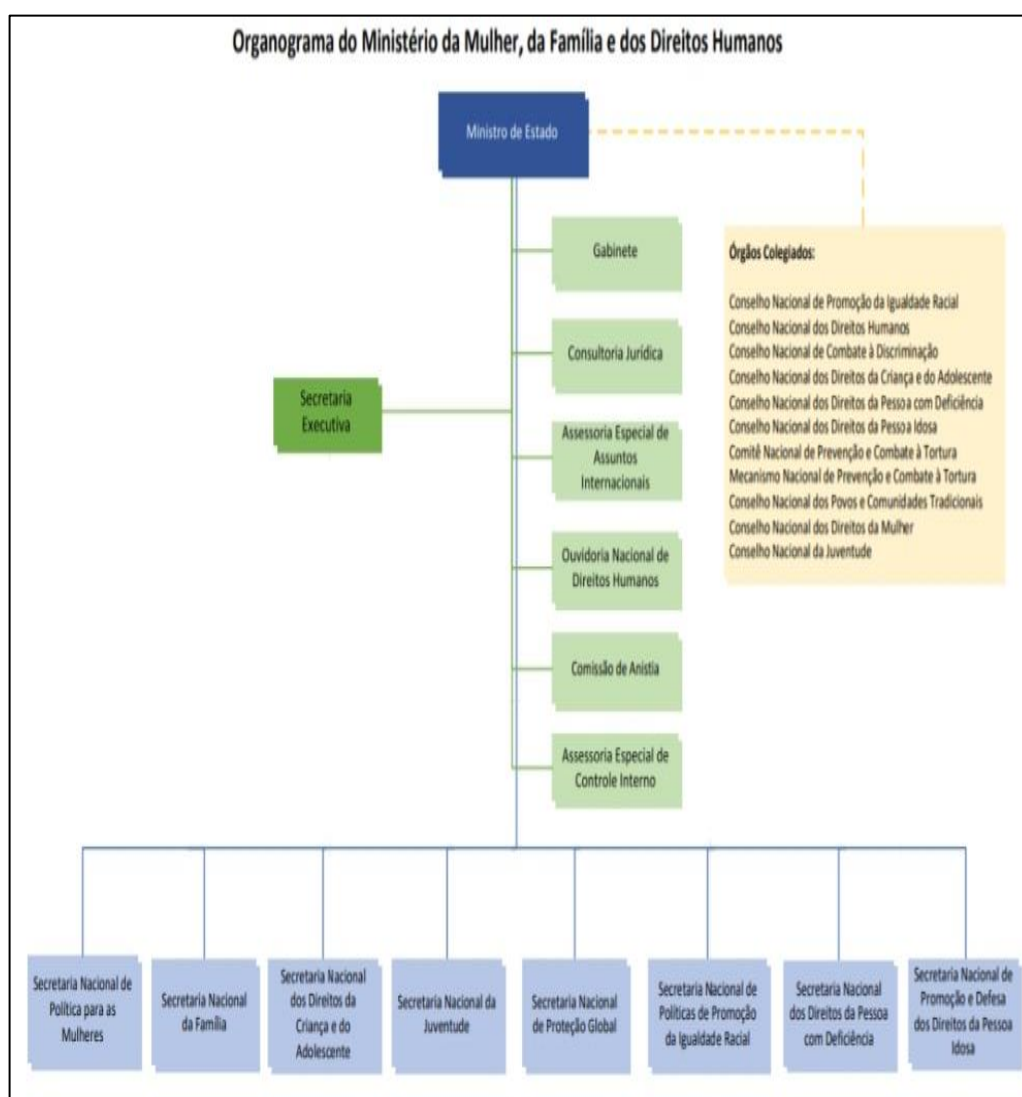
Fonte: BRASIL, 2019c, p.3.

Analizando os cinco tópicos que compõem este primeiro capítulo do anexo, percebemos que ficou na competência do MMFDH, majoritariamente, assuntos que são descritos como referentes aos direitos humanos. Observe que todos os assuntos elencados no primeiro tópico, aquele que toma mais espaço na descrição e se subdivide em ordem alfabética do item A ao item I, são entendidos como direitos humanos e, portanto, de competência do ministério chefiado por Damarens Alves. Tornou-se da responsabilidade do Ministério desta senhora bolsonarista neopentecostal, então, um conjunto vasto de elementos, incluindo-se aí direitos da mulher, da família, da criança e do adolescente, da juventude, do idoso, da pessoa com deficiência, da população negra e das minorias étnicas e sociais, além dos direitos do índio. Uma concentração burocrática tão ampla de poderes ministeriais potencialmente estratégica para reprodução de uma compreensão de mundo neoconservadora não poderia ser entregue para a liderança de qualquer pessoa. Mas, de alguém que o presidente da República avaliasse como

confiável para executar estratégias de ação que, diante da possibilidade de temas e subtemas que poderiam se relacionar com aquela pluralidade ministerial, representasse bem interesses e pautas ligadas a redes que promoviam e sustentavam o novo conservadorismo brasileiro e a normalização da extrema-direita que vinha crescendo nessa onda.

Em meio a essa já citada amplitude, a partir de um Organograma publicado pelo MMFDH, é possível visualizar, dentro da estrutura burocrática, o lugar reservado para ser ocupado pela pessoa que iria liderar esse superministério:

Figura 22 - Organograma Oficial do MMFDH.



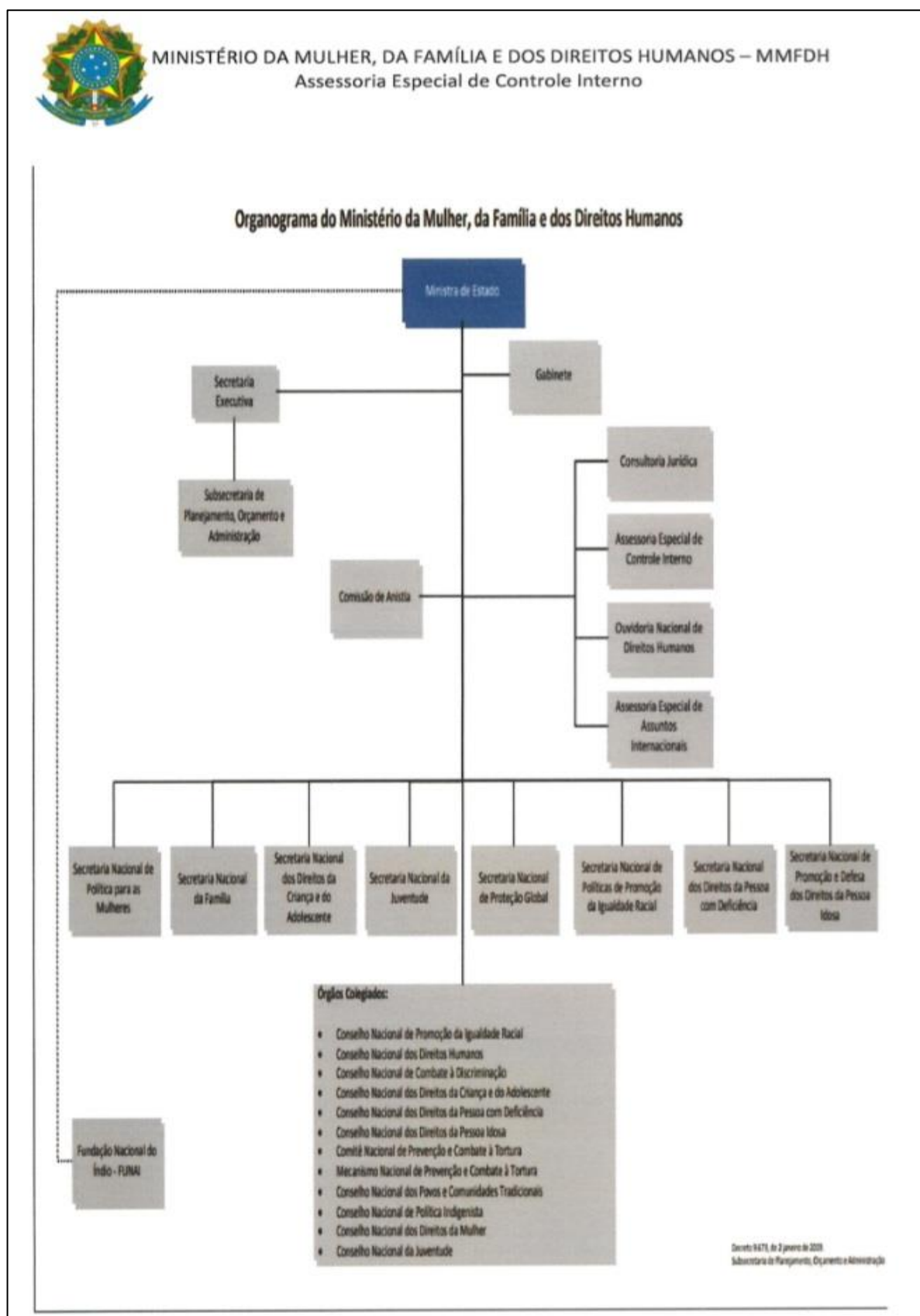
Fonte: BRASIL, 2019d, p.1.

Este último *print* deixa mais evidente o poder confiado a Damares Alves. Destaca-se em uma estrutura hierárquica expressada nos quadrantes as oito Secretarias Nacionais (de Política para as Mulheres; da Família; dos Direitos da Criança e do Adolescente; de Juventude;

de proteção Global; de Políticas de Promoção de Igualdade Racial; de Direitos da Pessoa com Deficiência; de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa). Além dos onze Órgãos Colegiados (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; Conselho Nacional de Política Indigenista; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Conselho Nacional da Juventude) Tudo isso ficava sob o controle de Damares Alves, além de uma Comissão de Anistia e uma Assessoria Especial de Assuntos Internacionais.

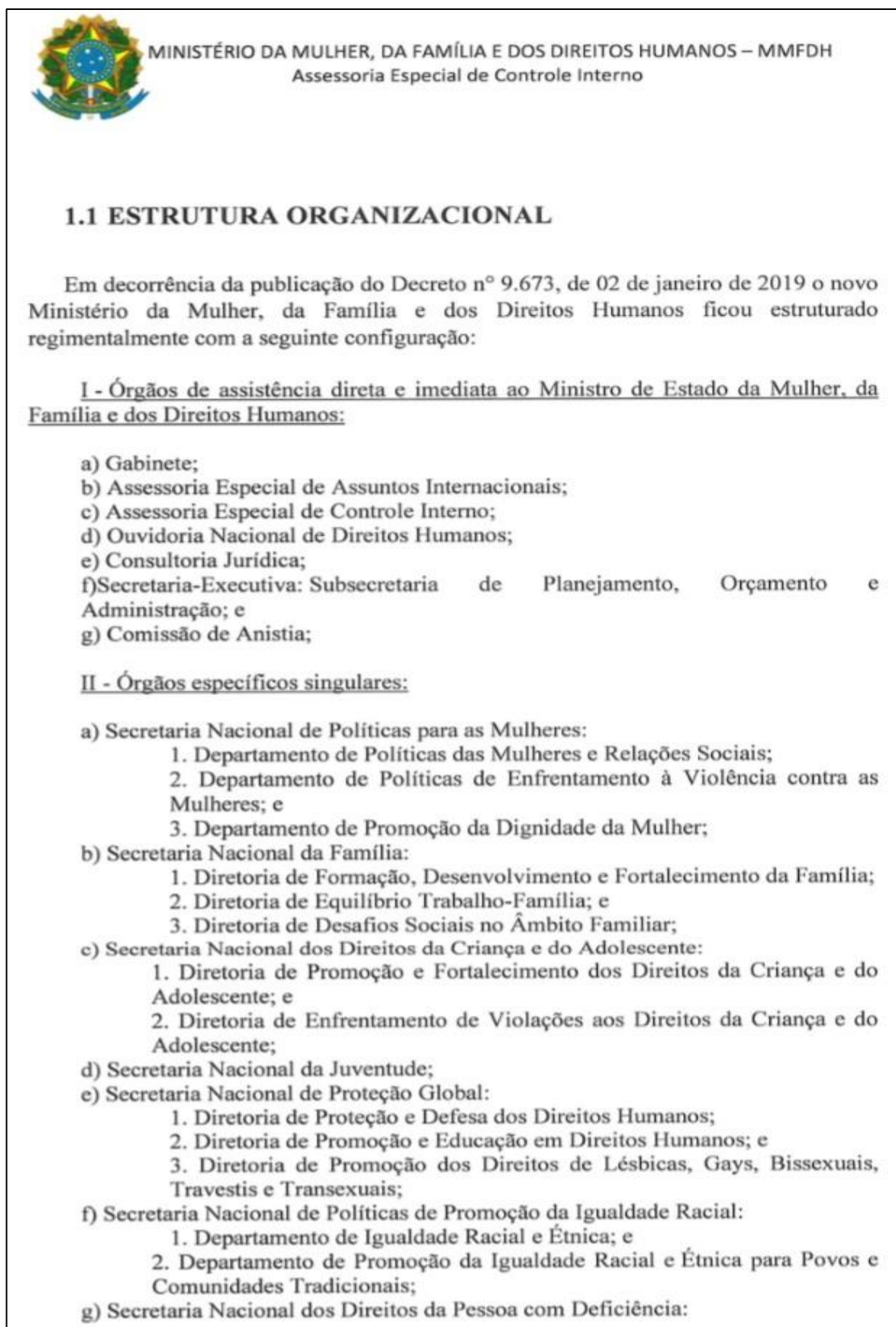
Todavia, vale ainda destacar uma alteração que foi publicada também em forma de um organograma, dessa vez no próprio Plano de Integridade do MMFDH. Como se tudo exposto acima ainda se tratasse de pouca coisa sob responsabilidade do Ministério de Damares, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) acabou sendo também enxertada como parte das competências do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Isso levou à adição de um décimo segundo componente do conjunto dos chamados Órgãos Colegiados: o Conselho Nacional de Política Indigenista. Tais acréscimos podem ser visualizados na imagem seguinte:

Figura 23 - Organograma presente no Plano de Integridade do MMFDH, contendo a inclusão da FUNAI.



Evidencia-se assim que, pelo menos no papel, aquilo que foi confiado por Bolsonaro a Damares Alves à frente do MMFDH é extremamente amplo. Obviamente seriam necessárias muitas teses para poder investigar a fundo suas ações e inações diante de toda a envergadura temática que o decreto presidencial supracitado colocou sob responsabilidade dessa instituição nos quatro anos do governo (2019 – 2023). Cientes de que isso jamais poderia ser a pretensão de um capítulo de tese, o que procuramos fazer aqui é visualizar o MMFDH abordando-o como estratégia bolsonarista no âmbito da relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita a partir do momento em que Bolsonaro chega à presidência da República, quando o bolsonarismo sai do lugar de oposição política para se tornar situação. De fato, era tanta coisa que o MMFDH estava autorizado a intervir por meio daquele decreto de Bolsonaro que o próprio ministério procurou explicar sua estrutura organizacional de forma um pouco mais detalhada, colocando-o por extenso e incluindo de modo resumido subdivisões das secretarias nacionais sob sua responsabilidade. Isso necessitou de quase duas páginas, como podemos ver através dos dois próximos *prints* que apresentaremos dividindo o assunto em duas partes:

Figura 24 - Primeira Parte da Estrutura Organizacional do MMFDH.



Como podemos observar neste primeiro *print*, aqui se descreve com mais precisão a existência de um conjunto que corresponde ao que ficou previsto como os “Órgãos de assistência direta e imediata” de Damares. Dentre eles, aparecem a Comissão de Anistia (fica difícil imaginar Damares Alves se empenhando na função de analisar indenização de vítimas da ditadura civil-militar tendo ela recebido a chefia do ministério como cargo de confiança de um saudosista da ditadura civil-militar como Jair Bolsonaro) e a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (com algum tipo de tendência no mundo o ministério de Damares Alves criado pelo nacionalista Jair Bolsonaro se preocupava em se conectar naquele momento de ascensão da quarta onda da extrema-direita no Ocidente).

É possível observar também que as Secretarias Nacionais vão sendo descritas como parte de um conjunto que corresponde aos “órgãos específicos singulares” do MMFDH, demonstrando-se que algumas estavam divididas na classificação de “Diretorias” enquanto outras eram divididas pela alcunha de “Departamentos”. Apesar do uso dos diferentes termos para demonstrar a subdivisão das secretarias não revelar a existência de clara diferença entre eles na prática, a preocupação em descrever como cada secretaria se subdividia acaba revelando outros aspectos relevantes. Como por exemplo, o fato de haver uma Secretaria Nacional de Juventude sob tutela do MMFDH que não possui, de acordo com o fragmento do texto que aparece no *print*, qualquer Departamento ou Diretoria para levar adiante de forma organizada os assuntos que deveriam ser de sua responsabilidade.

Um outro ponto que chama a atenção é que fica mais sugestivo o entendimento daquilo que o MMFDH procurou chamar pelo nome difuso de “Secretaria de proteção Global”, o que ao contrário das outras Secretarias Nacionais não parecia, observando-se dois terços das suas diretorias, ser voltada para assuntos mais específicos. Esta se subdividia em três “Diretorias”, as duas primeiras pareciam existir para se responsabilizar por todo e qualquer tipo de coisa que o MMFDH estivesse disposto a chamar genericamente de “direitos humanos”, já que a primeira “Direção” se voltava de forma geral para “Proteção e Defesa dos Direitos Humanos”, enquanto a segunda seria voltada para “Proteção e Educação em Direitos Humanos”. No momento em que me começou a parecer que isto funcionaria como uma espécie de secretaria de apoio direto aos assuntos específicos de competência de todas as outras (apesar dela aparecer no texto classificada como parte dos “Órgãos específicos singulares”), acabei me deparando com a descrição da sua terceira e última “Diretoria”, produzida a partir de um texto que se desvia de todo esse caráter mais genérico das descrições das duas primeiras “Diretorias” para parecer encaixar como parte dos temas a ficarem sob o cuidado de Damares Alves as

preocupações mais específicas acerca da temática LGBTQIAPN+. Como se pode imaginar, a sigla não aparece no texto, mas a partir daquilo que foi escrito para descrever o foco do trabalho da terceira “Diretoria”, não se poderia mais dizer que não havia no governo Bolsonaro, ao menos previsto no papel, quem não trabalhasse para reconhecer direitos desse público, já que havia na “Secretaria Nacional de Proteção Global” uma “Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Difícil imaginar que tipo de comprometimento com lutas de movimentos LGBTQIAPN+ realmente o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro estava disposto a ter ao colocar tal responsabilidade nas mãos de Damares Alves, a ministra que ao comemorou o recebimento do cargo afirmando que se abria “uma nova era no Brasil” em que “meninos vestem azul” e “meninas vestem rosa” (Hancock, 2019).

Vale lembrar que a continuidade da exibição desse segundo conjunto, referente às Secretarias Nacionais, e a exibição do terceiro conjunto, o qual corresponde aos Órgãos Colegiados, não cabem em uma página e necessita de parte de uma página seguinte, como se pode verificar na imagem abaixo:

Figura 25 - Segunda Parte da Estrutura Organizacional do MMFDH.



Desse modo, é preciso reiterar que o MMFDH acabou sendo criado e justificado como uma espécie de ministério versátil, onde muitas coisas poderiam ser pensadas, já que se tratava de um lugar dentro do governo Bolsonaro onde se discutiriam sobre direitos. E como se tratam de direitos de pessoas, qualquer discussão supostamente seria da alçada do ministério porque direitos de pessoas acabavam sendo entendidos como sinônimos de direitos humanos. De uma só vez, através daquilo que justificava o MMFDH e o poder confiado a Damares a extrema-direita encontrava também uma forma de esvaziar dentro do bolsonarismo qualquer possibilidade de uma discussão mais embasada conceitualmente acerca do que são direitos humanos. Como se esse par de observações não representasse por si só uma condição que nos levasse a questionar hoje as intenções da criação daquele ministério com amplas competências, a inclusão de comissões como de combate à tortura órgãos enxertados nele de última hora, como a FUNAI, aponta ainda para uma outra serventia do MMFDH dentro do bolsonarismo: ele acabava sendo útil como uma espécie de amplo armário, no qual se abrigavam coisas que seriam nele colocadas para serem usadas, como também coisas que nele se colocariam para se dizer que elas tinham lugar, quando na verdade, este lugar poderia servir para armazená-las e assim deixá-las para serem esquecidas.

Os dados nos trazem informações. Mas, nossa análise precisa ir além daquilo que pode ser visto a partir das publicações do governo, seja no que diz respeito ao decreto de Bolsonaro que criou o MMFDH, seja no que diz respeito ao que o próprio ministério publicizou em forma de documentos de sua autoria. Nesse sentido, partindo destas reflexões é que nos sentimos estimulados a lançar mais perguntas. Que tipo de capital político estava de fato por trás da figura de Damares Alves no contexto das guerras culturais para normalização da extrema-direita? Que tipo de relação estratégica pode ser estabelecida entre o seu lugar no âmbito do neopentecostalismo no Brasil e o lugar político que ela veio ocupar no governo de Jair Bolsonaro? Esse tipo de análise pode ajudar a perceber outras formas de associar o Movimento Escola Sem Partido e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no âmbito das guerras culturais para normalização da extrema-direita? Como veremos daqui por diante, nossa análise nos ajudou a entender que a chefia confiada à pastora e advogada Damares Alves não ocorreu por acaso, percepção que nos levou um campo rico de questões.

Embora não fosse ainda notável para a maior parte do povo brasileiro antes de ter sido anunciada como ministra, Damares já era, antes da eleição à presidência de Jair Bolsonaro em 2018, uma figura longe de poder ser classificada como desconhecida no meio neoconservador. Não só pelo fato de ter notoriedade em meio a um público evangélico, mas

também porque, antes mesmo de Bolsonaro ser presidente, a sua relevância no campo religioso já tinha lhe garantido inserção no meio político institucional em Brasília. Não bastasse o apoio historicamente declarado de Damares Alves ao Programa Escola Sem Partido e o fato dela própria ter dito na cerimônia onde tomou posse como ministra de Bolsonaro que a partir daquele momento “acabou a doutrinação de crianças e adolescentes naquele país” (Saldaña; Faria, 2019), ela foi durante anos assessora parlamentar de um famoso cantor do público gospel que havia se tornado senador da república no Brasil chamado Magno Malta. Tendo começado a ocupar uma vaga no senado brasileiro desde o ano de 2010, o artista do mundo evangélico em questão, estreitou laços com o até então deputado federal, Jair Bolsonaro, justamente durante em anos que correspondem a um forte crescimento do antipetismo pós junho de 2013.

Como senador assessorado pela pastora Damares, importa ressaltar que o próprio senador Magno Malta também teve um ponto de destaque na trajetória do Movimento Escola Sem Partido. Foi ele quem apresentou e militou de forma árdua pelo projeto de lei 193/2016 (Brasil, 2016) no próprio Senado Federal, o qual, de sua autoria, procurava instituir o ESP em um momento onde era bem mais comum que PLs em defesa do movimento fossem apresentados na Câmara Federal.

Para se ter uma ideia do quanto este senador militante do MESP para quem Damares trabalhava antes de 2019 era próximo de Bolsonaro, vale lembrar que Magno Malta foi convidado por Jair para colocar seu nome como vice presidente na sua chapa que viria concorrer às eleições em 2018. Como se sabe, isto não se concretizou, e ex-militar acabou concorrendo tendo como seu vice o General Hamilton Mourão. Mas, a formação da chapa Bolsonaro/Malta só não ocorreu porque foi este senador da república eleito na época pelo estado do Espírito Santo que recusou o convite. O cantor gospel divulgou, o que no seu entender, eram duas justificativas válidas para rejeitar a proposta. A primeira era que ele poderia fazer mais diferença para o país sendo reeleito para permanecer no Senado. A segunda era que acreditava que Bolsonaro iria se tornar o novo presidente do país independente de quem fosse escolhido para ser o seu vice (Camporez; Góes; Jungblut, 2018).

Como se sabe, sem Magno Malta, Jair Bolsonaro, acabou realmente se tornando presidente da república. Todavia, o músico que havia se consagrado no meio evangélico também como um parlamentar defensor da família cristã brasileira acabou se envolvendo em um conturbado processo de divórcio solicitado pela sua esposa justamente no contexto das eleições de 2018, o que pode ter contribuído para o fato dele não ter conseguido alcançar o número de votos suficientes para se reeleger senador após oito anos exercendo o cargo. Com um capital político desgastado pós eleições, apesar de seu histórico de proximidade com Jair

Bolsonaro, o cantor de música gospel que militava pelo MESP não recebeu convite para ocupar cargo em um ministério no governo federal como muito imaginavam que ocorreria durante aqueles meses finais em que exercia mandato de Senador. Mas, sua assessora no Senado, Damares Alves, sim. Questionado naquela conjuntura por uma jornalista se o convite que sua assessora havia recebido era devido aos méritos dele e uma forma de compensá-lo por não ser convidado para integrar o governo bolsonarista, Malta ofereceu uma resposta relevante para os interesses desta tese, ao argumentar que a jornalista estava equivocado e aquela convocação não expressava uma valorização do trabalho dele mesmo, já que o convite que Damares Alves havia recebido se dava por conta do reconhecimento do trabalho e das capacidades que pertenciam à própria Damares (Audi, 2018).

Quando a ministra em questão começou a se tornar mais conhecida pelo público brasileiro em geral, ainda em fins de 2018, ela se tornou alvo de muitas chacotas antes mesmo de assumir seu triplo ministério e também logo depois de ser nomeada para o cargo no início de 2019. Isso ocorreu sobretudo por conta de declarações polêmicas amplamente repercutidas na mídia e que acabaram ganhando grande visibilidade na época pela *internet*. Podemos destacar entre elas o fato de Damares Alves, em um evento oficial do governo, ter comemorado que estava se abrindo um novo momento para o país no qual meninos vestiriam roupa azul e meninas vestiriam roupas rosa (Pains, 2019). O vídeo da ministra festejando e verbalizando esse comentário gerou fortes críticas que impulsionaram reflexões se era trabalho de uma ministra do governo se preocupar com cores de roupas previamente separadas para pessoas de sexo masculino e de sexo feminino e se cabia ainda a grande preocupação dela de se educar crianças assim, ao ponto de isto ser considerado o marco de uma nova era como ela anunciava.

Todavia, a história que fez Damares tornar-se durante algumas semanas um assunto muito comentado no Brasil foi o seu relato de que, quando criança, após sofrer abusos sexuais, ela teria desistido de viver e tentou se suicidar, o que iria fazer após subir em um pé de goiaba portando veneno, mas acabou desistindo porque Jesus Cristo teria ido atrás dela chegando a subir na goiabeira para lhe consolar verbalmente e lhe dar um abraço (Campos, 2018). Neste relato da experiência mística ocorrido em cima da goiabeira, a ministra diz ter falado com Jesus preocupada, pedindo para Cristo não subir na árvore porque por Ele não ter esse costume Ele poderia cair e se machucar (Extra G1, 2018). Aquela criança teria sido assim salva por um milagre, o qual se expressava na própria aparição de Jesus Cristo, o qual realizou uma intervenção direta e amorosa, convencendo a menina a não tomar o veneno e descer da árvore. Assim, a ministra, que supostamente se tratava de uma pessoa que havia sido escolhida para ser visitada por Deus durante sua infância, foi relatando características físicas, das vestes e da

personalidade de Cristo, demonstrando que teria tido acesso à figura central da maior religião do mundo Ocidental com alto grau de intimidade e dizendo ainda ter conhecimento de que Jesus quer ter também experiências extraordinárias, nos dias de hoje, com outras crianças.

O relato sobre Jesus na goiabeira gerou tanto posicionamentos de contestação das capacidades mentais da ministra como em defesa de sua legitimidade para ocupar o cargo. Uma tensão que, em fins de 2018, trouxe-lhe uma visibilidade hiper dimensionada nas redes antes ainda de que ela assumisse o cargo. Aquela assessora de Malta com histórico de militância pelas pautas do MESP que já era respeitada no meio neoconservador tornou-se inspiração para galhofas e criação de memes entre pessoas não conservadoras (Bol, 2018). Isso contribuiu para torná-la no primeiro ano do governo Bolsonaro uma figura pública muito conhecida e comentada na *internet*.

As declarações de Damares, compartilhadas na *web*, acabaram servindo para análises políticas apressadas que concluíam que o valor daquela ministra escolhida por Bolsonaro seria apenas o de ocupar o povo brasileiro com falsas polêmicas, as quais iriam servindo de cortina de fumaça enquanto pautas realmente importantes do governo deixariam de receber a cobertura que realmente mereceriam na imprensa. Ou seja, em última instância, a função de Damares no governo de Bolsonaro seria tão somente a de causar desinformação na população. Um entendimento criticado em um artigo publicado na página da revista Carta Capital em 2020 de autoria da cientista política Esther Solano (Solano, 2020). Nele a autora alertava que aquilo que pode soar para muitos “ridículo, absurdo, grotesco, faz sentido para muita gente” e as pessoas que achavam que o papel de Damares era desviar o olhar para problemas importantes do governo Bolsonaro ocupando o tempo e o espaço da mídia em reportagens sobre política com coisas banais não conseguiam entender o quanto ela e as pautas que ela defendia eram relevantes para sustentar o bolsonarismo e nem que ela possuía um poder de mobilização gigante, pois “[n]um país onde milhões não encontram resposta nenhuma na política e no Estado”, destacavam-se no horizonte “a família, as relações privadas e a igreja” como “as únicas opções que permitem manter redes de apoio econômico, afetivo, psicológico e espiritual”. Percebe-se que a crítica de Solano não era apenas à pouca compreensão que ela alegava existir sobre a importância da figura de Damares naquela conjuntura no país, mas como um pequeno entendimento sobre a pessoa da ministra e a sumária desvalorização da mesma enquanto ator social convocado para as lutas de Bolsonaro revelava falta de compreensão sobre fenômenos sociais que ocorriam naquele momento e que, como destacamos nesta tese, acabavam contribuindo para o processo de normalização da extrema-direita.

Pouco compreendida, portanto, entre seus críticos, pode-se afirmar que, em grande medida, a força política da religiosa Damares era incrementada pela sua habilidade de chamar para construir uma história em conjunto aqueles que, como parte de um tipo de subjetivação adotada, tinham a tendência de se sensibilizar com “a capacidade do ser humano de ocupar um espaço social e transformá-lo comunicando aquela primeira transformação ocorrida no seu interior” (Almeida, 2019, p. 231). Era justamente dentro de uma sociedade atravessada por miséria, corrupção, desemprego, instabilidade econômica, senso de competitividade e indiferença que pessoas que se sentiam impotentes e excluídas se identificavam com o crescimento do fundamentalismo religioso cristão e seu avanço no campo político coordenado por pessoas que falavam do Deus do cristianismo com intimidade.

Aqui cabe refletir que aquela história sobrenatural contada com tanta naturalidade por Damares, se analisada dentro de uma perspectiva histórica de viés do catolicismo tradicional, poderia gerar um dia, após a sua morte, uma investigação por parte do Vaticano. E caso o relato desse milagre da aparição de Jesus a uma criança no Brasil, após investigação movida por essa instituição religiosa tradicional e de poder transnacional, passasse a ser aceito como verdadeiro, Damares após sua morte teria um caminho aberto para um processo que poderia culminar considerando-a uma santa.

Vale salientar que estamos falando de uma mulher que ainda está viva e não se coloca sob um viés confessional de qualquer tipo de instituição religiosa que tenha o hábito de, mesmo crendo em experiências sobrenaturais, fazer investigações de algum tipo para verificar veracidade de relatos místicos, como o Vaticano. E ainda que a cristã Damares fosse de confissão católica, quando falamos de cristianismo e o observamos a partir de uma perspectiva histórica, podemos perceber que em muitos momentos o descompasso entre a autoridade das instituições que procuraram administrá-lo e o tipo de fé que fazia sentido para a população comum foi resolvido de formas contraditórias e complexas. Trazer esse tipo de reflexão para esta tese pensando como dinâmicas complexas dessa natureza podem ser experimentadas no Brasil recente pode nos ajudar a entender a propensão a outros olhares, de cunho mais positivo, sobre Damares Alves e o ministério a ela confiado.

Importante destacar um ponto do relato de Damares na goiabeira que expressa a superioridade de um modelo de fé mais intimista, o qual vai sendo construído no discurso como algo que mostra proximidade com um Deus ativo e preocupado com os excluídos, em detrimento de um padrão de fé mais institucionalizado, rotinizado e aparentemente incapaz de satisfazer a necessidade dos fieis de sentirem uma presença mais intensa de Deus em suas vidas. De acordo com a história que Damares relata, o qual teria ocorrido quando ela ainda tinha 10

anos, ela já era cristã quando tentou na infância se suicidar subindo na árvore e portando veneno. Mas, ao terminar de contar sobre a “experiência extraordinária” que teve na “goiabeira” ao lado do Messias que acabou salvando sua vida, Damares arremata dizendo que “lá naquele galho do pé de goiaba, Jesus Cristo me deu o abraço que a igreja não deu” (Extra G1, 2018). Esse é um fragmento de seu discurso que poderia até passar despercebido por algumas pessoas, mas que entendemos como algo central para esta pesquisa preocupada em entender discursos estrategicamente usados como força de mobilização no bolsonarismo.

Se olharmos com cuidado para a história deste Ocidente hoje impactado por uma quarta onda extrema-direita, veremos que pessoas comuns vivendo em meio a cenários de instabilidade e se agarrando à fé que possuem enquanto desacreditam das várias instituições que compõem a sociedade não é um assunto novo no mundo ocidental. De acordo com o que Michel de Certeau (2021; 2015) alega ter descoberto em seus estudos sobre misticismo, sabe-se, inclusive, que pessoas vivenciando esta conjuntura muitas vezes podem ir deixando de ter apreço por um formato de religiosidade burocrática e tradicional em funcionamento dentro de igrejas. O que pode ir ajudando-os a relativizarem aspectos mais litúrgicos das rotinas eclesiais e se encaminharem para um tipo de espiritualidade que as deixem mais capazes de se identificar com relatos de outros seres humanos que também afirmem já ter se sentido excluídos ao ponto de não encontrarem mais prazer em viver e que aleguem que suas vidas ganharam sentido quando passaram a ter experiências mais diretas de intimidade com o sagrado. Para este pesquisador, é necessário entendermos estas perspectivas não apenas como binarismos de oposição, mas até mesmo enquanto elementos de complementação, a depender da capacidade do modelo tradicional de se apropriar daquilo que pode parecer estar se desenvolvendo junto ao povo e fora de seu controle. Neste sentido, é válido entender que o próprio cristianismo, ao longo de seus dois mil anos de história, do ponto de vista institucional e burocrático-administrativo, conseguiu sobreviver e se expandir no Ocidente como religião, em grande medida devido à sua capacidade de dialogar com diferentes tendências de cristianismos em disputa que foram se manifestando em diferentes séculos e espaços. Em vários momentos e lugares na história ocidental em que as igrejas acabaram se acomodando em estruturas formais de poder e se distanciaram de grande parte da população, a eclosão de movimentos religiosos de nível mais comunitário embasados em relatos de experiências místicas, os quais foram surgindo de modo mais espontâneo no meio do povo, acabaram servindo para reavivar o caráter popular da tradição cristã. Nesse sentido, também é importante destacar que muitas vezes estas experiências históricas construíram formas de crenças religiosas que desembocaram

comportamentos sociais que pareciam conduzir a própria expansão da Igreja cristã por caminhos que a faziam se distanciar de sua doutrina.

Dessa forma, importa salientar que a tradição eclesiástica cristã nem sempre lidou historicamente com essas possíveis ameaças chamando abertamente seus desviantes de hereges e queimando-os em fogueiras. Muitas vezes a burocracia eclesiástica, em nome da continuidade do cristianismo institucional, ainda que por caminhos discutíveis, optou por uma relativização histórica de sua autorrepresentação, preferindo focar na cooptação dos movimentos populares e na ratificação das virtudes dos místicos e evitando assim cismas e mais perda de apoio popular. Seguindo os interesses desta pesquisa, vale ressaltar que este é um ponto muito importante que as pesquisas históricas de Certeau (2021; 2015) nos deixou como legado. Isso porque, se em nome da continuidade de expansão da instituição cristã os setores burocráticos das igrejas se demonstram dispostos a efetuar uma relativização histórica de como elas acabam sendo representadas pelos místicos, estes por sua vez acabam sendo impulsionados dentro da sociedade ao passarem a ter consigo, também, uma legitimação concedida por uma instituição que, visando se apropriar do capital simbólico que ele conseguiu junto ao povo, isenta-se de contestar suas crenças e ações. Aqueles que produzem as narrativas místicas tendem assim a ir se tornando mais socialmente valorizados. Não é difícil entender que, em anos recentes, esse tipo de capital social tem se transformado em capital político, ajudando a alavancar, por meio do voto democrático, a influência do fundamentalismo religioso cristão no campo de decisões políticas no Brasil (Lacerda, 2019).

Michel de Certeau (2021; 2015) se dedicou assim, entre vários assuntos que lhe interessaram em vida, ao estudo da mística em diferentes épocas da trajetória da Igreja cristã no Ocidente. Todavia, importa destacar aqui que, para evitar anacronismos e grosseiras generalizações filosóficas, a manifestação desse fenômeno para ele precisava ser entendida não só com relação a características da religiosidade cristã de cada época em que surgia demonstrando poder de representar pessoas que se sentiam excluídas, mas também com relação a como operavam no tempo e no espaço outros elementos que ajudavam a configurar o cenário situado no qual os produtores de relatos místicos em formato de testemunho adquiriam credibilidade junto ao povo, como fatores econômicos, políticos e ligados às formas de saber. Vale ressaltar, portanto, que a figura do místico foi abordada nas pesquisas de Certeau não como um ser mágico, mas como um personagem intrigante de uma trama social a ser desvendada, sendo ele parte relevante de um estado de coisas onde era possível que pessoas se sentissem representadas por relatos de experiência pessoal de alguém ao ponto disto se transformar em um movimento de grande impacto dentro da ordem social.

Dessa forma, procuramos utilizar como ponto de referência teórico os estudos da mística na tradição cristã para auxiliar nossa compreensão sobre o que representa Damares Alves enquanto indivíduo ligado a uma complexa trama social no Brasil recente. É válido estar atento para o fato de que “os discursos e as práticas místicas instauram outras maneiras de se representar o sagrado-divino”, o que pode ocorrer “a ponto de alterar as representações desse mesmo divino nas discursividades teológicas amplamente estabelecidas por poderes (eclesiásticos, por exemplo) outros” (Reis, 2018, p. 81), cientes de que esta discussão envolve uma espécie de fusão entre os campos religioso e político que aponta para a complexidade da relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita.

Nesse sentido, qualquer reflexão apressada sobre, por exemplo, o que significou o relato de Damares sobre Jesus na goiabeira, enquanto seu cartão de visita ainda em fins de 2018, pode soar como algo muito simplório diante do contexto complexo em que Bolsonaro chegou à presidência disposto a lhe confiar o cargo de chefia em uma espécie de ministério “três em um”. De acordo com as reflexões de Certeau (2021; 2015), não é possível sequer analisar a figura do místico buscando entendê-lo somente por ele mesmo, já que sua aparição como figura de destaque social dá de forma emaranhada com o tipo de comunidade que incorpora seus relatos como uma expressão racional e com as instâncias que configuram, por meio de tensões e disputas pelo poder, a sociedade na qual ele está inserido. O que parte de uma sociedade passa a acreditar como projeto de Deus, supostamente, vai se revelando a partir de sinais que vão sendo reconhecidos em discursos do místico, o que só ganha sentido e força em cenários socio-historicamente construídos. Portanto, para evitar anacronismos e utilizarmos o referencial teórico da forma mais eficaz possível, apenas se estivermos dispostos a levar em consideração que diferentes panos de fundo são configurados por diferentes variáveis é que poderemos dizer que a “experiência mística reflete sempre o seu caráter exodal, mesmo em uma interioridade porque essa última é alargada por ser habitada por um Outro” (Almeida, 2019, p. 230-231).

Desse modo, a fé experimentada coletivamente a partir do relato da experiência do místico acaba contribuindo para criar uma ética a ser vivenciada na relação deste com os outros. Ela funciona como ponto de partida ou de confirmação da necessidade de um redirecionamento da construção de uma trajetória a ser vivida em conjunto pelos que comungam da crença. Para a comunidade de fiéis, ainda que um relato individual de suposta comunicação com Deus tenha como tema algo muito específico da intimidade da vida do místico, o conteúdo não é entendido como algo que pertence só a ele. Se foi o Deus de todos que se manifestou, o Deus que tem um projeto para o Seu povo, deve haver algo no relato do indivíduo que supostamente revela

orientações para que a comunidade dos fiéis se engaje em um empreendimento que não é apenas coletivo, mas, sobretudo, divino e fará com que todos se sintam mais próximos de Deus.

Interessante pensar sobre o enorme potencial de mobilização política que esse tipo de lógica religiosa representa, bem como o potencial que ela tem no caso de se organizar dentro da estrutura burocrática do próprio Estado dispositivos para acioná-la. No caso do Brasil, em um cenário de expansão de um fundamentalismo religioso cristão, o bolsonarismo, com a ajuda de pessoas consagradas no campo neopentecostal, como Damares Alves e Magno Malta, ambos envolvidos também com o Movimento Escola Sem Partido, foram desenvolvidos meios de cooptação política de pessoas que se sentiam excluídas da sociedade. Estas têm encontrado em igrejas neopentecostais, as quais supervalorizam relatos de experiências místicas com a prática dos testemunhos em púlpito, não só caminhos para se sentirem virando o jogo das suas experiências pessoais de existência, mas um ponto de encontro para de conectarem como parte de um projeto divino de mudança do mundo onde vivem (Mariano, 2014). Não por acaso o bolsonarismo procurou usar como força de mobilização política uma visão de patriotismo embasada na ideia de reconstrução de uma nação que precisaria reencontrar seus caminhos se posicionando abaixo da vontade de Deus. Ele buscou reconhecimento em um discurso que encontrava ressonância no imaginário de uma sociedade forjada sob representações de um cristianismo cristalizador de hierarquias e dominações sociais (Lynch; Casimiro, 2022), a qual desde sua colonização foi exposta a um trabalho de jesuítas que há quatro séculos já moldavam subjetividades mesclando religião e educação neste território. Esse imaginário acerca da reconstrução de uma nação, tendo Deus acima de todos, conforme uma perspectiva bolsonarista, já justificaria com a legitimidade da fé compartilhada não só novos caminhos a serem trilhados no campo da religião, mas também mudanças a serem realizadas na esfera da educação, já que as intervenções nas duas esferas vão se harmonizando discursivamente como uma espécie de grande e único trabalho conjunto.

Embora ao longo de toda a sua história o cristianismo possa se encontrar a crença em um dualismo marcado por lutas entre os reinos espirituais dos céus e das trevas, houve uma imensa intensificação deste maniqueísmo místico dentro da doutrina do neopentecostalismo. Este movimento religioso cristão do qual parlamentares de base bolsonarista são representantes no Brasil é de origem estadunidense e chegou no território nacional por volta da década de 1980, portanto, durante a Guerra Fria, mesclando tendências neoliberais e neoconservadoras (Lacerda, 2019). Caracterizado por forte misticismo e emocionalismo em seus cultos, ao mesmo tempo defende que cabe aos cristãos ocupar espaços de poder na sociedade para ajudar a configurar o mundo na medida do possível conforme a vontade de Deus. Uma reflexão sobre o

apreço ou não de neopentecostais pela constitucionalidade de decisões do STF, como o caso do MESP, precisa levar em conta este dualismo de carácter espiritual entre as forças de Deus e as forças demoníacas, haja vista que para eles, essa luta só terminará em definitivo quando Jesus retornar para fazer justiça na Terra e, ainda que nem todas as pessoas estejam conscientes disso, os seres humanos “participam ativamente de uma ou de outra frente de batalha” (Mariano, 2014, p. 113).

Nesse sentido vale lembrar que os exercícios de análise de discurso político, os quais visam entender relações entre usos da linguagem e as tensões sociais dentro de contextos, não podem focar apenas no conteúdo racional e literal daquilo que é dito, pois também se faz necessário, refletindo sobre os contextos, entender que aquilo que é dito pode não corresponder à verdade dos fatos, mas ainda assim provocar reações emocionais e mudanças de comportamento dentro das disputas onde a linguagem está sendo utilizada como recurso. Em outras palavras, apesar da razão ser importante para se entender um discurso político, este também pode se deslocar “do lugar do *logos* para o do *ethos* e do *pathos*, do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação”, o que significa dizer que é preciso estar atento para se perceber que, no discurso político, “os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir os valores de verdade” (cf. Charaudeau, 2018, p. 46). Isso tem que ser verificado com cuidado no caso da realidade brasileira, já que, por vezes, uma espécie de borramento de fronteiras entre o campo religioso e o campo político pode ser operado, constituindo um caminho promissor de normalização da extrema-direita, haja vista que

assim como outros dispositivos sociais que consolidam discursos, a religião serve, em grande medida, como instrumento de legitimação de uma ideia de verdade que não é feita para ser entendida como historicamente construída. Quanto mais um discurso religioso for construído como natural e atemporal, tanto menos sua autenticidade será questionada e maior poder de orientar comportamentos ele terá (Oliveira; Oliveira, 2021, p. 264).

Observar isso nos ajudou a detectar, por meio de análise de discurso, mais uma aproximação entre o MMFDH e o Escola Sem Partido. É que na origem do MESP também há o relato de uma experiência particular vivida pelo seu fundador, Miguel Nagib (Penna, 2016), a qual, embora não tenha se tratado na época de uma experiência mística, também colocava como central questões ligadas a um imaginário religioso da cristandade. Foi algo conectado mais diretamente com uma perspectiva católica. Coincidentemente, no início dos anos 2000, quando ocorreu o fato, os evangélicos ainda não tinham todo poder de organização política que viriam a desenvolver pouco mais de uma década depois, o que ficou mais claro nas eleições que consagraram Bolsonaro presidente em 2018. O acontecimento narrado por Nagib conduz à

conclusão de que cada vez mais pessoas deveriam se mobilizar tomando partido por um dos lados em uma disputa que demonstrava que valores religiosos cristãos estavam sendo ameaçados. Nesta narrativa, o despertar de Miguel Nagib teria ocorrido após ele descobrir que um professor de sua filha teria comparado o altruísmo de São Francisco de Assis ao altruísmo de Ernesto Che Guevara. Uma história que traz representações sociais capazes de apelar no sentido de um imaginário religioso de um país com uma população de filiação majoritariamente católica no ano em que o MESP surge, 2004. Não sejamos tão inocentes. O relato pessoal tomado como justificativa para a criação do MESP não evocou simplesmente um debate técnico sobre que modelo de educação seria melhor para a sociedade brasileira. Há no conteúdo dele um absurdo relatado que visa mobilizar pessoas a seu favor e ele é de cunho essencialmente religioso: a quem cada uma das duas figuras históricas teria servido? O altruísmo de São Francisco não poderia ser comparado com o altruísmo de Che Guevara de acordo com este olhar pois isto seria um insulto à fé. No cerne do debate deve ser colocada como filtro a ótica do sagrado, a qual pode levar a ver o caso a partir de uma perspectiva polarizada e maniqueísta que exigiria maior envolvimento com a defesa de uma religião que deve passar a transbordar para a esfera política. O homem que se chamou Francisco não é comum, ele é um santo reconhecido pela Igreja Católica que teve, Nagib não, mas ele sim, experiências místicas com o Deus cristão segundo a tradição eclesiástica que o consagrou beatificando-o. O homem que se chamou Guevara foi um comunista ateu, a sua fama como personagem histórico relevante teria se dado dentro de um âmbito das lutas de esquerda na América do Sul, na conjuntura de polarização da Guerra Fria, em uma época onde os estadunidenses que combatiam guerrilheiros e apoiavam ditaduras militares neste continente supostamente representavam a luta do Ocidente cristão contra o avanço das ideias materialistas do socialismo da União Soviética no mundo.

Assim, o relato da experiência particular de Nagib, que é a base fundadora do MESP, pressupõe a necessidade de organização de pais de alunos contra os efeitos que persistiam no campo da educação de uma conspiração transnacional e histórica no país. Cidadãos, pessoas religiosas, deveriam se unir para defender a verdadeira ordem do mundo, aquela que fazia ressonância com seu modelo de fé. Os valores da tradição cristã de um mundo capitalista deveriam ser as diretrizes por trás da educação de seus filhos, por isso era necessário organizar os meios de se lutar contra uma ameaça comunista mobilizada de forma mais direta por professores. Estes seriam os agentes fundamentais de um sistema educacional corrompido e doutrinator que revelaria uma incapacidade do Estado brasileiro de se responsabilizar devidamente pela garantia dos valores da família...e da fé.

Percebe-se que o acontecimento narrado como experiência particular de Nagib em 2003 não se trata de um testemunho de uma experiência mística como naquele relato de Damares conversando com Jesus na goiabeira que veio à tona no ano de 2018. Todavia, fica claro que há na interdiscursividade toda uma tentativa de mobilização de sentidos que vai conectando educação, religião e política ao mesmo tempo em que procura encontrar legitimidade no imaginário como luta que procura combater no presente os supostos defeitos de um passado ainda vivo e degenerante. Assim, pessoas foram sendo convocadas para fazer parte de uma história a ser construída coletivamente, a trajetória de um movimento que viria a se chamar Escola Sem Partido. Um movimento que como já explicitamos aqui anteriormente, já era defendido por Jair Bolsonaro antes deste se tornar presidente e por Damares Alves, antes desta ser convidada para ser ministra do MMFDH e se tornar conhecida na mídia após a viralização do vídeo contendo o seu relato de que conversou quando criança com Jesus em cima de uma goiabeira.

Se queremos entender como a figura mística de Damares Alves sendo colocada por Jair Bolsonaro à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos poderia estar conectada com o desejo da extrema-direita de seguir impulsionando aquilo que o Escola Sem Partido representava, talvez devêssemos começar tentando perceber que grande parte daquilo que o bolsonarismo queria reverberar ideologicamente já estava potencialmente acomodado no MESP. A força de mobilização por trás de um movimento como este envolve muito mais do que questões políticas, partidárias e jurídicas. Estamos tratando de fato aqui de um movimento social conservador (cf. Pleyers, 2019) que se desenvolveu ao ponto de encontrar abrigo em um cenário de complexidade institucional (cf. Ancelovici; Rousseau, 2009). Um movimento de pautas mobilizadoras, o qual foi capaz de atuar de formas diferentes ao longo de sua trajetória adaptando seu repertório de ação como reação à estrutura de oportunidades políticas (cf. Tilly, 2010). Ele não foi apenas restringido por elas, mas as foi interpretando e agindo diante das mesmas de forma criativa (Mathieu, 2007) para seguir avançando ao longo dos anos muito antes de Bolsonaro se tornar presidente da república.

No imaginário social de pessoas que comungam do tipo de religiosidade neopentecostal, a verdadeira legitimidade para ocupar um cargo como o de Damares não deveria vir de um currículo profissional, este é que decorreria do fato dela ter sido desde sua infância na goiabeira escolhida e capacitada pelo próprio Deus em quem elas confiam. Isso significa dizer também que a pastora evangélica que se tornaria ministra pode ter sensibilizado

não só aqueles que já a conheciam por meio do *ethos* discursivo¹¹⁰ de seu relato místico, mas ter também construído dessa forma um *ethos* prévio que lhe serviria para discursos que ela viria a fazer posteriormente à frente do MMFDH. O capital religioso se confundiria com o político em um jogo que o levaria a se expandir.

Conforme Ancelovici e Rousseau (2009), que nos convidam a pensar os movimentos sociais na atualidade em um âmbito de complexidade institucional e sugerem que a teoria dos campos de Pierre Bourdieu pode auxiliar nessa direção, faz-se necessário aqui estarmos atentos para o fato de que Damares Alves, uma pastora militante com certo nível de consagração no campo religioso e já conhecedora do campo político, haja vista que já estava inserida nele desde a época em que era assessora do senador Magno Malta, é uma pessoa ligada ao MESP que ascendeu à chefia de um ministério federal triplo no ano de 2019 para trabalhar dentro da estrutura de funcionamento do governo federal de um presidente ligado ao MESP (Jair Bolsonaro). Tentar entender a sociedade passa assim por tentar entender em meio a essa complexidade como diferentes sentidos e visões de mundo se encontram em disputa dentro do próprio Estado que, se pode ser visto como centro do poder político em um regime democrático, não é algo homogêneo e tampouco o único lugar que expressa poder em uma sociedade. Nesse sentido, também nos sentimos compelidos a lembrar que, de acordo com Agrikoliansky e Collovald, (2014, p. 15) um dos grandes desafios para as teorias de movimentos sociais na atualidade é tentar entender a atuação de movimentos não progressistas já integrados no sistema político, capazes de atuar com representantes dentro da própria estrutura do Estado e fazendo à sua maneira suas ocupações estratégicas do espaço público.

As sociedades modernas são marcadas por complexidades e tensões. E ao refletirmos sobre uma trama social polarizada como a que ocorria no Brasil no contexto pós eleição de Bolsonaro em 2018, ficamos mais confortáveis ainda para dizer que a crença na veracidade do que Damares falou não foi um ponto pacífico quando o relato da experiência mística de Jesus na goiabeira explodiu na *web*. Diferentes “representações sociais” sobre a ministra se expressaram em disputa como mecânicas “de engendramento dos saberes e dos imaginários” (Charaudeau, 2017, p. 5 - 6). Contudo, o campo dos que formam oposição ao bolsonarismo parece ter menosprezado que os discursos políticos também podem ser

¹¹⁰ Lembrando que Ruth Amossy nomeia como *ethos*, em sua teoria voltada para análise de discurso, a imagem que aquele que realiza o ato de enunciação consegue produzir acerca de si mesmo para aqueles que o ouvem. O *ethos* pode ser produzido como resultado do discurso, a partir da expressão de um conteúdo pelo qual os alocutários venham a se interessar ou não. Mas, também pode já ter sido produzido de modo prévio ao pronunciamento, por um tipo de credibilidade construída anteriormente. A primeira situação é definida como *ethos* discursivo e a segunda como *ethos* prévio (ver Amossy, 2020, p. 89 - 91).

intensamente constituídos por apelo sentimental e dramatização (Charaudeau, 2020, p. 88 – 90), sobretudo na era as redes sociais, onde as histórias são compartilhadas junto com imagens e sons que podem ser mais tocantes a partir do trabalho de bons editores.

Desconsiderar isto pode levar a perder de vista o poder daquela narrativa de lançar sentidos capazes de encontrar recepção no imaginário religioso e oferecer esperança e identificação social por meio de uma legitimação que ultrapassa esforços e planos particulares daquela que narra sua história, haja vista que aquela senhora, a depender de quem interpreta o relato, pode ser entendida como a menina que queria se suicidar e foi retirada por Jesus de cima de um pé de goiaba para ser alçada aos mais altos cargos dentro da estrutura da política nacional para fazer cumprir os planos de Deus.

Como vimos, a narrativa que foi utilizada como ponto de partida para fundar o MESP (a qual muitas vezes corre o risco de ter seus sentidos resumidos à reclamação de um pai que queria defender sua filha do que ele acreditava ser uma ação de doutrinação de um professor) tentava acionar um dispositivo religioso para mobilização política por meio da denúncia de uma espécie de profanação que um santo católico teria sido vítima em uma escola. Mas, o caso de Damares, cerca de 15 anos depois, leva o acionamento desse dispositivo religioso para mobilização política a um outro nível de potência. O Ser divino de uma religião monoteísta da maioria do povo brasileiro é que teria falado com aquela senhora, e com intimidade. A narrativa de Damares que pode em um primeiro momento parecer tratar de uma experiência pessoal, na verdade, a leva, naquela conjuntura, a se encaixar no espaço social, que em diferentes contextos a experiência mística pode surgir (Certeau, 2021; 2015). Não é mais simplesmente sobre ela, pois a partir daí foi aberta a possibilidade para ser operada crença popular de que ela seria uma pessoa que revela os planos do divino, de um Deus que não seria só dela, mas de um povo. Nesse sentido, talvez tenha faltado aos opositores de Bolsonaro perceber o quanto isso pode ser intensificado nesse contexto atual de produção e circulação de discursos pelos *smartphones* com a banda larga da *internet*. Em um cenário onde o neopentecostalismo avança dentro das estruturas políticas,

[a] cena da enunciação construída pelo discurso não é puramente imaginária. O proferimento do discurso ou a colocação de um texto em circulação conferem certa realidade à distribuição dos papeis e às imagens do orador que eles autorizam. Ao fazer com que elas existam aos olhos do auditório, o discurso trabalha para lhes dar uma legitimidade que inicialmente nem sempre está assegurada. Em outros termos, a autoridade do locutor não provém somente do seu estatuto exterior e das modalidades de troca simbólica da qual ele participa. Ela é também produzida pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua legitimidade (Amossy, 2016, p. 138).

Para a comunidade dos fiéis, outros políticos podem ter escolhido se dedicar à política e buscado se capacitar para isso, mas estão mais aptos para cometer erros, haja vista que se apoiariam em certezas humanas. Ao contrário de Damares que teria iniciado um diálogo íntimo com Deus ainda em sua infância e se demonstra sensível e interessada a se deixar guiar nos caminhos da sua vida por Ele. Por isso, aqueles que não se sensibilizam com o relato místico de Damares, aqueles que riem e desprezam seu relato podem ser entendidos como escarnecedores, cegos espirituais que procuram estabelecer certezas com base na materialidade de um mundo injusto e instável, a partir de leis de homens que não possuem palavra confiável. O capital simbólico de Damares para operar no campo da política passa a estar associado à crença religiosa, assim como menosprezo à figura de Damares, em certa medida, pode para a comunidade dos fiéis ser entendida como menosprezo ao projeto de um Deus que, com poder e misericórdia, pode eleger e capacitar as pessoas a quem se deve dar ouvidos conforme Sua vontade (Mariano, 2014).

Importante perceber que o capital político que esta apoiadora do MESP adquire nessa trama não se restringe a ela própria, ele é capaz de fazer transbordá-lo para os seus parceiros. Inclusive para outro apoiador importante das pautas do MESP, o presidente Bolsonaro que a nomeou. Somos a todo momento desafiados a entender que a extrema-direita trabalha com um conjunto de elementos que a fazem adquirir mais força à medida em que vão atuando de modo interligado. No seio das guerras culturais, uma política marcada pela normalização da extrema-direita no funcionamento da democracia, um movimento social conservador na educação e o neopentecostalismo arregimentando fiéis e eleitores vão formando uma espécie de totalidade com fronteiras borradas. Nesse ínterim, cada vez menos importa o que se diga de Bolsonaro também, pois a comunidade dos fiéis ao ver a nomeação de Damares é convidada a confirmar que aquele presidente é de uma outra estirpe, ele também pode passar a ser entendido como alguém usado por Deus como Seu instrumento.

De fato, aquela figura que parecia personalizar o movimento de normalização da extrema-direita, Jair Bolsonaro, nunca foi de negar os possíveis frutos de uma consagração constante no campo religioso como caminho para sua legitimidade no campo da política. Nesse sentido, vale ressaltar o fato de que, Silas Malafaia, grande defensor público do Escola Sem Partido e um dos pastores evangélicos mais midiáticos do Brasil, fez circular a gravação de um vídeo em que, ainda em 2018, dois dias depois de Bolsonaro ter sido eleito presidente, o levou para o palco da sua igreja no Rio de Janeiro e, antes de fazer uma oração sobre o presidente ajoelhado diante do povo, recitou uma série de passagens bíblicas para dar a entender que mesmo as pessoas mais despreparadas podem ser escolhidas por Deus para servi-lo, sendo da

incumbência do divino prepará-lo e cabendo à comunidade dos fiéis não questionar a escolha de Deus, mas orar para que o escolhido tenha condições de cumprir sua missão e não sucumbir diante dos inimigos dos planos do Criador (ver Guerra; Mello, 2018).

Importa aqui percebermos que aqueles que comungam daquele movimento de fé foram ensinados a terem pré-disposição para tentarem reconhecer virtudes em Bolsonaro até mesmo quando estas não aparecessem de forma tão clara, pelo fato dele ter sido, supostamente, também escolhido pelo divino. Nessa lógica discursiva, pouco importam seus méritos ou deméritos particulares de fato, já que essa discussão vai saindo do campo da racionalidade e dependendo cada vez mais de critérios baseados em uma perspectiva de fé neopentecostal. Se Deus é o único que tem o poder de ver as inclinações no coração de cada homem (ver Mariano, 2014), e se ele escolheu Bolsonaro para estar à frente da nação, o apoio a Jair vai sendo associado à manutenção ou não da fé em um projeto de Deus. Alguns sinais reforçavam a fé na natureza do projeto de Bolsonaro, como o fato dele acabar fazendo o que outro presidente não faria: confiar naquela que um dia foi uma criança de tendência suicida salva por Jesus na goiabeira e entregar a ela um ministério tão importante para a nação.

Assim, Damares fortalecia a credibilidade do governo ao qual fazia parte, ligava a população ao presidente e às suas pautas, reforçava e ampliava a base de apoio popular do bolsonarismo. E aqui é interessante perceber que ela tinha credenciais para levar adiante por outros meios pautas associadas ao MESP. Vale destacar que, durante seu relato sobre o suposto ocorrido no pé de goiaba, ela diz para os fiéis que a ouviam que Jesus, que falou com ela com intimidade e foi para ela uma experiência extraordinária, quer ter também “experiências extraordinárias com as crianças” e quer também “se revelar de uma forma sobrenatural” para elas” (Extra G1, 2018). Ao dizer saber que Jesus quer também ter experiências de revelar-se sobrenaturalmente em intimidade com outras crianças, Damares leva muitos pais a se verem em um lugar onde eles desejam estar. As crianças, portanto, precisam ir se consagrando conforme os caminhos de Deus, faz-se necessário afastá-las daqueles que podem tentar distanciá-las do caminho da fé para que Jesus, que quer falar com elas, já possa começar a se aproximar delas sem que elas precisem experimentar antes caminhos de sofrimento e que poderiam levá-las inclusive ao risco de desejarem tirar suas próprias vidas, como Damares diz ter acontecido com ela aos 10 anos de idade. Nesta lógica discursiva, a sua narrativa ganha ares de alerta social, o relato pessoal vai se configurando como uma comunicação coletiva de Deus para seu povo, ele vai se confirmando como uma espécie de recado de Deus para os outros seres humanos, para as crianças e para seus pais, ou seja, para as famílias. E é essa mulher que é nomeada por Bolsonaro como líder do Ministério da Mulher, da família e dos Direitos

Humanos. Como os pais cristãos que desejam o bem de seus filhos precisam se posicionar com relação a Damares, senão a apoiando?

Importa entender que o discurso pode se tornar mais eficaz, no sentido de adquirir maior poder de agregar pessoas em torno dele, se a enunciação conclamar a uma posição onde os alocutários desejam se reconhecer a partir de valores que eles próprios já querem compartilhar (Charaudeau, 2020, p. 62). Tentar entender, em um contexto, onde os alocutários querem se ver, é fulcral para pensar o potencial de mobilização de um discurso, pois o sucesso do orador em grande medida depende de sua capacidade de lhes apresentar “uma imagem deles próprios”, elaborando “uma imagem do auditório na qual este desejará se reconhecer”, no sentido de ir “mostrando a esse auditório um espelho no qual sentirá prazer em se contemplar” (Amossy, 2020, p. 77). Vale destacar, os místicos apresentaram historicamente, nos contextos em que surgiram, essa capacidade de gerar, por meio de suas narrativas, um lugar desejado para ser ocupado por aqueles que comungavam da fé. Por meio do “discurso místico”, o sobrenatural, aquilo que parece impossível, mas é desejado, é trazido para dentro de uma narrativa do cotidiano, processo que “transforma o detalhe em mito” ao mesmo tempo em que se traz para aqueles que comungam da fé a possibilidade de sentirem e se convencerem coletivamente de que o cotidiano é que foi sacralizado (Certeau, 2015, p. 13).

Importante ressaltar que o impacto nas redes gerado pelo relato místico de Damares em 2018 como seu cartão de visita para a concretização da sua nomeação para estar à frente do MMFDH em 2019, ocorre em um pano de fundo complexo: junto a fatores como a ascensão das direitas anticomunistas e a inflamação das guerras culturais que foram servindo de normalização para a extrema-direita em meio à popularização dos *smartphones* e da *internet*, não pode se deixar de destacar a expansão do neopentecostalismo no Brasil, enquanto corrente religiosa de cunho protestante pregada por igrejas estadunidenses que chegaram neste país na conjuntura da Guerra Fria, por volta da década de 1980. Com o passar do tempo, o estabelecimento de igrejas neopentecostais no território brasileiro foi provocando uma neopentecostalização de longo alcance no cristianismo dentro do Brasil, pois o impacto do sucesso desta nova doutrina no território tupiniquim influenciou não apenas igrejas evangélicas de outros segmentos que queriam evitar a perda de fiéis, mas até mesmo setores dentro da igreja católica nacional que acabaram dando origem à renovação carismática (Oliveira; Oliveira, 2021).

Católicos da renovação carismática e evangélicos neopentecostais veem fornecendo um quadro de parlamentares que tem ajudado em votações em bloco no parlamento nacional, fechando em conjunto acerca de temas em comum (Lacerda, 2019). Vale lembrar que,

diferentemente do pentecostalismo raiz, corrente que na prática até as primeiras três décadas da segunda metade do século XX respondia seguramente pela maior parte de congregações evangélicas no território nacional, o neopentecostalismo não valoriza o ascetismo de seus fiéis em âmbito social. Pelo contrário, ele estimula a inserção destes em espaços de poder dentro da sociedade, conclamando para que estes se voluntariem como agentes deste processo, pregando que isto era o que faria verdadeiramente parte dos planos de Deus. O triunfalismo de uma doutrina religiosa constituída dentro do capitalismo norte-americano no cenário da Guerra Fria e exportada com financiamento para o mundo fincou raízes no Brasil e foi cultivado durante décadas antes de encontrar tanto adubo e sombra no terreno da política nacional.

A figura de Damares sendo alçada à chefia de um poderoso ministério da presidência da república na conjuntura de um relato de intimidade com Jesus na goiabeira parece representar a própria personificação deste processo: a mulher, guerreira de Deus, a criança abusada e excluída que foi salva por Jesus para ir cada vez mais longe ocupando espaços de poder conforme a vontade divina em uma luta difícil mas válida contra as forças espirituais malignas que teriam se entranhado nas estruturas de poder do Brasil causando sofrimento para o povo. Entre tais estruturas, a política se apresenta como lugar estratégico para ser disputado e assim se criar condições de virar esse jogo. Responsabilidade social e espiritual se misturam nas cabeças daqueles a quem Damares representa.

É mister entender que a sobreposição do neopentecostalismo ao pentecostalismo não é um assunto que impacta somente as organizações eclesiais, pois significa um processo de cruzada cristã interinstitucional. A política, o direito, a educação, a economia, várias esferas sociais vão se misturando em um clima de tensão que pode favorecer o crescimento da própria extrema-direita. Vale lembrar que foi no meio deste emaranhado em que o próprio MESP cresceu no decorrer de duas décadas diferentes, até o STF julgar seu conteúdo inconstitucional.

Para o neopentecostalismo, cristão não deve mais ter a perspectiva de viver como membro de uma comunidade à parte do mundo onde ele acredita que jaz o maligno para ele conseguir evitar o pecado e criar em conjunto condições de vida em separado, em santidade, consagrado como oferta aos céus. É o contrário disso que passa a se impor para uma nova ética cristã: ele é convidado a não se acovardar e a se inserir no mundo para alcançar mais pessoas e propagar o reino de Deus, a fazer parte de um corpo cristão que disputa o mundo com o maligno para cumprir a vontade divina e ajudar a salvar almas até que chegue o dia do retorno de Cristo (Mariano, 2014). É dentro desta teia que mistura convicções políticas e de fé moldando guerras culturais que servem à normalização da extrema-direita que se precisa localizar Damares Alves e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Essa espécie de cruzada moderna dos neopentecostais ajuda a configurar, com doses de fundamentalismo religioso, as guerras culturais. O discurso anticomunista no Brasil consolidando-se com novos ares (Rocha, 2023). Nesta lógica, a esquerda brasileira, que no passado teria fracassado ao tentar estabelecer o comunismo por meio de revoluções armadas e estatização da economia, estaria agora procurando disputar batalhas no campo das ideias, por meio da estratégia de infiltração constante de seus valores ideológicos em toda a sociedade. O grande objetivo disso seria promover segregações de todo tipo, intensificando assim discussões e de criação de novas leis que não teriam mais como foco a desigualdade econômica, mas sim o combate ao racismo, pautas feministas, de apoio a questões LGBTQIAPN+ etc. De acordo com esta perspectiva neoconservadora de análise do *modus operandi* das forças de esquerda, seria então pela cultura que elas estariam tentando confundir as sociedades ocidentais no presente.

Ao longo do tempo, caso esse fluxo das esquerdas não fosse combatido, elas teriam pavimentado o caminho para a criação de um Estado autoritário, propenso a fazer intervenções sociais que colocariam a liberdade dos indivíduos em risco. Ensinando as novas gerações de crianças e de jovens a pensar contra os valores cristãos e da liberdade capitalista, cada vez mais as esquerdas neutralizariam o poder de resistência das famílias dividindo-as. Nesse sentido é que somos desafiados a entender que discussões sobre princípios educacionais acabam também sendo antecipadas por tomadas de posição que se dão dentro desta orientação político religiosa maniqueísta. Os posicionamentos da disputa ideológica são interpretados previamente sob a ótica da luta de Deus contra o diabo, haja vista que, para neopentecostais pessoas podem acabar auxiliando os projetos do maligno contra os planos de Deus muitas vezes até por serem cegos ou ignorantes sobre a existência da guerra espiritual, embate que nem todos teriam os olhos necessários para conseguir ver (Mariano, 2014).

Percebe-se aí que vários elementos se conectam neste discurso: religião, educação, papel da família, papel do Estado, liberdade em uma perspectiva capitalista sendo ameaçada. O movimento neopentecostal na política não pode ser visto como um campo religioso de fronteiras muito bem definidas, ele está inserido nas guerras culturais que contribuem para a normalização da extrema-direita no Brasil. Não à toa, como já explicitamos em capítulos anteriores, ele foi semeado na América Latina pelo governo do presidente estadunidense Ronald Reagan durante a Guerra Fria, período em que a ditadura civil-militar ainda governava o Brasil (Lacerda, 2019). São os frutos desta iniciativa que hoje estamos discutindo. Mais uma vez, em uma tese escrita no século XXI, percebemos como o passado permanece presente no Brasil.

Importa destacar aqui que, de acordo com uma perspectiva neopentecostal (Mariano, 2014), as supostas investidas modernas da esquerda no campo cultural possuem um caráter de ameaça às famílias e à cristandade, o que demonstra que elas possuem, sobretudo, uma natureza espiritual. Por isso, mais do que serem combatidas por uma espécie de contracultura de direita, ela deve ser enfrentada com armas sinalizadas como parte de um projeto divino. As estratégias mais eficazes seriam aquelas que levam o povo de Deus a trilhar caminhos guiados por Ele, a partir de pessoas que Ele mesmo escolheu.

Assim, podemos pensar que, naquele contexto de 2019, em que Bolsonaro assumiria a presidência no Brasil e nomeava Damares Alves como ministra, as pautas do MESP, sendo objeto de militância dentro dessa trama, já possuíam em uma perspectiva neopentecostal, uma força de legitimidade que não dependia de reconhecimento na esfera jurídica brasileira. Em uma visão de mundo neopentecostal, elas já se fariam aprovadas através de uma instância indubitavelmente superior a todas as outras: a esfera eclesiástica, entendida como aquela que é capaz de interpretar a vontade divina. O tribunal a ser entendido como supremo dentro desta lógica é aquele que for capaz de confirmar aquilo que os fiéis já entendem como justiça de Deus. É uma lógica que sem dúvida põe o princípio de laicidade do Estado das democracias liberais sob forte risco.

O avanço do processo de normalização da extrema-direita poderia ser auxiliado com “ajustes” e ressignificações no que tange às representações sobre direitos humanos, mulheres e famílias no país. De certa forma, isso está indicado em um Mapa Estratégico presente na página 12 do Plano de Integridade (Brasil, 2019b) do MMFDH, conforme pode ser constatado por um fragmento que destacamos no print abaixo:

Figura 26 - Mapa Estratégico dos Direitos Humanos segundo o MMFDH.



Fonte: Plano de Integridade do MMFDH (Brasil, 2019b).

O ciclo ao qual o “mapa” se refere, de 2019 a 2023 é, obviamente, pensado tomando-se como referência exatamente os quatro anos do mandato em que Jair Bolsonaro exerceria seu cargo de Presidente da República após as eleições que ocorreram no final do ano de 2018. Vários elementos relevantes podem ser destacados por meio dessa imagem, vamos por partes.

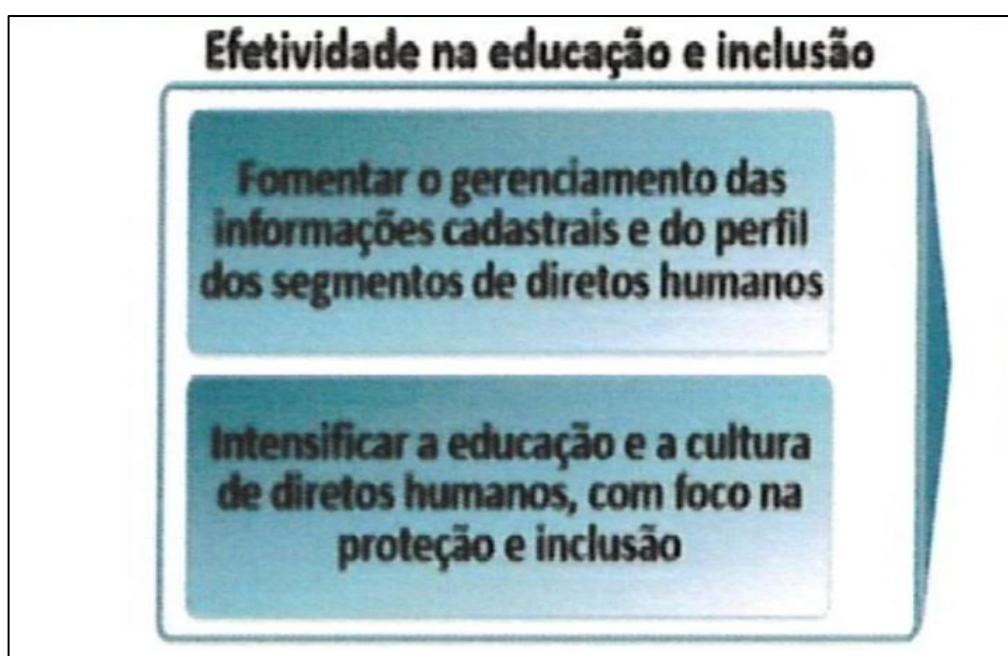
Assim como se pode deduzir a partir de outras passagens deste documento, os Direitos Humanos como parte da responsabilidade deste Ministério parecem ser usados muito mais como justificativa para que o MMFDH se envolva de forma bastante ilimitada com vários tipos de temas desde que estes representem, sob alguma perspectiva aprovada pelo governo, lutas por direitos.

Interessante perceber que é como se a justificativa para a amplitude do campo de ação do MMFDH se desse ao mesmo tempo em que se esvaziasse qualquer possibilidade de definição específica de Direitos Humanos, já que vai se “elevando” todo tipo de discussão sobre direitos de pessoas ao status de direitos humanos. Os direitos humanos, como essa espécie de

pacote onde todo tipo de direito de gente parece ir sendo jogado abre possibilidades para que toda e qualquer discussão movida por Damares, seja propondo mudanças que fortaleçam um ambiente de censura no campo da educação, seja defendendo visões neoconservadoras de família, seja, antes de qualquer coisa, uma luta por direitos humanos.

Vale ressaltar que é justamente sobre este tipo de direito que se refere o título do que o documento chama de “Mapa Estratégico”. Todos os cinco quadrantes, além de repetirem o termo, mesmo ao tratar de temas diferentes, demonstram como ele é utilizado como algo central na perspectiva do Ministério. O quadrante sobre “Missão” e o quadrante sobre “Equidade” apontam de forma literal a transversalidade como algo que deve ser perseguido pelas ações do MMFDH. O quadrante sobre “Visão” é talvez o que mais assinala a potencialidade de inserção ampla do Ministério de Damares nas guerras culturais de normalização da extrema-direita, o defini-lo como “uma organização catalisadora e motivadora de mudanças e transformações sociais”. Já o quadrante “Inclusão” parece ser o mais disposto a revelar como nessas lutas amplas e transversais sobre “informações integradas de direitos humanos em âmbito nacional” o MMFDH visava “[f]ortalecer a cultura” e “a educação”. Obviamente isso encontra-se escrito sem que se explique qual tipo de cultura e qual modelo de educação o ministério chefiado por Damares Alves no governo Bolsonaro tinha intenção de fortalecer. Embora outro fragmento do mapa ponha em evidência e em relação palavras chave já mencionadas aqui:

Figura 27 - Efetividade na educação e na inclusão segundo o MMFDH.



Fonte: Plano de Integridade do MMFDH (BRASIL, 2019b).

A “efetividade na educação e inclusão”, além de associar os termos “educação e inclusão” mais uma vez reforça a associação destes com o termo “cultura” e como o grande termo dos “direitos humanos”, dentro do sentido no qual ele vai sendo construído como o justificador de toda a amplitude temática e das empreitadas “transversais” do MMFDH. Interessante pensar aqui que todo esse tipo de idealização, na prática poderia ganhar mais popularidade caso fosse encabeçado por pessoas como Damares que, em tese, em um país onde o neopentecostalismo tem encontrado um terreno fértil, entendem sobre a vontade de Deus. A família hetero-patriarcal-cristã precisaria melhor fiscalizar e interferir no funcionamento das instituições de ensino, pois a esfera educacional poderia ser extremamente estratégica para a construção da nação, ajudando a moldar os seres humanos conforme o projeto de Deus. Mas, isso dependeria quais princípios a população fosse cada vez mais entendendo como aqueles que deveriam ser colocados como diretrizes para a educação, quais representações sociais e objetivos deveriam nortear as instituições de ensino. Ou seja, foi também para disputar significados sobre temas como mulheres, família, inclusão, cultura e direitos humanos, os quais podem ser conectados com um modelo de educação interessante para um projeto neopentecostal que poderia ajudar no processo de normalização da extrema-direita, que Damares foi nomeada por Bolsonaro.

Dessa forma, Rodrigues e Falcão (2021) chamam a atenção para a insuficiência e o perigo de “análises políticas” onde “Damares é reduzida a um certo lugar de irracionalidade religiosa e infantilidade feminina” e que acabam resumindo a função da ministra à fabricação de “uma cortina de fumaça capaz de distrair a opinião pública” (p. 57-58). Isso começa a ficar mais claro quando percebemos que a partir de 2022 Damares Alves foi cotada por coordenadores da campanha de disputa à reeleição de Bolsonaro à presidência para ocupar o cargo de vice de sua chapa (Lago, 2022). Damares, sobre o convite, expressou-se dizendo que estaria à disposição do presidente para onde este a convocasse. Mas, ela admitiu preferir disputar uma vaga de senadora da república, pois seu objetivo seria naquele momento, tornar-se a primeira mulher da história do Brasil a presidir o Senado. Perceba que não era só senadora que Damares dizia querer se tornar, mas a presidente da Casa Legislativa porque assim fortaleceria as articulações das pautas defendidas por Bolsonaro no Congresso, no que se pensava até então que seria, a partir de 2023, o segundo mandato presidencial de Jair, o Messias político da extrema-direita no Brasil (UOL, 2022).

O próximo capítulo é o último desta tese. O caminho escolhido para finalizá-la, por meio dele, se deu a partir do entendimento de que muito poderia contribuir para esta pesquisa um derradeiro momento focado em um profundo mergulho empírico do autor em um evento do

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, largamente comprometido com associações bolsonaristas entre representações sociais de “família” e de “educação”, o qual tivesse sido, também, realizado já após o Escola Sem Partido ter sido julgado inconstitucional pelo STF. Assim, as páginas finais desta pesquisa se dedicam a uma análise do Fórum Nacional de Combate à Violência Institucional ocorrido no ano de 2021, o que foi possível a partir da própria participação após inscrição do autor desta tese como ouvinte neste evento organizado pelo MMFDH, já mencionado desde o primeiro capítulo.

6 ANÁLISE DO FÓRUM NACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OCORRIDO NO ANO DE 2021

(...) a guerra cultural, centrada prioritariamente na pauta dos costumes, transformou-se na mais eficaz máquina eleitoral das décadas iniciais do século XXI. E boa parte do seu êxito reside na insistência com que suas estratégias não são levadas a sério e por isso não são estudadas com o cuidado necessário (Rocha, 2023, p. 18, grifos nossos).

Diante do que já foi exposto até aqui, reiteramos que a escolha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como foco dos dois últimos capítulos implicou na busca de um material para constituir um *corpus* que agregasse à temática da tese. Uma construção que correspondesse à relação entre guerras culturais e normalização da extrema-direita no Brasil, com foco em estratégias que associam representações sociais de “família” e de “educação”. Antes de nos debruçarmos de forma mais específica sobre a análise do Fórum Nacional Sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes promovido pelo MMFDH no ano de 2021, tema deste último capítulo, pedimos permissão para destacar alguns pontos já trazidos nesta tese que nos ajudarão a situar melhor a importância de dedicar um último capítulo à análise de um evento do ministério bolsonarista de Damares Alves.

Em primeiro lugar salientamos o fato de Bolsonaro ter dito que mesmo sem lei específica aprovada o Escola sem Partido “na prática” já estava “em operação” (Costa, 2019) em dezembro de 2019. Ato de enunciação que, como já apontamos, descobrimos ter se dado um mês depois de oficializada uma parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (liderado por Damares Alves) e o Ministério da Educação (na época liderado por Abraham Weintraub) a partir da qual foi criado um canal direto de comunicação para alunos e pais de estudantes com o governo federal para denunciar professores e escolas que entrassem em choque com o que os ministros bolsonaristas e as pessoas que se sentiam representadas por eles entendessem como valores da família (Gazeta do Povo, 2019a).

Em segundo lugar, deve se ressaltar, portanto, o fato de o MMFDH ser capaz de articular-se com diferentes parcerias, inclusive a nível interministerial. Um órgão também capaz de concentrar diferentes e relevantes poderes e responsabilidades por ser dotado de uma pluralidade constitutiva desde o modo como ele foi formado, compondo-se, desde o início, a partir de três diferentes ministérios. Tais constatações de partida apontavam para o potencial que o MMFDH tinha para ser usado como uma nova ferramenta no âmbito das guerras culturais de normalização da extrema-direita, inclusive no que diz respeito à temática da educação. Este superministério se constituía naquela conjuntura em um forte recurso institucional para ser usado, até mesmo, em uma disputa de sentidos para a popularização de uma visão de direitos

humanos que fosse mais tragável para uma concepção de mundo bolsonarista. Assim também, como um caminho fértil para consolidação de concepções de mulher e de família que estivessem dentro da perspectiva de ordem social conforme o fundamentalismo cristão neopentecostal. Com grande potencial de articulações temáticas transversais, este projeto de reconfiguração não passaria distante das discussões sobre o tipo de educação que deveria ser conduzida no Brasil do governo de Jair Bolsonaro.

Em terceiro lugar, deve se destacar o quanto aponta para o neopentecostalismo impactando a política através de sua expansão pela cultura, o fato de um ministério tão potencialmente relevante para guerras culturais bolsonaristas ter sido confiado a uma pessoa que havia se tornado conhecida fora dos círculos neoconservadores em 2018 por ter relatado que, quando criança, foi salva de uma tentativa de suicídio após conversar com Jesus Cristo em cima de uma goiabeira. Um espanto que me acendia um alerta de que algo ainda precisava ser melhor entendido e este algo se relacionava com o fato de, neste momento da sociedade brasileira, uma espécie de fator místico, com a ajuda das redes sociais, parecer estar se tornando um elemento forte de capital e credibilidade política. Eu me perguntava o que havia de novo e o que havia de velho nisso e como isso apontava para bases que precisavam ser melhor compreendidas para se pensar o crescimento de popularidade da extrema-direita em anos recentes no Brasil. Isso fazia com que eu me desafiasse a ver a religiosa neopentecostal, Damare Alves, como uma figura pública que possuía forte potencial de representação das articulações políticas entre grupos ligados ao crescimento de setores de direita no Brasil, fluxo dentro do qual a extrema-direita tem aproveitado para crescer ¹¹¹.

É em meio a estas discussões que deve ser situada a importância da análise do Fórum Nacional Contra a violência Institucional que foi anunciado no Ministério de Damare e ocorreu no ano de 2021, meses depois da declaração de inconstitucionalidade do conteúdo do ESP pelo STF. Este evento, além de levantar desde sua divulgação muitas questões em comum com o conteúdo do MESP, mesmo sem mencioná-lo, contou inclusive com a participação de palestrantes assumidamente envolvidos com o movimento. Assim, neste último capítulo, apesar de todas as expansões feitas ao longo da tese, permanecemos ligados a problematizações iniciadas ainda no primeiro capítulo deste trabalho, como por exemplo, a questão acerca do Fórum Contra Violência Institucional proposto pelo MMFDH em 2021 estar ou não, como

¹¹¹ Como vimos anteriormente, considerando-se as especificidades deste crescimento no nosso país, pode-se dizer que Damare já era uma referência no meio neoconservador da defesa de suas pautas antes ainda de Bolsonaro ser presidente, incluindo-se aqui o tema do Escola Sem Partido. Uma assessora do Senador pastor Magno Malta, parlamentar que, como já demonstrado anteriormente, propôs, inclusive, um PL em defesa do ESP no ano de 2016.

acusou o comentário de um internauta exposto no capítulo de abertura desta tese, fazendo o “Escola Sem Partido” entrar “pela transversal”.

Apesar de ter acompanhado diferentes eventos promovidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para os quais eram usados suas redes sociais e seu canal no *youtube* naqueles anos de 2021 e 2022, por conta das proximidades apontadas como o tema da educação, este foi o que mais participei ativamente, inclusive acompanhando as palestras em tempo real. Inclusive, nele me inscrevi como ouvinte, justificando meu interesse como estudante no cadastro *on-line* que precisei preencher na época com meus dados e fornecendo meu *e-mail* para contato, a partir do qual, meses depois, o próprio MMFDH me enviou um material daquilo que foi produzido no evento em forma de E-book, como também o meu próprio certificado de participação em PDF, o qual apresento abaixo em forma de *print*:

Figura 28 - Certificado de Participação no Fórum Nacional sobre Violência Institucional.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador da tese

Destaco desde já alguns elementos relacionados com a organização do evento que me causaram estranheza na época em que os acompanhei, os quais percebi que não podem ser constatados a partir do conteúdo do *E-book* que foi enviado pelo *e-mail*. Ou estes elementos não foram inseridos no livro eletrônico ou não foram nele explicados. Um deles é o fato de que as palestras não foram transmitidas ao vivo. No evento *on-line* aparecia de vez em quando uma cerimonialista que organizava as sequências, o que não é mencionado no *E-book* e revela que este material não pode ser considerado como uma simples transcrição literal do que ocorreu no Fórum. Foi exatamente a tal cerimonialista que explicou que as palestras não estavam sendo transmitidas em tempo real, mas, segundo ela, elas tinham sido “gravadas ao vivo”.

Logo percebi que este modo exótico de “palestra ao vivo gravada” impediria não só que a pessoa que palestrava pudesse de alguma forma ser interrompida para, por exemplo, explicar algum conceito que utilizasse, mas também inviabilizaria, ao final da sua comunicação, a possibilidade de se fazer perguntas a ela. Isso eu gostaria muito de ter feito, mas não pude. Entendi que o evento havia dado abertura para que um pesquisador da extrema-direita conseguisse participar dele, mas, isso tinha limites controláveis por eles mais facilmente pelo fato de o evento ser *on-line*. Lembro claramente que isto me pareceu muito estranho, sobretudo por conta do segundo elemento que vou aqui destacar. É porque ao final de cada palestra, a cerimonialista retornava e conduzia o segundo momento com o palestrante, o qual era voltado para que ele respondesse a perguntas. Esse segundo momento também me deixava sempre surpreso, porque além de o palestrante voltar para a tela vestido de uma forma diferente daquela em que tinha aparecido na palestra (o que para mim caracterizava que pelo menos um dos dois momentos, de fato, havia sido gravado), a cerimonialista explicava que as perguntas que seriam colocadas para o palestrante haviam sido selecionadas da totalidade das perguntas que haviam sido feitas durante a palestra. Era impossível, pela quantidade de participantes que assistia às palestras do evento que era transmitido pelo *facebook* e pelo *youtube* oficiais do MMFDH, eu verificar se cada perguntava que era feita pelo cerimonialista de fato correspondia a indagações postadas entre os comentários de quem ia assistindo à comunicação.

Como eu gostaria de ter sido contemplado como o autor de uma das perguntas “selecionadas” para serem feitas aos palestrantes, logo depois da primeira palestra, quando entendi que a única forma possível de isso acontecer seria se eu escrevesse várias perguntas durante cada palestra e pelo menos uma delas fosse escolhida pelos organizadores do evento para que o respectivo orador a respondesse no final, passei a encher de perguntas os espaços dos comentários do *youtube* enquanto eu assistia cada apresentação oral “gravada ao vivo”. Mas, ou porque as pessoas ou perguntas já estavam previamente selecionadas, ou porque de

fato era um grande nível de atividade nos comentários para que eu pudesse ser escolhido alguma vez, o evento inteiro acabou sem que eu conseguisse realizar sequer alguma pergunta a qualquer pessoa. Eu acabei me sentindo como tantas outras que receberam o certificado devem ter se sentido, alguém que foi reconhecido como “participante”, mas que estava previamente selecionado para apenas consumir o conteúdo veiculado.

Causou-me estranheza observar que o *E-book* também não trazia esse segundo momento com os palestrantes, o das perguntas. Isso porque, embora a cerimonialista dissesse que as perguntas haviam sido selecionadas, elas indicavam às vezes formas de se expressar mais concretas sobre os assuntos que os palestrantes haviam colocado mais sutil, geral e abstratamente dando a palestra. Quando falo “concreto” não quero expressar a palavra exatamente um sinônimo de “prático”, mas no sentido de que, muitas vezes as perguntas expressavam perspectivas mais claramente religiosas, como se tentassem puxar aquilo que era dito durante a palestra para um diálogo com uma visão de mundo mais fundamentalista, como poderia fazer parte da realidade de pessoas que estavam ouvindo a comunicação. Mas, verdade seja dita, nem sempre as perguntas vinham com esse viés claramente místico. Às vezes elas portavam termos jurídicos organizados em uma perspectiva conservadora. Por vezes se sobressaíam termos biológicos, como perguntas que tentavam puxar o que era dito para um discurso com uma aparência científica de natureza humana, mas carregado de um olhar criacionista cristão. Enfim, havia nas perguntas uma espécie de multiplicidade dentro da própria bolha bolsonarista. Mas, ao final, todas elas acabaram sendo selecionadas foi para não entrar no *E-book*, já que nele foram enviadas as palestras, mas nenhum desses segundos momentos que faziam uma espécie de simulacro de debate. E não sejamos ingênuos: o não publicizado também pode ser fruto de escolhas de um trabalho de edição por obediência a diretrizes.

Um outro elemento que achei esquisito foram as transcrições no *E-book* de duas oficinas que supostamente teriam ocorrido durante o evento. Acredito que elas tenham sido exclusivas para pessoas convidadas pelo MMFDH. Explico: ao contrário das palestras, elas não foram transmitidas e não pude participar de nada do que nelas aconteceu. Não podendo atestar qualquer coisa sobre a ocorrência destas, a contrário das palestras, não tenho observações para fazer de discrepâncias entre a forma como as oficinas foram organizadas e executadas e a forma como elas foram estrategicamente selecionadas para serem apresentadas no material que o MMFDH disponibilizou por escrito. De todo modo, como elas constam como parte do material escrito e enviado pelo MMFDH para o meu *e-mail* após a minha participação no evento, elas também foram incluídas e analisadas como parte desta pesquisa.

Esta última sessão da tese, portanto, será subdividida em quatro partes, forma pela qual optei por dividir a análise do evento que realizei a partir do *E-book* que me foi enviado. A primeira parte se debruça sobre os dois textos que abrem o material, um prefácio do chefe da secretaria do MMFDH que foi responsabilizada pelo Fórum e um texto de apresentação do evento e do *E-book* que foi publicado sem sinalização de autoria, já que ninguém assina por ele ao final e nem se identifica em qualquer momento como sendo seu autor. A segunda parte se concentra nas quatro primeiras palestras do Fórum, já que o próprio *E-book* as divide como as responsáveis por tratar sobre “Violência Institucional no Ambiente Escolar” (Brasil, 2021b, p.10). A terceira parte da sessão tem como foco as três últimas palestras do evento, seguindo uma divisão realizada no próprio material divulgado que as classifica como sendo as voltadas para “Violência Institucional na Saúde de Crianças e Adolescentes” (ibidem). A última parte se dedica a analisar o que foi publicado no *E-book* como sendo as discussões e os resultados das duas oficinas realizadas no evento. Como veremos no fim deste capítulo, seguindo a classificação que a organização do evento adotou para agrupar em dois blocos as palestras e uma tendência comum no discurso neoconservador de procurar sustentar seus argumentos a partir de uma ideia de que aquilo que defende como correto para a conduta humana apoia-se essencialmente em uma ideia de natureza (Brown, 2016; Lacerda, 2019), as oficinas também foram divididas para que uma contemplasse a área da educação e a outra a da saúde.

6.1 Texto de apresentação não assinado e prefácio do Secretário Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

Começaremos aqui pelo primeiro texto cuja autoria é revelada no E-book. No prefácio assinado por Maurício Cunha¹¹², Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do

¹¹² Além de Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha também era, à época, doutorando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná. Ele é graduado em Administração pela Faculdade Católica de Administração e Economia de Curitiba e em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública e mestre em Antropologia Social na Universidade federal do Paraná. Profissionalmente, já havia acumulado experiência como professor na educação de nível superior nos Estados Unidos, mais especificamente na Universidade da Pennsylvania e em um Instituto Internacional localizado no Havaí chamado “Haggai”, tendo ministrado disciplinas com temáticas mais voltadas para “Liderança” e “Desenvolvimento Econômico”. Destaca-se também em sua trajetória o fato dele ter criado e implementado cursos de formações de lideranças para iniciativas sociais em vários estados brasileiros e em uma dezena de países diferentes. Estas informações foram fornecidas pelo MMFDH em site do próprio governo federal quando ele assumiu uma das secretarias deste ministério no ano de 2020, e estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/janeiro/conheca-o-secretario-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente#:~:text=Maur%C3%ADcio%20Jos%C3%A9%20Silva%20Cunha%20possui,Escola%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20P%C3%ABlica>. Acesso em: 2 jan. 2025.

Adolescente, o livro eletrônico enviado foi descrito como “um compilado do que foi tecnicamente debatido durante os encontros que visaram, sobretudo, a proteção de crianças e adolescentes contra os impactos da violência institucional em suas vidas”, destacando ainda que a temática da “violência institucional contra o público infanto-juvenil” era um “assunto gravíssimo que o Brasil ainda precisa superar” (Cunha, 2021, p. 12).

Todavia, apesar de realçar a gravidade e a necessidade de superação do problema no Brasil, o autor do prefácio não define claramente o que entende por violência institucional. Pela leitura e análise de discurso cuidadosa do texto de uma página que ele assina, conclui-se que sua¹¹³ maior preocupação é com o que o que ele chama de “ideologia de gênero” tem feito com “nossos meninos e meninas” (Cunha, 2021, p. 12), entrando em acordo com um dos dois eixos centrais que compunham as preocupações do Movimento Escola Sem Partido¹¹⁴. Assim, Maurício Cunha defende que

o ponto principal – é que o modo forçoso de infundir a ideologia de gênero em crianças e adolescentes afronta diametralmente o pleno e saudável desenvolvimento biopsicossocial. A ideologia de gênero, seja ela abordada na área da educação, seja na área da saúde, é violência contra crianças e adolescentes, na medida em que os privam de referenciais necessários ao seu pleno desenvolvimento sexual, emocional e afetivo, bem como os expõe a inconveniente manipulação psicológica. Muito embora dependentes da tutela e de acompanhamento da família, da sociedade e do Estado, crianças e adolescentes não devem ser objetos de quaisquer ideologias, mas sujeitos de direito, e como tal devem ser respeitados em sua fragilidade psicológica, dentro da sua especial condição de desenvolvimento, um dos pilares da doutrina da proteção integral que fundamenta o nosso marco normativo (Cunha, 2021, p. 12).

Como é possível perceber, vários elementos que se relacionam com o discurso do MESP já aparecem aí para além da denúncia da suposta “ideologia de gênero” que seria “abordada na área da educação”. Como veremos diante daquilo que vai ser posto por outros palestrantes neste fórum que visaria combater a violência institucional, a ideia aqui presente de que as crianças estão sendo vítimas de “manipulação psicológica” e a menção à existência de um suposto “modo forçoso de infundir” isso, ao final desta tese representará, comparativamente, uma forma até sutil e ainda pouco agressiva de expressar aproximações com a militância do MESP.

¹¹³ Pelo menos a sua própria, exposta no prefácio, o que, como veremos não necessariamente expressa consonância com as falas transcritas no *E-book* de cada um dos sete convidados para ministrar comunicações no evento.

¹¹⁴ Como já exposto anteriormente nesta tese, o primeiro está expresso claramente no movimento desde suas origens, que é o combate à doutrinação comunista, o segundo, o qual vai começando a ganhar força mais claramente depois das manifestações de junho de 2013, quando vai ocorrendo uma maior adesão das igrejas evangélicas à militância do movimento, é o combate à sexualização das crianças e dos adolescentes, incluídas aí questões de gênero e de sexualidade.

O prefácio analisado também foi revelador pelo fato de destacar que o Fórum Nacional sobre Violência Institucional compilado no *E-book* que recebi por e-mail foi apenas “o quarto” de “uma série de oito encontros nacionais”, os quais visavam “promover um espaço de escuta, diálogo e compartilhamento de experiências e boas **práticas nacionais e internacionais, fomentando ações** regionalizadas, multidisciplinares e **intersetoriais,**” e como se não bastasse, “servindo de **subsídio para nortear políticas públicas**” (Cunha, 2021, p. 12, grifos nossos). Como se percebe as aspirações são grandes. As discussões não visam, neste contexto de quarta onda de crescimento da extrema-direita no Ocidente (cf. Mudde, 2022) isolar o Brasil, mas pensá-lo em relação a uma perspectiva internacional.

Na conjuntura de guerras culturais para normalização da extrema-direita, percebe-se um interesse em desenvolver ações intersetoriais e trazer resultados que sirvam como base para o norteamo de políticas públicas. Este fórum ao qual nos dedicamos a analisar de forma esmiuçada nesta reta final da tese é apenas um dos oito a serem desenvolvidos, durante os quatro anos de Jair Bolsonaro presidente, pelo MMFDH órgão que, não coincidentemente, como explicamos aqui anteriormente, abrigava oito secretarias nacionais.

É interessante perceber que, embora este fórum, em especial, não seja encabeçado pela Secretaria da Nacional da Família, a temática da família nas mãos do Ministério de Damara Alves (e no próprio processo de crescimento e normalização do bolsonarismo), vai se constituindo em um elemento chave para o desenvolvimento das ações transversais e intersetoriais a serem traçadas pelo MMFDH. Ela vai aparecendo como um ponto que liga pontos, adquirindo uma centralidade e uma capacidade de realizar costuras temáticas que ficam claras até mesmo em eventos que não são produzidos de forma específica pela secretaria que leva o nome desta instituição social que, tendo sempre realçada por setores de direita a suposta ameaça que sofre constantemente por parte do Estado, ajuda a harmonizar o conservador e o neoliberal em um projeto fértil para a extrema-direita que a destaca como base da sociedade (Lacerda, 2019).

Este elemento constatado acima é pode ser mais claramente observado em um texto de apresentação da Secretaria do Direitos da Criança e do Adolescente, o qual curiosamente por ninguém é assinado e antecede no *E-book* o prefácio já comentado aqui de Maurício Cunha. O texto, sem alguém que lhe assuma autoria, acaba também sendo útil para a preocupação desta tese de investigar relações entre guerras culturais e normalização da extrema-direita. Isso porque além de destacar que a Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente era uma das oito sob tutela do MMFDH e que ela tinha também como obrigação “propor e incentivar a realização de campanhas de conscientização pública e fomentar ações estratégicas

intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas” (Brasil, 2021b, p. 11), também expressa grande importância e centralidade da importância da instituição família, quando afirma que

[a] promoção e fortalecimento do direito da criança e do adolescente à **convivência familiar** e comunitária e a implementação de ações estratégicas que promovam a **responsabilidade e a liberdade das famílias** na criação, no cuidado e **educação dos filhos menores** e, ainda, a promoção dos direitos da criança e do adolescente **na perspectiva da família** e o **dever prioritário da família** em assegurar tais direitos **completam as atividades da Secretaria** (Brasil, 2021b, p. 11, grifos nossos)¹¹⁵.

Se a centralidade e a valorização da transversalidade da “família” são elementos usados de forma inovadora pelo menos ideologicamente na gestão institucional do Ministério capitaneado por Damares, todavia, a percepção de que o termo representa algo que tem muita força de agregação de diferentes grupos nem é algo de originário do Brasil e muito menos de elaboração recente. Vale salientar, com o objetivo de se pensar o que algumas aproximações entre diferentes grupos no campo político da direita têm representado não só para o Brasil, mas também para grande parte dos países do Ocidente¹¹⁶, que além da união entre neoliberais e neoconservadores na prática ressaltar o que acreditam ser uma necessidade de combater o que consideram como “ideias de esquerda”¹¹⁷, de acordo com Brown (2019), desde os escritos de Hayek, economista austríaco importante para o campo neoliberal considerado um dos pais da Escola Austríaca de Economia no século XX, já é possível perceber que ambos grupos valorizam a necessidade de estabelecer como grande referência para a harmonia e a ordem no mundo Ocidental tradições e costumes ligados a uma moral conservadora. Em anos recentes, isso tem contribuído para engendrar uma configuração no tecido social na qual se percebe um momento de descrença nas instituições democráticas de vários países e vem se expressando por meio de ações de um tipo de militância que tem se chocado fortemente com interesses de pessoas que possuem pensamentos voltados para a valorização da diversidade social e ampliação de direitos de grupos que historicamente possuem menos representatividade no campo político nas sociedades ocidentais, como negros, homossexuais e mulheres. Essas relações complexas têm se constituído como referências fundamentais para entender o que tem acontecido com o Brasil, no sentido de que

¹¹⁵ Ressaltamos que, apesar deste fragmento até parecer-se com algo que poderia ser usado como uma descrição da Secretaria da Família, ele não corresponde a isso. Mesmo com a centralidade repetidamente expressada acerca da instituição “família”, as atividades e direcionamentos descritos, assim como o Fórum ao qual corresponde o E-book em questão, são de responsabilidade de uma outra secretaria. No caso, a de Direitos da criança e do adolescente.

¹¹⁶ Sobretudo dentro deste momento de quarta onda de extrema-direita (cf. Mudde, 2022).

¹¹⁷ No que diz respeito ao papel do Estado com relação a economia.

a aliança neoliberal-conservadora é o que tem permitido às elites políticas e econômicas do país sua perpetuação como classe hegemônica, que atua no sentido de reproduzir valores familiares cristãos dentro de uma compreensão de família privada que confere aos seus membros a responsabilidade plena pela educação, saúde, bem-estar e sobrevivência dos filhos (Rodrigues, Falcão, 2021, p. 58).

Para entendermos melhor como se dão essas relações e em que ponto do discurso as forças ligadas ao crescimento dos grupos que têm se apresentado como representantes da direita vêm tentando encaixar e ampliar a relevância social da categoria “família”, importa destacar que neoliberalismo e neoconservadorismo aqui deslizam em convergência fortalecendo-se com notória facilidade¹¹⁸.

A família, de acordo com esse direcionamento ideológico, seria a instituição *sui generis* no que diz respeito a fornecer os valores para que os indivíduos sejam conduzidos e/ou reconduzidos aos caminhos que deles se espera, o que na perspectiva neoconservadora deve se dar tendo como referência direcionamentos segundo a vontade de Deus e ensinados conforme o trabalho realizado na Terra pela igreja cristã (Lacerda, 2019). Assim, a ênfase na família dentro deste discurso¹¹⁹, instituição historicamente bem vista no imaginário social, alimenta uma retórica de relativização da importância do Estado e de transferência de responsabilidades deste (ou pelo menos de diretrizes para que este venha a basear suas ações servindo à sociedade de forma mais eficiente) para o setor privado, o que tem contribuído, na prática política para aproximações entre neoconservadores e neoliberais. Deve-se ressaltar ainda que, não só no campo das ideias, mas para as próprias experiências políticas neoliberais que começaram a ser postas em prática no Ocidente “a questão da família foi central para argumentos neoliberais contra investimentos públicos em educação e chave para as propostas em defesa de uma nova ordem econômica movida pelo investimento privado” (Cooper, 2019, p. 218, tradução nossa)¹²⁰.

¹¹⁸ Vale lembrar que para uma visão neoliberal de mundo, interessa um Estado minimizado que não seja obstáculo para avanços da iniciativa privada ou até mesmo que seja voltado para que esta tenha poder de organizar a sociedade conforme interesses do mercado com foco em subjetivações úteis, ou seja, meios de produzir a formação de subjetividades que sirvam ao neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016). Em uma ideologia neoconservadora de forma mais declarada, interessa um Estado que não concorra com a família cristã fundamentalista e até mesmo ajude a promovê-la quanto à função social que creem pertencer a esta, a saber: a de se responsabilizar pelos indivíduos, sobretudo os que já se encontrariam em condição de vulnerabilidade e precisariam voltar a ser incluídos socialmente (Cooper, 2019).

¹¹⁹ Discurso este sobre família que também se desenvolve disputando uma visão de mundo neoconservadora ligada a perspectivas fundamentalistas cristãs, haja vista que geralmente se revela patriarcal e em defesa de legitimidade de formações parentais que sejam exclusivamente constituídas por casais heterossexuais, concepção embasada em uma ideia de natureza como criação divina enquanto verdade revelada por Deus e bíblicamente relatada.

¹²⁰ No original: “The question of family was central to neoliberal arguments against public investment in education and key to their proposals for a new economic order powered by private investment” (Cooper, 2019, p. 218).

Embasados nas análises destes dois primeiros textos do *E-book* (o não assinado de abertura e o prefácio assinado pelo até então secretário dos Direitos da criança e do adolescente), o que constatamos não foram exatamente descrições conceituais. Todavia, foi válido encontrar espécies de provocações de nível ainda superficialmente introdutório do que seria violência institucional e de como isso se relaciona, de forma central nessa lógica discursiva, com uma ideia de família que passa por uma discussão no campo da educação.

A capacidade tão peculiar no crescimento da extrema-direita de fazer amarrações entre assuntos, algo bem típico das guerras culturais, coloca-se como uma dificuldade para que a popularização do bolsonarismo possa ser um fenômeno melhor entendido por pesquisadores. Isso porque há algo dúbio, paradoxal. Por um lado, as conexões feitas por bolsonaristas entre diferentes assuntos dependem de eles operarem reducionismos sobre os temas, descartando lutas históricas e conquistas de movimentos sociais atrelados a cada pauta, para que eles possam tentar propagar e consolidar discursos que carreguem significados elaborados por eles próprios sobre uma variedade de temas como direitos humanos, questões de gênero e sexualidade, relação entre família e educação, violência institucional etc. Contudo, por outro lado, pode se tornar complexo para um pesquisador, o qual esteja habituado a trabalhar aprofundando-se em um recorte temático, tentar entender melhor o poder de mobilização presente nas guerras culturais utilizadas para normalização da extrema-direita no Brasil. Isso porque são os próprios reducionismos que apontamos acima que também tornam possível para a militância bolsonarista uma leveza para trabalhar diversos temas de forma ressignificada. E este é um ponto fundamental para ser destacado nesta tese, pois é justamente nessa ressignificação que também se torna possível amarrá-los em uma espécie de grande discurso harmonioso neoconservador que representaria uma totalidade pela qual valeria à pena ao povo lutar, pois ela seria, teoricamente, capaz de gerar um outro mundo melhor.

6.2 Palestras sobre “Violência Institucional no Ambiente Escolar”

Como perceberemos adiante, este grupo foi composto por quatro comunicações realizadas por quatro diferentes oradores convidados pelo MMFDH. Estes teriam como foco refletir de forma mais específica sobre a relação entre violência institucional e o ambiente da escola.

6.2.1 Palestra 1: “Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes”

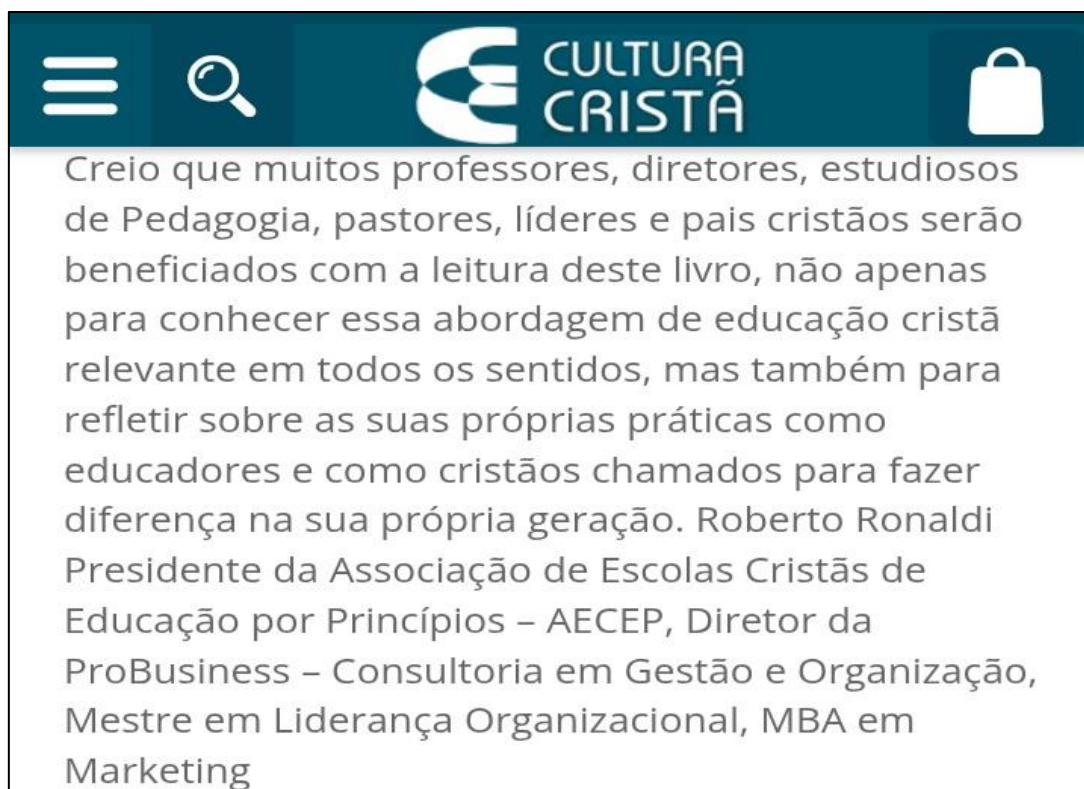
A primeira palestra proferida naquele Fórum Nacional organizado pelo MMFDH, a que foi utilizada para abrir o evento, chamou-se “Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes” e foi ministrada por Inez Augusto Borges. Ela foi definida no material de divulgação como:

Assessora Especial do Gabinete do Ministro da Educação. Bacharel e licenciada em Psicologia pela Universidade Braz Cubas, Mestre em Educação Cristã pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ), Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Pós- -Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É escritora, tradutora e palestrante (Brasil, 2021b, p. 14).

Procurando dados na *internet* sobre a pessoa responsável pela palestra de abertura do Fórum do Ministério chefiado por Damares, algumas coisas me chamaram a atenção e por isso, selecionei alguns prints aqui para melhor explicar os resultados obtidos. Para começar, chama atenção o empenho de Inez Borges em militar dentro daquilo que ela parece acreditar: uma necessidade de que a educação esteja mais próxima de uma perspectiva bíblica, a qual deveria ser incorporada por vários atores sociais diferentes, pois essa variedade teria em comum o fato de interferir na formação de crianças e de adolescentes. O que inclui sua preocupação em ajudar a influenciar com perspectivas cristãs práticas educacionais realizadas nos mais diferentes espaços, como por exemplo, não só a igreja e a escola, mas também a universidade.

Esse seu desejo de tornar o cristianismo mais presente na formação educacional de modo amplo se expressa em alguns livros que ela publicou ao longo dos anos, o que fortaleceu sua imagem como uma espécie de intelectual orgânica do meio neoconservador. Dentre estas obras, destacam-se “Confessionalidade e Construção Ética na Universidade” (Borges, 2008) e “Educação e Personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã” (Borges, 2014). Sobre este último, os comentários feitos no site da editora sobre a obra, realizados pela pessoa que se intitula como o presidente da Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios (AECEP), são dignos de observação e serão apresentados no *print* abaixo:

Figura 29 - Editora cristã comenta livro de Inez Augusto Borges sobre educação cristã.



Fonte: *site* da editora Cultura Cristã

Percebe-se que o livro, segundo o comentário acima exposto, não é destinado somente para pais ou líderes religiosos. Ele procura inclusive alcançar professores. Há uma certa aposta de militância nesta escrita e a perspectiva cristã apresentada é entendida como uma abordagem educacional que pode vir a fazer com que práticas de pessoas, “como educadores e como cristãos” façam “diferença na sua própria geração”. É interessante perceber aqui que não se trata de um livro que põe cristãos de um lado em luta contra professores como um todo. Ele busca falar com, e fortalecer, professores cristãos. Passa-se, portanto, a ideia de que os militantes da tal “abordagem de educação cristã” já estariam cientes de possuir espaços nos mais diferentes âmbitos educacionais, e sua perspectiva estaria competindo com outras dentro das instituições.

A entrada de Inez Borges no MEC no ano de 2020 veio seguida de uma contradição que, em meio a tantas outras polêmicas praticamente diárias envolviam o governo Bolsonaro, pode ter passado levemente despercebido. O próprio MEC, como já explicamos anteriormente nesta tese, foi motivo de polêmica por ter abrigado em uma só gestão vários nomes diferentes que se sucederam à sua frente. Em julho de 2016, quando o pastor Milton Ribeiro assumiu como quarto ministro da Educação com cerca de apenas um ano e meio da gestão de Jair

Bolsonaro, o que seria feito dessa pasta gerou muitas discussões públicas na mídia. Procurando acalmar os ânimos, o sacerdote evangélico Milton Ribeiro prometeu que a laicidade do Estado não seria ameaçada com sua nomeação. Todavia, a nomeação de Inez Augusto Borges como sua assessora cerca de um mês depois disso já o levou a ser apontado por parte da imprensa como contraditório, como se pode ver abaixo:

Figura 30 - reportagem sobre a contratação de uma defensora de princípios bíblicos na educação para atuar no MEC.



Fonte: G1 (2020).

A reportagem acima destaca vários elementos das perspectivas educacionais de Inez, comentando que algumas se aproximam muito de discursos defendidos pelo MESP, mas também demonstrando outras que vão além do cuidado que o MESP tinha em seus projetos de lei de tentar parecer mais científico e menos religioso. Assim, demonstra-se que ela acredita que as crianças deste país têm sido doutrinadas com princípios comunistas, que ela não acredita que a educação praticada no Brasil seja de fato laica e que, para ela, ensinar sobre quilombolas faz com que alunos se revoltam desde pequenos contra pessoas que possuem propriedade privada. Destaca-se que, de acordo com sua visão, a igreja tem acordado para a realidade de que as crianças têm sido emburrecidas por uma educação cuja Base Nacional tem se tornado refém de interesses internacionais e que princípios bíblicos precisam ser ensinados na escola. O texto jornalístico do G1 supracitado afirma que ela não acredita em educação laica, destacando ainda que ela é doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e que, além dela já estar habituada a dar palestras e cursos de capacitação para educadores, “lecionou disciplinas como psicologia da religião, aconselhamento bíblico, sociologia e história da educação”, tendo sido “professora da graduação e da pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie - mesma instituição de ensino onde o ministro Milton Ribeiro foi vice-reitor e reitor em exercício” (Ibid.).

A proximidade “profissional” e confessional com o ministro da educação de Bolsonaro que a havia contratado para ser sua assessora fica clara. Ocorre que, se da parte dele havia uma preocupação em não deixar óbvia sua indiferença sobre a defesa da laicidade do Estado, Inez Borges, ao contrário, trazia consigo todo um histórico de alguém despreocupada em diferenciar o conteúdo a ser ensinado na igreja do objeto de aprendizagem a ser ofertado na escola. Assim, a pessoa que em 2021 viria a ministrar a palestra de abertura do Fórum organizado pelo ministério chefiado por Damares Alves defendia uma concepção de educação em que as práticas da primeira instituição pareciam servir de base para as práticas da segunda, e ela não parecia estar muito disposta a esconder isso. Quando pesquisava sobre ela na *internet* percebi que, menos de 20 dias antes de sua nomeação como assessora do gabinete do ministro da Educação, é possível encontrar em uma de suas redes sociais uma postagem como esta:

Figura 31 - convite de palestra de Inez Augusto Borges sobre educação a ser realizada em uma igreja evangélica.



Fonte: *instagram* pessoal de Inez Augusto Borges

Como é possível perceber pela análise da imagem, tratava-se de um evento que ocorreria na Igreja Presbiteriana da Penha, uma instituição evangélica. Apesar de acontecer em uma instituição religiosa, o tema era “educação”. Observe que a forma de tratar a temática é direcionada para se olhar para as crianças e os jovens a ser educados sob a perspectiva da família, os quais são chamados não de jovens ou de crianças, mas de “filhos”. Um outro detalhe aqui digno de nota é que os adjetivos utilizados para se dar a ideia de uma educação ideal

remetem a características de animais que são representados na Bíblia. Nesse sentido a educação que ela pretende apresentar como ideal seria a que educa “filhos dóceis como ovelhas” e ao mesmo tempo “corajosos como leões”. Percebe-se ainda o trocadilho com a palavra “superação” que aponta para uma ideia de militância do evento, haja vista que levar a ideia de superação estaria condicionada à realização de uma super ação.

Uma vez apresentadas essas credenciais iniciais da palestrante que abriu o Fórum que aqui nos propomos analisar, passemos agora para a análise da sua participação no evento do MMFDH. Uma senhora branca, de meia idade, bem letrada. Vestida de modo bastante formal, com uma voz suave, um ar tranquilo e ao mesmo tempo sério, falando de forma pausada e fazendo um notório esforço didático para ser entendida por um público amplo com o vídeo que gravava. A conferencista parecia querer expressar uma autoimagem bem mais ligada a uma pessoa estudiosa do campo da cultura do que a de uma religiosa neoconservadora.

Com relação ao conteúdo que ela trazia, o tema da educação ocupa um papel de destaque. Grosso modo, ele pode ser resumido como uma defesa da necessidade das pessoas no Brasil se empenharem para realizar um grande revisionismo da história da humanidade que exige mudanças nas formas como a educação no Brasil é oferecida nas escolas para crianças e adolescentes.

Todavia, isso é algo que, como objetivo, está mais implícito e que se entende quando se lê e relê várias vezes o texto, analisando com calma o seu desenvolvimento. O que vai sendo colocado nas páginas iniciais como intenção da autora de modo mais explícito é a ideia de que esta sua conferência de abertura será usada para que as pessoas entendam o que é o tema do fórum, a violência institucional, termo que vai sendo explicado conceitualmente de forma vaga e ilustrado através de alguns exemplos, um caminho utilizado por ela que, diga-se de passagem, se dá de forma altamente seletiva e acrítica com relação a temas que são silenciados como violências praticadas pela Igreja Cristã em dois mil anos de história e por grupos de extrema-direita no Ocidente ao longo do século XX. Você acaba vendo durante quase 50 minutos de palestra uma pessoa da igreja evangélica neopentecostal e funcionária com cargo de confiança de um governo de extrema-direita saudosista da ditadura civil-militar fazendo total silêncio sobre as instituições às quais está envolvida. Isso ao mesmo tempo em que ela afirma que uma violência é institucional quando “é reconhecida e legitimada por autoridades” (Brasil, 2021b, p. 17). Isso me levou a me questionar: quando a ditadura civil-militar é defendida publicamente por Bolsonaro e quando ele trata como herói um torturador que atuou dentro dela, como Brilhante Ustra, isso não é violência institucional para a palestrante ou ela apenas não

lembrou ou não quis falar sobre isso? Inez Augusto Borges não menciona qualquer coisa sobre isso ou sobre ações da Igreja mesmo depois de dizer que

[v]iolência institucional e ideológica é toda forma de injúria, abuso, engano, imposição, **perversão da natureza humana**, diminuição do valor humano, prejuízo, depreciação e destruição do ser humano causados pela autoridade instituída e legitimados por sistemas de crenças que moldam o comportamento de determinada sociedade (Brasil, 2021b, p. 17, grifo nosso).

Coloquei um destaque na citação direta acima em um ponto que é defendido historicamente por neoliberais como também por conservadores (Rocha, 2021; Friedman, 2020; Brown, 2019; Lacerda, 2019), e talvez seja um critério utilizado por pessoas de extrema-direita para livrar grupos que eles admiram dessa crítica ao uso da violência institucional. Como historicamente conservadores e neoliberais acreditam defender a humanidade do que consideram fontes de perversão de sua natureza (como a homossexualidade e a transexualidade, as problematizações sociais na escola que vitimizariam pessoas e causariam desunião na sociedade, um Estado que interfere na economia e causa pobreza por não deixar a economia fluir, instituições de ensino que propagariam orientações ideológicas que afastariam o ser humano de Deus e de seus valores familiares), ações violentas históricas da extrema-direita ou da Igreja Cristã, por exemplo, seriam justificáveis e não se enquadrariam como violência de instituição. Isso porque, dentro desta lógica mais estrita dentro da qual o discurso de Inez Borges parece se enquadrar, uma violência de instituição visa perverter a natureza do ser humano ao invés de lutar para que ela seja garantida. Interessante observarmos esta reflexão, pois como veremos, essa insistência de que é preciso defender uma determinada ideia de natureza humana aparece de forma recorrente como argumento durante o evento.

Como se percebe pela última citação direta, as definições da autora trazem muita possibilidade para que ela faça crítica às instituições das quais faz parte. Todavia, ao longo do texto ela prefere focar em levar seu ouvinte a pensar sobre instituições como escolas e universidades, e quando procura associar o que considera violência institucional no mundo contemporâneo a problemas históricos, percebe-se que ela se direciona para dois exemplos distantes, um que serve para fortalecer uma visão estatal autoritária de educação e outra que ajuda a cristalizar a imagem de cristãos como perseguidos pelo Estado. Ela menciona como o Estado em Esparta obrigava as crianças a um modelo de educação cruel que as separava de suas famílias e como os romanos eram cruéis com aqueles que consideravam seus inimigos políticos, condenando-os à crucificação, cujo exemplo clássico deste tipo de violência teria acontecido justamente com Jesus Cristo (Brasil, 2021b, p. 18).

Foi muito curioso para mim perceber que a palestrante ainda procura explicar que a violência institucional só consegue ocorrer e se perpetuar por conta de seu aspecto ideológico, o que faz com que ela seja invisibilizada, impedindo que as pessoas a discutam, já que não podem vê-la. E ao falar de invisibilização de violências praticadas por instituições, Inez me chama a atenção para um aspecto que me parece ser uma estratégia de apropriação de ideias e inversão de sentidos para aplicação em contextos que convém à normalização da extrema-direita por meio das guerras culturais. É como se um discurso de pessoas críticas a violências praticadas historicamente pela igreja e praticadas pela ditadura civil-militar no Brasil simplesmente fosse apropriado por esses grupos criticados e usado contra seus adversários políticos.

Todavia, importante destacar aqui que a palestrante me pareceu uma pessoa muito ciente de que está inserida como uma militante dentro de uma ação estratégica que se dá no âmbito das guerras culturais com o objetivo de normalizar a extrema-direita. Em um dos momentos que reli a transcrição da palestra percebi que não deveria ser entendido como detalhe. Logo após ela ter defendido no começo da palestra que a humanidade tem sido vítima de uma orientação de desconstrução dos valores ocidentais, ela defende que é necessário que as pessoas lutem contra isso e que nessa batalha há uma centralidade a ser dada não só aos discursos a serem reproduzidos, mas também a quais palavras são escolhidas para compor um discurso, pois segundo ela **“palavras importam. Palavras têm consequências. Ideias importam. Discursos importam, mas sem palavras as ideias e os discursos são impossíveis ou incompreensíveis”** (Brasil, 2021, p. 16, o primeiro grifo é da própria autora, o segundo é nosso). Uma outra passagem do texto que ajuda a demonstrar a ideia de que Inez está muito ciente do seu próprio caráter militante no âmbito das guerras culturais, bem como o daquele evento, é quando ela fala que a

[a] **violência institucionalizada** é reconhecida como normal pelas autoridades e nunca é vencida de fora para dentro. Ela **precisa ser reconhecida** como violência e **ser percebida como abominável no interior de algumas mentes e corações para que se torne assim percebida no interior de pequenos grupos que lutarão para sua abolição no âmbito social e legal”** (Brasil, 2021b, p. 20, grifos nossos).

Evidencia-se aqui o chamado para militância, para que aqueles que consigam entender o que ela está dizendo ajudem a despertar mais pessoas para lutarem contra, primeiramente com pequenos grupos, depois eliminando a aceitação social e mudando a legislação sobre o assunto. Fica clara pela fala de Inez Borges que a extrema-direita está ciente de que está se armando para disputar guerras culturais, ela convoca pessoas para seu campo de

batalha, ela forma seu exército moldando subjetividades que se consolidam à medida em que cada vez mais pessoas se aproximam do grupo de identificação.

Nas páginas finais da transcrição da palestra, Inez Borges se encaminha para a defesa de uma revisão da História da humanidade, algo que no seu entender já deveria começar a ocorrer nas escolas. Na sequência, ela cita e descreve uma série de cinco pessoas que seriam ao seu ver, exemplares figuras que tentaram mudar a sociedade. Sendo professor de História há mais de 20 anos, este pesquisador acreditava que encontraria no discurso da palestrante a menção a algumas pessoas que ele conhecia. Mas, o detalhe é que eu nunca tinha ouvido falar de nenhuma delas. E o mais curioso é que a autora sabia estar trazendo personagens desconhecidos para serem vistos como exemplares, o que tentava justificar dizendo que a única história que é aprendida nas instituições de ensino perverte a realidade. Isso porque ela tem nos levado desde crianças a pensar que todas as pessoas se movem por motivos “meramente econômicos”, que pessoas “com outra cor, sempre foram oprimidas”, demonizando o “capitalismo” e que há uma defesa religiosa destas premissas que demonstra que na verdade a educação no Estado não é laica e tem levado ao apagamento histórico de figuras da humanidade que se moveram para mudar o mundo agindo não por dinheiro, mas por “razões de consciência e de fé” (Brasil, 2021b, p. 25).

O último ponto a ser destacado abaixo apareceu no caminho já de finalização da apresentação de Inez Borges, um pouco antes dela dizer que seriam necessários mais eventos como aquele. Dando ela aquela palestra naquele contexto de 2021, onde o bolsonarismo era acusado de fazer pouco caso da Covid e da vacinação contra a mesma, Inez defendeu a necessidade de as pessoas passarem a se basear mais em dados empíricos no seu dia a dia, pois seria “necessário ensinar as próximas gerações a pensar com base em premissas consistentes e verificáveis” (Ibid., p. 26). Terminou a palestra dando a entender que bolsonaristas eram defensores da ciência, protetores das crianças e dos jovens. Que enxergavam coisas essenciais que muitas pessoas ainda precisavam ver e que estavam envolvidos em um grande projeto de mudança do Brasil, o que dependia de mudanças imediatas no campo da educação.

6.2.2 Palestra 2: “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”

A segunda palestra do evento chamava-se “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”, e foi conduzida por Ana Caroline Campagnolo. Esta foi definida no *E-book* como “Deputada Estadual em Santa Catarina, eleita em 2018 com mais de 34 mil votos.

Graduada em História e pós-graduada em Literatura Portuguesa. Professora na rede pública e privada de ensino desde 2009” (Brasil, 2021b, p. 28).

Todavia, verdade seja dita, com pouca pesquisa na *internet* já fica muito claro que a palestrante não só tem compromisso com um processo de normalização da extrema-direita com forte inserção nas guerras culturais, como é historicamente uma pessoa cuja trajetória de popularidade como figura pública se deu a partir de seu envolvimento de modo extremamente direto com a militância do Escola Sem Partido. Vejamos abaixo um *print* de uma reportagem do jornal “Brasil de Fato”:

Figura 32 - Deputada Campagnolo pede que enviem a ela denúncias contra professores.



Fonte: Rohden (2018)

É possível perceber pela leitura da reportagem referente à imagem acima que Campagnolo, que era professora de História da rede pública de seu estado, não apenas apoiava o Movimento Escola Sem Partido, mas o encarnava em suas ações políticas de militância, inclusive com ataques ao funcionamento não só das escolas, mas também dos cursos de ensino superior. Ela explica esta pessoa que viria a ser deputada em 2018, começou a ganhar notoriedade pública desde o ano de 2016, quando cursava mestrado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Caroline tornou público um processo que decidiu mover contra a sua orientadora, a professora Marlene Fáveri, alegando que a docente de nível superior teria decidido não mais continuar orientando a sua pesquisa por discriminação política e religiosa à sua pessoa. Sua ex-orientadora se defendeu afirmando que a percepção da impossibilidade de manutenção daquela relação acadêmica entre as duas teria ocorrido depois de ver que em redes sociais Campagnolo criticava de forma agressiva o feminismo e os estudos de gênero, assuntos dos quais a docente era especialista (Rohden, 2018).

Apesar de Ana Campagnolo não ter ganho o processo, foi uma estratégia muito eficaz dentro do *modus operandi* bolsonarista/MESP, pois acionar a justiça e tornar o caso público serviu não só para fortalecer a extrema-direita e fazer o Escola Sem Partido mais conhecido, mas também para, somadas à continuidade de uma militância às pautas bolsonaristas em redes sociais, garantir dois anos depois a popularidade que a professora de História neoconservadora de ensino médio precisaria para se tornar parlamentar em seu estado. A reportagem explica ainda que, já no ano de 2018, logo após a vitória de Jair Bolsonaro à presidência, Campagnolo, que já havia sido eleita naquele ano deputada estadual em Santa Catarina e se via como alguém suficientemente popular como ela queria para constranger educadores, estimulou estudantes de todo o Brasil a denunciar professores que fizessem críticas ao novo presidente da república e pediu que os alunos que fossem do estado de Santa Catarina filmassem manifestações ideológicas dos docentes e enviassem o material diretamente para ela, contendo informações como o nome do professor, da cidade e da escola (Rohden, 2018).

É interessante destacar aqui este último caso porque ele demonstra já em 2018 tensões relacionadas com polêmicas do Movimento Escola Sem partido dentro das quais a deputada estadual supracitada se encontrava no centro das discussões. Houve reação de professores organizados, os quais, alegando inconstitucionalidade e a defesa da garantia da liberdade de cátedra, conseguiram junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina obrigar a deputada recém-eleita a parar com as postagens que estimulavam alunos a ficarem contra os docentes, o que, como veremos, durou pouco tempo. Percebe-se aqui algo que aparece naquela época como uma fragilidade no campo do direito para lidar com a questão do Escola Sem

Partido, sobretudo naquele contexto político de eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, dentro do qual as pautas de extrema-direita forçavam uma normalização deste espectro político. Se, como sabemos, o MESP viria a se tornar inviabilizado pelo STF anos depois, ainda durante a gestão de Jair Bolsonaro, o caso de Campagnolo em 2018 demonstra que práticas ligadas ao mesmo não eram sempre entendidas por analistas da lei como expressões de inconstitucionalidade. Pelo contrário, o posicionamento de algumas pessoas no campo do direito que tinham poder para coibir as tentativas do movimento de crescer à sombra da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência até ajudou a nutrir tanto o bolsonarismo como o próprio MESP. Logo no início do primeiro ano de Bolsonaro como presidente do Brasil, a própria Ana Caroline Campagnolo viria a ter este processo revisto e sua postura autorizada por uma desembargadora que ficou responsável por analisar um recurso colocado pela deputada, como podemos constatar pela observação do *print* abaixo:

Figura 33 - Deputada Campagnolo é autorizada por juíza a coletar denúncias contra professores.



Fonte: Gazeta do Povo, 2019b.

A reportagem referente à imagem acima afirma que a própria desembargadora que analisou o recurso de Ana Campagnolo teria afirmado que “a discussão tem como pano de fundo o movimento da Escola Sem Partido, que analisa a possibilidade (ou não) de os docentes ultrapassarem o limite da liberdade de cátedra” e que “[n]o entendimento da juíza” a parlamentar estaria se colocando apenas “como uma espécie de ‘ouvidora social’ em defesa de alunos vítimas de abusos ou excessos em sala de aula” (Ibid.). Importante destacar aqui ainda que, a postura da própria juíza Maria do Rocio não parece apenas apontar para um casual efeito de normalização da extrema-direita da sua parte, mas também para uma identificação da mesma com o que era defendido pelo MESP. Isso fica mais claro quando a reportagem indica que Maria do Rocio ainda se expressou afirmando que não havia ilegalidade na postura de Campagnolo de coletar denúncias de algum “representante do Estado”, “sobretudo quando se tratar de ofensas e humilhações em proselitismo político-partidário travestido de conteúdo educacional ministrado em sala de aula” (Ibid.).

Desse modo, com a força da normalização em curso da extrema-direita, flutuando na atmosfera causada pela ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república e no clima de identificação com o Movimento Escola Sem Partido de pessoas do âmbito do direito, Ana Caroline Campagnolo via diante de si cada vez menos obstáculos para percorrer uma estrada própria de ascensão política que lhe gerasse com o tempo, inclusive, novos espaços.

Tendo sido apresentada aqui de início a autora da segunda palestra, bem como seu indisfarçável histórico de militância com o MESP, traremos a partir de agora os resultados mais importantes adquiridos a partir da análise da sua participação no Fórum de Combate à Violência Institucional. Ana Campagnolo surge sem óculos, o que a ajuda a reforçar a sua aparência de ser alguém que tem pouco mais de 20 anos de idade. Isso é interessante porque, em 2021, quando ocorreu aquele evento, a então deputada estadual já estava completando 31 anos de idade. Se compararmos com a primeira palestrante, a deputada se expressa de modo mais enérgico e usa trajes menos formais, elementos que ajudam a ressaltar sua jovialidade. O uso de um tom de voz moderado parece ajudar a criar uma ideia de segurança ao mesmo tempo em que colabora para que ela incorpore naquele momento certo ar professoral. Branca, aparência física de descendentes de europeus no Brasil, forte sotaque sulino. Campagnolo parece estar tentando sinalizar não apenas com a ideia de que há espaço para uma juventude crítica de classe média dentro do bolsonarismo, mas também um entendimento de que dentro do bolsonarismo estes jovens podem ser reconhecidos como pessoas inteligentes e o Brasil estaria precisando justamente disso.

Sobre o que foi apresentado pela conferencista, primeiramente deixar claro aqui que Campagnolo é a única das palestrantes que atribui a produção do conteúdo a uma parceria dela com outra pessoa, David Rossler Amato, um jovem estudante de graduação que é descrito no *E-book* como “[g]raduando em Segurança Pública, é articulista de portais como Mídia Sem Máscara. Dedicar-se ao estudo e aplicação da metapolítica, trabalhando como consultor parlamentar em assuntos relativos” (Brasil, 2021b, p. 28). Ela não explica qual foi a participação dele, se foi colhendo dados, por exemplo. Fato é que ela profere sozinha o que tem para dizer. E o que é dito, de acordo com a análise que realizei, pode ser em linhas gerais resumido como uma articulação entre discursos sobre a relação entre Estado, educação e família utilizados no Escola Sem Partido, a afirmação da certeza de que pautas que este movimento carregava antes de ser extinto continuarão sendo conduzidas por outras vias dentro do bolsonarismo e a explicitação de que o MMFDH estava assumindo este papel de forma honrosa e que isso inclusive poderia ser percebido pelo tema escolhido para aquele fórum.

Interessante perceber que a jovem militante do Escola Sem Partido se propõe falar do que ela acredita se tratar de “**Direitos Humanos**”, os quais “**deveriam ser vivenciados por todas as famílias brasileiras e respeitados por todos os professores e órgãos públicos**”, destacando em seguida que sua palestra dará importância central à demonstração de “**três diferentes formas por meio das quais um professor pode violar tais direitos e ofender seus alunos e as famílias de origem de cada estudante**” (Brasil, 2021b, p. 29, grifos nossos).

Vai ficando óbvio, portanto, que a deputada pretende utilizar seu momento para fazer uma crítica direta aos professores, acusando-os de atuar como uma ameaça às famílias. Outra coisa que já é possível começarmos a perceber se desenhando em seu horizonte discursivo é que, para trazer um peso maior para a acusação que ela faz, ela vai se dispor a apresentar uma argumentação que faça com que aquilo que ela entende como sendo direitos das famílias seja entendido como uma espécie de sinônimo de Direitos Humanos. Esse esforço demandará dela, portanto, uma disputa pelo sentido do termo, o que ela demonstra estar ciente, quando começar a falar logo em seguida que

[p]or alguns anos, o **aparelhamento das instituições ligadas aos Direitos Humanos** deixou em muitos brasileiros a impressão de que tais assuntos não se referiam a “coisas sérias”, mas a **delírios de lideranças distantes da realidade da maioria da população realmente vitimada em seus direitos universais**. (...) Recentemente, no entanto, **as esperanças se renovaram quando este ministério voltou sua atenção para todos os brasileiros verdadeiramente afetados pela urgência do respeito aos seus direitos**. Entre esses seres humanos estão **os mais negligenciados: as famílias em geral** (...). Agora, os brasileiros podem contar com o Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Assim, as famílias, como base da sociedade, voltam a receber a atenção que lhes é devida (Brasil, 2021b, p. 30, grifos nossos).

Então, o MMFDH tem o papel de corrigir um suposto erro de como a temática dos Direitos Humanos era abordada no Brasil por conta de aparelhamento das instituições. O bolsonarismo representava um outro momento em que se abria a oportunidade de que não mais minorias, mas brasileiros, dotados da percepção de que os verdadeiros direitos humanos diriam respeito a uma ideia de universalidade, passassem a acreditar em mudança. Bem no centro desse sentimento de pertencimento de uma maioria tão disposta a se reduzir como indivíduo diante de uma ideia de coletividade, estava a necessidade de proteger aquilo que deveria ser entendido como a base da sociedade, uma ideia neoconservadora heteropatriarcal cristã de família que era tratada não apenas como única, mas como universal, expressão da natureza humana.

Nesse sentido, Campagnolo afirma que o tema central tanto do seu artigo como também do fórum é a violação de direitos realizada “principalmente, por funcionários públicos e/ou professores contra crianças, adolescentes e suas famílias” (Brasil, 2021b, p. 31). Daí em diante se segue quase que um texto publicado praticamente pelo próprio Movimento Escola Sem Partido, haja vista que a autora mescla em apresentar relatos de casos em que professores foram acusados por pais de doutrinar adolescentes, argumentos utilizados pelo MESP para defender a existência de doutrinação sistemática na educação do Brasil e a apresentação de instituições que foram se levantando no país para tentar atender a suposta demanda dos pais que não eram ouvidas pelo governo anterior a Jair Bolsonaro. Sua narrativa destaca o início dos anos 2000 como um momento onde se percebe que esse tipo de movimentação na sociedade teria começado a aparecer (como já mencionado nesta tese em outros momentos, o MESP surgiria em meados de 2003, 2004) e teria se tornado mais forte quando vários grupos teriam começado a se unir para realizar Congressos Nacionais a partir de 2013 (justamente o ano que politicamente foi marcado pelas manifestações de julho de 2013 no Brasil, o qual também antecede o primeiro PL do MESP, ambos assuntos já apresentados e discutidos nesta tese).

Interessante que a autora tenta fazer crer que essas discussões sobre tentativas de doutrinação realizadas por professores teriam começado a se intensificar em 2013 a partir de denúncias relacionadas ao espaço da universidade, os acusados seriam os docentes do ensino superior. E ao dizer que só depois “esse fenômeno desceu a pirâmide educacional e chegou às escolas de níveis médio e fundamental”, ela passa a criticar as escolas de forma mais focada, explicando que os professores, realizam segundo sua percepção três tipos de abusos, o “político-ideológico”, o de “intolerância religiosa” e o de “humilhação e erotização das crianças” (Brasil, 2021b, p. 32). A palestra segue por muitos minutos defendendo que os supostos casos de doutrinação levantados por movimentos como o MESP se enquadram de fato nesses três tipos

de categorias mencionadas pela autora, destacando que este movimento foi criado por um advogado chamado “Miguel Nagib” e foi “por anos” uma entidade procurada por “brasileiros” que precisavam de orientação, mas que foi “precocemente extinto” (Brasil, 2021b, p. 38).

Um novo momento de destaque da palestra surge quando Campagnolo começa a gastar grande parte de seus minutos expressando-se bem na linha das guerras culturais estadunidenses que influenciaram o discurso neoconservador no Brasil (como já mencionamos em outro momento desta tese). Voltando à discussão de que os direitos que importam devem apontar para a universalidade e não fomentar diferenças sociais, ela passa a defender a ideia de que a teoria de gênero, envolvendo discussões tanto sobre transexualidade como sobre feminismo, foi uma estratégia neomarxista da esquerda. A deputada defende a ideia de que a mulher, por exemplo, tem sido tratada por doutrinadores de esquerda no Brasil como uma categoria que precisaria ocupar no imaginário da população o lugar de ator social oprimido que antes era ocupada pela categoria do proletário. Por conta disso, a teoria de gênero deveria de fato, para a palestrante, ser classificada como uma ideologia, já que a associação com este último termo ajudaria a alertar à pessoas de que o tema tendia a ser tratado de uma forma manipuladora e não cientificamente honesta no Brasil. Ressoando argumentos muito comuns ao MESP, a autora repete algumas vezes de que este suposto aspecto ideológico utilizado por professores doutrinadores tem causado dois prejuízos, o relativo a perda da qualidade do que se aprende no Brasil e o relacionado com o choque que gerado entre o que os estudantes passam a considerar importante e a manutenção das convicções que lhes são ensinadas pelos seus pais.

Fazendo costuras embasadas em temas ligados às guerras culturais de normalização da extrema-direita já discutidos nesta tese, Campagnolo dá continuidade à sua apresentação argumentando que é preciso entender como ideias que são produto de uma elite no Brasil acabam se estabelecendo no país. Segundo a deputada, tal elite desejaria, como minoria, dominar a maior parte do povo. O que vem alcançando com ideias que acabam se espalhando através do nosso sistema educacional, da nossa mídia, das decisões da classe política que historicamente tem falhado na representação do povo. Para ela, isso tem a ver com investimento internacional de corporações globalistas bilionárias que desejam, em parceria com as esquerdas infiltradas de cada país, acabar com a soberania das nações (Brasil, 2021b, p. 53).

Segundo tal lógica discursiva, em conluio com as esquerdas, corporações sem ética dispostas a corromper o mercado mundial ganhariam muito mais dinheiro, porque não dependeriam da capacidade de vender seus produtos dentro de uma condição de verdadeira natureza competitiva do mercado. O que se ligaria à ideia de que o verdadeiro mercado é aquele que suplanta necessidades que nascem de forma natural na sociedade, ao invés de criar

necessidades artificiais e manipular as pessoas para que elas se tornem compradoras. Ao fim e ao cabo, a doutrinação dos professores em escolas brasileiras estaria servindo a esses interesses, os dos poderosos mundiais que estariam dispostos a destruir sociedades inteiras, corrompendo as naturezas das pessoas para reduzi-las ao domínio deles enquanto meras compradoras manipuladas daquilo que não precisam, escravizando-as mentalmente em um mundo e um jeito de viver artificiais (Brasil, 2021b, p. 53). Assim, o bolsonarismo vai sendo construído sutilmente no discurso da palestrante como um viés político que visa trazer soberania à nação, propiciando um novo país a partir de uma nova classe política, de uma nova mídia e de um novo modelo de educação no Brasil.

Diante de um problema supostamente tão sério, a autora finaliza destacando que

alardear os efeitos colaterais de uma ideologização indevida das salas de aula e denunciar condutas abusivas como se tem feito neste Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes (2021) é um passo importante na luta pela proteção dos direitos humanos dos nossos mais vulneráveis brasileiros. O Ministério dos Direitos Humanos, portanto, cumpre nestes anais e evento a sua razão de ser e o propósito de suas atividades: proteger os direitos mais fundamentais (Brasil, 2021b, p. 55).

Como se percebe, bem nos moldes de discussões ligadas à normalização da extrema-direita no Brasil que temos discutido desde o primeiro capítulo desta tese, uma espécie de teoria de conspiração transnacional é apresentada pela autora. Esse malabarismo retórico é usado para que ela tente convencer que devemos classificar como uma luta por direitos humanos o problema que ela diz haver no Brasil de doutrinação ideológica em instituições de ensino. E sua palestra não é encerrada antes que ela situe o MMFDH como uma espécie de poderoso quartel criado para que as pessoas que estão do lado certo das guerras culturais tenham mais condições de lutar.

6.2.3 Palestra 3: “A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos”

A terceira palestra do fórum teve como título “A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos”, a qual teve como comunicador Alexandre Magno Fernandes Moreira. Ele foi descrito no início da sua apresentação como:

Procurador do Banco Central, advogado e jurista. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá e Mestre em Direito pela Vanderbilt University. Professor de Direito Educacional na Escola Superior de Advocacia (OAB/DF) e Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Mulher, da

Família e dos Direitos Humanos, foi Secretário Nacional de Proteção Global, diretor jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar e membro do board da Global Homeschool Conference (Brasil, 2021b, p. 58).

Histórico militante do *homeschooling*, o autor desta palestra foi diretor da Associação Nacional de Educação Domiciliar desde sua fundação no ano de 2010 ao ano de 2019, permanecendo como consultor jurídico da instituição mesmo depois de ter assumido um cargo de confiança dentro do governo Bolsonaro. A associação nacional fundada por ele no Brasil espalhou representantes por vários estados brasileiros, contou com a parceria de várias empresas da iniciativa privada nacional interessadas em desenvolver material impresso e online para o ensino domiciliar, fez *lobby* no Congresso Nacional. Longe de ser um personagem que cresceu no bolsonarismo apenas ligado a uma trama tupiniquim, Alexandre Magno é peça de uma rede de militância internacional, haja vista que

[e]le também é ligado ao grupo ultra-conservador estadunidense Home School Legal Defense Association (HSLDA, “Associação de Defesa Jurídica do Home School”) e foi conselheiro por oito anos da Global Home Education Exchange (GHEX, Intercâmbio Global de Educação Domiciliar), uma plataforma para as atividades internacionais da HSLDA (Souza; Levy; Correia; Camborini, 2022).

Defensor de princípios bíblicos, coleciona a fama no meio conservador de ser radical dentro daquilo que acredita, a necessidade de que os pais reforcem sua autoridade sobre os seus filhos exercendo o direito de inclusive castiga-los fisicamente, como se pode ver pelo print retirado de uma reportagem publicada na Agência Pública:

Figura 34 - reportagem sobre Alexandre Magno defendendo o castigo físico como meio eficiente de educar.

Castigar “calma e pacientemente”

Em um curso online, o ex-secretário nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Alexandre Magno Fernandes Moreira, diz aos pais: “O castigo físico sempre tem de ter uma finalidade (...) é algo que deve ser feito com calma, paciência e dentro de situações específicas.”

Fonte: Souza, Levy, Correia, Camborini (2022).

Mas, a defesa do autor sobre o castigo físico como meio eficiente de educar crianças não é o único tema polêmico a ser destacado aqui. Três anos antes de ser um dos fundadores da Associação Nacional de Educação Domiciliar, Alexandre Magno usou sua habilidade com a linguagem do Direito para criticar a Lei Maria da Penha com um artigo de opinião no site “Jus.com.br” no qual argumenta que se trata de uma legislação cuja finalidade seria a criminalização daquilo que é masculino, pois segundo o autor,

[o] Estado, com suas costumeiras pretensões totalitárias, entra na vida familiar e disciplina o que é ou não permitido. De repente, pequenos atritos diários podem ser considerados crimes ou dar ensejo a indenizações por dano moral. A pretexto de proteger a mulher, a lei considera-a como incapaz de cuidar de sua higidez mental [5], podendo ser “ferida em sua auto-estima” por qualquer palavra ou atitude dissonante do companheiro (Aguar, 2007)!

Interessante que, como vimos na apresentação que é feita dele na palestra, como destaquei em citação direta no começo da descrição do autor, ele em 2021 ocupará o cargo de “Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Mulher” (Brasil, 2021b, p 58). Já neste último trecho citado acima que é de um texto publicado ainda no ano 2007, percebe-se que

Alexandre Magno de muito tempo se notabilizava por uma visão pífia sobre proteção das mulheres por parte do Estado. O autor já pincelava no início dos anos 2000 uma espécie de combo de elementos discursivos que viriam a ganhar força nos discursos bolsonaristas que se espalhariam pelo Brasil cerca de uma década depois. Em um tipo de construção argumentativa clássica do neoliberalismo (Friedman, 2020), uma lei criada para regulamentar a vida social precisa ser vista com desconfiança desde seu início, pois o Estado deve ser sempre entendido como algo que ameaça a liberdade individual com suas pretensões totalitárias. O objetivo da Lei Maria da Penha e os problemas que ela tenta criar condições legais para tratar são minimizados, pois ela não só é entendida por ele como uma invasão do Estado sobre o privado, mas uma tentativa de submeter a autonomia da família, criando possibilidades de que pequenas brigas de casal passem a ser objeto de criminalização do homem. Como se não bastasse, o autor ainda traz o entendimento de que a lei acaba tornando as mulheres mais frágeis, levando-as a se abaterem demasiadamente com revezes da vida e a se verem como seres incapazes de lidar com problemas que nasceriam de discordâncias comuns do dia a dia.

Percebe-se que o autor ainda procura dar a entender, nesse texto de 2007, que a Lei Maria da Penha ainda contribuiria para tornar toda a sociedade mais frágil, pois levaria tipos diferentes de pessoas a tentar se encaixar em grupos vitimizados para conseguirem acessar uma cobertura legal e não se enquadrarem como criminosos. Isso fica explícito quando ele argumenta que

[a]ssim ser punido por atos que inevitavelmente ocorrem no cotidiano de um casal significa penalizar o homem como tal e não os fatos em si. Enfim, nos dias de hoje, ser homem pode ser um crime, exceto se pertencer a alguma minoria legalmente protegida, como negros, índios, idosos, crianças, adolescentes e, em um futuro próximo, homossexuais. Nesses casos, a "condição moralmente inferior" do homem pode ser "compensada" pelo fato de que a lei o considera também como uma vítima (Aguiar, 2007)!

Neste trecho ficam claras outras linhas argumentativas que foram se tornando bem comuns posteriormente com a ascensão do bolsonarismo. Ainda que entre aspas, minorias sociais, como negros e homossexuais, são apresentadas em seu texto como casos de inferioridade moral que podem ser beneficiadas por serem amparadas por legislações que serviriam para vitimizar alguns grupos de pessoas.

Uma vez apresentadas aqui algumas credenciais de Alexandre Magno Fernandes Moreira, vamos, a partir de agora, apresentar uma análise da sua atuação como palestrante no Fórum Nacional de Combate à Violência Institucional realizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2021. Homem branco de aparentemente 40 anos de

idade, cabelos muito lisos, suas vestes e seu jeito de gesticular e de falar parecem expressar uma imagem muito comum de poder e de seriedade na sociedade brasileira associadas a profissionais do campo do Direito. Percebe-se nele uma preocupação em pronunciar-se de modo pausado e lento, como um sábio dando conselhos. É como se ele tivesse a consciência de que servir-se de um *status* que advogados possuem historicamente no Brasil era algo bom para lhe trazer credibilidade, mas ao mesmo tempo estivesse cômico de que seu maior desafio era o de se fazer compreender por outros públicos que poderiam estar tentando entender o que ele queria dizer.

Em uma palestra que tem como tema central a defesa de uma visão de funcionamento da educação nas escolas totalmente dependente de decisões das famílias dos estudantes, o conteúdo que Alexandre Magno apresentou no Fórum do Ministério de Damares é em grande medida uma espécie de resumo de argumentos do MESP. Todavia, diferentemente da palestra de Ana Campagnolo, a relação como o movimento neoconservador extinto não foi explicitada. Isso ajudou a deixar mais claro ainda para o pesquisador desta tese que para a extrema-direita o MESP foi uma espécie de trem muito útil por um tempo por transportar uma carga essencial, mas os trens são descartáveis e substituíveis, já que o importante é que, ainda que por diferentes trens a carga permaneça sendo conduzida, pois as pessoas à frente do bolsonarismo estão bastante cientes de que a manter a mercadoria sendo transportada e fazê-la chegar em maior medida em cada vez mais lugares é o que alimenta, expande e aumenta o poder da extrema-direita dentro da sociedade.

Alexandre começa quase que incorporando um papel de especialista em educação, falando que é um tema que todos falam, mas poucos se questionam realmente sobre o que ela é e para o que ela serve. Ele segue explicando que a educação é algo que em essência faz o que é bom para as pessoas. Sem qualquer discussão sobre o que explicasse, ainda que filosoficamente, como algo pode ser avaliado como bom para as pessoas, o autor simplesmente cria uma espécie de visão maniqueísta e binária onde aquilo que não é a educação que faz o que é bom para as pessoas é algo que pode se parecer com ela mas precisa ser diferenciado, que seria a “**doutrinação**”, o que ele caracteriza como “uma espécie de **propaganda**”, a qual “não serve aos interesses do educando, **serve aos interesses de determinado partido** ou determinada ideologia” (Brasil, 2021b, p. 61, grifos nossos). Sem qualquer crítica ao bolsonarismo ou ao trabalho que igrejas evangélicas fazem com crianças em seus templos ele segue seu raciocínio sobre doutrinação dizendo que ela deve ser vista como algo diferente da educação justamente porque ameaça a autonomia das pessoas em formação, o que deveria ser um princípio muito claro e defendido por todos os adultos que se relacionam com crianças e

jovens. A partir daí, como veremos, as contradições sobre o que ele defende como autonomia, vão se tornando mais visíveis.

O advogado que se põe como especialista em educação nesta palestra segue falando que como todos precisam contribuir para alguém desde criança se desenvolva autonomamente e de forma integral, todos precisam reconhecer o que seria o ponto de partida para sua caminhada própria, o que ele deixa claro que em seu entender é a família. Portanto, percebe-se que na sua construção argumentativa, a família não é apresentada como um grupo de outras pessoas que convivem com alguém desde o começo de sua vida, mas como algo que praticamente é inseparável da autonomia da pessoa. E assim ele vai forçando um entendimento de que defender a proteção à autonomia de um jovem educando é garantir que jamais se criem situações nas quais ele possa ser levado a entender que aquilo que ele carrega consigo e que foi ensinado pela sua família pode ser questionado. Na visão do autor, esse tipo de situação seria um risco para a autonomia do educando, pois abalaria suas bases de formação, além de significar uma nefasta falta de percepção de que a família é, por uma espécie de direito natural, a única instituição dentro da sociedade que tem a incumbência de fornecer as bases da formação autônoma que um indivíduo precisará carregar por toda sua vida. Isso vai ficando claro quando ele afirma por exemplo, que

[s]e a criança tem o direito à identidade cultural, e essa identidade é dada em primeiro lugar pela família, é possível chegar a um outro direito: ao direito dos pais. Eles detêm esse direito de transmitir a sua cultura, as suas crenças os seus valores, tudo aquilo que eles consideram como correto, como útil, como bom. (...) **Na prática isso significa que, no ambiente escolar, as convicções morais e religiosas dos pais devem ser respeitadas pelos professores, pela escola, e pelo Estado** (Brasil, 2021b, p. 63, grifos nossos).

Muitos elementos que apontam para o MESP aparecem claramente aí sem que o movimento seja mencionado. Há um combo discursivo que liga depreciação do papel do Estado, supervalorização do papel da família e defesa de uma visão conservadora da educação. Todavia, vale a pena ressaltar um aspecto que se destaca e leva de vez a uma contradição enorme à ideia de defesa da autonomia do educando que o autor vai colocando de forma repetida no seu texto. Trata-se de sua necessidade de enfatizar a defesa da religião dos pais do aluno. Alexandre Magno caracteriza-se nitidamente em sua palestra como um religioso cristão bolsonarista clássico se agarrando em argumentos do Escola Sem Partido. Ele força a defesa da necessidade de uma escola “neutra, imparcial e objetiva” (Brasil, 2021b, p. 64) quando na verdade uma das suas maiores preocupações parece ser a de apresentar subterfúgios retóricos para atacar de forma obscura a laicidade do Estado. Não à toa, repetidamente ele ressalta que

“a soberania sobre a transmissão de valores morais e religiosos pertence aos pais” e que é “incontestável respeitar essa transmissão de valores religiosos” (Brasil, 2021b, p. 63).

Ele ainda se coloca como alguém aberto a várias visões de mundo, diferente de como ele quer que sejam vistos os docentes que ele critica. Praticamente desconsiderando sua condição de bolsonarista em um contexto de negacionismo da Covid-19 já discutido no início desta tese, ele utiliza argumentos clássicos do MESP como, por exemplo, dizer que a sociedade precisa estar atenta para doutrinadores que falseiam a realidade, trazendo fatos que não existem ou deturpando o que de verdade ocorreu.

Apesar de surgir na palestra como um advogado que vai falar sobre educação, na prática quem acaba falando é um religioso movido por um desejo de que todos os religiosos lutem para garantir que a igreja e não o Estado definirá o que pode ser apresentado como objeto de reflexão para os jovens, buscando garantir assim que o que é ensinado na igreja seja simplesmente reforçado na escola. A existência da estratégia de mascarar o que se tem de fato para dizer parece ir se revelando cada vez mais quando sua conferência se encaminha para o final e ele praticamente nega que se percebe, naquele contexto de polarização ideológica do ano de 2021. O bolsonarista Alexandre Magno diz, por exemplo, que “[n]ão está em questão um conflito entre direita e esquerda, mas sim, entre pais e professores, pais e escola” (Brasil, 2021b, p. 65). A depender do ângulo que utilizamos para análise, não é tão surpreendente que ele tenha dito isso. É bem mais fácil esse tipo de discurso encontre boa recepção em pessoas convidadas a se verem, antes de tudo, na posição de “pais”. Um canal de conexão com a diretriz apelativa de proteção da família desenvolvido tendenciosamente para levar pessoas a se identificarem com uma ideia de ser de direita. Grande parte do que analisamos nas palestras deste Fórum mostram que o bolsonarismo procura ganhar força politizando e canalizando sentimentos que as pessoas têm relacionados com problemas e desafios do próprio dia a dia. Ele joga de forma estratégica nas guerras culturais, atrai para o seu projeto de normalização da extrema-direita pessoas que acabam endossando um caminho coletivo para o qual entraram por conta de elementos de militância que, quando mencionados, simplesmente pareciam necessários e justos.

6.2.4 Palestra 4: “Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes”

A quarta e última palestra deste conjunto de comunicações voltadas para a violência institucional em ambiente escolar teve como nome “Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes” e a pessoa que esteve à frente dela foi Fernando César Pereira Ferreira. Este foi apresentado antes de iniciar sua fala da seguinte forma:

Ouvidor Nacional de Direitos Humanos. Bacharel em Direito pela Faculdades Integradas de Vitória e Pós-Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Corregedor Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal (Brasil, 2021b, p. 67).

Inexistem na internet muitas informações sobre o palestrante acima mencionado. Não é possível destacá-lo aqui como contribuinte da normalização da extrema-direita nem por livros e artigos neoconservadores publicados nem por *posts* de *internet* portando armas e apoiando Bolsonaro de forma chocante e contenciosa com relação a outros grupos sociais no contexto de ascensão ao bolsonarismo. Mas, o que entendemos ao investigar sobre esta pessoa foi que a ausência de evidências tão explícitas de radicalismos nos ajudou a perceber melhor como o bolsonarismo possui um jogo de sustentação constituído por diferentes atores e diversas estratégias. Como regras possuem exceção, Fernando César Pereira Ferreira não se destacou dentro da ascensão bolsonarista por reconhecimento às suas exposições e contribuições escandalosas em guerras culturais (comportamento que leva pessoas praticamente desconhecidas para a maioria dos brasileiros a se tornarem figuras públicas de longo alcance depois de algum *post* em redes sociais, por exemplo). Pelo que consegui encontrar, sua dedicação profissional ao longo da vida foi bastante restrita à sua carreira como policial rodoviário federal. Todavia, faz-se necessário salientar aqui que este grupo representa uma parte das forças de segurança da qual Bolsonaro procurou se aproximar não só antes, mas depois de assumir o cargo, haja vista que

[d]esde os primeiros meses do mandato, o presidente Bolsonaro prestigiou a Polícia Rodoviária Federal e tentou ampliar seu leque de atuação. Em outubro de 2019, o então ministro Sergio Moro, da Justiça, assinou portaria autorizando a PRF a auxiliar “as demais instituições de segurança pública na prevenção e no enfrentamento ao crime”. A portaria dava à corporação poderes de investigar e cumprir mandado judicial – ações típicas de polícias judiciárias (como a Polícia Federal e as polícias civis) e não de polícias ostensivas, como a PRF. Pela primeira vez na história, a PRF assumia funções então típicas da PF, abrindo um contencioso entre as duas forças policiais (Abreu, 2022).

Na verdade, há um auxílio que a Polícia Rodoviária Federal poderia trazer ao governo de Jair Bolsonaro que se relacionava de forma indireta com suas guerras culturais. Ela era a polícia que poderia fiscalizar melhor ou de forma mais vagas o transporte de armas, as multas e os transportes em períodos eleitorais. O Brasil que Bolsonaro prometia aos seus seguidores, com mais armas e menos multas, com seus opositores tendo cada vez menos votos, era um país mais facilmente construído caso a Polícia Rodoviária Federal estivesse disposta a cooperar, deixando de se importar tanto com as consequências dessa cooperação.

Essa aliança ficaria mais clara no ano de 2022, mais especificamente no dia das eleições do segundo turno para presidente, quando a imprensa começou a trazer à tona a notícia de que, e várias estradas pelo país, transportes que carregavam pessoas interessadas em votar em Luíz Inácio Lula da Silva, opositor de Jair Bolsonaro, estavam sendo impedidos de continuar seu trajeto (Bergamasco, 2022). Todavia, vale salientar que o estreitamento de relações entre a família Bolsonaro e a Polícia Rodoviária Federal se deu durante toda a gestão de Jair, de várias formas e com muitas consequências, haja vista que

[e]nquanto ampliava os poderes da PRF, o governo se empenhou em fortalecer a corporação. Entre 2019 e 2021, o órgão recebeu 704 milhões de reais em investimentos, o que representa 54% a mais do que havia recebido no triênio anterior. Em 2022, os irmãos Flávio e Eduardo Bolsonaro mandaram 3,6 milhões de reais para a PRF por meio do orçamento secreto. Desde 2020, a corporação fechou quinze contratos para a blindagem de veículos, no valor total de 39,9 milhões de reais, todos com a Combat Armor Defense do Brasil, cujo dono é próximo do deputado Eduardo Bolsonaro. Além disso, seu efetivo cresceu no atual governo. Passou de 9,9 mil policiais para 12,2 mil. Ao mesmo tempo em que ganhava mais dinheiro e mais poderes, a PRF foi estimulada a se afastar cada vez mais de sua missão original – e enfraqueceu a vigilância dos 75 mil km de rodovias federais. Bolsonaro pressionou a PRF a deixar de punir o transporte de armas pessoais e estimulou a corporação a amolecer o tratamento contra infrações cometidas por caminhoneiros, sua base eleitoral. Em agosto de 2019, Bolsonaro chegou a mandar tirar todos os radares das rodovias federais para acabar com “a indústria das ‘multagens’ eletrônicas”. Em quatro meses, o número de mortos nas estradas aumentou 15% (Abreu, 2022).

No contexto, portanto, de inchaço e fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal, alguns cargos dentro do próprio governo de Jair Bolsonaro foram colocados à disposição de seus agentes. Tendo sido Superintendente da PRF em Brasília e no Espírito Santo, Corregedor-Geral do Departamento da instituição, Chefe de Delegacias, dentre outros cargos de renome na sua força auxiliar de segurança, o nome de Fernando Ferreira tinha peso dentro da instituição (Brasil, 2025c). Foi nessa conjuntura que esse policial rodoviário até então pouco conhecido do público no cenário das guerras culturais, há pouco tempo nomeado por Bolsonaro como Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, viu-se assumindo o tema de uma palestra em um fórum realizado por uma instituição tão envolvida na temática das guerras culturais para normalização da extrema-direita.

Passemos então aos resultados mais importantes da análise realizada sobre a sua palestra. Vestido de forma clássica, com paletó de gravata, o palestrante aparentava cerca de 50 anos de idade e falava com desenvoltura e naturalidade. Ele expressava o seu conteúdo como quem descreve com muita propriedade um trabalho técnico do qual tinha sido responsabilizado. Dentre os palestrantes que tinham se apresentado até então, era aquele que certamente mais se

distanciava da imagem de alguém movido por questões morais atreladas às guerras culturais bolsonaristas.

Todavia, é importante que uma ressalva seja feita aqui. Foi o preletor que menos falou, ficando cerca de 10 minutos iniciais e depois voltando em minutos finais praticamente só para se despedir. Apesar de no e-book os créditos de autoria terem ficado só para ele, a maior parte da conferência, cerca de 25 minutos, foi apresentada por uma de suas funcionárias na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, uma mulher jovem apresentada como

Vanessa Vilela Berbel”coordenadora do *Ligue 180*, uma das pessoas que auxiliou a Ouvidoria na confecção do Manual da Taxonomia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no qual consta a evolução de todos os conceitos n que se refere ao registro de denúncias no âmbito da Ouvidoria” (Brasil, 2021b, p. 68).

No que diz respeito ao conteúdo desta palestra, ela pode em linhas gerais ser resumida como uma tentativa de mostrar que, para além das discussões de militância ideológica e dos movimentos neoconservadores que eram citados pelas outras palestras, já estava sendo feito algo grandioso dentro de uma perspectiva mais operacional no governo Bolsonaro. Tratava-se de um sistema integrado, uma iniciativa que ampliava a quantidade de canais de comunicação do povo com o governo e se desenvolvia no sentido de armazenar e cruzar dados sobre denúncias relacionadas à temática dos direitos humanos, considerando variáveis de tempo e localização, o que também serviria para a população conseguir entender e classificar melhor as violências que ela própria sofre, bem como serviria para a elaboração de Políticas Públicas. Apesar de já termos, no capítulo anterior, explicado como a temática dos direitos humanos era usada no MMFDH como um pacote onde tudo que o governo quisesse interpretar como violência a ser prioritariamente combatida caberia, esta palestra não força o discurso dentro desta perspectiva ideológica, não traz nenhum alerta de conspiração transnacional como percebemos até aqui que foi um elemento como em outras. É de fato a palestra onde mais se assume um tom descritivo em uma perspectiva que visa se apresentar como um relatório técnico de algo que estava sendo produzido dentro do governo Bolsonaro.

O autor da palestra explica que o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos era algo produzido pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, órgão sob sua chefia. Este sistema abrigava canais que recebiam denúncias de violências contra direitos humanos de todo tipo de público, como o Disque 100, o DH Brasil e o próprio site da Ouvidoria, assim também como um canal que acolhia, de forma específica, mulheres, o Ligue 180. Além destes, foram destacados outros canais de comunicação da instituição para emergências, como o *Whatsapp* e

o *Telegram* da Ouvidoria. Um trecho que chama a atenção é quando se fala de intenções já postas em marcha, sobretudo quando foi mencionado que

[a]plicativos mais lúdicos estão sendo produzidos para promover conversas com crianças e com adolescentes por meio de *chat*, de mensagens, de vídeos, de informações em revistas e, se necessário, colher denúncias de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes (Brasil, 2021b, p. 69).

Ou seja, revelava-se aí uma intenção de se desenvolver meios, por parte do governo Bolsonaro, de aprimorar sua comunicação direta com crianças e adolescentes, ainda que para isso tenham que ser desenvolvidos aplicativos mais lúdicos. O que nos leva a pensar que a extrema-direita acredita verdadeiramente que para crescer precisa não apenas investir em comunicação, mas fazer isso alcançando desde já as futuras gerações de adultos.

Embora as pessoas que falam nesta palestra não se dediquem a defender teorias claramente mais conservadoras, essa espécie de relatório do que está sendo produzido e do que se tem intenção de fazer é bem alvissareira em um fórum nacional promovido por uma instituição bolsonarista como o ministério chefiado por Damares Alves. Isso fica mais claro quando a funcionária da Ouvidoria, Vanessa Berbel, a convite do palestrante, passa a explicar o projeto deles já em andamento, de realização de uma taxonomia. Ela explica que

taxonomia é uma construção importante da catalogação, de classificação das denúncias, e que tem como objetivo alcançar uma finalidade: a otimização do serviço prestado pela Ouvidoria Nacional. A **taxonomia nada mais é do que uma forma de classificar. É o cuidado em ter um olhar sobre o fato que será classificado**, que será catalogado. (...) **Portanto, busca-se uma padronização dos dados em um formato acessível, numa linguagem que o cidadão consiga compreender** qual agressão especificamente está sendo abordada. **Também busca subsidiar e fortalecer as Políticas Públicas** (Brasil, 2021b, p. 70, grifos nossos).

Tudo isso pode, em um governo democrático, funcionar de modo muito útil e interessante. Como também pode ser uma arma valiosa para um governo de extrema direita que visa se fortalecer por meio de guerras culturais. O que se chama aqui de taxonomia, é algo que pode ser utilizado para que pessoas passem a interpretar fatos conforme a visão de mundo de um governo antidemocrático. Estamos falando de um fórum onde palestram pessoas ligadas ao Movimento Escola Sem Partido, pessoas que defendem a censura e a intimidação de professores utilizando outros nomes. Um fórum que aconteceu dentro do governo de um presidente que apoiou a ditadura civil militar no Brasil e já fez demonstrações públicas de que glorifica a memória de um torturador como Brilhante Ustra. Por mais que a palestra apresente de uma forma geral processos realizados e intenções de uma Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

que poderiam vir a ser bem utilizadas, precisamos situar o contexto onde estes processos realizados e estas intenções estão sendo anunciados.

O restante da apresentação se concentra em fazer referência a alguns dos mais de um milhão de casos de denúncias contra os direitos humanos que os vários canais diferentes já tinham registrado, além de falar sobre a necessidade e o desafio de desenvolver referências que sirvam para enquadrar em diferentes grupos de classificação os relatos recebidos, explicando que, neste sentido, a Ouvidoria estava em processo de evolução. Também foi dito que, apesar do trabalho de taxonomia ainda estar em fase de evolução, muitos dos dados coletados já estavam disponíveis e poderiam ser cruzados, revelando variações relacionadas com tempo e com localidade em diferentes espaços do território brasileiro. Por isso, de acordo com os palestrantes, parte deles já poderia ser utilizada para elaborar Políticas Públicas e pesquisadores de toda a comunidade acadêmica estavam convidados a consultar o painel de dados presente no site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para a partir dele escrever artigos ajudando a divulgar o conhecimento produzido pelo órgão governamental (Brasil, 2021b, p. 74).

A palestra ajuda a visualizar melhor intenções do bolsonarismo de buscar aprimorar sua comunicação com a população pela tecnologia e de direcionar esse processo de aperfeiçoamento comunicacional para públicos variados, incluindo novas gerações. Sendo oposição ou situação, a extrema-direita no Brasil demonstra estar ciente de que sua normalização por meio das guerras culturais passa necessariamente por um grande investimento na sua comunicação com o povo que precisa ser alcançado dentro desta era do mundo digital.

6.3 Palestras Sobre “Violência Institucional na Saúde de Crianças e Adolescentes”

Agora nos encaminhamos para a parte seguinte do evento, a que, em tese, foi voltada para reflexões sobre um outro campo. Esta segunda rodada foi composta por três comunicações realizadas por três diferentes pessoas convidadas pelo MMFDH. Elas deveriam realizar uma discussão sobre violência institucional colocando um foco maior em questões relacionadas à área da saúde. Seguindo a ordem das apresentações do fórum, iniciemos, portanto, com a primeira das três.

6.3.1 *Palestra 5: “A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero”*

A quinta palestra de todo o evento, a qual abriu a vez deste segundo conjunto de palestrantes, possuía como título “A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de

gênero” e foi ministrada pela deputada federal Chris Tonietto (PL). De partida, percebe-se que há um grande envolvimento por parte da conferencista com círculos neoconservadores inseridos em diferentes esferas que vinham estreitando suas relações dentro da ascensão da extrema-direita, como Igreja, Segurança Pública, Direito e Educação. Isso porque, em sua apresentação, o material de divulgação do fórum a define assim:

Advogada e Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Presidente da União Brasileira de Juristas Católicos (UBRAJUC). Faz parte da Frente Parlamentar da Segurança Pública e é vice-líder do PSL na Câmara. É uma das proponentes do PL nº 246/2019, que Institui o “Programa Escola sem Partido” (Brasil, 2021b, p. 77).

Proveniente do mesmo estado que havia tantas vezes escolhido Jair Bolsonaro para ser seu representante na Câmara Federal, o Rio de Janeiro, a advogada católica conseguiu se tornar a parlamentar em 2018 disputando as eleições pelo Partido Social Liberal (PSL), o mesmo pelo qual também seria eleito o presidente da república neoconservador que ela apoiou. Não eram só isso em comum com Jair que Tonietto carregava consigo. Fazendo uma observação pautada pelos objetivos desta pesquisa, ressaltamos aqui não só a sua assumida associação com o Movimento Escola Sem Partido, mas também sua proximidade com o fundador do mesmo, Miguel Nagib, como ficará mais claro adiante.

Todavia, primeiramente, vale lembrar que já foi explicado, nos capítulos desta tese que tinham foco no Escola Sem Partido, que a decisão do STF que tornou inconstitucional projetos de lei que carregavam o conteúdo de militância do movimento se deu em agosto de 2020. E que antes disso, o MESP bastante organizado, já havia se espalhado pelo país e vinha estimulando várias casas legislativas locais a aprovarem leis que o representavam. Essas votações eram acompanhadas pelo movimento, o qual organizava “*lives*” para discuti-las, como também para acompanhar entraves jurídicos que iam aparecendo, inclusive causados pelo próprio STF. O envolvimento da deputada Chris Tonietto com tudo isso era bastante direto, como pode ser percebido pelo *print* abaixo, o qual apresenta um post do *facebook* pessoal dela no qual é anunciada uma *live* a ser acompanhada pelo público via *instagram*, na qual se discutiria a intervenção do STF sobre uma norma publicada para a educação em um município do estado de Goiás. Tal norma, declarada inconstitucional pelo STF, proibia uso de material escolar que contivesse o que os neoconservadores se acostumaram a chamar de “ideologia de gênero”. Há algo que não pode ser entendido como um detalhe no *card* de divulgação do evento. Além do conteúdo da *live*, duas pessoas aparecem no post, anunciadas como as que irão discutir o caso: a própria deputada Chris Tonietto e nada mais nada menos que o fundador do

Movimento Escola sem Partido, o próprio advogado e militante neoconservador Miguel Nagib, como se pode ver abaixo:

Figura 35 - Deputada Tonietto anuncia “live” a ser realizada em parceria com o fundador do Movimento Escola Sem Partido.



The image shows a Facebook post from the official page of Chris Tonietto. At the top, there is a banner with the Facebook logo, an Instagram icon, and the text 'AO VIVO NO INSTAGRAM'. Below this, it says 'HOJE | ÀS 19H' and 'A decisão do STF no caso da ADPF 457 (ideologia de gênero)'. The banner features portraits of Miguel Nagib and Chris Tonietto. Below the portraits, their names and titles are listed: 'MIGUEL NAGIB ESCOLA SEM PARTIDO' and 'CHRIS TONIETTO DEPUTADA FEDERAL'. There are also Instagram handles: '@escolasempartidooficial' and '@christonietto'. The post itself is from Chris Tonietto, dated May 12, 2020. The text of the post reads: 'Esta noite, teremos uma live com o Dr. Miguel Nagib, fundador do movimento Escola Sem Partido, na qual conversaremos a respeito dos riscos para a educação brasileira em decorrência da aprovação da ADPF nº 457, que declarou inconstitucional norma do Município de Novo Gama/GO, que tratava da proibição de material contendo ideologia de gênero. A live, que começará às 19h, poderá ser acompanhada pelo Instagram.'

Fonte: *facebook* oficial de Chris Tonietto.

Além de sua militância direta não disfarçada dentro do Movimento Escola Sem Partido, Chris Tonietto faz parte de um ala da Igreja Católica que compõe, junto com igrejas

evangélicas, o núcleo religioso neopentecostal cristão que tem se inserido na política. Isto ela também não faz qualquer questão de mascarar. Pelo contrário, comumente suas convicções religiosas são publicamente expressadas como sendo as suas diretrizes políticas.

De acordo com a interpretação dos problemas da sociedade contemporânea da parlamentar supracitada, estamos vivendo algo previsto na Bíblia como uma era em que nos encaminhamos para o fim do mundo e os cristãos precisariam entender que serão perseguidos conforme profecias bíblicas referentes a esse período. Segundo Tonietto, o Brasil já estaria vivendo isso claramente há tempos e por isso, junto com outros parlamentares religiosos, em 2019, ano em que Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, ela ajudou a organizar uma sessão na Câmara dos deputados contra o que chamou de “cristofobia” (Farias, 2019), conforme pode ser percebido no *print* abaixo:

Figura 36 - Tonietto em uma sessão solene na Câmara Federal de Deputados contra “Cristofobia”



Fonte: Farias (2019).

Além de salientar que Tonietto havia apresentado PL em defesa do Escola Sem Partido logo no início de seu mandato, a reportagem destacou vários pontos do pronunciamento da deputada nesta sessão de combate à cristofobia ocorrida no plenário da Câmara que apontam para sua imensa despreocupação em atuar dentro de limites de um estado laico. Ela defendeu, por exemplo, que não só o Brasil, mas todas as nações deveriam ser governadas por Jesus Cristo porque ele seria o verdadeiro rei, que muitas vezes sentiu na própria pele o que é perseguição cristã em momentos em que defendeu Jesus Cristo na tribuna da Câmara, mas que entendia que a vontade de Deus era que os seus súditos não se abatessem e continuassem dispostos ao combate por ele. A advogada católica ressaltou nesse dia também que o fato de católicos terem rezado uma missa quando os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil demonstra que desde o início a nação brasileira estaria ligada à fé cristã como uma espécie de essência do nosso povo, pois até mesmo os índios já teriam sido educados na fé pelos jesuítas. Segundo a reportagem, para ela, o reconhecimento de Jesus como rei não deve ocorrer somente no espaço da vida privada dos cristãos, “mas também na vida pública”, ressaltando que ali também “é necessário um exército do evangelho para combater o aborto, a ideologia de gênero e a legalização das drogas” (Farias, 2019).

Uma vez apresentada de forma inicial aqui a parlamentar militante do Escola Sem Partido e autora da palestra, a qual se considera como parte do exército dos combatentes de Jesus Cristo na Câmara Federal de Deputados, passemos agora à análise da sua participação no Fórum organizado pelo Ministério de Damares Alves em 2021. Foi um momento realmente interessante da pesquisa observar Chris Tonietto como conferencista deste evento do MMFDH. Naquele ano, ela estava completando 30 anos. Apesar de ela aparentar possuir uma idade próxima dos anos de vida que a segunda palestrante, Ana Campagnolo, parecia ter e, assim como ela, expressar-se de modo bastante enérgico e também vestir-se de um modo mais informal (considerando que se trata de uma advogada), a deputada parecia tentar apresentar, de modo hábil, uma imagem construída para que ela se tornasse objeto de identificação de um grupo distante daquilo que para mim constituía sua realidade. Mulher branca, mas de pele bronzeada, com óculos, sem maquiagem, em vestido estampado simples lembrando uma mãe e dona de casa cheia de responsabilidades para com afazeres domésticos e sem tempo. Seus cabelos longos apareciam molhados diante da câmera e davam a impressão de que ela precisou penteá-los às pressas. Com forte sotaque carioca, movia um tom de voz mais emotivo e alarmista e, diferente dos demais palestrantes analisados até o momento, ela claramente estava falando de pé.

A advogada e parlamentar federal com salário de dezenas de milhares de reais projetou-se naquele momento como um ar de jovem mãe de uma periferia do Brasil que, em meio ao seu cotidiano corrido, deu uma parada rápida e, após um banho ligeiro, estava aproveitando bem aquela ocasião para falar verdades de forma direta e séria porque, assim como o público que ela parecia querer representar, tinha muito a dizer e não tinha tempo a perder. Alguém que ao se expressar emanava uma ideia de que tinha propriedade para falar com e por mãos comuns e humildes do país inteiro que se esforçam no dia a dia para proteger seus filhos como podem. Alguém que também queria se fazer ouvir por toda e qualquer pessoa que fosse capaz de entender que estaria se levantando uma nova geração de mulheres cristãs, dos lugares mais simples do país, dispostas a estender para o campo político a luta diária que travam sem descanso para cuidar de suas famílias. Ela se expressava tentando dar a entender que conhecia bem tudo que dizia. Falando de forma firme, procurava mostrar também que possuía grande domínio dos termos que utilizava, fortalecendo a ideia de que uma mãe religiosa sabe que os problemas que ela sente na pele são sociais e que eles têm relação direta com as preocupações de uma dona de casa.

Este foi um momento da tese em que fui levado a refletir como a normalização da extrema-direita por meio das guerras culturais passa pela busca de uma eficácia acerca não só de algo que é dito, mas também sobre como este algo é dito. Isso inclui não apenas recursos verbais, mas também visuais, sonoros, relativos à construção de meios de identificação com pessoas. Havia uma atmosfera minimalista que tendia a intensificar emoção e desejo de justiça naquela apresentação. Preciso admitir que, grosso modo, naquela palestra, Tonietto não parece uma advogada parlamentar rica e religiosa falando de problemas fantasiosos ou distantes das pessoas comuns e mais pobres. Nem palavras que poderiam soar como difíceis apareciam para não atrapalhar a comunicação. Ela se projetava bem atuando como alguém que conhece o povo, que é do povo, que fala pelo povo. Observar a performance de Chris Tonietto me ajudou a perceber a capacidade que a extrema-direita construiu em tempos recentes de falar com as pessoas mais pobres e de oferecer a elas, de modo tentador, uma possibilidade de convidá-las para que enxerguem sofrimentos causados por seus desafios do dia a dia como problemas políticos e para que elas entendam que é possível resolvê-los através de um caminho coletivo que representa a militância em torno de um conjunto de necessárias mudanças radicais. Para aqueles que tendem a mais rapidamente atribuir discursos neopentecostais à Igreja evangélica, não custa lembrarmos que não estamos falando de uma palestrante evangélica, mas de uma católica. Ela é advogada, não é alguém de origem pobre nem uma pessoa que teve pouca oportunidade de acesso a conhecimento na vida.

Com relação ao conteúdo que ela trazia, primeiramente é difícil tentar resumir, pois é uma espécie de salada construída a partir de uma interdiscursividade grande, embora não pareça em nenhum momento sair da pluralidade da direita que ascendeu no bolsonarismo confundindo-se com a própria extrema-direita. É possível detectar argumentos que lembram o olavismo em sua defesa da necessidade da direita se defender de conspirações causadas por grandes empresas no mundo, as quais visariam destruir nossas tradições nacionais, ao mesmo tempo em que isso aparece ligado a um discurso que lembra o neopentecostalismo brasileiro quando defende que Brasil é uma espécie de luz para o mundo enquanto lugar onde o cristianismo continua crescendo em detrimento do que vem acontecendo com a Europa. Também é possível encontrar defesas religiosas que ela tenta apontar como científicas acerca de uma natureza comportamental e complementar do homem e da mulher, os quais ela liga a argumentos do Escola Sem Partido, denunciando a escola e a universidade como lugares que têm tentando naturalizar nas crianças a destruição da família, a partir das discussões de gênero que ela apresenta como pura ideologia.

Eu li a transcrição, reli várias vezes, fiz muitas anotações analisei termos, argumentos e me esforcei para tentar colocá-los em conexão, mas tive muita dificuldade de conseguir ver validade em muitas das suas construções discursivas, quanto mais relacioná-las de algum modo coerente. É difícil para mim ver no conteúdo que Tonietto apresenta uma ideia de começo, meio e fim sustentada em alguma espécie de racionalidade onde as partes estariam compondo um todo. Dei-me por satisfeito quando passei a entender que minha dificuldade não ocorria por limitações da minha capacidade de análise, mas por uma incapacidade da própria palestrante de apresentar um conteúdo coerente e sustentando em algum tipo de lógica entre as partes e o todo. Mesmo entendendo que se trata de alguém cuja força comunicativa se apoia muito mais na sua expressão performática do que no conteúdo, a conferência me lembrou muito uma espécie de pregação religiosa que ensaiava algumas falsas sofisticções para uma situação que se passava fora da igreja, como críticas muito superficiais a autores como Foucault, Butler e filósofos da Escola de Frankfurt (Brasil, 2021b, p. 79). Mas, em todo momento, parece manter-se como uma comunicação que visa fazer sentido porque atua como ressonância para religiosos, voltando-se para pessoas predispostas a aceitar um discurso que nunca deixa de ser irracionalmente caótico e religioso, apesar de tentar soar como científico de vez em quando. E apesar de concluir que é à base da emoção, do sentimento associado a um formato de fé que o discurso de Tonietto tenta apresentar algum sentido, tentarei aqui resumir e relacionar os pontos que a advogada católica apresentou.

O conteúdo se inicia criticando toda e qualquer teoria de gênero que ouse desenvolver uma discussão para além do binarismo entre homem e mulher como ideologia, palavra que deve ser entendida como um falseamento da realidade. Realidade que para a autora está relacionado com a ideia de verdade, o que está intimamente ligado à revelação divina, ainda que por vezes, a depender do assunto, também possa ser comprovado por uma ciência ainda em desenvolvimento. Tonietto em alguns momentos parece lembrar a primeira palestra desse fórum, a de Inez Borges, onde também é possível encontrar uma certa ideia implícita de que o todo da verdade já foi revelado por um Deus bíblico. E o conhecimento científico só pode, aos poucos, desenvolver-se no sentido de vir a comprovar a verdade já revelada. É um discurso estranho porque é como se a ideia de religião cristã acabasse se fundindo com a ideia de verdadeira ciência e, a partir daí, tudo que não serve para confirmar a religião, ainda que seja desenvolvido com método científico, não passa de ideologia, falseamento do real.

O que a autora considera como ideologia de gênero, portanto, teria sido desenvolvido por grandes corporações internacionais que visam acabar com a soberania dos países, o que acaba se aproximando da segunda palestra deste fórum, a da parlamentar Ana Caroline Campagnolo. Essas corporações contariam com um entreguismo histórico da nossa classe política, a qual esteve historicamente disposta a fazer com que falsos intelectuais, como Judith Butler, ganhassem força na mídia, nas formações de professores dentro das universidades e cada vez mais nas escolas. Daí para a conferencista, a necessidade de descartar o que seria ideológico, nos agarrando de forma inegociável a uma ideia de verdade que ela diz existir, a qual expressa conhecimento sobre “a identidade do homem” que ela define como **“universalmente concebido por todos os povos, tempos, culturas e religiões, embora no Ocidente cristão se tenha alcançado uma melhor precisão no plano intelectual”** (Brasil, 2021b, p. 78, grifos nossos).

A palestra se desenvolve como a expressão de uma pessoa extremamente fechada em uma visão particular de experiências culturais próprias que ela coloca como centro do universo e conhecimento universal e atemporal, refletindo um nível de religiosidade tão intenso e presunçoso que chega a tentar se confundir com a própria ideia de conhecimento científico. É como se a pessoa, mais claramente do que qualquer outro palestrante até aqui e com menos cuidado do que os demais, tentasse fazer uma régua atemporal e universal a partir de uma síntese de um pacote religioso que ela carrega consigo. A visão etnocêntrica do Ocidente como o lugar de maior precisão intelectual vem depois de ela mesclar um discurso de valorização de vários povos e culturas com a ideia de que algo que esses outros povos e culturas produzem têm valor quando ressoam o que ela entende como verdades universais.

Os argumentos vão sendo colocados em um tom alarmista, para que mais pessoas detectem e entendam como combater a ideologia de gênero, o inimigo espalhado por toda a sociedade brasileira que estaria destruindo a “instituição familiar”, a qual “é constituída por um homem, uma mulher e sua prole” (Brasil, 2021b, p. 79), não existindo qualquer outro formato de fato desta instituição para além deste. Base da sociedade na visão de neoconservadores como a palestrante, a família precisaria ser destruída para que a nação brasileira perecesse e sucumbisse diante do projeto devastador da soberania dos países que corporações internacionais estavam empreendendo no mundo. Mas, a família só poderia ser destruída se fossem decompostas as identidades do homem e da mulher. Dois elementos que, apesar de inegociavelmente diferentes um do outro, complementam-se formando a família a partir de uma divisão perfeita de comportamentos referentes à natureza de cada um e da qual os dois dependem. Por isso, para a autora, é necessário que se entenda que toda discussão sobre “movimento feminista e LGBT” seja entendida para além das liberdades individuais, já que “o ‘gênero’ passa a funcionar **como instrumento de desconstrução das categorias ‘homem’ e ‘mulher’ e da instituição familiar cristã tradicional**” (Brasil, 2021b, p. 80, grifos nossos).

Com relação à parte da sua crítica mais voltada para a educação, as escolas e universidades são representadas como lugares estratégicos de luta, isso porque elas estariam sendo cada vez mais não só dominadas pelas grandes corporações mundiais, mas pontos de reprodução de currículos comprometidos com o conteúdo da ideologia de gênero que visa destruir comportamentos naturais dos homens e das mulheres, levando à degeneração tanto deles como das famílias. Nesse sentido, tanto a soberania da nação como a saúde física e mental de estudantes estavam em risco cada vez que um “pedagogo” age erroneamente diante de uma criança sob o pretexto de “‘ajudá-la a descobrir’ sua homossexualidade”, pois “incongruências” ao serem repetidas trariam a elas “aparência de normalidade”, levando a uma “perversão da inteligência” e “impondo-se em seguida como lei” (Brasil, 2021b, p. 81).

Encerro aqui o esforço de tentar relacionar dentro de uma totalidade os pontos apresentados por Chris Tonietto em sua palestra, procurando ao máximo me basear nas afirmações que ela própria expôs como sendo seus argumentos. Uma palestra que muito me chamou à atenção sobre estratégias do bolsonarismo para fazer com que as guerras culturais sigam ajudando no processo de normalizar a extrema-direita no Brasil. Reitero que sua performance, a autoimagem que ela constrói desde suas vestes, seu cabelo, sua pressa ao falar de forma alarmista, parecem criar uma atmosfera onde o conteúdo que ela carregava encontrará pré-disposição de um público acostumado com mensagens apocalípticas. Estas, tanto na forma

como no conteúdo, podem fazer mais sentido para pessoas, não por capacidade em expressar relações lógicas entre blocos discursivos, mas por mobilizar intensidades emocionais.

6.3.2 Palestra 6: “Panorama geral das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental”

A sexta palestra do evento chamava-se “Panorama geral das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental”, de autoria da médica psiquiatra Akemi Scarlet Shiba. Esta é descrita, antes da transcrição da palestra, do seguinte modo:

Médica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psiquiatra de Adultos pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Psiquiatra da Infância e Adolescência pelo HCPA. Psicoterapeuta de Orientação Analítica de Adultos – Centro de Estudos Luís Guedes (CELGUE) e Departamento de Psiquiatria UFRGS. Psicoterapeuta de Orientação Analítica da Infância e Adolescência – CELGUE e Departamento de Psiquiatria UFRGS. Psicoterapeuta EMDR de Adultos – Associação Brasileira de EMDR. Psicoterapeuta EMDR da Infância e Adolescência – Associação Brasileira de EMDR (Brasil, 2021b, p. 83).

Primeiramente, é importante ressaltar aqui que a participação da médica Akemi Shiba neste Fórum do MMFDH nos ajuda a perceber como o fenômeno do bolsonarismo, enquanto normalização da extrema-direita, passa pela formação e propagação de discursos que lhe dão suporte em várias esferas da sociedade e por diferentes atores sociais que possam servir para lhe trazer credibilidade. É importante ficar claro que o campo científico, o campo acadêmico, não estão fora desse processo. Este movimento já encontrou espaços e, em algum nível, percorre trajetórias por dentro deles. Certamente o bolsonarismo precisa ser entendido, como já defendemos aqui desde o início desta tese, como um movimento político que busca popularizar-se entre as massas, desenvolvendo meios eficazes para falar com o povo. Mas, a produção e a circulação destes discursos que servem para trazer identificação entre a extrema-direita e os anseios da população brasileira passam, como já vimos até aqui, pelo trabalho de comunicação de parlamentares, professores, pessoas do Direito e também pessoas que possuem uma profissão que goza de grande *status* no Brasil: médicos.

É importante salientar isto porque na medida em que pessoas dentro da academia reverberam discursos que dão suporte ao bolsonarismo, no imaginário da população, críticas de acadêmicos ao bolsonarismo podem ser mais facilmente relativizadas. Cria-se uma condição para que estes possam ser vistas como apenas a parte que não concorda ou não gosta. Assim, a posição de pessoas da área da medicina (profissionais que geralmente são entendidos por um

povo historicamente tão carente de acesso à saúde como detentores de conhecimento científico) contra perspectivas que não convergem com o que querem os bolsonaristas pode ajudar a construir e/ou reforçar no imaginário da população a necessidade de se realizar uma imensa relativização do que significa ciência e discurso científico.

Interessante pensarmos sobre a capacidade de criar meios de tensionar e relativizar referências no imaginário da população produzida na gestão de uma bolsonarista como Damares Alves. Alguém que, no caso, traz médicos para realizar falas, em eventos oficiais do Estado brasileiro. Amplificam-se discursos convergentes com perspectivas de normalização da extrema-direita. Um recurso altamente estratégico. Nesse sentido, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado por esta pastora evangélica, trouxe uma sofisticação para as guerras culturais de normalização da extrema-direita. É como se, sutilmente, a questão defendida fosse deixando cada vez mais de ser sobre guerras culturais contra discursos científicos e por valores religiosos, passando a ser cada vez mais sobre guerras culturais pelos discursos científicos que podem provar sua autenticidade caso consigam convergir com valores religiosos que são tratados como verdades universais. É como se Damares já quisesse dismantlar qualquer representação da ciência como um obstáculo para objetivos de ascensão do bolsonarismo. O caminho para isso seria justamente apropriar-se da ideia de ciência, recriando-a como instrumento da extrema-direita. Em um movimento que também serve como convite para a população, chamando-a para julgar a autenticidade de um discurso científico a partir da capacidade dele ou não de servir como ressonância de valores religiosos também em grande medida já compartilhados na sociedade. As pessoas são chamadas não só para repensarem, mas para renomearem, reconstruírem grandes pilares da sociedade em que vivem.

Buscando dados pela internet, descobri que a psiquiatra, Akemi Scarlet Shiba, que para mim até então era uma desconhecida, já era uma referência para grupos neoconservadores no Brasil antes desta palestra. Ela já encontrava espaços para falar em jornais e redes sociais ligados a este público, como pode ser percebido no *print* abaixo:

Figura 37 - Psiquiatra Akemi Shiba falando sobre “epidemia de transgêneros” no grupo “Mães pelo Escola sem Partido”.



Fonte: *facebook* oficial do grupo “Mães pelo Escola sem Partido”.

O grupo “Mães pelo Escola Sem Partido” era um dos muitos formados em redes sociais para fortalecer a militância do Movimento Escola Sem Partido. Ele ajudava a reverberar notícias e reportagens publicadas, por exemplo, por programas midiáticos neoconservadores que, em termos de Brasil e de anseios bolsonaristas, alcançavam um público ainda pequeno. A preocupação de Scarlet Shiba com o crescimento do número de pessoas se assumindo transexuais na sociedade, bem como sua desconfiança de que este fenômeno estaria ocorrendo por influência midiática e das instituições do Estado, casava com interesses de bolsonaristas que já procuravam vozes que representassem, fora da igreja, autoridades que servissem como ressonância daquilo que era comum no âmbito religioso.

A utilização do termo “epidemia” no *post* acima caracteriza algo que se expande como uma doença altamente contagiosa e de difícil controle. O uso desse vocábulo para se referir à transexualidade foi sendo cada vez mais associado à forma que a psiquiatria abordava a temática. Em março de 2020, mês seguinte a essa postagem realizada pelo grupo “Mães pelo Escola sem Partido”, o jornalismo da Carta Capital alertou sobre uma conferência que esta médica realizaria em plena Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul em parceria com o deputado estadual conservador Eric Lins (DEM), como se pode ver pelo print abaixo:

Figura 38 - Palestra de médica e deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul contra “epidemia de transgêneros”.



Fonte: Putti (2020).

Além do uso da expressão “epidemia de transgêneros”, percebe-se que o *card* de divulgação da conferência traz a apelativa imagem de uma criança sozinha que parece estar preocupada e se sentindo desprotegida. Além disso, no canto superior direito é possível perceber um destaque em cor escura referente ao símbolo de um grupo de apoio ao Movimento Escola Sem Partido, o “Escola Sem Doutrinação”, do qual, segundo conteúdo publicado pela Carta Capital, a psiquiatra Akemi Scarlet Shiba fazia parte naquele momento (Putti, 2020).

A reportagem supracitada traz outras informações importantes que ajudam a entender melhor quem era a médica, afirmando que ela defendia perspectivas sobre tratamento hormonal e cirurgia que iam contra o que era definido pelo Conselho Federal de Medicina, além de que o fato de ela usar a expressão “epidemia” demonstrava que ela considerava por sua própria conta, ainda em 2020, a transexualidade como um tipo de disfunção mental, destoando de decisão da Organização Mundial da Saúde que deixou de ter esse entendimento desde 2018. O entendimento particular da médica neoconservadora, segundo a reportagem apurou, baseava-se na opinião da “*American College of Pediatricians*”, “uma organização religiosa de pediatras” dos Estados Unidos que “defende, entre outras coisas, que família é formado (sic) por pai e mãe e que sexo seja feito só depois do casamento” (Putti, 2020).

Uma vez apresentada aqui de forma inicial a pessoa responsável pela penúltima palestra do Fórum de Combate à Violência Institucional promovido pelo MMFDH no ano de 2021, vamos agora passar para a análise da sua participação neste evento. A psiquiatra que aparentava ter cerca de 40 anos de idade durante sua apresentação, manteve um tom sério, ainda que vestida de forma simples para uma médica, de preto, com vestes informais, óculos e cabelos amarrados. Não trazia tensão em sua fala, não havia ali um tom emotivamente alarmista, não falava de forma tão lenta e pausada como a primeira palestrante, Inez Borges, e nem de forma enérgica, como Chris Tonietto, ocupando ali uma espécie de meio termo entre esses perfis. Analisar sua performance me trouxe a impressão de que ela queria ganhar credibilidade ao demonstrar sua capacidade de dominar conteúdos apresentados em uma exposição que deveria, antes de qualquer coisa, soar o máximo possível como uma concatenação de ideias racionais, ao invés de parecer um discurso carregado de desabafos sentimentais e movido por algum tipo de perspectiva de fé.

No que diz respeito ao conteúdo de sua palestra, pode ser resumido, de forma geral, como um posicionamento de uma médica colocando questões de sexualidade e de gênero como uma espécie de harmonia determinadas por fatores biológicos naturais e discutíveis cientificamente apenas sob um olhar de binariedade entre homem e mulher. Todavia, a forma

de colocar isso precisa ser destacada. A autora é uma médica psiquiatra organizando seus argumentos em uma linguagem bastante acadêmica, definindo conceitos antes de trabalhar com eles e citando dados de pesquisa. Alguém, sobretudo da área da saúde, pode questionar sua construção dos conceitos e suas fontes ou forma de interpretar os dados. Mas, o uso de uma linguagem acadêmica é algo incontestado.

O que vai se tornando mais claro a partir de um olhar atencioso, é que a forma como a autora define conceitos e as pesquisas que ela escolhe citar são por ela apresentadas como ciência, sem uma discussão mais ampla acerca do quanto se tratam de perspectivas “científicas” discutíveis e passíveis de serem confrontadas com outras. O que ela traz deve ser entendido como a verdade, a qual pode ser alcançada a partir de uma simples observação objetiva da natureza. Lembrando aqui a palestra anterior, de Chris Tonietto, o que a contradiz, caso seja minimamente mencionado, é classificado como ideologia, uma corrupção da verdade científica que tem influenciado a sociedade desviando as pessoas de suas naturezas.

O teor da palestra de Akemi aponta para uma possibilidade a ser mais explorada no horizonte do bolsonarismo: ampliar, em alguns espaços sociais onde isso possa ser mais útil, o acesso a uma perspectiva determinista, baseada restritamente a argumentos biológicos e químicos. A partir de uma linguagem científica, dentro dessa linha de pensamento, o comportamento seria explicado a partir de expectativas relacionadas com a binariedade entre homem e mulher, qualquer caminho para além disso sendo visto como um desvio, uma anormalidade. Suprimindo-se, rejeitando-se possibilidades de diálogos com as ciências sociais para explicar o comportamento humano por meio da(s) cultura(s), assim como relações entre cultura(s) e processos de construção de subjetividade(s) em diferentes povos e épocas, o modo como Scarlet se utiliza de uma linguagem científica vai se resumindo a definir como verdade ideias associadas a uma visão neoconservadora que toma como universal sua concepção de natureza humana.

Na fala da psiquiatra a adolescência vai sendo explicada como uma época confusa da vida por conta de mudanças que o próprio cérebro humano estaria passando para amadurecer. Nesse sentido, esse processo não devia ser piorado, sendo preciso que as pessoas entendam que “[a] questão de gênero vem sendo ‘problematizada’ na sociedade nas últimas décadas e se tornou mais um fator gerador de confusão. Já que pode colocar em dúvida questões de gênero que antes não eram conflitantes” (Brasil, 2021b, p. 84). Então se percebe que o que a autora chama de “questão de gênero” vai sendo colocado em seu discurso como algo criado unicamente de fora para dentro, uma internalização à qual um adolescente confuso por questões biológicas de maturação pode acabar se tornando suscetível. Em seguida a autora caminha no

sentido de esgotar as discussões sobre o que é o ser humano e sua divisão binária a partir de “um determinante biológico”, a qual vai sendo definida “desde o início do desenvolvimento fetal” (Brasil, 2021b, p. 85). A partir daí ela afirma que a

[i]dentidade de gênero é a consciência, o senso de si mesmo como sendo homem ou mulher. É um conceito psicológico que **se consolida por volta dos três anos. A criança percebe as diferenças anatômicas e comportamentais entre homem e mulher e os seus diferentes papéis na família e sociedade** (Brasil, 2021b, p. 86, grifos nossos).

Aqui, a partir de seu entendimento, a “identidade de gênero” é apresentada como algo que se fecharia quando o indivíduo tivesse três anos, estando essa identificação limitada à percepção por parte da criança de uma binariedade natural, a qual se expressaria em diferenças no corpo e nos papéis sociais e familiares. Observe que a temática dos papéis sociais, sem discussão de como isso é definido e construído socialmente, vai sendo colocada como uma parte da expressão da nossa suposta natureza humana restrita ao binário homem/mulher.

A palestra vai se direcionando, assim, para o entendimento de que os adultos já são seres formados e bem resolvidos, os quais precisariam ajudar os que estão na puberdade e se desenvolverem também, respeitando um tempo relativo à natureza deles para concluírem esse processo de amadurecimento, poupando-os de mais confusão. A partir daí ela questiona o conceito de disforia de gênero, dando a entender após citar a Suécia como exemplo, que está havendo um grande aumento de casos no mundo ocidental por conta da influência que os jovens estão recebendo do crescimento das discussões sobre o tema. Depois explica que existem duas correntes conflitantes “no meio científico em relação à conduta de afirmação de gênero em crianças e adolescentes”, a “não invasiva” e a “invasiva” (a diferença sendo essencialmente que a segunda é a única que está disposta a usar terapia hormonal e cirurgia, já que a primeira se limita a apoio psicoterápico, psiquiátrico e familiar) ela afirma, sem citar fontes para isso, que “[c]erca de 80 – 95% de Disforia de Gênero tem resolução espontânea ao chegarem ao final da adolescência sem qualquer intervenção” (sic) (Brasil, 2021b, p. 91).

Na sequência, a palestrante se concentra em falar de riscos dos métodos usados pela corrente que ela definiu no texto como “invasiva”, argumentando que tanto o uso dos hormônios como as cirurgias ainda estão em caráter experimental. Ela defende a necessidade de se dar mais visibilidade a casos de pessoas que teriam se arrependimento de terem passado por processos de transição de gênero e que estariam agora se destransicionando. Ela cita para isso três casos, dois ocorridos no Reino Unido e um nos Estados Unidos.

Akemi afirma que muitos pais têm sido levados a autorizar o processo de transição de gênero de seus filhos após ouvirem que eles poderiam vir a cometer suicídio caso não isso

não fosse possível. O que ela procura destacar como uma medida apelativa e que, caso realmente exista o desejo de suicídio não necessariamente por parte da pessoa em fase de amadurecimento, o processo de transição de gênero pode apenas piorar a confusão na cabeça dela. Ao final da conferência, sem utilizar de modo explícito qualquer referência religiosa, a psiquiatra afirma que “[a] verdadeira identidade é experimentada como uma verdade interna”, que não se resolverá “sofrimento psíquico” não se resolve “com hormônios e cirurgias” já que esse caminho “de maneira alguma alcança os aspectos mais profundos da mente humana” (Brasil, 2021b, p. 100). O destaque dado nesse final ao funcionamento da mente como uma chave para se entender como as outras ideias defendidas por ela estariam conectadas em um discurso científico marca de maneira bem singular a palestra desta psiquiatra com relação às demais analisadas até aqui.

6.3.3 Palestra 7: “Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes”

Agora vamos para a sétima e última palestra do evento, a qual fechou também o bloco de comunicações voltado para refletir sobre violência institucional com foco na área da saúde. Esta última comunicação foi intitulada “Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes”, tendo sido conduzida pelo médico pediatra José Martins Filho. Desde já, sobre sua apresentação, pode-se que, se a análise da apresentação anterior da psiquiatra Akemi Scarlet Shiba nos levou a destacar que a normalização do bolsonarismo passava por uma expansão que ocorria também por dentro de círculos acadêmicos e científicos no Brasil, examinar esta última conferência do fórum veio a fortalecer ainda mais esta percepção. O nome deste médico sendo anunciado como conferencista neste evento do Ministério chefiado por Dameres serve para nos fazer pensar sobre a amplitude alcançada por este movimento brasileiro de ascensão da extrema-direita. Renomado professor de uma das mais prestigiadas universidades brasileiras e ex-reitor dela, o médico que encerrou as comunicações no evento foi apresentado como

[p]rofessor Emérito de Pediatria pela UNICAMP, foi Professor Titular e Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, além de Reitor da mesma universidade entre 1994 e 1998. Graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor em Medicina e Livre Docente em neonatologia (pediatria) pela UNICAMP. É autor de diversos livros, dentre eles “Quem Cuidará das Crianças” e “A Criança Terceirizada” (Brasil, 2021b, p. 106).

Comparando os palestrantes que analisamos até aqui (seja por meio de notícias sobre eles em jornais, em *sites* ou através do que eles próprios já tornaram público acerca daquilo que pensam), pode-se dizer que há uma determinada variedade apontando para diferentes ramificações que compõem a extrema-direita no Brasil. Alguns, como demonstramos, de forma mais declaradamente próxima de Jair Bolsonaro, inclusive. Todavia, é importante destacar aqui que José Martins Filho tem um perfil mais reservado quando se trata de assuntos que extrapolam sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, apesar das diferenças já existentes entre os outros palestrantes, se os compararmos com este último, pode-se dizer que é bem mais difícil encontrar dados ligados às identificações políticas deste pediatra na *internet* que possibilitem visualizar com clareza onde seria possível situá-lo dentro de um grande movimento de ascensão do bolsonarismo.

Todavia, descobrimos vestígios de algo que nos chamou à atenção na *internet*. Ainda antes de Bolsonaro assumir como presidente da república no ano de 2019, já ocorriam eventos dos quais o pediatra participava em que a temática de gênero era discutida entre médicos que teciam críticas a pensadores das ciências humanas e sociais que são referências em grande parte do mundo ocidental no que diz respeito aos estudos de gênero, em especial, Judith Butler (Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, 2018). Como se pode perceber pelo *print* do fórum abaixo, do qual José Martins Filho era uma das estrelas, o termo “ideologia de gênero” foi discutido e tratado com naturalidade em encontro realizado em 2018 (ano em que Bolsonaro concorreu à presidência) pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas:

Figura 39 - Divulgação do II Fórum de Ideologia de Gênero da Sociedade de Medicina de Campinas.



Fonte: Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (2018).

Como demonstrado na imagem, no ano em que Bolsonaro viria tentar a presidência pela primeira vez, 2018, a Sociedade de Medicina de Campinas já realizava o seu “II Fórum de Ideologia de Gênero”. Foi também quando o pediatra que até então era reservado fora dos espaços acadêmicos e científicos, José Martins Filho, começou a se tornar uma figura procurada por neoconservadores bolsonaristas. No mês de abril daquele ano ele foi inclusive entrevistado em seu próprio consultório, por uma organização de difusão de pensamento conservador na internet chamada “Burke Instituto”, justamente sobre o tema dos possíveis efeitos da “ideologia de gênero para crianças”, como se pode perceber pelo *print* abaixo:

Figura 40 - o médico pediatra José Martins Filho entrevistado por Ana Campagnolo em 2018.



Fonte: canal Burke Instituto (2018)

Este programa de 2018 sobre “Ideologia de Gênero para Crianças” acabou sendo dividido em três partes veiculadas no *youtube*. Como é possível perceber pela imagem, à esquerda do médico está um entrevistador neoconservador do Burke Instituto que se apresentou como cientista social, Márcio Nogueira, o qual em diferentes momentos da entrevista é chamado de “pastor” pela mulher sentada à direita. Inclusive, vale salientar que a percepção mais importante a ser retirada pela análise do *print* aqui está no lado direito do pediatra. Embora as informações colocadas no vídeo para identificar o médico tenham ficado deslocadas e abaixo de uma mulher que está sentada à sua direita, fica fácil reconhecer quem é a segunda entrevistadora. Ali se encontra aquela que viria a ser conhecida como uma parlamentar diretamente ligada ao Escola Sem Partido no país, Ana Caroline Campagnolo. Ela que viria a se tornar deputada estadual em Santa Catarina naquele ano e que, assim como José Martins

Filho, o entrevistado deste programa de 2018, seria em 2021 uma das palestrantes do Fórum de Nacional de Combate à Violência Institucional promovido pelo MMFDH, a segunda que analisamos neste capítulo.

Uma vez apresentado aqui de forma inicial o médico responsável por realizar a última conferência do Fórum Nacional do MMFDH de 2021 que estamos analisando neste último capítulo da tese, passemos agora para a análise propriamente dita de sua participação no evento. Em sua palestra, José Martins Filho não apresenta um tom alarmista emotivo nem se expressa como alguém movido em grande medida por moralidade religiosa. Vestido de branco o idoso parece representar de forma clássica, sem fazer esforços, um médico experiente falando de questões que atravessam a sua profissão. Com uma fala tranquila e uma desenvoltura fluida ele passa a imagem de alguém que ocupa um espaço de prestígio dentro do campo acadêmico e científico no Brasil, falando com a autoridade e a legitimidade de quem vem deste lugar para propagar algo que deveria ser entendido pelos seus ouvintes como nada mais do que ciência.

O conteúdo que ele apresentou traz um emaranhado de questões que primeiramente parecem não dialogar claramente com discursos bolsonaristas, depois, percebe-se que seu discurso costura com a extrema-direita de forma crescente. Ele inicia procurando deixar claro que quem está falando é alguém que acredita que

[o] momento é muito importante. É **realmente necessário colocar a posição científica, a posição dos professores, pesquisadores, médicos, psiquiatras e psicólogos sobre a situação da infância**. Para tanto, faz-se necessário abordar ao menos um pouco o desenvolvimento cerebral da criança, para dar a importância necessária para impedir a violência contra crianças (Brasil, 2021b, p. 107, grifos nossos).

Como percebemos, ele apresenta sempre o uso de “a posição” no singular, ainda que mencione profissões diferentes, dando a entender que ela perpassa grupos permanecendo única e ele vem falar praticamente por toda essa multidão de grande legitimidade. A menção ao desenvolvimento do cérebro vai desenhando uma representação discursiva que supervaloriza explicações comportamentais embasadas em determinação biológica de um humano universal, as quais dialogam pouco e fragilmente com estudos da cultura, e ainda são defendidas como ciências exatas. Isso fica mais claro quando lá na frente de sua conferência ele dirá que ocorre é preciso repensar “uma confusão científica”, pois “**não existe um gênero como tal, existe sexo biológico**” (Brasil, 2021b, p. 114, grifos nossos).

Ele usa um método no qual apresenta três vídeos, procurando explicar o desenvolvimento do cérebro humano em duas fases diferentes da vida. O primeiro trata da criança ainda dentro do útero e de como sua formação pode ser afetada por uma gravidez

estressante. O segundo apresenta o desenvolvimento dos neurônios da criança depois que ela nasce, em sua interação em um ambiente saudável com adultos. O terceiro vídeo procurava demonstrar como crianças submetidas a níveis de estresse muito alto chegavam a desenvolver lesões no cérebro que comprometiam suas capacidades de concentração, aprendizado e autocontrole emocional. Esse nível absurdo de estresse que chegava a comprometer capacidades das crianças se desenvolverem ele chama em sua palestra de “estresse tóxico” (Brasil, 2021b, p. 110). Esse conceito será no futuro da palestra usado basicamente como uma referência para que o médico afirme o que ele acha que deve ser evitado durante o crescimento das crianças e suas relações com adultos.

Nossa análise nos levou a perceber que, em geral, sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, ele não começa colocando com tanta clareza um discurso de defesa de primazia da família sobre a escola e o Estado. O pediatra, no início defende que, além da família, também a escola, o Estado e a sociedade como um todo devem se empenhar para garantir a crianças e adolescentes a existência de ambientes livres de estresse e de violência, para que os não adultos possam se desenvolver de forma plena, garantindo-se também um tempo saudável para uma espécie de maturação processualmente natural dos mesmos até que cheguem à fase adulta (Brasil, 2021b, p. 111).

Até aí, grosso modo, não se caracteriza de forma mais clara um distanciamento de perspectivas não bolsonaristas de mundo. Todavia, há algo no desenvolvimento de seu discurso que o leva a aproximar-se sutilmente de perspectivas bolsonaristas, inclusive deixando-o mais próximo de ideias ligadas ao Movimento Escola Sem Partido, como uma desconfiança sobre possibilidades de contribuições reais e não simplesmente ideológicas do campo das ciências humanas nas escolas. Percebe-se que ele tem tendências a defender que, para a criação de ambientes saudáveis e a garantia de um tempo de maturação não apressada de crianças e adolescentes, seria necessário que este público ficasse distante de “**conceitos filosóficos, psicológicos ou sociológicos**” (Brasil, 2021b, p. 114, grifos nossos).

De acordo com o autor, por posicionar-se contra a ideia de se colocar para um público ainda imaturo, problematizações filosóficas mais amplas que não deveria chegar até eles, é o que o faz posicionar-se também contra o que ele chama de ideologia de gênero (Brasil, 2021b, p. 116). Para se ter uma ideia ele chega a dizer que tratar “**discordância de gênero como algo normal por meio da rede pública de educação** e de políticas legais irá confundir as crianças e os pais, **levando mais crianças a serem apresentadas às clínicas de gênero**” e que a naturalidade já era tanta que “[a]lgumas pessoas **vão abordar filósofos e sociólogos que**

defendem essa teoria da ideologia de gênero e não consideram isso **um abuso**” (Brasil, 2021b, p. 116, grifos nossos). José Martins Filho procura explicar-se dizendo que

[n]ão há **nenhum preconceito contra as pessoas que fazem opções**, que são homossexuais ou **se dizem transgêneros**. Respeita-se a reação deles, se são felizes e estão fazendo aquilo que para sua vida lhes parece importante **em uma idade adequada**, com seus hormônios funcionando bem, sem colocar em risco sua vida, tomando medicações que podem ser agressivas (Brasil, 2021b, p. 117, grifos nossos).

Nesse ponto da palestra percebe-se que seu discurso não apenas dialoga com o bolsonarismo, mas reverbera, ainda que de modo relativamente sutil, elementos que o movimento de extrema-direita levanta como bandeira. Ele finaliza relacionando essas representações com um modelo de instituição de ensino, defendendo que “[a] escola tem que ensinar a ler, a matemática, a aritmética, a socialização, a brincar com as crianças” (Brasil, 2021b, p. 118), para que assim não se confunda a educação formal que vai se dando dentro dela com colocar precocemente pressão sobre crianças, evitando forçá-las a pensar precocemente como tomar decisões da vida.

6.4 A “Área da Educação” e a “Área da Saúde” em forma de “Oficinas”

Vale lembrar desde já, com a honestidade intelectual que é devida a um pesquisador, que não tive, como pessoa inscrita no Fórum, oportunidade de participar de nenhuma das duas oficinas¹²¹ que foram descritas no *E-book* que recebi. Tudo que vou trazer aqui, portanto, é estritamente com base no que li no livro eletrônico que me foi enviado, já que nem virtualmente e muito menos fisicamente pude estar presente nesses eventos, os quais, se de fato ocorreram e tiveram realmente os resultados na forma em que tudo está descrito no *E-book*, isso não pode ser testemunhado por mim, apenas pelas pessoas que foram convidadas para dele participar.

No caso, descreve-se que uma oficina foi voltada para a área da educação e outra teve como foco a área da saúde. A primeira teria contado com

participantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, esteve representada por professores da Educação Básica e Universitários, Representantes do Ministério Nacional da Família e dos Direitos Humanos, representantes de instituições sociais, educacionais e religiosas, psicólogos, médica psiquiatra, terapeuta ocupacional, neuro psicopedagogo, psicopedagogos, líderes religiosos, capelão escolar, assessores e coordenadores de projetos, dentre outros (Brasil, 2021b, p. 123).

¹²¹ Esta informação já foi dada no início do capítulo, quando foi explicado em quais partes o fórum foi dividido e a quais atividades o pesquisador desta tese pôde ter acesso.

Já na segunda oficina, a voltada para área da saúde, de acordo com o material que foi divulgado, estariam presentes

participantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas, Rio de Janeiro, Goiás, Rio grande do Sul e do Distrito Federal, esteve representada por Advogados, Representante do conselho Federal de Medicina, Pesquisadores, Técnica de Enfermagem, Membros do Poder Legislativo, como Vereador e Deputado Estadual, Procuradora da República, Representantes do Poder Executivo, Professora, Médicos, Pediatras, Psicanalistas, dentre outros (Brasil, 2021b, p. 134).

As duas oficinas foram conduzidas basicamente a partir da mesma estrutura organizacional. Em cada uma das oficinas, teriam sido apresentadas três histórias que aparentemente teriam ocorrido na realidade, de um por um, o que no E-book é descrito como “estudo de caso” (Brasil, 2021b, p. 123). Ao final da descrição de cada caso, uma série de perguntas era feita aos participantes levando-os a pensar formas de propor soluções para as tensões próprias de cada uma das histórias. O E-book divulga algumas destas respostas apresentando-as como de autoria das pessoas que estavam presentes. Vamos a partir de agora resumir o que mais chamou a atenção na análise desta parte do E-book que fizemos.

6.4.1 Oficina da “Área da Educação”

Iniciando com a oficina da educação, o primeiro caso tinha como tema central a linguagem neutra e relatava a história de uma escola no Rio de Janeiro que a teria adotado em momentos como a hora de dar bom dia aos estudantes. Discordando da postura da escola, enfatizava-se a ideia de que há um erro na aprendizagem da língua e ao mesmo tempo um perigo para as crianças que seriam levadas a não perceber as diferenças entre homens e mulheres. O texto diz que a partir daí, três perguntas sobre linguagem neutra foram feitas para os convidados, a primeira sobre como isso poderia afetar a alfabetização das crianças, a segunda sobre como isso poderia afetar crianças com necessidades específicas (tipo dislexia, autismo, deficiência visual) e a terceira se a escola poderia obrigar as crianças a estarem expostas a isso sem que os pais autorizassem.

Analisando o resumo que o material apresenta como “contribuições sistematizadas dos participantes” (Brasil, 2021b, p. 124) podemos afirmar que os elementos que foram destacados apontam para a necessidade de se garantir a formação de uma identidade mais saudável de crianças e adolescentes, o que demandaria afastar não só a linguagem neutra das escolas, mas todos os elementos que pudessem trazer confusão para o que consideram como

um pleno desenvolvimento dos estudantes. Ainda que essa ação dependesse de uma posição mais forte por parte do Estado, segundo o texto, os participantes a apontam como justificável e necessária. Interessante se perceber isso, pois, quando o presidente passa a ser Jair Bolsonaro, o Estado começa a entrar nas representações não como algo que ameaça à liberdade, mas algo que deveria centralizar mais a educação e acabar com um certo perigo que existiria em se dar autonomia a escolas. Percebe-se uma ideia de organizar o posicionamento contra a linguagem neutra não centrando apenas em posições políticas, nem se baseando em perspectivas de linguistas ou de professores, mas utilizando-se de argumentos a favor de se ouvir autoridades como fonoaudiólogos, por exemplo. Fala-se da necessidade de intervenção do Estado garantindo-se que a perspectiva política do governo se sustente através de legislação, expressando-se a partir de políticas desenvolvidas pelo MEC sob gestão bolsonarista e que passem pelo ensino superior no Brasil. Em um outro trecho demonstra-se mais uma vez uma crítica ao caráter sistêmico da educação que ia da universidade à escola, como o Escola Partido já vinha fazendo durante a ascensão do bolsonarismo (Nagib, 2018). Destacando-se como o ensino superior na Europa estaria corrompido e o nosso país precisaria se desviar desse modelo, afirma-se que

[n]a Europa a **Academia já orienta a linguagem neutra nas escritas acadêmicas**. Dessa forma está explícito o quanto é realizado **um esforço para desviar o curso da normalidade**, tornando uma volta muito difícil. Assim, **nas escolas, sem o conhecimento dos pais, as crianças estão sendo conduzidas a caminhos sem volta, com confusões de identidade** (Brasil, 2021b, p. 125, grifos nossos).

Como se percebe, há uma elaboração crítica, seguindo o parecer pela constitucionalidade do criador do Movimento Escola Sem Partido publicado no ano de 2018, Miguel Nagib, tendenciosa a colocar mais claramente como alvo de intervenção os cursos de licenciatura. A ação dos professores nas escolas seria, nessa perspectiva, fruto de uma má formação que eles teriam adquirido nas instituições de ensino superior. Por isso mesmo há a defesa de que o MEC sob o governo de Bolsonaro se esforce para se comunicar com os pais e procure ter o controle do currículo das escolas pelo Brasil, o que para isso demandaria que ele “avalie os planos estaduais, municipais e nacionais, e **incentive a família a denunciar** o que é realizado e o que está ao contrário do que é proposto legalmente” (Brasil, 2021b, p. 125, grifos nossos).

No segundo estudo de caso, relata-se a participação de uma *drag queen* em um evento com crianças de uma escola em Minas Gerais, ressaltando-se que o problema não era a presença da pessoa, mas porque ela teria “disseminado de ideologia de gênero” (Brasil, 2021b, p. 126). Em um momento da sua fala a convidada, reagindo ao fato de um menino ter dito que

queria ganhar de presente um boneco e uma menina ter dito que queria uma boneca, teria dito que essas coisas de menino e de menina não existem, tornando, em tese, possível identificar uma “motivação às **ideologias que podem ser contrárias ao princípio e aos valores da família**” (Brasil, 2021b, p. 126, grifos nossos). O conceito de família aparecendo como o largo critério de referência para avaliação. Esperando a participação dos participantes, os organizadores da oficina fizeram perguntas muito inseridas numa linha de pensamento do Movimento escola Sem Partido. Questionaram sobre até onde vai “a responsabilidade da escola” quando dentro dela “os limites do conteúdo escolar são extrapolados” e “que ações a família pode” tomar para “preservar os alunos” de “sobreposição ideológica” (Brasil, 2021b, p. 126).

O que mais o *E-book* destaca nesse momento como resultado da participação do público aponta para um fortalecimento do papel da família. Para isso, seria preciso um esforço por parte dos responsáveis pelo funcionamento das instituições de ensino para informar previamente os pais sobre as ações que cada escola realizaria. Assim, uma avaliação antecipada dos pais de cada criança definiria se elas participariam da ação ou não, pois eles analisariam quais delas seriam condizentes com seus valores e aquilo que eles querem que seus filhos sejam expostos. Isso porque, por conta do direito da liberdade religiosa, os pais deveriam ter o direito de decidir de quais atividades da escola os filhos participariam e de quais não participariam, sem que os alunos pudessem sofrer por parte da escola qualquer tipo de avaliação negativa por isso. O texto se aproxima muito da linha discursiva praticada pelo MESP em vários momentos, quando ressalta, por exemplo, uma necessidade de cada vez mais os pais que já estariam conscientes também mobilizarem cada vez mais outros pais para que esse movimento ganhe força e os que militam não sofram perseguição política. Diz-se que esse trabalho de militância dos pais e da fiscalização do funcionamento das escolas passa também pelo aproveitamento de quem está à frente do Estado para organizá-lo quando se diz que “[h]oje **as instituições devem ser coordenadas com o governo que temos, um governo pró-família**” (Brasil, 2021b, p. 127, grifos nossos). O bolsonarismo vai sendo configurado no discurso como a via da liberdade religiosa, o caminho político de proteção da família e reestruturação da educação. Outro elemento que se aproxima muito do que aparecia no discurso do MESP é a ideia de que a defesa de laicidade do Estado na verdade esconderia problemas muito maiores, pois as pessoas teriam entrado em um consenso que dia que

diferentes pedagogias têm “educado”, ou seja, têm direcionado as crianças e jovens para uma vida sem princípios absolutos, sem autogoverno (portanto, sem liberdade), sem capacidade de raciocinar e liderar. Para isso, precisam tirar a família e a igreja do

processo e, também por isso, dizem que a educação é “laica”, e não religiosa (Brasil, 2021b, p. 128).

Esse jogo de palavras é bem típico do MESP (Oliveira, 2019), e em um parágrafo se percebe que a escola é colocada de um lado oposto não só à igreja, mas também à família. A laicidade seria um ponto a ser criticado, aparecendo como uma espécie de desculpa que serviria para justificar retirar a igreja e a família do processo educacional do aluno, para garantir que em sua formação seja sem princípios absolutos, tornando-o mais inseguro e mais facilmente manipulável. Um ponto que observei que expressava uma novidade diante de discursos propagados pelo MESP é a defesa de “se **pensar em políticas públicas para** resgatar até a voz de **professores conservadores**”, procurando-se justificar que a ideia não era defender a presença nas escolas de docentes conservadores do ponto de vista político, social ou religioso, mas em relação ao conservadorismo do ensino” (Brasil, 2021b, p. 128). Considerei esse ponto importante por que aponta para um caminho a mais de construção de um funcionamento da educação escolar que agrade mais setores que fazem parte do bolsonarismo, pois a territorialização da sala de aula pela extrema-direita não seria mais só a partir do exercício de uma vigilância externa ao professor enquanto inimigo identificado, mas, quem sabe, a partir de meios que fizessem com que essa posição de professor fosse ocupada não só por inimigos a serem vigiados, mas por professores aliados, alinhados com um projeto bolsonarista de educação.

Fechando os casos apresentados na oficina da educação, o material relata o terceiro. O problema estaria em uma escola utilizar a música funk em um momento de interação com os alunos, o que caracterizaria um “uso da escola como veículo da propagação da erotização precoce” (Brasil, 2021b, p. 129). As perguntas foram sobre o limite entre cultura, arte e erotização de crianças e adolescentes e sobre que ações podem ser tomadas para evitar erotização dentro da escola.

Com relação aos resultados, os participantes, de acordo com o *E-book*, concentraram grande parte das suas falas fazendo críticas aos professores, algumas bem na linha da repetição daquilo que era dito pelo MESP, como apontar um suposto problema de formação de professores doutrinados para serem doutrinadores, chegando-se a se dizer que “[m]uito **marxismo na formação** leva a um negativismo presente, uma falta de motivação para ver o belo” (Brasil, 2021b, p. 131, grifos nossos). Também se fala de uma “**perda da consciência**” daquilo que “é lecionar” e sobre a necessidade de se “**resgatar a formação missional dos educadores**” (Brasil, 2021b, p. 129, grifos nossos).

Vai se tornando perceptível que a reutilização também neste estudo de caso desse termo “resgate” vem trazendo a ideia de que seria preciso no presente não exatamente construir um novo momento da educação, mas fazer o Brasil voltar a um período onde em tese a sua educação funcionava, onde professores conservadores e com consciência do seu papel não se importavam com essa discussão de laicidade do Estado e contribuíam para valores da família e da igreja.

Assim, as coisas se direcionam bem de acordo com aquilo que Norberto Bobbio (2022) fala sobre a extrema-direita possuir um caráter reacionário e que isso implica ela sonhar com o retorno a um suposto mundo já vivido que teria sido melhor. No caso, se formos analisar comparando com aquilo que vinha sendo propagado pelo MESP (Oliveira; Oliveira, 2021; Nagib, 2018), deduzimos que este suposto momento de qualidade educacional a ser resgatado como referência é o momento da ditadura civil-militar no Brasil, já que a doutrinação do sistema educacional teria sido implantado durante o período da Guerra Fria como estratégia comunista, intensificando-se quando os comunistas teriam perdido nas armas, passando a se concentrar em estratégias de controle sobre a cultura (Rocha, 2023). A verdade é, portanto, que os limites entre o que se define como conservador e o que está disposto a descambar em uma extrema-direita bolsonarista no Brasil, na prática, parecem ser muito tênues.

Um outro ponto a ser destacado como resultado divulgado da participação das pessoas neste momento da oficina diz respeito a um conjunto de ideias que parecem criações novas diante daquilo que era trazido nas construções das representações discursivas do MESP. A começar pelo argumento de que os professores que possuem uma postura não condizente com a família representariam uma minoria, a qual só pareceria grande e forte porque conseguiria silenciar aqueles que pensam de forma divergente a eles até dentro da própria escola, e nesse discurso, o grupo de divergentes não significa mais apenas os alunos. Os professores doutrinadores se fariam dominantes no espaço escolar porque intimidariam os professores que deles divergem, que no caso além de existirem, seriam maioria. Aqui entra um elemento que também identifiquei como novo com relação ao MESP, que é a ideia de que a suposta intimidação dos professores doutrinadores aos professores que não concordam com eles só se tornaria possível porque os dominantes receberiam proteção dos diretores escolares para fazer isso, os quais criariam esse suporte por meio da imposição de uma pedagogia progressista sob suas direções. Tal construção discursiva leva à defesa de ações que valorizem a formação dos diretores para evitar nas escolas a aplicação e a defesa de pedagogias que têm como objetivo **“a destruição da família por meio de interações educacionais”** (Brasil, 2021b, p. 131, grifos nossos). Essa parte do material me acendeu o alerta de que parecia nascer um novo momento

de discurso bolsonarista para a educação a partir do momento em que caía a ficha para seus aliados de que eles agora eram a situação, não mais a oposição. O velho discurso de medo da intervenção do Estado sobre a educação, tão presente no MESP, poderia passar a ser substituído por um discurso de garantir que o Estado, capitaneado pelo bolsonarismo, padronizasse a educação conforme os valores dos defensores da família heteropatriarcal-cristã, transformando esses valores em lei. Em meio a essa renovação do discurso, começava-se também a amadurecer ações para substituir, por aliados, professores e diretores que não andassem naquela linha.

Vale destacar algo que também se percebe pela recorrência, neste outro momento. Algo que começa a ficar mais intensificado, funcionando como uma consolidação de um discurso que foi surgindo mais tardiamente no MESP, mas já podia ser visto mais claramente nele pouco antes de Bolsonaro assumir a presidência (Nagib, 2018): uma maior responsabilização da universidade pela educação supostamente doutrinadora que ocorria nas escolas, enquanto espaço de formação de professores, e, ao mesmo tempo, uma defesa de necessidade de se pensar intervenções para ela. Assim como se esboça uma preocupação em como melhorar os cursos de formação continuada dos docentes. Dessa forma, as críticas aos professores vão se tornando em uma espécie de necessidade de acolhimento convidativo para professores, trazendo-os para uma perspectiva de parceria, reconhecendo-se a partir daí um papel para eles muito importante de inclusão na construção de um projeto político nos moldes conservadores. Isso fica mais claro quando se diz que “[a] pessoa do **professor é fundamental** para a formação do aluno e, **para isto, é preciso estar atento às formações iniciais e continuadas dos professores**, verificando a **parceria da família com a escola** e, assim, **juntos realizar da educação um ato missional**” (Brasil, 2021b, p. 132, grifos nossos).

Marcando claramente diferença com o que era comumente associado ao discurso do MESP, nas conclusões, ao final da oficina, diz-se com ênfase que não existe neutralidade no ensino, defendendo-se que “a educação não ocorre de forma neutra, a teoria e a prática articulam as finalidades individuais de educação do homem a um modelo de sociedade, por meio da atividade de quem ensina e dos meios utilizados” (Brasil, 2021b, p. 132). Mas, assim como se pretendia com o Escola Sem Partido depois de 2014, fica claro no texto que se espera que aquelas discussões na oficina de educação e os resultados das reflexões sirvam como referencial para elaboração de “políticas” que ajudem a fazer com que “a família e a escola andem em sintonia” (Brasil, 2021b, p. 132).

6.4.2 Oficina da “Área da Saúde”

Com relação à oficina da área da saúde, foi possível perceber que os três estudos de caso que ocorreram nela estavam comprometidos com o foco na questão da transição de gênero em crianças e em adolescentes. Em linhas gerais, os argumentos se centraram na ideia de que não há, em pessoas não adultas, maturidade e desenvolvimento psíquicos suficientes para se tomar uma decisão tão séria. As reflexões, portanto, tenderam a ser conduzidas para uma necessidade de defender os direitos dos pais, da família, a qual aparece nos discursos como a instituição que por excelência está responsável por proteger a criança ou adolescente. Todavia, essa mesma família, aparece nos discursos como estando isolada e indefesa diante do avanço de uma visão de mundo progressista, a qual vem tomando forma, segundo o material divulgado, expressando-se como legislação estatal. Essa primazia do Estado sobre as famílias estaria sendo a todo momento reforçada por uma mídia que não daria voz à perspectiva das famílias, o que acabava facilitando o caminho para que pais corressem o risco de serem classificados como criminosos caso entrassem em desacordo com decisões judiciais sobre seus filhos. Os três estudos de caso possuem em comum, também, o fato de todos serem relatos histórias que teriam ocorrido em países estrangeiros, os dois primeiros no Canadá e o último no Reino Unido.

Assim, destacamos o primeiro caso que pode ser resumido como “a história de **um pai**” canadense que teria sido “**preso**” em seu país “**por discordar da decisão da Justiça**” que autorizava “o procedimento de mudança de sexo de sua filha adolescente” (Brasil, 2021b, p. 134, grifos nossos). Observa-se que nada que o pai tenha feito é exposto mais claramente, nenhum comportamento que possa ser avaliado como criminoso. Na oficina relata-se que a motivação da prisão teria se dado por pura discordância.

A provocação após o relato seu deu a partir de duas perguntas. A primeira lembra muito as discussões em torno de como o MESP colocava em seus discursos uma tensão entre os pais de adolescentes e a própria operação da justiça no país, pois concentrava-se exatamente em questionar o limite para uma decisão judicial interferir em decisões de pais. A segunda perguntava como o profissional da área da saúde deveria agir em casos em que pais e filhos não estão em acordo.

De acordo com o material divulgado, as respostas das pessoas se concentraram na defesa de que crianças e adolescentes não teriam maturidade suficiente para tomar esse tipo de decisão que afetaria toda a vida, pois inclusive haveriam casos de disforia de gênero temporária, coisa que alguém só resolveria de fato quando ficasse adulto. O fato das crianças e adolescentes estarem em fase de desenvolvimento justificaria, segundo teriam dito as pessoas

presentes, a não intervenção sobre crianças e adolescentes, devendo-se vedar toda forma de terapia hormonal também. Salientou-se que os jornais eram tendenciosos a incentivar a transição de gênero, não dando voz para opiniões diferentes, o que tornava o problema ainda pior, pois se deveria respeitar não só a criança, mas também a família dessa criança.

O segundo estudo de caso na área da saúde trazia o relato sobre uma mãe canadense que teria tido dois bebês gêmeos saudáveis, mas que ao sétimo mês passaram por um procedimento cirúrgico semelhante a uma circuncisão. Todavia, um erro médico teria levado uma das crianças a perder seu órgão genital. Ainda segundo a exposição do relato na oficina, a família teria recebido orientação para que a criança mutilada começasse a fazer transição de gênero com menos de dois anos, o que acatou, mudando inclusive o nome masculino do bebê que se chamava Bruce, passando a chama-lo de Brenda. Uma única pergunta foi colocada para os participantes daquele momento. Ela se concentrava em questionar “que medidas protetivas poderiam ser adotadas para prevenir erros como o do caso narrado” (Brasil, 2021b, p. 136).

É interessante trazer aqui primeiramente dois registros de comentários que parecem ter ensaiado em alguma medida um desvio da perspectiva alarmista neoconservadora tão típica de uma ideologia bolsonarista que estava impregnada neste fórum. Foi destacado, por exemplo, que uma pessoa da plateia falou que o caso narrado era muito antigo e seu impacto acabou levando a comunidade científica a estudar bem e definir melhor atualmente, considerando tanto a criança como a família, protocolos para intervenções. Também se registrou que um dos participantes questionou quem iria proteger as crianças trans, já que estas na adolescência sofreriam automutilação, abusos, bullying e comumente se suicidariam. Contudo, esse questionamento, pela observação da continuidade do texto, não gerou debates e acabou sendo narrado no texto com a classificação de “um apelo”, o qual teria sido “registrado” em um “relatório” (Brasil, 2021b, p. 137).

Destacados esses tipos de comentários acima que se distanciam em alguma medida daquilo que predominou, podemos agora dizer que, em linhas gerais, a maioria das participações se direcionou para denunciar que tantas “discussões públicas” sobre gênero dentro têm trazido confusões nas cabeças das crianças, levando muitas a desviar a forma como se identificam no sentido de simplesmente passarem a seguir “**apenas um comportamento social**” e que, “muitas vezes, a **disforia de gênero é revertida com sessões de psicoterapia**” (Brasil, 2021b, p. 137). Como de costume, a condução do assunto deslizou discursivamente para a existência de um choque entre educação que as crianças recebem e a natureza do desenvolvimento das mesmas, o que pode ser percebido ao se relatar que

Um membro da comunidade médica observou que se cria confusão na criança quando se exerce influência imprópria em seu comportamento ou suas escolhas. Ou seja, o que se vê nas crianças pode não corresponder a suas reais escolhas, mas sim as (sic) influências dos adultos que as educam. À medida que as crianças vão se desenvolvendo, devem ser respeitadas, aguardando seu amadurecimento natural e o florescimento do desejo sexual (Brasil, 2021b, p. 138).

Foi dito ainda que um recorrente mal uso da palavra “gênero” já deveria servir para justificar que ela deixasse de ser utilizada na área médica, o que lembrou muito argumentos utilizados pelo Movimento Escola Sem Partido sobre a necessidade de o termo gênero ser abolido do dia a dia da educação escolar (Oliveira, 2019).

Encerrando os casos na área da saúde, o terceiro e último traz a história de um jovem de 15 anos do Reino Unido que teria procurado uma clínica para realizar transição de gênero. Dois anos depois, aos 17, ela teria conseguido começar uma terapia com bloqueadores hormonais. Todavia, esta pessoa teria se arrependido aos 23 anos de idade, o que a teria levado a procurar responsabilizar o serviço de saúde do seu país pelas decisões que havia tomado, alegando que elas se deram por conta de influências ideológicas que ela teria recebido. Seguido do relato, uma única pergunta foi feita para estimular a participação dos presentes e conduzia para se pensar uma ação mais com caráter de militância dentro da sociedade. Foi sobre o que se poderia fazer para esclarecer tanto os jovens como suas famílias sobre consequências que poderiam vir a partir de um processo de transição de gênero.

Mais uma vez, a mídia foi criticada, e acabou sendo apontada como uma propagadora da transexualidade, cujo trabalho tem incidido em aumento do número de pessoas que têm se apresentado como transexuais. Também se argumentou que, assim como os jovens só poderiam tomar bebidas alcoólicas e tirar carteira de motorista aos 18 anos, a justiça precisaria entender que decisões de jovens sobre sexualidade só poderiam ser iniciadas após estes alcançarem maioridade, e que até lá o correto era este assunto estar sob o cuidado dos seus pais. Argumentou-se também que a redesignação sexual é um assunto tão sério que a maioridade para ela deveria ser considerada só a partir dos 21 anos e que, ainda assim, caberia ao “**Sistema Único de Saúde**” (SUS) oferecer tratamentos para pessoas reverterem o processo de transição de gênero, os quais precisariam contar com o apoio de uma equipe “**multidisciplinar**”, na qual se deveriam “**também considerar questões religiosas**” (Brasil, 2021b, p. 140). Após se puxar essa discussão mais claramente para a necessidade de a religião estar mais presente neste tipo de debate, em tom alarmista, comentando-se de forma genérica e sem citar dados, destacou-se que,

[u]m participante trouxe uma informação de uma pesquisa observou que os adolescentes são orientados a ameaçar os pais com o suicídio caso não aceitem a

redesignação sexual. Esta orientação pode ser encontrada na internet. Observou ainda que a população LGBTQIA+ morre mais cedo, tem problemas de complicações decorrentes das cirurgias, estão sofrendo (Brasil, 2021b, p. 140).

A última oficina foi finalizada alertando-se para a necessidade de que as discussões ali colocadas fossem utilizadas como base para criação de Políticas Públicas que procurassem da melhor forma possível tratar da temática da transição de gênero considerando o assunto dentro de uma enorme complexidade. Isso aparece mais uma vez na derradeira página, onde estão as conclusões sobre a oficina da área da saúde, fechando o material de divulgação do Fórum que foi enviado para participantes do mesmo. Ressalta-se de forma geral que o resultado dos debates “favorecerá a construção de políticas”, que “discussões sobre Teoria de Gênero e a ênfase midiática têm trazido confusão para as crianças”, que se deve esclarecer melhor os pais e as crianças sobre transição, cabendo à toda a sociedade dar prioridade a políticas de proteção da infância e da adolescência (Brasil, 2021b, p. 142).

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se desenvolveu, tendo como pano de fundo, o atual momento de reascensão da extrema-direita no mundo ocidental. Este espectro político tem tentado se estabelecer popularmente como parte da democracia, ao invés de se colocar de forma clara como seu adversário. Um fenômeno que tem se tornado mais viável por conta desta era de ampliação de acesso à *internet* em que vivemos. Caracterizando-se por uma ampla disputa de significados em meio a crises, isso está relacionado com uma multiplicidade de tensionamentos culturais para ganho de capital político. Nesse sentido, situando a ascensão do bolsonarismo em meio ao crescimento das direitas antipetistas em nosso país como parte deste processo e, ao mesmo tempo, procurando encontrar peculiaridades dele em nossa experiência, o objetivo da presente tese era analisar como guerras culturais que mobilizam representações sociais sobre “família” e “educação” de forma relacionada têm sido estrategicamente utilizadas para um processo de normalização da extrema-direita no Brasil recente. Dado o recorte temático e a associação com a expansão do bolsonarismo no território brasileiro, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) foram selecionados como os componentes centrais do lócus de pesquisa. Para tanto, além do esforço de revisão bibliográfica, foi realizado um trabalho de coleta de dados embasado em publicações de atores ligados ao neoconservadorismo brasileiro, reportagens de jornais *online* durante esse período de ascensão, documentos relacionados ao MESP e ao MMFDH e participação em evento organizado por este ministério. As fontes consultadas foram examinadas a partir da técnica de análise de discurso. Os elementos destacados abaixo dizem respeito aos resultados alcançados.

Pode-se concluir que, enquanto movimento conservador que nasceu no início do século e pode ser dividido em diferentes fases, o MESP foi estrategicamente oportunista em sua trajetória. Tanto por saber adaptar, para a realidade do Brasil, discussões educacionais que já existiam nos Estados Unidos referentes a iniciativas conservadoras, como também por ter sabido se moldar, renovando seus discursos e estratégias de mobilização para melhor servir ao crescimento das direitas que passaram a se colocar mais claramente como antipetistas a partir das manifestações de junho de 2013. Aproveitando essa mudança de cenário, ele ao mesmo tempo ajudou a impulsionar não só uma direita constituída por grupos que davam prioridade a diferentes pautas, mas, também, a própria normalização da extrema-direita que foi se destacando por dentro deste contexto de transformações. Sua expansão a partir da criação de seus primeiros projetos de lei (PLs) em 2014 se deu, primeiramente, a partir de ações diretas da

família Bolsonaro. Estas tiveram início, inclusive, no Rio de Janeiro. Tais elementos caracterizam o estreitamento de relações e de investimentos para ganhos mútuos entre MESP e bolsonarismo quatro anos antes de Jair Bolsonaro se tornar presidente do Brasil em 2018.

Como observamos durante a pesquisa, entender as dinâmicas das guerras culturais é algo mais amplo do que tentar compreender apenas as disputas burocráticas e legais no campo do Direito. Analisar o Escola Sem Partido a partir de uma teoria que o abordasse como movimento conservador nos ajudou a compreender isto. A ênfase que ele passou a colocar na estratégia dos PLs a partir de 2014 trouxe aos seus opositores o risco de passar a ver como ameaçadoras para a democracia apenas estratégias formais que representassem investimentos mais claros no campo do Direito, o que implicaria em perder de vista a potência mobilizadora das pautas sendo discutidas por outros meios e em outros espaços dentro da nossa sociedade, o que significaria acreditar que riscos de uma militância em torno das pautas que relacionam família e educação em uma perspectiva que favorece à extrema-direita e eram levantadas pelo MESP poderiam ser neutralizados simplesmente com o julgamento que declarou inconstitucionais PLs ligados a este movimento neoconservador. Como vimos, a decisão do STF bloqueou a militância das pautas através da correnteza dos projetos de lei, mas isso não significa que as águas não podem transbordar e fluir por outros caminhos na cultura, não só em formato de militância, mas, inclusive, causando impactos práticos no funcionamento de instituições de ensino pelo país.

Com relação ao cenário mais amplo de transformações que começou a tornar possível tanto a expansão do MESP como a recente reascensão da extrema-direita ameaçando a democracia, vale destacar aqui um ponto importante de se pensar para o presente e para o futuro que a pesquisa nos possibilitou visualizar: houve falta de capacidade da esquerda, que era o grupo político de situação naquele momento, de reagir ao crescimento das forças de direita que se iniciou a partir das manifestações de junho de 2013. A popularização do antipetismo após 2013 aponta, em grande medida, para uma considerável falta de conexão da esquerda com a população mesmo depois de tantos anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) estava ocupando a presidência da república (desde a primeira vitória de Lula em 2002, passando por sua primeira reeleição em 2006 e a primeira eleição de Dilma Rousseff em 2010). O que ocorreu naquele contexto indica a ausência de um sólido e eficaz investimento em educação política da população brasileira por parte da esquerda (uma lição que entendemos que não só o PT, mas toda a esquerda e setores que prezam pela democracia que tem como marco legal a Constituição Federal de 1988 e que viu esse processo de cooptação da sociedade descambar para o crescimento não apenas de direitas, mas de extrema direita anos depois da ditadura civil-militar,

deveria pensar). Ganhando força na contramão disso, o que no começo parecia uma movimentação que se organizava apenas contra o PT foi passando a classificar grande parte do que era basilar para aprofundamentos democráticos de "comunista" e chamando a população para ver as coisas dessa forma. Isto contribuiu para que a militância que se sobressaía da aglutinação das direitas fosse se direcionando para uma mascarada, porém intensa, tendência antidemocrática, ao mesmo tempo em que tentava parecer estar apenas se colocando como antipetista (ou anticomunista). A análise de um recorte das guerras culturais no Brasil nos levou a pensar sobre a necessidade de investirmos de forma sistemática e sólida em educação política como parte de um projeto de construção democrática se quisermos proteger e dar continuidade ao processo de abertura democrática marcado pela Constituição Federal de 1988. Algo que entendemos que deve incluir as instituições de ensino, haja vista a percepção que a própria extrema-direita tem delas como lugares estratégicos para semear valores e “formar” pessoas.

Voltando o foco destes anos de ascensão do antipetismo de forma mais específica para o MESP, é possível concluir que a estratégia de Miguel Nagib de publicar um parecer jurídico em defesa da constitucionalidade das pautas associadas ao movimento em 2018 ilustra as artimanhas desse tipo de ator de utilizar as guerras culturais para enfraquecer a democracia por dentro. Ele procurou não somente defender como algo constitucional no presente recente uma proposta que lembra um modelo de educação embasado em censura (típico dos anos de ditadura civil-militar). Mas, também, elaborou um documento, enquanto advogado, onde era criada uma representação do MESP como algo produzido para que o respeito à Constituição fosse garantido. Conclui-se que este estratagema de Nagib, naquele contexto de 2018, servia tanto para tentar colocar no imaginário a ideia de que já se poderia considerar como encerrada a discussão da existência de impedimentos constitucionais para a proposta do MESP, como para estimular parlamentares a apresentar PLs do movimento em casas legislativas locais em todo o Brasil, a nível federal e estadual. Além de dar força à militância sobre o MESP, isso foi usado naquela conjuntura do ano eleitoral de 2018 para impulsionar a normalização da extrema-direita. Tudo à revelia da necessidade de se discutir a nível federal um assunto que envolvia choques com documentos referentes a legislações de cunho federal, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a própria Constituição. A inclusão em nossa pesquisa das movimentações relacionadas ao MESP no caso específico do estado do Ceará permitiu entender relações entre tensões nesse sentido que acabaram se fortalecendo pelo Brasil e, ao mesmo tempo, possibilitaram a projeção de forças de extrema direita em cena política local. Logo no início do ano seguinte, o projeto de lei 246/2019 apresentado a nível federal por uma junta de parlamentares de extrema direita no primeiro dia de sessão da Câmara Federal (após Bolsonaro

ter assumido como presidente) demonstrou como a tendência era continuar mantendo essa discussão acesa em todo o Brasil, com as potenciais tensões locais respaldadas pela possibilidade de tensão nacional.

Nosso esforço investigativo também nos levou a entender que houve uma insatisfação de Nagib com o governo Bolsonaro já no decorrer do ano de 2019 diante de uma prioridade dada a outras pautas em detrimento dessa. Esse sentimento de apoiadores mais diretos do movimento neoconservador piorou à medida em que o Supremo Tribunal Federal (STF) foi engrossando o discurso contra a iniciativa, até se chegar ao julgamento que inviabilizou os PLs do MESP no ano de 2020. Dados coletados na *internet*, os quais foram publicados como forma de militância de figuras públicas e instituições neoconservadoras como *think tanks*, apontam para duras críticas ao STF e para manutenção de defesa de modelos educacionais que faziam alusão às pautas do MESP em um período posterior próximo ao julgamento do que classificou como inconstitucional os PLs do movimento. O que ajuda a demonstrar como o campo da educação que vinha sendo lugar de investimento por meio dos PLs do MESP continuou sendo relevante para grupos bolsonaristas, independente dos PLs do MESP terem se tornado uma estratégia obsoleta devido à ação do Supremo. Outros tipos de dados apontados na tese, contribuem para esse entendimento, como os casos demonstrados de censura a escolas mesmo depois de já definido que não pode haver, do ponto de vista constitucional, legislação para regulamentar estas práticas. Portanto, a pressão cultural realizada a partir da mobilização de pessoas e de instituições ligadas à defesa de pautas de extrema-direita, acabou relativizando, na prática, algo que o STF procurou inviabilizar no Brasil quando bloqueou a possibilidade de aprovação de PLs do MESP.

O avanço da investigação deixou claro que, quando o quarto capítulo da tese passou a colocar o foco da pesquisa no MMDFH, isso não tinha como significar um distanciamento do olhar sobre pautas outrora carregadas pelo MESP. Pensar assim seria negar, neste âmbito, a fluidez e a intensidade das guerras culturais, o que dependeria de um reducionismo a ser operado por um olhar enrijecido e viciado em tentar separar de todo cada elemento analisado. O esforço empreendido a partir do primeiro capítulo no qual o MMFDH foi colocado no centro das análises permitiu o entendimento de que a própria extrema-direita está interessada em investir na sua normalização utilizando pautas, nas batalhas dentro do campo da cultura, que não devem ser associadas, de modo simples, a uma iniciativa apenas. A pesquisa ajuda a entender que a extrema-direita milita de modo estratégico demais para se deixar cair na necessidade de ter de enterrar pautas mobilizadoras a cada vez que viesse a ocorrer a inviabilização de uma iniciativa estratégica (algo como o julgamento que tornou

inconstitucional os PLs do MESP ou a dissolução de um super ministério como o MMFDH por conta da derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022).

Nesse sentido, aproximações e continuidades entre MESP e MMFDH indicam que a extrema-direita entende que sua militância é mais eficaz por saber que os meios que ela usa, mais do que apenas descartáveis, podem ser entendidos como substituíveis, passíveis de terem seus trabalhos continuados e remodelados por outras vias. Os conteúdos de militância, carregados pelas formas estratégicas dentro das guerras culturais, podem assim ser adaptados a diferentes iniciativas em diferentes contextos. Às vezes podem parecer desaparecer para seus adversários e reaparecer de forma surpreendente em outros lugares. Isso aponta para uma lição que pode ser, de certa forma, atemporal sobre a extrema-direita brasileira, já que isso traz a ela inúmeras possibilidades de buscar apoio popular, em diferentes épocas, por diferentes caminhos, utilizando-se, para isso, retóricas mobilizadoras que, além de passarem longe de ser novas, podem estrategicamente buscar recepção em um imaginário político previamente semeado. Como observamos na pesquisa, alguns discursos produzidos por iniciativas do MMFDH estão diretamente ligados a conteúdos veiculados pelo discurso do MESP, o que por sua vez, em grande medida, carrega propostas ligadas a uma visão polarizada. E esta se associa a um maniqueísmo que é fruto de representações sociais de uma época em que o brasileiro vivia sob Guerra Fria e ditadura civil-militar ao mesmo tempo. Nesse sentido, nossa investigação acaba ajudando a entender que a extrema-direita no Brasil não foi trazida do passado pelo bolsonarismo. De certo modo, ela sempre esteve entre nós, sobrevivendo em algum nível dentro da nossa própria cultura. O bolsonarismo apenas teria desvelado, desavergonhado e alimentado algo que nunca esteve (e provavelmente nunca estará) enterrado.

Assim, entendemos que essa capacidade de se colocar com mais força no presente dialogando com frutos de militância semeados no passado é algo que pode, e que deveria, ser também apropriado por quem deseja ter condição de fazer frente à força política desta extrema-direita que tem tentado se estabelecer hegemonicamente no Brasil atual. Nessa era digital, a comunicação de grupos políticos com o povo pode ser mais frutífera se for cotidiana. Alguém tende a ocupar esse espaço da militância diária, o qual, dado o avanço da capacidade da população de receber informação, não pode mais ficar restrito a propostas que venham a se tornar públicas apenas em momentos de eleições. Problemas históricos nos acompanham, revelam pontos de desconfiança com relação à capacidade da democracia liberal de resolver os problemas que afetam a população no dia a dia em formas de crises duradouras (segurança pública, saúde, emprego e renda, educação). Já está montado o cenário propenso para que pessoas se sintam atraídas de modo visceral a propostas políticas de grandes mudanças. É

preciso pensar quem vai ocupar esse lugar e em que direção serão feitas as propostas de mudanças.

Voltando o foco para o MMFDH, pode-se concluir que a quantidade de secretarias e órgãos colegiados colocados por Bolsonaro sob o poder de Damares Alves neste ministério aponta para uma certa importância do órgão em seu governo. Poder de reconhecimento como responsável por uma vasta gama de públicos, o que poderia servir tanto para que alguns grupos fossem atendidos dentro de uma perspectiva bolsonarista como para que parte deles não fossem atendidos por esse ministério e por nenhum outro, já que esta incumbência caberia a ele, quer o MMFDH se responsabilizasse de fato por grupos de representação política minoritária (por exemplo) ou não. Um outro destaque que deve ser dado aqui é o fato de o neopentecostalismo ter se tornado de forma crescente um fator fundamental para o ganho de credibilidade do movimento antipetista de ascensão das direitas, através do qual a extrema-direita tem encontrado fácil capacidade de penetração na cultura. Como vimos, a própria nomeação de Damares Alves para estar à frente do ministério indica isso. Facilita-se, assim, que outras lógicas, mais místicas, irracionais, emotivas, possam se entrelaçar e fornecer identidade a grupos que desejam se afirmar como diferentes daqueles que forem sendo classificados como seus inimigos. Nessa linha de identificação, a oposição política terrena expressa, antes de tudo, uma batalha do reino de Deus contra o reino das trevas. Assim, uma cultura de sacralização da política em uma lógica maniqueísta tem adubado o terreno da polarização.

A análise do Fórum de Combate à Violência Institucional nos levou a concluir que, dentro do bolsonarismo também existe uma certa diferença de ênfase dada assuntos por públicos que o compõem, o que aponta para uma certa diversidade de tipos de atores. Apesar da já supracitada influência neopentecostal tão marcante como elemento normalizador da extrema-direita em anos recentes, ela passa longe de estar confinada nas igrejas. Observamos que também tem se tornado forte a presença de discursos mobilizadores ligados aos campos do Direito e da saúde, por exemplo, os quais têm se tornado parte das arenas de disputas de significados. Ou seja, o trabalho de militância da extrema-direita tem conseguido fazer com que diferentes campos sociais sejam semeados por suas lógicas discursivas.

Constatamos que parte das enunciações discursivas veiculadas no Fórum do MMFDH analisado se aproximam de muitos modos dos discursos que compuseram as retóricas mobilizadoras do MESP. Nesse sentido, destacam-se algumas linhas centrais, como depreciação do papel do Estado, supervalorização do papel da família e defesa de uma missão conservadora a ser realizada no campo da educação, elementos tendenciosos à condução de choques com bases democráticas, como Estado de Direito, laicidade do Estado, direitos de

minorias e Separação entre Poderes. Também vale ressaltar que nomes historicamente ligados à militância do MESP e a outros movimentos conservadores da educação como o *homeschooling* marcaram presença como palestrantes. A análise do fórum revelou constantes menções nele à necessidade de se fazer com que o que estava sendo tratado lá viesse a ser usado para se pensar políticas públicas. Isso aponta para a ideia de que, para além de cooptar mais pessoas para visões de mundo de extrema-direita, um dos objetivos do fórum era o de criar um material de referência para legitimar futuras proposições políticas parlamentares com viés normalizador deste espectro político. Foi possível constatar que o termo "família" mais ainda do que o termo "educação" se constitui no Brasil recente uma palavra-chave para mobilizações da população facilmente guiadas para vias de normalização da extrema-direita. A ideia de "família" vem sendo representada, assim, como a grande riqueza da vida das pessoas no Brasil, um tesouro ameaçado enquanto conjunto formado por uma teia de relações que implicam em responsabilidades mútuas, as quais cada vez menos podem ser contempladas. Isso porque pais, filhos, mães, irmãos não conseguiriam mais exercer seus papéis "naturais" de protetores uns dos outros por conta de ações desintegradoras realizadas por políticas de Estado, incluindo-se aí a qualidade do fornecimento de educação escolar e universitária e as políticas de intervenção sobre os corpos que vêm se desenvolvendo na área da saúde.

Conclui-se que há uma habilidade da militância da extrema-direita situada justamente na forma como ela maneja reducionismos sobre diferentes temas. Isso ajuda a ressignificá-los de modo mais eficaz. Não só porque eles são recriados em sentidos diferentes aos dados por seus adversários políticos. Mas, também, porque, ao se criar novos significados, possibilita formas criativas e próprias de conectar os temas entre si e de construir, a partir da junção deles, um grande discurso, o qual os coloca não como objetos separados de especialistas de diferentes áreas, mas como peças de um conjunto discursivo a ser repetido por quem vai se identificando com o que está sendo proferido sobre estes diferentes temas. Da mesma forma, isso traz aos opositores da extrema-direita o desafio de construir discursos sobre diferentes pautas que sejam capazes de soar, para a população, como capazes de formar, em algum nível, uma convergência que aponte para uma grande proposta social coletiva. Se não for assim, há o risco de se realizar uma disputa desigual em um cenário polarizado entre, por exemplo, uma extrema-direita que conecta suas várias pautas dando a parecer para a população que tudo que ela prega faz sentido, e um conjunto de adversários da extrema-direita que tem várias pautas que podem parecer para a população que não se comunicam e que, portanto, além de não terem sentido, apenas contribuiriam para acelerar o cenário de caos e desordem em que nos encontramos.

Um ponto sobre educação enfatizado no evento do MMFDH representa tendências inovadoras após o fim do MESP e pode ser entendido como mais digno de observação futuramente. Ele diz respeito a uma inversão da ideia de que a escola seria um lugar formado por uma maioria de professores doutrinadores. Observou-se na tese que uma reformulação em torno disso começou a se dar a partir do discurso de que os professores de esquerda são minoria nas escolas, eles somente têm se imposto com intimidações, propaganda política e consentimento da gestão escolar. A análise nos levou a entender que essa mudança de discurso traz fortes implicações. Entre elas, encorajar professores de extrema-direita dentro da própria escola a se manifestarem compreendendo-se como maioria que não deve mais ser silenciada e buscar meios de ocupar as gestões das escolas e de controlar tanto os cursos de licenciatura como os cursos de formação continuada dos docentes. O que nos ajuda a entender também termos achado de forma recorrente a menção durante a análise do evento organizado no ministério de Damarens Alves à ideia de que se esperava que os resultados das discussões ali realizadas servissem de referência para organizar a construção de políticas públicas. Mesmo com o fim do MESP, fica clara a tentativa de institucionalizar na prática o discurso de extrema-direita para a educação, não deixando que ele se perca simplesmente no imaginário como uma ideologia radical de pessoas indignadas que precisariam desabafar na *internet*.

Pelas análises aqui empreendidas, ficou claro também que, no que diz respeito às representações de extrema-direita das relações entre família e educação, a questão de gênero, depois de 2020, e com o fim, pelo menos a nível formal, do MESP, tornou-se a grande prioridade dos alvos a serem combatidos. A crítica ao marxismo foi se tornando algo bem mais raro, ao contrário da época em que o MESP surgiu, há cerca de duas décadas. A discussão no seio das guerras culturais, casando ainda melhor com um certo objetivo de naturalizar ideias neoliberais, passou a ser muito mais focada na condenação de uma suposta intromissão contínua do Estado em assuntos que deveriam ser da escolha das famílias, o que abre perspectivas para se pregar a necessidade de minimizar o poder do Estado, instituição que seria tendenciosa, por natureza, ao autoritarismo. Assim, por essa lógica neoconservadora, qualquer Estado e qualquer governo podem e devem ser combatidos quando identificadas neles tendências comunistas. Nesse ínterim, o neoliberalismo nem precisa mais convencer a população a ver como inimiga Estados assumidamente comunistas, o que, de certa forma indica um avanço de trincheiras realizado por meio de uma capilaridade das ideias neoliberais, junto com o crescimento de um conservadorismo que tende a ser o elemento mais claramente visto como resultado das militâncias que têm trabalhado para construir a normalização da extrema-direita.

Embora perpassados por discursos em comum e tendo coexistido por cerca de dois anos (2019 – 2020), o MMFDH e o MESP se tratam de estratégias distintas, nascidas em distintos momentos. Lançar um olhar sobre eles em uma mesma pesquisa possibilitou melhor entender como a extrema-direita no Brasil pôde (e poderá) se utilizar de diferentes formas para buscar avançar no objetivo de normalizar-se e ascender neste país. Analisar os dois como ferramentas usadas no crescimento do bolsonarismo possibilitou o entendimento de particularidades da extrema-direita brasileira nesta quarta onda de extrema-direita no Ocidente. Núcleos diferentes de militância organizada procurando fazer com que a sociedade reverbere suas representações sociais. Elas buscam atrair para si a esperança de mudanças por parte da população. Importante entender que ambos ficaram pelo caminho, mas deixaram um legado de representações no imaginário da população como armas em potencial para outros momentos, a ser reativados com mais força por novos núcleos.

Esperamos que a presente tese sirva de estímulo para novas pesquisas sobre guerras culturais no Brasil. E como a ideia de “guerra” deixa subentendido que existem pelo menos dois lados, o desejo é de que um primeiro grupo de pesquisadores continue focando em um lado desse conflito, ou seja, na busca por entendimento de estratégias de normalização da extrema-direita, enquanto um segundo grupo se dedique ao outro lado da tensão, investigando ações de adversários da extrema-direita nessas disputas por significados. Sobre o primeiro grupo, a sugestão é que sejam abordados temas como a influência do crescimento das igrejas neopentecostais sobre o funcionamento prático das escolas e os impactos do crescimento de atores da extrema-direita em campos sociais como Direito e saúde. Do outro lado das batalhas, a sugestão é que pesquisas se desenvolvam no sentido de entender como diferentes adversários, de vertente de esquerda, têm desenvolvido ações coletivas de militância no sentido de se criarem conjuntamente condições de fazer frente à união das direitas que tem fortalecido uma proposta de extrema-direita. Um outro foco significativo para pesquisas neste sentido seria investigar que ações o PT, após o retorno de Lula à presidência em 2022, tem desenvolvido no sentido de investir em educação política da população como parte de um projeto de consolidação da democracia no Brasil. Há muita coisa ainda a ser entendida e o autor desta tese percebe que, embora todo o esforço dedicado na pesquisa, apenas alguns passos foram dados diante da necessidade de respostas para entender um problema historicamente tão complexo. Pois, como fomos levados a compreender refletindo sobre a relação entre cultura e política, embora nem sempre tão claramente percebida, a presença da extrema-direita não é um fenômeno raro nem pontual no Brasil.

REFERÊNCIAS

Abreu, Allan de. **A bolsonarização da Polícia Rodoviária Federal**. Outras Palavras, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-bolsonarizacao-da-policia-rodoviaria-federal/>. Acesso em: 15 out. 2024.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Fernando Henrique Cardoso**. Academia Brasileira de Letras, 2008. Disponível em: [https://www.academia.org.br/academicos/fernando-henrique-cardoso/biografia#:~:text=Nascido%20no%20Rio%20de%20Janeiro,2008\)%20e%20tem%20tr%C3%AAs%20filhos.&text=1998%20Reeleito%20Presidente%20da%20Rep%C3%BAblica,06%25\)%20C%204%20de%20outubro](https://www.academia.org.br/academicos/fernando-henrique-cardoso/biografia#:~:text=Nascido%20no%20Rio%20de%20Janeiro,2008)%20e%20tem%20tr%C3%AAs%20filhos.&text=1998%20Reeleito%20Presidente%20da%20Rep%C3%BAblica,06%25)%20C%204%20de%20outubro). Acesso em: 16 fev. 2025.

AGUIAR, Plínio. **CCJ da Câmara pauta impeachment de ministros do STF**. R7 Planalto, 03 mai. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/ccj-da-camara-pauta-impeachment-de-ministros-do-stf-03052021>. Acesso em: 6 mar. 2022

AGUIAR, Alexandre. **Lei Maria da Penha e a criminalização do masculino**. Jus.com.br, 07 jul. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10117/lei-maria-da-penha-e-a-criminalizacao-do-masculino>. Acesso em: 17 jan. 2025.

AGRIKOLIANSKY, Éric; COLLOVALD, Annie. Mobilisations conservatrices: comment les dominants contestent? **Politix: revue des sciences sociales du politique**, v.27, n. 106, 2014, p. 9-29.

ALAGOAS. Assembleia Legislativa. **Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016**. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa “Escola Livre”. Disponível em: <https://sapl.al.al.br/norma/1195>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ALCÂNTARA, Manoela. **Polícia intima professora por “esquerdismo” e “doutrinação feminista”**. Metrôpoles. Publicado em 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/policia-intima-professora-por-esquerdismo-e-doutrinacao-feminista>. Acesso em: 7 Mar. 2022.

ALCÂNTARA, Thalys. **Com vitória de Lula, bolsonaristas falam nas redes sobre fraude e golpe**. Metrôpoles, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/apos-lula-ganhar-bolsonaristas-falam-nas-redes-sobre-fraude-e-golpe>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALEXANDER, Jeffrey. **Sociologia cultural: teoria, performance, política**. Jeffrey Alexander; Frédéric Vandenberghe; Raquel Weiss; Lucas Faial Soneghet (orgs.). Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, Editorial, 2023.

ALMEIDA, Gabriel Antunes Ferreira de. **Mística como poética social. A fábula mística**. Teoliterária, v. 9, n. 17, 2019, p. 212-242.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. p. 27-32. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALONSO, Angela. **Treze: A política de rua de Lula a Dilma.** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALONSO, Angela. **Estado, Direito e Movimentos Sociais: Teoria e Casos, com a Profa. Angela Alonso** [vídeo]. Canal: FGV DIREITO SP, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3AK5Nbjxqo>. Acesso em: 18 mai. 2021.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos – CEBRAP**, n.100, p.115-127, 2014.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**. vol.2, n.3, p.21-41, 2012.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova. São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALTMAN, Breno. **Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo.** *In: Junho de 2013: a rebelião fantasma.* Breno Altman, Maria Caraméz Carlotto (orgs.) São Paulo: Boitempo, 2023, p. 85-95.

AMARAL, Luciana; HIRABAHASI, Gabriel; HAHON, Eduardo. **Damares Alves é eleita senadora pelo DF; Arruda fica em 2º.** CNN. Brasília, 02 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/damares-alves-e-eleita-senadora-pelo-df-arruda-fica-em-2o/>. Acesso em: 14 set. 2024.

AMORIM, Felipe; OLIVEIRA, Marcelo. **STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional.** UOL. 21 ago. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contr-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.

AMORIM, Felipe, TAJRA, Alex. **STF dá poder a estados para atuar contra covid-19 e impõe revés a Bolsonaro.** UOL, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-votos-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 7 mar. 2024.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso.** São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. **O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos.** *In: AMOSSY, Ruth (org.).* Imagens de si no discurso: a construção do ethos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 119-144.

ANCELOVICI, M. & ROUSSEAU, S. **Présentation :** les mouvements sociaux et la complexité institutionnelle. *Sociologie et sociétés*, 41(2), 5–14, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/039255ar>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: um balance provisorio, pp. 13-27. *In: La trama del neoliberalismo: Mercado, crisis y exclusión social.* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. **Brasil, neoliberalismo híbrido**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 3, 2022, p. 655-674.

ANDRADE, Daniel Pereira. **Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 3, 2022, p. 675-708.

ANDRADE, Hanrrikson de; MARTINS, Leonardo. **Realidade se impôs e Bolsonaro abandonou promessas ao longo do mandato**. UOL, Brasília, 29 dez. 2022. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/29/realidade-se-impos-e-bolsonaro-abandonou-promessas-ao-longo-do-mandato.htm#:~:text=Realidade%20se%20imp%C3%B4s%2C%20e%20Bolsonaro%20abandonou%20promessas%20ao%20longo%20do%20mandato&text=Jair%20Bolsonaro%20\(PL\)%20venceu%20a,um%20mix%20de%20propostas%20gen%C3%A9ricas](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/29/realidade-se-impos-e-bolsonaro-abandonou-promessas-ao-longo-do-mandato.htm#:~:text=Realidade%20se%20imp%C3%B4s%2C%20e%20Bolsonaro%20abandonou%20promessas%20ao%20longo%20do%20mandato&text=Jair%20Bolsonaro%20(PL)%20venceu%20a,um%20mix%20de%20propostas%20gen%C3%A9ricas). Acesso em: 14 mar. 2023.

ARAÚJO, F. M. L.; PINHEIRO, F. F. de A.; DE SOUSA, J. S. **O projeto “Escola sem partido” e o ensino de história no Brasil**: inquietações do tempo presente. Revista Educação e Formação, v. 3, n. 9, p. 141–158, 2018. DOI: 10.25053/redufor. v3i9.860. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/860>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ARCHER, Margareth S. **Entre la structure et l’action, le temps**. Défense du dualisme analytique et de la perspective morphogénétique. Revue du Mauss, 2004, v. 2, n. 24, p. 329-350.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Dra. Silvana**. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2018. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/deputados/dra-silvana>. Acesso em: 16 fev. 2025.

AUDI, Amanda. **A mágoa de Magno Malta**: eu achava que ia ser ministro e não fui. The Intercept, 4 dez. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/04/entrevista-magno-malta-dispensado-ministro/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

AVELAR DE ALMEIDA, K. **A ditadura civil-militar brasileira em disputa no tempo presente**: lugares de memória e datas comemorativas. Faces de Clio, v. 8, n. 15, p. 10-27, 2022. DOI: 10.34019/2359-4489.2022.v8.36162. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/36162>. Acesso em: 23 mar. 2024.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 2, n. 60, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, Bruna. **Helicóptero sobrevoa colégio depois de professora criticar Bolsonaro**. UOL, 02 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/09/02/escola-santa-catarina-professora-critica-bolsonaro-suspensa.htm>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BARRICELLI, Samara Oliveira. **Entrevista com Dr. Miguel Nagib – Escola Sem Partido**. Instituto Visconde de Cairu, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://ivcairu.org/entrevista-dr-miguel-nagib-escola-sem-partido/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BARROS, José d'Assunção. **As hipóteses nas Ciências Humanas**. Aspectos metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BASILIO, Ana Luiza. **Escola Sem partido anuncia o fim de suas atividades**. CartaCapital. 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs). **Escola sem Partido ou escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BATISTA, N. C. S., ATEM, L. M., GEMELGO, F. de A. K., GONÇALVES, L. de J. M., NOLASCO, L. R., & REGO, R. O. do. (2019). **Escola Sem Partido e Ideologia de Gênero: reflexões sobre a educação e a luta pela construção de uma sociedade justa**. Revista Gestão & Políticas Públicas, 9 (1), 162-178. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rgpp.v9i1.147234>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BEDINELLI, Talita. **Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores**. El País, 7 out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412729853_844912.html. Acesso em: 15 out. 2021.

BENITES, Afonso. **Abraham Weintraub, um segundo “olavete” no MEC para gerir a “terra arrasada”**. El País, 9 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/politica/1554763741_753478.html. Acesso em: 9 out. 2021.

BERGAMASCO, Débora. **Investigação da PF conclui que blitz da PRF impactaram eleições em 2022**. CNN Brasil, 30 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/debora-bergamasco/eleicoes/investigacao-da-pf-conclui-que-blitze-da-prf-impactaram-eleicoes-em-2022/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Para uma definição da direta reacionária**. Revista de Ciências Sociais da UEMS, n. 2, v. 2, p. 4-19, 2022.

BOL. **Bombou na BOL: futura ministra vira meme com história de Jesus na goiabeira**. São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2018/12/17/bombou-no-bol-futura-ministra-vira-meme-com-historia-de-jesus-na-goiabeira.htm>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BONIS, Gabriel. **“Escola sem Partido”: como o ensino também virou polêmica na Alemanha**. BBC News Brasil, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46188434>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BORGES, Inez Augusto. **Confessionalidade e construção ética na universidade**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

BORGES, Inez Augusto. **Educação e personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã**. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O paradoxo do sociólogo. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Coleção Sociologia, p. 84-91.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**; trad. Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2. ed. 4. reimp. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, dossiê “Dominação e contra-poder”, p. 193-216, janeiro a março de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza**. México, D.F.: Fontamara, 2014.

BYRNE, Dorothy. **Trust me, I’m not a politician: a simple guide to saving democracy**. London, Short Books Ltd., 2019. ISBN: 978-1780724294.

BRAGA, Laura. **“Doutrinação”**: professor é demitido após crítica de blogueiro em Goiás. Metrópoles. Publicado em 30/06/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/doutrinacao-professor-e-demitido-apos-critica-de-blogueiro-em-go>. Acesso em: 1 Out. 2023.

BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. **Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação**. Orientadora: Antônia Rozimar Machado e Rocha, 2021, p. 234, Tese (Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia de Jaziel Pereira de Sousa (Dr. Jaziel)**. Portal da Câmara dos Deputados - Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204481/biografia>. Acesso em: 21 fev. 2025a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia de Beatriz Kicis Torrents de Sordi (Bia Kicis)**. Portal da Câmara dos Deputados - Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204374/biografia>. Acesso em: 19 fev. 2025b.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Perfil de Fernando César Pereira Ferreira (Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos)**. Portal Gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/composicao/ouvidoria-nacional-de-direitos-humanos/fernando-cesar-pereira-ferreira>. Acesso em: 18 jan. 2025c.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes**. YouTube, 27 abr. 2021a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PXW5S9ID_M4. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes**. [E-book]. Brasília: MMFDH, 2021b. Disponível em: <https://sxpoltics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/09/Forum-Nacional-sobre-Viole%CC%82ncia-Institucional-na-Inf%CC%82ncia-e-Adolesce%CC%82ncia.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei nº 246, de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Plano de Integridade. Assessoria Especial de Controle Interno – MMFDH**. Brasília, abril de 2019b. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/65430>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019c**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2 de janeiro de 2019. Acesso em 12 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9673.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Organograma do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Brasília: MMFDH, 2019d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9673impressao.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180, de 2014**. Altera o artigo 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de lei nº 193, de 3 de maio de 2016**. Inclui o “Programa Escola Sem Partido” nas diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez., 1996.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Trad. Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021. ISSN 2176-9575. Disponível em: <http://10.47456/argumentum.v13i2.34166>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAMPOS, Rafael. **Futura ministra de Bolsonaro afirma ter visto Jesus em pé de goiaba**. Metrôpoles. Publicado em 12/12/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/futura-ministra-de-bolsonaro-afirma-ter-visto-jesus-em-pe-de-goiaba>. Acesso em 7 Mar. 2022.

CAMPOREZ, Patrik; GÓES, Bruno; JUNGBLUT, Cristiane. **Magno Malta recusa convite de Bolsonaro para ser vice na chapa**. O GLOBO. Publicado em 11/07/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/magno-malta-recusa-convite-de-bolsonaro-para-ser-vice-na-chapa-22874264>. Acesso em 7 Mar. 2022.

CANAL BURKE INSTITUTO. **Dr. José Martins Filho e a “ideologia de gênero para crianças”**. YouTube, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nAD4RBZ2SvQ>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CANÁRIO, Pedro. **Bolsonaro “segura” base com incertezas e conflitos, afirmam pesquisadores**. UOL, São Paulo. Publicado em: 30 ago. 2021. Disponível em: [Bolsonaro 'segura' base com incertezas e conflitos, afirmam pesquisadores - 30/08/2021 - UOL Notícias](https://noticias.uol.com.br/brasil-politica/2021/08/30/bolsonaro-segura-base-com-incertezas-e-conflitos-afirmam-pesquisadores/). Acesso em: 9 mar. 2024.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. “Escola sem Partido” para quem? *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, n. 102: 204-222. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v27n102/1809-4465-ensaio-S0104-40362018002601369.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CARVALHO, Olavo de. **Aviso ao Escola sem Partido**. YouTube, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CARVALHO, Olavo de. Neutralidade e ortodoxia. **Site pessoal de Olavo de Carvalho**, 17 set. 1998. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/neutralidade-e-ortodoxia/>. Acesso em: 24 out. de 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro;

MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020 (Coleção Singularis, v.9), p. 84-104.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **O lugar do outro: história religiosa e mística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística séculos XVI e XVII: volume 1**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARAUDEU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Trad. Angela M. S. Corrêa. – São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEU, Patrick. **Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor**. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jun. 2017.

CHARTIER, Roger. Voces al desnudo, 2009. Prólogo. In: BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. **El sociólogo y el historiador**. Traducción: Paloma Ovejero Walfisch. Madrid: Abada Editores, 2011.

CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Sussekind; prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 83 – 106, nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (**PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA**), 1969. Convenção Americana de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 15 mai. 2022.

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. New York: Zone Books, 2019.

CORAZZA, Delana; TOSTES, Angélica. **Vacina: um diálogo urgente com os evangélicos**. Brasil de Fato, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/04/vacina-um-dialogo-urgente-com-os-evangelicos>. Acesso em: 29 mai. 2021.

CORREA, Vanessa; PEDERSOLI, Bruno; MAZZI, Carolina. **Marchas a favor e contra intervenção militar reúnem centenas em SP e no Rio**. UOL, São Paulo, 22 mar. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/22/marchas-a-favor-e-contra-intervencao-militar-reunem-centenas-em-sp-e-no-rio.htm>. Acesso em: 9 mar. 2024.

CORREIA, Mariama. **Políticos bolsonaristas impulsionaram campanha de difamação contra professores em SC**. Brasil de Fato, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/26/politicos-bolsonaristas-impulsionaram-campanha-de-difamacao-contra-professores-em-sc>. Acesso em: 1 out. 2023.

COSTA, Igor. **O discurso bolsonarista para a educação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza, 140 páginas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54107>. Acesso em: 14 jan. 2021.

COSTA, Rodolfo. **Bolsonaro defende Weintraub e diz que Escola sem Partido está em operação**. Correio Braziliense, 18 dez. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna_politica,815051/bolsonaro-defende-weintraub-e-que-escola-sem-partido-esta-em-operacao.shtml. Acesso em: 30 mai. 2023.

CUNHA, Maurício. Prefácio do E-book do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes. In: BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes**. [E-book]. Brasília: MMFDH, 2021b. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/09/Forum-Nacional-sobre-Viole%CC%82ncia-Institucional-na-Inf%CC%82ncia-e-Adolesce%CC%82ncia.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**, n. 5, out. 2004a, p. 139-164. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DAGNINO, Evelina. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b, p. 95-110. Disponível em: https://www1.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%B3rico/RT13_DAGNINO_Sociedade_Civil_Participacao_e_Cidadania.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Escola sem partido: Governo do Ceará publica resolução contra o projeto**. Diário do Nordeste, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/escola-sem-partido-governo-do-ceara-publica-resolucao-contra-projeto-1.2042737>. Acesso em 11 ago. 2021.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 223-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Stephania Matousek. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

EL PAÍS. **Jair Bolsonaro toma posse como presidente: a cobertura contada minuto a minuto**. El País, São Paulo/Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546333823_063262.html. Acesso em: 12 mar. 2024.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sussekind; prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESPINOSA, B.R.S.; QUEIROZ, F.B.C. Breve análise sobre as redes do Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 49-62.

EXTRA G1. **Futura ministra, Damares Alves diz ter visto “Jesus em cima de pé de goiaba”**. Extra G1, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/futura-ministra-damares-alves-diz-ter-visto-jesus-em-cima-de-pe-de-goiaba-23300585.html>. Acesso em: 30 nov. 2024.

FACIOLI, Lara; PADILHA, Felipe. Ética e pesquisa em Ciências Sociais: reflexões sobre um campo conectado. **Mediações**, Londrina, v. 24, n.1, p.228-258, jan.-abr. 2019.

FALCÃO, Márcio. **TRF – 1 mantém arquivado processo contra Dilma Rousseff pelas ‘pedaladas fiscais’**. G1 – Brasília, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/22/trf-1-mantem-arquivado-processo-contradilma-rousseff-pelas-pedaladas-fiscais.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: ed. UNB, 2001.

FARIAS, Victor. **Deputada vê “tempos apocalípticos” em sessão contra cristofobia na Câmara**. UOL, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/deputada-ve-dias-apoliticos-em-sessao-contracristofobia-na-camara/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FERNANDES, L. I., & FERREIRA, C. A.. O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. **Humanidades Em diálogo**, 10, p. 194-209, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 47-56, 1997. DOI: 10.5433/2176-6665.1997, v. 2, n. 1. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9372>. Acesso em: 25 out. 2023.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em rede on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo. v.12, n. 35, p. 46-69, jun-set. 2019.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Trad. Carlos Alberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOTHERINGHAM, Alasdair. **In the pandemic, are Europeans more attracted to the far right?** Al Jazeera, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2021/2/3/far-right-europe-pandemic>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FREIRE, Sabrina. **10 países iniciaram a imunização; entenda a corrida pela vacina**. Poder360, 24 dez. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/covid-19-saiba-quais-vacinas-estao-na-ultima-fase-de-testes-pelo-mundo/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

FROIO, Caterina. Comparer les droites extremes. État de l’art critique et pistes pour des futurs chantiers de recherche. **Revue internationale de politique comparée**, 2017/4 (Vol. 24), p. 373-399. DOI : 10.3917/ripc.244.0373. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-internationale-de-politique-comparee-2017-4-page-373.htm>. Acesso em 6 out. 2023.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Fernando Henrique Cardoso: biografia**. Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2010. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/acervo/fernando-henrique-cardoso-biografia/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GAZETA DO POVO. **Ministérios assinam protocolo a fim de garantir ambiente escolar “fraterno”**. Gazeta do Povo, 20 nov. 2019a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ministerios-assinam-protocolo-a-fim-de-garantir-ambiente-escolar-fraterno/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

GAZETA DO POVO. **Juíza autoriza deputada a coletar denúncias de doutrinação em sala de aula**. Gazeta do Povo, 24 jan. de 2019b. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/juiza-autoriza-deputada-a-coletar-denuncias-de-doutrinação-em-sala-de-aula-b1xh08dwyfkk34t9weyg6hm59/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

GENTILE, Fabio. Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea. *In*: FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Phillip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. O ensino de Sociologia e a Escola sem Partido (p. 131-135). *In*: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Prefácio de Carlos Beneditino Martins. 1. ed. – Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

GUERRA; Rayanderson; MELLO, Igor. **Bolsonaro participa de culto evangélico com Silas Malafaia no Rio**. O GLOBO, 30 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-participa-de-culto-evangelico-com-silas-malafaia-no-rio-23200247.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

G1. **Assessora do ministro Milton Ribeiro defende princípios bíblicos na educação**. G1, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/assessora-do-ministro-milton-ribeiro-defende-principios-biblicos-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2025.

G1. **Grupo invade Câmara dos Deputados e pede intervenção militar**. G1, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/11/grupo-invade-camara-dos-deputados-e-pede-intervencao-militar.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2014.

HALL, Stuart. O problema da ideologia: o marxismo sem garantias. *In*: **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, p. 265-293, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas**: reviravoltas do mundo da vida. Trad. Rafael Rodrigues Garcia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HANCOCK, Jaime Rubio. **Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa**. El País, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html. Acesso em: 28 dez. 2024.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HERRERA-PECO, I.; JIMÉNEZ-GÓMEZ, B.; ROMERO MAGDALENA, C.S.; DEUDERO, J.J.; GARCÍA-PUENTE, M.; BENÍTEZ DE GRACIA, E.; RUIZ NÚÑEZ, C. Antivaccine Movement and COVID-19 Negationism: A Content Analysis of Spanish-Written Messages on Twitter. **Vaccines**, 2021, 9, 656. <https://doi.org/10.3390/vaccines9060656>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-393X/9/6/656>. Acesso em: 12 mai. 2024.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTER, J. D.; ZANON, C. . A guerra cultural contínua. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 22–62, 2022. DOI: 10.9771/pcr.v15i1.48385. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385>. Acesso em: 4 out. 2023.

HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 550-569, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2024.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Otávio (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 15-72.

INSTITUTO MISES BRASIL. **Recado do presidente do Mises Brasil, Helio Beltrão**. Facebook: Instituto Mises Brasil, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/MisesBrasil/videos/recado-do-presidente-do-mises-brasil-helio-beltr%C3%A3o-instituto-mises-brasil-%C3%A9-o-m/187387986560200/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

ISTOÉ. **Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias**. Istoé, 24 set. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>. Acesso em: 10 Out. 2023.

JOHNSON, Allan G., **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2023.

KERTZMAN, Ricardo. **Bolsonaro volta comparar negros com animais de corte; há quem ache graça**. Estado de Minas, 13 mai. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2022/05/13/interna_ricardo_kertzman,1366258/bolsonaro-volta-a-comparar-negros-com-animais-de-corte-ha-quem-ache-graca.shtml. Acesso em: 12 abr. 2023.

KUPFER, José Paulo. **A desmoralização do “fique em casa” como desculpa para economia em baixa, escreve José Paulo Kupfer**. Poder 360, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/a-desmoralizacao-do-fique-em-casa-como-desculpa-para-economia-em-baixa-escreve-jose-paulo-kupfer/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

LACERDA, Nara. **Contra o negacionismo: cientistas lançam projeto para aproximar ciência e sociedade**. Brasil de Fato, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/contra-o-negacionismo-cientistas-lancam-projeto-para-aproximar-ciencia-e-sociedade>. Acesso em: 7 mar. 2024.

LACERDA, Mariana Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LAGO, Rudolfo. **Dameres Alves segue como Plano B de Bolsonaro para vice-presidência**. UOL, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/dameres-alves-segue-como-plano-b-de-bolsonaro-para-vice-presidencia/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad. Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. – São Paulo: Elefante, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LENOIR, Rémi. Espace social et classes sociales chez Bourdieu. Éditions de la Sorbonne. **Sociétés & Représentations**, 2004, v.1, n.17, p. 385-396.

LIMA, I. C. C., & LIMA, E. C. de A. 2020. A Retórica do “cidadão de bem”, no discurso de Jair Bolsonaro - um presidenciável em construção. **Revista Periódicus**, 1(12), 404–428. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i12.28636>. Acesso em: 9 mar. 2024.

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 97-120, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200006>. Acesso em: 18 mar. 2024.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

MACHADO, Livia; FEITOSA JUNIOR, Alessandro; PAULO, Paula Paiva; RODRIGUES, Rodrigo. **Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil**. G1, São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/apos-aprovacao-da-anvisa-governo-de-sp-aplica-1a-dose-da-coronavac-antes-do-inicio-do-plano-nacional-de-vacinacao.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MARAFON, G.; SOUZA, M. C. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In: **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Fernando Penna, Felipe Queiroz, Gaudêncio Frigotto (orgs.). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 75-88.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARREIRO, Flávia. **O preço vergonhoso que a oposição aceitou pagar pelo impeachment**. El País, 30 ago. 2017. Acesso em: 11/08/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/opinion/1460743784_396496.html. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARTENDAL, Luan. **Prefeito demite professor por exibir clipe de Criolo sobre diversidade**. UOL. Publicado em 26/08/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/26/professor-e-demitido-ao-exibir-clipe-de-criolo-nao-permitiremos-viadagem.htm>. Acesso em: 7 Mar. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. Impactos da judicialização da política e ativismo judicial no Brasil / Impacts of judicialization of politics and judicial activism in Brazil. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 29286–29316, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n3-580. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26844>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MATHIEU, Lilian. L'espace des mouvements sociaux. **Politix**, v. 20, n. 7, 2007, p. 131 - 151. DOI 10.3917/pox.077.0131. Acesso em: 25 set. 2022.

MATUOKA, Ingrid. **Porque o Escola sem Partido vai contra o papel da escola**. Centro de Referências em Educação Integral. 24/05/2018. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-o-papel-da-escola/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**. São Paulo, n.76, p. 11-48, 2009.

MELO, C.; VAZ, P. Guerras Culturais: conceito e trajetória. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 6–40, 2021a. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27791. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27791. Acesso em: 4 out. 2023.

MELO, C.; VAZ, P. Entrevista com Victor Ximenes Marques: Guerras culturais, uma nova forma de fazer política. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 458–483, 2021b. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27794. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27794. Acesso em: 4 out. 2023.

MENDONÇA, Heloísa. **“Toda semana os produtos ficam mais caros e corto a lista”:** **viver com o pior salário mínimo em 15 anos**. El País, 13 jan. 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-13/toda-semana-os-produtos-ficam-mais-caros-e-corto-a-lista-viver-com-o-pior-salario-minimo-em-15-anos.html>. Acesso em: 8 mar. 2024.

MIGUEL, L.F. A reemergência da direita brasileira, p. 17-26. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

MIRANDA, K. M., & BARRETO, A. C. F. (2021). Escola sem partido: representações da neutralidade política e ideológica no trabalho docente. **Revista De Iniciação à Docência**, 6 (2), 299-318. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/riduesb.v6i2.903>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MISKOLCI, R. ; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set/dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 26 out. 2024.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**. v. 6, n. 2, p. 275-297, Jul.-Dez. 2016. Acesso em: 14 nov. 2023.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989. Disponível em: scielo.br/j/ln/a/dYX9WZHRxWqfx8v64XLNjQP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 mar. 2024.

MOLITERNO, Danilo; VARELLA, Gabrielle; REIS, Daniel. **Traremos para as “quatro linhas da Constituição” os que “ousam ficar fora delas”, diz Bolsonaro**. CNN, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/traremos-para-as-quatro-linhas-da-constituicao-os-que-ousam-ficar-fora-delas-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 1 out. 2023.

MORAES, Alexandre Santos de; SILVA, Daniel Pinha. A pandemia nas *lives* semanais: o uso de atenuadores na retórica anticrise de Jair Bolsonaro. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 740-762, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204806>. Acesso em: 6 abr. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, Dec. 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400010>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça, 2020.

MOURA, Fernanda Pereira de. O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola, p. 89-110. *In*: **Educação democrática**: antídoto ao

Escola sem Partido. Fernando Penna, Felipe Queiroz, Gaudêncio Frigotto (orgs). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Trad. João Marcos E.D. de Souza – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MUDDE, C.; AMADEO, J.; PAULA, G. O Zeitgeist Populista. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, [S. I.], v. 2, n. 3, p. 263-298, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/12906>. Acesso em: 3 Out. 2023.

NAGIB, Miguel. **Parecer sobre a constitucionalidade do Programa Escola sem Partido**. Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 41, p. 216-241, jan/abr 2016.

NOBLAT, Ricardo. **Últimas palavras de Olavo de Carvalho foram de crítica a Bolsonaro**. Metrôpoles, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ricardo-noblat/ultimas-palavras-de-olavo-de-carvalho-foram-de-critica-a-bolsonaro>. Acesso em: 23 out. de 2023.

O ESTADO. **Escola sem Partido: Silvana deixará a aprovação para 2019**. O Estado, 13 dez. 2018. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/politica/escola-sem-partido-silvana-deixara-aprovacao-para-2019>. Acesso em: 11 ago. 2022.

O ESTADO. **Programa do Escola Sem Partido divide opiniões no CE**. O Estado, 4 dez. 2018b. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/politica/programa-do-escola-sem-partido-divide-opinioes-no-ce>. Acesso em: 12 ago. 2021.

O POVO. **Projeto Escola Sem Partido é reapresentado na Assembleia Estadual do Ceará**. O Povo, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2019/02/32296-projeto-escola-sem-partido-e-reapresentado-na-al-ce.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de.; OLIVEIRA, David. Fundamentalismo religioso: uma chave para entender o programa “Escola sem Partido”. **Plural**, 28 (1), p. 259-278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/179875>. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 719-734, 2021. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1212. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212>. Acesso em: 27 abr. 2024.

OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de. **Paradoxos na construção democrática: análise de discurso do movimento “Escola Sem Partido” (2014-2018)**. 2019, 172 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88813>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ORTIZ, RENATO. Estudos Culturais. **Tempo Social**, USP, 16 (1). Jun. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/C7ycvjMMTCRVFY99PTFrj3h/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PAINS, Clarissa. **“Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo**. O GLOBO, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em: 7 Mar. 2022.

PAIVA, Gabriel de Almeida Gonçalves. O Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil: origens, articulações e o projeto esp 2.0. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, (Coleção Singularis, v. 9), p. 105-130.

PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Bomfim Martins, 2016.

PHILIPS, Dom. **“Same rhetoric”: Bolsonaro’s US visit to showcase populist alliance with Trump**. The Guardian. 18 mar. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/18/jair-bolsonaro-us-visit-alliance-trump>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PINHEIRO, Regina. **STF reconhece competência de estados e municípios em regras de isolamento**. Rádio Senado, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/04/16/stf-reconhece-competencia-concorrente-de-estados-df-municipios-e-uniao-no-combate-a-covid-19>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGÓ, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 53-60, 2018.

PIRES, Breno; SHALDERS, André; AFFONSO, Julia. **Pastor pediu 1kg de ouro para liberar dinheiro no MEC, diz prefeito, ouça áudio**. ESTADÃO, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pastor-pediu-1-kg-de-ouro-para-liberar-dinheiro-no-mec-diz-prefeito,70004016818>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PLEYERS, Geoffrey. Pensar los actores conservadores y capitalistas como movimientos sociales. **Revista de Estudios Sociales**, 67, 2019, p. 116-123.

POMPEU, Lauriberto. **Bia Kicis é confirmada presidente da CCJ da Câmara**. UOL, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/bia-kicis-ccj/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. **Fique em casa e contribua para salvar vidas**. Facebook: Prefeitura de Niterói, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2830058910442107>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PRESTES, A. L.. Brasil: a transição da ditadura militar para uma democracia tutelada pelos militares. causas, consequências e ensinamentos. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 79-88, 2021. DOI: 10.36311/0102-5864.2021.v58n1.p79-88. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12089>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PUTTI, Alexandre. **Deputado e psiquiatra defendem que transexualidade é “epidemia”. Advogado vê LGBTfobia**. Carta Capital, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/deputado-e-psiquiatra-defendem-que-transexualidade-e-epidemia-advogado-ve-lgbtfobia/>. Acesso em: 20 out. 2024.

QUEIROZ, F.B.C.; OLIVEIRA, R.B.C. Liberdade para a democracia: considerações sobre a inconstitucionalidade da Escola Sem Partido. In: **Educação democrática**: antídoto ao Escola Sem Partido. Fernando Penna; Felipe Queiroz; Gaudêncio Frigotto (orgs.). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 33-50.

QUEIROZ, Carlos. **Em busca da espiritualidade**: o mercado da fé e o evangelho da graça. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2013.

RAIC, D.F.F.; CARDOSO, M.C.; PEREIRA, S.A.C. A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: barbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, p. 1-19, jan./dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/erica/Downloads/4556-20117-2-PB.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

RAMÍREZ, Hernán. Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina. In: FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (Orgs.) **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem Partido”. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso/ Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

REIS, Toni. **O iluminismo venceu o obscurantismo**: STF enterra escola sem partido. UOL, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/colunas/o-iluminismo-venceu-o-obscurantismo-stf-enterra-escola-sem-partido/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

REIS, Gustavo Saldati. As texturas heterológicas: trajetórias místicas em Michel de Certeau. **Estudos de Religião**, v. 32, n. 2, p. 69-87, mai./ago. 2018.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: revolução e democracia (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROCHA, Camila Alves; NASCIMENTO, Carla Silva do; OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de; MAIA, Kelvy Wanderson de Moraes. Polarização Ideológica. In: **Análise de discurso crítica**:

exercícios analíticos. Lucineudo Irineu (org.). 1ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p. 201-2018.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? pp. 47-52. *In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. *In: Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político Brasileiro*. Sebastiao Velasco e Cruz, Andre Kaysel, Gustavo Cotas (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 261-278, 2015.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; FALCÃO, Carolina Cavalcante. Família de Deus, valores neoliberais: Damares Alves e a depuração de direitos. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 10, n. 2, p. 54-77, 2021.

ROHDEN, Júlia. **Deputada eleita pelo PSL estimula estudantes a denunciarem professores**. Brasil de Fato. São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/29/deputada-eleita-pelo-psl-estimula-estudantes-a-denunciarem-professores/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ROMANO, Luca. **Razzismo e migranti: denunciato Matteo Salvini**. Il Giornale.it. 24/08/2018. Disponível em: <http://www.ilgiornale.it/news/politica/razzismo-e-migranti-denunciato-matteo-salvini-1567802.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

ROSA, André; TADEU, Vinícius. **Brasil encerra 2021 com 412.880 mortes no ano por Covid-19**. CNN São Paulo, 1 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/#:~:text=De%20acordo%20com%20levantamento%20da,%C3%B3bitos%20foi%20de%20194.949%20pessoas>. Acesso em: 7 mar. 2024

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. *In: Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Breno Altman, Maria Caraméz Carlotto (orgs.) São Paulo: Boitempo, p. 7-9, 2023.

SAFATLE, V. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. *In: Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Breno Altman, Maria Caraméz Carlotto (orgs.) São Paulo: Boitempo, 2023, p. 97-110.

SAID, Flávia. **Milton Ribeiro é o quarto ministro da Educação de Bolsonaro em 18 meses**. UOL, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/pastor-milton-ribeiro-e-o-novo-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SALDAÑA, Paulo. **MEC nomeia aliada do Escola sem Partido para coordenar materiais didáticos**. Folha de São Paulo, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/mec-nomeia-aliada-do-escola-sem-partido-para-coordenar-materiais-didaticos.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SALDAÑA, Paulo. **Governo quer punir estado que ignora denúncia de ambiente escolar.** Folha de S. Paulo, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/governo-quer-punir-estado-que-ignora-denuncia-de-ambiente-escolar.shtml>. Acesso em: 8 out. 2021.

SALDAÑA, Paulo; FARIA, Flávia. **Entenda as polêmicas sobre Escola sem Partido e gênero na educação.** Folha de S. Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/entenda-as-polemicas-sobre-escola-sem-partido-e-genero-na-educacao.shtml>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SALLES, Diogo da Costa; SILVA, Renata da C. A. O Escola sem Partido na desdemocratização brasileira. In: Fernando Penna, Felipe Queiroz, Gaudêncio Frigotto (Orgs.). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido.** Rio de Janeiro: UERJ; LPP, p. 153-173, 2018.

SAMPAIO, Cristiane. **Contra censura, professores e estudantes relançam a frente “Escola Sem Mordaca”.** Brasil de Fato, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/contra-censura-professores-e-estudantes-relancam-a-frente-escola-sem-mordaca/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTIAGO, Abinoan. **Escola Sem Partido critica falta de apoio de Bolsonaro e suspende defesa da causa.** Gazeta do Povo, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escola-sem-partido-critica-falta-de-apoio-de-bolsonaro-e-suspende-defesa-da-causa/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SCHMIDT, B., CREPALDI, M. A., BOLZE, S. D. A., NEIVA-SILVA, L., & DEMENECH, L. M. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia** (Campinas), 37, 2020. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Acesso em: 10 jan. 2025.

SCHREIBER, Mariana. **É possível dizer que Lula foi inocentado na Lava-Jato?** BBC News Brasil. Brasília, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62612955>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SCHREIBER, Mariana; SHALDERS, André. **Bolsonaro presidente: a matemática que pode alavancar (ou travar) projetos do governo no Congresso.** BBC News Brasil, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46036919>. Acesso em: 4 nov. de 2018.

SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones internacionales**, La Plata, v. 30, n. 60, p. 167-183, enero 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27662021000100167&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 4 de out. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos CEBRAP** (88), nov. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/4zLHLSfPBwnh58f5K3Cr86w/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, Pedro. **O que está por trás do uso excessivo do termo comunista para ofender opositores de Bolsonaro?** Brasil de Fato. Ceará, 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2021/10/06/o-que-esta-por-tras-do-uso-excessivo-do-termo-comunista-para-ofender-opositores-de-bolsonaro>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SILVA, Kiane Follmann. A atuação do Movimento Brasil Livre na política recente (2013-2016). In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, Coleção Singularis, v. 9, p. 188-213.

SILVA, M. G. da. O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 169-175, 2019. DOI: 10.9771/gmed.v10i3.28612. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/28612>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOARES, Gabriella. **Lava Jato “ajudou a eleger o Bozo”, diz procuradora em mensagens**. Poder 360, 29 mar. 2021. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/justica/lava-jato-ajudou-a-eleger-o-bozo-diz-procuradora-em-mensagens/#:~:text=Em%20um%20di%C3%A1logo%20por%20mensagens,STF%20\(Supremo%20Tribunal%20Federal\)](https://www.poder360.com.br/justica/lava-jato-ajudou-a-eleger-o-bozo-diz-procuradora-em-mensagens/#:~:text=Em%20um%20di%C3%A1logo%20por%20mensagens,STF%20(Supremo%20Tribunal%20Federal)). Acesso em: 10 mar. 2024.

SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE CAMPINAS. **II Fórum de Ideologia de Gênero defende liberdade de escolha da criança**. Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas. São Paulo, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://smcc.org.br/noticias/ii-forum-de-ideologia-de-genero-defende-liberdade-de-escolha-da-crianca/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SOLANO, Esther. **Cada vez que Damares se refere a meninas como princesas, ela reforça a cultura do estupro**. Carta Capital. Publicado em 21/07/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/cada-vez-que-damares-se-refere-a-meninas-como-princesas-ela-reforca-a-cultura-do-estupro/>. Acesso em: 7 Mar. 2022.

SOUZA, Alice; LEVY, Clarissa; CORREIA, Mariana; CARIBONI, Diana. **Defensores do homeschooling no Brasil recomendam castigos físicos de crianças**. Agência Pública, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPERB, Paula; CANOFRE, Fernanda; BRIGATTI, Fernanda. **Com salários congelados, servidores rechaçam rótulo de privilegiados**. GZH Economia, 22 mai. 2020. Disponível

em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/05/com-salarios-congelados-servidores-rechacam-rotulo-de-privilegiados-ckaiso8pl007p01laq3igiebw.html>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SUZUKI, Shin. **Como Olavo de Carvalho influenciou radicalização bolsonarista que levou ao 8 de janeiro**. BBC News Brasil. São Paulo, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64256711>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SWAAN, Abram de. Régimes génocidaires et compartimentation de la société. **Actes de la recherche em sciences sociales**. V.1, n. 201-202, p. 26-43, 2014.

SWAAN, Abram de. La dyscivilization, l'extermination de masse et l'État. In: BONNY, Yves; NEVEU, Erik; QUEIROZ, Jean-Manuel de (Orgs.). **Norbert Elias et la théorie de la civilisation**. Lectures et critiques. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 63-74, 2003.

TELES, Levy. **Quem é Bia Kicis? Deputada responde a perguntas mais buscadas sobre ela**. Terra, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/quem-e-bia-kicis-deputada-responde-a-perguntas-mais-buscadas-sobre-ela,8bb7a65a6a77a24d8a7c5f5df8cd5c24a8ao8g3v.html>. Acesso em: 21 fev. 2025.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge University Presse, 2008.

TOOL, Nick. **Hate crimes in Post-Brexit Britain**. Vanguard: Portland State's student run newspaper. July 26, 2016. Disponível em: <https://psuvanguard.com/hate-crimes-in-post-brexit-britain/>. Acesso em: 2 out. 2018.

UOL. **Damare diz que aceitaria ser vice de Bolsonaro: "Jogo onde ele me escalar"**. UOL, 4 mai. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/04/damare-diz-que-aceitaria-ser-vice-de-bolsonaro-jogo-onde-ele-me-escalar.htm>. Acesso em: 12 mai. 2022.

UOL. **UOL mostra que Bolsonaro já chamou covid de "gripezinha"**. UOL, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2021/03/13/uol-mostra-que-bolsonaro-ja-chamou-covid-de-gripezinha.htm>. Acesso em: 23 out. 2024.

UOL. **Projeto de Eduardo Bolsonaro quer criminalizar apologia ao comunismo**. UOL, 2 de setembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/02/pl-de-eduardo-bolsonaro-quer-criminalizar-apologia-ao-nazismo-e-comunismo.htm>. Acesso em: 04 abril 2022.

UOL. **Após derrota no STF, fundador do Escola Sem Partido disse que deixa movimento**. UOL, 22 de agosto de 2020b. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos-derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm>. Acesso em: 27 de março de 2021.

UOL NOTÍCIAS. **Protestos no Rio Grande do Sul**. UOL Notícias, 27 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/27/protestos-no-rio-grande-do-sul.htm?foto=7ee987a13e12c01cdb4bee6d2871e7d20160307>. Acesso em: 23 fev. 2025.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Ideologia. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 5, p. 53-61, 2016.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Eds.). **Methods of critical discourse studies**. Londons: Sage, p. 62-85, 2015.

VICK, M. ; SIMONETTI, M. ; FRONER, M. **Junho de 2013: o passo a passo dos protestos que mudaram o Brasil**. Nexo Jornal, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2023/06/05/junho-de-2013-o-passo-a-passo-dos-protestos-que-mudaram-o-brasil>. Acesso em: 22 set. 2024.

VIEIRA, Rafaela. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Memorias Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano**, p. 1-58, 2012.

WALTENBERG, Guilherme; SILVA; Eumano. **“Não quero pregação anticomunista”, diz Nagib, do Escola Sem Partido**. Metrôpoles, 6 jun. 2019. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/nao-quero-pregacao-anticomunista-diz-nagib-do-escola-sem-partido#google_vignette. Acesso em: 16 fev. 2025.

WASSERMAN, Rogério. **Fortaleza tem protesto e confronto em dia de jogo da Seleção**. BBC News Brasil, 17 jun. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619_protestos_fortaleza_jp_rw#:~:text=Tropas%20de%20choque%20e%20da,0%20pela%20Copa%20das%20Confedera%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 20 jan. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

XAVIER, Renan Melo. **Vítima de pedofilia, Damares diz que “goiabeira” tem ligação com abuso**. Metrôpoles, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/vitima-de-pedofilia-damares-diz-que-goiabeira-tem-ligacao-com-abuso>. Acesso em: 18 mar. 2024.